

Digitized by the Internet Archive  
in 2024



F

2501

159



# REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 240

JULHO - SETEMBRO

1958

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possim sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO  
CLAUDIO GANNES  
CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1958



# INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIRETORIA EM 1958-1959

---

*Presidente Perpétuo*

EMBAIXADOR DR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

*1.º Vice-Presidente*

MINISTRO DR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA

*2.º Vice-Presidente*

MINISTRO DR. ALFREDO VALLADÃO

*3.º Vice-Presidente*

DR. RODRIGO OCTAVIO DE LANGGAARD      MENEZES FILHO

*1.º Secretário*

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

*2.º Secretário*

DR. MANUEL XAVIER DE VASCONCELLOS PEDROSA

*Orador*

DR. PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT

*Tesoureiro*

ALMIRANTE CARLOS DA SILVEIRA CARNEIRO



# REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

---

VOLUME 240

---

JULHO - SETEMBRO

1958

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possim sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO

CLAUDIO GANNS

CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1958







# TRABALHOS ORIGINAIS

## ACREÂNIA

JOSÉ MOREIRA BRANDÃO CASTELLO BRANCO

### PRÉ-HISTÓRIA

Na época pré-cabraliana, havia nessas paragens dois grandes impérios, o *Peruviano*, *Incaico* ou *do Sol*, que datava de muitos séculos e estendia-se ao longo da costa do oceano Pacífico, desde o reino de Quito até o Chile, sem alcançar no seu desenvolvimento para o levante, o território acreano (1), e o *Gran Paititi*, *Gran Mayo*, *Gran Paru* ou de *Eniñ*, que se dilatava da margem oriental do Gran Paro ou Apuparo (Ucaiali) ao litoral atlântico, no sentido de oeste para este e do Madeira ao rio de Orellana ou das Amazonas, na direção de sul para o norte (2), império este que devia ser constituído por tribos da grande nação guarani, cujo âmbito, nesse tempo, alongava-se do Rio da Prata ao Orenoco e dos Andes ao Atlântico (3).

A Acreânia, pela sua posição geográfica, demorava no segundo desses impérios, asserto, aliás, já reconhecido por Luís

---

(1) B<sup>n</sup> e B<sup>ne</sup> Conrad de Mayendorff, *L'Empire du Soleil*, Paris, 1909, pág. XXV; J. M. B. Castello Branco — *Cartografia Acreana*, in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 223 (1954), pág. 16, nota 1.

Completado o quadro das conquistas incaicas no território boliviano, chega-se a conclusão de que os incas dominaram do lago Titicaca até além da fronteira argentina e no sentido do oeste para o oriente, do Pacífico a Chunchos, passando por Mojos, até chegar aos «llanos» de Santa Cruz, depois de haver ocupado os vales de Cochabamba e os últimos contrafortes da cordilheira, por Vallegrande e pela fronteira de Tomina e Pomabamba. (Henrique Finot — *Nueva Historia de Bolivia*, Buenos Aires, 1946, pág. 56).

(2) José Maria Dalence — *Bosquejo Estadístico de Bolivia*, 1851, pág. 143; *Mercurio Peruano*, de 28 de julho de 1791, pág. 227, nota 2; Luís Ulloa — *Relación de la Jornada y Descubrimiento del rio Manu (Madre de Dios)*, por Juan Alvarez Maldonado, em 1567, Sevilha, 1899, Introd., págs. XIII e XVIII.

(3) José Domingo Cortés — *Bolivia*, 1875, pág. 85.

Ulloa quando a situa na «Gobernación Vilcabamba ó de Martin Hurtado Arbieto», que abarcava os vales do Acre e do alto Purus (4): comprovando ainda mais essa vizinhança, as constantes invasões de gente guarani (1471), ao Alto Peru, em que, por vêzes, lutando contra os Incas, obtiveram algumas vitórias (1475-1564) (5).

Para alguns escritores, os Fenícios e Incas perlustraram a região vizinha ao território do Acre, deixando nomes e inscrições nos vales do Madre de Dios, Purus e Abunã. Na primeira hipótese, o Cônego Raimundo Ulysses Pennafort, tratando da origem de algumas palavras da *Solimonia*, procura demonstrar ser de proveniência fenícia vozes como Acre (*Acre* ou *Aquire*) e Ortone (*Oronte*) (6), quando, na verdade, êsses nomes têm procedência mui diversa, pois, o primeiro é de formação relativamente recente, e provém de *uakiry* (*uwakürü*), têrmo da língua dos índios ipurinãs, encontrado pelos mais antigos exploradores da região acro-puruense, que o transformaram em *aquiri*, *aqri*, *acre* (1872) (7), arranjo que se estabilizou até o presente e foi aproveitado para denominar o mais antigo dos territórios brasileiros. Quanto à palavra *Ortone*, aliás *Orton*, provir da fenícia *Oronte*, tampouco procede. Ainda é de data mais nova, se bem que da mesma década, e foi aplicada a um tributário da margem esquerda do Madre de Dios, pelo explorador doutor Edwin Heath que o descobriu, em 1880, e, em recordação a um outro viajante norte americano, o professor Orton, deu êste nome ao rio recém encontrado (8), o qual é formado pelos Tauamanu e Manuripe (9).

---

(4) *Relación e Introd.*, cit., pág. XIV; J. M. B. Castello Branco — *Tentativas de Desbravamento da Região do Acre*, in Boletim Geográfico, n° 28, pág. 595.

(5) Henrique Gandia — *Historia de Santa Cruz de la Sierra*, 1935, págs. 16, 20-23, 27, 28 e 51.

(6) *Brasil Pré-Histórico*, Fortaleza, 1900, págs. 174, 177, e nota 2.

(7) J. M. B. Castello Branco — *O Nome do Rio Acre*, in Boletim Geográfico n° 79, págs. 750-751; *O Rio Acre*, in Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasileiro, v. 225, págs. 294 a 296; *Caminhos do Acre*, in Rev. Inst. Hist. Brasileiro, v. 196, págs.<sup>b</sup> 127-128.

(8) J. Fr. Velarde, *Conferência na Sociedade de Geografia do Rio*, in Rev. dessa Sociedade, t. II (1886), págs. 173-174; Julio Pirckas, *Relatório sobre a E. F. Madeira Mamoré*, 1885, pág. 90.

(9) O Cônego Pennafort adianta que o rio Ortone corre para o Acre, o que também acontece com o Manury, alcançando êste, o rio Acre, no lugar Flor de Ouro; afirmação esta sômente atribuível a pouca atenção prestada na leitura dos mapas da região, pois, o Manuri ou Manuripe não passa de um formador do Orton, que por sua vez converge para o Madre de Dios.



Relativamente aos Incas, diz Castelnau que vários nomes encontrados, no alto Purus lhe parecem de origem quichua, entre os quais cita *Abunini*, originário das palavras *apo* — grande, e *mini* — diz-se, e *Burué*, qualificativo de uma nação indígena do alto Juruá (10).

Nenhuma das duas fica na vizinhança do Acre. O lugar *Abunini* está situado à margem esquerda do rio Purus, numa distância de mais de trezentas milhas a jusante da fronteira acreana; e a tribo *Burué* campeava no vale do Jutai, cujas nascentes demoram muito abaixo da referida extrema (11).

Na língua dos Pamaris, diz Euclides da Cunha, *abunini* significa *sacado*, palavra esta que, na linguagem peruana, corresponde a *tipisca* (12). Serafim Salgado, na viagem de 1852, registrou *Anaboneny* (13).

Paul Rivet e Contantino Tastevin adiantam que os *Burué* pertenciam a um grupo da família *Katukina*, cujo dialecto se assemelha a dos *Kanamari* (aruak) (14).

É o próprio Cônego Pennafort quem, estudando a origem dos idiomas, afirma que «As línguas dos Incas, dos Mexicanos, e a dos Brazis têm tôdas grandes relações com o hebraico (15); e o Padre Manuel Navarro, examinando e praticando os dialectos das tribos peruanas, assevera que o idioma *Pano*, assim como todos os demais que falam as tribos da República têm muita semelhança com o quichua, opinião esta confirmada pelo Padre Frei Nicolás Armentia, grande explorador e catequizador do vale do Madre Dios. E acrescenta: não afirmamos que êsses idiomas se originem do geral e primitivo falado pelos incas, porém, diremos que existe uma analogia mui notável entre aquêles e êste. Os infieis da «montanha» aprendem com mais facilidade e desembaraço o quichua, do que qualquer idioma europeu, acontecendo o mesmo com os Panos (Ucaïali e Alto Juruá) e os

---

(10) Francis de Castelnau — *De Rio de Janeiro a Lima et de Lima au Para*, 1843-1847, v. V, págs. 103-104.

(11) P. Rivet e C. Tastevin — *Les tribus indiennes des bassins du Purus, du Juruá et des régions limithophes*, in *La Geographie*, Paris, tomo XXXV, 1921, pág. 452, e *Carte Linguistique*, dos mesmos autores, anexa ao referido trabalho.

(12) Relatório da Comissão Mista de Reconhecimento ao Alto Purus (Notas Complementares), 1904-1905, pág. 39.

(13) Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, Rio, 1906, (1852-1857), pág. 251 (Relatório de Serafim da Silva Salgado sobre o rio Purus).

(14) *La Geographie* e v. cit., págs. 452, 456, 460 e 461.

(15) *Obra cit.*, pág. 230, nota 1.

índios que moram na cordilheira andina, os quais assimilam melhor a língua indígena de cada um, pronunciando-a com mais acerto e arrogância do que o castelhano (16).

Sendo assim, é muito natural que se encontrem palavras parecidas com o quichua, nos rios Purus e Juruá. Não obstante, o próprio Castelnau só indica as duas referidas, não afirmando que sejam pertencentes à língua incaica, e somente que lhe parecem, apesar de Euclides da Cunha ensinar que *abunini* é do dialeto pamari (índios do baixo Purus), e a tribo *buruê* está ligada à família katukina e fala um idioma diferente do quichua, como adiantam Rivet e Tastevin, segundo vimos acima.

\* Restam as inscrições rupestres.

Para o Engenheiro Júlio Pinkas, é fato incontestável a presença dos Incas nos rios Madeira e Negro, nos quais se deparam numerosas inscrições que se não podem atribuir aos índios ali existentes (17); e Pereira Labre, explorador da região, diz haver encontrado no pedregal da cachoeira do Abunã, «figuras gravadas em faces perpendiculares, consistindo elas em hieroglifos diferentes, espirais maiores e menores, círculos concêntricos e outras figuras»; hieroglifos que também verificou nas cachoeiras de Periquitos, Paredão e Ribeirão, «talvez trabalhos dos Incas», e bem assim do Beni, onde observou figuras do sol, lua, etc. (18).

Bernardo Ramos que estudou as inscrições e tradições da América, em dois alentados volumes, não se refere a gravações incas na Amazônia, só registrando umas inscrições fenícias numas pedras à margem do rio Amazonas, em Itacoatiara, uma em chinês, duas em árabe, um hieroglifo e outras em grego, no território amazonense, e mesmo assim, sem aludir à bacia do Madeira (19).

O ministro plenipotenciário da Bolívia no Brasil, D. Juan Francisco Velarde, numa conferência proferida na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a 28 de junho de 1886, asseverou que as cabeceiras do Beni e do Madre de Dios são conhecidas desde a mais remota antiguidade, por haver feito parte dos

---

(16) *Vocabulário Castelhana — Quechua-Pano*, Lima, 1903, pág. 172.

(17) Relatório sobre a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, 1885, pág. 86.

(18) A. R. Pereira Labre — Conferência pronunciada na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, sobre os rios Purus, Madre de Dios e Acre, in Rev. dessa Sociedade, tomo IV (1888), págs. 105-106.

(19) Bernardo de Azevedo da Silva Ramos — *Inscrições e Tradições da América Pré-histórica*, 1939, v. I, Prefácio, pág. XVI.



domínios incaicos e da conquista espanhola; porém a parte inferior se achava velada pelo mistério do desconhecido (20). Donde se conclui que os incas não andaram pelo curso inferior desses rios, parecendo, assim, inexplicável a origem desses riscos e desenhos.

Não obstante, ensina Angyone Costa que os litografos no Brasil foram vistos em toda parte, principalmente, nos rios amazônicos, inclusive o Madeira, por vários autores, e acrescenta que essas linhas retas, ponteadas, verticais, transversais, paralelas, sinuosas, circulares, círculos concêntricos, espirais e algumas figuras, não implicam necessariamente relações ou contactos culturais e só assim se compreende que esses motivos possam aparecer nos lugares mais distantes da terra, de difícil, senão de impossível conquista para indivíduos providos, apenas, de meios deficientes de locomoção. Não são caracteres de uma linguagem esquecida e muito menos uma ideografia em formação. São simples ensaios, desenhos reveladores de uma arte rudimentar, representando o simples *ludus homini*, passatempo, brincadeira de índio, ou ainda, a reprodução de uma idéia de comunicação (21).

E ajunta, no Brasil, o índio não tentou a escrita, apenas, logrou, transmitir uma idéia primária a outro índio, utilizando o desenho, uma das primeiras conquistas de que conseguiu se apossar (22); inscrições essas que, examinadas a rigor, não passam de um trabalho produzido por um ser ingênuo, por alguém que ainda não sofreu as influências do mundo exterior; patenteando essas garatuhas, esses sinais, uma comunicação de presença, que encerra o desejo, a alegria, que um índio tem de se comunicar com outro índio (23).

## PROTO HISTÓRIA

Pelo tratado de Tordesillas (1494), a América Meridional ficou dividida em dois quinhões e, como a linha que os devia limitar passaria na parte ocidental da ilha de Marajó, no Estado

---

(20) Rev. da Soc. de Geografia cit., tomo II, pág. 170.

(21) *Migrações e Culturas Indígenas*, 1939, págs. 52, 53, 60; *Indiologia* 2ª edição, 1943, pág. 120. — W. Chandless estudando o rio Purus, refere-se aos índios Catauchis, bela tribo, residente nos rios Mucum, Mari e Pacia, industriais, agricultores e mesmo fabricantes, que faziam farinha de mandioca superior à do Amazonas e louça de barro, com arabescos geométricos. (Notas sobre Rio Purus, de 26 de fevereiro de 1868, pág. 5).

(22) *Migrações e Culturas* cit., pág. 60.

(23) *Indiologia* cit., págs. 117 e 118.

do Pará, a zona em que assentaria mais tarde o Território do Acre, ficava dentro da porção que tocaria à antiga Castella.

Os exploradores, porém, das terras que a circundavam, durante séculos, não a atingiram, constando, apenas, que alguns vindos dos Andes, agitaram-se em torno dos paralelos 12º e 13º austrais, ficando assim, pelos vales do Beni ou do Manu (Madre de Dios), no século XVI (24), e os que se atreveram, nas centúrias seguintes a desvendar a região, cingiram-se às mesmas bacias, ou, quando muito, penetraram nas águas do Madeira, nos séculos XVII e XVIII (25).

Como se vê, a influência espanhola permaneceu arredada das plagas da futura acreânia, e a portuguesa, por êsse tempo, se restringia ao litoral atlântico, longe, mui longe ainda dessa região, só crescendo de intensidade as suas vagas no rumo do norte, pelo limiar do século XVII, quando desalojou os franceses do Maranhão, enfiando-se pelo Amazonas acima, num arrojo de audácia e coragem que, colimando na expulsão de ingleses e holandeses do seu curso inferior e na conquista de tabas selváticas, preparando o caminho para maiores cometimentos e dando ensejo a que a penetração, na centúria seguinte se espraiasse por vários galhos do rio-mar, aproximando-a da região acreana, mas, só aí penetrando os brasileiros, pouco depois do meado do século XIX, época em que os bolivianos permaneciam nas margens do Madre de Dios, e Beni na suposição de que um dos dois fôsse a origem do rio Purus (26).

\* \* \*

As primeiras concessões de terras na região andina e planície amazônica, emanaram dos reis de Castella, e, antes mesmo de Francisco Pizarro conquistar o Peru, já lhe era outorgada, por carta régia de 26 de julho de 1529, uma faixa de terra de duzentas léguas de extensão (1º 20' ao norte da linha equatorial até o paralelo 14º 50' ao sul) que, «no podia ir mas allá de las tierras pertenecientes al Peru». Apesar dessa restrição, alguns escritores dilatavam êsse privilégio para o oriente até a linha de *Tordesillas*, abarcando, assim, terras acreanas, pois, se alargava até a foz do rio Amazonas, ao que se opõe o notável histo-

---

(24) Henrique Gandia, *Limites de las gobernaciones Sud Americanas en el siglo XVI*, Buenos Aires, MCMXXX, págs. 47, 159 e XV, da Introducción; Luis Ulloa — *Relacion cit.*, pág. 47.

(25) J. M. B. Castello Branco, *Caminhos do Acre*, cit., págs. 216-217; Enrique Finot, *obra cit.*, págs. 71 e 120.

(26) Castello Branco, *Terra e Gente do Acre*, pág. 43; *Caminhos do Acre*, págs. 217 e 219.



riador argentino Henrique Gandia, uma vez que a concessão se cingia à costa do Pacífico até os últimos contrafortes andinos, justamente, o território pertencente ao Peru (27).

Seguiram-se as *gubernaciones* de D. Pedro de Mendoza (1536), Álvaro Nunes Cabeza de Vaca (1540), Domingo de Irala (1552), Gomez Arias d'Ávila (20, 2, 1557), Juan Alvarez Maldonado (25, 7, 1567), Juan Ortiz Zárate (1569) e Martín Hurtado de Arbieta (30, 7, 1572).

A concessão feita a D. Pedro de Mendoza, compreendia a região acreana, assim como as de Cabeza de Vaca, Irala, Zárate e D'Ávila (28); sendo que a última ia do paralelo de 1º e 30', ao norte, ao 19º ao sul, e se estendia do meridiano 75º 30' ao 55º 30' de longitude W de Greenwich (29).

Juan Alvarez Maldonado, tendo fracassado na sua jornada de 1568, apesar de ter explorado todo o rio Manu, teve parte dos seus domínios transferida a Juan Ortiz Zárate (30); recuperando-a, em 1586, por novo ato realengo (31).

Foi quem mais se aproximou da zona acreana, mas nem êle nem seus imediatos, passaram do vale do rio a que denominaram de Nuestra Señora, hoje, Madre de Dios (32).

Resta Martín Hurtado Arbieta, cuja concessão foi assinada pelo vice-rei do Peru, D. Francisco de Toledo, o qual o nomeou, a 30 de julho de 1572, governador de Vilcabamba e o incumbiu de conquistar uma parte das Manaries e do fabuloso império denominado *Guanaco-Marca*, cuja situação corresponde ao que, atualmente, chama-se de Alto-Purus e que confinava com o governo de Vilcabamba (33).

Apesar de vizinho da acreânia, não consta que houvesse penetrado nas suas terras.

---

(27) Henrique Gandia — *Limites de las Gubernaciones Sud Americanas en el siglo XVI*, Buenos Aires, MCMXXXIII, pág. 9.

(28) Gandia, *Relac. cit.*, mapas II e III, págs. 25, 61, 79 e 154.

(29) Gandia, *Relac. cit.*, pág. 91.

(30) Gandia, *Relac. cit.*, pág. 117.

(31) Gandia, *Relac. cit.*, pág. 118. Os seus domínios compreendiam os vales do Juruá, Purus, Beni, Madeira, e parte do Amazonas, até o meridiano de Tordesilhas. (Bautista Saavedra — *Defensa de los Derechos de Bolivia en el Litigio de Frontera con la Republica del Peru*, Buenos Aires, 1906, v. I, mapa entre as págs. 176 e 177.

(32) Gandia, *Relac. cit.*, pág. 47.

(33) Gandia, *Relac. cit.*, pág. 159; Luis Ulloa, *Relac. cit.*, *Introducción*, pág. XV.

Houve outras concessões, como as de Alonso de Ojeda (1508), Francisco de Orellana (1544), Diogo Hernandez de Serpa (1568), denominadas tôdas de Nova Andalucia, bem como a de Maldonado, mas, abarcando terras situadas ao norte das descritas (34).

\* \* \*

Narra Cassiano Ricardo que «as terras pertencentes ao futuro Acre não podiam ter ficado fora de tão espantoso raio de ação, desenvolvido pelos portugueses, via Amazonas, e pelos paulistas, via Tietê» (35).

O autor do *O Tratado de Petrópolis* referia-se às jornadas de Pedro Teixeira (1637-1639), subindo e descendo o majestoso Amazonas, de Gurupá a Quito, no Equador, e à de Antônio Raposo Tavares ao Alto Peru, de onde saiu no rio-mar, pelo Madeira (1648-1651), além de outros viajores que percorreram essas mesmas vias.

Pedro Teixeira e os que transitaram pela vasta calha amazônica, nem sequer se aproximaram das raías acreanas, uma vez que navegaram, cêrca de mil milhas ao norte, e, Raposo Tavares e os demais que se lhe seguiram, descendo o rio Madeira, avizinham-se da zona acreana, mas, mesma assim, passaram pela foz do rio Abunã, numa distância ao redor de oito dezenas de milhas.

O próprio Cassiano Ricardo assevera haver Raposo e outros bandeirantes paulistas percorrido a rota Paraguai, Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas (36).

E como o notável bandeirante, depois dos embates com os espanhóis, no Alto Peru, descesse os rios Mamoré e Madeira, em balsas, já muito desfalcado, cansado e desfigurado (37), provavelmente, não estaria em condições de praticar outros feitos d'armas, ou de enfrentar as suas cachoeiras e os valentes Pacaguaras, índios que ali resistiram durante centenas de anos a todos os que tentaram invadir suas terras, só dominados no fim do

---

(34) Gandia, *Relac. cit.*, págs. 118, 119, 120 e 121. Ver também a respeito dessas «Gobernaciones», J. M. B. Castelo Branco — *Terra e Gente do Acre*, in *Boletim Geográfico* nº 73 (1947), págs. 42-43.

(35) *O Tratado de Petrópolis*, 1954, v. I, pág. 46.

(36) *Obra e v. cit.*, págs. 44 e 45.

(37) Berredo — *Anais Históricos*, Florença, 1905, v. II, págs. 81-82; Basílio de Magalhães — *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, São Paulo, 2ª ed., 1935, págs. 126-127, e nota 21; D. S. Ferreira Pena — in *Revista Amazônica*, t. I (1883), pág. 10; Castello Branco — *Caminhos do Acre*, cit., pág. 77.



século XIX (38), tanto que viajou de bubuia, ao sabor das águas, incapaz de outros cometimentos ou riscos.

Não é outra a conclusão ao estudarem-se os documentos em que se baseou Washington Luís, o pesquisador que conseguiu firmar o itinerário da bandeira de Antônio Raposo Tavares, de São Paulo ao alto Paraguai, depois do que passou ao Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas, a cuja corrente entregou-se, levando-a a Gurupá (39).

O Padre João de Sousa Ferreira que conversou a respeito da jornada com um frade e um secular que pertenceram a expedição, narra que Raposo subiu o rio da Prata até as suas fontes, em vários lagos e campinas alagadas, nas quais muitas vezes se achou perdida; andando dias inteiros com a roupa na cabeça e água pela barba, se empenhou tanto que, alimentando-se de olhos de palmas e tendo encontros com os castelhanos do Peru, desceu em jangadas o rio Madeira, entrou no Amazonas e chegou ao Pará depois de gastar três anos pelos sertões (40).

Outros bandeirantes seguiram o mesmo roteiro ou ficaram pelos galhos meridionais do Guaporé. Entre estes, pode-se citar Luís Pedroso de Barros que partira de São Paulo, em 1660 (41), e entre os primeiros, o português Manuel Felix de Lima (1742-1743), acompanhado de Joaquim Ferreira Chaves e outros, sem constar que houvessem, ao menos, tentado invadir o rio Abunã, o caminho mais curto, partindo da zona percorrida, para atingir ao Acre (42).

Dos que subiram o Madeira, somente o penetraram, gente de duas expedições: a do sargento-mor Luís Fernandes Machado (1749) que o navegou, apenas, meio dia, e a do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho (1772) que o sulcou durante três dias, não passando, porém, ambas de suas cachoeiras (43).

\* \* \*

No período colonial, a linha divisória, entre os domínios portugueses e espanhóis, parecia um devaneio, pois, somente existia na letra dos tratados ou na imaginação dos estadistas da época.

---

(38) Castello Branco cit., pág. 97, nota 45, e pág. 100.

(39) Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. IX (1904), pág. 500.

(40) Rev. do Inst. Hist. de São Paulo, v. e artigo cit., pág. 496.

(41) Castello Branco — *Caminhos do Acre* cit., pág. 77.

(42) Autor e obra cit., pág. 79, e nota 3.

(43) Autor e obra cit., págs. 79, 95 e 96.

A utópica Tordesillas, pouco mais de um século depois, era empurrada para oeste pela pressão dos invasores luso-brasileiros. Amazonas acima; parou algum tempo à margem do Madeira, num linhamento que iria da nascente do Javari ao rio Madeira, aos 6º 52' 15" de latitude sul, cujo ponto regulava a metade entre o Mamoré e o dito Madeira; fixada mais para o este pelos acórdos de 1851, entre o Brasil e o Peru, e, em 1867, entre o mesmo país e a Bolívia; sofreu novo empuxo de 1880 em diante, devido à invasão de brasileiros nordestinos; dando ensejo a discussões e várias interpretações, que só findaram com a assinatura do tratado de Petrópolis, em 1903.

\* \* \*

O rio Purus ou Cuchivara, assim chamado pelos antigos geógrafos, teve seu primeiro batismo na viagem do Padre Cristóbal d'Acuña, em 1639-1640, que o denominou de Yanapuary, apelido de uma tribo existente numa das suas bôcas (44), «pero se ignoró su origen hasta el año 1864; en cuya época, un atrevido é ilustrado inglês, M. Chandless, hizo un profundo estudio de este rio» (45).

Apesar da veracidade da afirmativa de Raimondi de que a sua nascente sempre foi desconhecida até a exploração desse geógrafo inglês, procurou-se confundi-lo com o Araza ou Inambari, Mañu ou Madre de Dios, e mesmo com o celebrado Beni, por conjecturar-se que o Purus provinha da cordilheira andina e tinha suas nascentes para o lado de Carabaia, Cuzco, lagos Roguagalo ou Titicaca (46).

Daí, o engano do cartógrafo Juan de La Cruz Cano y Olmedilla anotar à margem do rio Purus a observação seguinte: «El caudaloso R. Araza cuyo origen comparado con el que corresponde al famoso Cuchivara u R. Purus parece ser uno mismo, como se infiere en la descripcion del obispado del Cuzco in-

---

(44) Antonio Raimondi — *El Peru*, Lima, 1879, t. III, pág. 307; Roberto Southey, *História do Brasil*, 1862, tradução de L. J. de Oliveira e Castro, t. II, pág. 442.

(45) A. Raimondi, t. e pág. cit.

(46) M. Paz Soldan — *Geografía del Perú*, Paris, 1863, obra póstuma, corrigida e aumentada por seu irmão Mariano Felipe Paz Soldan, tradução para o francês por Arsène Mouqueron, pág. 7; Mariano Felipe Paz Soldan, *Diccionario Geografico Estadístico del Perú*, Lima, 1877, págs. 94, 104, 556 e 557; Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, *Mapa Geografico de America Meridional*, 1775; Castelo Branco, *Caminhos do Acre* cit., págs. 104 e 105, e nota 1.



cierta al fin del conocimiento de tiempos, impreso en Lima año 1768» (47).

Por êsse tempo, não se falava no rio Madre de Dios que era substituído, nos mapas, pelo Inambari, que, em lugar de desembocar no Beni para ir ter ao Madeira, como seria natural, corria para a vertente do Perenê, que pertencia ao sistema do Ucaiali, apesar da jornada de Juan Alvarez Maldonado, de 1567 a 1569. O «R. Beni u R. Serpiente», que M. D'Anville llama Amarumayu» era encaminhado para leste, confundindo o cartógrafo o rio Marmoré com «El grande de La Plata».

Era assim a cartografia da época.

Eman Bowen, punha no alto Cuchivara, vários lugares, como Reyes, S. Paul, St. Boria, etc. (48).

G. Deslisle desenha o «Amarumayu-R. Puru» até cêrca de 8º austrais, que, daí até quase 11º passa a ser ponteadado, resta-belecendo o risco, desta situação às cabeceiras com vários galhos de ambos os lados (49).

M. D'Anville traça o Purus até as proximidades de 6º, ponteia daí a acima de 12º, restaurando o risco dêste ponto em diante, e acrescentando-lhe diversos formadores, inclusive o Beni; põe-lhe a denominação de «Amarumayo or Serpent R.», o que já havia feito num outro mapa datado de 1747 (50).

Nenhum dêles, contudo anotava o nome Araza no Purus, só o encontrando, outra vez no mapa de Dezauche, mais de trinta anos depois, no qual o cartógrafo escreveu, num rio que nasce ao norte de Vilcabamba e a oeste de Cuzco, e vai desaguar no rio Amazonas, abaixo de Coari, por três bôcas, sem nenhum afluente, «R. Araza» (51).

O verdadeiro Araza não passava do «Nombre del Marca-pata en su parte más baja cuando cae al Inambari», nome que

---

(47) Mapa Geográfico de America Meridional, «teniendo presentes varios Mapas y noticias originales con arreglo á observaciones astronomicas, Año de 1775».

(48) *A New and Accurate Map of Peru and the Country of the Amazonas*. Deve ser de 1747.

(49) *Carte d'Amerique*, 1774.

(50) *A Map of South America*, London, 20 september 1775; e *Amerique Meridionale*, MDCCXLVII.

(51) *Carte d'Amerique Dressée pour l'instruction* Par Guil Delisle, Paris, 1808.

«los naturales arasairis que lo habitan» applicavam também ao referido Inambari (52).

Sendo o Inambari um dos principais afluentes do Madre de Dios e até o meado do século XIX, ou mesmo depois, indistinguível dêle, e este, por sua vez do Beni, a cuja bacia pertenciam, e sendo o último tido como a parte superior do rio Purus, não era de estranhar que, dado o desconhecimento da região por essa época, como atesta o traçado dos seus rios, que se acham ponteados, de cêrca de 6º ou 7º até 11º ou 12º austrais, alguém desse o nome de Araza ao Purus.

Esse engano, na opinião do geógrafo peruano Raimondi, só foi desfeito com o desvendamento do rio Purus, por W. Chandless, em 1864-1865 (53), por não ter tido a repercussão devida o resultado da viagem de Faustin Maldonado, em 1861, descedo os Madre de Dios e Beni e saindo na calha do rio Madeira.

Mas Chandless, a despeito de opinar que o Purus não se originava da cordilheira andina, equivocou-se ao dar o nome de Aracá a um dos contribuintes do famoso Cuchivara, devido ao traçado anterior da hidrografia local e troca das denominações das correntes fluviais correspondentes, segundo exprimiu Paz Soldan, um dos maiores conhecedores da geografia peruana (54).

Não obstante, o parecer dêsses reputados autores peruanos, é preciso esclarecer que Chandless não foi o primeiro a aplicar o nome de Aracá ao referido afluente do Purus, uma vez que o explorador brasileiro Manuel Urbano da Encarnação já o empregara na sua viagem de 1861, quase um lustro antes do geógrafo britânico. E assim como informara isto ao engenheiro brasileiro João Martins da Silva Coutinho, encarregado de resumir as informações da viagem do dito Manuel Urbano (54-A), certamente, dera ciência do que ocorria ao geógrafo inglês, como lhe transmitira muitos outros informes sobre o vale puruense, por ser o maior conhecedor das coisas do Purus.

---

(52) German Stiglich — *Diccionario Geografico del Perú*, Lima, 1922, v. A-G, pág. 109; v. H-Q, págs. 556 e 656.

(53) Amazonas (Manaus), edição de 10 de outubro de 1868, pág. 3; Mateo Paz Soldan, *Geografia del Perú*, 1863; Castello Branco — *Caminhos do Acre* cit., págs. 106, 107 e 219. Mariano Felipe Paz Soldan, reputado geógrafo peruano, ainda em 1877, no seu *Diccionario Geografico e Estadístico del Perú*, ensinava que o Beni recebia águas do Purus.

(54) Mariano Felipe Paz Soldan, *Diccionario Geogr. e Estad. del Perú*, Lima, 1877, pág. 94.

(54-A) Relatório sobre a exploração do rio Purus, de 1 de março de 1863, pág. 54, in Relatório do Ministro da Agricultura de 1865; Relatórios dos Presidentes do Amazonas, v. II, pág. 803.



E Manuel Urbano, como explorador e diretor de índios que era, há cêrca de um decênio, só poderia ter ouvido êsse nome por comunicação do gentio local, mostrando assim, que o apelido era usado por êle, e, mesmo porque Urbano, pela sua pouca instrução, era desconhecedor de tão intrincada geografia.

Além disso, poderia coexistir, o nome em rios diversos, sem depender a origem de um da do outro; porquanto, apesar, da identidade do radical, a desinência não é igual. No rio castelhano, a terminação é *za* e no brasileiro — *qã*. Poderia haver confusão, se o afluente do Purus tivesse o apelido *Arassa* ou *Araçá*, mas, sempre foi gravado *Aracá*, afastando, assim, qualquer dependência um do outro; tanto que em português, temos as grafias *araca*, *araçá* ou *araxá*, significando coisas inteiramente diferentes.

\* \* \*

Segundo German Stiglich, os varadouros do rio Purus ao Urubamba e ao alto Ucaiale eram conhecidos dos índios Piro «desde época imemorial», tendo sido, porém, as primeiras referências sobre a sua existência trazidos por Bousquet e Piper (55).

O Padre Ramon Bousquet, companheiro do Conde de Castelnau na sua viagem pelo Ucaiale, em 1847, percorreu, descendo pela primeira vez o rio Urubamba, no comêço do século XIX, iniciando essa jornada a primeiro de setembro de 1806, transpôs a foz do *Sipagua* (Sepáua) no dia 20, encontrando mais adiante os «infideles *Chontaquiros* llamado *Cuja*», que deram notícia de um grande rio quase igual ao Urubamba que êle Bousquet julgou fôsse o Beni ou Javari; e a 24 de dezembro, viu à direita o rio *Tamaia*, habitado pelos índios *Conivos* (56).

Não consta que Bousquet houvesse penetrado no Sepáua ou no Tamaia.

A citação do nome *Cuja*, embora aplicado aos infiéis *Chontaquiros* e a referência a um rio quase igual ao Urubamba para o lado do oriente, não deixa de ser uma alusão, nessa altura, ao rio a que o gentio local apelidava de *Cuja* e a que o tenente da armada britânica Henri Lister Maw, em 1827, já falava, quando apontava as tabas dos índios Piro que se alargavam das margens do rio Ucaiale às do *Cuja*, rio êste só conhecido pela notícia que os habitantes da floresta davam dêle, supondo uns que

---

(55) *Dicionário Geográfico del Perú*, Lima, 1922, v. H-Q, pág. 877.

(56) Antonio Raimondi — *El Perú*, Lima, 1879, t. III, págs. 26, 28 e 30.

fôsse o Paucartambo ou o Beni, e outros o Gavari (Javari), ligado ao Ucaiale pelo rio Tamaia (57).

Mais tarde, em 1833, foi encontrado em poder de D. Manuel Amez, governador de Añdamarca, um mapa do rio Ucaiale, cujo autor, tanto podia ser o Padre Plaza, como o referido Amez, que foi companheiro do aludido padre, numa expedição ao mencionado rio (58).

Esta carta geográfica registrou dois rios ligando o Ucaiale ao rio Cuja, confirmando as notícias anteriores, um, com o rótulo de «Rio Sipahua», em que se lê «camino por donde los Piros del Ucayali se comunican con los del Cuja» (11° na bôca e 10° 31' na confluência com o Cuja), e outro, intitulado, «R. Tamaya» (8° 29', na incidência com o Ucaiale e 8° 41', no Cuja), lendo-se a margem: «Por este rio se comunica al Cuja segun varias relaciones de los Conibos».

Na época, não se podia atinar a que corrente fluvial correspondia êsse Cuja, como já vimos, atribuindo-se a vários cursos d'água que deslizavam ao oriente, esclarecendo, porém, o cartógrafo que se tratava de um rio tão caudaloso como o Ucaiale, «poblado de Piros Amahuacas y otras naciones que non conocemos aun». Sòmente, decênios mais tarde, com os estudos e explorações dos rios Javari, Juruá e Purus, foi excluído o primeiro, por ter as suas cabeceiras nas proximidades do paralelo sete, restando os outros que se estendiam para o sul, ajustando-se às coordenadas do rio Tamaia ao curso do Juruá (8° 29' a 8° 41') e as do rio Sepahua ao do Purus (10° 31' a 11°).

Quanto a A. de Piper, a notícia mais antiga que se tem dêsse explorador norte americano é referente ao ano de 1868, quando requereu a concessão de terras na parte boreal da Bolívia (59); não, constando, porém, que perlustrasse os varadouros do Purus ao Ucaiale, e, sòmente estado na região entre a foz

---

(57) *Do Pacífico ao Atlântico*, 1831, pág. 309; A. Raimondi, obra cit., t. I, pág. 17; Francis de Castelnau — *De Rio a Lima et de Lima au Pará*, 1843-1847, v. V, pág. 309; Bautista Saavedra — *Defensa*, cit.; v. II, pág. 238.

(58) Mapa de las Misiones del Ucayali y verdadero curso de este Rio segun las observaciones hechas en los años de 1811, 1815, 1816, 1817 y 1818, por los P.P. Misioneros del Colegio de propaganda fide de Santa Rosa de Ocopa, en las expediciones que se hicieron en dichos años, para abrir la comunicacion del rio Tambo y reconocimiento de otros paises; Antonio Raimondi, *El Perú*, Lima, 1879, t. III, pág. 106.

(59) Juan Francisco Velarde — Conferencia in Rev. da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tomo II (1888), pág. 184.

do Ituxi e a bôca do Chandless, de 1871 a 1874 (60), via Manaus como veremos adiante.

Antes do meado do século XIX, em 1847, já Castelnau anunciava que os índios *Seuvacus*, moradores da ribeira do Pauini ou adjacências, comunicavam-se com os espanhóis (61), notícia esta confirmada por Chandless, quando da sua jornada de 1864-1865, ao ter contato com os Maneteneris, êstes lhe mostraram conhecer palavras espanholas, o machado português e o americano, além de usarem várias peças de roupa (62); e por Piper, que viu entre o gentio puruense «cuchillos y herramientas para hacer canoas, que estos habían traído de sus viajes al Ucayali», acreditando haver uma comunicação direta por água entre o Purus e o Ucaiale, por meio do afluente Curimahá e um tributário do segundo chamado *Yami* (63).

## DESCOBRIDORES

### I

#### BACIA DO PURUS

Na região em que se acha encravada a atual Acreânia, apesar de fronteira, não prevaleceu a necessidade de se estabelecer para a defesa do país, núcleos de resguardo ou de povoamento.

Nem Portugal, nem o Brasil, cogitou dêsses problemas. O governo lusitânico recomendava aos comissários portugueses das «Demarcações», nas «Instruções Reais de 1753», que estendessem os seus domínios o máximo que fôsse permitido, «apartando os Castelhanos o mais que pudessem do rio dos Purus»; aconselhando também que erguessem marcos nos rios Madeira, «Purus», «Yuruá» e «Javary» (64), porém, apesar de percorrerem os demarcadores essas bacias, ficaram ainda muito aquém

---

(60) A. Raimondi, v. III cit., págs. 589 e 590.

(61) *De Rio a Lima et de Lima au Pará*, 1843-1847, v. V, pág. 93.

(62) Notas sobre o rio Purus, lidas perante a Real Sociedade Geográfica de Londres, a 26 de novembro de 1868, pág. 8.

(63) A. Raimondi — v. III cit., pág. 587.

Segundo German Stiglich, o varadouro do Sepaua, ligando a bacia do Ucaiale à do Purus, foi comprovado por Firmin Fiscarrald e ratificado por Collazos. Sulca-se oito dias o Sepahua para chegar-se ao varadouro do Cujar, no Purus, (Dic. Geogr., cit., v. R-Z, pág. 974).

(64) Rev. do Inst. Hist. Geogr. Brasileiro, t. LXVII, pág. 308.



das terras em que mais tarde se estabeleceria o Território do Acre, a não ser nos rios Madeira e Javari, pontos extremos dessa extensa raia, nos quais os delimitadores fizeram observações bem mais próximas da região acreana, do que nos vales do Purus e do Juruá.

Ainda, em 1879, o historiador peruano Antônio Raimondi, tratando da exploração da região amazônica, particularizava que tinha havido expedições científicas ao Marañon, Huallaga e Alto Ucaiale, «pero nadie, hasta estos ultimos años, habia intentado la exploracion de los situados al E. del Ucayali», como — «el Purus y el Yuruá, etc.» (65).

Foi preciso que o govêrno amazonense desejasse descobrir «uma passagem livre das cachoeiras e menos extensa para os povoados da Bolívia», para que, então, se iniciasse a fase de descobrimento da terra considerada «a mais moça do Brasil». Chefiaram essas missões o pernambucano Serafim da Silva Salgado, o mulato amazonense Manuel Urbano da Encarnação, seguidos do explorador maranhense Antônio Rodrigues Pereira Labre e do primeiro tenente da armada nacional Augusto José Soares de Andréa ou Andréas, além de outros, como o geógrafo inglês W. Chandless e o norte americano A. I. Piper, sem esquecer João da Cunha Corrêa, o desvendador do alto Juruá e de parte do Purus, anterior a todos os descobridores da acreânia.

Desde o meado do século XVIII, que os agarradores de índios ou coletores de drogas penetravam os rios Purus e Juruá, sendo que no primeiro, em maior escala, comércio êste proibido em 1818, ao tempo do governador Manuel Joaquim do Paço (66), porém, mais tarde restabelecido, pois, era praticado nos mesmos rios, como se verifica dos depoimentos colhidos por Francis de Castelnau, antes de finda a primeira metade do século XIX (67).

---

(65) *El Perú*, Lima, 1879, v. III, pág. 307.

(66) Te. A. Amazonas — *Dic. Top. Hist. e Descr. da Com. do Alto Amazonas* 1852; André Fernandes de Sousa — *Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro*, in *Rev. de História e Geografia*, 1848, n° 12, pág. 434; Artur Reis, *História do Amazonas*, 1931, pág. 143; Moreira Pinto, *Dic. Geográf. do Brasil*; A. C. R. Bittencourt, *O Município de Lábrea*, 1918, pág. 10; José Monteiro Noronha, *Roteiro manuscrito*, pág. 41; Ouvidor Sampaio Ribeiro, *Diário*, 1774-5, pág. 55.

Segundo Araújo Lima, o reconhecimento dos afluentes do Solimões, como os Juruá, Purus, e outros, teve começo após a expulsão dos missionários espanhóis, em 1710, sempre arrastados os exploradores pela atração dos «produtos naturais». (*A Exploração Amazônica*, in *Revista Brasileira de Geografia*, ano V, n° 3, pág. 377).

(67) Castello Branco — *Cominhos do Acre cit.*, págs. 107-108 e 163-164.

Alguns autores diziam que êsses coletores de drogas subiam o Purus, numa extensão de 180 a 200 léguas, sendo poucos os que ultrapassavam de Canutama, sem nenhuma tentativa de exploração (68); mas, não apontando até que lugar êles chegavam, o que só se teve conhecimento pelos informes prestados a Castelnau, por Joaquim Bruno de Sousa, que mais tarde exerceria a função de diretor de índios dessa ribeira.

Estava-se em 1847, sabendo-se pelas informações de Bruno que, na bacia puruense, os índios Mura, vestidos e civilizados, dominavam nos lagos Aiapuá, Jari, Taboca e Guajaratuba, rios Abufari e Preto (Paraná Pichum), encontrando-se no rio Tapauá, índios Sipo, nus, porém, mansos e fabricantes de farinha de mandioca; *Catuquina*, 15 a 18 dias acima; Oidai, no rio dêsse nome, *Puru-Puru*, próximo ao rio Damari e ao lago Capian. Seguem-se os lagos Cacuatáon, com uma aldeia de jangadas e o Mamorian e o rio Ituss (Ituxi), de águas escuras, os lagos Sepatini e Abumini, o rio Mamorian, em que há uma grande casa de índios *Cataochis*, hospitaleiros e agricultores, gastando-se ainda mais de dez dias para alcançar-se o rio «Paouni», habitado por *Seuvacus* que se comunicam com os espanhóis e são hostis, como os *Jamari*, *Taboca* e *Ayapu*, que vagueiam daí para o alto (69).

O informante acrescentava que as margens do Purus eram cobertas de cacauais, havendo muito peixe e tartaruga nas suas águas; podendo gastar-se nesse itinerário uns três meses, sendo 25 dias até o Tapauá e 66 até o Ituxi (70).

Dessa narração, deduz-se que os civilizados ainda não tinham sítios na bacia puruense, e, tão somente se comunicavam com os indígenas em virtude do comércio ambulante que com êles entretinham, na troca de algumas mercadorias por produtos das selvas; mas já influíam na sua educação, conforme atestam alguns costumes verificados entre os Mura e outras nações selvagens moradoras no curso inferior do enorme caudal.

Não havia notícia do rio Aquiri ou Acre, nem se a teve com a viagem do cametauara João Rodrigues Cametá, diretor de índios

---

(68) J. M. da Silva Coutinho, ofícios de 24 de novembro, 1861 e de 8, abril, 1862, ao Presidente da Província do Amazonas, C. Carneiro da Cunha, in *Relatórios dos Presidentes*, v. II, pág. 804; e Relatório do Ministro da Agricultura de 1865, Anexo O, pág. 5; Moreira Pinto, *Dic. Geogr.* cit.; A. S. Ribeiro Bittencourt — *O Município de Lábrea*, 1918, pág. 27.

(69) Fr. de Castelnau, obra e v. cits., págs. 92 e 93.

(70) Obra e vol. cits., pág. 94.

no Purus, desde 1848 (71), o qual partira de Manaus, em março de 1852, segundo Artur Reis, e depois de 53 dias de viagem, alcançou o lago Sepotini (72); três dias de viagem acima do rio Ituxi (73). Outros autores anotaram o ano de 1847, como o sendo para essa jornada (74), ou data anterior a 1850 (75).

Ao que parece, Cametá, no seu ofício de encarregado de índios fez mais de uma viagem, tanto que os que apontam datas diversas da do historiador Artur Reis, indicam o rio Ituxi como ponto final da exploração.

Desmembrada da província do Grão-Pará, surgiu a do Amazonas, em 1852, e o presidente que a instalou tratou logo de descobrir uma comunicação com a república vizinha e encarregou ao pernambucano Serafim da Silva Salgado de «tentar igualmente pelo rio Purus e pelas campinas até o rio Beni, superior às cata-dupas do Madeira, uma passagem livre delas, e menos extensas para os povoados da Bolívia», a fim de suprir de gado a cidade de Manaus (76).

Salgado levou 153 dias de subida, dos quais viajou 142, calculando haver percorrido umas 1.400 milhas, porém, o geógrafo inglês W. Chandless que, anos depois, estudou e mediu o rio Purus, avaliou a derrota de Salgado em cerca de 1.300 milhas, alcance êste que vai além da boca do rio Hyuacu (Iaco) (77); tudo dentro do ano de 1852, a contar de 10 de maio a 30 de novembro, ou sejam 203 dias de viagem redonda, por ter penetrado no Purus, a 29 de maio referido (78).

---

(71) *Relatórios dos Presidentes do Amazonas*, v. I, pág. 745 (Mapa de 1848, do Gram-Pará).

(72) *Anais do III Congresso Sul Rio Grandense de História e Geografia*, v. IV, pág. 2.075.

(73) Castelnau, obra e v. cit., pág. 93.

(74) J. A. Masô, *Mapa do Território do Acre*, 1917; Craveiro Costa — *A Conquista do Deserto Ocidental*, 1940, pág. 95.

(75) Ruy Barbosa — *O Direito do Amazonas ao Acre Setentrional*, 1910, v. II, pág. 49; Elisée Reclus — *Estados Unidos do Brasil*, 1900, tradução de Ramiz Galvão, pág. 41; W. Chandless — *Notas sobre o rio Purus*, 1868, pág. 1.

(76) J. B. de Figueiredo Tenreiro Aranha, Relatório de 30 de abril de 1852, e Fala do mesmo Presidente, de 1 de outubro de 1853, in v. I dos *Relatórios dos Presidentes dessa Província*, págs. 73 e 197; *Dic. Hist., Geogr. e Etnográf. do Brasil*, Rio, 1922, v. II, *Estados*, pág. 68.

(77) *Notas sobre o rio Purus*, 1868, págs. 1 e 15.

(78) Relatório de Serafim da Silva Salgado, in *Relatórios Presidenciais*, Rio, 1906, v. I (1852-57), págs. 249-253.



Salgado anotou o paraná mirim de São Tomé, as bôcas dos lagos *Castanha*, *Estopa* e *Matias*, *Paricatuba*, onde havia um destacamento, as fozes dos lagos *Uaiapuá*, *Macaco*, *Campina* e *Chapéu*, o sítio do prêto *Higino*, o paraná *Pixuna*, lago *Jacaré*, as bôcas dos rios *Tauariá Grande*, *Tapauá* e *Mucum*, praia do *Capim* e do *Bôto*, foz do *Paniny*, a praia da *Pedreira*, a 26 de agosto, chegando à primeira maloca dos índios *Cucamas* a 18 de setembro e à sétima, a 9 de outubro, donde voltou; além de outros rios, praias e lagos (79).

Como se vê, Salgado arrolou umas dez palavras portuguesas demonstrando dessa maneira que já havia pessoas civilizadas residentes na ribeira puruense, afora um destacamento militar em *Paricatuba*, e se por acaso não fôsem habitantes permanentes, devido ao sistema de trabalho adotado na região, deviam, pelo menos, estacionar ali na temporada dedicada ao serviço de pesca ou extração de drogas do sertão.

Bruno de Sousa aludia, apenas, a um *Paraná Pixum* ou *Rio Prêto*, mera tradução, estas palavras portuguesas das duas primeiras que são de origem tupi.

Dos nomes apontados por êste coletor de drogas ou encarregado de índios, ainda hoje se conservam os de *Oyapuá* (*Aiapuá*); *Jari* (lago), atualmente paraná, e as bôcas de baixo e de cima; *Taboca* (lago) conhecido por *Itaboca*, justamente situado entre o paraná do *Jary* e *Guajaratuba*, como descreve o informador do francês *Castelnau*; *Guajaratuba*; *Abufari*; *Paraná-Pichum* ou *Rio Prêto*, hoje *Paraná Pixuna*; *Tapaoá* (*Tapauá*); *Ituss* (*Ituxi*); *Sepatini*; *Abunini*, *Mamoriá* (*Mamorian*) e *Paouni* (*Pauini*), isto é, mais de dois têrços dos arrolados, há cento e dez anos.

Serafim Salgado, o que se lhe seguiu e subiu o *Purus*, até a sétima aldeia dos *Cucamas*, mais de trezentas milhas além da distância vencida por Bruno de Sousa, aludiu, no mínimo, a três nomes relacionados por êste: *Aiapuá*, *Tapauá* e *Pauini*, contudo, apontou outras denominações que ficaram até hoje, como *Castanha* (*Castanha Mery*), lago do *Matias*, *Paricatuba*, *Cam-*

---

(79) Relat. e v. I cits. págs. 250 e 253.

Diz o geógrafo inglês W. Chandless que Salgado confundiu os índios *Manetenerys* com os *Cucamas*, devendo as sete malocas, a que se refere no seu relatório sobre a viagem ao rio *Purus*, ser do gentio *Maneteneriery*. Acrescenta que Mr. Spruce, examinando certo vocabulário *maneteneri*, embora escasso, verificou tratar-se de gente da grande nação caribe. (*The Journal of the Royal Geographical Society London*, v. 36 (1866). Notes on the River Aquiry, the principal Affluente of the River *Purus*, pág. 123; *Diário Oficial do Império*, de 22 de janeiro de 1870, pág. 4, c. 3; *Apontamentos sobre o Rio Juruá*).

pinas. Chapéu, Arimá (Ariman), Tauariá, rio Mucum, Caçaduá, etc.

Salgado, nessa viagem não penetrou nos afluentes do Purus, de sorte que, tendo ido, apenas, umas cinquenta milhas a montante da foz do Iaco, não deu cumprimento à sua missão que era descobrir uma passagem da bacia do Purus, à do Madeira, que saísse acima das cachoeiras dêste último rio.

Tampouco, penetrou em águas da atual acreânia, ao que parece, senão vejamos.

Conforme seu próprio relatório de viagem, Salgado viajou 142 dias, que, a razão de dez milhas diárias, dão 1.420 milhas, a partir de Manaus como já vimos, ou sejam cêrca de 1.300 de percurso no rio Purus, descontadas as cento e dezessete milhas de Manaus à foz do Purus, cálculo êste confirmado pelo geógrafo inglês W. Chandless, que explorou minuciosamente o mesmo rio, no decênio seguinte.

Sendo assim, Salgado passou ao largo das terras que formam a acreânia, sem tocá-las, pois, da foz do Aquiri ou Acre à fronteira do Estado do Amazonas com o território federal são mais de cem milhas, e da bôca do Yaco à mesma fronteira, são dezessete, segundo o mapa do Território do Acre de J. Alberto Masô, edição de 1917, e, não atingiu a referida extrema na intercessão do rio Purus com a linha geodésica que serve de divisa entre as mesmas unidades uma vez que, segundo o aludido Chandless, a embocadura do Purus dista da do Hyuacu (Iaco) 1.241 milhas e o percurso do Purus até alcançar a dita fronteira, mede mais de 80 milhas que, somadas as do trajeto até a bôca, ultrapassam às 1.300 milhas previstas, por Salgado e Chandless.

Contudo, Salgado, foi o primeiro civilizado que explorou o rio Purus, das cercanias do Pauini até a vizinhança da zona fronteiriça da atual acreânia, além da foz do rio Iaco, numa distância de cêrca de trezentas milhas, antigo domínio da nação ipurina.

Êste pioneiro adianta que os aborígenes moradores acima da foz do Canaquiri (nome dado, ao atual Acre, por Salgado), ficaram surpreendidos com a expedição (80), a qual era com-

---

(80) Salgado não alude ao rio Acre, mas, ao anotar a foz do rio Canaquiry, acrescenta — «cujas vertentes nascem nos campos do rio Madeira». Sendo assim, o explorador não podia referir-se ao *Canacuri*, bôca de lago, insignificante e desaguando na margem oposta do rio Purus a mais de cem milhas a jusante da embocadura do rio Acre; mesmo porque, nascendo o Canaquiri de Salgado para o lado do rio Madeira, só poderá desaguar à margem direita do Purus e não à esquerda, como se dá com o pequeno lago

posta de duas canoas tripuladas por doze índios, guarnecidas por doze praças armadas e municadas, sob a direção de um cabo de esquadra; revelando êles ser a primeira vez que viam pessoas civilizadas (81).

Pelo menos, não temos qualquer informação de haver outro, vizador ultrapassado a zona a montante do rio Pauini.

Dois foram os verdadeiros descobridores da zona em que se acha encravado o território do Acre: Manuel Urbano da Encarnação e João da Cunha Corrêa.

Um amazonense e o outro paraense de Cametã. Um mestiço e o outro branco.

O primeiro, cingiu-se ao vale do Purus, fundou povoados e penetrou nos afluentes Aquiri (Acre), Hyuacu (Iaco), Aracá (Chandless) e Ituxi ou Iquiri, correspondentes aos principais rios que banham a Acreânia, sem esquecer o Mucuí, no curso inferior do Purus, em território amazonense, tudo isso em procura de uma comunicação ou passagem da bacia puruense para a madeirense, a montante da zona das cachoeiras, com a finalidade de facilitar a condução de gado da Bolívia e o comércio entre êsse país, Mato Grosso e o Amazonas.

O segundo, além de percorrer o rio Juruá, desde a sua embocadura, no Solimões, até o seu contribuinte Juruá Mirim, em local, atualmente, considerado acreano, desceu o Juruá até a foz do Parauacu (Tarauacá), do qual passou ao Iuriá (Embira), de cujas margens se dirigiu às do Purus, transpondo o divisor de águas das duas grandes bacias do Juruá-Purus, e apareceu no vale dêste, pelas imediações do rio, hoje chamado Chandless, com o intuito de encontrar-se com o seu colega Manuel Urbano, pois, ambos eram encarregados ou diretores de índios; tendo explorado êsses rios, por incumbência do governo provincial.

Segundo o jornalista Pedro Gomes Leite Coelho, fundador de jornais em vila Seabra (1910-1914) e advogado provisionado em Cruzeiro do Sul (1907-1909) e daí em diante, na referida vila Seabra, sede do ex-departamento do Tarauacá, ambas as cidades do território do Acre e, que também residiu e teve jornal em Lábrea, no baixo Purus, onde conheceu o velho prático amazonense, afirma que o referido Manuel Urbano faleceu na avançada idade de 125 anos, pobre, fazendo sempre suas refeições

---

ou lugar chamado Canacury, no mapa de J. A. Masô (1917), e outros autores. Canaquiri foi, pela ordem cronológica, a primeira denominação dada ao atual rio Acre.

(81) Relat. e v. cits., págs. 250.



na mesa dos práticos, por ser considerado o prático-mor do rio Amazonas e de seus tributários, sem pagar passagem em um só dos vapores em que embarcava (82). Mas, o escritor e historiador amazonense Torquato Tapajós dizia, em 1888, que «Manuel Urbano era nonagenário» (83), o que de qualquer forma dá a entender que o velho explorador faleceu já centenário, uma vez que desaparecera dentre os vivos, a 17 de julho de 1897, segundo um artigo publicado sobre seu falecimento, no *Comércio do Amazonas*, de Manaus, de julho ou agosto de 1897 da lavra do escritor Bento Aranha, mas, discordando dos dois primeiros informantes no tocante a idade de Manuel Urbano, pois, adiantava que este nascera em 1808, circunstância esta que dá a entender que o antigo desvendador do alto Purus e Acre não atingiu os noventa anos (84).

Em 1862, escrevia o Engenheiro J. M. da Silva Coutinho, descrevendo a viagem ao Purus, no vapor *Pirajá*, que êle Urbano «apesar da idade avançada, era o primeiro trabalhador» (85).

Em 1895, pedia ao governo provincial uma indenização pelo trabalho que teve com o terreno em que fundou a aldeia, mais tarde cidade de Canutama, mas a assembléia legislativa, em vez disso concedeu-lhe, no ano seguinte, uma pensão, por ter sido o «herói descobridor da primeira seringueira no Rio Purus» e pelos «relevantes serviços prestados ao Estado» (86).

Era pessoa de pouca instrução, mas de grande inteligência e sagacidade, segundo o conceito de Chandless, devendo-se-lhe tudo quanto se sabia sobre os tributários do Purus (87); chamando-lhe Euclides da Cunha de «mestiço inteligente e bravo» (88); e Silva Coutinho acrescentava que — «Além de

---

(82) *O Cruzeiro do Sul* (Alto-Juruá), de 2 de abril, 1908, pág. 2, c. 3; *Manoel Urbano*.

(83) *Jornal do Comércio* (Rio), de 27 de fevereiro de 1888, pág. 2, c. 3; *Provincia do Amazonas*.

(84) Nota que me foi fornecida pelo professor amazonense Themistocles Pinheiro Gadelha, a 6 de setembro de 1957. Lendo jornais do Amazonas sobre o assunto, nada encontrei que pudesse esclarecê-lo.

(85) Ofício de 8 de abril de 1862, in *Relatório do Ministro da Agricultura*, de 15 de maio de 1865, anexo O, pág. 2.

(86) *Anais da Assembléia Legislativa Amazonense*, 1895, pág. 53; e de 1896, págs. 84, 87 e 89.

(87) *Dic. Hist. Geogr. e Etnogr. do Brasil*, Rio, 1922, v. II, pág. 68.

(88) *Relatório da Comissão Mista de Reconhecimento do Alto Purus* (Notas Complementares), 1904-1905, pág. 76).

muito discernimento para tratar com os índios, tem uma grande virtude, que é o amor da pátria» (89).

Auxiliou eficazmente ao geógrafo inglês William Chandless, ministrando-lhe conhecimentos sobre o rio Purus e fornecendo-lhe o seu filho Braz para servir de guia na viagem de exploração desse rio, em 1864-1865 (90); ao Engenheiro J. M. da Silva Coutinho e ao explorador brasileiro F. R. Pereira Labre (91); tendo sido êle Urbano, quando foi de Manacapuru, no Solimões para Canutama, no Purus, quem indicou, em 1852, a Manuel Nicolau de Melo, o lago Ayapuá (92).

Falava diversos dialetos indígenas (93), fundou feitorias nas barreiras do Sacado, acima das de Ipiranga, a 128 milhas da foz do Purus; em Arimã, onde erigiu uma capela; e em Canutama, que mais tarde alcançou a hierarquia de cidade (94).

Para Torquato Tapajós, Manuel Urbano foi o incansável pioneiro daquelas matas, desbravador indomável, convivendo com os selvagens, num trabalho ignorado e sem recompensa, levando «àqueles desertos a vida, a luz, a civilização e o progresso» (94-A).

Desvendou o alto Purus até além de Rixala; o Mucum, o Ituxi, Aquiri, Hiucu e Aracá (95); tendo sido encarregado ou diretor de índios, no rio Purus, «do Paraná-Pixuna para o alto, a contar de 1853; missão esta que correspondia ao título de tenente coronel (96); pouco exigindo para levar a efeito essas

---

(89) Relatório do Ministério da Agricultura, de 15 de maio de 1865, anexo O, pág. 2.

(90) W. Chandless — *Notas sobre o rio Purus*, de 26 de novembro de 1868, págs. 5 e outras.

(91) E. da Cunha, *Notas Complementares* cit., pág. 24; Relat. do Presidente Carneiro da Cunha, de 3 de maio de 1862, pág. 692.

(92) Castello Branco — *Caminhos do Acre*, in *Revista do Inst. Hist. Geogr. Brasileiro*, v. 196, pág. 118.

(93) Heliodoro Jaramillo — *Breve Notícia sobre os vales dos rios Purus e Madeira*, 1902, pág. 24.

(94) J. M. da Silva Coutinho, *Relatório* in *Relatório do Ministro da Agricultura*, 1865, anexo O, págs. 30, 37 e 43.

(94-A) *Jornal do Comércio* (Rio), de 27 de fevereiro de 1888, pág. 2, c. 3 — «Rio Purus».

(95) J. M. da Silva Coutinho — *Ofício e Relatório*, cit., págs. 53 e 54.

(96) Ruy Barbosa — *O Direito do Amazonas ao Acre Setentrional*, 1910, v. II, pág. 185; Castello Branco — *Caminhos do Acre*, cit., pág. 118; Relatório do Presidente Jernimo Francisco Coelho (Pará), de 1 de agosto de 1850.

penosas excursões», consistindo a maior parte dos pedidos em brindes destinados aos indígenas (97).

A sua primeira viagem de cunho oficial foi a exploração ao alto Purus, em 1861, quando o Presidente Manuel Clementino Carneiro da Cunha o encarregou de descobrir uma «passagem para o rio Madeira a salvo de suas cachoeiras» (98).

Manuel Urbano para tal fim partiu de Manaus em fevereiro de 1861, e estava de volta a 19 de novembro do mesmo ano, gastando na jornada nove meses, tendo sido suas informações reduzidas a relatório pelo engenheiro João Martins da Silva Coutinho, constante do Anexo sob número III do Relatório do referido presidente, de 3 de maio de 1862; acrescentando o Presidente Carneiro da Cunha que o explorador não conseguiu o fim principal da missão, mas o trabalho não se perdeu, uma vez que foi reconhecida a navegação do rio numa distância de seiscentas léguas (99).

Segundo o resumo ou relato do geógrafo Silva Coutinho, Manuel Urbano despendeu 55 dias, em canoa mediana, até a foz do rio Ituxi, numa estrada de 120 a 130 léguas; donde partiu a 19 de abril e navegou cem dias, passando por 26 malocas de índios Ipurinás, Juberis, Jamamadis, Canamaris, Meneteneris e Canamaris, numa distância de umas 500 léguas, que, ajuntadas às 120 do primeiro trecho, somam 620 léguas até a boca do Rixalá, de onde retornou (100), por haver encontrado dois índios que o informaram estar perto da povoação de Sarayaco, de cujo lugar vinham (101); porém, particularizando, mais adiante, o tempo consumido entre alguns rios, disse que havia gasto do Aquiri ao Iaco 25 dias, dêste ao Aracá — 17 dias, do Canguiti ao Tarauacá (no Purus) — 33 dias, e dêste ao Rixalá — 43 dias (102), além de 6 dias navegados a montante de Rixalá,

---

(97) *Diário Oficial* do Império, de 27 de maio de 1865, pág. 2, c. 4; Relatório do Presidente A. de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, de 1 de outubro de 1864. Este presidente acrescentava que eram «dignos do maior louvor a dedicação e admirável desinteresse dêsse prestante cidadão, a quem a província deve mais de um serviço desta ordem». (*Diário Oficial* n.º p.c., e Relat., cits.).

(98) Relatórios da Presidência do Amazonas cits., v. II, pág. 692.

(99) *Relatório*, v. e p., cits.

(100) *Relatório*, v. e pág. cits.; e ofício do Engenheiro João Martins da Silva Coutinho dirigido ao Presidente Manuel Clementino Carneiro da Cunha, datado de 24 de novembro de 1861, in Relatórios cits., v. II, pág. 801.

(101) Ofício e v. cits., pág. 802.

(102) Ofício e v. cits., pág. 803.



até o encontro com os índios que lhe falaram de Sarayaco (103), transformando os 100 em 157 dias de viagem, acima da embocadura do Ituxi.

Calculou a população indígena justafluvial, em cinco mil almas, sendo os Maneteneris os mais adiantados, pois, plantam, fiam e tecem o algodão, para confecção de roupas e redes muito semelhantes às usadas pelos bolivianos que descem o rio Madeira; andando as mulheres somente com uma tanga. Vivem fartos, têm grandes pacovais; sendo em geral de aspecto agradável e bonitos; supondo Manuel Urbano que fossem bolivianos, devido a grande distância em que se encontram do rio Amazonas e bem assim, pelo seus costumes.

Quanto aos Canamaris, disse que são agricultores, cultivam o algodão, fabricando as índias redes de boa qualidade. Os homens andam nus e as mulheres usam tangas.

Os Ipurinás ocupam uma grande extensão do rio Purus, não usam vestuário, apresentando-se a mulher apenas com uma folha verde sobre a vulva. São inclinados à guerra e temidos pelas outras tribos.

Os Jamamadis são numerosos e inclinados à lavoura e caça, usando as mulheres uma tanga; e os Juberis, como os Puru-Purus, sofrem de impingens e outras moléstias da pele (104).

Entre os rios, cujas bôcas ultrapassou, cita, a montante da do Ituxi, os Sepatini, Aiciman, Tomehan, Mamuriá-Apê, Seruinim, Aquiri, Tiquiriman, Hiucu e Aracá, na margem direita do Purus, e Mamuriá-Mirim, Pauinim, Senuinim, Inauinim, Canguiti, Tarauacá, Curinahan e Rixalá, na banda esquerda (105); destacando-se dentre eles os Aquiri, Hiucu e Aracá, atualmente — Acre, Iaco e Chandless, respectivamente, em cujos leitos penetrou, sendo que no primeiro, vinte dias, no segundo, cinco a seis dias; e no terceiro, por espaço de dez dias (106); tendo

---

(103) Ofício e v. cits., pág. 804. Sarayaco foi fundada pelo Padre Girbal, em 1790, a 11 km distante da margem esquerda do Ucaiale e a 811 a montante da bôca deste rio. (J. W. Matos — Dic. do Departamento de Loreto, pág. 129). Dando as nascentes do Purus para as do Sepahua, no alto Ucaiale, numa distância, ao que parece, superior a mil quilômetros, de Sarayaco, e desembocando este rio no baixo Ucaiale, é mais provável que os índios se comunicassem com esta bacia, por intermédio de rios e varadouros do vale do Jurúá, cujos afluentes da margem esquerda dão para contribuintes do baixo e médio Ucaiale.

(104) Ofício e v. cits., pág. 804.

(105) Ofício e v. cits., pág. 803.

(106) W. Chandless, *Notas sobre o Rio Purus*, 1868, cit., págs. 7 e 14; Silva Coutinho — Relatório de 1862, pág. 54.

sido o primeiro a transmitir aos civilizados os nomes dos três últimos, escritos da maneira seguinte: Aquiry, Hyuacú, Aracá.

Informado pelos indígenas locais, de que o Aquiri se comunicava com o Madeira, por êle embrenhou-se, mas, depois de duas dezenas de dias de navegação, verificando que as águas ficavam muito baixas e a ligação era incerta, voltou, dizendo haver encontrado vértebras, costelas, dois grandes esqueletos de enormes proporções, dentes, sais de potassa, soda e sulfuretos de ferro, não só no seu curso, como no do Purus (107).

Não se sabe exatamente até aonde chegou Manuel Urbano. Chandless fala que o prático amazonense pouco passou do rio das Pontes, na latitude austral de 10° 36' mas, ao referir-se à medição do Aquiri, situa a confluência do rio das Pontes, a 214 milhas da bôca do rio Aquiri (108). De acôrdo com a segunda asserção, o contribuinte, de certo volume, que mais se aproxima de 214 milhas, é o conhecido Riozinho que escôa acima da cidade de Rio Branco, burgo êste edificado a 185 milhas da foz do Aquiri. Mas, atendendo-se a posição astronômica, indicada, o afluente considerável, que mais se aproxima do paralelo 10° 36', é o rio Xapuri (10° 38'59") (109); de maneira que esta parece a conclusão mais aproximada da verdade, por estar baseada numa observação astronômica.

Napoleão Ribeiro acha que, provávelmente, Manuel Urbano alcançou Xapuri (110), corroborando assim esta ilação.

Quanto ao mês em que se efetuou a exploração do rio, tampouco, se conhece bem. O explorador saiu de Manaus em fevereiro e retornou em novembro, gastando na viagem cêrca de nove meses, constando do relatório que o Dr. Coutinho organizou sôbre essa viagem que o explorador saiu a 19 de abril da bôca do rio Ituxy e navegou cem dias até Rixalá, calculando ter percorrido 500 léguas, a razão de cinco léguas por dia (111).

Como não alude à época em que penetrou no Aquiry, Hyuacu e Aracá, e, como a sua missão principal era encontrar uma

---

(107) Officio e v. cit., pág. 802.

(108) Apontamentos sôbre o rio Aquiry afluente do Purus cit., págs. 2 e 6.

(109) J. A. Masô — *Mapa do Território do Acre* — 1907-1917; IBGE — Rev. do Cons. Nac. de Geografia, ano IV (1940), n° 2, pág. 432 (10° 38' 59" Lat. S. e 68° 30' 16", 8 Long. Gr. — P. Fawcett, em 1907, encontrou 10° 39' 12" Lat. S. e 68° 32' 52" Long. W. Gr., in *Mapa do Território do Acre* — 1907-1917, de J. A. Masô (*Coordenadas Geográficas*).

(110) *O Acre e seus heróis*, 1930, pág. 13.

(111) Relatório dos presidentes amazonenses, v. cit., pág. 802.

passagem para o vale do Madeira, e, informado pelos indígenas sobre os contribuintes do Purus que podiam concorrer para essa ligação, os explorou na viagem de subida, tanto que o geógrafo inglês W. Chandless diz, ao tratar dos índios Capechunas do rio Aquiry, que não os encontrou, porém, Manuel Urbano, tendo transitado pelo mesmo rio, de um e meio a dois meses, mais cedo do que êle Chandless, deparou muitos deles na margem do Aquiry, procurando ovos de tracajá, muito abundante nessas paragens, por aquele tempo (112).

Sendo assim, e, tendo Chandless viajado o rio Aquiry, de 5 de setembro a 18 de outubro (113), Manuel Urbano, se não houve engano do geógrafo inglês, transitou pelo seu leito, no mês de julho, mas, como Urbano partiu da foz do Ituxy a 19 de abril, e dêste ponto à barra do Aquiry, êle gastou 33 dias, segundo o Engenheiro Silva Coutinho (114), êle deveria ter penetrado no Aquiry já depois de 22 de maio, alcançando o atual território do Acre, em princípio de junho. De qualquer forma, Urbano transitou pelo Acre, no verão, o que atesta não só a cata de ovos de tracajá, como a sua volta, por estarem as águas do rio muito baixas (115).

Um triênio após esta jornada, expunha o presidente Adolfo de Barros: «Prosseguindo no louvável empenho de alguns dos meus antecessores, no sentido de descobrirem uma comunicação entre o rio Purus e Madeira, acima das cachoeiras, de modo a permitir a franca navegação desta província para a de Mato Grosso e para a vizinha república da Bolívia, encarreguei o prático Manuel Urbano da Encarnação de subir e explorar o rio Ituxy, principal afluente do Purus, em cuja margem direita tem a sua foz. Se de fato existe a desejada comunicação fluvial, cumpre procurá-la no Ituxy, único dos afluentes daquele rio, que, por sua importância, e pela direção que toma, poderá acaso oferecê-la» (116).

Para esta exploração partiu a 16 de maio de 1864, recebendo instruções, e entre outras recomendações, para subir «o rio Ituxy em tôda a sua extensão navegável, procurando veri-

---

(112) *Apontamentos sobre o rio Aquirí, in Relatório do Ministro da Agricultura, de 15 de maio, 1865, Anexo NN, pág. 2.*

(113) *Notas sobre o rio Aquirí, afluente do Purus, in Relatório do Ministro de Agricultura, 15 de maio de 1866; anexo NN, pág. 2.*

(114) *Relatórios dos presidentes amazonenses, v. II, pág. 802.*

(115) *Relatórios, v. e pág. cit.*

(116) *Relatório de 1º de outubro de 1864, in Diário Oficial do Império, de 27 de maio de 1865, pág. 2, c. 3.*



ficar se por si ou por algum seu afluente, comunica com o Madeira»; assim como — «Procurasse, na falta de comunicação fluvial, o mais curto trajeto para o Madeira em altura que salve as cachoeiras; verificando a qual das duas províncias pertence o território, por onde atravessasse de um a outro rio» (117).

Realizando a viagem, Manuel Urbano «deixou de chegar ao Madeira, pelo Ituxy, em consequência de acabarem-se-lhe de todo os mantimentos. Do lugar de onde voltou ouvia distintamente o ruído de uma cachoeira» (118).

Malograva-se, dest'arte, mais uma tentativa no sentido de encontrar-se tal passagem.

Contudo, o governo do Amazonas persistia nesse desiderato, e, constando ao mesmo presidente a existência de campos naturais nos rios Mucuí e Ituxi, mandou verificá-los, dizendo: «será de grande conveniência o reconhecimento desses campos, pois, que, podendo-se transportar por aí o gado da Bolívia, evitam-se os obstáculos das cachoeiras, e facilita-se assim a criação, que oferecerá desde então lucros bastantes a quem fôr empreendê-la nas margens dos rios Madeira e Purus, a ambos os quais será comum o benefício. A questão da alimentação, uma das mais importantes da província, ficará por este modo resolvida satisfatoriamente» (119).

Manuel Urbano, a 13 de agosto de 1864, entrava no Mucuí subindo-o até encontrar o Madeira, de onde retornou pela mesma via no mês seguinte (120). Navegou no Mucuí durante quinze dias, passando daí, por terra em dois dias ao Madeira, nas proximidades do salto do Teotônio (121).

O Engenheiro Silva Coutinho diz que do Mucuí é que Manuel Urbano foi ao Ituxi; no que é secundado por A. C. Ribeiro Bittencourt, acrescentando este que Manuel Urbano só cursou pequeno trecho do Ituxi, de onde retornou por falta de mantimentos, depois de setembro de 1864 (122).

---

(117) Relatório e *Diário Oficial*, cits., pág. 2, c. 4.

(118) *Diário Oficial* do Império, de 27 de outubro de 1865, pág. 2, c. 2; Relatório do referido presidente.

(119) *Diário Oficial* do Império, de 27 de outubro de 1865, pág. 2, c. 2; Relatório do Presidente Adolfo Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

(120) Relatório de 23 de janeiro de 1865, do Engenheiro João Martins da Silva Coutinho, pág. 4.

(121) W. Chandless, *Notas sobre o Rio Purus*, 1868, pág. 5.

(122) Relatório desse engenheiro, de 23 de janeiro de 1865, pág. 4; R. Bittencourt — *O Município de Lábrea*, 1918, pág. 25.

O que é fato, é que nenhuma dessas explorações deu o resultado desejado, e da única vez em que o expedicionário alcançou as margens do Madeira, foi varando o *divortium aquarium* das duas grandes bacias, por terra, durante dois dias, sem encontrar nenhum canal que as ligasse, como informavam os indígenas.

Aliás, quando os índios diziam que dois rios se comunicavam, não desejavam denotar que houvesse um paraná ou braço de rio unindo-os, e tão somente que êles se aproximavam, facilitando a varação de uma ribeira para outra, por meio de um trilho ou varadouro.

Apesar disso, e dos geógrafos Coutinho e Chandless proclamarem êsse preceito, perseverou-se nesse êrro ainda por vários anos, como veremos adiante ao tratar de expedições posteriores.

Deveríamos estudar, aqui, a ação do cametauara João da Cunha Corrêa, o descobridor do alto Juruá, por ter também alcançado terras do Acre meridional, cêrca de 1858, antes da viagem oficial de Manuel Urbano, mas, reservamo-nos para cuidar de sua figura e de seus cometimentos, quando nos ocuparmos dos empreendimentos, via Juruá.

Logo após a primeira viagem de Manuel Urbano, e, a vista dos seus informes, o govêrno amazonense preparou uma expedição chefiada por pessoa possuidora de conhecimentos capazes de realizar uma verificação científica e mais profícua do que a do velho conhecedor do rio Purus, encarregando, por isso, o engenheiro brasileiro João Martins da Silva Coutinho de dirigi-la (123).

O referido engenheiro não alcançou terras acreanas, voltando de Hyutanahan, cêrca de 800 milhas de navegação, por falta de gêneros de alimentação (124), mas, como registrou os lugares já habitados por civilizados na parte inferior do vale puruense, apreciemos, aqui, algumas das suas observações.

Silva Coutinho saiu de Manaus, no dia 16 de fevereiro de 1862, a bordo do vapor *Pirajá*, tendo como prático Manuel Urbano da Encarnação (125), e como companheiro de viagem o botânico alemão G. Wallis, que, depois de Hyutanahan, continuou a viagem em canoa até o rio Pauinim (126).

---

(123) Relatório do Presidente M. C. Carneiro da Cunha, de 3 de maio de 1862, in v. II dos Relatórios cits., pág. 692.

(124) Relatório do Presidente M. C. Carneiro da Cunha, v. e pág. cits.; W. Chandless, Notas cits., pág. 2.

(125) Relatório, v. e pág. cits.

(126) Artur Reis, *Anais do 3º Congresso de História Sul-riograndense*, v. 4º, pág. 2.077. Diz Chandless que Wallis foi além do Pauinim, 10 milhas. (*Notas sobre o Purus*, cits., pág. 2).

Nessa viagem, Silva Coutinho registrou mais de vinte sítios ou barracas, desde a foz do Purus (sítio Picanço) até Canutama, último ponto em que havia moradores (127). Dêsses lugares, alguns eram pontos em que se reuniam os coletores de drogas para as suas mercâncias, como acontecia com os lagos marginais ao rio; outros se destinavam a sedes de missões catequistas; e outros a pequenos sítios para colheita de salsa e castanha, ou colocações para pescarias ou apanha de tartarugas e semelhantes.

Entre essas denominações, ainda se notam nomes apontados por Bruno de Sousa, antes de 1850, como tabas do gentio Mura, o lago Aiapua, ilha de Guajaratuba e rio Abufari, e por Serafim Salgado, depois do meado do século, como os lagos do Matias e Aiapua, sítio do Hygino, Abufari e Guajaratuba, já anotados êstes dois últimos, pelo primeiro dêsses informantes, e ainda persistentes na atualidade, além dos sítios fundados depois das viagens de Bruno e Salgado, como os do Picanço, Beruri, Zózimo, Francisco Rodrigues de Sousa, Florêncio, Pedro Pinheiro, Uarumá, Manuel Joaquim de Castro, Sacado, Ypiranga, Strauss, Tambaqui, Boa Vista, Raimundo, João Gabriel, Jatuarana, Itateua e Arimá (128).

Êste geógrafo brasileiro achou que o Purus era mais importante do que o Madeira; tinha na sua embocadura uma milha de amplidão, cem braças em Hiutanahan com uma redução de trinta a quarenta braças nos locais em que havia barreiras (129); e calculava a sua navegabilidade em mais de quinhentas léguas (130); tendo sido gastos nessa expedição quarenta dias (131).

Destarte, foi mais uma vez frustrado o intento governamental de descobrir o caminho fluvial ligando os dois importantes vales.

Segue-se o geógrafo inglês William Chandless que, em missão da Real Sociedade Geográfica de Londres, andava pela América do Sul, quando resolveu explorar o rio Purus, cujas nascentes eram desconhecidas, penetrando na sua bôca principal

---

(127) Relatório do Ministério da Agricultura, 1865, anexo O; Officio de J. M. da Silva Coutinho, de 8 de abril de 1862, págs. 25 a 37.

(128) Officio de 8 de abril de 1862 cit., págs. 25 a 37.

(129) Officio cit., pág. 4.

(130) Officio cit., pág. 11.

(131) W. Chandless — *Notas sobre o rio Purus* cit., pág. 2.



a 12 de junho de 1864 (132); alcançou Canutama, feitoria de Manuel Urbano, em fins de julho, mas só prosseguiu viagem a 5 de setembro, não só por ter de esperar um filho de Manuel Urbano que sabia a língua dos Ipurinás, para servir-lhe de intérprete, como por outros motivos, e atingiu a foz do riozinho Tarauacá, já depois da fronteira do território do Acre com a república do Peru, a 9 de novembro do mesmo ano (133).

Apreciando as quatro expedições feitas pelo governo brasileiro, acha que as duas primeiras — Cametá e Salgado, só serviram para escandalizar os indígenas; a terceira, dirigida pelo mulato Manuel Urbano da Encarnação, homem de pouca instrução, mas de grande inteligência natural, pela sua agudeza de observação, tacto e firmeza, adquiriu extraordinária influência sobre os índios dessa ribeira, falando os idiomas de várias de suas tribos (134); a quarta, apesar de ser dirigida por um engenheiro e destinar-se a um levantamento geral do rio, nem possuía instrumentos apropriados às observações científicas, e não passou de Hiutanahan, a 800 milhas da foz do rio percorrido (135).

Chandless mediu até a foz do rio Aquiri — 1.104 milhas inglesas; do Hiucu — 1.241; do Aracá — 1.445; do pequeno Tarauacá — 1.494; do Curinahá — 1.560; do Rixalá — 1.618; do Curumahá — 1.648; do Manuel Urbano — 1.745; do rio dos Patos — 1.785; na divisão do Purus — 1.792; no ponto mais distante a que chegou no braço sul — 1.866; e no braço norte — 1.847 milhas; atingindo no princípio de janeiro de 1865, as vizinhanças das nascentes do grande caudal (136).

Verificou várias alturas acima do nível do mar, indicando, entre outras, 110 pés na foz do Mucum, 303 na do Pauinim, 364 na do Aquiri, 457 na do Hiucu, 587 na do Aracá, 663 na do Curinahá, 716 na do Rixalá, 748 na do Curumahá e 1.088 na

---

(132) W. Chandless, *Notas sobre o Rio Purus*, lidas perante a Real Sociedade cit., a 26 de novembro de 1868, pág. 2.

(133) *Notas sobre o Rio Purus*, lidas perante Sociedade cit., a 26 de fevereiro de 1868, págs. 5 e 10. Chandless esclarece que iniciou a jornada em junho de 1864 e a terminou, chegando em Manaus, em fevereiro de 1865. (Notas cit., pág. 1). Chandless, de uns dez anos para cá, foi quem mais serviços tem prestado ao Brasil, como geógrafo. Explorou o Tapajós (1861), o Purus (1864-5) e o Juruá (1867). (*Jornal do Comércio*, de 28 de janeiro de 1870, pág. 1, c. 4; Carta do Pará, de 8 de janeiro citado).

(134) Notas, de 26 de fevereiro, cit.

(135) Notas cit., págs. 1 e 2.

(136) Notas cit., págs. 12-14.

bifurcação do alto Purus (137). Determinou várias coordenadas da ribeira, entre as quais, as de Berury — 3° 52'20" de lat. sul e 61° 17'00" de long. W. Gr.; Canutama (Manuel Urbano) — 6° 32'20", lat. sul e 64° 20'30" long. W.; foz do Ituxi — 7° 18'43" lat. sul e 64° 47'15"; bôca do Aquiri — 8° 45'60" lat. sul e 67° 21'30" long. W.; do Aracá — 9° 8'10" lat. sul e 69° 51'30" long. W.; Rixalá — 9° 47'10" lat. sul e 70° 45'00"; Manuel Urbano — 10° 34'47" lat. sul e 71° 27'00"; no braço norte da divisão — 10° 36'44" lat. sul e 72° 90'00" long. W.; e no braço sul 10° 52'52" lat. sul e 72° 17'00" long. W. Greenwich (138).

Observou algo sôbre o gentio encontrado no grande vale, mostrando que a nação ipuriná ocupa a vasta extensão que vai do rio Sepatini ao Iaco, sendo que os estacionados até o rio Aquiri (Acre) são mansos e trabalham para Manuel Urbano ou para os filhos dêste, na extração de salsaparrilha; vestindo os homens uma tanga e as mulheres um pedaço de pano; verificando-se a poligamia sômente entre os chefes. Empregam a igarité; canoa que, em geral, comporta cinco ou seis pessoas; e, segundo Manuel Urbano, os índios, comumente, acreditam na existência de um ente supremo, a que chamam *Carimade* ou *Jurimade* (139).

A partir do rio Hiuacu, notou a ausência de indígenas nas margens do rio, por terem os Maneteneris se afastado de suas habitações para cinquenta léguas a mantante, com receio dos Ipurinás. Aquêles receberam os viajores amavelmente e demonstraram conhecer algumas palavras de português, espanhol e da língua geral, bem como o valor do machado e do pano de algodão dos portugueses e americanos, provavelmente adquiridos no rio Juruá, com cujos índios mantinham algum comércio, pois, tôda a tribo parece conhecer êste rio (140).

O explorador fala noutras tribos encontradas acima do riozinho Tarauacá, já fora das raias do atual território acreano.

Assinalou um trilho indiano para o Juruá, distante do Hiuacu, uma semana de viagem, em cujo princípio havia algumas boas choupanas, e outro caminho para o alto Juruá, pelo riozinho chamado Tarauacá, pelo qual indivíduos do grupo superior da tribo passam à bacia vizinha (141).

---

(137) Notas cits., pág. 15.

(138) Notas cits., pág. 15.

(139) Notas cits., págs. 6 e 7.

(140) Notas cits., págs. 7 e 8.

(141) Notas cits., págs. 8 e 9.

Encontrou em alguns lugares, pequenos pedaços redondos de quartzo, um falso conglomerado (concreção de barro imitando seixinhos), assim como pedacinhos de pau inteiramente petrificados; sendo freqüentes fragmentos de ossos fósseis, gastos pela água (142).

Informa que o vale produz borracha, salsaparrilha, bálsamo de copaíba, castanhas e cacau; abundando a salsa entre a distância de 700 a 1.600 milhas, a copaíba nos seus tributários, a borracha desde 200 milhas até o ponto a que se tem chegado em busca dela, isto é, cêrca de 750 milhas, sendo que a zona em que há maior número de seringueiros, vai de 200 a 400 milhas. Em 1864, entraram, na ribeira, mais de L 20.000 de mercadorias, havendo em alguns lugares cultura de café e tabaco (143).

Além disso, prestou atenção às suas várzeas, barrancos, praias, firmes, igapós, solo, sacados, lagos, estações, flora, fauna e alimentação (144).

Ilustrou o seu trabalho com um mapa do rio e chegou a conclusão de que o Purus não provinha dos Andes e o Madre de Dios certamente, não era a sua fonte (145); provando a navegabilidade do seu curso. Chandless esclarece que, nessa mesma exploração, viajou no rio Aquiri, de 5 a 30 de setembro de 1864, numa distância de 260 milhas, sem a menor dificuldade, mas que, algumas milhas acima da confluência do riozinho das Pontes, quase o último ponto a que chegou Manuel Urbano em 1861, na latitude austral de 10° 36' o Aquiri se estreita, mudando de rumo depois do paralelo 11°, e, em lugar de restringir-se a sua largura, torna-se mais dilatada; e as praias e confluências que eram escassos no curso inferior, daí em diante se tornam mais numerosos (146).

Pelo que consta dos *Apontamentos* de Chandless, êle navegou o Aquiri, de 5 de setembro a uma data posterior a 18 de novembro de 1864, desde que, neste dia, passava, de volta no rio Mariapé (147), cuja foz dista da do Aquiri

---

(142) Notas cits., págs. 3 e 7.

(143) Notas cits., pág. 2.

(144) Notas cits., págs. 3 e 4.

(145) Notas cits., pág. 14; Relatórios da Presidência do Amazonas, v. III, Relatório de 1865, pág. 255.

(146) *Apontamentos sobre o rio Aquiri afluente do Purus*, in Relatório do Ministro da Agricultura, de 15 de maio de 1866, apenso NN, págs. 2 e 4.

(147) *Apontamentos* cits., pág. 2.



120 milhas (148), espaço êste que ainda exigia alguns dias de viagem para ser vencido (149). Mas, se bem que a primeira indicação deva estar certa, por que o geógrafo inglês ali penetrou, na subida do rio Purus, a segunda não aparenta exatidão, uma vez que, conforme as suas *Notas sobre o rio Purus*, lidas perante a Sociedade Geográfica de Londres, em 1868, êle Chandless transpunha a bôca do riozinho Tarauacá, contribuinte do alto Purus e distante da embocadura do Aquiri, cêrca de 340 milhas, trecho êste do rio que carecia de, no mínimo, de uns vinte dias para ser percorrido, a 9 de novembro referido (150). A 16, estava próximo do rio Curinahá, e, a 21, ainda dêsse mês, ultrapassava a foz do rio Rixalá (151), ambos situados muito acima do Tarauacá.

Ê de acreditar-se nessas últimas referências, porque indicam etapas consecutivas da jornada e ajustam-se às datas seguintes, que corresponderam, nos restantes dias de novembro e primeira década de dezembro, à navegação no rio Purus; e no resto de dezembro de 1864 e princípio de janeiro de 1865, à exploração dos últimos formadores do Purus (152).

O 18 de novembro a que aludem os *Apontamentos sobre o rio Aquiri*, provavelmente refere-se ao mês de outubro, que por engano de redação, cópia ou revisão, foi trocado; devendo assim, a viagem do explorador britânico no rio Aquiri ter se prolongado, por uns cinquenta dias, e não mais de dois meses, como aconteceria se ela se estendesse até novembro.

\* \* \*

Pelo que se lê nos *Apontamentos* citados, o explorador britânico subiu o rio Aquiri, 406 milhas (153), ao passo que no

---

(148) Idem, idem, pág. 6.

(149) Idem, idem, pág. 2. Tendo penetrado Chandless, no dia 5 de setembro no rio Aquiri e passado a foz do Irariapé, a 15 do mês aludido, gastou dez dias na subida (*Apontamentos cits.*, pág. 2), pelo que deve ter dispendido uns cinco dias no trajeto de volta, isto é, a metade do tempo da subida, como é habitual nas viagens em canoa, nessa região. O Irariapé, se fôr como deve ser o Andirá, já desagua em território amazonense.

(150) *Notas sobre o Rio Purus cits.*, pág. 9.

(151) *Notas cits.*, pág. 10; *Journal of the Royal Geographical Society* — London, v. 36 (1866); *Notes on the River Purus*, págs. 104 e 105. Desta publicação consta que no dia 1 e 3 de novembro, Chandless passou por malocas desabitadas no alto Purus (pág. 100).

(152) *Notas sobre o Rio Purus cits.*, págs. 10, 11, 12 e 14; *The Journal of the Royal Geographical Society* — London, v. 36 (1866), *Notes on the River Purus*, págs. 107, 108, 110 e 113.

(153) *Apontamentos cits.*, pág. 6.

original inglês, lê-se a direita do mapa anexo às *Notes on the River Aquiri* — 465 milhas (154). De qualquer forma, por essas medidas, não se pode calcular bem até onde êle chegou, uma vez que, no primeiro caso, Chandless viajaria 653 quilômetros, ou seja pouco além do seringal Buenos Aires, cêrca de 25 milhas a montante de Brasília e de Cobija, burgos brasileiro e boliviano, respectivamente; e no segundo caso, êle navegaria 861 quilômetros, número êste que, também segundo o mapa do Engenheiro J. A. Masô (1907-1917), ultrapassaria, o burgo boliviano de Bolpebra, situado na bôca do Yaverija, de uns vinte quilômetros; ainda distante da nascente do Aquiri, uns 157 quilômetros; desde que, segundo a carta de Masô da foz do Acre a do Yaverija, são 452 milhas ou 837 quilômetros e daí à origem do Aquiri ou Acre, são 167 quilômetros, conforme a medição do Almirante Ferreira da Silva (155), o que dá, para todo o curso do rio Aquiri, a extensão total de 1.004 quilômetros ou cêrca de 624 milhas.

Qualquer que seja a dúvida ao inteirar-se o leitor sômente dessas informações, desaparece com o exame do mapa anexo ao original inglês, uma vez que, pelo levantamento do rio, se verifica que o geógrafo explorador ultrapassou a foz do «R. de Maloca» (11° 4' S. e 70° 20' 45" de long. W. Greenwich), alcançando o lugar em que o Aquiri se bifurca, cujos ramos, o autor ponteiava (156), e parecem os últimos formadores do rio principal.

No galho ponteadado, ao norte, anotou — «last affluent reached» (último afluente alcançado) (157) ao passo que no ramo colocado ao sul, nenhuma inscrição fez.

Do original inglês consta a medição, em milha, dos afluentes seguintes e de um sacado: Endemary — 28; Irariapé — 138; das Pontes — 247; Verde — 303; das Pragas — 393; Sacado — 446; último afluente — 465 milhas (158), ao passo que na tradução do Ministério da Agricultura as medidas são: Endemary — 28; Mariapé — 120; das Pontes — 214; Igarapé Grande — 263; das Pragas — 341; do Eclipse — 366; ponto extremo da viagem — 406 milhas (159); havendo assim diver-

---

(154) *Map of the River Aquiry*, entre as págs. 118 e 119.

(155) Relatório do Ministro das Relações Exteriores de 1927, v. II, pág. 57.

(156) *Journal of the Royal Geographical Society* — London cit., págs. 128 e 126; e mapa cit.

(157) Mapa citado.

(158) Mapa cit., lado direito.

(159) Apontamentos cit., pág. 6.

gência não só quanto aos nomes, como relativamente ao número de milhas.

De alguns pontos consta a altitude, a saber: Mariapé — 430 palmos; das Pragas — 980 palmos; e igarapé do Eclipse — 1.096 palmos (160).

Além disso, as distâncias referidas não combinam com as assinaladas por Masô, mas, pela importância do volume das águas, pode-se presumir que o *Endemary* seja o atual Antimari; o *Mariapé* ou *Irariapé* seja o Andirá; o das *Pontes* (161) seja o Riozinho; o *Igarapé Grande* seja o Xapuri; o *Verde*, seja o da Bahia (162); o das Pragas seja o rio Yaverija; sem se poder atinar bem com os correspondentes aos demais afluentes.

Em alguns lugares encontrou Chandless, no Aquiri, vários fósseis que, examinados pelo Professor Agassiz, foram considerados de formação cretácea; tendo conduzido ossos encontrados nas pedras das corredeiras, assim como uma tartaruga fóssil dentro do casco (163).

Diz que o Aquiri, na sua margem direita, desde sua foz até o paralelo 11° 5', não tem um afluente de importância, devido, provavelmente, a aproximação do rio Ituxi, sendo sua água extremamente branca; deparando-se nêlo o fumo silvestre, especialmente, de 9° 3' a 9° 30' S; a palmeira de que se faz chapéus na Bolívia, reconhecida pelos índios bolivianos de sua tripulação; a oirana de folha fina, a montante de 10° 45' S; a castanheira, a seringueira; sendo abundante a caça em todo o rio e o peixe escasso; arraiaas numerosas e tabocal quase impetrável, no alto, em que há poucas árvores grandes (164).

De volta, de um ponto cêrca de 11° 2' S e 24° 47' de longitude oeste do Rio de Janeiro, internou-se o explorador na mata, viajando no rumo sul, durante uma semana, cujo trajeto foi feito de retôrno em um só dia bem puxado, estimando a distância percorrida em 25 milhas; concluindo, por ser duvidosa a existência de campos nessas alturas; e acrescentou que se tivesse uma carta do Peru, como a que recebeu em Manaus, teria continuado outro

---

(160) Apontamentos e pág. cits.

(161) Origina-se este nome, da circunstância de terem os índios Capichunas construído na circum-adjacência, duas pontes. (W. Chandless, Apontamentos cits., pág. 2).

(162) O «Igarapé Grande» e o «Igarapé Verde», pelas suas posições no mapa e coordenadas geográficas, dão a entender que correspondem ao Xapuri e ao Bahia, respectivamente.

(163) Apontamentos cits., págs. 1 e 3.

(164) Apontamentos cits., págs. 1, 2, 3, 4 a 6.



tanto no mesmo rumo e teria saído no Madre de Dios; mas, como estava às cegas, desistiu do seu intento (165).

Acrescenta que fez mais de vinte observações no rio Aquiri, mas, devido ao mau tempo, ou falta de lugar limpo, não as conseguiu, exatamente, nas bôcas de vários afluentes, tendo determinado as seguintes: Rio das Pragas — 10° 56' 46" lat. sul e 1 h., 45 m., 43 s.; Rio Eclipse — 10° 55' 30" lat. sul e 1 h., 45 m. e 13 s.; e R. da Maloca — 11° 3' 17" lat. sul e 1 h., 48 m. e 55 s., de long. oeste do Rio de Janeiro; tendo organizado uma carta geográfica do rio explorado (166).

Logo depois dessa viagem, Chandless, chegando a Manaus, esteve com o Presidente Adolfo de Barros, a quem comunicou as suas impressões, dizendo que a origem do rio Purus não podia estar muito longe do ponto a que chegou, não podendo ser o Madre de Dios e «Ainda menos fundada parece a seu ver a opinião de que seja o Aquiri a cabeceira do Purus, não só pela diferença de suas águas, mais claras e frias que as dêste» (167).

Quanto aos silvícolas, informou que a mais numerosa e poderosa tribo do Purus, a dos Ipurinás, estende-se pelo rio Aquiri até oito ou dez dias de viagem ao arrepio de sua corrente, sendo que alguns dêles, na altura do paralelo 9° 4' S, transitam três e meio dias no rumo ESE, saindo no lugar «Puriquité», em um rio que o explorador julga ser o Ituxi, aonde vão adquirir machados, etc. (168).

Acima de 9° 45' a 10° 45' S (cêrca) estão os *Capechunas*, tribo de que não encontrou um só indivíduo, quer na subida, quer na volta, mas, foram defrontados por Manuel Urbano quando subiu o Aquiri, em 1861, o qual informa serem os mesmos alvos, altos, guerreiros e propensos a atacar os brancos; estando, porém, suas malocas muito para o interior, provavelmente, nas margens do Irariapé de Chandless, que deve corresponder ao atual Andirá.

Os Ipurinás contaram a Chandless que os Canamaris instalados no rio Hiucacu, acham-se também na seção superior do

---

(165) Apontamentos cits., pág. 5.

(166) Apontamentos cits., pág. 6.

(167) Relatório do Presidente Adolfo de Barros Cavalcante de A. Lacerda, de 8 de maio de 1865, pág. 31.

(168) Apontamentos, cits. pág. 2. Ficou averiguado mais tarde que no rio Ituxi ou Iquiri, que nasce nos campos Palmares, em pleno território do Acre, há um afluente denominado *Curecketá* ou *Curykethé* (Mapa de J. A. Masô cit.; *Caminhos do Acre* cit., pág. 126).

(169) Apontamentos cits., págs. 1 e 2.

rio Aquiri (170); adiantando o engenheiro inglês que, no paralelo 11º, linha esta que acompanha o referido rio, deparou duas tribos, a primeira composta de oito ou dez pessoas, inclusive mulheres, mas, não conseguiu falar-lhes, por haverem fugido, deixando as canoas. Depositando brindes numa enorme panela encontrada numa de suas malocas, atraiu-os, dois dias depois, verificando, então, que eram altos, alvos e limpos; plantam bananeiras, aipim, milho, mamão e algodão, de que fazem novelos de fios, tecendo panos que as mulheres vestem pela cintura. Têm ferramenta quebrada adquirida de outros índios, talvez da tribo encontrada mais acima, e usam canoas, de paxiuba; sem se estenderem até o rio das Pragas. O explorador não obteve, apesar de falar com êles, o nome da nação a que pertenciam (171).

Na longitude 27º W. do Rio de Janeiro, topou a segunda tribo de índios diferentes dos que ficaram abaixo e de menor altura; menos tímidos e mais confiantes. Não entendem o vocabulário dos anteriores, mas, entendem e usam várias palavras dos Maneteneris. Cultivam o fumo e usam rapê, camisolas e capuzes, iguais aos dos Maneteneris; têm canoas de paxiuba e de cedro. Comunicam-se e negociam com o gentio do Aracá, de onde trazem utensílios de ferro; conhecendo o sal (172).

Concluiu por achar duvidosa a existência de campos nessas alturas, devendo haver grandes regiões despovoadas e até raramente visitadas ou atravessadas pelos indígenas (173).

O Presidente Adolfo de Barros dizia, em 1865, que, apesar de Chandless haver avançado mais do que o prático Manuel Urbano, não logrou resolver o importante problema hidrográfico (174). Contudo, foi quem, até aqui, maior distância percorreu nesse vale alcançando o seu curso superior, na parte que desliza por entre terras das repúblicas do Brasil, Bolívia e Peru.

Depois do inglês Chandless, surge o norte americano Asrael D. Piper, que apareceu na Bolívia, em 1868, requerendo a concessão de terras na parte boreal da república, para povoá-las; empregando, conforme D. Juan Francisco Velarde, ex-ministro

---

(170) Apontamentos cits., pág. 2.

(171) Apontamentos cits., pág. 3. O rio das Pragas deve corresponder ao atual Yaverija.

(172) Apontamentos cits., pág. 4.

(173) Apontamentos cits., pág. 5.

(174) Relatório de 8 de maio de 1855, pág. 30.

dêste país no Brasil, vários anos na exploração dos rios Purus e Aquiri (175).

Poderia ter sido uma exploração iniciada pelas cabeceiras do rio, invertendo o curso das realizadas até aqui, por ter partido de terras bolivianas. Mas, além de não constar a sua passagem nos varadouros que ligam as bacias do Madre de Dios e do Ucaiale à do Purus, o próprio explorador narrando a sua estada pelos recantos puruenses, diz, em carta de setembro de 1876, que, em novembro de 1870, saiu de Boston, com uma comitiva de colonizadores, para o norte da Bolívia, chegando ao Pará em dezembro, a Manaus em fevereiro, e à boca do rio Ituxi, no Purus, em abril.

«Desde êste ponto, meus companheiros regressaram e depois de fazer alguns preparativos, segui para a frente, acompanhado de minha espôsa e por criados indígenas» (176).

«Penetrei no país dos índios Ipurinás, grande tribo residente no rio Purus, desde uma certa distância acima da foz do Ituxi até além do Aquiri, numa distância de mais de quinhentas milhas do rio».

Fala que êsses índios viviam completamente despidos e «sen haber estado nunca en contacto con la civilizacion, ni recebido su influencia» (177).

Realmente, ninguém, até abril de 1871, época a que se refere o missivista, havia tentado residir, entre os Ipurinás, sendo o morador mais próximo da região, no momento, Braz Gil da Encarnação, estabelecido na foz do Ituxi, onde o encontrou A. R. Pereira Labre que aí desejou ficar, em junho de 1871, e não o conseguiu por já ali estar o aludido Braz Gil, pelo que foi fixar-se mais abaixo, na terra firme de Amaciari, lugar que o recém chegado apelidou de Lábrea (178); mas, muito antes dessa quadra, já os Ipurinás mercadejavam com Manuel Urbano e seus filhos: usando os homens uma tanga e as mulheres um pedaço de pano, segundo Chandless (179).

Acrescenta Piper que construiu uma casa, em abril de 1871, ficando aí até que as águas baixassem. Aprendeu algo do seu

---

(175) Conferência realizada na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro a 28 de junho de 1886, in Rev. da referida sociedade, t. II (1886), pág. 184.

(176) A. Raimondi, *El Perú*, Lima, 1879, v. III, pág. 589.

(177) Autor, obra e v. cit., pág. 590.

(178) A. C. R. Bittencourt, *O Município de Lábrea*, 1918, págs. 36 e 37.

(179) W. Chandless — Notas cit., págs. 6 e 7.

idioma e concluiu pela necessidade do povoamento da região com gente civilizada, como preliminar indispensável para estabelecer livre passagem para a Bolívia e Peru. Foi então a Manaus e ao Pará, de lá voltando em setembro de 1872, com alguns milhares de civilizados para povoar o alto Purus, estabelecendo-se na bôca do Aracá. Tendo tido dificuldades para se manter, principalmente, para fazer andar o seu vaporzito, regressou ao Pará, onde chegou a dois de dezembro de 1874 (180).

Fala mais o missivista na navegabilidade do rio Purus que comportaria durante o alto nível de sua enchente qualquer porte de vapores, e, no verão as grandes embarcações podiam ir até a terra alta de Guariham (7° 42' lat. S.); os vapores calando menos de quatro pés, até o Aquiri e mesmo o Hiucu; e os barcos menores, daí para cima (181); e que havia visto entre os índios que habitavam as margens do Purus — «cuchillos y herramientas para hacer canoas, que estes habian traído de sus viajes al Ucayali, y cree que hay una comunicacion directa por agua entre el Purus y el Ucayali, por médio del rio Curinahá, afluente del Purus y un tributario del Ucayali, llamado Yami» (182).

Como se vê, o explorador norte americano não descobriu terras ou rios novos... O Aquiri, Hiucu e Aracá, já haviam sido desvendados, um decênio antes, pelo brasileiro Manuel Urbano, que, além disso, percorreu o Purus, cêrca de cento e cinquenta milhas a montante do Aracá, rio em que Piper diz ter-se localizado.

A estada de Piper no alto Purus é também confirmada por informações de origem brasileira, não só oficiais, como particulares: Depois de março constou que os índios Apurinãs «havião tomado uma lancha à vapor de propriedade particular e morto a tripulação e o norte-americano Paiper, que se achava encarregado de uma comissão naquele rio. Então promptas providencias forão dadas por V.Exca. para ser conhecida a veracidade do facto, mas apezar desta e das diversas e dificultosas diligencias por parte das autoridades, tudo foi improficuo. Só depois, foi que pela reiterada, escriptulosa e tenaz solicitude V. Exc. e de seus auxiliares soube-se com certeza que Paiper existe, e na mais pacifica convivencia com os índios, prosseguindo nos

---

(180) A. Raimondi, obra, v. e pág., cits.

(181) A. Raimondi, obra e v. cits., págs. 590 e 591.

(182) A. Raimondi — *El Perú*, 1879, Lima, t. III, pág. 587 (Conclusion).



seus trabalhos em tão longinquoas regiões» (183). O Presidente Monteiro Peixoto confirma o fato, dizendo que, depois de março, constou a morte dêsse norte americano, que explorava o alto Purus, pelos índios, os quaes ficaram de posse da lancha a vapor em que o intrépido viajante fazia as suas explorações, e, que para impedir novos ataques, criou a 6 de maio um destacamento no alto Purus, tropa esta que êle dissolveu a 1 de agosto, não só por falta de soldados, como por não ser verídica a notícia, tanto que êle continua nos seus trabalhos, na mais perfeita convivência com os índios (184).

Entre os informes particulares, destaca-se o seguinte: Apareceu o explorador norte americano A. D. Piper que, segundo constava havia sido comido, com os seus companheiros pelos índios. Braz Gil da Encarnação diz que Piper nada sofrera dos índios, tendo seguido para as aldeias dos *maritineris* (*manetineris*), na república da Bolívia, onde fizera um grande barracão para se estabelecer (185).

Ratificada, assim, a presença de Piper nas margens do Purus, não é verdade que êle houvesse concorrido com milhares de imigrantes para povoar o alto Purus. Várias causas se opõem a esta asserção.

A navegação a vapor, em 1871, mal alcançava a foz do Ituxi, último ponto do Purus, habitado por civilizados, e, somente, em 1878, atingia à boca do Aquiri, levando ainda uns cinco anos para abranger a zona do rio Chandless (1883), época em que já havia alguns milhares de moradores entre os rios Ituxi e Aracá (Chandless), mas, todos brasileiros levados para essas paragens por motivos mui diversos, e durante mais de uma dúzia de anos.

Como é que, Piper, apenas, de setembro de 1872 a novembro de 1874, em cêrca de dois anos, conduzia para aquêles ermos e numa distância de 1.455 km, como adianta êle, estabeleceu nas vizinhanças do rio Aracá, três mil pessoas civilizadas, contando, apenas, com o vaporzito *El Pioner*, ou melhor uma lancha, cuja movimentação era a sua «maior dificuldade», embaraço êste que o fez regressar ao Pará (186) para nunca mais voltar?

---

(183) Relatório do chefe de polícia do Amazonas, Honorato da Cunha Meninêa, de 15 de fevereiro de 1874, in Relatório do Presidente Domingos Monteiro Peixoto, de 25 de março do mesmo ano, vol. V dos Relatórios da Presidência pág. 106.

(184) Relatórios da Presidência, v. cit., pág. 97.

(185) *Jornal do Comércio* (Rio), de 24 de agosto de 1873, pág. 3, c. 5; Notícias do Pará até 9 de agosto citado.

(186) A. Raimondi, obra e v. cits., págs. 590 e 591.

No capítulo referente ao povoamento trataremos mais desenvolvidamente dêsse episódio.

\* \* \*

Antônio Rodrigues Pereira Labre, tenente-coronel da guarda nacional, era natural da provincia do Maranhão. Chegou ao Pará, em 1869, em cuja capital encontrou-se com um filho de Manuel Urbano, em casa de Elias José Nunes da Silva, Visconde de Santo Elias, português, chefe da casa comercial mais importante, naquela época, e que muito contribuiu para o desenvolvimento e progresso da região, fornecendo vapores, dinheiro e mercadorias (187).

Manifestando Labre desejo de ir para o rio Purus, o senhor Elias o recomendou a um filho de Manuel Urbano, combinando-se logo mandar em sua companhia dois escravos que iriam aguardar Labre em Canutama, enquanto este tornava ao Maranhão, para subir o Purus mais tarde; chegando a Canutama, em dezembro de 1869 no vapor *Madeira*. Como, porém, Labre fôsse buscar mais pessoal, só em junho de 1871, retornou com gente e mercadorias. Nesta ocasião, Carlos da Fonseca, de ordem de Manuel Urbano, foi deixar Labre num lugar abaixo do Ituxi, «a fim de poder explorá-lo». Chegados à bôca dêste rio, Braz, filho de Manuel Urbano, aí morador, opôs-se ao desembarque e indicou-lhe a terra firme de Amaciari que ficava mais abaixo, sendo logo aceita. Labre desembarcou na foz do Ituxi, indo para o ponto indicado, de canoa, ao qual intitolou de Lábrea (188).

Labre foi um dos homens de cultura intelectual que se localizou no Purus (189) e um dos primeiros e mais dedicados propagandistas das riquezas naturais dêsse vale, bem como da fertilidade de suas terras, e o primeiro a tratar do aproveitamento dos campos naturais de Pussiari que explorou, fundou uma fazenda de gado, abriu caminhos para ela e explorou um outro para o Beni, na Bolívia, em cujo rumo percorreu 187 milhas e abriu uma picada de 200 quilômetros de extensão, continuada mais tarde pelo Engenheiro Alexandre Haag. Concebeu também a construção de uma estrada de ferro entre Lábrea e o dito rio Beni; tendo sido o seu nome perpetuado pelo govêrno, ao elevar

---

(187) A. C. Ribeiro Bittencourt — *O Município de Lábrea*, 1918, pág. 36; Carta de Carlos da Fonseca; Napoleão Ribeiro — *O Acre e seus Heróis*, 1930, pág. 77.

(188) A. C. R. Bittencourt — *O Município de Lábrea*, 1918, págs. 36 e 37.

(189) R. Bittencourt, *op. cit.*, pág. 35.

a povoação que êle fundou às margens do Purus, a «cidade de São Luís de Lábrea» (190).

Foi eleito vereador na primeira eleição para êsse fim, no município de Lábrea, em 1886; superintendente da mesma municipalidade, no regime republicano, por decreto de 8 de janeiro de 1890, e deputado à assembléia provincial do Amazonas, desde 1874 (191).

Além disso, publicou um livro intitulado *Rio Purus* e proferiu uma conferência na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

Da leitura do primeiro se infere que estudou a vazante e enchente do rio Purus, mostrando que há uma diferença de cerca de vinte metros entre a máxima e a mínima dos dois aspectos de suas águas; a temperatura reinante no vale, inclusive o fenômeno da friagem; a população indígena da região, que subdividiu em mais de trinta tribos; a indústria extrativa dos habitantes autóctones e civilizados, a falta de plantações agrícolas, a não ser algumas bananeiras, pés de canas, mandioca e aipim; e a escassez ou falta de pedras, apesar de haver nas terras altas e afluentes da margem direita, várias, inclusive as de amolar e as de fogo (192). Acrescentou que, nas margens do rio Acre, surge com a vazante, grande quantidade de salitre, bem como se verifica a existência de várias espécies de barros e argilas para tijolo, telhas e de toda a sorte de louça grosseira (193).

Por aí se conclui que, em 1871, êle já havia penetrado no rio Aquiri, cujo nome, já por êsse tempo Labre encurtara para Acre, grafia esta de que êle fôra o primeiro a adotar e a publicar (194).

Na conferência, êle tratou dos rios Purus, Madre de Dios, Acre e Ituxi. Referiu-se à estrada de Lábrea ao Beni que estudou mais de dez anos e a percorreu até em frente à cachoeira de Morrinhos, no Madeira, deixando de completar o traçado até o Beni, por haver dificuldade em transpor o rio Abunã, cujas margens eram infestadas por selvagens antropófagos. A extensão dessa via, de Lábrea à Correnteza (5 km acima da cachoeira

---

(190) R. Bittencourt, *op. cit.*, págs. 79 e 85.

(191) R. Bittencourt, *op. cit.*, págs. 55, 69 e 38, respectivamente.

(192) *Rio Purus*, janeiro de 1872, págs. 8, 9, 11, 13 e 14.

(193) Opúsculo *cit.*, pág. 14.

(194) J. M. Castello Branco — *O Rio Acre*, in *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*, v. 225 (1954), págs. 295, 296, e nota 8.

Esperança, no Beni) era de 338 quilômetros (195) e passava ao sudeste das terras atualmente acreanas.

Quanto ao Ituxi e seus afluentes adianta que desde 1872 a 1883, e mesmo posteriormente, os explorou muitas vezes, com o intuito de procurar uma comunicação para o referido Beni, pelo que ficou conhecendo uma extensão de 600 quilômetros e pode calcular o seu curso em mais de 700 quilômetros. Fez subir vapores nesse rio até uma distância de 320 quilômetros de sua incidência no Purus, em 1884, iniciando o seu povoamento (196).

Pela distância percorrida neste rio, Lábrea deve ter penetrado em zona acreana, pois, como é sabido, as suas cabeceiras estão nos campos Esperança, no centro do município acreano de Rio Branco, banhando suas terras, segundo o mapa de J. A. Masô (1907-1917), por mais de 200 quilômetros, já com a denominação de Iquiri.

O estudo dêste rio foi autorizado por uma lei da assembleia provincial, tendo por objeto a exploração dos rios Ituxi e Mari, a fim de reconhecer o ponto mais vantajoso para abrir-se uma comunicação com os rios Abunã ou Beni, na Bolívia; devendo também ser estudada a possibilidade de ser a ligação feita por canal a abrir-se ou estrada de rodagem, bem como se havia campos apropriados a fundação de fazendas de gado, atravessados por aquêles rios (197).

De acôrdo com o texto da lei e dizeres do próprio Labre, persistia o govêrno amazonense no intento de encontrar ou realizar tal comunicação.

Em 1887, o destemido sertanista empreendia a viagem de Lábrea ao Acre, via Madeira e Beni, esclarecendo Torquato Tapajós que Labre partiu do Purus no princípio de fevereiro, de Manaus a 6 de maio, no vapor *Madeira*, de onde foi ao rio dêste nome, Beni e Madre de Dios (198).

Dêste rio, saiu de porto Amparo, transpôs os rios Orton (Tauamanu), em porto Capa e o *Abunã* (Caramanu), em porto Guaraio, alcançando o rio *Acre* (Muchanguy) no dia 30 de agosto, ao meio dia, na barraca do seringueiro Manuel Joaquim, de cujo porto passou ao seringal «Flor de Ouro» de Geraldo Correia Lima; passando pela aldeia indígena de Canamari,

---

(197) *Diário Oficial* do Império, de 6 de junho de 1871, pág. 3, c. 4. pág. 104.

(196) Rev. e t. IV, cits., págs. 117 e 118.

(197) *Diário Oficial* do Império, de 6 de junho de 1871, pág. 3, c. 4. *Notícias do Dia* — Fôlhas recebidas do Amazonas até 10 de maio de 1871.

(198) *Jornal do Comércio* (Rio), de 13 de fevereiro de 1888, pág. 2, c. 2; *Rio Purus*, janeiro de 1888.



entre os rios Abunã e Acre; e estimando a distância do Madre de Dios ao Acre, em 150 quilômetros (199).

O Acre já estava povoado, mas coube a glória a Labre, de ter sido o primeiro a realizar a travessia de uma zona cheia de índios hostis, no sentido do sul para o norte, cruzando rios e atravessando florestas virgens, seguindo uma trilha diversa dos exploradores que o precederam, os quais sempre viajaram pela calha do Purus, a partir de sua embocadura.

No tocante aos selvagens, êle estudou os seus costumes, hábitos e forma de govêrno, achando-os em geral, pacíficos, embora desconfiados ao receberem os forasteiros.

Contam o tempo pelas estações da enchente ou vazante do rio, e também pelas luas, que parece corresponder ao mês, e o sol ao dia. O único negócio que fazem é com os civilizados por serem a isso forçados, sendo objeto do comércio os produtos naturais que colhem na mata, como sejam: seringa, salsa, óleo, cacau, etc. que trocam por ferramenta, anzóis, bicos para flechar tartarugas, cachaça, missangas e mais algumas pinóias; contentando-se os que se vão civilizando com uma camisa e calça, ou uma saia para mulher; roupas que vestem quando em visita aos brancos (200).

Os Ipurinãs ainda se aldeavam do médio ao alto Purus, a contar do lugar Sepatini até umas trezentas milhas a montante, ultrapassando, assim, o rio Acre. Procuram a amizade dos brancos apesar dos seus defeitos, com que entretêm algumas relações (201).

Os Maneteneris e Canamaris, numerosos e pacíficos, são agricultores, destacando-se, principalmente, no trabalho de algodão e pela beleza e modéstia de suas mulheres, que são mui claras e de olhos grandes. Desejam a aproximação dos civilizados, pedindo e instando para que os tirem do estado selvagem em que vivem.

São trabalhadores, têm boas plantações de frutas e gêneros alimentícios e até mesmo de algodão, de que fazem fios, cordas, rêdes e outros tecidos. Julga-se que estão em território boliviano e não descem da região em que têm suas tabas, com receio dos Ipurinãs (202).

\* \* \*

Escrevi há tempos (*Caminhos do Acre*, in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras., v. 196 (1947), pág. 130), baseado em in-

---

(199) Revista da Soc. de Geogr. e t., cits., págs. 112, 114 e 116.

(200) A. P. Rodrigues Labre, *Rio Purus* cit., pág. 22.

(201) *Op. cit.*, pág. 29.

(202) *Op. cit.*, págs. 29 e 24.

formações do Engenheiro Heliodoro Jaramillo (*Breve Notícia sôbre os Vales dos rios Purus e Madeira* (1902, pág. 25) que a viagem do primeiro tenente da armada nacional, Augusto José de Sousa Soares de Andréa (203), para exploração do rio Purus, realizara-se em 1877, quando, na verdade, foi iniciada em 1875 e terminada no ano seguinte.

Firmado, como se vê, na palavra de um conhecedor da região, tinha a data como indubitável, mas, lendo jornais da época para melhor explanar a ocorrência, nada encontrei sôbre o assunto, volvendo, porém, a vista para anos anteriores, deparei noticiário sôbre o assunto, como veremos:

«O 1º tenente da armada Augusto José de Sousa Soares de Andréa, chefe da expedição que seguiu no vapor *Rio Branco* (204), enviado pela Amazon Steam Navigation Company, tem por fim procurar a comunicação que muitos sábios geógrafos supõem existir entre os rios Purus e Madre de Dios, que é considerado nascente daquele». A expedição deve começar a exploração do Purus do ponto extremo da bifurcação sul, até onde chegou o Dr. William Chandless, nos 10º 52' 52" de lat. sul e 72º 17' 00" de long. oeste de Greenwich. Daí seguirá diretamente até o rio Hiucu, que bem como o Araca, o Rixala e Caspahá, todos afluentes da margem direita, deverá explorar até as respectivas nascentes, levantando cartas, tomando alturas,

---

(203) O modo de escrever o último nome desse oficial tem variado. Ora, encontra-se somente *Andréa* (*Jornal do Comércio* (Rio), de 7 de maio de 1875, pág. 4, c. 1, e de 8 de julho de 1876, pág. 3, c. 6); ora *Andréas* (*Diário de Pernambuco*, de 27 de maio, pág. 1, c. 4, e de 13 de julho, pág. 1, c. 6, ambos de 1876; *Jornal do Amazonas* de 5 de maio, pág. 3, c. 5, e de 8 de junho, pág. 1, c. 3, ambos de 1876; *Diário Oficial* do Império, de 20 de julho de 1876, pág. 3, c. 1; como também as duas formas na mesma edição. (*Jornal do Pará*, de 2 de abril de 1875, pág. 4 — Aviso da Companhia de Navegação a vapor do Amazonas, Ltda.).

(204) Pelo que diz H. Jaramillo, Andréa fez a viagem no vapor *Andirá*, de 250 toneladas de arqueação (*Breve Notícia* e pág. cit.). Conforme o *Jornal do Amazonas*, de 5 de maio, 16 de janeiro, pág. 2, cs. 3 e 4, de 1876, págs. 3 e 5 — *Rio Purus* — a viagem foi feita numa lancha, barco de pequeno porte, mais apropriado à exploração dos altos rios, como era o *Rio Branco*. Segundo o *Jornal do Pará* de 2 de abril de 1875, o vapor *Rio Branco*, do comando do tenente Andréa, seguiria para o Purus a 5 deste mês; continuando o *Andirá* a fazer a linha regular do rio Purus, nos meses que seguiriam, e desaparecendo os nomes do comandante Andréa e do vapor *Rio Branco*, dos avisos da Companhia. (*Jornal do Pará*, de 1875 a 1876).

fazendo descrições, etc. Vai munida de todos os elementos necessários para levar a cabo a tarefa que lhe foi cometida (205).

Desapareceram as notícias sôbre a comissão e sòmente no ano seguinte voltaram a circular. A imprensa recommçou a divulgá-las: «Do lugar Mamoriá, escrevem-nos um dos nossos correspondentes: «O Sr. Andréas, de quem há um ano a esta parte, não tínhamos notícias, acaba de enviar a lancha em que subiu, sob a direção de um dos oficiais da mesma, com o fim de levar-lhes víveres». «O aparecimento dêsse pequeno barco a vapor causou a maior satisfação que é possível imaginar-se, pois bem poucas eram as esperanças de que êle ainda existisse». «Com efeito foi a lanchinha até Hyutanahan, e ahi abasteceu-se de gêneros, fazendo o mais rapido regresso».

«Debalde procuramos saber os resultados da importante comissão do Sr. Andréas; quanto ao official encarregado da lancha, apenas limitou-se em dizer-nos que tinham já feito a exploração em três rios, cujos nomes não os disse e que faltavam ainda dois, mas que havia toda a esperança de ser encontrado o tão desejado caminho para a Bolívia». «O Sr. Andréas officia ao govêrno da província, e é de supor que não seja tão misterioso, quanto o foi o seu encarregado». «Pelo proximo vapor lhe enviarei mais alguns pormenores acêrca dessa exploração que, conseguindo-se o fim desejado, temos de ver o caudaloso Purus navegado por centenaes de barcos a vapor» (206).

Depois dessa informação encontramos a seguinte: «Sobre as explorações do rio Purus, por onde o Sr. 1º tenente da Armada, Soares de Andréa procurava estabelecer comunicações entre Cuzco e o Amazonas, lemos no Amazonas: «De passagem para o Pará, seguiu hontem no vapor *João Augusto*, o distinto Sr. 1º tenente da Armada Augusto J. S. Soares de Andréas, de volta da exploração em que esteve durante 14 meses nos invios sertões do Purus. Pelas informações que colhemos, o illustre e laborioso official, tendo vencido inumeras difficuldades, leva consigo um importante e minucioso relatorio descritivo dos rios Hiusacu, Yrixá ou Arica e Manuel Urbano e de grande numero de seus confluentes; dos lagos Aiapuá e Jary; da agri-

---

(205) *Jornal do Comércio* (Rio), de 7 de maio de 1875, pág. 4, cs. 1 e 2; *Gazetilha — Expedição ao Vale do Amazonas*.

(206) *Jornal do Amazonas* de 5 de maio de 1876, pág. 3, c. 5 — *Rio Purus; Diário de Pernambuco*, de 27 de maio de 1876, pág. 1, c. 4; *Noticias do Norte do Império — Datas do Amazonas até 14 do corrente; Jornal do Comércio* (Rio), de 5 de junho de 1876, pág. 1, c. 4; *Fôlhas do Amazonas até 10 de maio passado e de 20 de julho seguinte*, pág. 3, cs. 1 e 5 — *Gazetilha*).

cultura, dos produtos naturais, das raças indígenas, seus costumes, dialetos, indústrias, etc.».

«Também nos informaram que o Sr. Soares de Andréas perdera todos os instrumentos, armamento, dinheiro e uma boa coleção de dados valiosos e suplementares aos seus estudos, em consequência da alagação que sofreu a canôa que o transportava pelo porto Coruman. A falta que sentimos de esclarecimentos mais seguros sobre o trabalho deste infatigável obreiro do progresso, o Sr. 1º tenente Soares Andréas, priva-nos o prazer de honrar as colunas do nosso jornal, com o justo prêmio devido ao seu real merecimento» (207).

Além de não coincidirem a época da viagem e o nome do vapor em que Andréas subiu o Purus, indicado por Jaramilho, com os constantes dos jornais referidos, também não se ajustam à nova documentação, as distâncias investigadas pelo mesmo explorador nos rios Purus e Acre.

Diz Jaramilho que o referido oficial percorreu 1.200 milhas no rio Purus e 170 no rio Acre (208).

A ordem que Andréa recebeu foi para começar a investigação do rio Purus, no ponto extremo em que chegou o geógrafo inglês W. Chandless, a 10º 52' 52" de lat. S. e 72º 17' 00" de long. W., indo depois examinar seus afluentes da margem direita como o Hiucacu, Araca, Rixala e Caspahá, que explorara até as respectivas nascentes (209).

Se Andréa executou o plano que lhe traçaram, e, é possível que o haja cumprido, pois levou 14 meses, na viagem, e explorou os rios *Hiusacu*, *Yrixá* ou *Arica* e *Manuel Urbano*, como consta das transcrições acima, ele ultrapassou de muito as 1.200 milhas indicadas por Jaramilho, pois, o *Manuel Urbano*, afluente da margem direita do Purus, está a 1.738 milhas da foz do mesmo Purus (210); ficando o *Hiusacu*, que deve ser o Hiucacu, a 1.303. Quanto ao *Irixá* ou *Arica*, deve ter havido confusão do noticiário, pois, ao que parece, trata-se de rios distintos; o *Rixala*

---

(207) *Diário Oficial* do Império, de 20 de julho de 1876, pág. 3, c. 1; *Notícias do Dia* — Fôlinas do Amazonas até 1º do corrente. O *Jornal do Comércio* (Rio) também dava o regresso do Tenente Soares de Andréa (Edição de 8 de julho de 1876, pág. 3, c. 6 — «Gazetilha»; assim como o *Diário de Pernambuco*, de 13 de julho de 1876, pág. 1, c. 6; *Jornal do Amazonas* de 8 de junho de 1876, pág. 1, c. 3 — *Vapor do Purus*.

(208) Breve Notícia e pág. cit.

(209) *Jornal do Comércio* de 7 de maio de 1875, pág., c. e títulos cit.

(210) J. A. Masô, mapa citado.



e o *Aracá*, o primeiro a 1.618 milhas e o segundo, a 1.468 milhas da bôca do Purus (211).

Quanto ao Acre, as notícias que deparamos não se referem a êle, mas, é de presumir que haja sido examinado cuidadosamente de acôrdo com as instruções recebidas e finalidade da exploração que era «procurar a comunicação que muitos sábios geógrafos supõem existir entre os rios Purus e Madre de Dios», e não sòmente 120 milhas, como alude o Engenheiro Jaramillo, quando o rio tem um curso superior a 500 milhas.

O relatório do comandante Andréa seria muito util para se conhecer melhor êsses rios, porém, por mais que o procurasse, quer nos relatórios dos ministros da agricultura, viação e comércio; das presidências das províncias do Amazonas e do Pará; da «Amazon Steam Navigation Company»; quer nos periódicos das províncias do Amazonas, Pará e Pernambuco, aliás muito escassos, quer nos da Côrte, e manuscritos, nada deparamos, além das referências transcritas acima.

\* \* \*

O botânico alemão G. Wallis (1862), e os inglêses Barrington Brow e William Lidstone, não alcançaram a foz do Acre voltando o primeiro do rio Pauinim (212), e os dois outros de Hyutanahan (213).

Seguem-se viajantes, como Caetano Monteiro, Boaventura dos Santos, Leonel Joaquim de Almeida, Liberato Barroso e muitos outros que subiram ou penetraram os rios Purus, Acre, Iaco, Chandless e seus afluentes, nem sempre descobrindo terras novas, a não ser em alguns pontos não atingidos pelos primeiros exploradores e nos contribuintes dos Acre, Iaco e Chandless, e isto mesmo, já com o intuito de se instalarem nos seringais encontrados ou de enviar para êsses pontos, outros conquistadores ou desbravadores, com o fim, porém, mais de se fixarem e povoarem às margens dos rios e igarapés que enxameam a região. São os exploradores dos seringais. Trataremos dêles na parte referentes ao povoamento.

As expedições chefiadas por Taumaturgo de Azevedo, Cunha Gomes e Euclides da Cunha, bem como as de limites, já pertencem a um outro período — o da formação do Território do Acre.

---

(211) Autor e mapa cit. O Tenente Soares Andréa faleceu no dia 15 de maio de 1881. (Amazonas, de 1º de junho de 1881, pág. 4).

(212) Artur Reis, *Anais do 3º Congresso Sul Rio Grandense de História e Geografia*, v. 4º, pág. 2.077.

(213) Euclides da Cunha — Relat. cit. (Notas Complementares), pág. 12.

## II

### BACIA DO JURUÁ

O Juruá era considerado por vários geógrafos e historiadores, como sendo menor do que o Jutai (214), conceito este que só foi se desfazendo pelas proximidades do meado do século XIX, quando Francis de Castelnau, ouvindo coletores de drogas, ponderou que «sòmente dois rios do Solimões tem um curso muito extenso, o Juruá e o Purus, dos quais se sabe que os habitantes estão em comunicação com os espanhóis» (215), apesar de autores dos séculos anteriores e mesmo do referido XIX, terem-no reputado como oriundo da cordilheira andina, do lago Rogagualo ou das cercanias de Cuzco, do que resultou apelidarem-no com este nome (216).

Os primeiros navegadores do rio Amazonas disseram que os naturais o chamavam *Yuruá*, mas, devido a direção que lhe deu o roteiro de Francisco de Orellana, intitularam-no rio de *Cuzco* (217).

O nome do rio Juruá, foi inicialmente escrito *Yuruá*, devido às primeiras pessoas que se referiram a região serem de nacionalidade castelhana, mas, logo deturparam a sua grafia, escrevendo-a de maneiras as mais dispares, como: Hyurba, Hyurna, Hyoruá, Yuruba, Yuruta, Yurva, Yurucá, Hyuruhá, Jurura, Juruuá, Iuruá, que se fixou em Juruá até o presente (218).

Confundiram-no com o Beni e o Madre de Dios ou Amaru-mayu (219), pelo que os cartógrafos o intitularam de Amaru-

---

(214) M. Ayres de Casal — *Geografia Brasileira*, 1816, v. II, pág. 330; David B. Warden — *Histoire de l'Empire du Brésil*, 1832, v. I, pág. 51; Melo Moraes — *Corografia do Brasil*, v. 3, pág. 501; Mapa de J. Viliers de Lile Adam, 1850.

(215) *De Rio a Lima et de Lima au Pará*, 1843-1847, v. V, págs. 86-90 e 94.

(216) Cristobal de Acuña — *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas*, 1639, pág. 128; Manoel Rodrigues — *El Marañon y Amazonas*, 1684; Fr. X. Ribeiro Sampaio — *Diário*, 1774-75, pág. 54; Fr. Bernardino de Souza — *Pará e Amazonas*, 1874, 1ª parte, pág. 75; Millet de Saint Adolphe — *Dic. Geogr. e Descr. de l'Empire du Brésil*, 1845; F. Acioli Cerqueira e Silva — *Geografia Paraense*, 1883, pág. 43; Michelana y Rosas — *Exploracion y Hidrographia de la America del Sul*, 1856, pág. 507.

(217) Cristobal de Acuña, *Nuevo Descubrimiento* cit.; Manoel Rodrigues — *El Marañon y Amazonas* citado.

(218) Castello Branco — *Caminhos do Acre* cit., págs. 153 e 154.

(219) Tavares Bastos — *O Vale do Amazonas*, 1866, pág. 264; A. Raimondi, v. V cit., pág. 103. Tadeo Haenke, em 1799, chegou a afirmar que «sobem o Juruá comodamente embarcações menores, a grandes distâncias, navegando vários meses, até os confins do Alto Peru» (*Descripción del Perú*, pág. 310).

maye, rio de Cuzco ou Juruá, Yuruá, Amarumaye ou Chunchu, Yurva ou Amarumaya (220).

Resta o nome de Cuja que lhe davam os índios Conibos e de que já tratamos ao referir-nos aos primeiros varadouros do Purus.

Parece que a primeira tentativa de exploração com rumo às terras da bacia do Juruá, partida das margens do Ucaiale, cêrca do paralelo de 9° 25' sul e 76° de longitude oeste de Paris, transpondo os vales do Tamaia e Utiquinia foi a denominada «Exploracion Gaviria», no rumo NNE, que poderia ter atingido o vale do Mõa (221). Não aludindo o cartógrafo ao ano em que teria se efetuado a jornada, é possível que a mesma se haja realizado do meado do século XVII em diante, quando começou o desbravamento do Ucaiale. Raimondi diz que quase não há dúvida alguma que devia existir comunicação entre o Ucaiali e algum outro tributário do Amazonas, situado mais ao oriente — «pues se tiene noticias de varios casos que en siglo pasado aparecieron los brasileiros en el Ucayali, sin haber entrado por la boca de este rio» (222).

O trânsito dessa gente, tanto podia ser pelo rio Javari, como pelo Juruá, dependendo apenas da latitude em que eles surgiam nas margens do Ucaiale; pois que, cêrca de 1750, já penetravam, no Juruá, algumas pessoas, apesar de «pouco frequentado pelos brancos» (223).

Na segunda década do século XIX, já alguns tinham subido o Juruá, um mês de viagem, distância esta que ainda se mantinha no decênio seguinte (224); e o presidente da província do Pará, em 1844 propunha a criação de uma missão nesse rio, «cujos índios já entretém algum comércio conosco» (225).

---

(220) Cartas Geográficas da região amazônica de Sanson de Abbeville, 1656 e 1686; Guillaume Deslisle, 1703; Eman Bowen; Joseph de Mendonça Sandoval e Sebastian Fernandes de Medrano.

(221) Mapa de la Gobernacion de Alvarez Maldonado anexo ao livro de Luiz Ulloa — *Relacion de la Jornada y Descubrimiento del rio Manu (hoy Madre de Dios)* por Juan Alvares Maldonado, 1567.

(222) *El Perú*, t. III, 1879, pág. 108.

(223) Araújo Amazonas, *Dic. Top. Hist. e Descr. da comarca do Alto Amazonas*, 1852, pág. 242; José Monteiro de Noronha — *Roteiro de 1768* (manuscrito), pág. 41; Ribeiro Sampaio — *Diário de 1774-1775*, pág. 54.

(224) Anuré Fernandes de Souza, in *Rev. de História e Geografia do Rio de Janeiro*, ano 1848, pág. 441; Inácio Acioli, *Geografia Paraense*, 1833, pág. 305.

(225) Discurso à Assembléia Legislativa, de 15 de agosto de 1844, pág. 18.

Mas, sòmente, em 1847, devido às investigações mais minuciosas do francês Francisco de Castelnau, é que se ficou sabendo até que posição do rio chegavam os civilizados.

Castelnau inquiriu três pessoas que conheciam o rio Juruá e no qual haviam feito várias viagens; sendo que Francisco Manuel da Cruz era de Fonte-Boa e Flores Nicolau de Oliveira era de «Ega» (Tefé). Todos os três lhe falaram no rio «Tarwaca», «Tarawaca», e «Taruaca» (226); sendo o último mais minucioso na sua descrição e que certa vez subira o Juruá, continuamente, durante três meses e meio, sem se deter. Referiu-se aos paranás ou rios Minerois, «Tucuma», «Anderah» (Andirá), «Arapari», «Bereo», «Mamoria», «Temquê», «Bahana Branco» (Bauana), «Carababa», «Bahana Preto ou Pichouma» (Bauana Pixuna), de onde se vai ao rio «Taboa» no Purus (Tapuá), «Apu-paha», «Jahiruan», «Chiruan», que se comunica com o rio Tarauacá (227).

O primeiro depoente fala num caminho por terra, entre o paraná de Tucuman e o rio Jutai, que se vence em doze horas de marcha (228). O segundo informou que lhe disseram que, subindo o rio Tarauacá, durante oito ou dez dias, podia-se tocar terras dos espanhóis e que a meia jornada acima do Tarauacá, encontrava-se o rio «Airu-Paraná» (Eiru), no qual navegou quinze dias (229).

As terras de espanhóis deviam ser as do rio Purus, como se verificou mais tarde.

Estava-se quase no meado do século XIX, e mui pouco se sabia além da bôca do rio Tarauacá, apesar de viajarem os coletores de drogas durante meses na bacia do Juruá.

Romão José de Oliveira, encarregado dos índios do Juruá, desde 1848, fez uma rápida exposição, a 10 de março de 1851,

---

(226) *De Rio a Lima et de Lima au Pará*, 1843-1847, v. V, págs. 86, 87 e 89.

(227) Obra e v. cit., págs. 88 e 89. Do ponto mais distante a que chegavam os coletores de drogas, voltavam à foz do Juruá, em um mês de viagem seguida (Relats. dos Presidentes do Amazonas cit., v. III, pág. 265). Sendo assim, e, dando-se uma média de 40 milhas diárias para essa baixada, os viajores iriam até as proximidades do rio Liberdade (1.238 milhas) ou quando muito às do rio Campinas (1.262 milhas), mas, difficilmente, às adjacências do Ipixuna (1.290 milhas) ainda mais de 50 milhas distante da fronteira acreana. Tavares Bastos aponta o exemplo do regatão *Alferes Borges* que, navegando três meses em canoa no Juruá, em 1864, foi pouco além de Tarauacá. (*O Vale do Amazonas* cit., pág. 265).

(228) Castelnau e v. cit., pág. 86.

(229) Obra e v. cit., pág. 87.



ao tenente coronel Albino dos Santos Pereira, sôbre as tribos da região e possibilidade de aldeia-las, assim como a 25 de junho de 1852 prestou informações sôbre a extensão do rio, navegabilidade e população indígena, que foram endereçadas ao presidente da província Tenreiro Arajá (230).

Este, que foi o presidente que instalou a província do Amazonas, dizia, em 1852: — «O Juruá era pouco falado ou conhecido»; acrescentando: «Ainda para a Bolívia pretendo que também se abra outra via de comunicação pelo rio Juruá, por onde alguns habitantes desse Estado e do Peru já tem descido, e para essa empresa espero um cidadão de prestimo estabelecido no mesmo rio» (231).

A intenção de abrir uma comunicação com a Bolívia pelo Juruá vinha demonstrar como era confuso o conhecimento da região em que nasciam os rios que banham o atual território do Acre.

Quanto à descida pelo rio Juruá de moradores da Bolívia e do Peru, só se tem notícia da viagem do General Pedro de Orsuá, que, em 1560, segundo alguns autores, passara do rio Jutai ao Juruá e fôra massacrado no último (232); informação esta, porém, verificada não verdadeira, conforme fontes mais autorizadas, que mostram haver sido a descida do Orsuá, pelos rios Mayo, Huallaga e Marañon, e fôra assassinado na província de Machifaros, nas costas do Solimões, a 1 de janeiro de 1561 (233).

Além disso, adianta um historiador paraense que em época remota, segundo a tradição, desceu pelo Juruá um jesuita espanhol, que depois subiu o Amazonas (234); mas, nada encontrei que pudesse confirmar esta notícia.

---

(230) Artur Reis — *A Conquista do Acre*, in *Anais do III Congresso Sul Rio Grandense de Hist. e Geogr.*, 1940, v. IV, pág. 2.078. Em 1858, Romão era 5º suplente de delegado de polícia do distrito de Tefé. (*Relatórios dos Presidentes do Amazonas*, v. II, pág. 64).

(231) Relatório de 30 de abril de 1852, págs. 63, 73 e 74.

(232) Cristobal d'Acuña — *Nuevo Descubrimiento* cit., pág. 2; Ouvidor Ribeiro Sampaio — *Diário cit.*, pág. 55; Araújo Amazonas — *Dic. cit.*, pág. 139; Melo Moraes — *Corogr. cit.*, v. III, pág. 501; Ignácio Moura — *Anuário de Belém*, 1616-1917, pág. 24.

(233) *Mercurio Peruano*, de 13 de outubro de 1791, pág. 114; João Wilkens de Matos — *Roteiro do vapor Monarcha*, 1854, in *Relatórios dos Presidentes do Amazonas*, v. I, pág. 381; Artur Reis — *História do Amazonas*, 1931, pág. 26; La Condamine — *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique Meridionale*, 1743, pág. 61.

(234) Barão de Marajó — *As Regiões Amazônicas*, 1890, pág. 88.

Relativamente à pessoa que devia descobrir a comunicação com a Bolívia, deveria ser Romão José de Oliveira, encarregado dos índios no Juruá, negociante na vila de Ega (235) e que fornecera ao govêrno, como já vimos, dados sôbre a população indígena, extensão e navegabilidade do rio Juruá; mas, não o foi, pois, sômente um lustro após, esta incumbência seria cometida a um outro morador em Ega, João da Cunha Corrêa, também encarregado de índios, a contar de 1854, que desempenhou, percorrendo o Juruá mais do que qualquer outro, e, transpondo as terras altas que separam as duas grandes bacias, pisou o solo puruense, nessa mesma jornada.

João da Cunha Corrêa era natural de Cametá, na província, hoje Estado do Pará, e irmão bastardo do grande comerciante João Augusto Corrêa, impulsionador e fundador da praça do Pará (236); bem como meio irmão do Dr. Ângelo Custódio Corrêa (237). Animador do comércio regional, diretor de índios de quem soube captar a amizade, tornou-se grande conhecedor do vale do Juruá, pelo que pôde fornecer muitos dados a William Chafndless (237-A) e Henry Walter Bates (238), sôbre o mesmo rio.

Foi representante do povo amazonense à assembléia legislativa provincial, pelo menos nos biênios de 1880 e 1882, che-

---

(235) Herculano Ferreira Pena — *Exploração dos Afluentes do Amazonas*, de 12 de novembro de 1855 (manuscrito), anexos 6 e 7.

(236) Carta de Guilherme da Cunha Corrêa, datada do seringal *Concórdia*, no baixo Juruá, de 9 de agosto de 1923, a mim dirigida, pág. 1. O presidente do Pará, Fausto Augusto de Aguiar diz que o distinto paraense João Augusto Corrêa, negociante nesta praça propôs-se estabelecer a navegação a vapor no Amazonas e Solimões (Relat. de 15 de agosto de 1851, pág. 761). Foi incorporador da «Companhia Fluvial Paraense», da qual foi diretor até falecer. (Francisco Bernardino de Sousa — *Pará e Amazonas*, 1874, 1ª parte, pág. 47). Tinha um gênio empreendedor que tencionava aumentar a navegação a vapor nesta província e ensaiar o fornecimento de gado para o consumo da capital, por meio de transportes rebocados a vapor. (Relat. do presidente do Amazonas, de 25 de março de 1870, v. III dos Relatórios, pág. 786).

Tem sido muito sentida a morte dêsse negociante, que era o empreendedor mais inteligente da província. (*Jornal do Comércio* de 14 de abril de 1870, pág. 1, c. 6; Carta do Pará, de 1, 3, 1870).

(237) Henry Walter Bates — *O Naturalista no rio Amazonas*, tradução de C. de Melo Leitão, Série Brasileira, nº 237 (1944), v. I, pág. 251.

(237-A) Apontamentos sôbre o Rio Juruá, in Relatório do Ministério da Agricultura, de 1870, anexo N N.

(238) *O Naturalista no rio Amazonas*, v. cit., pág. 362.

gando neste último ano a presidência (239), e faleceu como terceiro vice presidente da província (240).

Era coronel da guarda nacional e um dos mais prestimosos chefes do partido liberal, a quem coube presidir os trabalhos da assembléia legislativa por quase unanimidade dos seus colegas — «tarefa que desempenhou a contento e aprazimento geral, sem que levantasse uma só voz para desacatar as decisões pautadas pelo espírito de justiça e bondade que caracterizava tão distinto cidadão. (Apoiados)» (241).

O Deputado Bento Aranha, chamou-o de «ilustre chefe liberal» e o de nome Clarindo, apesar de ser da oposição, associou-se às homenagens pelo seu passamento, «não só pelas suas excelentes qualidades, mas ainda por ter êle, como nosso presidente na sessão passada dirigido dignamente os trabalhos da mesma, respeitando sempre os direitos da minoria e fazendo sempre respeitar a lei que nos rege, o Regimento interno, desta Casa» (242).

Na assembléia legislativa, fez parte da comissão de agricultura, comércio, artes e navegação; da de catequese e civilização de indígenas e da de estatística. Na legislatura de 1880, apresentou projetos para manumissão de escravos; inovação do contrato da Amazonas Ltda., tornando a linha do Juruá mensal e estendendo-a até S. Carlos de Xibauá, cujas leis foram sancionadas pelo poder executivo (243).

A proposta para a criação do município de S. Felipe, em 13 de julho de 1894, foi assinada pelos deputados Soares Sobrinho e Cunha Corrêa, circunscrição esta que abrangia o atual Juruá federal. Como se vê um dos signatários do projeto era Cunha Corrêa, cujo nome todo era Carlos Augusto da Cunha Corrêa (244) talvez filho ou sobrinho do pioneiro juruanense.

---

(239) Anais da Assembléia Legislativa do Amazonas, 1882, pág. 8.

(240) *Jornal do Comércio* (Rio), de 23 de julho de 1882, pág. 1, c. 2; Datas do Amazonas até 29 de junho anterior.

(241) Anais da Assembléia cit., 1883, sessão de 26 de março, pág. 8; indicação do Deputado Antônio José Barbosa. Em 30 de abril de 1859 era 1º suplente em exercício no juízo municipal do distrito de Tefé, termo de Ega e comarca do Solimões. (Relat. do Presidente F. José Furtado, de 3 de maio de 1859, doc. I, in *Relatórios dos Presidentes do Amazonas*, v. II, pág. 253).

(242) Anais, ano e pág. cit.

(243) Amazonas de 17, 18 e 25 de janeiro de 1880, e de 1º e 25 de abril do mesmo ano.

(244) Anais cit., 1894, págs. 15 e 71.

Em 1849-1850, o naturalista Henry Walter Bates subira o Amazonas e o Solimões, numa escuna de João da Cunha Corrêa, que partira do Pará em setembro de 1849, o qual fazia viagem comercial no grande vale (245); e, mais ou menos, por essa época, o mesmo Cunha Corrêa, cumprindo ordens do seu irmão João Augusto Corrêa, para execução de um plano comercial, foi, num grande barco chamado *Rio Mar*, até a cidade peruana de Nauta, onde abriu uma agência para seus negócios; limite provisório da navegação que empreendia, mas, cujo projeto não logrou êxito, por ter sido aproveitado pelo empreendedor Irineu Evangelista de Sousa — Barão de Mauá (246).

Nessa mesma viagem, João da Cunha Corrêa, percorrendo o Amazonas, esteve no Tapajós, com os Miranda Corrêa; em Maués, com os Barbosa; em Borba ou Canumá, com os Coitinho; em Parintins com os Meireles e outros; em Manaus, com os Bacuri Pinto e outros; em Coari, com os Guimarães e os Valentes do Couto, ainda consanguíneos dos Corrêa; em Tefé, com o seu parente materno Francisco Manuel da Cunha, a quem encarregou de estudar o meio e a possibilidade de negócio, então, enfeudados nas mãos do chefe local tenente coronel José Monteiro Crisóstimo; em Fonte Boa, esteve com o Padre Torquato Antônio Ribeiro, paraense e ainda parente dos Corrêa, que lhe apresentou os irmãos Cristóvão Coelho e Antônio ou José Coelho, mais conhecidos pela alcunha de Rato e o peruano Pedro José Sevalho. Os irmãos Rato formaram mais tarde a firma Coelho e Irmão que se fixou em Lago Cerrado, como comitentes da grande firma João Augusto Corrêa e Companhia, do Pará. Isto se deu de 1847 a 1850, quando João da Cunha Corrêa regressava pela segunda vez de Nauta, no Peru, penetrou no Juruá, época também em que adquiriu por compra o sítio «Joanico» de propriedade de João Ferreira Oliveira, mais conhecido pela antonomasia de Joanico (247).

Joanico fica a 194 e Lago Cerrado a 312 milhas da foz do Juruá, o primeiro à margem esquerda, logo após a bôca superior do paraná do Breu, e o segundo à margem direita, umas oito milhas a montante do desaguadouro superior do paraná de Tucumã (248), região conhecida como «dos paranás», em que

---

(245) *O Naturalista no rio Amazonas* cit., pág. 251.

(246) Carta de Guilherme da Cunha Corrêa, filho de João da Cunha Corrêa, datada do seringal *Concórdia*, no rio Juruá, de 9 de agosto de 1923, a mim dirigida, págs. 1 e 2.

(247) Carta cit., págs. 2 e 3.

(248) Augusto Hilliges — *Mapa do Baixo Juruá*, 1905.



abundavam a copaíba, óleo ou manteiga de ovos, pirarucu sêco ou piraém, salsa e mixira de peixe-boi (249).

Para Guilherme da Cunha Corrêa, os primeiros a penetrarem o Juruá, foram os irmãos Coelho, que ali se fixaram em Lago Cerrado, mas, ao mesmo tempo, diz que êles compraram a João Ferreira Oliveira o sítio Joanico, dando a entender que êste já residia neste lugar (250), parecendo assim que Joanico foi o primeiro civilizado que fixou residência no vale do Juruá.

Guilherme deve ter razão no tocante a fixação da moradia dêsses percursores, mas, relativamente, a serem os irmãos Coelho os primeiros a penetrarem o rio Juruá, não nos parece verossimil, pois escritores do século XVIII, já afirmavam que êle era pouco freqüentado pelos brancos (251); assêto êste confirmado pelo grande conhecedor do Amazonas, tenente Araújo Amazonas, quando adianta que cêrca do meado daquela centúria, já haviam penetrado no referido rio algumas pessoas (252).

É certo que, a princípio, essa gente ia à caça de indígenas, mas, também daí retiravam, entre outros gêneros, a salsaparilha (253).

Êsse agarramento de silvícolas ainda se verificava na segunda década do século XIX (254), e o tráfico das drogas aumentou com os moradores de Ega (Tefé), Nogueira e Fonte-Boa, desvendando-se o Juruá até pouco acima do afluente chamado Parauacu, hoje Tarauacá (255), ensejando, pelo meado da centúria, o estabelecimento dos pontos comerciais de Joanico

---

(249) Carta de Guilherme da Cunha Corrêa cit., pág. 3.

(250) Carta cit., pág. 3.

(251) José Monteiro de Noronha — *Roteiro de 1768*, pág. 41; Ribeiro Sampaio, *Diário de 1774-1775*, pág. 54.

(252) *Dic. Top. e Hist.* cit., pág. 242.

(253) Araújo Amazonas, Monteiro de Noronha e Ribeiro Sampaio, *ops. e págs. cit.*; bem como a pág. 55 de Ribeiro Sampaio; Padre Constantino Tastevin, *Le Fleuve Juruá*, in *La Géographie*, Paris, t. XXXIII, 1920, págs. 131-2; Artur Reis — *História do Amazonas*, 1930, págs. 133 e 140.

(254) Cônego André Fernandes de Sousa — *Rev. de Hist. e Geogr.*, t. de 1848, pág. 444.

(255) Inácio Acioli — *Geografia Paraense*, 1833, págs. 305 e 306; Presidente do Pará Manuel Paranhos da Silva Veloso, *Relat. de 15 de agosto de 1844*, pág. 18; F. de Castelnau — *De Rio a Lima et de Lima au Pará*, 1843-1847, v. V, págs. 86, 87 a 90; João Wilkens de Matos — *Roteiro de viagem do vapor Monarcha*, 1854; Conde de Rozwadowsky — *Relatório de 1853 sobre a viagem do vapor Marajó*, pág. 16; Tastevin, *Rev. e t. cit.*, pág. 131.

e Lago Cerrado, acima falados, que estenderam o seu comércio até a praça de Belém, no Pará.

Mesmo, a primazia dos irmãos Coelho e de Joanico, deve ser circunscrita aos nomes dos precursores que não ficaram no olvido e fundaram entrepostos ou pontos de apoio ao comércio dos produtos regionais com os negociantes do Pará, porquanto o geógrafo britânico William Chandless, na sua viagem de 1867, ao rio Juruá, encontrou quatro aldeias de índios Marauás, situadas nos paranás de Mineroá, Caá-pirangá, Bereo (Breu) e Tucumá (Tucumã), este fazendo desaguar sua boca de cima, a montante de 300 milhas (256) náuticas, no rio Juruá, com uma população de cêrca de oitenta pessoas, das quais «Muitos mostram não ser índios puros», todos ladinos e quase todos batizados, afeiçoados às gentes de Tefé, mas, não das de Fonte-Boa (257), dando a entender, assim, que brancos do Solimões andaram nas suas tabas, tendo ligação com mulheres indígenas ou se casaram com elas, residindo nesses lugares, desde época anterior a 1850, para que muitos dêsses silvícolas não fôsem puros como alude Chandless.

\* \* \*

Estava-se nessa situação, quando João da Cunha Corrêa empreendeu a sua jornada de 1857-1858; pouco se ia além da foz do Tarauacá e sabia-se que, subindo este rio, durante oito ou dez dias, passava-se ao vale do Purus, segundo informações dos indígenas locais.

A viagem de Cunha Corrêa, além de ser descrita pelo seu filho Guilherme da Cunha Corrêa, morador no seringal Concórdia (258), à margem direita do rio Juruá e a 286 milhas de sua foz (259), consta de um relatório do próprio explorador bem como de narrativas oficiais e particulares.

Explica o historiador Artur César Ferreira Reis que João da Cunha Corrêa, nomeado em 1854 (260), pelo Presidente

---

(256) A. Hilliges, Mapa citado.

(257) *Apontamentos sobre o rio Juruá*, in *Diário Oficial* do Império, de 22 de janeiro de 1870, pág. 4, c. 3.

(258) Carta de 9 de agosto de 1923 citada.

(259) A. Hilliges, Mapa citado.

(260) Do relatório do Diretor Geral dos Índios, João Wilkens de Matos, de 25 de agosto de 1858, pág. 152, consta que João da Cunha Corrêa era diretor dos índios do Juruá, desde 24 de junho de 1855. (Relatório do Presidente Francisco José Furtado, de 7 de julho de 1858, Anexo M, in *Relatórios da Presidência do Amazonas*, v. II, 1906.

João Pedro Dias Vieira, atirou-se a indagações que o govêrno lhe pedia, apresentando, em ofício de 20 de agosto de 1856, minuciosos esclarecimentos, capeando uma relação das tribos aldeadas até o Xuê (500 milhas da bôca do Juruá). Em 1857, aprovada a proposta que fizera para uma incursão rio acima, partia de Tefé 13 de outubro, com dez guardas nacionais daquele município, alcançando o Juruá Mirim. De Tarauacá, no regresso, passava pelo Envira, de onde varou para o Purus, chegando a Tefé, em 30 de abril de 1858 (261).

O diretor do serviço de índios, João Wilkens de Matos referiu-se a essa viagem e disse que João da Cunha Corrêa, como diretor de índios do Juruá, teve 600\$000 para fazer uma viagem de exploração no mesmo rio, nada constando de importante do seu relatório, a não ser que as hordas de índios que encontrou são pacíficas. De um mapa que apresentou menciona a existência de nove malocas com um total de 426 pessoas e 45 casas, a saber: Meneroá — 13 casas com 80 índios marauás; Andirá — 7 casas com 48 catauxis; Bereo — 3 casas com 17 marauás; Arapari — 4 casas com 30 catauxis; Popunha — 3 casas com 39 canamaris; Paranã — 3 casas com 61 arauás e Xuê — 4 casas com 106 índios arauás (262).

Henry Walter Bates e William Chandless também se referem a esta viagem, o primeiro quando alude que João da Cunha Corrêa lhe contara que subira o Juruá até onde era navegável, havendo do Juruá para o Purus uma estrada por terra, cuja distância que separa os dois vales, êle Corrêa estimava em 30 ou 40 milhas (263); e o segundo quando narra que João da Cunha Corrêa lhe dissera que o Tarauacá, a oito dias da foz, tem um afluente chamado Embira, donde êle pelo seu tributário

---

(261) *A Conquista do Acre*, in *Anais do III Congresso Sul Rio Grandense de História e Geografia*, 1940, v. IV, pág. 2.079.

(262) Relatório do Presidente Francisco José Furtado, de 7 de setembro de 1858, v. II dos Relatórios presidenciais cit.; relatório anexo do referido diretor, pág. 151. No anexo Q do Relatório do Ministro da Agricultura, de 1865, pág. 9, há uma referência a essa viagem, apesar de estar alterado o ano para 1868, quando êste relatório é de 1865.

O relatório do diretor geral interino dos índios, Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, ao Presidente Francisco José Furtado, datado de 12 de janeiro de 1859, refere-se a esta viagem, e confirma as datas de 13 de outubro de 1857, como sendo da partida e de 30 de abril de 1858, como da chegada. (Do livro de officios da Diretoria de Índios da Província, pág. 1; cópia fornecida pelo historiador Artur Reis).

(263) *O Naturalista no rio Amazonas*, tradução cit., vol. I, pág. 362.

«Jatuarama-paraná» passou por terra, até a margem esquerda do Purus (264).

\* \* \*

Não havendo, assim, dúvida quanto à viagem ao Juruá e Purus, por João da Cunha Corrêa, vejamos qual foi a data provável em que êle atingiu e percorreu o território acreano, bem como o roteiro seguido na travessia do divisor de águas dos dois grandes vales.

Cunha Corrêa partiu de Tefé, como já vimos, a 13 de outubro de 1857, e retornou à mesma cidade, a 30 de abril do ano seguinte, consumindo assim, na viagem, seis meses e dezanove dias, ou duzentos dias ao todo, sendo oitenta no ano de 1857 e cento e vinte no de 1858.

Não dispondo de dados para que se saiba a data exata em que o explorador alcançou o atual território do Acre, e tendo sido a viagem feita em canoa grande, uma vez que a tripulação era composta de dez guardas nacionais, é preciso verificar-se quantas milhas poderia uma embarcação dêsse porte navegar por dia para que, dentro do prazo empregado pelo expedicionário, se possa determinar ao menos o mês em que êste atingiu o referido território, não só no vale do Juruá, como no do Purus.

Fiz várias vêzes o trajeto entre a cidade de Cruzeiro do Sul e a vila Taumaturgo, no Departamento do Alto Juruá, território federal do Acre, numa distância de 180 milhas, tanto em canoa pequena como em grande: montaria ou batelão, na época da alagação, meia enchente e vazante, quadras que muito influem na andadura da embarcação, assim como o seu tamanho e tripulação.

A proporção que o rio vai enchendo, as águas favorecem aos que baixam, dificultando aos que sobem, ao passo que, na vazante, além da correnteza reduzir-se, surgem praias que se alargam, à proporção que o escoamento se acentua, forçando os navegantes a contorná-las, aumentando assim a trajetória a seguir-se; baixios que geram encalhes, atrasando a viagem, bem como as tronqueiras, que os obrigam a se desviarem do rumo traçado ou do canal do rio, dando lugar às vêzes, a alagação da canoa, prejudicando, grandemente, a viagem.

Apesar dêsses contrastes, pode-se estabelecer uma média para essas jornadas.

Quando cheguei no alto Juruá, o trajeto entre Taumaturgo e Cruzeiro do Sul se fazia, normalmente, em seis dias de baixada e doze de subida, dando uma média para esta de quinze milhas

---

(264) *Apontamentos sobre o rio Juruá* cits., pág. 4.



diárias, andando somente durante o dia. Com a experiência, vendo o tempo que se perdia, passei a exigir mais da tripulação e consegui médias diárias de dezoito e até de mais de vinte milhas, em viagens especiais.

Isto em trajetos, de certo modo, de pouca duração, mas, para os longos, como o da exploração desses rios que exigiam meses contínuos de navegação, a média de quinze milhas por dia é razoável.

Chandless, na sua exploração às nascentes do Purus, em 1864, gastou sete dias, da boca do Iaco ao início do «Trilho Indiano» (265), distância esta que, de acordo com o explorador alemão Augusto Hilliges, mede 98 milhas (266), dando, assim a média de 14 milhas diárias.

O mesmo geógrafo inglês, na incursão ao Juruá, em 1867, levou trinta dias da foz do Tarauacá ao ponto em que deu por terminado o seu trabalho (267), distância, esta que regulava 342 milhas, e que dá uma média de onze e meia milhas por dia (268).

Mas, o próprio João da Cunha Corrêa adianta, repetido por Chandless, que a distância da boca do Tarauacá à do Embira se vence em oito dias (269) e, medindo a mesma 124 milhas (270), a média, por dia, praticada pelo referido sertanista regulou 15 milhas e meia.

Contudo, outros informantes, dizem que, nesse trajeto se gasta de oito a dez dias, o que, no caso, de nove ou dez, daria  $13\frac{1}{2}$  e  $12\frac{1}{2}$  milhas por dia, respectivamente, mostrando, assim, que tudo depende do tamanho da embarcação, do número de tripulantes, do seu esforço no aproveitamento do tempo, do volume das águas e dos obstáculos a vencer.

---

(265) *Notas sobre o Rio Purus* cit., pág. 8.

(266) *Mapa do Alto Purus*, 1905, págs. 25 e 26.

(267) *Apontamentos sobre o rio Juruá* cit., pág. 4.

(268) Augusto Hilliges — *Mapa do Alto Juruá*, 1905, págs. 13-21. A diferença de média, entre esses trechos do Purus e Juruá, executada pelo mesmo autor, deve-se ao receio de Chandless de ser atacado no Juruá, pelos índios Náuas, andando, por isso, mais cautelosa e vagarosamente, além do tempo aplicado nas observações astronômicas, como aconteceu nos rios Gregório e Mu (*Apontamentos sobre o rio Juruá* cit., pág. 4).

(269) *Apontamentos sobre o rio Juruá* cit., pág. 4. Manuel Urbano, na sua exploração do Purus, em 1861, diz que entre as bocas do Ituxi e a do Rixalá, numa distância de 500 léguas, regulou viajar cinco léguas por dia (*Relatórios dos Presidentes do Amazonas*, v. II, pág. 802), ou sejam cerca de quinze milhas diárias.

(270) J. A. Masó, *Mapa* citado.

Adotada, porém, de um modo geral, a média de quinze milhas diárias para a subida, vejamos quanto tempo o explorador dispendeu para atingir a fronteira do atual território do Acre.

De Tefé a boca do Juruá, segundo um mapa do Padre Constantino Tastevin, componente das missões de Tefé e grande conhecedor da região, devem ser umas cem milhas (271), distância esta que pode ser vencida em seis e meio dias. Daí a foz do Tarauacá são 920 milhas (272) que, na mesma proporção, exige 61 dias e um quarto de viagem (273). Da foz do Tarauacá à cidade de Crúzeiro do Sul, duas milhas acima da fronteira do território com o Estado do Amazonas, são 424 milhas (274), para o que seriam necessários 28 dias e um quarto num total de 96 dias, de Tefé a Cruzeiro do Sul, ou sejam três meses e seis dias, pelo que deveria ter penetrado águas acreanas, no dia 16 de janeiro de 1858, descobrindo, assim a região em que está situado o atual território do Acre.

Caso houvesse viajado 16 ou 17 milhas por dia, exorbitando da média tida como adequada para as duradouras e extensas jornadas, mesmo assim, teria penetrado na zona, hoje acreana, a 10 ou 5 de janeiro de 1858, respectivamente.

Já que se não pode determinar o dia exato dêsse descobrimento, aponte-se ao menos, o mês ou ano em que poderia ter-se realizado.

---

(271) *La Depression du Bassin de l'Amazone à la Bouche du Japura*, 1914, in *La Geographie*, Paris, t. XXXIII, janvier, 1920, pl. 2. O I.B.G.E. dá para a distância entre Tefé e a boca do Juruá — 153 milhas (*Tábuas Itinerárias do Amazonas*, 1943, págs. 10 e 53), mas, preferimos manter o cálculo ao redor de 100 milhas, porque a tabela adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, não parece bem fundamentada, senão vejamos. Da boca do Tarauacá à cidade de Eirunepé (ex-João Pessoa e S. Felipe), dá 15 milhas (pág. 54), ao passo que A. Hilliges mediu 8 milhas (*Mapa do Alto Juruá*, pl. 13); da boca do Juruá à do Tarauacá, indica 1.198 milhas (pág. 55), quando Hilliges fixou 920 (pl. 13); e da boca do Juruá à fronteira do Estado do Amazonas com o território do Acre, estabelece 1.876 milhas (pág. 55), quando Hilliges registrou 1.341 (pls. 13 e 23), por onde se vê que há uma diferença de quase o duplo no primeiro caso; perto de 24% no segundo, e de 40% no terceiro caso. O trabalho de Hilliges merece mais confiança por ter sido efetuado cuidadosamente por ele próprio, medição, aliás, confirmada por Belarmino de Mendonça (*Memória da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de reconhecimento do rio Juruá*, 1904-1905), que encontrou da boca do Juruá à do Tarauacá 917 e da boca do Juruá à do Breu — 1.607 (pág. 3), quando Hilliges verificou 920 e 1.608, respectivamente (pls. 13 e 29).

(272) A. Hilliges — *Mapa do Baixo Juruá* citado.

(273) O regatão, *Alferes Borges*, em 1864, navegou três meses, em canoa, para atingir um ponto pouco além da foz do Tarauacá, conto já referimos em a nota 227 dêsse trabalho.

(274) A. Hilliges — *Mapa do Alto Juruá*, 1905.

E para confirmar êsse empreendimento ainda viajou 62 milhas Juruá a dentro, até a foz do rio Juruá Mirim (275), distância que poderia ter vencido em quatro dias, desprezada a fração de duas milhas pelo que teria percorrido o Juruá federal de 17 a 20 de janeiro de 1858, salvo se perdeu alguns dias em entendimentos com os indígenas.

Uma vez aceite o número de quinze milhas diárias para subir-se o rio, é preciso procurar uma média para descê-lo, a qual, de acôrdo com a minha experiência, corresponde, mais ou menos, à metade do tempo gasto na subida.

Admitindo êste número como norma, dê-se ao explorador um dia para resolver se deveria ou não prosseguir a jornada, além do Juruá Mirim, e, como não o fizesse, partiria daí, com destino a foz do Tarauacá, a 22 de janeiro referido, aonde chegaria a 6 de fevereiro seguinte, caso não tenha havido contra-tempo, pois, tendo levado 32 dias, águas arriba, deveria ter dispendido na baixada, para vencer o mesmo percurso, 16 dias.

A navegação feita na estação chuvosa (janeiro e fevereiro) mais teria concorrido para esta proporção.

Da bôca do Tarauacá, antigamente, chamado Parauacu, ia Cunha Corrêa deixar o Juruá, e tomando outro rumo, Tarauacá acima para, sem saber, praticar novo ato de relêvo — o descobrimento — no exercício de uma comissão governamental, da zona meridional do futuro território do Acre, calcando terras do alto Purus, como já havia feito, na parte setentrional.

Antes de traçarmos o esquema da viagem, procuremos saber qual o roteiro seguido pelo sertanista.

Ainda os exploradores do rio Purus não haviam revelado a existência de comunicações das margens do Purus federal para as do Juruá, e já os índios Conibos do médio Juruá, costumavam ir ao Purus com finalidades comerciais; trocando ferramentas adquiridas nos regatões juruaenses por teias de algodão tecidas pelos Maneteneris puruenses (276).

Sendo a foz do Purus mais próxima de Manaus ou do Pará, do que a do Juruá, umas 350 milhas, era razoável que a invasão daquele rio se verificasse com uma antecedência de muitos anos, sôbre o segundo.

Antes do meado do século XVIII, os preadores de índios e os coletores de drogas, antigos devassadores dos rios amazonenses, já penetravam as águas dessas duas grandes bacias,

---

(275) Autor e mapa, *cits.*

(276) W. Chandless — *Apontamentos sôbre o rio Juruá* *cits.*, pág. 3.

parecendo os segundos animados por negociantes do Pará que, naqueles tempos, centralizavam o comércio do extenso território amazonense e de cujo pôrto as mercadorias destinadas ao estrangeiro tomavam novo destino.

Sendo Belém o maior núcleo populacional da Amazônia e sede do govêrno local, era natural que influísse nessas incursões, tanto que, por êsse tempo, já o comércio dos coletores de drogas com os índios do Purus, era o maior; sendo dos afluentes do majestoso Solimões, o que se achava mais devassado por tais negociantes, que o subiam no seu tráfico, mais de quarenta dias (277).

Esta penetração que, por ser a mais intensa dos afluentes do Solimões, deveria também ter sido, simultâneamente, a mais prolongada, isto é, a que mais se estenderia no sentido longitudinal do rio, dentro de um século, não o foi, tanto que, em 1847, já êsses batedores do comércio ambulante amazonense, haviam ultrapassado a bôca do rio Tarauacá, a 920 milhas da foz do Juruá, de 15 dias de viagem em canoa (278), o que, na pior das hipóteses, a 10 milhas diárias, seriam mais 150 milhas que, acrescidas àquelas, somariam 1.070 milhas, quando na bacia puruense, mal davam notícias do Pauinim, habitado por índios hostís (279) distantes 978 milhas da foz do Purus, segundo Chandless (280), ou 940 conforme o mapa de J. A. Masô.

Se não fôra o ponto de partida dêsses coletores de drogas, pelo menos na sua maioria, os lugares Tefé ou Fonte Boa, vizinhos à foz do Juruá, ter-se-ia que adicionar àquela cifra mais algumas centenas de milhas referentes à distância entre Manaus e aquelas povoações.

Mesmo, recorrendo-se ao tempo de viagem dentro dêsses cursos d'água, o Juruá sobreleva o Purus, pois, conforme os informantes do geógrafo Castelnau, navegava-se no Purus, cêrca de três meses (281), e no Juruá três meses e meio, e até mais do que isto (282).

Mas, um lustro após o pernambucano Serafim da Silva Salgado, rompendo o mistério que havia a montante da ribeira

---

(277) Araújo Amazonas — *Dic. Top. Hist. e Descr. da Comarca do Amazonas*; Castello Branco — *Caminhos do Acre* cit., pág. 106.

(278) Castelnau e v. V. cit., pág. 87.

(279) Castelnau e v. cit., pág. 93.

(280) *Notas sobre o Rio Purus* cit., pág. 15.

(281) Obra e v. cit., págs. 92 e 93.

(282) Obra e v. cit., págs. 87 e 88.



do Pauinim, surpreendeu a população indígena da região, ultrapassando a confluência do laco, e quase nas raías do atual território acreano, ouviu da boca dos selvagens, a que chamou de Cucamas, a notícia «de nomes de pessoas que tinham visto nas cabeceiras do Juruá» (283).

Eram Maneteneris do rio Purus, amigos ou aparentados dos Conibos do Juruá que se entendiam comercialmente, como já falamos, e na sua troca de mercadorias viam-se, mais ou menos, uma vez no ano (284).

A revelação de Salgado não era mais do que a confirmação do que o geógrafo Chandless colheu da boca dos Conibos, no Juruá, em 1867, de que estes se comunicavam há muito tempo com os seus irmãos do Purus; e os civilizados vistos nas cabeceiras do Juruá, não passavam dos coletores de drogas que negociavam com eles Conibos. Quanto ao termo *cabeceiras* empregado pelos Maneteneris, deve corresponder à parte do alto Juruá conhecida, na época, pelos civilizados, justamente, pelas imediações do Tarauacá.

Assim, como havia notícias do Juruá no Purus, havia também dêste naquele. Chandless, ao chegar na taba dos Conibos juruaenses, teve conhecimento de sua expedição pelo Purus acima, em 1864-65, e foi esclarecido de que um seu criado havia sido morto pelos Maneteneris, ali residentes (285).

Os Conibos do Juruá ou Maneteneris do Purus usavam dois caminhos para ir de um vale a outro.

---

(283) Relatório sobre a exploração do rio Purus, de 20 de dezembro de 1852; in *Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas*, vol. I, pág. 253.

(284) W. Chandless, *Apontamentos* cit., pág. 3 — Acrescenta este geógrafo inglês que não pode garantir que os Maneteneris do Purus sejam os verdadeiros Conibos, mas, que eles assim se apelidam e são chamados pelos outros índios. Podem ter sido originalmente uma colônia do Purus, como podem ter ido do Juruá para aquele vale. Os Conibos ocupavam vários pontos, em épocas diferentes, abaixo e acima do sítio em que os encontrou Chandless, tendo vindo para o Juruá há muitos anos. (*The Journal of the Geographical Society*, v. 39, London, pág. 301; *Diário Oficial do Império*, de 22 de janeiro de 1870, pág. 4, c. 4). Os «Conivos» em 1806, estavam nas margens do rio Tamaya, e, em 1833, no rio «Cuja» (Raimondi, cit., v. III, pág. 30, e mapa das Missões do Ucaiale, pág. 106). O Cujá era o Juruá, na zona do rio Amonea, na região acreana.

(285) *The Journal of the Geographical Society*, London, v. 39, pág. 301. Estes Canibos tinham suas tabas no lago Acará, cuja boca à margem direita do rio Juruá, ficava a 777 milhas da foz dêste rio, ou sejam 142 milhas a jusante da foz do rio Tarauacá. (A. Hilliges, *Mapa do Baixo Juruá* citado).

Em tempos passados, costumavam fazer essas viagens via Tarauacá e Embira, mas, devido aos ataques dos índios Nauas, na foz do Tarauacá, êles passaram a subir o Juruá sòmente até a bôca do lago Ira-açu (71 milhas distante do lago Aracá, onde se achavam na passagem de Chandless) e de onde, por terra, alcançavam o rio Embira (286), e daí, segundo os viajantes ou práticos mais antigos, entravam no Jatuarana-Paraná, de onde, por duas vias diferentes, varavam para o vale do Purus: um dos caminhos incidia no baixo Jatuarana e o outro nas suas vertentes.

A referência ao nome de Jatuarana data de um século, pois, João da Cunha Corrêa disse a Chandless que foi exatamente de suas margens que êle Corrêa passou, por terra, às do rio Purus (287), nome êste que ainda, em 1903, era conservado pelos cartógrafos Horácio E. Williams — «Mapa do Acre e a fronteira entre o Brasil e a Bolívia», baseado nos mapas de Ponte Ribeiro, Rio Branco, Pettermann e Notas particulares, edição Laemmert e Cia.; e o de C. Jordan, com adições e modificações de Nicanor Mello, com a colaboração de Ernesto Reyes, se bem que, com pequenas alterações na sua grafia: *Jutuarana-Paraná* no primeiro, e *Jautarana-Paraná*, no segundo.

Nenhum autor dos que consultei ensina a que rio da atualidade se refere êste paraná, mas, não só pela sua posição nessas cartas geográficas, bem como no «Mapa do Roteiro das Linhas Fluviais nos rios Purus, Madeira, Acre e Guaporé», 1899, de Joaquim Catrambi, o rio Jatuarana ou Jutuarana, está no lugar, atualmente, ocupado pelo rio Jurupari, desembocando, ambos na margem direita do Embira.

Do lado do Purus, já Manuel Urbano aludia às duas travessias usadas pelos índios para irem à bacia do Juruá: um «trilho», abaixo de uma aldeia de onde êle cònduziu «uma índia, jovem e bela» (288), e o rio Tarauacá, de cujas nascentes, andaño um dia por terra, atingia-se a margem esquerda do Juruá (289); e o explorador inglês W. Chandless confirma-as quando anota: «Indian Track to Juruá», a sete dias de viagem acima do

---

(286) Chandless, *Apointamentos sôbre o Rio Juruá* cit., pág. 4, c. 4.

(287) Relatório do Minist'ro da Agricultura, de 1870, Anexo NN, pág. 4.

(288) W. Chandless — *Notas sôbre o Rio Purus* cit., pág. 8.

(289) J. M. da Silva Coutinho, Relatório sôbre a exploração do rio Purus, de 1º de março de 1863, Anexo O do Relatório do Ministro da Agricultura, de 15 de março de 1865, pág. 23.

Hiuacu (290); e «R. Tarauacá», «por onde a parte superior da tribo dos Maneteneris passa á bacia do Juruá» (291).

Euclides da Cunha, em 1905, esclarecia que do «Furo do Tarauacá» ou «Furo do Juruá» vai-se ao Juruá, por intermédio do rio Jurupari (292); e seu auxiliar técnico A. Pimenta da Cunha, autor do «Croquis do Chandless para cima» situa o «Furo do Juruá» entre Hocana (Hosana) e Sobral, cuja nascente se aproxima da do Jurupari, afluente do Embira, com dois dias de varadouro entre as duas vertentes (293).

Qual seria o caminho preferido por Cunha Corrêa? Não se sabe, uma vez que ambos, partindo das margens do Purus vão ter às do Jatuarana ou Jurupari: o «trilho indiano» na parte inferior dêste rio, e o «Furo do Tarauacá» ou do «Juruá», nas suas cabeceiras. Para os viandantes que se dirigiam às malocas mais próximas do rio Iaco, êsse «trilho» era mais apropriado, porque evitava a subida do rio Jurupari, cêrca de 190 milhas de extensão (294), a passagem pelo varadouro Jatuarana-Tarauacá (dois dias) (295), a descida pelo pequena Tarauacá (dois dias) (296) e ainda um percurso de mais de 150 milhas, descendo o Purus, da bôca do «Furo do Juruá» às aldeias dos Maneteneris, localizadas na vizinhança do referido «trilho indiano» (297).

Êste, segundo A. Hilliges está a 98 milhas da foz do Iaco e começa duas milhas e meia abaixo do lugar Barcelona (298),

---

(290) *Notas sôbre o Rio Purus* cit., pág. 8; *Mape of the River Purus in The Journal of the Royal Geographical Society*, London, v. 36.

(291) *Notas* cit., pág. 9 e *mapa* cit.

(292) Relatório da Comissão Mista de reconhecimento do rio Purus, 1904-1905, *Notas Complementares*, págs. 25 e 45.

(293) Mapoteca do Itamarati (Reconhecimento do Rio Purus, em 1904-1905).

(294) Euclides da Cunha dá para êste percurso 350 quilômetros, os quais, convertidos em milhas, chega ao total de 190 milhas.

(295) O Engenheiro Silva Coutinho dizia que êsse varadouro era vencido em um dia de viagem (Relat. do Ministro da Agricultura de 1865, Anexo O cit., pág. 23); mas, Pimenta da Cunha, em trabalho mais recente, diz que das nascentes do Jurupari às do pequeno Tarauacá, são dois dias de viagem (Croquis do Chandless para cima, 1905).

(296) Euclides da Cunha — *A Margem da História*, 2ª ed., 1913, pág. 148.

(297) J. A. Masô, Mapa citado. Do furo do Tarauacá ou Juruá a foz do Chandless são 47 milhas e daí ao início do «trilho» aludido, são 107 milhas (Mapa cit.).

(298) *Mapa do Alto Purus*, 1905, pls. 26 e 27.

já dentro da zona territorial acreana, e, seguindo no rumo do norte, alcança o igarapé Macapá, acompanhando-o pela margem direita, transpõe-no e atinge a bacia do Embira, depois de atravessar vários de seus afluentes e confluente, inclusive o Jurupari (299), distância esta cujo percurso era feito em dez dias (300).

Como se vê, para os transeuntes que se dirigiam às tabas inferiores dos Maneteneris, o trajeto pelo «trilho» era preferível, pois, só na subida do rio Jatuarana ou Jurupari, uma viagem de navegação regular exigiria uns doze dias, para realizar-se; mas, para quem se dirigia à foz do Chandless ou às aldeias existentes para o alto, era mais acertado viajar ao arrepio das águas do Jatuarana e de suas vertentes descer o «Furo do Tarauacá» e depois seguir o rumo desejado.

E, parece, que foi este o itinerário de Cunha Corrêa, tanto que o seu filho Guilherme da Cunha Corrêa adianta que: «Regressando do Juruá-Mirim, meu pai subiu o Parauacu, hoje Tarauacá, e penetrando no Iuirá (rio dos Pássaros), hoje Envira, guiado pelos índios, alcançou o vale do Purus em um dos seus afluentes que hoje chamam Chandless» (301).

Ainda no começo do século presente era este o caminho adotado para grandes travessias. O oficial da marinha peruana, Germano Stiglich, surpreendido, narrava que vários brasileiros entravam pelo Javari até Itecoai, de onde varam para as vertentes do Ipixuna, pelo qual chegam ao Juruá; navegam até São Felipe (Eirunepé), sobem o Tarauacá, o Embira e o Jurupari e das mais altas vertentes dêste, num percurso de 350 quilômetros, rompem o varadouro que leva ao «Furo do Juruá», descem-no em dois dias, atingindo o Purus, nas cercanias de Sobral. Daí continuam a sua espantosa viagem até a foz do Ituxi, varam

---

(299) J. A. Masô, mapa citado.

(300) Chandless — *Notas sobre o Rio Purus*, cit., pág. 8 — Em 1908, o prefeito do Departamento do Alto Juruá e, simultaneamente, diretor da Comissão de Obras Federais do Território do Acre, Engenheiro Antônio Manuel Bueno de Andrade, no seu projeto de ligar por estrada de rodagem a bacia do Juruá à do Purus, fez a mesma estrada passar do lugar São Leopoldino, na margem do rio Jurupari ao seringal Liberdade, no rio Purus, numa distância de 120 quilômetros de extensão (Relatório apresentado ao ministro do Interior, pág. 18).

É preciso notar, porém, que essa estrada tinha por fim ligar os departamentos acreanos cortando os seus rios, procurando o caminho mais curto e não as vias por água.

(301) Carta que me dirigiu do seringal *Concórdia*, no rio Juruá, dada de 9 de agosto de 1923, em resposta a uma outra de nosso punho, em que fazia indagações sobre os primórdios desse rio, págs. 1 e 5.



para o Abunã, que baixam para alcançar o vale do Madeira, depois de uma derrota de cerca de 3.000 quilômetros (302).

E, se êsses viajores subiam o Jurupari ou Jatuarana, tratando-se de uma viagem de milhares de quilômetros, é porque, certamente, havia mais vantagens em navegá-lo, para depois descer o Purus, do que vencer o trajeto do curso inferior do Jurupari, pelo «trilho indiano», embora o caminho fôsse mais curto, porém, certamente, mais difícil de transitar-se, por não ter um curso d'água que o facilitasse, tornando-se, por isso, um invio rasto, para índios ou simples *trilho*, como o denominou o geógrafo inglês Chandless.

Demonstrado, assim, que o roteiro pelo «Furo do Tarauacá» ou «do Juruá», é não só o mais provável, como também o mais prático, aceitemo-lo para a viagem do explorador Cunha Corrêa e passemos a ver quanto tempo foi preciso para percorrê-lo, determinando, dest'arte, a época provável do seu apontamento às margens do Purus, e conseqüente descobrimento.

Adotando a mesma proporção de 15 milhas diárias para a viagem de subida, teremos da bôca do rio Tarauacá a do Embira 8 dias (303); daí a do Jataurana ou Jurupari 4 dias (304); daí às nascentes dêste rio 12 dias (305); destas nascentes às do pequeno Tarauacá ou «Furo do Juruá» — 2 dias (306); descendo êste furo — 2 dias (307) e da bôca dêste à foz do Chandless (descendo) — 2 dias (308), numa soma de 30 dias ou seja de 7 de fevereiro, caso tenha partido neste dia, a 8 de março, possibilitando, assim, a chegada à foz do Chandless, no primeiro decêndio de março de 1858, mas, tendo reentrado no atual território do Acre, desde que sulcou alguns dias o rio Jurupari, e alcançou o do município de Sena Madureira (antigo Departamento do Alto Purus), com 25 dias de viagem, quando

---

(302) Euclides da Cunha — *A Margem da História* cit., págs. 147 e 148.

(303) Relatório do Ministro da Agricultura, de 1870, Anexo NN, pág. 4. São 124 milhas (Mapa de J. A. Masô cit.) que, a razão de 15 milhas diárias, dão 8 dias, aliás, o tempo gasto pelo explorador nesse trajeto.

(304) Pelo mapa de Masô são 62 milhas entre êsses dois pontos, pelo que dá, justamente, quatro dias de viagem.

(305) Euclides da Cunha indica para o curso dêste rio 350 quilômetros. (*A Margem da História* cit., pág. 148), ou sejam cerca de 190 milhas, que, a razão de 15 por dia, dá um pouco mais de 12 dias de trajeto.

(306) Pimenta da Cunha — *Croquis do Chandless* citado.

(307) Euclides da Cunha — *A Margem da História*, ed. cit., pág. 148.

(308) Sendo 47 milhas êste percurso (Mapa de Masô cit.), pode ser feito descendo, em dia e meio, sem esforço.

transpunha o varadouro do divisor de águas dos vales do Juruá-Purus, entre as vertentes do Jatuarana e do Furo do Juruá, também dentro do mesmo decêndio.

Chegando à bôca do Aracá, hoje Chandless, procurou João da Cunha Corrêa notícias de Manuel Urbano da Encarnação, diretor de índios no alto Purus, e como os silvícolas respondessem que o *tapauna catu* (o preto bom), alcunha pela qual conheciam Manuel Urbano, havia subido o Purus, Corrêa retornou ao Juruá, conduzindo uma índia quase branca, de rosto oval e bem conformado, estatura mediana, nariz pequeno e aquilino (309).

É preciso assinalar que não consta em fonte alguma essa presença de Manuel Urbano, em 1858, na zona acreana do alto Purus, e, somente, em 1861, isto é, três anos mais tarde. O caso não era impossível, pois que ele já exercia o encargo de diretor de índios do alto Purus, desde 1853, podendo muito bem, no exercício de suas funções, ter contacto com eles, mesmo antes de 1858, mas, não se encontra um só texto, quer oficial, quer particular, que se refira a êsse pormenor. E a indicação de Guilherme da Cunha Corrêa (a pessoa que assinala essa passagem), não é feita com precisão, uma vez que emprega a frase: «me parecendo pelos índios informados que o *tapauna catu* (o preto bom) tinha subido o Purus e atravessado o Iquiri».

Como se vê, a expressão é dúbia, podendo significar que o *tapauna catu* subiu o Purus até o Iquiri, nome êste que, tanto pode corresponder ao Ituxi, como ao Aquiri, pois, o Ituxi, no alto tem o apelido de Iquiri, e quanto ao Acre, o seu primitivo nome era Aquiri, facilímo de confundir com Iquiri.

No mínimo, porém, dá a entender que os índios Maneteris já tinham conhecimento do preto Manuel Urbano.

Retornando ao Juruá, pela mesma via, depois de um dia de descanso, e em saber notícias de Manuel Urbano, Cunha Corrêa, teria encetado seu regresso a 10 de março, chegando a 13, a foz do pequeno Tarauacá ou Furo do Juruá (310); subindo-o em 3½ ou 4 dias (311); varando o divisor de águas do furo do Juruá com o Jurupari em 2 dias (312); desceu êste em 6 dias, o Embira em 2, e o Tarauacá em 4, uma vez que o cálculo para

---

(309) Guilherme da Cunha Corrêa, *Carta* de 1923 citada, pág. 5.

(310) Sendo um percurso de quase 50 milhas, poderia vencê-lo em três ou quatro dias.

(311) Silva Coutinho — Relat. do Ministro da Agricultura, de 15 de março de 1865; Anexo O, pág. 23.

(312) Pimenta da Cunha — Croquis citado.

ascender essas correntes foi de 12, 4 e 8 dias, respectivamente; pelo que deveria estar de volta na foz do Parauacu ou Tarauacá, a 31 do referido mês de março; dispondo ainda de 30 dias, tempo mais do que suficiente para alcançar Tefé, aonde chegou a 30 de abril de 1858. Tendo navegado de volta na época da enchente, a correnteza o favorecia, de sorte que poderia reservar algum tempo para tratar com os índios, principalmente, os do curso inferior, em que as tabas eram mais numerosas.

Os números que indicamos não se referem a datas exatas e medidas certas no tocante às milhas percorridas, diariamente, pelo explorador, mas, a médias razoáveis e calculadas, dentro do prazo de 200 dias, gasto por Cunha Corrêa, na viagem de exploração ao alto Juruá e alto Purus; abrangendo no seu percurso, os rios Tarauacá, Embira, Jurupari e pequeno Tarauacá ou Furo do Juruá.

Se somarmos tôdas as milhas percorridas pelo explorador, teremos de Tefé a foz do Juruá — 100 milhas; da foz do Juruá à do Juruá Mirim — 1.406; da do Tarauacá à do Jurupari — 186; da do Jurupari às suas nascentes — 190; da bôca de cima do varadouro do Pequeno Tarauacá ou Furo do Juruá à bôca de baixo — 10; daí à foz do rio Tarauacá — 52; da foz dêsse rio à do Chandless — 47; tudo num total de 1.991 milhas, que a razão de 15 milhas diárias, exigem para ser vencidas quase 133 dias de viagem, contra a sua correnteza. Descendo, essas mesmas 1.991 milhas, a razão de 30 milhas diárias, exigiriam cêrca de 66 dias, ou sejam 199, isto é, quase os 200 dias gastos pelo explorador na viagem redonda.

Como vemos, não é um despropósito o nosso cálculo para que Cunha Corrêa houvesse atingido a futura terra acreana, no Juruá, em janeiro, e no Purus, em março, de 1858.

O diretor dos índios, Dr. João Wilkens de Matos diz que do relatório de João da Cunha Corrêa nada consta de importante a não ser que as hordas de índios que encontrou são pacíficas, de cujas aldeias apresentou uma estatística, não só referente ao número de fogos, como de habitantes (313).

Tratando-se de uma indagação feita por um diretor de índios, era natural que uma das suas principais preocupações

---

(313) Relatório do Presidente Francisco José Furtado de 7 de setembro de 1858, e anexo cits.

Foram improficuas várias tentativas que fiz para conseguir uma cópia do relatório de João da Cunha Corrêa, no qual, talvez, houvesse elementos para se saber a data em que o explorador penetrou na região atualmente incorporada ao Território do Acre. Em Manaus, o diretor do Arquivo Público adiantou que o documento devia ter sido consumido pelo incêndio havido nesse estabelecimento público há anos.

fôsse os silvícolas dos lugares em que passasse, no entanto, apesar de não ser sômente êste o fim da exploração, pois, tinha o governo provincial a sua atenção voltada para a descoberta de comunicações com a Bolívia ou Peru (314), deu-se um acontecimento maior, o explorador, na sua investida contra o desconhecido, rompeu as fronteiras do Brasil e descobriu a região do futuro território do Acre, não só na zona setentrional (alto Juruá e alto Jurupari), como na meridional (rio Tarauacá ou Furo do Juruá e alto Purus).

No rio Juruá, indo do seringal Olivença, a contar do lugar Remanso, duas milhas abaixo do local em que foi assentada a cidade de Cruzeiro do Sul, até a foz do rio Juruá Mirim, afluente da margem esquerda do Juruá; no Jatuarana ou Jurupari, desde o «Marco Mira Flor», no seringal do mesmo nome até as suas cabeceiras, mais ou menos a metade do rio; e na bacia do Purus, todo o rio Tarauacá, atual «Furo do Juruá» e a seção do rio Purus, a começar da bôca dêste furo até a do rio Aracá, hoje Chandless; percorrendo, dessa maneira, mais de 250 milhas, em águas do atual território do Acre (315), afora o trajeto do varadouro que une o vale do Juruá ao do Purus.

Guilherme da Cunha Corrêa, filho do explorador, diz que seu pai, nessa viagem, nunca foi hostilizado pelos índios, de quem soube conquistar a amizade, confirmando, assim, as palavras do diretor de índios Wilkens de Matos, quando adianta que do relatório de João da Cunha Corrêa consta que as hordas de indígenas que encontrou eram pacíficas (316). Apesar disso, acrescenta Guilherme que na taba dos Nauas, existente no estirão

---

(314) O próprio João da Cunha Corrêa, num officio ao presidente da provincia João Pedro Dias Vieira, datado de Tefé, 20 de agosto de 1856, dando notícias dos indígenas do rio Juruá, propunha uma exploração nesse rio — «a fim de se conhecer e estabelecer vias de comunicação» com uma povoação peruana, situada no rio Caiale (Ucaiale), o que seria de grande vantagem para o comércio, cujo serviço se propunha fazer no ano próximo vindouro. (Do livro de officios dirigidos ao Presidente da Provincia pelos diretores de aldeamentos de índios; 1856-1857 (cópia fornecida pelo historiador Ferreira Reis).

(315) Para êsse cômputo contamos de Remanso ao Juruá Mirim 64 milhas (Mapa do Alto Juruá, de Augusto Hilliges cit.); de Mira-Flor às cabeceiras do Jurupari, cerca de 90 milhas (Mapa de J. A. Masô cit.); para o rio Tarauacá ou Furo do Juruá, umas 52 milhas ( $3\frac{1}{2}$  a 4 dias de subida). Relat. do Ministro da Agricultura, de 1865 cit., anexo O, pág. 23); e 47 milhas da bôca dêste furo à do rio Chandless. (J. A. Masô, mapa citado).

(316) Carta cit., pág. 4; Relatório do Presidente Fr. José Furtado, de 1858 cit., pág. 151.



do mesmo nome (317), o seu pai, procurando entender-se com êles, deixou grande quantidade de machados, terçados, facas, panos e missangas, no terreiro da maloca na ocasião em que os Nauas se retiravam de suas tabas para a margem oposta do rio, Mas, os inacessíveis e atemorizantes silvícolas ao voltarem à sua aldeia, jogaram êsses donativos no rio (318). E assim, repeliram a proposta de entendimento.

E acrescenta Guilherme que, dias antes, os Nauas tinham se batido com os laminauas e Conibos, tendo sido apanhadas por seu pai uma índia idosa com duas filhas, índias essas que viveram na casa de Cunha Corrêa e batizaram-se; tendo uma das mais novas a que chamaram Petronila dito que os Nauas não queriam mal aos brancos, mas, que êstes eram maus e que os seus avós há muitos anos, para escapar às suas crueldades, tiveram que fugir de um lugar bonito para além das nascentes do rio (319).

Com estas três e a que lhe presentearam nas barrancas do Purus, Corrêa chegou a Tefé, com quatro índias de famílias linguísticas diferentes dos silvícolas que êle conhecia: três nauas e uma maneteneri. As primeiras descendentes de um grupo inabordable, até então, pelos civilizados, pertencente à raça que dominava no alto Juruá, entroncada na grande e antiga família Pano; e a última filiada à vasta nação Aruaque, cuja tribo residente no alto Purus, acolhia bem os viajores estranhos, prestava-lhes informações e, segundo o sertanista Pereira Labre, desejava a aproximação dos civilizados, pedindo e instando para que os tirassem da situação de atraso em que se achavam.

\* \* \*

William Chandless que explorou o Purus e o Acre, até as suas cabeceiras, de 1864 a 1865, percorreu o Juruá, durante os últimos cinco meses de 1867, alcançando um ponto acima do igarapé Campinas (7° 11' 45" de lat. sul e 72° 01' 30" de long. W. de Greenwich), 1.267 milhas distante da foz do Juruá, de onde voltou devido ao ataque dos Naus, distante da

---

(317) Emprega-se o termo estirão na Amazônia, para designar um trecho do rio que corre sem sinuosidade. Êste estirão dos Náuas fica a cerca de dez milhas a montante da cidade de Cruzeiro do Sul, no Juruá federal. Os índios Náuas fizeram o explorador inglês Chandless voltar de um lugar muitas milhas abaixo de Cruzeiro do Sul; tendo antes disso, por volta do meado do século XIX, dominado das proximidades da embocadura do Tarauacá, para o alto.

(318) Carta cit., pág. 4.

(319) Carta cit., págs. 4 e 5.

fronteira do Acre com o Estado do Amazonas, ainda 75 milhas náuticas (320), ou sejam quase 139 quilômetros.

Achou a água dêsse rio branca e barrenta, como a do Purus, sendo o seu aspecto físico muito parecido com êste e adiantou que o único impedimento que encontrou à navegação foi um baixio, erradamente chamado de Urubu-Cachoeira, embaraçado de paus e pouca pedra, além de um outro 50 milhas abaixo, apelidado de Cachoeirinha, o qual não passa de um simples banco de pedras (321).

Calculou que o Juruá ainda fôsse navegável em canoa mais de 280 milhas e tivesse sua nascente entre o 9º 30' e 10º lat. sul (322).

Verificou-se trinta e oito anos mais tarde que o Juruá tinha sua origem a 10º 01' 32", 25 de lat. S. (323), quase dentro da sua estimativa, e que a navegação, mesmo a vapor poderia ir acima do Breu, na época das chuvas, umas 60 milhas além da avaliação de Chandless (324).

\* \* \*

A exploração do Juruá, do Juruá Mirim para cima só seria continuada trinta e um anos depois; havendo, assim uma longa interrupção.

É certo que, no fim de 1883, Antônio Marques de Menezes, vulgo «Pernambuco», por ser natural da província dêste nome, e a quem conheci pessoalmente, partia do seringal Curupaiti (1.162 milhas da foz do Juruá) em demanda do rio Liberdade (325), chegando no princípio de 1884, ao estirão dos Nauas, aonde êsses silvícolas se mostraram ainda hostis: atacaram-no e deram-lhe uma surra, interrompendo a sua viagem para o alto (326) e, neste mesmo ano de 1884, os italianos

---

(320) *Apontamentos sobre o Rio Juruá*, in *Diário Oficial do Império*, de 22 de janeiro de 1870, pág. 4; A. Hilliges, *Mapa do Alto Juruá* cit., págs. 21 a 23.

(321) *Apontamentos* e pág. cit.

(322) *Apontamentos* e pág. cit.

(323) *Memória da Comissão Mista Brasileiro-Peruana, de reconhecimento do Alto Juruá*, 1904-1905, pág. 17.

(324) *Memória* cit., pág. 12.

(325) Carta de Miguel de Aguiar Picanço, fundador de vários seringais no baixo Juruá e aí morador desde 1871.

(326) Nota escrita que me forneceu o senhor Fenelon Bomilcar, genro do referido Pernambuco, em 1921, e outras informações. V. Castello Branco, *Caminhos do Acre* cit., pág. 171; e o *O Juruá Federal* do mesmo autor, pág. 593.

Henrique Cani, Antônio Brozzo, Domingos Stulzer e os cearenses Ismael Galdino da Paixão e Domingos Pereira de Sousa, exploraram, em junho, êsse pedaço do Juruá que vai do aludido estirão dos Nauas a foz do Juruá Mirim, trecho do rio já visitado por João da Cunha Corrêa, em 1858, não descobrindo, assim, o que já havia sido investigado pelo destemido came-tauara; mas, nessa altura, a exploração do rio já tinha outro objetivo, era apossar-se das suas margens para povoarem-nas, tanto que iam deixando pelo caminho sinais de sua passagem (327).

Desta feita, porém, os inacessíveis Nauas revelaram menos rudeza, pois, os invasores visitaram as duas malocas que êles tinham no referido estirão, oferecendo-lhe brindes, que foram aceitos mas, na segunda aldeia, como tentassem se apossar das armas de fogo dos itinerantes, instrumentos êstes a que prestavam muita atenção e pelos quais se mostraram muito interessados desde o primeiro encontro, na parte central do dito estirão, os viajores tiveram que fazer fogo para o ar a fim de atemorizá-los (328).

Foi, em 1889, que o cearense Francisco Xavier Palhano partindo de Redenção acima do rio Liberdade e a 1.242 milhas da foz do Juruá, já com o intuito de povoar, descobriu o trecho que vai do Juruá Mirim ao seringal Flora, 1.406 a 1.476 milhas distante da bôca do Juruá); mas, só no ano seguinte, êle, com outros companheiros foram de Flora a Minas Gerais (1.476 a 1.522 milhas da foz do Juruá); e numa outra viagem, ainda no mesmo ano de 1890, alcançaram o Breu (1.522 a 1.608 milhas da bôca do Juruá) (329).

Outros brasileiros, entre os quais Valdevino José de Oliveira, José Tocandeira, João Dourado, Francisco de Oliveira Lima, vulgo «Lagartixa» ou «Gato», Maximino Rodrigues, Manuel Tomás, Francisco Barreto e outros, exploraram o Juruá, da barra do Breu até muito além do rio Vacapisteia, numa extensão de dezenas de milhas, mas, tudo já em território, atualmente, reconhecido peruano (330).

---

(327) Carta de Zeferino da Silva Ramos, antigo proprietário do seringal Buritizal, datada de 1921; Castello Branco, *O Juruá Federal e Caminhos do Acre* cit., págs. 593 e 171, respectivamente.

(328) *Carta e O Juruá Federal*, cit., págs. dêste, 593 e 594.

(329) Notas que me foram fornecidas pelo guarda livros Joaquim de Sousa Dantas e pelo seringalista José Inácio da Silva, em datas de 1915 a 1922. Êste foi um dos desbravadores do Alto Juruá, desde 1889, quando começou a ocupação do trecho acreano.

(330) Castello Branco — *Caminhos do Acre* cit., pág. 171.

Quanto aos trabalhos de reconhecimento do rio Juruá até suas nascentes, em 1905, pela comissão mixta brasileiro-peruana, dirigida pelo Coronel brasileiro Belarmino de Mendonça e pelo Capitão Tenente peruano Numa Pompilio Leon, sua apreciação fica para quando tratarmos da formação do território; assim como sobre outros comissários que cuidaram do assunto.

Os peruanos começaram a aparecer no alto Juruá, em 1896, a procura de cauchais, quando a região já estava povoada pelos brasileiros (331).

\* \* \*

João da Cunha Corrêa foi o primeiro civilizado que subiu o rio Tarauacá, em viagem de exploração, sendo possível que antes dele alguns coletores de drogas o tivessem sulcado, na sua troca de quinquilharias por produtos naturais, pois, em 1847, já eles davam notícia do rio Tarauacá, sobre o qual informaram a Flores Nicolau José de Oliveira que, o subindo durante oito ou dez dias, podia-se tocar terras dos espanhóis (332).

Achamos provável esta subida por negociantes ambulantes, mas, não certa, por que a viagem podia ser feita pelos índios Colinos, os quais, segundo apurou o geógrafo inglês Chandless, há muitos anos que faziam o trajeto do Juruá ao Purus, via Tarauacá e afluentes, como já vimos, ao tratar da viagem de João da Cunha Corrêa.

Mas, este não atravessou terras do Tarauacá e Embira federais. Navegou pelo Tarauacá até o Embira, e deste passou ao Jurupari, cuja embocadura está ainda a umas 50 milhas distantes do território federal (333), somente alcançando este, do médio Jurupari para as suas cabeceiras; desvendando terras de três municípios acreanos: Cruzeiro do Sul, Feijó e Sena Madureira.

O descobrimento do Tarauacá e Embira dar-se-ia muitos anos mais tarde, quando os nordestinos tangidos pelo flagelo das sêcas, procuraram aboletar-se nos seus seringais.

Em 1865, já o governo amazonense admitia a navegação dos coletores de drogas no rio Tarauacá, sem falar na distância percorrida (334).

---

(331) Castello Branco — *Caminhos do Acre*, cit., pág. 180, nota 50.

(332) Castelnau, v. V. cit., pág. 87.

(333) J. A. Masô, mapa citado.

(334) Relat. do Presidente Adolfo de Barros, de 8 de maio de 1865, v. III dos Relatórios Presidenciais, pág. 217.



O que parece certo é que os desbravadores do rio Juruá chegaram a bôca do Tarauacá, de 1881 a 1882 (335), mas, não o penetraram logo, tanto que, sômente em 1886, a exploração alcançava o seringal Santa Catarina (336), distante da sua embocadura 174 milhas (337) e dois anos depois, Jesuino Pereira de Freitas foi o primeiro a percorrer o trecho que vai daí até o seringal São Francisco (338), próximo ao marco Gurgueia, na fronteira do Estado do Amazonas com o território do Acre, numa distância de 52 milhas (339). Dêste ponto à cidade Seabra, atualmente Tarauacá, num percurso de 44 milhas, foi explorado por outro cearense Ernesto Nunes Serra (340).

Em 1882, Joaquim Dias já se estabelecia na foz do Tarauacá, com uma casa de negócios e de hospedagem para os que pretendiam explorar o Tarauacá, tendo como auxiliar Antônio Coutinho que, depois passou a visitar o Embira e o Juruapari (341); não se sabendo, porém em que data foi atingido o Embira federal.

De acôrdo com o que aconteceu no rio Tarauacá, em que os exploradores só atingiram o lugar Santa Catarina, numa distância de 174 milhas, em 1886, neste ano ou mesmo antes, os que se destinavam ao Embira, já o deviam ter atingido, pois, o espaço a percorrer era apenas de 162 milhas, número êste menor do que o navegado naquele; devendo a zona federal ter sido desvendada em 1888, como aconteceu no Tarauacá e Juruá.

Foram exploradores do Embira e seus afluentes — Antônio Tavares Coutinho, Antônio Xavier de Sousa, João Vicente, João Tracuá, José Borges, Antônio Paraíba, e outros (342).

### III

#### BACIAS SECUNDÁRIAS

Pertencente à bacia do rio Madeira, surge o rio Abunã que separa uma parte sul do território do Acre da república da Bolívia.

---

(335) C. Tastevin *Le Haut Tarauacá*, in *La Geographie*, Paris, t. XLV, 1926, pág. 47; Miguel de Aguiar Picanço, carta cit., pág. 5.

(336) Júlio Pereira Roque, Carta que me dirigiu a 25 de maio de 1937.

(337) J. A. Masô, mapa citado.

(338) J. P. Roque, carta citada.

(339) J. A. Masô, mapa citado.

(340) J. A. Masô, mapa cit.; J. P. Roque, carta citada.

(341) Miguel de Aguiar Picanço, carta cit., pág. 6.

(342) Professor Benedito Belém — *Album do Rio Embira*, 1913; *Exploradores do Embira e afluentes*. Êste album não foi publicado. Acha-se em meu poder, apenas, esboçado, e sem as fotografias a que alude o autor.

De sua foz até 154 quilômetros interessa ao território de Guaporé, interpondo-se entre o Acre e a Bolívia daí em diante, a não ser no trecho da bôca do Rapirrã à do Chipamanu.

Quem primeiro navegou suas águas foi gente da expedição do sargento mor Luís Fernandes Machado e do geógrafo José Gonçalves da Fonseca, que o subiu numa canoeta ligeira durante meio dia, não o penetrando mais devido a uma cachoeira que tomava tôda a sua largura. No dia 14 de janeiro quando aí chegaram, fizeram exame do rio e o dia 15 seguinte foi aproveitado para reparar as igaras (343).

Francisco de Melo Palheta, na sua viagem de descobrimento do rio Madeira de 1722 a 1723, deve ter passado na sua foz, de junho para julho do último ano, mas, a êle não se referiu (344).

Em janeiro de 1772, o rio foi visitado pela segunda vez, subindo-o numa igarité, durante três dias, o cabo de dragões Francisco Garcia Velho Pais de Camargo, para reconhecer os sertões do rio; obstado também de prosseguir, por haver encontrado, no fim do terceiro dia, uma grande cachoeira, em que perdeu a embarcação em que navegava (345).

É possível que os comissários portugueses Ricardo Franco de Almeida Serra e Francisco José de Lacerda e Almeida, o hajam observado, de 1781, 1782, mas, não encontramos notícias sobre a sua penetração e, apenas, que a sua foz é o ponto mais ocidental do rio Madeira (346).

Castelnau, em 1847, referindo-se ao rio, dizia que era habitado pelos índios «Jacarias», de caráter bom e amigos dos portugueses. Cultivavam a mandioca, banana e cana de açúcar (347).

O rio estava destinado a ser explorado de suas nascentes para o baixo.

Em 1885, já era conhecido dos bolivianos, que se achavam nos vales do Madre de Dios e do Orton (348) mas, só em 1898, partindo de Riberalta, lugar situado no primeiro dêsses rios, alguns de seus habitantes penetraram no alto Abunã e o explo-

---

(343) José Gonçalves da Fonseca — Navegação do rio Madeira principiada em 25 de setembro de 1749, pág. 2.

(344) Castello Branco — *Caminhos do Acre* cit., pág. 95.

(345) Alexandre Rodrigues Ferreira — *Afluentes do Rio Madeira* (manuscrito da Biblioteca Nacional, Rio).

(346) Castello Branco — *Caminhos do Acre* cit., pág. 96.

(347) Obra e v. V cit., págs. 136 e 152.

(348) João Francisco Velarde, conferência, in *Rev. da Soc. de Geogr. do Rio*, t. II, 1886, págs. 185 e 186.

raram já com intuito de aí permanecerem ; vencendo aos poucos a resistência que lhes opunham os índios bravios da região (349).

O explorador brasileiro A. R. Pereira Lobre, na sua viagem de 1887, desceu o Purus, foi a Manaus e daí subiu o Madeira, Beni e Madre de Dios, de onde foi ao Orton e Aquiri, cortando, na sua variação por terra o rio Abunã; na sua parte superior (350).

Labre, ao passar pela bôca do Abunã, subiu o rio, examinou uma cachoeira que fica a quatro quilômetros da foz, venceu-a a sirga, indo alguns quilômetros além, trecho em que viu muitos seringais de boa qualidade; sem esquecer as inscrições rupestres da cachoeira (351).

Quando, nessa mesma viagem, êle varava do vale do Madre de Dios para o do Aquiri, transpôs, na tarde de 24 de agosto, o rio Caramanu, um dos formadores do Abunã, num local em que êle tinha trinta metros de largura, e atravessou várias aldeias indígenas, inclusive uma de Canamaris, a que êle chamou de cidade; atingindo à margem do rio Aquiri, a 30 do mesmo mês (352).

A não ser o desvendamento da região correspondente à variação entre os dois vales (M. de Dios-Acre), os pontos extremos entre as duas bacias eram conhecidos e estavam povoados.

Um outro rio que interessa ao território do Acre, é o Javari, pois, da nascente principal dêle, foi que se originou a linha geodésica que separaria o território do Acre do Estado do Amazonas, dando lugar a criação do referido território.

É certo, que êle não invade a região acreana, mas, sendo uma das grã-vias que o toca, poderia ter algum dos seus descobridores ter penetrado na acreânia.

As expedições chefiadas por Soares Pinto (1866) e Barão de Tefé (1874), não alcançaram seus manadeiros, que foram

---

(349) Castello Branco — *Caminhos do Acre* cit., pág. 98 — Entre êsses pioneiros se encontravam Don Roberto Medina e Don Justo Terraza que exploraram o alto Abunã; Don Claudio Terraza, o médio, e Don Roberto Oliver e Francisco Coimbra, o baixo Abunã, de um lado e outro do rio; sendo a parte do rio que toca ao território do Guaporé explorada pela firma Mercado e Bolivian. (Otávio Reis — Carta que me dirigiu, datada do seringal Fortaleza (rio Abunã), de 9 de maio de 1938). Otávio Reis é um dos maiores e mais antigos proprietários do vale.

(350) Conferência de Pereira Labre, in *Rev. da Soc. de Geografia do Rio*, t. IV, 1888, págs. 105 e 111.

(351) Conferência e *Rev. cit.*, pág. 105.

(352) Conferência e *Rev. cit.*, págs. 111, 112 e 114.

atingidos pelas de Cunha Gomes (1897), L. Cruls (1901) e Ferreira da Silva (1926) (353).

Ao tempo da primeira dessas comissões, já terras da futura acreânia estavam descobertas, não só na zona setentrional, nos rios Juruá e Jatuarana (1858), como na meridional, nos rios Purus (1858), Purus; Aquiri, Hiwacu e Aracá (1861), como já vimos nos capítulos respectivos.

De 1781 a 1788, os comissários portugueses e castelhanos, encarregados da demarcação da fronteira, o devassaram até 5° 40' de Lat. Sul, ou até perto de suas cabeceiras, apresentando uma carta, em 1787, quase igual às modernas de 1860 a 1901 (354).

Castelnau conta que ouviu um homem coletor de salsaparrilha, em 1847, o qual lhe informou que subira o Javari em 29 dias, alcançando um lugar em que êle se bifurcava, tendo o ramo oriental o nome de Javarizinho, subindo-o dez dias, depois do que voltou ao rio principal e subiu o de nome Jacarana (Jaquirana), durante um mês, cujo caudal era ainda considerável (355).

O Barão de Tefé, narrando episódios da exploração, disse que no decurso de mais de três séculos nenhum aventureiro se animara a subir o rio além de 5° de latitude austral (356).

Cunha Gomes, enumera alguns barracões habitados por caucheiros peruanos no alto Jaquirana e adianta que depois de Rayo, último ponto habitado por caucheiros (357), devido a impossibilidade de viajar embarcado, passou a andar por terra, tendo sido êle e os seus companheiros os primeiros civilizados que penetraram nesses lugares, sempre seguidos pelos Capanauas, considerados os índios mais ferozes da região (358); acrescentando que, de 24 a 31 de agosto de 1897, percorreram os últimos vinte e cinco quilômetros do curso do rio, chegando a suas nascentes, no fundo de uma grande gruta formada por dois altos contrafortes de uma grande serra (359).

Trataremos dos trabalhos desta comissão e das que se lhe seguiram na parte referente à formação do território.

---

(353) Castello Branco — *Caminhos do Acre* cit., págs. 199 e 202.

(354) Euclides da Cunha — *Peru versus Bolivia*, 1907, pág. 157.

(355) *De Rio a Lima et de Lima au Pará*, e v. V, cit., pág. 52.

(356) Rev. da Soc. de Geografia do Rio de Janeiro, 1888, t. IV, 3º boletim, pág. 170.

(357) Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia, 1899, págs. 49 e 51.

(358) Relatório da referida comissão, págs. 52 e 53.

(359) Relatório cit., págs. 54, 55 e 58.



Quanto à penetração na acreânia de pessoas vindas dos países limítrofes, só há notícias dos magotes de caucheiros peruanos que, a partir de 1896, começaram a invadir o alto Juruá, alastrando-se depois aos altos Tarauacá, Embira e Purus, quando já estavam essas regiões descobertas e povoadas por civilizados brasileiros (360).

Os Bolivianos só chegaram às margens do rio Acre, depois de penetrado o povoado pelos brasileiros (361).

---

(360) Castello Branco — *Caminhos do Acre* cit., págs. 171, 172, 193 e 122.

(361) *Caminhos do Acre* cit., págs. 133 e 135.

## JOAQUIM CAETANO DA SILVA

### CONTATOS COM D. PEDRO II

DOM CARLOS TASSO DE SAXE-COBURGO E BRAGANÇA

Muito foi escrito recentemente sobre o autor do *L'Oyapoc et l'Amazone* (1). Com a crescente importância econômica do Amapá,

---

(1) Joaquim Caetano da Silva nasceu a 2 de setembro de 1810, na antiga povoação da Guarda do Serrito (hoje cidade do Jaguarão), da freguesia do Espírito Santo do Jaguarão, na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Filho de Antônio José Caetano da Silva, natural da ilha de Santa Catarina e de D. Ana Maria Floresbina, natural de Paranaguá.

Aos 16 anos deixou a Província natal a fim de completar seus estudos na França. Fez os estudos das disciplinas preparatórias, e em seguida o curso de medicina na faculdade de Montpellier. Sustentou tese que versou sobre idéias da filosofia medical, a 29 de agosto de 1837. Dois anos após sua chegada à França, recebe o diploma de membro da Sociedade de História Natural de Montpellier. A 14 de novembro de 1831 é laureado, pela Universidade de França, bacharel em letras. No ano de 1836 o nosso jovem da Guarda do Serrito é feito membro titular do Circulo Médico de Montpellier e membro correspondente da Sociedade Real de Medicina de Gaud. Regressou ao Brasil, com o título de Doutor em Medicina, e, pelo que se notará, com um enorme capital de conhecimentos. Em 21 de novembro é nomeado Professor do Imperial Colégio D. Pedro II. No mesmo, lecionou gramática portuguesa, retórica e grego. Também foi professor, em quase todas as mesmas matérias, no Liceu Provincial do Rio de Janeiro. Reitor do Colégio D. Pedro II, a 26 de junho de 1839, sucedendo ao Bispo de Anemúria. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 29 de dezembro de 1838 e Sócio Honorário do mesmo a 8 de julho de 1859.

A 17 de novembro de 1854 é nomeado Cônsul Geral nos Países Baixos.

Regressou à Pátria em 1863. Foi Diretor do Arquivo Nacional. Entre várias honrarias que já citamos, destacamos as seguintes: Cavaleiro da Ordem de Cristo (18-7-1841); Oficial da Rosa (30-11-1845) e, posteriormente, Dignitário. Também teve a Comenda da Ordem de Cristo de Portugal. Membro da Sociedade de Geografia de Paris (6-7-1856).

Casou na França, a 24 de novembro de 1837, com D. Suzana Clotilde de Moinac, filha do Diretor da Academia de Belas Artes de Montpellier.

O fim da vida o passou em Niterói, no bairro de São Domingos, numa casa à beira mar.

Viveu doente, quase cego, abatido moralmente e assim findou seus dias. aos 63 anos, a 27 de fevereiro de 1873. Infelizmente, o seu arquivo não chegou

a imprensa tem relembrado o Dr. Joaquim Caetano da Silva (2), exaltando seu valor e o inestimável serviço prestado ao nosso país.

Com muito acêrto, foi apresentado à Câmara Baixa do Congresso um projeto, no qual, esclarecido e ilustre deputado gaúcho (3), solicitou verba para a construção de um imponente monumento no Amapá, que pudesse simbolizar, parcialmente, a gratidão do Brasil a um dos seus mais ilustres e esquecidos filhos.

Se ao Barão do Rio Branco couberam os merecidos louros da vitória do Brasil na questão com a Guiana Francesa, que nos deu o Amapá (4), ao Dr. Joaquim Caetano da Silva coube, inegavelmente, o mérito de proporcionar, através de sua obra, uma base irrefutável à brilhante tese do grande Chanceler (5).

---

aos nossos dias. Certamente, muitos documentos importantes estariam nêles conservados.

Hoje, Joaquim Caetano da Silva é um dos patronos da Academia Brasileira de Letras, cuja cadeira é ocupada pelo Dr. Gustavo Barroso.

(2) Obras de Joaquim Caetano da Silva :

a) *Suplemento* ao Dicionário de Antônio de Moraes Silva.

b) *Fragment d'une memoire sur la chute des corps*. Montpellier, 11-2-1836;

c) *Quelques idées de philosophie medicale*. — Montpellier, 1837.

d) *Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa*, conforme o sentido exato do art. 8.º do Tratado de Utrecht. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 14.º. Foi lida na presença do Imperador, nas sessões de 26 de setembro, 10 e 24 de outubro de 1851.

e) *L'Oyapoc et l'Amazone : questions brezilienne et française*. Paris, 1861, 2 volumes.

f) *Questões americanas* — Publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 26.º — 1863.

g) *Gramática Portuguesa* — Inédita.

h) *Mecanismo da lingua grega* — Inédita.

i) *Apendice* ao parecer do Sr. Diogo Soares da Silva de Bivar, sobre o Índice Cronológico do Sr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro. Publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 15.º.

j) *Sobre a gravidade*. Publicado na Minerva Braziliense, tomo 1.º, do qual o Dr. Joaquim Caetano da Silva foi um dos redatores.

k) *O Oyapoc*. Memória apresentada à Sociedade de Geografia de Paris. Revista Popular, Rio de Janeiro, Tomo 1.º, págs. 32 a 42, 163 a 169, 224 a 232 e 39 bis a 45.

(3) Deputado Flores da Cunha. O projeto foi apresentado, em 1956, à Câmara dos Deputados, onde ainda se encontra. Na Comissão de Educação e Cultura mereceu êste, brilhante parecer do Relator, Deputado Portugal Tavares.

(4) As terras litigiosas com a Guiana Francesa representavam 260.000 km.2. O motivo do litígio entre o Brasil e a França é por demais conhecido, sendo desnecessário, portanto, lembrá-lo.

(5) No ano de 1898 foram descobertas algumas minas de ouro em Calsoene, e a região foi invadida por soldados franceses. O Brasil protestou imediatamente, através do Ministério das Relações Exteriores, contra tão

*L'Oyapoc et l'Amazone*, na época, possibilitou ao Governo Imperial agir com mais firmeza diante da crescente avidez da França, e em nossos dias simboliza e testemunha o patriotismo desinteressado dos nossos maiores.

Poucos foram os que, na época, alcançaram e compreenderam o serviço prestado pelo gaúcho de Jaguarão ao Brasil. Teve eco dentro do venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mas, nas esferas oficiais, poucos até deviam ter lido o seu trabalho.

D. Pedro II o orientou e o estimulou sempre, dando-lhe, também seu auxílio nas horas mais críticas. O Imperador, após a leitura de sua brilhante memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa, em 1851 (6), o nomeia Encarregado de

---

prepotente invasão. O Ministro do Exterior de então era Carlos Augusto de Carvalho, o qual propôs à França a arbitragem para pôr termo à grave questão. Foi escolhido o Presidente da Suíça. São notórias as passagens do Barão do Rio Branco, como Ministro na Confederação Helvética e Advogado do Brasil. Sua nomeação a 22 de novembro de 1898, suas Memórias entregues ao Presidente da Suíça, contendo brilhante tese e apresentando esmagadora documentação, sua vitória pela obtenção do luminoso laudo de primeiro de dezembro de 1900, são um orgulho para o Brasil. Não devemos esquecer, porém, que na 1ª Memória entregue ao Presidente, Rio Branco cita nada menos que 55 vezes a obra de Joaquim Caetano da Silva, e na 2ª Memória 17 vezes, anexando ainda, como documento. *L'Oyapoc et l'Amazone*, a fim de ser conhecido e apreciado pelo eminente Árbitro de Berne.

(6) As passagens do Dr. Joaquim Caetano da Silva pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro são das mais interessantes. Por ocasião da instalação do Instituto, ele era um moço entre os respeitáveis e venerandos consócios, pois tinha apenas 28 anos de idade!

A leitura de sua Memória sobre os limites do Brasil e a Guiana Francesa, nas três sessões já citadas, e que teria influência decisiva na sua vida e obra, contando com o entusiasmo de D. Pedro II, nesta importante questão.

Seu contato com o Instituto, mesmo no exterior, continua.

De Lisboa, onde se encontrava a caminho dos Países Baixos, envia uma carta, acompanhada por cópias do Tratado Provisional de 4 de março de 1700, entre Portugal e a França e da carta de doação da Capitania do Cabo do Norte a Bento Maciel Parente (R.I.H.G.B.), Tomo 15, 1852).

Novamente em ofício datado de Haya, encontramos Joaquim Caetano da Silva agradecendo ao Instituto uma medalha que lhe fôra conferida (R.I.H.G.B. Tomo 17, 1854).

Em 1857 (Tomo 20) pede a simpatia do Instituto para o monumento à memória de Geoffroy Saint-Hilaire.

A leitura do seu trabalho «Questões Americanas» mereceu a publicação na mesma Revista, no seu Tomo 26, vol. 27, de 1863.

No necrológio dos sócios falecidos em 1873, Frei Custódio Alves Serrão e Joaquim Caetano da Silva, o orador, Dr. Joaquim Manoel de Macedo, esboça-lhe uma biografia sucinta e feliz. (Tomo 36, vol. 47).

Finalizando as principais passagens do ilustre Brasileiro, pelo Instituto Histórico, cabe-nos sublinhar a importante proposta feita após seu falecimento, de ser colocado na Sede do mesmo um retrato do Dr. Joaquim Caetano da Silva (Tomo 39, vol. 53, 1876).



Negócios, a 14 de novembro do mesmo ano, nos Países Baixos (7), a fim de poder pesquisar nos Arquivos Holandeses, esclarecendo este controvertido caso dos limites do Brasil com a Guiana Francesa.

Da Europa, o Dr. Joaquim Caetano da Silva prestava contas e mantinha ao corrente o Imperador.

Em 2 de agosto de 1857, por exemplo, dirigia a D. Pedro II, eufórica missiva (8), na qual participava ao seu soberano as valiosas descobertas realizadas, que viriam esclarecer, definitivamente, a controvertida questão. Diz o ilustre gaúcho :

«Senhor.

... Senhor, quando eu asseverava ao Governo Imperial que provaria terminantemente o direito do Brasil ao Oyapoc do Cabo d'Orange, acrescentava — sem embargo de quaesquer apparencias em contrario — precisamente tinha em mira, não só os mappas allegados por França (e outros mais graves, que ella esqueceo) não só o texto de Berredo, mas tambem, e muito especialmente, a formidolosa declaração official Portugueza, que bem conhecia desde Lisboa, por um officio dos Plenipotenciarios Portuguezes em Utrecht, de 4 de fevereiro de 1713, de que logo então passei copia ao Governo Imperial, em 1 de abril de 1852. Tambem eu, Senhor, com grande magoa de minha alma, muito tempo conceituei irrespondivel aquelle papel. Ultimamente porem, desde o principio de janeiro de 1856, neste, e em todos os mais pontos da tenebrosa questão do Oyapoc, foi DEOS servido aluminar-me tão resplandecente, que, sem o minimo receio de illusão, protesto, Senhor, a Vossa Magestade Imperial, que este renhido pleito, movido ha cento e sessenta annos, no glorioso reinado de Dom Pedro Segundo de Portugal, ficará sentenciado por nós — ao menos quanto ao direito — no reinado gloriosissimo de Dom Pedro Segundo do Brasil. Com os mais profundos acatamentos beijo a augusta mão

---

(7) Sua passagem na Diplomacia se resume na nomeação, a 14 de novembro de 1851, de Encarregado de Negócios junto ao Governo dos Países Baixos, em 17 de fevereiro de 1854, sua nomeação para Cônsul Geral no mesmo país.

O saudoso Professor Feijó Bittencourt diz no seu valioso trabalho sôbre «Os Fundadores» do Instituto Histórico que «da sua passagem pela Diplomacia, Joaquim Caetano da Silva, voltou sem nenhum feito que lhe aumentasse a nomeada, como que desinteressado da carreira para voltar ao que era — professor. Em todo caso tinha escrito *L'Oyapoc et l'Amazon*, que, no dizer dos coevos, valeu por cem mil homens estendidos na fronteira, em defesa dos nossos direitos territoriais».

(8) Museu Imperial. M. 82-D. 3.781. Sem indicação de lugar.

de V.M.I., Senhor, de V.M.I. feitura addictissima. — *Joaquim Caetano da Silva*».

Novamente, no dia 6 de fevereiro de 1859, dirigia de Paris a seguinte interessantíssima carta (9) a D. Pedro II, na qual temos a exata impressão da certeza do triunfo da causa do Brasil, que animava seu signatário :

«Senhor.

Hoje mesmo tive a certeza que está nomeado pelo Governo Francez para ir tratar diplomaticamente, no Rio de Janeiro, a questão do Oyapoc, e provavelmente partirá pelo vapor de março, o major de Engenheiros Alfred de Saint Guantin, autor da Memoria que o Principe Napoleão mandou inserir na Revue Coloniale de Agosto e Setembro de 1858 e logo publicar avulsa. E venho deprecar a V.M.I., Augusto Defensor Perpetuo do Brasil, que, pelo amor do Brasil, não admita sobre a pendencia do Oyapoc negociação alguma, enquanto não apparecer o trabalho terminante que estou redigindo. Falta-me o talento preciosissimo de escrever depressa, mas em assunto de tanta magnitude o essencial é escrever com acerto. O Governo Francez vae vendo que do meu trabalho resultará infalivelmente o triunfo do Brasil; e por isso se empenha em promover um desfecho antes da minha demonstração e longe de mim. Se V.M.I. resolve que não pode escusar a projetada negociação, em tal caso deprecarei a V.M.I. se digne escolher-me para seu negociador.

Com o mais profundo acatamento beijo a augusta mão de V.M.I., Senhor, de V.M.I. feitura addictissima. — *Joaquim Caetano da Silva*».

Os têrmos firmes e convictos, nos quais se dirige ao Monarca, dão-nos um quadro fiel do «trabalho terminante» que estava prestes a ser concluído.

O «triunfo do Brasil» viria sòmente muitos anos mais tarde, todavia acreditamos que já estas cartas do nosso notável e estudiosíssimo patricio, tenham alcançado seu alvo, permitindo outras atitudes da parte do Govêrno Imperial. E quando Joaquim Caetano da Silva acabou seu trabalho sôbre os limites, pronunciando 26 conferências na Sociedade de Geografia de Paris, é mais uma vez D. Pedro II que o ajuda na publicação das mesmas, financiando o livro *L'Oyapoc et l'Amazonie*.

---

(9) Cópia dessa carta, do punho do Barão do Rio Branco, existe no seu arquivo, no Itamaraty. Foi-nos gentilmente cedida pelo Acadêmico Luis Viana Filho.

Pois no ano seguinte, o Dr. Joaquim Caetano da Silva encontrava-se em seríssimas dificuldades, diante de «huma categórica repulsa do meu instante pedido», mediante despacho do Ministério (10). Recusou-lhe este os meios para custear a publicação de sua obra. Recorre então, novamente, ao seu Augusto Protetor. O apêlo é comovente, deixando bem claras as dificuldades, nas quais devia-se encontrar. A carta (11) desesperada vem de Paris (Rue du Chemin de Versailles, 39) com data de 23 de outubro de 1860 :

«Senhor.

Recebi hontem, por despacho ministerial de 21 de setembro, huma categorica repulsa do meu instante pedido de 6 de março, 6 de julho, e 6 de agosto do corrente anno. Em tamanho desespero, viro-me de novo para a augusta pessoa de Vossa Magestade Imperial, depositando em seu coração paternal esta confidência tremendissima : Que, nos termos em que me acho, nem poderei *tirar da typographia os dous volumes francezes do meu trabalho do Oyapoc*. . . Já vê Vossa Magestade Imperial a profundidade do abismo. Pelo amor do Brazil, pelo amor da Familia Imperial, pelo amor de Deos, não me deixe Vossa Magestade Imperial cahir nelle. Salve-me Vossa Magestade Imperial, outra vez, e para sempre, ouvindo compassivo a esta supplica lacrimosa : Valer-me a Casa Imperial com mil Libras Esterlinas, para eu ir repondo por quotas trimensaes de cem Libras desde Julho de 1861.

Ah, Senhor ! Se por este mesmo paquete se dignasse Vossa Magestade Imperial acudir-me com metade ! Calado de dôr, beijo a augusta mão de Vossa Magestade Imperial.

De V.M.I.

feitura addictissima

*Joaquim Caetano da Silva*».

Em 2 de janeiro de 1861, pede de Paris transferência para Bruxelas, aspiração que o Imperador não satisfaz (12).

Finalmente, a 23 de julho do mesmo ano e também de Paris, escreve a D. Pedro II, pedindo desculpas por não ter enviado

---

(10) O Gabinete que estava no poder em 1860 era o Gabinete Ferraz, que se organizou em 10 de agosto de 1859. Presidente do Conselho, Ferraz; Fazenda, Ferraz; Estrangeiros, Sinimbu; Guerra, Sebastião do Rêgo Barros; Marinha, Paes Barreto; Justiça, Paranaquá; Império, Almeida Pereira.

(11) Museu Imperial, CXXIX — 6359.

(12) Museu Imperial, CXXX — 6372.

ainda a S.M., à Imperatriz e às Princesas, os volumes encadernados de sua obra (13).

Cêdo, o imperador compreendeu o que significava para o Brasil a memorável obra *L'Oyapoc et l'Amazonie*, pois, após uma reunião do Ministério, lança no seu diário particular, com data de 22 de fevereiro de 1862 (14), a seguinte nota: «Lembrei que seria injusto e impolitico deixar sem emprego ao Dr. Joaquim Caetano da Silva, depois da obra imponente sobre a questão Oyapoc, obra que, aliás, nenhum dos Ministros parece ter lido por inteiro».

Vemos que, na ocasião, ninguém dos Ministros (15) se preocupava ou dava o justo valor ao grande esforço do Dr. Joaquim Caetano da Silva.

No mesmo diário encontramos mais uma nota do dia 8 de março do mesmo ano, na qual D. Pedro II se refere novamente ao Dr. Joaquim Caetano da Silva com as seguintes palavras:

«Depois fallei com o Euzebio a respeito da cerimonia do dia 25 d'esse mez, e com o Joaquim Caetano da Silva, a quem disse que, como individuo e soberano, tinha feito tudo o que posso para o bem d'elle e apreço de sua obra muito importante sobre o Oyapoc; mas elle lembrou-me o desejo de alguma graça que emquanto não obtivesse remuneração que lhe desse para viver e o considerasse perante o publico, e eu respondi que proporia essa graça em despacho, como o fiz, constando os Ministros em que se lhe desse a comenda da rosa, ou o grau superior ao que já tivesse na ordem».

---

(13) Museu Imperial, idem.

(14) Museu Imperial, XXXV — N.º 1055.

(15) O Gabinete, na ocasião, estava assim constituído:

Presidente do Conselho e Ministro da Guerra, Marechal Marquês de Caxias; Ministro da Justiça e interino do Império, Sayão Lobato (depois Visconde de Niterói); Fazenda e interino dos Negócios do Império, Paranhos (depois Visconde do Rio Branco); da Marinha e interino da Agricultura, então destacado do Ministério do Império, o chefe de esquadra Joaquim José Inácio (depois Visconde de Inhaúma).

#### NOTA BIBLIOGRÁFICA

Arquivo do Museu Imperial.

Arquivo do Itamaraty.

Feijó Bittencourt — Os Fundadores — Instituto Histórico — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional, 1938.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



Sua Majestade considerava a obra «muito importante», porém, perante a opinião pública, Joaquim Caetano da Silva queria receber «alguma graça» que fôsse uma recompensa ao seu esforço.

De fato foi promovido de Oficial para Dignitário da I Ordem da Rosa.

Seus contatos com D. Pedro II demonstram quanto ambos pensavam patrioticamente. Seus esforços foram vitoriosos e, hoje, o Brasil todo deve-lhe gratidão e sua memória deve ser venerada.

Faço minhas as palavras de Silvio Romero : «Joaquim Caetano da Silva é a glória mais doce, mais pura, mais desinteressada do Brasil».

## HEITORES SEM HOMERO

DESEMBARGADOR VIEIRA FERREIRA

Na Iliada não canta Homero sòmente a ira de Aquiles tão funesta aos Aqueus, mas, o que é mais belo, narra também a proesa de Heitor, herói humano que morre defendendo a sua gente.

O cenário da sua bravura é o território troiano, que tinha ao sul da cidade as alturas de um Ida que a floresta cobria e a noroeste a planície banhada pelo Escanantro e pelo Simoente, seu tributário, cujas águas já carreavam as areias com que atulharam o pôrto dos Aqueus (*Portus Acheorum*), uma enseada aberta entre os cabos Sigeu e Reteu, cuja orografia como que emoldurava o espetáculo da frota e acampamento dos invasores.

A paisagem se apresenta hoje despida de vegetação, com aterros que as águas sem o regime imposto pela mata vão todos os anos aumentando. Também ao Brasil já vem faltando as florestas que moderavam as enchentes. Raspam-se os morros até o cimo, tanto na serra dos Órgãos como na da Tijuca!

Rescrevo com acréscimos trechos do que já escrevi sob o mesmo título, em 1953, no *Jornal do Comércio*.

\* \* \*

A grande figura da Iliada não é, como supôs Homero, Aquiles, filho de Peleu e de uma Nereida, chefiando os Mirmidões da Tessália, ainda que o poema comece pedindo à deusa inspiração para cantar a ira de Aquiles tão funesta aos gregos.

Não importa que Alexandre e outros grandes soldados da antigüidade o tenham invejado e tomado por modelo.

É um herói artificial inverossímil, que batalha sem correr perigo, resguardado pela invulnerabilidade, menos no calcanhar, que não oferecia ao inimigo, e, supêrfluamente, por armas defensivas de fabricação divina, que lhe forjara Hefesto (Vulcano).

Criação do pensamento mitológico daqueles tempos, não mereceria sua ira homicida ser hoje cantada como assunto central de uma epopéia.

Heitor sim, príncipe troiano, filho de Priamo e de Hécuba, retrata, no seu admirável realismo poético tão humano, o soldado heróico que peleja e morre defendendo a pátria.

A Iliada termina com um ato de justiça, celebrando os seus funerais com os louvores que merecia.

As passagens mais emocionantes do poema são de certo a que humaniza e nobilita Aquiles, condescendendo em ceder a Priamo o corpo de Heitor, e o encontro dêste, pouco antes da morte, com Andrômaca e Astiamax, quando, perigando o exército troiano, o herói vai à cidade promover oferendas a Palas e súplicas propiciatórias, para que a deusa favorecesse os Teucros, acossados pelos Aquieus.

Ele entra na cidade armado como estava no campo de batalha, flutuando-lhe na cabeça a crina do capacete.

Vejamos como narra a Iliada o que se passa. Acha-se nos hexâmetros do livro VI (Z), que Odorico Mendes traduziu, em versos decassílabos, para um português todo seu, repleto de palavras compostas helênicamente.

«Vizinho à faia Heitor e às portas Céias (\*)

Cercam-no e indagam donas e donzelas

Por amigos, irmãos, filhos e esposos.

«Em regra aos numes obsecrai», responde,

«Ide, urge a muitas iminente luto». (Z. 237-241)

Foi ter dali ao paço real para deliberar com Hécuba sobre as súplicas a Palas e oferendas propiciatórias, e depois à casa de Paris, para induzi-lo a cumprir o dever cívico, indo combater como os outros.

A Helena, que lhe aconselhava algum descanso, respondeu «cortês e afável»:

«Não me contes reter, esta alma ferve

Por ajudar os que por mim suspiram». (Z, 360-362)

---

(\*) Portas Céias (*Scaiâi pylai*) são as portas por onde entrava Heitor e perto das quais, já de volta, se encontrou com a mulher e o filho.

Nos dicionários gregos o adjetivo *scaiós*, *scaiâ*, *scaiôn*, vem como significando situado à esquerda, ocidental: *scaiâi pylai*, portas do ocidente.

Não me parece que o adjetivo signifique ocidental, mas setentrional. Vejo em *scaiós* a mesma raiz que em *Skiâ*, sombra.

Na latitude de Tróia o lado sombrio não é o ocidental, mas o do norte, em que a sombra dura todo o dia.

O muro ocidental só faz sombra até meio dia, como o oriental a faz dessa hora em diante.

Se *Scaiós* significa o que se acha à esquerda, é que se tem o sol à destra e a sombra à sestra.

Quis ver por alguns instantes a mulher e o filhinho, mas não os encontrou em casa. Disse-lhe uma serva que Andrômaca tinha ido para a torre levando a criança:

«Sim, na grã torre de Ilio. Ouviu que os nossos  
Eram da força graia assoberbados  
E, levando o menino em braços da ama,  
Como douda partiu para as trincheiras». (Z, 386-389).

O herói foi logo para lá, por onde também devia sair da cidade:

«Ei-lo, as praças desanda e extensas ruas,  
E às portas Céias, no sair ao campo,  
Ocorre a espôsa...  
O tenro único Hectóreo, astro em beleza,  
A ama o afagava; o nome de Escamandrio  
O pai lhe impôs, de Astianax o povo.  
Por herdeiro do herói, de Tróia apôio. (Z, 400-404)

Astianax em grego significa chefe da cidade.

«A lagrimar, Andrômaca nas suas  
A mão lhe aperta e clama: «Temerário!  
Perde-te êsse valor, nem te amiseras  
Desta criança, nem de mim, coitada,  
Cêdo viúva, que da grêga fúria  
O alvo serás». (Z, 404-410)

Depois de lembrar que havia perdido o pai e os irmãos, senhores de Hipoplaco, mortos por Aquiles, e a mãe, resgatada, mas morta por Artémide (Diana), continua Andrômaca:

«Tu me és, Heitor, mãe, pai, irmão, florente  
Consorte e amigo: Tem de mim piedade;  
Cá te fiques na torre; órfão não deixes  
O infante e a mulher tua».

E aconselha o marido a defender a cidade nos muros, sem se expor ao inimigo no campo:

«... A gente postes  
Cêrca da baforeira, onde accessíveis  
Prestam-se os muros nossos à escalada». (Z, 429-434)

Ele, porém, não cede aos rogos e conselhos de Andrômaca.

E Heitor: «São meus, espôsa, os teus cuidados.  
Mas dos Frigios me temo e das matronas  
De roçagantes opas, se em muralhas



Qual fraco a luta evado, e hei de mim pêjo,  
Que tenho à frente combatido sempre,  
Vindicando a paterna e a glória minha». (Z, 447-449)  
«Prevejo n'alma o fim da sacra Troia,  
Do corajoso Priamo e seu povo.» (Z, 449)

São os versos que Políbio, diante das ruínas fumegantes de Cartago, ouviu recitados por Cipião Emiliano, o segundo Africano, que temia para Roma um fim semelhante. Mas Roma era eterna.

«Ah! da pátria o porvir me aflige menos,  
Da mãe, do rei, de tanto irmão valente  
Estendido no pó, que de um soldado  
Brutal cativa e em pranto imaginar-te,  
E em Argos a tecer...  
E dir-te-ão, do choro teu movidos :  
— Pobre mulher de Heitor, o herói que de Ilio  
Com mais denôdo propugnava em tórno !  
Do teu marido gemerás saudosa,  
Para te libertar. Cubra-me a terra  
Antes que os ais te escute e a rastos veja». (Z, 450-465).

E pensando no futuro do filho, quer acariciá-lo, mas o menino

«Espantado se acolhe, ao pátrio aspecto,  
No seio da ama de elegante cinto;  
A armadura o apavora, a juba equina  
que da cimeira aênea hérrida nuta,  
Sorriu-se Heitor, a augusta mãe sorriu-se,  
Despe o guerreiro o fulgurante casco,  
Pousa-o no pavimento; a seu querido  
Em braços leve embala e o beija e ameiga»  
«O Júpiter (perora) ó deuses todos,  
Como eu, dai que êste seja aos Teucros honra;  
Potente o cetro empunhe; ao vir do prêlio,  
— Inda é que o pai mais forte, alguém exclame!»

Como se vê, não desesperava o herói de salvar a pátria, onde Astianax reinaria depois dêle.

... «À doce espôsa  
O entrega então, que entre chorando e rindo  
No fragrante regaço o filho acolhe.

Heitor, enternecido, procura animar a espôsa, que acariciava :

«Por mim tanto, anjo meu, não te consternes  
Contra o fado abismar-me ninguém pode,  
Nem há nascido que se furte ao fado,  
Por estrênuo ou medroso. A casa busca !

No tear, no lavor, na roca intende,  
E as servas atarefa : aos homens de Ilio,  
E a mim principalmente, a guerra incumbe» (Z, 466-493)

É o momento da separação, urgia voltar ao campo de batalha.

Do chão leva o emplumado capacete,  
E retirou-se Andrômaca, a miúde  
Atrás volvendo os olhos gotejantes» (Z, 494-496)

Eis o quadro emocionante que nos pinta o poeta nos versos descritivos dêste encontro na muralha de Tróia, em momento crítico, de três figuras principescas tão belas quanto infelizes.

A tradução de Odorico Mendes é fiel em geral ao texto homérico, ainda que as palavras, nem sempre, exprimam com eficiência as idéias que suscitam no poema as correspondentes do grego. Noto ainda que Odorico, traduzindo o verso 237, pôs faia em vez de tôrre (pyrgos), que se lê na edição de Pierron (Paris). *Phegon* e não *pyrgos* está na ótima edição de Faesi : *faggio* na tradução italiana de Monti.

\* \* \*

Não faltam Heitores no mundo.

O troiano, porém, teve o privilégio de serem seus feitos cantados por Homero, que soube embelezar-lhe a bravura com o concurso de Andrômaca, de Astianax e até da ama bem vestida, carregando o pequeno príncipe.

Outros heróis, como Publio Decio Mus, cônsul romano em 337 antes de Cristo, se oferecem pelos seus a uma morte certa, qual a descrita por Tito Livio (VIII, 9), num combate em que os romanos já iam cedendo ao inimigo. Êsse devotamento era até objeto de uma instituição romana, a *Consecratio*, com rito próprio e concepção de palavras no formulário.

Nem faltam exemplos dessa dedicação no século corrente. Principalmente entre os japoneses, como no engarrafamento de Pôrto-Artur, em cuja barra as tripulações nipônicas dinamitavam os navios, ou no emprêgo de aviões suicidas.

\* \* \*

Mas, se todo o merecimento intrínseco dessa dedicação está na voluntariedade, é com justa simpatia admirada no touro que afronta as garras do tigre por amor ao rebanho bovino.

Sabe-se também que, se o bando foge do inimigo, os símios mais fortes é que vão na retaguarda.

Ardouin-Dubreuil nos conta em *La croisière noire*, pág. 134, que, caçando na África Equatorial Francesa, encontrou um bando de monos, que fugiu, menos um dêles.

«O animal ergueu-se num tronco d'árvore e parecia esperar-me; era um belo cinocéfalo, cuja família se refugiou longe num mato cerrado. Heróico, protegendo os seus, ficou para cobrir a retirada e observar o inimigo».

Um dos caçadores hesitou em atirar nesse herói quadrúmano, que foi morto entretanto por um tiro, desumanamente.

Parece-me digno de admiração e respeito o amor à espécie, ou a uma fração dela, quando supera no indivíduo o instinto de conservação, mesmo nas suas manifestações zoológicas. Pouco importa que os exemplos de um fenômeno altamente moral sejam oferecidos fora do gênero humano.

\* \* \*

Quanto à fauna brasileira, posso dar aqui um testemunho meu, não visual, mas de ouvido.

Em princípio de 1894, acompanhei o meu amigo Dr. Costa Azevedo, médico em Laje de Muriaé, então deputado estadual, numa excursão política pelo município de Itaperuna.

Fomos a Natividade do Carangola e passamos a noite na fazenda do Coronel Joaquim Custodio Fernandes, respeitável chefe político local e insigne caçador, como o seu homônimo, o Dr. Joaquim Custodio Fernandes Sobrinho, outro Nemrod, muito seguro no tiro, então juiz municipal de Itaperuna.

Contou-me o fazendeiro que uma vez na caçada ouviu fortes e reiterados gritos de um macaco.

Procurando ver o que era, dirigiu-se para o lado de onde vinham e ao aproximar-se viu uma onça assentada ao pé da árvore, olhando para o alto, de onde o macaco ia descendo aos poucos, gritando sempre aflitivamente, até chegar ao alcance do felino, que o esperava imóvel.

Esse macaco brasileiro, como o africano, fêz o sacrifício da própria vida para salvar o seu grupo, mas a grandeza de sua magnanimidade e de seu infortúnio não foi medida, como a de Heitor, com hexâmetros homéricos.

Teve, entretanto, um cenário mais grandioso do que o da *Iliada*; a selva fluminense daquele tempo, tão pujante nos troncos e nas frondes do arvoredor, a cuja sombra, como nos campos luminosos da Tróada, a luta pela existência multiplicava na fauna trágicas atrocidades.

# CENTENÁRIO DE FERNANDES PINHEIRO

## CENTENARIO DE FERNANDES PINHEIRO NO INSTITUTO HISTÓRICO

O cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro candidatou-se ao Instituto Histórico, em 1854, com um «Ensaio sôbre os Jesuítas» (Revista. Tomo 17, pág. 606) — a que faz referências elogiosas ao secretário Joaquim Manuel de Macedo, no relatório anual (Tomo 17 — Suplemento, págs. 11 e 18).

Nascido no Rio em 1825, vinha êle do devotado exercício do magistério, como professor que era do Seminário Episcopal de São José. Formara-se ainda em Teologia, em Roma. Alguns anos depois (1857) ganha por concurso a cátedra de Retórica, Poética e Literatura Nacional do «Imperial Colégio Pedro II».

Suplente de secretário a partir de 1855, a 21 de outubro de 1858 é eleito 2º secretário do Instituto Histórico — data cujo centenário agora se celebra.

Em 1859 passa a 1º secretário em virtude da partida de M.A. Pôrto Alegre para a Europa — exercendo o cargo em caráter efetivo, de 1860 até a sua morte, em 1876 (15 de janeiro). Cerca de 18 anos de exercício laborioso e fecundo.

Da sua incansável atividade intelectual — está referta a *Revista* do Instituto, em colaborações, pareceres, relatórios e biografias; e demonstra-a a publicação de outros valiosos trabalhos: «*Curso Elementar de Literatura Nacional*» (1862), «*Resumo de História Literária*» (1873) e «*Estudos Históricos*» (1876, ed. Garnier) — onde parte daquela colaboração está reunida.

Para lembrar uma personagem tão característica da nossa instituição, entendeu a direção da *Revista* de reunir aqui trabalhos esparsos, devidos a penas ilustres ou especializadas, alguns inéditos, outros já publicados — que na efeméride do seu centenário no Instituto, estudaram a atividade do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, através dos vários prismas em que melhor se vislumbra a sua personalidade intelectual. E são êles: Joaquim Ribeiro, Feijó Bittencourt, Américo Jacobina Lacombe, Mozart Monteiro, Barbosa Lima Sobrinho, Joaquim Tomás, Celso Vieira,



José Gonçalves Vilanova, Virgínia Côrtes de Lacerda, Phocion Serpa e Osvaldo Melo Braga.

É verdade que jovem parente de Fernandes Pinheiro — o Sr. Mário Portugal Fernandes Pinheiro, já aqui inseriu dois cuidadosos trabalhos sobre aquela veneranda figura : 1 — *Esbôço biobibliográfico* (Vol. 217 — 1952 — págs. 109-130) e, mais recentemente: 2 — *Cônego Fernandes Pinheiro* (Vida e Obra) — in vol. 238 — 1958.

Para a precisa apuração do papel que o Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro desempenhou em nossas letras históricas e na crítica literária não se deve ainda esquecer, embora o seu toque polêmico, outros opúsculos do Sr. Mário Portugal Fernandes Pinheiro.

A coleção dos diversos estudos, reimpressos agora no presente número da *Revista*, vai contribuir para melhor exame daquela nobre figura do nosso passado — cuja memória certos críticos apressados, na sua ligeireza, não têm sabido apreciar. A crítica vesga ou parcial tem o seu dia passageiro.

É, no entanto, agradável de verificar que vozes de outras gerações, que o não conheceram, acorrem generosamente para estudar e exaltar a obra histórica e literária de um mestre desaparecido, há mais de 80 anos, enastrando-lhe à frente, que já sofrera os espinhos da incompreensão e da pura malevolência, com a coroa de rosas da gratidão e do aprêço do futuro, com a palavra isenta dos julgamentos definitivos.

C. D. R.

## AS ANTECIPAÇÕES DO CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO

JOAQUIM RIBEIRO

### I

Dentre os nossos historiadores do século passado, o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro talvez seja o que mais revele antecipações, na realidade, dignas de observação. É que o Cônego Fernandes Pinheiro era um espírito amplo, voltado para tôdas as curiosidades intelectuais, e sabia apreciar os sucessos históricos numa órbita mais larga que os limites da história nacional. E, além disso, pesquisava a história sob múltiplos ângulos. Foi justamente essa flexibilidade espiritual que garantiu ao consagrado historiador o papel de antecipador em relação a diversos aspectos de nossa vida retrospectiva.

Hoje quem versar a nossa história militar, a nossa história religiosa, a nossa história política, a nossa história administrativa ou a nossa história urbana não pode desprezar as contribuições esclarecidas e honestas do ilustre historiógrafo.

Percebeu o Cônego Fernandes Pinheiro que, num época em que se principiava a devassar os arquivos, era cedo ainda para escrever uma obra de síntese sobre o Brasil. E, realmente, tinha razão. O que se impunha foi o que êle fez: era elaborar contribuições parciais sobre êste ou aquêlê setor da história.

Limitando as pesquisas, evitava lacunas, garantia maior objetividade e, sobretudo, analisava o tema histórico em profundidade.

Como era homem douto e de larga erudição, só tomava para estudo aspectos mal interpretados e obscuros de nossa historiografia. E nesse mister trazia sempre dados inéditos, elementos valiosos e documentação idônea. Não há dúvida que abriu caminhos para os historiadores futuros.

Na verdade, era impossível, nos meados do século XIX, escrever-se uma história de síntese sobre o Brasil. Varnhagen, que a tentou, nada mais fez que reunir farta documentação, idônea

e utilíssima é certo, sem jamais conseguir traçar as largas perspectivas da síntese histórica. Era cedo ainda. E a acuidade do Cônego Fernandes Pinheiro demonstrou que a orientação acertada era realizar contribuições parciais como, com seguro espírito analítico, realizou.

Estávamos ainda na fase da análise histórica, trabalho preliminar e indispensável para se empreender, em tempo oportuno, a desejada síntese.

Versando temas parciais do nosso passado, selecionando-os de acôrdo com os diversos aspectos da vida retrospectiva, o autor dos *Estudos Históricos* tornou-se, pelo mérito de suas achegas, uma das fontes fundamentais para a nossa historiografia especializada.

A história militar, a história religiosa, a história literária, a história política, a história administrativa e a história urbana tiveram nêle um antecipador.

Meu objetivo, neste breve esboço, é apontar, nos devidos termos, as antecipações dêsse eminente historiôgrafo, algumas das quais injustamente esquecidas.

## II

### CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA RELIGIOSA

Embora o fator religioso tivesse enorme e decisiva influência em nosso passado, a história da religião católica no Brasil constitui uma das mais clamorosas lacunas da reconstituição de nossa vida retrospectiva.

Sendo o Brasil a maior nação católica da América é, na realidade, incompreensível essa indiferença por tão importante setor.

É certo que, na atualidade, surgiram duas contribuições monumentais: a *História da Companhia de Jesus no Brasil* de Serafim Leite e *Fontes da História da Igreja Católica* de José Carlos de Macedo Soares.

Já dizia Capistrano de Abreu que sem se escrever a história dos jesuítas entre nós, seria impossível levar-se a têrmo a história do Brasil. Igual opinião também exarara Silvio Romero.

João Ribeiro fôra mais incisivo quando afirmara que o Brasil era obra dos jesuítas, do bandeirante e do criador de gado, — três elementos do nosso expansionismo para o oeste.

E não há dúvida que, no quadro do catolicismo brasileiro, a Companhia de Jesus exerceu, no passado, o mais importante papel.

As fontes jesuíticas representam riquíssimo cabedal de nossa história.

O estudo dos jesuítas, conseqüentemente, tinha de ser entendido por nossos historiógrafos.

Nesse campo de pesquisa, o nome do Cônego Fernandes Pinheiro surge como precursor.

Coube à sua pena o primeiro *exame crítico* da ação dos jesuítas no Brasil.

Antes dêle há crônicas, relatos, referências, mas sem nenhuma intenção de crítica histórica.

É ele o primeiro historiador brasileiro que assume o delicado mister de examinar criticamente a ação jesuítica. E estava equipado para fazê-lo, pois dispunha de cultura eclesiástica, indispensável à discussão do tema. Não sendo jesuíta, mas sendo clérigo, não lhe faltavam conhecimentos especializados, necessários para fundamentar a pesquisa.

É um equívoco julgar que um leigo pode exercer, em assunto dessa natureza, melhor crítica que um clérigo. À especialização do tema invalida essa suposição desarrazoada.

Justamente por ser versado em história eclesiástica, o cônego historiador estava em ótimas condições para a empresa. E assim se revelou ao estudar os jesuítas, evidenciando louvável isenção. Caracteriza-se a sua crítica pela imparcialidade.

Com alta visão, estabelece na história da Companhia de Jesus dois períodos bem distintos. Tal é a periodização precisa que propõe :

«No labirinto da história jesuítica servirá de fio de Ariadne a divisão em duas épocas bem caracterizadas, bem distintas : a dos *santos* e a dos *políticos*. Em Inácio de Loyola e nos dois Franciscos (Xavier e de Bórgia) acha-se a mais genuína representação do primeiro período; identifica-se em Cláudio Aquaviva a expressão da segunda fase da existência da Companhia».

A síntese oferece, de fato, uma linha que explica historicamente a evolução da ordem inaciana.

O plano inicial da ação jesuítica, realmente, modificou-se com o decorrer do tempo, fruto, sem dúvida, do prestígio político e econômico que a Companhia de Jesus granjeou.

A periodização, proposta pelo Cônego Fernandes Pinheiro, baseia-se numa análise imparcial e segura. Sòmente espíritos



tendenciosos se arriscam a contestá-lo. Dados históricos, objetivos, a confirmam. E o próprio conflito da Companhia de Jesus com o Estado atesta nitidamente essa transformação dos ideais e da mística daquela corporação religiosa.

As reflexões críticas contidas no *Ensaio Sobre os Jesuítas* foram ditadas pela verdade histórica.

Bem fundamentada é a análise do que se pode chamar, sem imprecisão, o «monarquismo absolutista» da ordem.

Tem razão o Cônego Fernandes Pinheiro quando frisa :

«O defeito capital da ordem de Santo Inácio, solidificada por Laynez, foi o do excessivo poderio conferido aos gerais».

O geral da Companhia de Jesus dispunha de poder absoluto.

Essa organização monárquica e absolutista não encontrava receptividade no clima do século XVIII, que revolia, nos seus alicerces, os próprios pedestais dos tronos.

Não há exagêro em se afirmar que foi a Companhia de Jesus a primeira monarquia absoluta que tombou antes da Revolução.

A queda da famosa ordem não foi (e o Cônego Fernandes Pinheiro contesta razoavelmente) «uma vasta conspiração urdida por Choiseul, Pombal, Aranda e Tannuci». Êsses estadistas, naturalmente, refletiam o «zeitgeist» do século XVIII. E o próprio breve de 21 de julho de 1773 de Clemente XIV é um indício dessa atmosfera espiritual.

Antes da monarquia laica tombou a monarquia religiosa, que era, por sua estrutura, a Companhia.

Concorreu, sem dúvida, para êsse conflito entre a ordem e o Estado a demasiada «politização» de seus membros.

Essa politização é um fato histórico, amplamente documentado.

Já passara o ciclo dos santos e dos missionários. E o jesuíta político corrompeu a velha e gloriosa tradição.

Expõe o Cônego Fernandes Pinheiro o seu ponto de vista crítico sobre a questão no *Ensaio Sobre os Jesuítas*, que foi divulgado, primeiramente, nas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e, mais tarde, recolhido aos *Estudos Históricos*. Ê, por vêzes, veemente, mas tal veemência é justificável no tempo em que escreveu, época em que, erroneamente, se pretendia ocultar a ação política dos jesuítas, que existiu e foi a causa de sua submersão no século XVIII. Restaurada a Companhia pela bula de 7 de agosto de 1814 de Pio VII, justamente na fase de reação contra os ideais da Revolução Francesa, pro-

curou-se levar a efeito uma campanha de reabilitação que veio até meados do século XIX. O Cônego Fernandes Pinheiro representa, na verdade, o protesto crítico contra os que pretendiam pintar a história mutilando-a nas suas partes menos nobres.

Na *Introdução*, que escreveu para a *Crônica da Companhia de Jesus* do Padre Simão de Vasconcelos, o Cônego Fernandes Pinheiro faz uma síntese do exame crítico do *Ensaio*.

Não se pode apreciar o valor da contribuição do Cônego sem se levar em conta o *sentido* que tinha para o tempo, pois representava, antes de tudo, um trabalho de esclarecimento crítico. Na atualidade, o historiador que analisar a ação dos jesuítas já encontra o campo lavrado pela crítica histórica.

A história da religião no Brasil não implica tão somente na sistematização de dados sobre a Igreja e seus órgãos mas, também, na apreciação crítica da ação da Igreja e de seus órgãos neste ou naquele momento histórico.

A apreciação crítica do Cônego Fernandes Pinheiro sobre a ação da Companhia de Jesus é uma contribuição para a história da religião em nosso país. Admira-se, antes de tudo, a isenção de um clérigo ao criticar uma instituição religiosa.

Ninguém antes dêle tinha tido a coragem, no campo da história pátria, de empreender um *exame crítico* da ação dos jesuítas. O Cônego Fernandes Pinheiro antecipou-se aos críticos posteriores.

A história da religião não repele a crítica, pois sem esta é impossível a reconstrução histórica.

E, aí, o Cônego Fernandes Pinheiro deixou um exemplo.

Ligado à nossa história religiosa, temos ainda outras contribuições do Cônego Fernandes Pinheiro: *Breves Reflexões Sobre o Sistema de Catequese Seguido pelos Jesuítas no Brasil* e o ensaio *Antônio José e a Inquisição*.

Em ambos, o clérigo demonstra a sua imparcialidade. No primeiro, denuncia que o jesuíta defendia a liberdade dos índios, advogando a administração dos mesmos, a fim de dispor de trabalhadores rurais para a Companhia. No segundo, é veemente na crítica aos processos inquisitoriais, frutos do fanatismo do tempo.

Esses dois estudos reforçam o que disse sobre o Cônego Fernandes Pinheiro: o fato de ser clérigo não o inabilitou para as tarefas da crítica histórica, sobretudo relativa a instituições religiosas, a exemplo da Companhia de Jesus e da Inquisição.

### III

## CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Foi o Cônego Fernandes Pinheiro quem primeiro escreveu a *história do Vice-Reino do Brasil* com sede na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, abrangendo a nossa história administrativa de 1763 a 1808.

Nesse sentido, o Cônego Fernandes Pinheiro pode ser apontado, sem desdouro, como o precursor do historiador Luís Edmundo, que, nos dias de hoje, versou igual tema.

Fundamentado em documentação coeva, o levantamento que fez o Cônego Fernandes Pinheiro sobre as iniciativas dos vice-reis nesse período constitui valiosa comprovação do que foi a política administrativa nas últimas décadas coloniais.

O Vice-Reino foi, substancialmente, uma categoria dada ao Estado do Brasil no apogeu do ciclo do ouro (1720).

É certo que antes vários fidalgos, que governaram a colônia, obtiveram isoladamente o título de vice-rei (o Marquês de Montalvão em 1640, o Conde de Obidos em 1663 e o Marquês de Angeja em 1714).

A partir de 1720, o Vice-Reino passou a existir com caráter definitivo, a princípio com sede em Salvador (1720-1763) e, daí por diante, no Rio de Janeiro.

Não resta dúvida que a época de maior esplendor da administração colonial portuguesa se processou quando a sede do Vice-Reino foi transferida para o sul.

O Estado do Brasil já adquirira tal surto de progresso que ameaçava a própria indústria lusitana.

Data de então a política reinol de restringir a manufatura colonial.

O próprio primeiro vice-rei do sul, o Conde da Cunha, como demonstrou o Cônego Fernandes Pinheiro, divulgando a correspondência do mesmo, fêz sentir à Metrópole o erro da proibição do ofício de ourives, apontando as conseqüências desastrosas para a própria economia colonial.

Era a reação que já se esboçava no govêrno pombalino e iria agravar-se no reinado de D. Maria com o desfêcho da Inconfidência.

Os problemas administrativos dos vice-reis são, aí, analisados à luz de documentos.

O Cônego Fernandes Pinheiro jamais conjectura e sempre comprova, pois a história administrativa só pode basear-se em atos concretos de governança.

Fixa uma época decisiva de nossa vida política-administrativa.

A reação absolutista atinge não só as nossas atividades econômicas como ainda as manifestações de ordem cultural.

Progresso econômico e progresso cultural constituíam graves ameaças para o «imperium» português na América.

Os vice-reis, embora tivessem de obedecer aos planos rígidos da Metrópole, procuraram dotar a capital do Vice-Reino de melhoramentos tais que a transformaram na mais bela e famosa urbe da América Portuguesa. Prepararam-na, sem o saber, para ser a sede da própria Monarquia.

O relato pormenorizado desses benefícios, sobretudo de ordem material, é feito pelo Cônego Fernandes Pinheiro com a máxima segurança.

Foi, indiscutivelmente, um período fértil para o equipamento urbano da cidade do Rio de Janeiro. A administração, operosa e clarividente, teve nos últimos vice-reis esplêndidos líderes. Não lhes faltaram visão nem capacidade para realizar.

Esse capítulo de nossa história administrativa, pelo brilho de suas iniciativas, representa uma fase digna de estudos. O Príncipe Regente vai apenas continuar a obra dos vice-reis que transformaram uma cidade de taipa numa urbe de palácios, chafarizes e aquedutos.

Quis o Cônego Fernandes Pinheiro devassar a história da administração portuguesa no Brasil precisamente num de seus períodos mais expressivos.

O Vice-Reino necessitava essa ênfase, sobretudo quando se pretende falsamente atribuir ao Príncipe-Regente o soerguimento da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

O erudito cônego, em boa hora, salientou a enorme contribuição dos últimos vice-reis e o fez com documentação incontestável.

Nesse ponto, a êle se deve utilíssima achega para a nossa história administrativa, da qual foi êle um dos precursores.

Nenhum historiador, antes dêle, fixou com tanta segurança e documentação a história do Vice-Reino do Brasil.

O trabalho do Cronista do Império intitula-se *Os Últimos Vice-Reis do Brasil*. Foi, primeiro, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e, em 1876, incluído no II tomo dos *Estudos Históricos*.



O Cônego Fernandes Pinheiro analisa a administração dos sete vice-reis que governaram o Estado do Brasil de 1763 a 1808: D. Antônio Álvares da Cunha (Conde da Cunha), D. Antônio Rolim de Moura Tavares (Conde de Azambuja), D. Luís de Almeida Portugal Soares d'Eça Alarcão Melo Silva Mascarenhas (Marquês do Lavradio e Conde de Avintes), D. Luís de Vasconcelos e Sousa, D. José Luís de Castro (Conde de Rezende), D. Fernando José de Portugal e D. Marcos de Noronha (Conde dos Arcos).

Constitui uma monografia bem urdida, procurando salientar os principais feitos de cada vice-rei.

Nas pegadas do Cônego Fernandes Pinheiro, o historiador Luís Edmundo retomou o tema mais com brilho literário que com o espírito de historiógrafo.

O Cônego Fernandes Pinheiro encarou a história administrativa ao passo que Luís Edmundo a vida anedótica e social da época. Há nítida separação entre os intuitos de ambos os autores. O que, porém, não pode ser desconhecido é que cabe ao Cônego Fernandes Pinheiro a precedência de ser o iniciador da história do Vice-Reino do Brasil.

É focalizando essa posição que o aponto, igualmente, como um dos iniciadores da história da administração em nossa Pátria.

#### IV

### CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA LITERÁRIA

Não pretendo aqui analisar os trabalhos de história literária do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

Atualmente, já foi plenamente demonstrada a prioridade do antigo professor de Retórica, Poética e Literatura Nacional do Colégio de Pedro II.

Em opúsculo publicado no ano de 1957, intitulado *A Exatidão e a Pesquisa Literária*, o escritor M. P. Fernandes Pinheiro prova ter sido o Cônego o *fundador* da historiografia e crítica literárias do Brasil.

Ninguém poderá contestar, doravante, que êsse título lhe pertence.

Tanto o *Curso Elementar de Literatura Nacional*, que nada tem de elementar, como o *Resumo de História Literária*, que nada tem de resumo, constituem os marcos iniciais do estudo da história literária no Brasil.

O que pretendo salientar neste parágrafo é a *antecipação* do ilustre Cônego nesse campo da história e crítica literárias.

O Cônego Fernandes Pinheiro colocou o estudo da história literária nos seus verdadeiros limites : o *campo estético*.

Naturalmente o seu ângulo estético era a retórica romântica, mas o seu ponto de apoio estava certo e fundamentado.

Os que o sucederam e o contestaram (Sílvia Romero e outros) é que desvirtuaram o estudo da história literária, tirando-a do *campo estético* para o terreno *histórico-social* e, por vêzes, para o *campo de um exagerado naturalismo* (raça, influxo do meio físico, etc.).

O Cônego Fernandes Pinheiro colocara certo o problema da história literária. Os seus críticos é que erraram.

Hoje, felizmente, já se processa essa revisão, pois a história da literatura readquire, em boa hora, a orientação puramente estética. E essa diretriz, vitoriosa na crítica moderna, veio desmascarar os equívocos sociológicos e naturalistas que pretendiam explicar as características de uma super-estrutura, como é a literatura, por elementos dela divorciados substancialmente.

O caminho aberto pelo Cônego Fernandes Pinheiro estava certo e a êle retornamos, pois não é possível estudar-se a história da literatura fora do campo da estética. Claro está que o ângulo estético já não é mais a retórica romântica, mas o ponto de apoio é o mesmo em que o Cônego Fernandes Pinheiro assentou as bases de sua obra.

Não me cabe apreciar, aqui, o mérito de suas contribuições. O que desejo é frisar a sua *antecipação* no que se refere ao estudo histórico da literatura, enquadrando-o no campo da *estética*. Não era justificável que, sistematizando as antecipações do Cônego Fernandes Pinheiro, esquecesse o seu papel, aliás importantíssimo, no setor da história literária.

A reedição da vasta obra do cônego historiador revelará essa importância, principalmente em face do tempo em que apareceu. Pioneiro e precursor, foi mais do que isso, pois tornou-se um *antecipador* das diretrizes que, hoje, dominam na historiografia literária. A sua obra assim o documenta.

## V

### CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA MILITAR

O desenvolvimento dos estudos de nossa história militar nos dias de hoje culminou com a criação do Instituto de Geografia

e História Militar do Brasil, e nomes ilustres têm enobrecido êsse setor de pesquisas do nosso passado.

As vicissitudes bélicas de nossa vida retrospectiva exigiam uma especialização. Desde os tempos coloniais até o presente foi o Brasil arrastado à fatalidade das guerras. E, apesar dos momentos trágicos que nos atingiram, conseguimos sempre preservar a nossa defesa territorial e a dignidade de nossos ideais. E êsse exemplo vem desde os tempos de colônia nas lutas que tivemos de enfrentar contra povos invasores.

A nossa história militar não nos envergonha. O seu estudo crítico assim evidencia.

Entre os precursores dêsse estudo, o nome do Cônego Fernandes Pinheiro não pode ser esquecido. O erudito Cronista do Império voltou-se, com interêsse, para mais de um aspecto de nossa história militar e as suas contribuições nesse sentido são tôdas, sem exceção, dignas de aprêço. Analisando aspectos de nossa história colonial, procurou interpretá-los com objetividade e severo espírito de historiôgrafo. O conhecimento, que possuía, da história geral forneceu-lhe pontos de referência proveitosos e elucidativos.

Já aludi, alhures, à hipótese de que era intenção do Cônego Fernandes Pinheiro escrever a *História das Invasões Estrangeiras no Brasil*, capítulo deveras capital para explicar os sucessivos conflitos bélicos, desencadeados pela tentativa infrutífera de ambições coloniais de outras nações que sonharam esfacelar a colonização portuguesa na América.

Não há dúvida que o Cônego Fernandes Pinheiro, com a argúcia que demonstra em suas monografias históricas, revela indiscutível preferência pelos temas de invasão e, ao examiná-los, ofereceu à historiografia nacional as suas melhores pesquisas. Percebe-se, nitidamente, que empreendia trabalho preliminar para obra mais larga e de maior fôlego.

Entre as suas contribuições sôbre as invasões estrangeiras, dois estudos sobressaem : a *França Antártica* e o *Brasil Holandês*.

Estava o Cônego Fernandes Pinheiro apto para empreender ambos trabalhos, principalmente em virtude de sua familiaridade com a história nacional e a história européia.

Tanto uma como outra invasão ligam-se a sucessos da história da Europa, sobretudo relacionados com a crise religiosa.

Em ambos episódios, independente de outros fatôres, salienta-se o conflito entre calvinistas e católicos.

O Cônego Fernandes Pinheiro dominava o assunto e, sem embargo de uma ou outra retificação, natural nas pesquisas dessa

natureza, faz uma exposição segura dêsses dois importantes capítulos da história colonial.

França e Holanda foram as nações responsáveis pelo alastramento do calvinismo nesta parte da América.

Os dois episódios, entretanto, implicavam numa guerra de conquista e, sob êsse aspecto, constituem temas de história militar.

De um lado, a defesa do «imperium» português e da religião católica e, de outro, a política de invasão e de expansão colonialista, fundada na força bélica.

Os dois ensaios do Cônego Fernandes Pinheiro têm, pois, um elo comum : é a parte mais significativa da história das invasões estrangeiras no Brasil. O objetivo era fragmentar o domínio português, embora, no caso da guerra holandesa, se visasse ao poderio filipino, que, então, se estendia ao Brasil.

Em ambos estudos o Cronista do Império põe à mostra as suas qualidades de historiógrafo, sem, todavia, fugir ao feitiço romântico, que era, aliás, a marca do tempo em que viveu. Não lhe faltava argúcia crítica nem probidade de pesquisador.

Em ambos ensaios verifica-se que boas fontes foram consultadas. A ilustração, que possuía no campo da história universal, favoreceu, sem dúvida, o exame histórico. Não há estreiteza de vistas. As perspectivas são amplas e indicam alta visão de ambos episódios históricos.

Hoje, os estudos do Cônego Fernandes Pinheiro podem e devem ser compulsados, pois nêles se encontra matéria idônea e útil para a compreensão de ambos episódios do nosso passado. Naturalmente os historiógrafos modernos dispõem de mais numerosas fontes e de novos métodos de interpretação, mas, em sã consciência, não podemos desprezar a contribuição do erudito precursor.

Igualmente os estudos sobre as invasões de Duclerc e de Duguay-Trouin confirmam as qualidades apontadas.

Onde, porém, o Cônego Fernandes Pinheiro consolida a sua antecipação no estudo da história militar do Brasil é no ensaio intitulado *As Batalhas dos Guararapes*.

É uma pesquisa admirável e a primeira que se fez no Brasil sobre duas memoráveis batalhas do nosso passado. A imparcialidade do historiador tem aí uma comprovante sugestiva. A exegese militar, fundada nos documentos do tempo, parece irrefutável.

A história das batalhas é, hoje, um setor especializado da história militar. Não é qualquer historiógrafo que pode devassar êsse domínio. O cônego historiador, entretanto, revela tal capacidade expositiva que a quem ler o seu trabalho sem saber que é



obra de um clérigo, que jamais ergueu uma espada, parecerá uma monografia de um especialista.

Não há exagero quando afirmo que o autor dos *Estudos Históricos* é um seguro precursor de nossa historiografia militar. Este título êle legitimamente granjeou com os expressivos e notáveis trabalhos relacionados com as invasões estrangeiras no período colonial. Cumpre salientar, sob êsse aspecto, a valiosa contribuição que trouxe, sem jatância, mas com louvável sobriedade e incisiva competência.

## VI

### CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA POLÍTICA

Não há setor mais explorado na história pátria que o nosso passado político. Foi vêzo antigo encarar-se comumente a história pelo aspecto político. A vida política constituía, por assim dizer, o centro de gravitação da historiografia. O que não fazia parte do mundo político-administrativo era relegado ao desprezo. Chegou-se até a definir a história como o estudo dos Estados, pois o que se tinha, como objeto, era a estrutura política dêste ou daquele povo.

Êsse exclusivismo favoreceu, naturalmente, o conhecimento da vida política e, no Brasil, tal ponto de referência preponderou entre os historiadores, sobretudo do século passado.

O Cônego Fernandes Pinheiro, sem desprezar essa orientação, teve, contudo, um mérito indiscutível: procurou versar a história política dos episódios mais obscuros e menos esclarecidos. E, com êsse programa de pesquisas, trouxe algumas contribuições proveitosas.

Um exemplo típico temos no seu interessante estudo *Motins Políticos e Militares no Rio de Janeiro*.

O autor circunscreveu a sua análise aos «prelúdios da independência do Brasil» na fase de 1820 a 1822.

É um período que exigia minuciosa investigação em face de desencadeamento de sucessos revolucionários que precederam à revolução da independência.

O Cônego Fernandes Pinheiro acompanha os episódios circunstanciadamente e com seguro conhecimento da documentação histórica. A sua reconstituição é fiel, sem excesso nem prolixidade.

Aponta a influência da revolução espanhola na revolta portuguesa de 1820. E frisa :

«A revolução espanhola não foi, como alguns pretendem, causa ocasional da revolta militar que estalou na cidade do Pôrto

no dia 24 de agosto de 1820, visto como de há muito se achavam predispostos os ânimos, lavrando em tôdas as classes surda agitação contra os desacêtos da regência de Lisboa, a culpável indiferença do gabinete de São Cristóvão, e mais que contra as arbitrariedades do Marechal Beresford».

Apontados êsses fatôres, examina as conseqüências no Brasil.

A objetividade dos fatos não é violada.

O ensaio fixa as etapas da crise que se processou na então sede da monarquia portuguesa.

O constitucionalismo estava ainda na marcha revolucionária e o reino do Brasil era o palco dêsse drama, ao mesmo tempo lusitano e brasileiro.

Era o último capítulo da nossa união com o Reino de Portugal. Não tardaria a secessão do Brasil.

Essa fase aguda e rápida teve no Cônego Fernandes Pinheiro excelente cronista. Não podia ser mais explícita e clara a narrativa histórica em todos os seus lances imprevistos.

Foi, realmente, um breve período de motins políticos e militares, que iriam predispor os ânimos para a nossa libertação política.

Já nesse trabalho o Cônego Fernandes Pinheiro volta a sua atenção, como também revelara noutros estudos, para a história urbana do Rio de Janeiro. É uma preferência digna de nota, pois era êle conhecedor erudito do passado de nossa metrópole, desde os tempos coloniais. Ai está um caminho que palmilhou como bom tapejara de nossa vida retrospectiva.

Mais de uma vez versou problemas históricos da vida política brasileira, mas nesse estudo sôbre *Motins Políticos e Militares no Rio de Janeiro* deixou expressivo paradigma de sua capacidade de cronista. A contribuição é valiosa, principalmente porque examina um breve período de intensa agitação, até então mal analisado pelos que o precederam.

## VII

### CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA URBANA

A história urbana é sempre uma pesquisa delicada porque exige do historiador uma vocação especial para o que se pode chamar, sem afetação, a «micro-história».

O historiôgrafo afasta-se intencionalmente das largas perspectivas a fim de aprofundar-se num campo mais limitado.

Tal mister impõe ao estudioso a posse de uma acuidade excepcional, que nem sempre se encontra nos historiadores comuns.

Um bom especialista em história urbana faz trabalhos comparáveis à habilidade dos ourives, tal a delicadeza que exige do pesquisador.

A micro-história tem segredos indevassáveis aos menos peritos.

Não falhou, nesse domínio, a capacidade do Cônego Fernandes Pinheiro. Foi um exímio pesquisador de nossa vida urbana.

É um novo aspecto de sua personalidade intelectual que merece ser apreciado.

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi por ele estudada em ângulos, na verdade, originais.

A metrópole do Império não foi esquecida pelo cronista oficial. E soube selecionar os temas que serviram de base para os seus ensaios.

É necessário avaliar devidamente a significação de seus estudos a respeito, sobretudo quando a história urbana não tinha ainda, no Brasil, cultores de relêvo.

Realmente êsse gênero de estudos históricos sôbre a vida urbana não era praticado como deveria ser. Não raro, o historiador excedia-se no âmbito traçado. Haja visto, no início do século passado, as *Notícias Soteropolitanas* de Vilhena, que pelo título, deveriam versar apenas sôbre a cidade do Salvador (Soter), mas nada mais são do que cartas sôbre quase todo nosso passado colonial.

Não era, realmente, qualquer historiôgrafo que podia enveredar pelas trilhas da história urbana. Para tal encargo espiritual era necessário que dispusesse de qualidades e virtudes especiais.

Essas qualidades e virtudes surgem, em profusão, nas contribuições do Cônego Fernandes Pinheiro, que pode ser apontado como o iniciador de nossa micro-história, no que respeita à história urbana do Rio de Janeiro.

Nesse gênero, o antigo catedrático de Retórica e Poética do Imperial Colégio de Pedro II deixou expressiva investigação — *A Carioca*, em que historia o famoso chafariz do ponto mais central de nossa urbe.

Já a fixação do tema demonstra a argúcia e o discernimento do historiador.

Focaliza, no âmbito urbano, um de seus núcleos mais importantes e vitais : o chafariz.

As fontes d'água sempre exerceram influxo decisivo na formação das vilas e cidades. Onde falta água, não se pode formar o

aglomerado humano, ponto de partida para o nascimento de uma urbe. A água, sendo elemento indispensável à vida, representa, de fato, o ponto vital do núcleo urbano.

As fontes e as técnicas de captação das águas potáveis constituem as preocupações básicas numa cidade. No século passado, nas cidades brasileiras, os *chafarizes* simbolizavam, na verdade, indiscutível progresso urbanístico.

Além de seu valor utilitário para o bem comum, êsses antigos chafarizes quase sempre eram monumentos artísticos de real significado estético. Aqui no Rio de Janeiro ainda há vestígios do alto quilate de escultura dos nossos chafarizes, mas onde podemos apreciar, em maior escala, essa qualidade artística, é em Ouro Preto, a nossa cidade monumento; os numerosos chafarizes atestam o sugestivo desenvolvimento das artes plásticas naquele burgo antigo.

A Carioca era o mais importante e o mais central de todos os chafarizes de São Sebastião do Rio de Janeiro. Em tórno dêle formigava o multidão cotidiana. A água, além de abundante, era de esplêndida qualidade. Os escravos, com bilhas, potes e vasos, vinham buscá-la, dando ao local um colorido de constante dinamismo. De todos os lados acorriam pessoas para colher o precioso líquido. A algazarra dominava a Carioca. Tudo se movimentava. Era o trecho de vida urbana mais intensa.

Núcleo vital por excelência, a Carioca exigia um historiador.

E êste foi o Cônego Fernandes Pinheiro. A êle se deve a primeira memória histórica e documentada sôbre a Carioca, trabalho beneditino, fundamentado em pesquisas realizadas no Arquivo Público em 1862.

Relata o historiador tôdas as vicissitudes relativas à captação das águas da Carioca, à construção do chafariz até os melhoramentos empreendidos por Gomes Freire.

No gênero, e para um trabalho em que, pela primeira vez, se levava a efeito, esta monografia não poderia ser melhor. Um pequeno senão topográfico não afeta à contribuição histórica.

Os historiadores, que vieram depois, a exemplo de Noronha Santos, tiveram que buscar no Cônego Fernandes Pinheiro os elementos básicos e fundamentais.

A nossa história urbana tivera, graças à pena do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, a reconstituição histórica de seu ponto mais vital: o chafariz da Carioca.

\* \* \*

Creio que, nesta breve síntese, aponte as principais e mais sugestivas *antecipações* do Cônego Fernandes Pinheiro.



Essas antecipações processaram-se em múltiplos domínios da história, o que, aliás, demonstra a amplitude de seu espírito e a largueza de sua erudição. Em todos esses setores sempre trouxe esclarecimentos úteis, achegas proveitosas e conclusões acertadas.

Se ele, por um lado, foi um espírito de seu tempo, aceitando pontos de vista de ordem romântica na história e na crítica, por outro devemos reconhecer que ultrapassou a sua época, revelando antecipações que o colocam, nos dias de hoje, em posição de relêvo excepcional.

É justo que na comemoração de seu centenário de ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se faça, na plenitude, o cômputo do quanto concorreu para o esclarecimento de nossa história.

Bem significativas eram as suas contribuições, tôdas elas inspiradas na esplêndida intenção de preencher lacunas, eliminar erros, esclarecer obscuridades e destruir equívocos.

O que trouxe de novo e de antecipador só poderá ser avaliado em tôda extensão quando forem publicadas as suas *Obras Completas*, iniciativa que se impõe. A posteridade deve-lhe essa justa e merecida homenagem, que não deve ser retardada.

Já é tempo de resgatar essa dívida.

A obra do Cônego Fernandes Pinheiro tem sido, em grande parte, espoliada e obscurecida propositadamente pelos que dela se serviram. Como todo precursor, não pôde fugir a essa fatalidade de ser esquecido quando justamente deveria ser lembrado.

A comemoração do centenário em aprêço veio, felizmente, desmascarar essa injustiça. Várias vozes autorizadas se fizeram ouvir, reabilitando a sua memória.

A riqueza espiritual, de que era dotado, pertence ao patrimônio de nossa cultura. Devemos resguardá-la e, mais do que isso, defendê-la dignamente.

## JOAQUIM CAETANO FERNANDES PINHEIRO E A HISTORIOGRAFIA DO BRASIL

JOAQUIM RIBEIRO

Entre os historiôgrafos da época imperial, o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro ocupa lugar de inegável relêvo não só pela imediata importância de suas contribuições como ainda por ter sido, em vários domínios, o pioneiro de estudos tais no Brasil.

Foi no tempo do Império que os nossos historiadores deram início à *pesquisa histórica* do nosso passado.

Somente então surgiu o que podemos chamar o *estudo crítico* de nossa vida retrospectiva.

Nos velhos tempos coloniais, os cronistas e historiadores primavam pelos arroubos e panegíricos à Natureza luxuriante da América e pela pintura pitoresca do exotismo ameríndio.

É a fase das cartas e das crônicas dos jesuítas, fascinados pela paisagem e pelo gentio.

É a fase dos entusiasmos exagerados de Rocha Pita, autor da majestosa *História da América Portuguesa*.

No século XIX tudo mudou. A nossa historiografia adquiriu feição crítica e documental.

Pode-se mesmo atribuir o início dessa fase à fundação do nosso glorioso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por ocasião da regência de Araújo Lima.

É o momento propício para o dealbar da historiografia pátria.

O Instituto torna-se o centro de aglutinação dos intelectuais voltados para os estudos históricos.

Não poderia Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro ficar indiferente a êsse cenáculo, hoje famoso e sem rival no país.

E, assim, em 1854, o erudito cônego ingressa no grande núcleo da erudição nacional, passando a ser nesse Instituto um operoso cooperador e afirmando-se admirável e seguro historiador.

Esses pendores para o estudo do passado, por certo, são manifestações vocacionais, mas é de crer que Fernandes Pinheiro aperfeiçoou-os através de duas atividades: a *tribuna sacra* e a *cátedra*.

Acredito que foi a sua *formação religiosa* e a sua *missão docente* que estimularam a sua vocação de historiador.

É fácil compreender, pois a religião nunca se divorcia do passado e a atividade de professor, desde cedo, o ligou ao ensino da história.

Analisemos esses dois fatores, que influenciaram decisivamente na formação espiritual de Fernandes Pinheiro.

## A FORMAÇÃO RELIGIOSA

Era, na primeira metade do século XIX, o Seminário São José um dos educandários religiosos de maior reputação na cõrte imperial. A excelência e a virtude de seus mestres repercutiam em todo país.

Foi, aí, que Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro aperfeiçoou as suas aptidões e enriqueceu as suas manifestações vocacionais.

Fêz um curso famoso pelo rigor dos mestres e mal obteve a ordenação de presbítero foi convocado pelo Conde de Irajá, o culto e magnânimo Bispo do Rio de Janeiro.

Esclarecido e homem de enorme prestígio, o Conde de Irajá, por certo, orientou o jovem presbítero com segurança e alta visão, encaminhando-o para os estudos históricos para os quais revelava visível vocação.

A formação religiosa de Joaquim Caetano aproximava-o da erudição, indispensável para o exercício da cátedra de Teologia, que ele ministrou no Seminário Episcopal.

Já cônego e professor do Colégio Imperial de Pedro II, Joaquim Caetano aprimorou ainda os seus conhecimentos religiosos. Foi à Europa e se doutorou em Teologia pela Universidade de Roma.

Alcançara, assim, o esplendor de sua formação religiosa.

Erudito e profundo no estudo, a sua fé não era apenas um pretexto para as altas especulações teológicas.

Joaquim Caetano era também poeta e, através da poesia, manifestou o ardor de seu miticismo sincero e sugestivo. Escreveu *Carmes Religiosos* em cujos versos a flama da fé palpita suavemente.

Aliava ao preparo teológico um profundo sentimento de fé cristã.

Foi, sem dúvida, essa preparação religiosa que estimulou as preferências para determinados temas de nossa história.

Essas preferências, aliás, só encontrariam 'num conhecedor profundo de história religiosa melhor intérprete e melhor exegeta dos fatos do passado.

Creio que aí, nessa contingência, encontramos a explicação de seus mais importantes ensaios históricos. Em todos êles, há sempre um *problema religioso* a considerar.

Não há dúvida que podemos selecionar, entre os melhores, os seguintes: *Ensaio sôbre os Jesuítas, França Antártica, Brasil Holandês e Antônio José e a Inquisição*.

E ainda podemos evocar biografias históricas sôbre figuras de Igreja: as de Mont'Alverne, de Frei José da Costa Azevedo, do Cônego Luiz Gonçalves dos Santos, do Conde de Irajá (bispo do Rio de Janeiro) e de D. Manuel Joaquim da Silveira (bispo do Maranhão).

Merecem menção ainda: *Breves Reflexões Sôbre o Sistema de Catequese Seguido pelos Jesuítas no Brasil e Os Padres do Patrocínio ou Pôrto Real de Itu*.

Embora de menor significação, os comentários de Fernandes Pinheiro ao *Novo Orbe Brasílico* de Jaboatão e à *História do Brasil* de Southey.

A preferência para os temas históricos relacionados com problemas religiosos retrata, sem dúvida, a sua formação erudita, forjada dentro dos muros de um seminário.

Convém frisar que essa formação jamais obstruiu o desenvolvimento espiritual de Joaquim Caetano. Fê-lo como homem virtuoso e exemplar, sem jamais manifestar qualquer vislumbre de energúmeno. Os teólogos estão a salvo dessas inferioridades.

Foi, pois, bastante útil a sua formação religiosa. Familiarizou-se com problemas que tinham de ser devassados pelo historiador.

Geralmente uma das deficiências do historiador leigo é o desconhecimento da história religiosa e das questões canônicas.

No caso especial da história do Brasil, essa deficiência é lamentável, porque nossa história se entrosa com o Santo Ofício, com a Companhia de Jesus, com a Ordem de Cristo, com a Política Regalista, com o sistema do Padroado, etc. — de tal maneira que não é possível conhecer-se bem o nosso passado sem o conhecimento das instituições e dos problemas religiosos a êle concernentes.

Ora, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro levava essa vantagem. Dispunha de profundos conhecimentos dos problemas religiosos, do Direito Canônico e de Teologia.

## A ATIVIDADE DOCENTE

A cátedra foi a outra fonte espiritual que ligou o Cônego Fernandes Pinheiro à história.



Uma cultura excelente e aprimorada como a dêle não poderia deixar de ser mobilizada para compor o corpo docente do Imperial Colégio Pedro II.

Desde a Regência, o govêrno sempre procurou dotar o educandário oficial do Império de probos e consagrados professores. Escolha rigorosa e acertada. As grandes figuras do Império, famosas como intelectuais, participaram do já famoso Colégio.

Pelas suas qualidades já demonstradas, o cônego foi nomeado professor de Retórica, Poética e História Universal.

O poeta e o orador sacro recomendavam-no como professor de Retórica e Poética. E para a tarefa de professor de História Universal, quem o indicava? Naturalmente, a sua cultura aprimorada.

Foi, entretanto, essa cátedra que o orientou e o encaminhou para a discussão dos problemas de história.

O mister docente exigia essa especialização.

A História Universal abria-lhe largos horizontes.

Nenhum historiador pode firmar-se restringindo os seus conhecimentos à história nacional. Será sempre um ponto de vista lateral e inseguro.

Essa tarefa docente de explicar à juventude a evolução da Humanidade, garantiu a Joaquim Caetano bastante flexibilidade para versar temas de nossa história relacionados com outros povos (holandeses, franceses, etc.).

Foi um fator positivo na formação do historiador. E apreciava-se, aliás, essa largueza de interpretação no ensaio sobre a *França Antártica*, o *Brasil Holandês* e o *Ensaio Sobre os Jesuítas*, inegavelmente as suas melhores contribuições históricas.

A paixão pelo magistério o domina. Em 1857 ganha o concurso para a cátedra de Retórica e Poética e de Literatura Nacional.

O novo rumo didático não o afasta da História. Agora, as suas atenções se voltam para a *história literária*.

E de sua pena saem as contribuições: *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862) e o *Resumo de História Literária* (1873).

Não são contribuições pequenas, como deixa supor a modéstia dos títulos. Bem ao contrário, tais livros são verdadeiros tratados que, para a época e para o Brasil, abriram novos caminhos.

Não tínhamos obras no gênero; foi Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro quem iniciou êsses estudos históricos-literários, sendo seguido por Sotero dos Reis, Varnhagen e poucos outros.

É, de fato, de se deplorar a injustiça de Sílvio Romero para com Fernandes Pinheiro. Êste foi o iniciador dêsse campo de es-

tudos. E, na sua obra, há probidade e, não raro, observações valiosas.

Urge, na verdade, reabilitar a importância da obra do Cônego Fernandes Pinheiro, que representa, no Brasil, o pioneiro da crítica literária.

É um dever que a verdade histórica impõe.

Silvio Romero tinha um defeito: nunca desejava reconhecer precursores de valor nos setores culturais, em que pretendia levar a efeito inovações; assim aconteceu no folclore, na história literária e na filosofia do Direito.

Já é tempo de proceder-se a retificações inadiáveis.

No que diz respeito à obra de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro já se principiou a fazer justiça.

O historiador passa a ser a nota intelectual mais proeminente de sua personalidade.

Joaquim Caetano, porém, foi, antes de tudo, professor. É tão grande o apêgo ao magistério que êle renunciou à efetividade do canonicato a fim de melhor servir à mocidade brasileira.

Este gesto enobrece ainda mais a sua missão docente.

A cátedra vence à tribuna sacra.

A verdade é que tanto a missão do professor como a sua formação religiosa concorreram para dar ao historiador mais flexibilidade e maior amplitude para observar e interpretar os sucessos do passado. Foram dois fatores convergentes.

## O ENSAISTA

Foi Fernandes Pinheiro um dos pioneiros, no Brasil, do *ensaio histórico*.

É um gênero que exige, sem dúvida, qualidades especiais.

O ensaista deve possuir, antes de tudo, certo espírito de consciência.

Além disso, o ensaio, por ser mais condensado que as histórias, as crônicas e os anais, dá maior ênfase ao *exame interpretativo* do que ao estudo narrativo e exaustivo do episódio histórico.

O ensaio é sempre uma síntese. E justamente por isso, através do ensaio, evidenciam-se, com maior nitidez, as qualidades do historiador no que tange à interpretação histórica.

Esse gênero, em que Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro se salientou com indiscutível brilho, infelizmente não teve grande repercussão em nossas letras históricas.

Nossos historiadores preferem as histórias demasiadamente prolixas, ou se inclinam para as crônicas históricas ou ainda para a feitura de «anais» ou «dicionários históricos».

O ensaio histórico exige maiores delicadezas, bem raras, na verdade, em nossos historiógrafos.

Modernamente é que se tem dado valor ao ensaio histórico.

E, sob êsse aspecto, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro foi um antecipador.

Ninguém, antes dêle, versou com igual maestria êsse ameno e agradável gênero.

Todos os ensaios de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro caracterizam-se por suas qualidades mais sugestivas.

Geralmente condensa o seu estudo, sem exageros de laconismo e sem excessos de prolixidades.

Em todos êles, prevalece, preponderantemente, acuidade interpretativa.

Não se restringe a um relato narrativo. Ao contrário, procura sempre apontar as causas e evidenciar as conseqüências.

Aí nessas pesquisas das *causas* e das *conseqüências* dos sucessos históricos, o Cônego Fernandes Pinheiro põe à mostra os seus conhecimentos eruditos.

Êle não vê apenas os sucessos dentro dos quadros nacionais. Vai além. Procura relacioná-los com os sucessos internacionais, estabelecendo conexões expressivas e delas tirando conclusões convincentes.

Essa intenção interpretativa está sempre presente em seus estudos históricos.

Justamente o valor de suas contribuições à história pátria reside na afirmação de um ponto de vista interpretativo acêrca dos temas estudados.

A interpretação, no domínio da história, não é fácil tarefa.

Além de aptidões especiais do espírito, o bom intérprete precisa possuir amplitude de visão e de conhecimento.

Sem erudição não é possível estudar-se a história sob êsse prisma.

O Cônego Fernandes Pinheiro foi, na verdade, um dos grandes eruditos brasileiros, graças à sua formação humanística e religiosa. Havia amplitude no seu espírito. Nunca restringiu a sua análise por preconceito de qualquer ordem.

Religioso, nunca deixou de censurar os excessos e erros da intolerância. Nacionalista, nunca se deixou envolver em equívocos jacobinistas.

Foi um ensaísta. Um excelente ensaísta. Seguro, probo, claro, conciso e, sobretudo, com esplêndida vocação para o exame interpretativo da história.

Creio que ainda não se frisou a importância de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro na historiografia nacional. No meado do século passado, foi êle, sem favor, o melhor ensaísta no gênero histórico.

Ao lado de Varnhagen, Norberto, Abreu Lima, etc., o seu papel positivamente é de realce.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, exerceu, com dignidade, a função de historiador. Enobreceu as letras históricas com expressivas contribuições, que ainda hoje devem ser consultadas pelos estudiosos, pois constituem fontes proveitosas.

### UMA CONJECTURA RAZOÁVEL

Embora Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro jamais anunciasse a propósito de escrever uma *História das Invasões no Período Colonial*, é perfeitamente aceitável que se preparava para essa tarefa.

Claro está que tal asserção não passa de conjectura, mais a esta não faltam visos de probabilidade.

O que nos levava a admitir essa intenção é a atenção com que escreveu primorosos ensaios sobre a invasão francesa no século XVI e a invasão holandesa no século XVII.

Essas contribuições, embora autônomas e independentes, sugerem trabalhos preliminares de uma tarefa mais ampla e grandiosa.

A êle, por certo, não passou despercebido que a França Antártica e o Brasil Holandês, sem embargo de suas características próprias, são episódios que se filiam a uma luta comum com que França e Holanda tiveram de enfrentar a política do monopólio marítimo de Portugal e Espanha, que, por decisão papal, eram senhores dos mares ultramarinos.

Êsse espírito que preside tôda a história do expansionismo colonial das nações européias nos séculos XV, XVI e XVII explica essas invasões que assolaram várias regiões do Brasil e as liga num fator causal, comum e originário.

A nossa história, sob êsse aspecto, é apenas um incidente que participa de uma série de fatos que envolvem as colônias noutras paragens da América, na África, na Ásia e na Oceania.

Nunca se deve perder essa perspectiva que se desdobra muito além de nossos limites coloniais.



É um erro querer escrever a história do Brasil sem colocá-la nesse quadro mais amplo e real.

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, pelos temas que tem versado, percebeu, desde logo, que a nossa história não era um apêndice da história de Portugal.

Divisou, claramente, outros horizontes: os portos da França, os diques da Holanda, as «províncias» da Companhia de Jesus, etc.

A boa erudição, que possuía, permitiu atingir êsses lindes distantes, mas indispensáveis para esclarecer, na plenitude, o processo do nosso desenvolvimento histórico.

Êste é um dos grandes méritos de Fernandes Pinheiro como historiador.

Não é um enclausurado. Dispõe de uma magnífica posição que lhe garante um bom ângulo de visibilidade do panorama histórico.

Nem sempre se encontram, entre os nossos historiadores, essa largueza de observação. E êsse defeito dos nossos historiógrafos deriva de sua restrita erudição.

O Cônego Fernandes Pinheiro, erudito e versado na história universal, teve a vantagem de não se restringir a essa restrição.

Creio que aí está o valor de sua obra.

Não escreveu a suposta *História das Invasões*, mas trouxe, nesse sentido, duas contribuições significativas. Tudo nos leva a crer que essas obras são as primícias da majestosa história. A verdade é que nada deixou a respeito dêsse suposto plano de estudo.

Com boa formação clássica, conhecendo bem a história europeia e a história do expansionismo europeu no ultramar, seguro nas questões relacionadas com a Religião, familiarizado com a bibliografia estrangeira, o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro revelou-se perfeitamente apto para empreender um trabalho de tal natureza.

As primícias foram, na verdade, primorosas. Elaborou duas contribuições expressivas: a *França Antártica* e o *Brasil Holandês*.

Entre ambas as monografias, paira, visível e sugestivo, o traço comum da *época dos conquistadores* em que os espanhóis e os portugueses, ou franceses, ingleses e holandeses disputaram a posse da América.

## A INTERPRETAÇÃO DO BRASIL HOLANDÊS

A monografia de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro sobre o *Brasil Holandês*, no século passado, representa uma das mais proveitosas contribuições a respeito daquele período de nossa vida retrospectiva.

Conhecendo as boas informações de Robert Southey, o poeta e excelente historiador inglês, cuja obra, em tradução portuguesa, anotou, e os trabalhos históricos de Varnhagen, de quem era confrade e amigo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Fernandes Pinheiro estava, na verdade, em condições de dar uma interpretação bem fundamentada.

Não era um ensaio puramente de história narrativa, mas, uma achega, além de erudita, com pontos-de-vista novos e defensáveis.

Atribui o Cônego Fernandes Pinheiro grande importância ao *fator religioso*.

Realmente não se pode desligar a história da Holanda de sua formação calvinista.

Foi, inegavelmente, o calvinismo, independente de seu caráter religioso, uma força espiritual que favoreceu a expansão holandesa.

Tais são as suas palavras: «O fanatismo de Filipe II querendo introduzir nos Países Baixos o sanguinário Tribunal, a que Torquemada prestou o lúgubre prestígio de seu nome, exasperou os flamengos e deu-lhes o cetro dos mares quando só procuravam uma pátria».

E lembra a opinião de Ancillon no *Tableau des Révolutions du Systeme Politique de l' Europe* (tomo II, cap. XXIII):

«A história do mundo apresenta poucos espetáculos mais majestosos do que o da revolução que destacou sete províncias da monarquia espanhola, que criou na Europa nova potência, mudou tôdas as relações da política e do comércio, forçou o possuidor das minas do Novo Mundo à vergonhosa banca-rôta. Um povo de pescadores e pastores desterrados nos pântanos, em que disputa a sua existência à natureza, que por longa série de anos resiste à primeira potência da Europa, escolhe no meio das tempestades novo governo, com uma mão combate os espanhóis, e com a outra repele de suas plagas o mar que as ameaça e fertiliza por um trabalho tenaz o solo que conquistara ao oceano, cidades populosas e florescentes erguendo-se no seio das águas, rivalizando em indústria, audácia e opulência com as primeiras nações comerciantes, um Estado em que ao tempo em que é ainda problemática a sua existência na Europa, cobre o mar de vitoriosas frotas, ataca nas duas Índias a base do poder dos seus inimigos, e quando a Espanha só os contempla como vassallos rebeldes, adquire súditos e províncias inteiras, com um terreno apenas suficiente para a sua subsistência torna-se fornecedor geral da Europa, atingindo rapidamente a uma prosperidade cujas causas são tão notáveis como os efeitos, dá a todos os outros estados úteis lições e grandes exemplos, tal fenômeno é sem contradição surpreendedor, e próprio para excitar o pasmo e admiração do mundo».

Não rejeitou o erudito cônego as fontes clássicas sôbre o assunto, quer vernáculas, quer holandesas.

Assim é que se baseia em Barleus e Morreau, além de consultar Brito Freire (*Nova Luzitânia, Guerra Brasileira*), Vieira (*Arma da Província do Brasil*), Rocha Pitta (*História da América Portuguesa*), Rafael de Jesus (*Castrioto Lusitano*), Manuel Calado (*Valeroso Lucidano*), Conde de Ericeira (*Portugal Restaurado*), etc.

Não há dúvida que a contribuição de Fernandes Pinheiro é bem fundamentada e segura, embora não tivesse acesso a fontes parciais dos arquivos da Holanda.

Não desfigura e procura restaurar os sucessos históricos num plano de objetividade.

Há visível intenção de conservar a máxima objetividade, sobretudo quando pesquisa opiniões coevas do domínio holandês.

Bem interessantes são também as suas conclusões sôbre a colonização holandesa, atribuindo, como foi verdade, vantagens ao governo de Nassau — vantagens essas que, se conservadas através de várias gerações, dariam resultados promissores à colônia batava do Brasil.

Infelizmente, tal tentativa foi efêmera e fugaz.

É curioso salientar a ausência de animosidade na análise de fatos religiosos. Católico, fiel à sua fé, nunca a abastardou para, sob alegação fútil, desfigurar a verdade histórica.

Naturalmente a interpretação de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro não é definitiva. Para o século passado, em que apareceu, foi um passo expressivo. O ensaísta não permanece no campo narrativo. Tira ilações e inferências de fatos históricos. Examina a realidade e conclui. Aí é que está a sua qualidade de intérprete. Historiador que não interpreta não passa de mero catalogador de fatos. O autor do *Brasil Holandês* pode ser alinhado entre os historiógrafos brasileiros de primeiro plano, porque à análise, procura, quanto possível, a síntese interpretativa. É possível e inevitável, aliás, ampliar a sua interpretação histórica, trazendo à baila o fator econômico, isto é, o fator do comércio livre que influiu decisivamente na caracterização desse episódio dos holandeses no Brasil, como salientou, mais tarde, João Ribeiro.

A síntese que nos deu sôbre o *Brasil Holandês* é suficiente para defini-lo. Historia e interpreta e, ao historiar e interpretar, põe à mostra tôdas as suas virtudes e tôdas as suas excelências. Não se excede. Não exagera. Não exorbita. Escreve sempre o que sabe, o que é muito saber, pois nesse ensaio, como nos demais, revela segura erudição, discernimento esclarecido e aguda inteligência.

No livro como na tribuna, na cátedra e no jornal, o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro firmou uma reputação de alto teor intelectual e só os que ignoram a extensão de seu saber podem tentar, aliás ineficazmente, diminuir a sua glória.

A sua obra aí está. Em muitos temas, foi êle um precursor. E, como geralmente acontece, os precursores são esquecidos injustamente, mas a crítica honesta e sem paixões desmascara essas injustiças e restaura a verdade.

Hoje, o seu nome está acima de tôdas as mesquinhas passagens.

É uma legítima glória de nossas letras e de nossa erudição. E, na historiografia brasileira, ocupa posição privilegiada. Foi um dos grandes eruditos da América no século XIX.



## A BIOGRAFIA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FEIJÓ BITTENCOURT

As biografias que o doutíssimo Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro imprimiu, reunindo quase tôdas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de que era membro e figura representativa, formam grupos diferentes, denotam motivos históricos diversos, que vieram à mente do historiador, e dizem muito do meio social brasileiro.

O autor inseriu na *Revista Popular*, onde muitas foram publicadas, a seguinte declaração:

«Faz esta biografia parte de uma galeria de homens ilustres nas ciências, letras, armas e virtudes, que deixaram de pertencer ao número dos vivos, a qual, de combinação com o Sr. Joaquim Norberto de Souza e Silva, temos entre mãos, havendo para ela escolhido o título coletivo de *Panteon Brasileiro*. A primeira parte, devida à hábil e elegante pena do Sr. Norberto, é conhecida dos leitores pela denominação de *Brasileiras Célebres*, e se acha no prelo». (Tomo XII, pág. 196).

Fernandes Pinheiro compôs uma galeria de retratos de homens ilustres e significativos nas ciências, letras, religião, armas e virtudes.

Joaquim Norberto também fixou as vidas que iriam reunir-se sob o título de *Panteon Brasileiro*.

Figuras ilustres acabariam num panteão, quer dizer, grandes exemplos, como os que Plutarco apontou nas *Vidas dos Homens Ilustres*, distinguindo-lhes ou o apuro moral, ou a bravura, ou o patriotismo, ou o gênio político, enfim, autênticos valores por suas qualidades.

Fernandes Pinheiro, apegado ao meio brasileiro com que se identifica e que é dêle, quis realçá-lo nos seus vultos representativos, expressão do desenvolvimento do Brasil.

Veja-se nisso um penhor de nacionalidade bem formada, em que tanto se empenhavam os brasileiros. É por isso, talvez, que o Cônego Fernandes Pinheiro começou pelas biografias de Henrique Dias e Filipe Camarão, o negro e o índio, que o europeu desconhecia como elemento social e convinha fôsem apresentados com a expressão que tinham na verdade.

Dirão que o romantismo influuiu para que o Cônego Fernandes Pinheiro escrevesse a respeito do índio e do negro. Entretanto, razões de ordem social é o que êle procurava assinalar a favor dos representantes de duas raças.

O índio, no romantismo, acabou sendo um motivo sentimental explorado pela imaginação poética de Chateaubriand, que teve imitadores principalmente na literatura brasileira. Mas a biografia de Henrique Dias, como a de Filipe Camarão, são escritos históricos, políticos, e, pode-se dizer, conclusões sociais se tiram de cada um dêles.

O índio, na Europa, para se tornar motivo literário, foi a princípio tema filosófico conhecido como do homem natural, bom por natureza, o que interessava sobremaneira aos filósofos europeus do século XVIII. O índio tornou-se, aos olhos de todos, uma expressão sentimental e, talvez, apenas isso.

A descoberta da América foi acontecimento assombroso, que despertou a curiosidade universal; não era só um continente novo que se encontrara, mas também o homem que o habitava, e o homem é sempre a curiosidade dos filósofos.

Montaigne (isso no século XVI) teve diante de si alguns índios, dizem que levados à Europa, procurando o autor dos *Ensaíos* entender-se com êles para os compreender.

Já o Cônego Fernandes Pinheiro cogitou do índio e do negro como elementos de formação da nacionalidade e, assim, foi muito além dos filósofos do século XVIII.

Referindo-se ao escravo, até mesmo a poesia brasileira considerou o negro como fator social que merecia respirar livremente e, na campanha abolicionista, Castro Alves tomou parte, escrevendo versos de extraordinária eloquência. Não compôs poesia para dizer do sentimento natural das criaturas simples, mas para se tornar o poeta tribuno em defesa do direito do negro.

Ninguém ignora que o Cônego Fernandes Pinheiro viveu quando o problema da abolição já fôra encarado no Brasil, e abolir a escravidão é reivindicar para a raça escravizada condição social condigna e expressão política definida.

A biografia de Henrique Dias está, pois, no sentido dessa afirmação. É que o Cônego Fernandes Pinheiro equipara o negro

às figuras mais prestantes, dando-lhe espírito de nacionalidade e mostrando-o a praticar atos que não deixam dúvida a respeito.

Para isso, valeu-se da pena de historiador, e aproveitou-se do terreno em que estava habituado a pisar.

O sentido que o Cônego Fernandes Pinheiro imprimiu à vida de Henrique Dias propaga-se longe.

Todavia, isto não impede que, falando dêsse cabo de guerra, o biógrafo exornasse: «Consagramos um nicho em nosso Panteon ao guerreiro ilustre que por gloriosos feitos bem merece da Pátria etc., etc.» É êsse o seu estilo ao versar os grandes assuntos históricos. É assim que o Cônego Fernandes Pinheiro, por vêzes, não retrata a pessoa de que trata, mas sempre se volta para o que é social, para os fatos históricos, manifestando-se, então, com rasgos de eloquência: «enquanto não flutue novamente sôbre as restauradas tôrres de Olinda o pendão de Aljubarrota» etc., etc..

Sente-se das palavras que saíram da pena do Cônego Fernandes Pinheiro o sentimento nacional e a majestade cerimoniosa.

Toynbee prende os grandes vultos às circunstâncias históricas das civilizações. Com referência a êsse negro que foi Henrique Dias e se tornou guerreiro há, pois, o que dizer, atendendo-se à história do desenvolvimento do Brasil.

O verdadeiro Henrique Dias apresenta-se ao Cônego Fernandes Pinheiro numa frase das *Memórias Diárias da Guerra entre Brasil e Holanda*, deixadas por Duarte Coelho de Albuquerque, o mais verídico cronista dessa guerra. Lê-se nessas páginas: «— foi parecer-lhe que necessitávamos da sua pessoa, pois veio oferecê-la ao general, e êste aceitou para servir com alguns da sua côr».

Está certo dizer: «foi parecer-lhe que necessitávamos da sua pessoa» para êle deliberar servir. Mas era preciso que Henrique Dias medisse a situação e tivesse consciência dela. Pesou como o elemento negro era necessário à sociedade existente no Brasil. Que anteviu? Que calculou como consequência dêsse oferecimento? Que acesso no meio brasileiro, teria para julgar oportuno o oferecimento que fêz? Que consequências sociais esperou para si?

E o governador como que a advertir, ao constituir-se uma força armada com êsse elemento vindo da escravidão: «aceitou para servir... em tudo que lhe determinasse».

A crescente reputação de Henrique Dias firma-se de vez na memorável peleja que durou de 17 a 18 de fevereiro de 1637, quando mais impressionante êle se torna para ser mais popular: «contestes são os cronistas em tributar-lhe os maiores encômios, confessando que aos seus oitenta soldados e aos índios de Camarão

deveu-se a salvação do exército, votado a inevitável extermínio. Nessa famosa batalha granjeou o círculo pernambucano glória igual à do romano Cévola; porquanto havendo um tiro de mosquetão ferido a mão esquerda, e pondo-lhe os cirurgiões um aparelho que necessitava de grande repouso preferiu a amputação do braço contando que pudesse volver ao combate».

Por sua vez negros e índios eram os elementos em que os portugueses reconheciam expressão própria e valor, como se depreende do seguinte trecho que escreveu o Cônego Fernandes Pinheiro:

«Já noutro lugar, admiramos a finura com que o governador geral do Brasil iludiu o supremo conselho do Recife, obrigado como se via pela aparente paz que então subsistia entre Portugal e Holanda». O Cônego Fernandes Pinheiro diz isto, reportando-se a Henrique Dias e Camarão que continuavam as guerrilhas contra os invasores, e assim explica de que maneira a reação, aos de Holanda, não se apagava mais e mantinha-se em fogo lento. Quer dizer: uma situação política oficial, porém uma política encoberta a que não eram estranhas as figuras de governo, mas política que revelava no Brasil um espírito social já formado. Daí o Cônego Fernandes Pinheiro se referir à esperteza com que Teles da Silva ostentava oficialmente as pazes feitas, mas encorajava os guerrilheiros, ia buscá-los e os tinha encobertos.

Donde vinha, e em que se apoiava essa política tecida à custa da finura do governador? Ora, ela contava com o grosso desse elemento social que se atirava contra a gente da Holanda. Eis aí a expressão histórica do negro e do índio na história do Brasil.

É nesse sentido que o Cônego Fernandes Pinheiro procura analisar as figuras dos três elementos: André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Filipe Camarão.

E uma dessas sutilezas, como as há tão profundas na história dos povos, é que ele vem aclarar.

\* \* \*

A biografia de Cláudio Manuel da Costa que o Cônego Fernandes Pinheiro escreveu, é o retrato de um humanista que se fez humanista no Brasil, o que muito vale para dizer do meio brasileiro e sua cultura. Aponta Fernandes Pinheiro a inteligência a despertar cedo nesse poeta. Aluno dileto dos Jesuítas, como tantos outros grandes nomes nas letras, ele «ao entrar na adolescência, possuía cabal conhecimento das línguas latina e grega, comezinhos lhe sendo os prolegômenos da filosofia, retórica, matemática e teologia». Matriculara-se «nas aulas que com grande esplendor mantinham» os padres inacianos, talvez a maior orientação pedagógica



da época. Recebeu «Cláudio Manuel a patente de mestre em artes, que a Companhia de Jesus conferia aos seus melhores alunos» do «curso de preparatórios ou de humanidades», conservado com o nome de Colégio das Artes. O humanista se confirmou quando fêz em Coimbra as letras jurídicas. «Datam desta época algumas composições suas» então apreciadas, «distinguindo-se entre elas o *Munúsculo Métrico*, romance heróico dedicado a Dom Francisco d'Anunciação; o *Epicédio*, consagrado à memória de Frei Gaspar da Encarnação; os *Números Harmônicos Temperados em Heróica e Lírica Consonância*, e o *Labirinto do Amor*, poema que saiu dos prelos de Antônio Simões, no ano de 1753».

Como Voltaire, a mesma variedade de composições, o mesmo tino e o mesmo adestramento no escrever: aliás, ambos alunos dos Jesuítas. Em ambos a mesma curiosidade pelas letras contemporâneas. Cláudio Manuel da Costa, como Voltaire, foi um dos espíritos argutos no sentido em que a curiosidade leva à política.

Consta que êle traduziu a obra *Riqueza das Nações*, de Adam Smith, livro que andou nas mãos dos políticos da época e foi de fato traduzido mais tarde pelos brasileiros do momento da conjuração, por ser considerado um surto de orientação social nova.

O humanista, que foi êsse conjurado, publicou versos, dedicando o livro ao «ilustre conde de Valadares», que o honrara com sua estima, chamando-o para seu lado na qualidade de secretário do governo.

«Nesse livro abundam as imitações dos poetas italianos, principalmente Petrarca, Guinicelli e Metastasio, chegando (Cláudio Manuel da Costa) a escrever nesta lingua (o italiano) muitas das suas lindíssimas cançonetas, e cometendo, destarte, um crime de lesa-patriotismo, que tanto Ferreira condenava em Sá de Miranda».

Ora, Milton, o grande épico inglês que secretariara Cromwell, escreveu versos em italiano, versadíssimo que era nos grandes poetas da Itália, aliás de fama universal. Um humanista.

Depois de dar essa descrição do vulto literário que foi Cláudio Manuel da Costa, descreve-o o Cônego Fernandes Pinheiro, prêso, «em estado valetudinário, exercendo-se sôbre a sua pessoa todos êsses inqualificáveis rigores a que estavam sujeitos... os acusados de crime de inconfidência».

Depois do retrato do escritor, traçado por um ilustre historiador da literatura, êste debuxo da decadência. Uma expressão mental que baixou a nada. «Fraqueza de cérebro, resultante da velhice e enfermidade», com que «não esculpizou de acusar seus mais particulares amigos, como fôsse o próprio Gonzaga».

A situação dêsses conjurados, a esfera intelectual restrita a êles mesmos, descreve-a o Cônego Fernandes Pinheiro para que

se veja como caíram no pélagos de uma política temerária que realmente não fôra promovida por eles. Mas, publicamente, ficaram envolvidos, e foram condenados para que todos os vissem servir de escarmento. Entretanto, nisso tudo um equívoco: a causa verdadeira da sublevação era outra e nunca o idealismo político dos conjurados, porém uma reação contra o impôsto escorchante, a derrama de ouro. O nome de inconfidência entretanto abrangeu tudo. Publicamente êsse título é que subsistiu. Figuras de maior relêvo envolvidas no acontecimento, que era verdadeiramente uma reação popular contra a extorsão, ficariam para ser um alto exemplo de punição.

Mas a óbvia expressão política daqueles literatos, homens sem feito de agitadores e sublevadores das massas, o Cônego Fernandes Pinheiro assim esclarece:

«Era Cláudio Manuel da Costa amicíssimo de Tomaz Gonzaga, ouvidor da comarca de Vila Rica, e que acabava de ser despachado desembargador da relação da Bahia, estando em vésperas de receber-se em matrimônio com D. Maria Dorotêa de Seixas, peregrina beldade, que então contava 17 para 18 anos.

«Consta das peças do processo, cuja comunicação devemos ao nosso prestante amigo o Sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva, que Cláudio ia tôdas as manhãs tomar café em casa de Gonzaga, onde também se reuniam o tenente Andrade e José Alves Maciel, seu cunhado, que acabava de chegar dos Estados Unidos, e a quem se atribui a iniciativa da idéia republicana».

Escreve ainda o Cônego Fernandes Pinheiro:

«Amadurecida a idéia, comunicaram-na a mais alguns cidadãos distintos pelas luzes e posições oficiais...».

Mas a condenação que nêles recaiu não se endereçou à culpa que tiveram, e sim à nomeada que tinham.

Além dêstes, a figura dramática e principal, vulto central na trama que se desenvolveu é «Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o *Tiradentes*, alferes do regimento de cavalaria de linha», que «foi o gênio do mal dêsse prematuro tentame da independência do Brasil».

O Cônego Fernandes Pinheiro dá êsses traços rápidos mas expressivos que vêm a ser o seu juízo a respeito de quem acabou mártir em consequência da indiscrição com que procedeu. E acrescenta:

«Quis, porém, a fatalidade que um leviano fôsse sabedor da conspiração; permitiu ainda que por ela se entusiasmasse, tocando ao delírio o seu fanatismo» — é assim que êle se vai referindo a quem mais ostentou o porte de revolucionário.

Informa ainda o erudito historiador, reportando-se ao depoimento de Cláudio:

«Assoalhando projetos de que o acaso, ou melhor a imprudência lhe fizera participante, buscou aliar a tropa e ostentou uma desenvoltura de linguagem, que, a ficar impune, aniquilaria o princípio da autoridade».

O Cônego Fernandes Pinheiro tocou no que sentiu que devera falar: referiu-se a um entusiasmo que tocava ao delírio; a fanatismo e levandade.

Narrada assim essa revolução frustrada, saiba-se entretanto como eram os conjurados justicados para incutir pavor.

Não é uma página sem visão dos fatos essa que escreveu o Cônego Fernandes Pinheiro. Há nela sutilezas com que o historiador descreve os acontecimentos, dá os retratos dos conjurados, e deixa ver as conseqüências políticas que os envolveram. Escreveu, assim, quem era especializado na história da literatura, esclarecendo então o que era de aclarar a respeito de uma ocorrência histórica de conseqüências tão especiais.

O Cônego Fernandes Pinheiro elucidou o bastante para que se possa julgar a autoria intelectual daqueles poetas, aliás de expressão muito vaga para que pouco influíssem na eclosão subversiva em Minas Gerais. Porém, a nomeada dos poetas fêz sobre eles recair, para que todos atentassem no castigo e inclemente reação às sublevações, que, essas sim, atemorizavam o governo.

\* \* \*

Outra biografia a assinalar na série em que está a de Cláudio Manuel da Costa, é a de Frei Francisco de Mont'Alverne.

Aliás nas páginas dêsse escrito como que se encontram dois homens da Igreja para um reconhecer logo o outro.

É Mont'Alverne a dizer de si:

«Lançado na grande carreira da eloquência em 1816, como pregador régio, oito anos depois que nela entraram São Carlos. Sampaio, monsenhor Neto e o Cônego Januário da Cunha Barbosa, tive de lutar com êstes gigantes da oratória, que tantos louros tinham ganhado e que forcejavam levar de vencida todos os seus dignos rivais. O país sabe quais foram meus sucessos neste combate desigual; êle apreciou meus esforços, e designou o lugar a que eu tenho direito entre os meus contemporâneos...»

É o próprio Mont'Alverne a falar e, com isso, êle como que se apresenta ao seu biógrafo.

Depois, o Cônego Fernandes Pinheiro a citar dêsse homem eloqüente tão falado, o que êle disse de melhor, embora seja sempre lembrado no que pronunciou de mais «gongórico».

Êsse franciscano, como todo orador, representava o que dizia, emprestando dramaticidade às palavras, e o Cônego Fernandes Pinheiro conta como foi o sermão em que Mont'Alverne se referiu à moeda, pregando então a respeito de São Francisco de Paula.

A dramaticidade é que de fato emocionava o povo, e uma das ocasiões de dramaticidade de Mont'Alverne no púlpito, talvez a mais sincera, é aquele em que, já velho e cego, Mont'Alverne se referia, comovente, à sua velhice e cegueira.

Eis o que foi o sermão: — lembrem-se dêle não será a perfeição, mas a cena do cego a subir ao púlpito para recordar, comovido, tudo que êle fôra pregando. O que ficou dessa cena é impressão profunda. Terá vindo o Cônego Fernandes Pinheiro, como ilustre professor que era das boas letras, corrigir a maneira de apreciarem Mont'Alverne? Insiste êle em repetir que o franciscano «sabia com Montesquieu ser impossível realizar alguma cousa de importante desde que fôsse mister levar à balança os nossos pensamentos». Não teria êle encontrado naquele discurso essa fôrça de pensamento, mas sòmente o patético do pobre cego a procurar rever o que os seus olhos viram no passado?

O próprio Mont'Alverne adverte: «Quando eu, pois, tinha de exprimir uma idéia, empregava na sua tradução o têrmo que me parecia mais significativo, ou mais sonoro sem curar de sua precisão, e mesmo da sua existência. Era certamente um grande mal em ordem à literatura, era um grande defeito; mas a idéia aparecia com as côres fortes e originaes, o prestígio da pronunção conseguia o resto».

O Cônego Fernandes Pinheiro havia então de comentar:

«Cumpre, porém, não dissimular, que êsse estudo profundo da língua, que parecia desdenhar Mont'Alverne, é o que ainda hoje é a maior glória do padre Antônio Vieira...»

Deixa ficar esta opinião a respeito do jesuíta famoso; mas logo no começo da biografia de Mont'Alverne, refere-se o Cônego Fernandes Pinheiro à ordem a que pertencia Mont'Alverne. Refere-se ainda ao Convento de Santo Antônio, para o qual entrou Mont'Alverne, fazendo-se franciscano. Diz dêsse convento: «Então era o Ateneu do Brasil na eloqüente frase do Sr. Pôrto Alegre».

E por que era assim?

Ê que, aos Jesuítas ausentes do Brasil, tomam-lhes o lugar vazio no ensino, os franciscanos.



Uma mudança com aspectos de modernização.

Não mais os Inacianos apegados a Aristóteles, a Santo Tomaz de Aquino, porém o modernismo da filosofia que deu os primeiros passos com o século XVIII.

«Reinava Condillac, diz Fernandes Pinheiro, representado por seu hábil intérprete Frei José Policarpo de Santa Gertrudes».

Aponta o Cônego a Mont'Alverne a emendar o frade que explicava Condillac e que, por um impulso creio eu que instintivo, vai combater o sensualismo em filosofia. E acrescenta: «Não trepidou o sábio franciscano em enristar a lança para combatê-lo, esmagando com a sua locução ardente as objeções de seus contrários e mostrando-lhes o despenhadeiro do materialismo em que iriam precipitá-les suas doutrinas». Mas, fazendo assim, estava envolto na atmosfera do dia, e filosofar era comentar, criticar, explanar, corrigir o sensualismo nos seus exageros.

Havendo isto no interior do claustro, tinha razão o Cônego Fernandes Pinheiro de chamar o Convento de Santo Antônio de um Ateneu; mas outras razões veio a ter êsse convento para a sua projeção. Cercava-o a política, que tudo que cerca é para tirar partido. Ali se reuniram os homens da Independência, os intelectuais. Ali foi ter, com êsses, o príncipe Dom Pedro, chamando a si os intelectuais, razão por que Frei Sampaio ficou sendo um grande nome daquela época.

Essas biografias do Cônego Fernandes Pinheiro são, pois, um caminho em que se vai encontrando a história.

\* \* \*

Não é sòmente a Frei Sampaio, à sua eloquência, ao seu liberalismo que as referências devem ser feitas; mas também ao Convento de Santo Antônio. Antes mesmo, ao convento.

Tudo então é para ser apreciado, prestando-se atenção a êsse convento.

Ele representa uma época de cultura, uma fase de história literária no Brasil, e a essa casa religiosa se achegava o Paço, a Coroa, que se mudara de Portugal.

O brilho dêsse lar de religiosos foi incomparável. Depois dos Jesuítas, êles. E um capítulo que deve ser aberto na história das letras da cultura, da política brasileira, é o Convento de Santo Antônio.

Os Franciscanos estão na história política de determinado tempo e se destacam nos dias da Independência.

Os que freqüentavam as aulas que os Franciscanos mantinham no Convento de Santo Antônio, representavam a expressão cultural da época. A intelectualidade do Rio de Janeiro, sede do Govêrno

e onde veio parar a Côrte Portuguesa, freqüentava aquêlê Convento.

Os Franciscanos, religiosos que surgiram nas cidades italianas, e representam a pobreza urbana, com a qual se igualou São Francisco de Assis, eram o espirito de caridade próprio para socorrer as cidades. No Brasil, os problemas da cidade ligam-se aos Franciscanos e é assim que êles tinham escravos a quem davam ofício. Tornaram-nos artífices, melhorando-lhes as condições de vida no trabalho.

Escravos. Mas dentro da organização daquelle tempo, não se havia de cogitar de outra cousa.

Os frades assistiam pois os escravos com a caridade cristã de lhes reconhecerem expressão de criaturas humanas. Sem trabalharem não haviam de viver os pretos. Não mantê-los na sua condição era não ir ao encontro dêles. Irmanavam-se frades e servos, na religião. Aquêles davam a êstes assistência religiosa. Enterrar os mortos é preceito religioso, pois lembrança da prática dêsse preceito ficou nos ossários que se descobriram com o desmonte do morro de Santo Antônio.

Mas súbita foi a concentração cultural naquelle Convento, que seguiu então o programa de Pombal. Daí a diferença entre Franciscanos e Jesuítas, em matéria de ensino.

O resultado disso seria a importância politica que êsse convento veio a ter, acompanhando não só o desenvolvimento da cultura como o da política: correlatas que são as duas cousas.

Depois de uma grande transformação do Brasil devida aos Jesuítas, vem a nomeada do Convento de Santo Antônio, o qual se projetou, como que só, durante todo o Império, em razão do papel que teve na Independência e fundação da monarquia.

O Cônego Fernandes Pinheiro, figura do Paço e a quem nomearam para escrever os Anais do Império, era o homem de todo voltado para aquella fase histórica em que sobressaíram os Franciscanos.

Os Jesuitas eram da fase colonial, e voltou-se a falar nêles devidamente, já na República, com Eduardo Prado, Joaquim Nabuco, e principalmente Capistrano de Abreu, êsses que representam um movimento em prol dos padres da Companhia de Jesus; mas, durante o Império, a atenção era para os Franciscanos, e a expressão cultural dêles foi a matéria prima que o Cônego Fernandes Pinheiro tinha de trabalhar para se tornar o historiador do Império, como já fôra indicado para ser.

A tendência para inclinar-se a favor dos Franciscanos o tornou pesquisador de biografias dêsses religiosos, até dos que

viveram na expressão de humildade e simplicidade, que imortaliza os frades até mesmo no folclore, como está nos contos dos irmãos Grimm.

\* \* \*

Sem falar nessas páginas em que aflora o tino do Cônego Fernandes Pinheiro, como historiador, há, por êle escritas, biografias que são descrições de temperamentos.

A de Frei José da Costa Azevedo e a do Barão de Ayuruoca são dêsse teor. Dois escritos em que se sente o dever do homem cuja pena se applicava em tirar do esquecimento certos nomes.

De Frei José da Costa Azevedo disse o Cônego Fernandes Pinheiro os méritos, explicando ao mesmo tempo a modéstia, a discreção em que êsse frade acabou esquecido.

As relações e correspondência que Frei José, professor, naturalista, entretinha com a maioria dos homens de ciência e de governo, é que vem revelar o seu vulto. Azevedo Coutinho o aprecia. Com êle correspondem-se José Bonifácio, Tomás Antônio Villanova Portugal, Manuel Arruda, Dom José Caetano da Silva Coutinho, o chanceler-mor, Frei Francisco de São Luís, o Conde de Linhares, os condes de Galvêas e da Barca, os Marqueses d'Angeja e d'Aguiar, os duques de Lafões e Cadaval. Fôsse no Brasil, fôsse em Portugal, mudassem nas posições os titulares, sempre cercou êsse homem o mesmo respeito, o acatamento de todos em tôrno d'uma vida que transcorreu e terminou silenciosa.

Ê, pois, no silêncio em que Frei José prosseguia nos seus empreendimentos que o Cônego Fernandes Pinheiro foi buscar o grande vulto que viveu quase sempre despercebido.

Não sendo homem de letras ou figura de governo, esteve embora prestando seus serviços fora da atenção de todos, o Barão de Ayuruoca, a quem foram afinal condecorar na velhice. Era uma inteligência que se voltou para a atividade que exerceu com ardor excepcional. Eis um homem que rompeu caminho por si, e com visão das coisas.

Um fundador de fazendas a despertar assim o Brasil de dias próximos vindouros. Um milionário que surpreende a todos com a sua ação oportuna. Um criador de progresso. Era um homem a que viriam reconhecer valor nos dias de hoje. É bem uma figura de Segundo Reinado com vida rural intensa.

Ê ler o que êle realizou em Minas e no Estado do Rio, principalmente. Ê ver as estradas que abriu. A ponte que construiu sôbre o Paraíba. Os edificios que levantou, como a Casa do Côlegio.

Levado a tôdas essas emprêsas por uma vida que não pôde ser a dos homens cultos e titulados e sendo homem de se fazer por si, ao realizar o que realizou, a sua vida, em diversos pontos, assemelha-se com a do Visconde de Mauá.

Mas, quando o eminente Cônego Fernandes Pinheiro traçou essa biografia, Alberto Faria ainda não tinha levantado o véu de sôbre a existência de Irineu Evangelista de Sousa, e como que não se havia iniciado êsse gênero de biografias de homens empreendedores.

Ora, não se pode negar que entre as muitas vidas que o Cônego Fernandes Pinheiro escreveu, o fundo de cada uma ou é a história política ou a da cultura brasileira. Desta vez, porém, acertou com um gênero que veio a ter modernamente a máxima importância quando se começou a compreender o que significa a história econômica.

Ora, quando êle fez correr a pena acêrca da biografia do Barão de Ayuruoca, esforça-se em exaltar aquela vida, explicando então uma espécie de valor em que ainda não se falava.

\* \* \*

Outra biografia, que o Cônego Fernandes Pinheiro escreveu, é a de um polemista, e de quem êle diz: «Nascera muito cedo para jornalista, cuja tática desconhecia: muito tarde para polemista religioso porque semelhantes discussões não são do gôsto do nosso século».

Luís Gonçalves dos Santos nasceu no ano de 1767, aos 25 de abril. Essa frase com que o Cônego Fernandes Pinheiro encerrou a biografia de Luís Gonçalves dos Santos diz o que é mais expressivo no polemista religioso.

Foi êle um alto espírito pela erudição. Bem diferente de Frei José da Costa Azevedo era Luís Gonçalves dos Santos, de expressão popular, enquanto Costa Azevedo era conhecido entre o que havia de gente culta.

Ambos foram religiosos. Em ambos há uma expressão religiosa muito profunda que lhes revela a entidade. Um se recolhia a si, discreto; o outro reagia por uma impulsividade que lhe dava expressão. Luís Gonçalves dos Santos se tornara uma figura popular, enquanto Frei José da Costa Azevedo é a polidez de trato da gente fina. Divergem assim de feitio; enquadram-se em meios diferentes. Sendo homens da mesma época, representam faces sociais diversas. Frei José nascera em 1763, era quatro anos mais velho que Luís Gonçalves dos Santos.

Entre o povo, Luís Gonçalves dos Santos; a transparecer no mundo oficial, Frei José da Costa Azevedo.



Aquele chamou-lhe o povo — *perereca*, e isto não corria apenas por conta da sua magreza, mas antes por causa do seu temperamento vibrátil, pronto a uma reacção surpreendente, fôsse na conduta e deveres religiosos, fôsse na maneira de polemizar nos assuntos da Igreja.

Eis, pois, a sua maneira, seja servindo como religioso, seja escrevendo.

Foi êle um moço que se distinguiu de excepcional maneira, applicando-se aos estudos para logo se tornar provecto no grego e no latim.

Nesta altura, vemos estarem bem apontados pelo Cônego Fernandes Pinheiro os tipos de eclesiástico que dão significação social e expressão à Igreja no Brasil. Isto no século XVIII: ambos cultos, e um até mesmo cientista nesse século das ciências. Um, polido e hábil, a aproximar-se do govêrno; o outro, homem com expressão intelectual, com projecção num tempo de debates e a aparecer junto ao povo na sua missão apostólica, compreensível, ativo. Como homem da Igreja, que sempre soube honrar, interessava-se o Cônego Fernandes Pinheiro em ventilar êsses assuntos.

Retirado à pobreza de sua família, filho de um ourives que teve de liquidar os negócios e abrigar-se num sítio em Suruí, aí vivia Luís Gonçalves dos Santos quando o foram buscar na quietude em que estava uma inteligência que se apagava em precárias condições de vida, depois de ter feito brilhantíssimo curso de humanidade. Vão buscá-lo. Auxiliam-no a entrar na vida religiosa.

Ordena-se, para mais tarde chegar a cônego. Compenetrado dos deveres de quem é pastor das almas, pratica logo uma série de atos de assistência religiosa, que lhe comprometem a saúde, levado que era por impulsividade de temperamento.

Um caráter assim, munido de uma ilustração considerável, seria um polemista religioso na expressão da palavra.

A sua bibliografia é das mais curiosas nas letras brasileiras. Procurava levar a discussão ao que ela tinha de mais alto. Política e religião mostrava êle que são, às vêzes, duas cousas muito aproximadas, como fazia ver Joseph de Maistre, a quem o Cônego Fernandes Pinheiro invoca: «como o Conde de Maistre, sustentava paradoxos para não ter um só ponto de contacto com os seus adversários».

O Cônego Fernandes Pinheiro deixava passar como sendo questão de temperamento o fugir Luís Gonçalves dos Santos ao contacto com os adversários. Áspero com todo aquêlle a quem contestava, sem comiserção, via nestes culpa e profundo desrespeito à tradição, que era a sabedoria acumulada.

Isso tornava Luís Gonçalves dos Santos um espírito profundo acêrca do passado, que Joseph de Maistre, seu precursor comentava de maneira tão nova, com tanta vida e clareza que era uma nova visão do passado para que lhe chamassem o profeta, a revelação do que fôra.

Era Joseph de Maistre uma inteligência que assaz renovou a história.

Um panfletário da Igreja tem de ser assim; tem de possuir êsse espírito renovador. E Joseph de Maistre renovou a visão do passado.

Falar em panfletário no seio da Igreja é ter de comparar ao modelo moderno a Joseph de Maistre que, com uma erudição, uma responsabilidade, uma intrepidez em manter todos os dogmas, sustentava uma expressão de desprezo por tudo que não fôsse a Igreja; isso é que assinalavam como um não querer contacto com o adversário, ao que se referia o Cônego Fernandes Pinheiro.

Êste conspícuo historiador comparou Luís Gonçalves dos Santos a Joseph de Maistre: não devia comparar a outro. Joseph de Maistre é o paradigma.

Por diversas vêzes, encontra-se, pois, no Cônego Fernandes Pinheiro o sentimento das cousas, sentimento que é uma intuição primeira, mas certa. É uma compreensão exata que êle enuncia por um têrmo ainda não claro. «Arisco» no que êle tem de expressão nova mas têrmo que examinado, analisado, vem tocar certo no que é de referir e que êle descobre. Assim é o adjetivo «manobreiro», que veremos como o Cônego Fernandes Pinheiro emprega em relação ao Padre Diogo Antônio Feijó. Assim é essa expressão de fugir ao contacto — «de não ter um só ponto de contacto com os seus adversários».

É indubitavelmente um escritor inteligente quem chega a tratar assim dos assuntos.

Joseph de Maistre foi divulgado no Brasil tão mais tarde; mas o Cônego Fernandes Pinheiro, esclarecido que era, já lhe havia dado atenção.

O realismo do argumento de Joseph de Maistre é que fêz Fernandes Pinheiro ir buscá-lo para o comparar com os vultos da Igreja do Brasil. Fernandes Pinheiro compreende-os. Sente o que é a Igreja e, ilustre cônego, polemiza a respeito de certas ordens religiosas.

\* \* \*

*Os Apontamentos Biográficos Sôbre o Visconde de São Leopoldo* contam-se entre as biografias que escreveu o Cônego Fernandes Pinheiro. Diga-se que a emoção o acompanha ao

reunir esses dados que são recordações relativas a seu tio muito amigo: É ler essas páginas expressivas.

\* \* \*

Em muitas das biografias que escreveu, vê-se que o Cônego era homem de Igreja.

Compenetrado das gradações e organização nela existentes e da alta expressão das suas figuras representativas, Fernandes Pinheiro viveu no seio dela, estando a par dos acontecimentos, em que ela se envolveu.

Eis uma das figuras gradadas da Igreja: a de um bispo.

Conde de Irajá é o título com que o Monarca brasileiro agradeceu o bispo do Rio de Janeiro, que também recebeu as grã-cruzes napolitanas de São Januário e Francisco I.

A sua vida é a de um verdadeiro prelado, que no cumprimento dos deveres era de uma solicitude e caridade exemplares.

Nada diminui o zêlo apostolar dêsse que foi um homem prêso aos estudos, um erudito e notável conhecedor dos assuntos da Igreja, como o Direito Canônico.

«Foi êle quem abençoou o consórcio de Sua Majestade o Imperador com a virtuosíssima princesa napolitana a Sra. Dona Teziza Cristina, Imperatriz do Brasil. Foi êle quem celebrou o matrimônio de Suas Altezas Imperiais as Sras. Dona Januária e Dona Francisca. Foi êle quem derramou o batismo sôbre as frentes dos sereníssimos príncipes Dom Afonso e Dom Pedro que Deus alistou na milícia dos anjos, e das Sras. Dona Isabel e Dona Leopoldina, penhores da dinastia de Bragança».

Escrevendo a biografia de quem se chamou Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araújo e que foi Conde do Irajá, referiu-se Fernandes Pinheiro à época de agitações em que transcorreu a revolução pernambucana de 1817, de tantos mártires.

Ela criou uma especial mentalidade revoltada diante do drama em que terminou a luta no Norte do Brasil. De um lado, estava o Brasil, e do outro, ficava Portugal, separados em dois partidos. A separação que se fez na sociedade era tão grande que as pessoas queriam saber umas das outras, qual o partido, para se aproximarem ou se repelirem.

«No nosso retiro (disse o Conde de Irajá), acompanhávamos em espírito a marcha da revolução, formávamos votos pelo seu triunfo; e, quando soubemos da chegada de Rodrigues Lôbo e do Marechal Cogominho, do desastroso combate de Ipojuca e do desbarato do Engenho Paulista, sangrou-nos o coração e choramos com lágrimas ardentes a ruína da Pátria».

A vida dêsse prelado foi um recolhimento na reflexão que coexistia com uma nervosidade que êle não controlava. Esta se

manifestava, e a questão era encontrar motivo principalmente em algum fato que parecesse ferir-lhe a dignidade eclesiástica, e, neste caso, êle era um temperamento de esboçar queixas, ter atitudes, nervoso e concentrado sem ser pròpriamente um pretensioso: razão por que todos o respeitavam.

Êsse espirito, com uma vida íntima tão intensa, era um realizador que sabia em que se empregar.

Em uma fase de desorganização política geral, é fácil formar-se nas sociedades locais, nos meios menores, um certo critério particular, uma certa reação consciente das reais necessidades de que o espirito da politica geral perde o contacto direto. Foi assim que, numa época de agitação e desnorteamento político, de atitudes extremas de reações, «interrogadas as urnas, exhibiram o nome do sr. padre-mestre Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, enigma parlamentar, planeta político, cuja órbita não estava calculada». Era, entretanto, uma eleição criteriosa.

De fato, sendo Manuel do Monte Rodrigues de Araújo como era, não havia de parecer a muitos senão um enigma político: é, pois, como o diz Fernandes Pinheiro. Era alguém que parecesse talvez votado a desaparecer, a ser nada no cenário político, para se recolher a si mesmo.

Foi, entretanto, uma opinião muito lúcida, uma opinião que não silenciou no recolhimento íntimo a que era êle votado.

Entrou na Câmara em 1835. Elegeu-se e reelegeu-se. Reportando-se às idéias que vingavam na ocasião, discreto, manteve-se em opposição.

Fernandes Pinheiro, acompanhando êsse trecho da vida de Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, alude à época em que êle militou na política.

— Alude ao papel que teve o padre Antônio Diogo Feijó, nome dominante em 1831 a 1832. Veio a dizer que êsse sacerdote «era antes homem de ação que de conselho, melhor manobrista que timoneiro. Imbuído de idéias falsas, professando princípios heterodoxos, por virtude do seu caráter...»

Desta vez a palavra utilizada por Fernandes Pinheiro é o termo «manobrista». Êle resume assim quanto queria dizer.

É muito expressivo chamar ao padre Feijó de «manobrista». A êsse vulto da história política brasileira, é preciso se saiba que há grandes restrições a fazer. Sem dúvida nenhuma, êle foi uma ação oportuna. A sua intervenção valiosa entretanto não vai além do momento em que, expandindo o seu temperamento, presta serviços ao país.



Porém, não era um político, na expressão da palavra. A sua ação era limitada, embora prodigiosa. Mas o verdadeiro estadista transpõe-se aos sucessivos momentos da vida do Estado. Tem êle maneira acertada de proceder em todos. Dá-lhes solução de acôrdo com a variedade com que êles se sucedem. O estadista é, assim, uma inteligência ampla e especial. Mas Feijó foi apenas um temperamento. foi uma impulsividade própria para certas ocasiões. Estadistas são os que chamaram ao govêrno, no devido momento. Homem para certas circunstâncias, êle era o remédio indicado quanto a certos males políticos, mas com isso não chegava a ser grande espírito político, criador, orientador sempre. Era só *manobreiro*!

Ê, pois, isto que Fernandes Pinheiro quis dizer quando chamou a Feijó — o *manobreiro*.

Mas é na biografia do Conde de Irajá que Fernandes Pinheiro faz o comentário a personalidade de Feijó. Por certo que o fez intencionalmente, citando então o político que contrasta com Feijó e que tem noção de estabilidade política, de equilíbrio: — Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná.

Êste só poderá ser bem compreendido visto em opposição àquêle; aquêle só há-de ser devidamente julgado depois de comparado com êste, que faz parte do quadro dos verdadeiros estadistas brasileiros.

Desta vez Fernandes Pinheiro falou, mostrando compreensão política. Aproximou-se do que veio dizer o escritor por vêzes incomparável, portador de uma pena, até certa data, única no Brasil, criador de um estilo com que falou da política no país — Joaquim Nabuco. O que Fernandes Pinheiro escreveu está, pois, no sentido do que Nabuco historiou.

\* \* \*

Na sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizada em 5 de maio de 1871, leu o Cônego Fernandes Pinheiro o esboço biográfico do Conselheiro Dr. Cláudio Luís da Costa, médico que viveu no século XIX e cuja vida se relacionou com grandes acontecimentos, estando entre êsses os que ocorreram na Bahia, por ocasião da Independência, em tôrno da expulsão do General Madeira do território nacional.

De muito soube o biógrafo através dessa vida ligada que estava «pelos vinculos de íntima amizade e espiritual parentesco ao preclaro varão cujo nome honrou nossos dîpticos».

O que Fernandes Pinheiro narra, colheu na convivência de família daquele que, sendo médico de grande atividade clínica, todos conheceram.

A existência de Cláudio Luís da Costa teve vários aspectos. Fatos há que se referem à Escola de Belas Artes, como o da criação da cadeira de fisiologia, de que Cláudio Luís era conhecedor.

Em relação à Escola de Medicina, outros houve assim. Das biografias escritas por Fernandes Pinheiro, esta é a que desce à crônica, atrai como tal, e assim interessa.

Se as vidas que Fernandes Pinheiro descreveu se classificam esta é a biografia em que transparece a crônica e se estende através da série de acontecimentos que presenciou Cláudio Luís, médico levado a acompanhar a vida de todos quantos assiste e com quem ata relações. Vida como de outros médicos que muito serviram a história, a exemplo de Vieira Fazenda.

\* \* \*

Destas biografias que o Cônego Fernandes Pinheiro escreveu e que, as mais delas, chegaram a ser impressas na *Revista do Instituto Histórico*, apenas quatro ficaram nas páginas da *Revista Popular*, e, não se transcreveram onde estão aquelas, não sei eu por que. Valem tanto quanto as outras e viriam completar o conjunto em que estavam sendo reunidas.

Não passou das páginas da *Revista Popular*, não sendo incluída na *Revista* do Instituto Histórico, como as que passaram de um periódico para o outro, a seguinte biografia de franciscano.

Fernandes Pinheiro, falando das vocações religiosas, distinguia aquêle que morreu cedo para o mundo, recolhido ao silêncio da cela de frade para viver na «nostalgia celeste», na «grandeza da solidão» e «penumbra da espiritualidade», usando assim dessas expressões buscadas em Lamartine, o vulto de poeta que conheceu tôdas as glórias mundanas e políticas, para saber elogiar a alma cristã retirada a si mesma.

A biografia de Frei Francisco de São Carlos é uma página de sentimentos elevados e suaves, em que transparece o êxtase anagógico da meditação religiosa.

A eloquência que Frei Francisco de São Carlos expendeu no púlpito, leva-o a «aproximar-se de Massillon».

É significativo como Fernandes Pinheiro compara sempre a palavra dos franciscanos à dos oradores sacros franceses. Mont'Alverne, diz êle, que segue a Bourdaloue. Com o estilo de Bossuet de alguma forma se parece o de Frei Antônio de Santa Úrsula Rodvalho, que, no século, se chamou Antônio de Melo Freitas, sendo o quarto filho de Timóteo Correia Toledo e Dona Úrsula Isabel de Melo, gente de boa estirpe.

É então a França o modêlo de pensamento, que se impõe; é a expressão moderna, a linguagem da ocasião, e os que pregam,

imitam os de França, encontram nêles o sentimento, a maneira de ser coetânea, e na filosofia procuram interpretar Condillac, um religioso acomodado ao sensualismo, e talvez materialismo do século XVIII. Aceitam a feição nova de pensamento, mas continuam com Deus, como sempre, e com a religião. Não são ateus. A França era então a moderna expressão de pensamento. Aproximados dêsse pensamento moderno é que os franciscanos estiveram. Joaquim Manuel de Macedo, quando se referiu ao Rio de Janeiro antigo, disse: «Aquêlê convento de Santo Antônio deve nos ser simpático. À parte as considerações religiosas, a casa onde floresceu Rodovalho. São Carlos, Sampaio e Mont'Alverne não pode deixar de ser muito prezada ao Brasil». O romancista tão popular lembra com viva simpatia Rodovalho e os outros frades.

Mas, de São Carlos, sabe falar Fernandes Pinheiro. Tinha êsse frade excepcional temperamento.

A poesia que São Carlos escreveu, é como deve ser a poesia na sua expressão mais espiritual: sentimento que a pessoa traduz de si para si. E então escreve Fernandes Pinheiro: «Jamais aspirou o douto franciscano fluminense à coroa épica, nem tão pouco à grinalda lírica. A *Ascensão da Virgem* é um poema religioso e patriótico, concebido na humildade e escrito em grande parte na silenciosa ilha do Bom Jesus durante a primeira guardância do seu autor».

Nesse frade poeta havia uma harmonia de pensamento e atitudes, que lhe emprestavam um semblante especial. *Romeiro do Céu* é como Fernandes Pinheiro chama a Frei Francisco de São Carlos, para dizer que êle assim tinha os olhos voltados para Deus em direção a quem parecia estar sempre caminhando. Essa é a maneira de ser que o cônego e historiador compreendia como sendo das criaturas então mais próximas dos anjos.

Ninguém há de ler o livro de biografias de Fernandes Pinheiro sem, de certo modo, se recolher a si mesmo, lendo páginas como essas referentes a Frei Francisco de São Carlos.

Nessa biografia, Fernandes Pinheiro não pôde entretanto silenciar, depois de dar curso aos seus sentimentos de admiração, a seguinte apreciação de professor de literatura em uma época em que a vaidade de criticar era comum a todos:

«Soube emprestar ao assunto, melindroso e circunscrito por sua natureza, tôdas as galas da poesia, deixando intactas as adoráveis obscuridades dos mistérios, e, palpitando-lhe um coração brasileiro de baixo do burel franciscano, é na nossa natureza que busca as comparações do seu poema, é o nosso céu que o inspira, nossas flores, nossos frutos, que celebra; é, na parte descritiva, o

mais original dos nossos poetas, superior a Durão e a Basílio da Gama, é quase igual aos cantores de *Colombo* e dos *Tymbiras*». (*Revista Popular*, Vol. II, pág. 295)».

Num país em que uma grei de intellectuais predominava, e em que florescia o orgulho literário, Fernandes Pinheiro soube destacar São Carlos que êle reconheceu na pureza e suavidade de um estilo inconfundível.

\* \* \*

Que a história facultou novas possibilidades ao cônego Fernandes Pinheiro, autor do *Curso de Literatura Nacional*, em uma época em que os estudos literários não eram história propriamente dita, porém cronologia, medida de perfeição da forma literária, para dizer-se o que se atingiu de perfeito, não há dúvida nenhuma que Fernandes Pinheiro estendeu as suas cogitações até a história, cujos problemas estavam diante dêle, para que lhe ampliassem muito a visão, e o aproximassem da grande crítica literária.

A religião estêve no seu modo de sentir, e êle dá provas disso a cada passo, principalmente em biografias que escreveu. Jesuítas, franciscanos e figuras ilustres do clero brasileiro, tinha-os êle diante dos olhos. Escreve a respeito dos jesuítas e parece que procurava escrever muito mais acêrca dos franciscanos, assunto aberto à sua simpatia.

Levando à *Revista Popular* a biografia do irmão Joaquim, franciscano, disse como era humilde e simples a vida de um frade.

Irmão Joaquim «nasceu rico, viveu mendigando e expirou na miséria»; o mesmo se há-de dizer de São Francisco de Assis. Assim Fernandes Pinheiro terminou a biografia do Irmão Joaquim, discípulo dêsse santo.

A passagem da riqueza para a pobreza, sabemos que drama foi na vida de São Francisco, a sair da casa paterna para se despojar na praça pública até da roupa de gente rica, e que lhe deram os pais. Irmão Joaquim não encontrou menos dificuldades para seguir a vida de franciscano, querendo seus pais que êle se encarreirasse no comércio, praticando no próspero estabelecimento do pai e afastado, assim, por algum tempo, da sua vocação.

Rapazola que era, vê-se como esmolava, quando no balcão voltava-se para a pobreza. Merece então simpatia o seu ato de dar aos mendigos a camisa que vestia, e, também furtivamente, o que não era seu, mas de seus pais, sem que a mão esquerda então visse a esmola que a direita passava à mão dos pobres. Mais ainda: tornava o balcão o lugar em que praticava a mansidão religiosa, ouvindo recolhido em si a impertinência dos que compravam, repro-



vando a mercadoria ruim e a exorbitância do preço que mandavam cobrar. Foi um paciente que não suportou essa vida.

Pobre êle o era, até de letras, sabendo do latim pouco mais que nada. Mas grande esmoler, como São Francisco de Assis, fundava hospitais, orfanatos, seminários.

Era tão simples que estava sempre junto ao povo, socorrendo os desvalidos, indo pelo Brasil afora para amparar os desamparados, deixando por onde passava tantas obras, que ninguém compreende como as conseguiu semear a mão humilde que amealhava a esmola.

Com esta biografia o cônego e escritor encaminha o leitor até o que está no mais íntimo do espírito franciscano, reconstituindo, assim, a história religiosa do Brasil. Com um estilo talvez sem grande equilíbrio, porém não falto de qualidades, Fernandes Pinheiro expressa o que ficou de benefícios prestados por aquela ordem religiosa, narrando a vida dêste e daquêle frade.

\* \* \*

Outro vulto significativo Fernandes Pinheiro aponta em suas biografias.

«Amador Bueno de Ribeira descendia de uma ilustre família espanhola; seu pai, Bartolomeu Bueno de Ribeira, era natural de Sevilha, donde se passou para a capitania de São Vicente em 1571»; eis como começa esta biografia que escreveu, falando em gente vinda de Espanha, cujo domínio no Brasil começa em 1580 e se estende até 1640: sessenta pesados anos!

Episódio notável, em que figura Amador Bueno, é aquêle, do ano de 1640, em que recusou terminantemente a coroa de rei português não tendo querido Bueno reagir, subordinando-se contra a coroa restaurada. Esse episódio vale muito para se compreender a situação local onde o fato ocorreu na ocasião.

Se Amador Bueno tivesse resolvido aceitar a coroa de rei que o povo de São Vicente lhe oferecia, reagindo êle, assim, contra Portugal, teria perturbado a capitania e apenas: uma sublevação a mais no Brasil.

De fato a cidade de São Paulo fitava nêle os olhos, e a Capitania de São Vicente voltava-se tôda para a cidade de São Paulo a fim de que. sublevada aquela, a tudo mais se propagasse a sublevação.

Amador Bueno, «herdeiro de avultados cabedais, aumentou-os extraordinariamente, passando em seu tempo por um dos mais abastados fazendeiros da então opulenta capitania de São Vicente. De um precioso documento que temos à vista, extraímos o seguinte

trecho, relativo à natureza e ao modo por que fôra adquirida essa colossal fortuna:

*«Teve grande tratamento e opulência por dominar debaixo da sua administração muitos centros de índios, que de gentios bárbaros de então se tinham convertido à nossa santa fé, pela indústria, valor, e forças das armas com que conquistou Amador Bueno em seus reinos e alojamentos. Com o trabalho destes homens, ocupados em culturas, tinha todos os anos abundantes colheitas de trigo, milho, feijão e algodão».*

Fazendo alusão ao braço do índio escravizado, Fernandes Pinheiro comentava:

*«Se puras não eram as fontes donde grande opulência manava, ninguém com mais magnificência e caridade dela sabia usar».*

Mas, «repetidas vêzes, foi a fazenda real auxiliada pelo dinheiro do rico vassalo; e, nos apêrtos de guerra ou de fome, copiosas provisões de mantimentos foram por êle remetidos à Bahia a pedido dos governadores gerais».

Não fazia só isso: era «providência dos desgraçados, nunca ninguém da sua casa se retirava desvalido, e em prol da viúva e do órfão seus cofres jamais se fechavam».

Está assim descrito o meio colonial nos seus sentimentos superiores e nas suas fraquezas.

Duas características Fernandes Pinheiro quis apontar naquele homem: o poderio e as qualidades de esmoler.

Com simpatia é que sempre foi apreciada pelos portugueses a figura de Bueno para que as suas condições de homem poderoso e opulento fôsem assinaladas com as suas qualidades morais. Além disso, o procedimento de não se opor a Portugal. Logo, a sua projeção na história está ligada à vida colonial na época.

Fernandes Pinheiro argumenta com um processo histórico em que procura destacar um nome que teve significação em certos acontecimentos. E chama a atenção para o fato de «durante o domínios dos Felipes se haverem estabelecido no Brasil, principalmente nas capitanias meridionais, alguns castelhanos que, por seu caráter ativo e empreendedor, souberam adquirir certa importância, aumentada pela circunstância de estar então a nossa pátria submetida ao cetro dos fanáticos herdeiros de Carlos V.

«Relacionados com as principais famílias da terra e estritamente ligados entre si, formavam os castelhanos um *status in stato*, aos quais foi certamente desagradável a notícia que de Portugal e suas possessões ultramarinas reassumiam a própria autonomia».

Daí Fernandes Pinheiro deduzir as razões da conjuração que se tramava e em que entram os elementos de família, chegando a ir ao sogro e pai (principalmente dois genros e dois filhos) suggestionar Amador Bueno para que aceitasse a insígnia do poder.

Viveram, pois, radicados à Capitania de São Vicente muitos espanhóis e calcula-se como, durante os sessenta anos do domínio espanhol, acumularam vantagens para que não suportassem domínio português. Com isto a rivalidade entre duas espécies de gente. A descrição em que se conta essa divergência a tornar instável aquêl meio deixa ver que Fernandes Pinheiro tinha de fato a pena própria para traçar os fatos históricos.

Pedro Taques, lembra o cônego historiador, arrolou os que tinham vindo para o Brasil, procedente de Espanha, e assinala um novo elemento posto em jôgo na vida brasileira.

Acêrca da conjuração que tramaram, narrou Fernandes Pinheiro: «A êstes varões, recomendáveis pela nobreza de sangue, abundância de cabedais e ânimo resolutivo, se juntavam outros de menor importância, que, sob a sua direção e conforme um só plano, trabalhavam».

O modo dessa conspiração se articular contra a nacionalidade luso-portuguesa, vem então à luz.

Há, assim, particularidades, que surgem através da narrativa, tais como esta: «Por demais conhecedores do caráter paulistano, encobriram artificiosamente sua trama, ocultaram suas ulteriores vistas, e exageraram a importância da capitania, seus meios de defesa, a coragem de seus filhos, e o nenhum preito por êles ainda feito com a casa de Bragança, buscaram soprar em seus ânimos os sentimentos de altivez e de sobranceira...»

Mas importava achar quem «assaz prestigioso para impor respeito à *arraia miúda*, bastante rico para fazer face às subidas despesas que a representação da comédia política acarretaria». E acrescenta Fernandes Pinheiro:

«Receavam, porém, os conjurados da severidade de seus princípios e da lealdade proverbial. Acrescia a isto o haver êle nascido em Piratininga, e descender por sua mãe da nobilíssima família dos Pires, e julgarem-no, portanto, vinculado aos interesses portugueses.

«Desesperados de poderem convencê-lo, e nem sequer ousando tentá-lo, cogitaram comprometê-lo de modo que nenhum outro alvitre lhes restasse senão o de *aceitar os fatos consumados*.

«No dia e hora apazados reuniu-se grande porção de povo, capitaneado pelos castelhanos, às portas da modesta residência de

Amador Bueno, e começaram a aclamá-lo por seu rei e natural senhor». E Amador Bueno se recusou a ser rei.

De fato, houve um fundo artificial, com que se preparou um engano em que estiveram todos, de arrastar Amador Bueno: um fundo de comédia.

Não resultou consequência do acontecimento, apagando-se as figuras dos conjurados, tal foi a maneira com que Amador Bueno sobrepujou tudo para que subsistisse então somente o respeito à sua atitude moral de não pôr os seus interesses acima dos acontecimentos políticos. E, como nas comédias, tudo acabou bem.

Não se pode colher senão esta conclusão nessa biografia em que Fernandes Pinheiro pormenoriza, aclarando a questão espanhola na capitania de São Vicente. Talvez muita gente de Espanha tivesse sido reunida ali para fortalecer a Espanha no Brasil. para reagir a favor da Espanha, reagindo ela no interesse próprio. é o que comenta Fernandes Pinheiro; mas reagiu fora de tempo e quando já não era para reagir.

\* \* \*

As biografias de certo modo simbolizam o país de que são os biografados:

A preocupação intelectual e cultural foi a do Brasil manifestada até pelo Imperador que fazia, com toda a gravidade, por se mostrar homem culto com nomeada na Europa de que procurava aproximar-se.

Talvez pensasse êle que um monarca naquele tempo tinha de aceitar o espírito filosófico de uma época em que a filosofia confinava toda nas ciências, se construía com o espírito científico, como aconteceu com o positivismo, e isto em consequência do século XVIII e da mentalidade então reinante.

Talvez pelas ciências repercutiu no Brasil sem aquêlre requinte de mundanismo das mulheres cientistas como Madame de Chatelet e das sabichonas a quem Molière não poupou, levando-as à comédia.

No Brasil, Pedro II mostrava, com a sua austeridade incontestável, preocupação pelas ciências, dando-se a cultivar a astronomia e tornando-se egíptólogo. Essa atitude o enquadraria na história universal como um *monarca esclarecido*, o que talvez êle quisesse ser.

Mas as ciências em que o Brasil de fato tinha projeção universal, eram as ciências naturais, a História Natural. Eis o que já interessava Portugal, onde essa especialidade científica passou a ser muito cultivada. Os Reis faziam desenvolver-se êsse ramo científico, e principalmente Dom João VI incentivava as vocações



para êsses estudos. Conhecer essa ciência, era conhecer o Brasil, a América. Nomes que se destacaram universalmente vieram da Europa, curiosos pelo Brasil: exemplos dêsses nomes: Darwin, Humboldt, Von Martius, Saint Hilaire, quase que tôdas as celebridades de uma época. O Brasil, como campo de investigações científicas, foi objeto da atração geral.

A biografia do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira representa êsse ambiente, significa êsse espirito científico especializado, e Fernandes Pinheiro descreveu êsse feitio de cientista que vinha do tempo do Brasil ainda sob o domínio português.

Porém, homem de letras que era êste cônego, compôs o caráter de um sábio naturalista. Seguindo nisso antes o estilo de La Bruyère do que propriamente a história da Ciência a que pertenceu Rodrigues Ferreira, e traça o retrato moral dêsse sábio, mostra-lhe o feitio, a paixão pela ciência.

Relaciona assim o homem com o meio, mostrando então as particularidades de caráter daquele.

Mas com êstes retratos de frades franciscanos, principalmente com os de religiosos de projeção e que foram polemistas, poetas, pregadores, com estas figuras que se delineiam visíveis e vivas, aos olhos de todo mundo, não digo que êle chegasse ao que é filosófico, teológico, mas encontra-se desta vez com Chateaubriand. Enfim, é sempre a maneira geral de voltar a ela, a maneira que convinha a uma sociedade-democracia, revolucionária, de fato à século XVIII. Isto sim.

\* \* \*

A biografia, na pena de Fernandes Pinheiro, progrediu, tomou expressão no seio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vê-se que êle as escreveu muitas, concorrendo para que a instituição a que pertenceu com grande relêvo, fôsse um dos altos centros de cultura no Brasil.

## O CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Há na vasta produção do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro um aspecto de inegável simpatia — é a sua fidelidade ao Rio de Janeiro. Dentre suas inúmeras memórias, o tema da cidade natal ocupa lugar de incontestável destaque: *Motins Políticos e Militares no Rio de Janeiro*, *Paulo Fernandes e a Polícia de seu Tempo*, *Os Últimos Vice-Reis do Brasil*, *França Antártica* e, finalmente, *A Carioca*, tôdas publicadas na *Revista do Instituto Histórico* e, mais tarde, reunidas nos *Estudos Históricos*. São temas cariocas, em que ao valor da erudição alia-se a ternura da devoção filial.

Se há um tema central na formação da cidade do Rio, é este certamente o da captação do rio da Carioca. Em tórno dêle gira o ensaio do Cônego Fernandes Pinheiro, publicado na *Revista do Instituto*, t. XXV, 1862, pág. 565. O rio, hoje em dia quase sumido, foi a base da formação do núcleo urbano, que, mais tarde, tornar-se-ia a grande capital.

A epigrafe do trabalho é tirada de Rocha Pita autor que êle defende contra Southey (1), mas que não hesita em criticar com severidade, como preocupado «mais com a forma do que com a substância, mais artista do que filósofo».

Pena é que não tenha apontado no trecho do historiador baiano sôbre o rio Carioca («É fama, acreditada entre os naturais, que esta água faz vozes suaves nos músicos, e mimosos carões nas damas») a lembrança do cronista português Luís Mendes de Vasconcelos, na obra clássica *Do Sítio de Lisboa*, onde se diz do chariz de El-Rei que «é causa das boas vozes que em Lisboa docemente ouvimos cantar e também dos bons carões que conservam as mulheres» (2).

---

(1) *Resumo de História Literária*, II, Rio, 1873, pág. 415.

(2) *Apud* Camilo Castelo Branco, *A Queda de um Anjo*. Ed. Simões — Rio, 1953, pág. 28.

As acusações que geralmente se levantam contra o Cônego, especialmente a «insuficiência na substância», não têm aqui o menor cabimento.

O trabalho é recheado de documentos, obtidos no Arquivo Público, através da diligência do Comendador José Tomás de Oliveira Barbosa, honesta e escrupulosamente mencionado.

Trabalho de fôlego acêrca do mesmo assunto e que o atualize, só o de Noronha Santos, o maior conhecedor das coisas do Rio.

Tôda a contribuição do Cônego Fernandes Pinheiro é aí incorporada e abundantemente ampliada com a contribuição do Arquivo Municipal. A parte do Arquivo Nacional estava, fundamentalmente, estudada por Fernandes Pinheiro.

Não é possível, assim, negar «qualquer significação» à contribuição historiográfica do Cônego Fernandes Pinheiro.

Colacionar documentos reputados decisivos sôbre um tema e atendo-se a êles, traçar as linhas de um estudo eminentemente objetivo, incorporando as lições aproveitáveis dos cronistas antecedentes, não se pode considerar trabalho desprezível. É contribuição científica no alto sentido da palavra e aos estudiosos da história carioca não é possível deixar passar qualquer oportunidade sem consignar a êsse ilustre e sábio conterrâneo, carregado de serviços às letras históricas e ao ingrato ofício do magistério, as homenagens devidas a um nobre predecessor.

## CRONISTA-MOR DO IMPÉRIO

MOZART MONTEIRO

Candidatando-se ao título de sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que já era professor de Retórica, Poética e História Universal do Seminário de São José, apresentou um trabalho intitulado *Ensaio Sobre os Jesuítas*.

Foi em outubro de 1854, há precisamente um século. Contava o Cônego Fernandes Pinheiro 29 anos. Nessa idade, em qualquer país do mundo, são poucos os historiadores verdadeiramente ilustres. Dotado de vocação para os estudos históricos, — não para o trabalho de pesquisa ou erudição propriamente dita, mas para o de síntese histórica, pela interpretação e explicação de fatos conhecidos, o Cônego Fernandes Pinheiro elegeu, para tema de sua obra de estréia naquela douta associação cultural, uma questão difícil: difícil para toda gente, sobretudo para um sacerdote católico, ainda bastante jovem para julgar, — com conhecimento de causa, isto é, através de fontes puras, — fatos e fenômenos da História Universal, sujeitos a controvérsias entre os próprios mestres.

E qual era a questão que o jovem sacerdote se propunha examinar? Era se os Jesuítas «tinham sido úteis ou prejudiciais ao mundo em geral, e, em particular, ao Brasil». Não é positivamente, para um escritor católico, seja ou não sacerdote, uma tese convidativa. Não só o assunto, sob o ponto de vista científico, é árduo, quer pela sua extensão, quer pela sua profundidade, como também é ingrato, pelo seu aspecto religioso e, portanto, espiritual, que requer para o trabalho histórico neste caso, além de objetividade quanto aos fatos, uma grande dose de subjetividade, na maneira de os unir, interpretar e explicar, pesando e sopesando, arbitrariamente, causas e efeitos de sucessos humanos discutíveis.

Mesmo depois de transcorrido um século sobre êsse ensaio do Cônego Fernandes Pinheiro a verdadeira síntese histórica,



essencialmente científica, como preconiza Henri Berr, não passa ainda, em todo o mundo, de simples aspiração.

Ao iniciar a sua monografia, assinala o Cônego Fernandes Pinheiro que, desde os seus vinte anos de idade, quando ingressara nas lides jornalísticas, o assunto que mais o interessara fôra a solução do «grande problema» de saber «se os Jesuítas tinham sido úteis ou prejudiciais ao mundo em geral, e, em particular, ao Brasil».

Isso não é propriamente um problema de História. Se se tratasse de investigar, através de documentos, existentes em muitos países, — documentos já publicados e documentos ainda inéditos, — os fatos mais importantes ou mais significativos da história da Companhia de Jesus, desde suas origens até a sua extinção, far-se-ia, apenas, um trabalho monumental de erudição, através do qual se poderia ver tãda a existência do Instituto de Loiola. Tal trabalho, entretanto, não bastaria para resolver cientificamente, uma vez por tôdas, o «problema» formulado pelo Cônego Fernandes Pinheiro, ou seja, o de verificar, à luz da História Geral e, por conseguinte, das fontes relativas à matéria, se a Companhia de Jesus fôra útil ou prejudicial ao mundo, e, especialmente, ao Brasil.

A solução dêsse «problema», colocado nestes têrmos, seria tão subjetiva, que, embora algum tanto apoiada na objetividade de certos documentos, não poderia ser científica e, portanto, indiscutível. Tratando-se da interpretação e explicação de fatos e fenômenos, históricos e sociológicos, ainda não suficientemente documentados nem, por isso mesmo conhecidos, é evidente que, em vez de um problema e de uma solução, como pensava o Cônego Fernandes Pinheiro, o que se tinha era uma multidão de fatos históricos ainda mal estabelecidos através das fontes, e de diversas maneiras, pessoais e subjetivas, de os compreender e julgar. Admitindo-se que se pudesse formular êsse problema histórico, nos têrmos em que o fêz o Cônego Fernandes Pinheiro, e em que o têm feito outros autores na parte concernente à História Geral, êsse problema, por ser susceptível de várias soluções, tôdas arbitrárias e não científicas, seria, paradoxalmente, insolúvel.

Diante de tôdas essas dificuldades, acrescidas da circunstância de o autor em aprêço ser um padre católico, — dificuldades que, no campo da ciência histórica, são, até agora, quase as mesmas, porque a História, como ciência, se encontra ainda na infância, — o *Ensaio Sobre os jesuítas*, apresentado ao Instituto Histórico em 1854 e publicado pela primeira vez no ano seguinte, tinha, para

aquela época, como teria ainda hoje, incontestável mérito, bastante para justificar, perante o Instituto, a admissão do jovem autor.

Com efeito, quer na parte referente à atuação da Companhia de Jesus no cenário mundial, quer nos limites particulares do Brasil, o Cônego Fernandes Pinheiro, com os poucos elementos de que dispunha como fontes de estudo, e dentro do empirismo que então vigorava no trabalho histórico e que ainda hoje domina em nosso país, procurou conhecer a verdade.

Não sabia, — porque ainda hoje pouca gente sabe, — o que era a verdade histórica, procurada nos documentos, através do método. Não sabia que, só depois de encontrada essa verdade, isto é, só depois de estabelecidos os fatos humanos de que se cogita, e que estão mergulhados no passado, é que se pode tentar interpretá-los e explicá-los, fazendo-se a Síntese Histórica, que ainda é, nos nossos dias, um estudo embrionário.

A Comissão do Instituto Histórico que teve de emitir parecer sobre a memória apresentada pelo Cônego, assinalou, além da seriedade do ensaio e do brilho da erudição, a independência revelada pelo autor no modo de apreciar os fatos.

Com efeito, nesse trabalho do Cônego Fernandes Pinheiro, sobre assunto difícil para um sacerdote católico, manifestam-se, claramente, os dois requisitos essenciais, em escrito de tal natureza: sinceridade e imparcialidade. Sinceramente, imparcialmente, ora elogiando, ora criticando a Companhia de Jesus, o Cônego Fernandes Pinheiro só diz, no seu trabalho, o que lhe parece a verdade histórica. Se alguma vez se tiver equivocado na interpretação ou explicação de algum fato, de certo não o fêz por mal, — embora manifestasse com vigor suas idéias.

Há um século, o jovem e brilhante sacerdote, — que seria figura de relêvo nas letras nacionais, inclusive nas letras históricas, — pensava ter resolvido o «grande problema» que êle mesmo arquitetara, sobre a utilidade ou a nocividade da Companhia de Jesus, no cenário mundial e, em particular, no Brasil. Até hoje, à luz da ciência histórica, não é lícito formular êsse problema; porque, cientificamente, êle é insolúvel. Entretanto, o *Ensaio Sobre os Jesuítas*, publicado há um século pelo Cônego Fernandes Pinheiro, foi, por vários títulos, — e seria ainda agora, — trabalho interessante.

Já ressaltam aí os predicados de historiador que, cêrca de vinte anos mais tarde, recomendariam o Cônego Fernandes Pinheiro, como de fato o recomendaram, para o título, que lhe foi conferido,

de Cronista-Mor do Império, função que começaria a exercer no ano em que morreu. Então, com mais idade e cultura, — conservando a sinceridade e a imparcialidade, com que, desde moço, examinava os assuntos históricos, o Cônego Fernandes Pinheiro, que foi um operoso trabalhador intelectual, principiaria a escrever os *Anais do Império*. Mas sua vida, apenas de meio século, não chegou para tanto. E o Cronista-Mor do Império não se mostrou como tal, — o que, de certo, foi pena para as nossas letras históricas.

## O CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO E O «JUDEU»

BARBOSA LIMA SOBRINHO

Deve-se a Varnhagen a iniciativa da cópia do processo feito pela Inquisição portuguesa contra Antônio José da Silva, o «Judeu». No *Florilégio*, quando se referia a estudo de Rodrigo da Silva Pontes, que planejara promover uma edição das obras completas de Antônio José, acrescentara Varnhagen: «Oxalá possam lhe ser de alguma utilidade êstes nossos apontamentos e a íntegra no processo, que tivemos a fortuna de achar, e do qual, por ordem do dito senhor, fazemos tirar uma cópia. Demo-lhes desde já nossos emboras» (1). O fato é confirmado por Inocêncio: «O processo original do infeliz judeu existe hoje no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, para onde passou incluído nos demais papéis dos cartórios da Inquisição, que ali se recolheram no ano de 1821. Consta-me que dêle tirara, ou fizera tirar uma cópia exata o Sr. Varnhagen, a qual, segundo creio, remeteu para a côrte do Rio de Janeiro» (2).

Os dois processos foram realmente copiados e entregues ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pois que aí os encontrou e leu o Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Em ensaio publicado na *Revista Popular* do Rio de Janeiro e, mais tarde, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e, depois, recolhido aos volumes de seus *Estudos Históricos*, conta Fernandes Pinheiro: «Havendo encontrado no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro cópia autêntica dos dois processos formados pela Inquisição de Lisboa contra o Plauto fluminense, julgamos prestar algum serviço ao público, esboçando, a largos traços, as peripécias desta célebre causa, terminada por tão trágico epílogo».

---

(1) Varnhagen. *Florilégio da Poesia Brasileira*, ed. da Academia Brasileira de Letras, tomo I, pág. 263.

(2) Inocêncio Francisco da Silva — *Dicionário Bibliográfico Português*, 2ª edição, tomo I, pág. 176.



O estudo que então publicou o Cônego Fernandes Pinheiro não passa, na sua substância, de um transunto dos dois processos. Verdade que Varnhagen já os havia lido, fundando-se nêles para a biografia de Antônio José, no tomo I, págs. 201-214, da primeira edição do *Florilégio*, publicada em Lisboa, no ano de 1850. Coube, entretanto, ao Cônego Fernandes Pinheiro demorar-se na apreciação dêsses processos e cumpre reconhecer que o fez com exação e imparcialidade, tanto mais de admirar quando se devia levar em conta sua qualidade de religioso e sua categoria eclesiástica. Teve posição destacada na Igreja, como secretário particular do Bispo, Conde de Irajá. Foi lente no Seminário Episcopal, examinador sinodal e Cônego da Capela Imperial. Não obstante, pôde escrever sôbre processos da Inquisição com sentimento de justiça, sem trazer, em qualquer momento, o desejo de atenuar as responsabilidades, que êle próprio atribui ao Tribunal de Santo Officio, no julgamento de nosso infortunado comediôgrafo.

Fernandes Pinheiro, efetivamente, não justifica o processo contra a família de Antônio José. Refere-se à perseguição movida pelo bispo do Rio de Janeiro, Fr. Francisco de São Jerônimo, contra os *cristãos-novos*. Fala no «desabrimento» com que agira o Bispo «forçando a buscarem asilo a bordo da esquadra de Duguay-Trouin muitas das vítimas destinadas às *nefandas hecatombes da fé*». «Furioso por ver escapar ao seu zêlo inquisitorial tantas prêsas, redobrou o bispo de ardor, e olvidando-se de que era ministro de um Deus de paz e de clemência, ordenou novas e mais diligentes pesquisas», conta Fernandes Pinheiro.

É interessante acentuar que o Cônego da Capela Imperial não punha em dúvida o zêlo cristão do pai de Antônio José, o advogado João Mendes da Silva, autor de poesia de inspiração religiosa. Já não tem a mesma convicção diante da espôsa do advogado e mãe de Antônio José, Lourença Coutinho, que foi também acusada de judaizante. Registra, porém, que suas culpas haviam sido julgadas «leves», tanto que ela conseguira transpor «de novo os umbrais *della città dolente* e voltou aos pressurosos braços de seu espôso e caros filhinhos». A aproximação entre a Inquisição e o Inferno de Dante não horrorizava o eclesiástico brasileiro: Ao contrário, insiste na comparação, voltando a falar no reino «dell'eterno dolore», que é como denomina o Santo Officio.

A obsessão perseguidora do Tribunal da Inquisição mereceu-lhe também referências incisivas e veementes, quando narrava a obstinação, com que seus juizes seguiram de perto os passos da família de Lourenço Coutinho. Chega a desculpar a facilidade com que Antônio José, no primeiro processo, denunciara amigos e parentes, explicando: «Cumprê, outrossim, que nos lembremos que procura-

vam os algozes iludir as vítimas com fingida caridade, com refalsada ternura, exortando-as a fazerem inteira confissão de seus delitos, não omitindo nomes, moradas e profissões das pessoas com que se haviam relacionado, advertindo-lhes ao mesmo tempo de que de toda a verdade achava-se inteirada a Inquisição. Pessoas honestas, diz o Sr. Lopes de Mendonça, transformavam-se sem repugnância em voluntários denunciantes, os pais acusavam os filhos, as mulheres os maridos; a discórdia introduzia-se nas famílias, e o Santo Ofício não hesitava, exagerando tão funestas tendências, em impor ao povo, com severas penas, o dever da delação». Observa ainda Fernandes Pinheiro que «o vago da acusação, cujos capítulos era o indiciado constrangido a adivinhar o segredo acerca do nome dos denunciantes, aumentava o horror da situação, e poucos havia que conservassem a precisa placidez do espírito em tão crítica conjuntura».

No resumir e recordar os processos, Fernandes Pinheiro mantém, já não diria a mesma isenção, mas a mesma animosidade contra a Inquisição. Acentua o facciosismo dos testemunhos, a fragilidade da defesa, que tantas circunstâncias coagiam, para mostrar que só parecia haver no processo um empenho — o «de que fôsse o réu pôsto a tormentos». Narra o suplicio do potro infligido a Antônio José, pondo em paralelo o rigor do castigo e a blandícia das fórmulas usadas pelo Santo Ofício para observar que não sabia «o que mais admirar, se a fereza, ou hipocrisia dêses homens, que talvez por antífrase apelidavam o seu sanguinário tribunal de *Santo Ofício*». Mostra, ainda, o comentador que não faltara, no castigo de Antônio José, nem mesmo o termo final, em que a vítima prometia «o mais inviolável segredo sobre tudo o que vira ou ouvira nos antros do fanatismo».

Quanto ao segundo processo, não foram menos enérgicas as opiniões de Fernandes Pinheiro, que o descreve como uma perseguição odiosa e implacável contra o comediógrafo fluminense. «Não querendo largar a prêsa, diz o Cônego da Capela Imperial, recorreram ao seu consuetudinário expediente de envenenarem as ações mais simples e naturais dos indivíduos votados aos seus rancores». Descreve, então, o sistema de espionagem usado pela Inquisição dentro do próprio cárcere, fazendo vigiar o prisioneiro por meio de pessoas colocadas nos cubículos vizinhos, de onde deviam, por meio de buracos abertos na parede divisória, espreitar «as menores ações dos presos, dando-lhes a sinistra interpretação que dêles se devia esperar». Alude Fernandes Pinheiro às «miseráveis contradições em que caíram os seus delatores», narra a utilização de um «ente abjeto, por nome Bento Pereira, que não sabemos por que motivo parava nos cárceres do Santo Ofício, e talvez com promessas de perdão, ou qualquer outra recompensa, conseguiram

dê-lo o incumbir-se do odioso papel de serpente, introduzindo-o na mesma prisão em que guardavam o nosso ilustrado compatriota».

No segundo processo, Antônio José soube resistir aos convites para delatar pessoas incursas nas práticas do judaísmo. A idade lhe dera novas energias, evitando que incidisse no sistema de acusações, com que se maculou no primeiro processo. Manteve-se mais firme na negativa dos atos que lhe eram atribuídos — o que, aliás, seria de esperar quando se imagina que a confissão de réu relapso não podia ter outra penalidade que a morte. Mas Fernandes Pinheiro não recebeu a condenação de Antônio José como ato de justiça mas tão somente como o epílogo de «tôdas as calúnias forjadas contra a desgraçada vítima da iniquidade».

O certo era que a 11 de março de 1739 Antônio José se via condenado como «incurso nas penas infligidas à relapsia e como *hereje, apóstata, negativo e pertinaz*». Como a Inquisição não executava os condenados, reservando-se o que ainda considerava uma função de clemência, os réus eram então relaxados à justiça secular, que não tinha outra alternativa que a da execução do condenado, queimando-o em fogueiras, quando convicto até o fim, ou adotando o processo do garrote, se havia abjuração formal da heresia. Antônio José preferiu a segunda fórmula, que era a do arrependimento e do garrote.

A cena final da execução é relatada pelo Cônego Fernandes Pinheiro, que nos informa que o Santo Ofício exigiu nela a presença da mãe e da espôsa de Antônio José, o que êle comenta com frases realmente indignadas e candentes: «Confrangida a alma por tantos horrores, sirva-nos de lenitivo e doce consolação de haver-mos nascido num século e um país onde tais atrocidades parecem um mito».

Seria ainda maior o consôlo, ou o lenitivo, ao verificar que êsses conceitos veementes vinham de uma figura conspícua da própria Igreja Católica. Quando, na questão Religiosa, os inimigos da igreja reuniam argumentos com que profligar a influência do Vaticano, os processos de Antônio José foram recordados por um dos legionários do regalismo, Alfredo Moreira Pinto, num opúsculo publicado, em 1873, sob o pseudônimo de «Esquirós» e com o título *Antônio José da Silva e os Horrores da Inquisição*. A linguagem do publicista não seria mais ríspida do que a do Cônego Fernandes Pinheiro, citado, aliás, no opúsculo. Citado e louvado como um «ilustrado sacerdote a quem sobejam títulos, que lhe dão jus à consideração e respeito de todos quantos apreciam uma ilustração superior e um caráter distinto».

*Esquirós* fazia dêsse opúsculo um libelo contra a Igreja. Não seria essa, de certo, a intenção do Cônego da Capela Imperial,

mas tão-sòmente a reacção de um espírito afeito às normas, que pudessem assegurar a liberdade do cidadão ou a defesa de seus direitos e de sua liberdade. Se ainda assim nos surpreende, é que o clero dissociava sua responsabilidade ou solidariedade das atitudes da Igreja, opinando com uma noção de independência, que só o regalismo poderia explicar. Por isso o Cônego Fernandes Pinheiro se reservava o direito de falar, a respeito dos processos de Antônio José, de acôrdo com a sua consciência de homem e não com a subordinação de quem, por ser do clero, por isso mesmo se considerasse obrigado a defender todos os atos da Inquisição.

Essa independência de orientação concorria, por isso mesmo, para atribuir aos seus estudos a autoridade de um julgamento imparcial e que sabia colocar-se acima das limitações, que pudessem decorrer da posição eclesiástica do autor.

## II

### O FUNDAMENTO DOS DOIS PROCESSOS DE ANTÔNIO JOSÉ

No explicar, todavia, o fundamento dos dois processos, de que foi réu o comediógrafo de *As Guerras de Alecrim e da Manjerona*, há os que falam apenas no judaismo e há os que incluem aspectos da atividade literária de Antônio José.

O assunto, aliás, por muito tempo andou vedado aos comentários e às explicações, que poderiam atingir a ainda tôda poderosa Inquisição. Executado a 19 de outubro de 1739, as peças teatrais de Antônio José eram publicadas sem indicação expressa do autor, revelado disfarçadamente pelos editores, nos 14 versos de um acróstico famoso. Dois anos depois da fogueira da Inquisição, Diogo Barbosa Machado mencionava o nome de Antônio José da Silva e lhe atribuía a autoria das suas peças principais: *Variedades de Proteu, Guerras de Alecrim e da Manjerona, D. Quixote e Faetonte*. Silenciava, porém, quanto à sua morte, não mencionando nem o dia, nem as circunstâncias em que se dera. Êsse silêncio não foi perturbado no século XVII, limitando-se as referências aos aspectos literários, omitida a vida do comediógrafo e, sobretudo, suas dificuldades com a Inquisição.

Ainda depois do advento do século XIX, Ferdinand Denis, em 1826, no *Resumé de l'Histoire Littéraire du Portugal*, deixava perceber como andavam ainda ignorados êsses assuntos, quando mostrava Antônio José morrendo no meio das chamas, em 1745 — «et perit au milieu des flammes». Nem morreu na fogueira, nem a sua execução se deu em 1745, mas em 1739. O próprio Ferdinand



Denis se quicixava de haver procurado sôbre a vida e os escritos do infortunado Antônio José, algumas informações circunstanciadas, mas sem resultado : «mes efforts ont été inutiles».

Havia de ser um brasileiro quem haveria de levar um pouco de luz a êsse mistério. Êsse brasileiro foi Francisco Adolfo de Varnhagen, em artigo publicado no tomo IX da *Revista do Instituto Histórico* ou para ser mais preciso, na *Revista Trimestral de História e Geografia* ou *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. «O tomo é de 1847 e nêle se divulgava a biografia que três anos depois aparecia no *Florilégio da Poesia Brasileira*, tomo I, págs. 201-214. Dava notícia circunstanciada dos processos do Santo Officio, assim como de elementos biográficos divulgados nesses processos. E abria margem a uma explicação quanto à attitude da Inquisição, escrevendo :

«Os Inquisidores descobriram, de certo, alguma liberdade de pensamento nas Grandes verdades, que o filósofo dramático denuncia debaixo do envoltório do estilo picaresco. «Tôda a justiça acaba em tragédia», fêz êle dizer a Sancho, e a ninguém melhor servia a carapuça que aos Inquisidores. Também é possível que pretendessem achar no *Anfitrião* alguma revelação dos tratos, que passara nos cárceres : o certo é que o tomaram à sua conta».

Essa tese encontrou repercussão no famoso *Ensaio Biográfico-Crítico sôbre os melhores poetas portugueses*, de J. M. da Costa e Silva, publicado em 1855, e no qual se lê :

«É natural que a Inquisição tivesse em vista o poeta pelas censuras que aventurava nas suas peças contra o relaxamento do clero, e por tal, ou qual trecho do *Anfitrião* em que parece aludir ao mau tratamento que recebera nos cárceres; além disso a sua glória dramática devia criar-lhe invejosos, e os invejosos são sempre os inimigos mais terríveis, porque a inveja só cabe em almas vis, e estas nem se aplacam, nem escrupulizam nos meios de vingança» (3).

Coube a Fernandes Pinheiro insistir nessa versão e indicar o trecho do *Anfitrião*, a que se referiam Costa e Silva e Varnhagen. Nos *Estudos Históricos* lemos a seguinte explicação :

«Enfunadas pela aura popular as velas do amor próprio, olvidou-se Antônio José do solene protesto que fizera na Inquisição, de jamais revelar o que aí passara, e num trecho da ópera *Anfitrião* põe na bôca do protagonista palavras que tinham a maior afinidade com a sua própria anterior situação».

---

(3) Ob. cit. vol. X, pág. 332.

Cita Fernandes Pinheiro a passagem que, no pensar de Costa e Silva, deveria atrair as iras do Santo Ofício. Eram os decassilabos que assim diziam :

«Sorte tirana, estrêla rigorosa,  
Que maligna influís com luz opaca  
Rigor tão fero contra um inocente;  
Que delito fiz eu para que sinta  
O pêso desta aspérrima cadeia  
Nos horrores de um cárcere penoso  
Em cuja triste, lóbrega morada  
Habita a confusão e o susto mora;  
Mas se acaso, tirana, estrêla ímpia,  
É culpa o não ter culpa, eu culpa tenho;  
Mas se a culpa que tenho não é culpa  
Para que me usurpais com impiedade  
o crédito, a espôsa e a liberdade?»

Comenta Fernandes Pinheiro que «nem tanto era preciso para despertar a atenção dos que sôbre êle noite e dia velavam; importava, porém, buscar um pretexto para a nova perseguição que ideavam mover-lhe».

Essa versão encontrou acolhimento fácil. Ferdinand Wolf registrou-a (4) e Camilo Castelo Branco também a adotou no seu romance *O Judeu* (5). Acreditava-se assim, que o motivo para o novo processo era a atividade do comediógrafo e que a Inquisição procurava apenas um pretexto, para alcançar outra vez o seu antigo prisioneiro e que êsse pretexto havia sido a denúncia da escrava Leonor Gomes, natural de Cabo Verde e que, sendo castigada por desmandos e irregularidades de conduta, resolvera vingar-se no filho de sua senhora.

Teófilo Braga também insistia nessa versão, quando dizia que o «Júpiter que se transforma em Anfitrião, para gozar Alcmena, é o símbolo de D. João V, entrando disfarçado no Convento de Odivelas, ou indo vestido de mendigo beliscar as fidalgas na penumbra da Capela do Santíssimo Sacramento. Antônio José via todos os podres de seu século; fêz o mesmo que Molière na Côte do Júpiter Luís XIV, mas faltava-lhe um protetor, que o defendesse contra a prepotência dos Tartufos».

---

(4) *Le Brésil Littéraire*, pág. 33.

(5) *O Judeu*, vol. II, pág. 129.

Que poderia valer essa hipótese? Qual a causa efetiva do segundo processo de Antônio José? As críticas do comediógrafo? ou a acusação do judaísmo?

É o que vamos considerar em seguida.

### III

#### O MOTIVO LITERÁRIO

Não nos chega a impressionar essa explicação, quanto aos motivos do segundo processo. Os próprios versos não podiam ser levados a conta de alusão aos cárceres da Inquisição, pois que estão vinculados à situação de Anfitrião, que realmente poderia perguntar para que lhe usurpavam

«o crédito, a espôsa e a liberdade».

Quando estivera nas masmorras do Santo Ofício, Antônio José ainda não havia casado. Denominar «penoso» o cárcere, ou «lóbrega morada» em que «habita a confusão e o susto mora», não constituía alusão às prisões da Inquisição, mas a qualquer cárcere, de qualquer lugar ou país. No teatro de Antônio José não há preocupações satíricas. Ele procura divertir e não castigar os costumes e se há alguma coisa evidente nas suas peças é o desejo de que não se revele nas suas palavras o antigo prisioneiro do Santo Ofício, pois que nisso estava não apenas o segredo de seu êxito como a própria fórmula de sua sobrevivência. Na décima conhecida define-se, de alguma forma, sua arte teatral e sua política em face da Inquisição, política prudente de quem se considera demasiadamente fraco, para desafiar os familiares do Santo Ofício.

No processo instaurado contra Antônio José, encontra-se apenas uma ligeira e inexpressiva referência às suas atividades de escritor. Já em sua vida, segundo informação de Diogo Barbosa Machado, haviam sido publicadas algumas de suas peças, o que significava a posse de todas as licenças necessárias e que começavam exatamente pelas do Santo Ofício. Depois da morte de Antônio José, suas obras foram estampadas, ora sob o título de «Teatro Cômico», ora de «Operas Portuguezas». Não se dava o nome do autor, mas nem por isso se enfraquece o argumento, pois fôsse qual fôsse o escritor, não dispensariam elas o parecer do Santo Ofício, ponto de partida para a obtenção das demais licenças. Nunca se fez qualquer objeção aos trechos, apresentados como alusivos ao Santo Ofício — o que se não chegaria a compreender, se o Santo Ofício se considerasse realmente alvejado

nas referências mencionadas. Estavam nesse caso as edições de 1744, 1746, 1747, 1751, 1753 e 1759.

Também a representação de suas peças não encontrou dificuldades e não chegou a ser proibida. Em 1761, quando foram celebrados os esponsais da Rainha D. Maria I, na Bahia, a comédia escolhida para os festejos foi exatamente o «Anfitrião», de Antônio José da Silva. Na famosa Casa de Ópera do Padre Ventura chegaram a ser representadas as peças «Labirinto de Creta» e «A vida de D. Quixote», de Antônio José, «bem assim quase todo o teatro dêsse infeliz comediógrafo». Ardeu a Casa de Ópera, quando era representada a peça «Os encantos de Médéia» (6). Não me parece que fôsse possível essa repetição das comédias do Judeu em pleno reinado de D. Maria I, que era tão hostil ao teatro se lhe fôsse atribuído, ou reconhecido, qualquer propósito de sátira contra a autoridade real. Outro ponto a assinalar é que as suas obras nunca figuraram nas interdições do Santo Ofício, que não chegou a ligar a autoria das peças à condenação de Antônio José (7). Houve, para o seu teatro, uma vida autônoma, independente do destino do comediógrafo, o que por si só desautoriza qualquer hipótese de estar prêso o segundo processo às atividades do escritor.

Outra versão admite que pudesse haver influído, na atitude da Inquisição, um objetivo de cupidez. Mestre João Ribeiro dizia que «não devia entrar por pouco a ganância e a avareza dos santos inquisidores, pois a confiscação dos bens dos prêsos foi sempre averiguadamente uma das hipóteses mais aceitas pelos historiadores da Inquisição. Era êsse um banditismo comum do Santo Tribunal; matava os herejes principalmente para os roubar e espoliar; não lhe pareciam a fortuna e os tesouros dos incrédulos tão poluídos como as almas dos possuidores» (8). Antônio José, porém, não tinha fortuna. A lista dos bens confiscados atesta a modéstia de sua vida e de seus haveres. A menos que se admitisse a hipótese de Camilo, que imaginara um tesouro escondido e que Antônio José encontrara e descrevera a um certo Duarte Cottinel Franco, que por isso mesmo o denunciara, para se apossar do tesouro descoberto.

Conjecturas e fantasias, nada mais, destituídas de força e autoridade bastante, para que pudessem explicar o segundo processo de Antônio José e a penalidade extrema a que o condenaram.

Continuemos em busca dessa explicação.

---

(6) Henrique Marinho, o *Teatro Brasileiro*, pág. 19.

(7) No mesmo sentido, Evaristo de Moraes, *Cárceres e Fogueiras da Inquisição*, pág. 39.

(8) Antônio José, *Teatro*, ed. Garnier, tomo I, pág. 17.



IV

A ACUSAÇÃO DE JUDAISMO

Por exclusão, chegamos à explicação do judaísmo, que nos parece ter sido o motivo do segundo processo de Antônio José e a razão de sua condenação à pena capital. Nem pode haver mais dúvidas a êsse respeito, depois da documentação apresentada e criticada por João Lúcio de Azevedo, nas suas *Novas Epanáforas*, publicadas em 1932. Começou mostrando que o ponto de partida do processo não fôra a denúncia da escrava Leonor Gomes, como se fizera notório entre todos os escritores, de Varnhagen a Capistrano de Abreu.

O eminente historiador das *Novas Epanáforas* fez derivar todos os processos contra a família de Antônio José da denúncia de uma cristã nova, Catarina Soares Brandão, que receiosa de aparecer envolvida nos autos inquisitoriais, tomou a ofensiva e se decidiu a acusar todos os convivas de um certo banquete, realizado ainda no Rio de Janeiro, nas bodas de Catarina Marques com o senhor de engenho Manuel de Paredes. Passados oito anos, a memória de Catarina Soares Brandão ainda conseguiu enumerar 79 pessoas, acusadas de haverem, no referido banquete, cometido a heresia de beberem vinho a que chamavam, por debique, de sangue de Cristo. A família de João Mendes da Silva foi prêsa em consequência de diversas denúncias dessa época, não apenas a de Catarina Brandão como a de Diogo Lopes Flores, a de Manuel do Vale da Silveira e a de João Alves Figueiró. Chegaram a Lisboa marido e mulher em outubro de 1712, acompanhados de três filhos menores, Baltasar, André e Antônio. No Auto da Fé de 9 de julho de 1713 desfilaram, além de João Mendes da Silva e sua mulher Lourença Coutinho, três irmãos e três irmãs de João Mendes, sua sogra, cinco cunhados, além de outros parentes, condenados às penas usuais de abjuração, cárcere e hábito penitencial, a arbítrio dos Inquisidores, e confiscação de bens. Nessa época, Antônio José era ainda uma criança, pois nascera em 1705.

No processo de 1726, em que se viu envolvido o próprio Antônio José, a denúncia partira de um estudante baiano, Luís Terra Soares de Barbuda e atingira três primos de Antônio José, filhos de Maria Coutinho, que era irmã de Lourença Coutinho. Esta foi alcançada pelo Santo Ofício, em consequência de depoimento de um de seus sobrinhos, condenado, aliás, à pena capital. Ela própria não escapou ao suplicio do potro. O sobrinho, que a denunciara, padeceu a pena capital no Auto da Fé de 16 de outubro de 1729. Três anos antes seu filho Antônio José havia sofrido

suplício idêntico e figurara no Auto de Fé de 13 de outubro de 1726.

O segundo processo contra Antônio José resultou de denúncias que, embora não o citassem, envolviam sua espôsa Leonor de Carvalho, sua mãe Lourença Coutinho e alguns de seus irmãos. O denunciante era Simão da Fonseca, filho de Maria de Valença, que se acolhera à casa de Páscoa dos Rios, espôsa de um dos irmãos de Antônio José, chamado André Mendes da Silva. J. Lúcio de Azevedo explica o testemunho de seus companheiros de cárcere. Na verdade, o judaísmo de Antônio José era realmente para suspeitar, quando se considerava o conjunto de circunstâncias que iam acompanhando o destino dessa família de cristãos novos, tão duramente castigada pela Inquisição. É um fato por si mesmo impressionante, que João Mendes da Silva escapasse com vida e pudesse dedicar-se à sua profissão de advogado, enquanto que a espôsa Lourença Coutinho e suas irmãs continuavam seguidas de perto pelos esbirros do Santo Ofício. Não era apenas Antônio José que se via alcançado pela Inquisição, mas também sua mulher Leonor Carvalho, que já havia sido penitenciada pela Inquisição de Valladolid, e ainda sua mãe Lourença Coutinho e numerosos parentes. Não temos dúvida que o segundo processo contra Antônio José teve os mesmos motivos do primeiro, quando êle ainda não iniciara sua vida de escritor. Era sempre a mesma arguição e a mesma suspeita: a de judaísmo.

Poder-se-ia discutir se ficou provada ou não a alegação nos dois processos instaurados pelo Santo Ofício. J. Lúcio de Azevedo considera fora de dúvida a acusação e não se pode contestar que as circunstâncias que acompanham a vida de Antônio José e de sua família fortalecem singularmente a tese do historiador. Houve uma espécie de acôrdo geral na autonomasia, de *O Judeu*, com que êle ficou sendo conhecido e que naturalmente não lhe seria dada, se não correspondesse à sua atitude e aos seus antecedentes e tendências. Os que assim o denominam estão dando razão, de alguma forma, à sentença do Santo Ofício, quando o condenou como judeu e reincidente nas práticas do culto judaico.

O que deixa dúvida, em todo o caso, são os processos existentes. Quem os lê e os estuda, não os considera convincentes, sobretudo se os observarmos dentro dos atuais critérios de processualística. Que poderiam valer aqueles testemunhos de companheiros de prisão, empenhados nesse trabalho de espionagem, que devia corresponder aos desejos ou intenções do Santo Ofício? Não pareciam testemunhas mas acusadores profissionais, dedicados à tarefa de castigar essa família de judeus, que continuava a dar trabalho à Inquisição.

O Cônego Fernandes Pinheiro vai mais longe ainda, pois que considera «intuitiva a inocência do indiciado, que inspirou a seus advogados uma concludente defesa, em que pulverizaram o libelo provando vitoriosamente que o seu cliente, depois que passara da religião de Moisés para a de Cristo, não cessara um só dia de cumprir os deveres de um bom católico, freqüentando as igrejas, ouvindo nelas missas nos dias de preceito, deixando de fazê-lo todos os dias em razão dos ônus da advocacia a que se dedicava, de que pouco lazer restava para outros deveres: que confessava-se e comungava não só por obrigação quaresmal, como em várias outras ocasiões; que com muita devoção rezava e encomendava-se à Nossa Senhora, dava muitas esmolas não só aos pobres como também aos santos, venerava o Santíssimo Sacramento e o acompanhava sempre que era levado por viático aos enfêrmos: adorando e venerando como lhe cumpria as imagens de Jesus Cristo, da Virgem Santíssima e dos Santos. A essas provas adicionaram ainda o bom conceito em que era tido o seu cliente pelas pessoas piedosas do seu conhecimento, entre as quais se contavam sacerdotes e religiosos de várias ordens, inclusive a de São Domingos, cujos depoimentos requeriam que fôsem tomados. Perfeitamente concordes foram as declarações dos dominicos Frei Antônio Coutinho, Frei Luís de São Vicente Ferreira e Frei José da Câmara com as do padre-mestre Frei Diogo Pantoja, religioso graciano o Padre Bruno de Almeida, mestre de cerimônias da Patriarcal, e Dr. Jerônimo da Silva de Araújo, juiz de fora de Alter do Chão». Todos afirmaram a fidelidade de Antônio José às práticas do catolicismo. Padre Frei Luís de São Vicente Ferrer dizia que Antônio José da Silva «na sua igreja ouvia missa e se confessava a miúdo com tôda a humildade de cristão; e assim tôdas as ações exteriores eram de que vivia catolicamente». O Padre Frei Antônio Coutinho, religioso de São Domingos, depunha no mesmo sentido, dizendo que o réu «me pareceu sempre pessoa de boa vida e costumes, por falar em tôdas as matérias com muito concêrto e com grande atenção, principalmente das de fé, de forma que êle, testemunha, fazia um grande conceito do mesmo; e dizendo-lhe um religioso seu, que o dito Antônio José tinha sido penitenciado pelo Santo Ofício assentou consigo que o mesmo estava verdadeiramente arrependido, por lhe não ver ação alguma, que não fôsse de verdadeiro católico».

Contra êsses testemunhos prevaleceram depoimentos, cuja suspeição parecia fora de dúvida, pela condição dos informantes. Eram espiões, familiares do Santo Ofício, incumbidos de seguir a vida de Antônio José, dentro de seu cárcere, vigiando-o pelas frinchas do teto do cubículo. A êsses vigias se acrescentaram dois companheiros de cela de Antônio José, um Bento Pereira, descrito

como «meio cristão novo» e prêso à ordem do Santo Ofício, e José Luís de Azevedo, réu prêso da Inquisição.

Coube aos familiares do Santo Ofício espionar as atitudes de Antônio José nos dias do jejum judaico. O curioso é que a espionagem não se restringia a êsses dias de guarda, isto é, às segundas e quintas, segundo o monitório de D. Diogo da Silva. Entre os cinco dias escolhidos pela Inquisição havia uma terça e uma quarta-feira. Não se modificava, porém, a atitude do prisioneiro de um dia para o outro, dos dias comuns para os dias de jejum. O que parece provado é que êle se alimentava escassamente, e para não provocar maiores represálias, atirava nos vasos do cubículo a comida da prisão. É verdade que se atesta nesses depoimentos que Antônio José, nos dias de jejum, só se alimentava depois da Ave Maria. Mas nos outros dias, sua refeição principal foi às mesmas horas dos dias de guarda, o que parece revelar um hábito doméstico. Por isso o jejum judaico é atestado pelos familiares do Santo Ofício durante todos os dias de espionagem, isto é, em duas quintas-feiras, numa segunda-feira e numa terça e quarta-feira, o que era levar muito longe a identificação do jejum judaico, equiparado, assim, a um regime de faquirismo.

Durante cinco dias, Antônio José foi observado pelos familiares do Santo Ofício, que o vigiavam pelas frinchas do teto do cubículo, sem que êle pudesse desconfiar dessa espionagem. Quatro familiares se revezavam, por meio de turmas de dois, durante o decurso de cada dia. Descontados os que voltaram à espionagem, nada menos de 17 familiares concorreram, com os seus testemunhos, para a condenação de Antônio José. Todos êles terminavam o depoimento, declarando que não haviam visto, por parte do réu, nenhuma ação de católico. Mas a leitura dêsses depoimentos compromete a conclusão a que chegaram, revelando que Antônio José teve numerosas atitudes, que poderiam ser levadas à conta de sentimento católico.

É assim que na descrição do chamado primeiro jejum, numa quinta-feira, 2 de abril de 1738, os observadores da parte da manhã assinalavam que Antônio José passeava «com as mãos metidas nas mangas do roupão e bulindo com os beijos como quem rezava» — atestavam os familiares do Santo Ofício Maximiliano Gomes da Silva e Antônio Rodrigues Henriques. Os outros dois espias da parte da tarde diziam que Antônio José estivera deitado «até as Ave Marias e então se pôs de joelhos, rezou e benzeu-se» e que mais tarde, acabando de comer, «deu graças e benzeu-se» — o que é narrado uniformemente pelos dois familiares da parte da tarde — Antônio Gomes Esteves e Antônio Batista. No segundo jejum se informou que êle ajoelhara



nas Ave Marias e «benzeu-se apressadamente», sendo de notar o advérbio, que chega a ser pitoresco, na preocupação de tirar sentido religioso ao ritual, pelo fato de não ser demorado. Assim em todos os dias da espionagem, ao tocar a Ave Maria, Antônio José ajoelhava, na descrição uniforme de dez familiares que o vigiavam. Um deles pormenorizou que Antônio José «ao ouvir tocar as Ave Marias, se pôs de joelho junto da canastra, levantou as mãos e logo as meteu nas mangas do roupão, e esteve de joelhos o tempo em que se podiam rezar três Ave Marias e no fim se benzeu apressadamente». «De outra vez, e justamente numa quinta-feira, dia de guarda para os judeus, Antônio José, ao levantar-se, esteve pouco mais de meio quarto de hora de joelhos e por três vêzes beijara o chão. O familiar Francisco dos Reis Santos narrava que certa feita Antônio José chegara à grade «e pela fresta do cárcere olhou para o céu, em que se demorou algum espaço de tempo, pôsto de joelhos, com alguma devoção para o ar». Registravam mesmo que êle abrira o livro das Horas.

Mas tudo em pura perda. Quando achavam que rezava, acrescentavam que não sabiam se o fazia como católico; se o viam mexer os lábios, declaravam que não sabiam se rezava. Quando êle se benzia, ou acrescentavam que o fizera «apressadamente», ou que não podiam dizer «se êle o fêz como católico». O que se pode concluir dêsses testemunhos, é que poderiam servir também para comprovação dos sentimentos católicos de Antônio José. A questão estaria em interpretá-los dessa forma, pois que eram numerosos os atos de inspiração religiosa e, sobretudo, constante a reverência com que se ajoelhava, na hora da Ave Maria. Como se vê, os depoimentos dos familiares do Santo Ofício não autorizariam a condenação do réu, se considerados de espírito desprevenido.

É verdade que houve, também, o testemunho de dois presos, que fizeram companhia a Antônio José no seu cubículo, por determinação do Santo Ofício e com o propósito evidente de o comprometerem. Êsses depoimentos eram de José Luís de Azevedo e de Bento Pereira, ambos prêsoes do Santo Ofício, ambos interessados em comprometer o companheiro, quando se sabia o que representava a delação para os juizes da inquisição. A leitura atenta dêsses depoimentos não chega a convencer, quando se vê que Antônio José explicava seus jejuns pela impossibilidade de suportar os alimentos da prisão ou evitava responder às perguntas tendenciosas do companheiro. Bento Pereira chegava a dizer que Antônio José, de costas para êle,  *fingia* que comia — conclusão a que chegava, dentro da própria cela, por meio de suposições discutíveis e precárias. Testemunhava Bento

Pereira que Antônio José ajoelhava durante as Ave Marias, mas afirmava que não rezava, porque não o ouvia rezar, nem lhe sentir bolir os beijos, nem se benzia, quando dez familiares já haviam informado que êle se benzia, embora não soubessem dizer se o fazia como católico. Não seriam essas declarações o meio proporcionado a êsses denunciante para fugir a castigos mais severos? Que valor atribuir a palavras que o interêsse envenenava? Poderia prevalecer o depoimento de Bento Pereira, quando dizia que Antônio José não se ajoelhava nas Ave Marias, contra o de 10 familiares do Santo Ofício, que haviam testemunhado o contrário? (9).

Tudo isso nos leva à convicção de que o processo contra Antônio José fôra orientado no sentido da condenação. O Santo Ofício estava convencido do judaísmo do filho de Lourença Coutinho e não podendo, ou não querendo alcançar a mãe, ou a espôsa de Antônio José, tomou-o como responsável pelas culpas da família, dispondo, nesse sentido, as provas que aliviassem a consciência dos julgadores. Não obstante o que êles deixaram, nos arquivos da Inquisição, não chega a convencer a leitores mais exigentes em matéria de prova ou quanto às garantias de uma processualística adstrita à verificação da verdade.

A conclusão aliás a que se pode chegar é que Antônio José podia não ser um católico sincero, mas praticava o culto, respeitando os preceitos, freqüentando a Igreja, comungando regularmente, praticando os atos externos da Fé. Diante dos usos atuais, por exemplo, sua relapsia afigura-se catolicismo exemplar, a julgar pelo que se lê no segundo processo instaurado contra êle. Mas na época em que êle vivia, reclamava-se muito mais dos católicos e o relaxamento no culto podia passar fâcilmente à categoria dos crimes contra a Fé. Situação essa que se tornava muito mais grave e delicada, quando se tratava de alguma família de cristãos novos, já penitenciados pelo Santo Ofício.

Êsse o drama vivido pela família de Antônio José. É provável que nem todos os seus componentes estivessem intimamente convictos da doutrina católica. As perseguições justificavam atitudes dissimuladas, em que a mesa da comunhão se alternasse com os jejuns judaicos. Outras vêzes seria difícil vencer usos tradicionais, tornados hábitos familiares mais do que manifestações de fé religiosa.

---

(9) Diz Capistrano de Abreu que «Sobre estas duas testemunhas decisivas apurou Teófilo Braga preciosas informações. Não existe o processo de José Luís de Azevedo e pode supor-se que era falso prêso, destacado para delator; Bento Pereira, soldado de cavalaria dos Dragões de Beja, então aquartelado em Santarém, foi sôlto no próprio dia da execução de Antônio José». (*Ensaio e Estudos*, 3ª série, pág. 61).

Por tudo o que se conhece de Antônio José, não se chega à convicção de sua crença judaica. Ele parece ter sido dessas pessoas que não são capazes de uma fé profunda e de uma preocupação religiosa absorvente. Seguiu o catolicismo por uma necessidade da sua vida e condição até mesmo de sobrevivência. Não há sinais de convicções judaicas nem na sua obra, nem na sua vida. Devia estar longe de suas preocupações, ou de seus ideais, o martirólogo religioso. Mas o meio em que êle vivia continuava imbuído de tendências e hábitos judaicos. É possível que sua mãe e sua espôsa fôsem mais firmes na obediência ao rito e aos costumes do povo de Israel. Lourença Coutinho, nos seus diversos processos, deixa a impressão de resistência obstinada. Leonor de Carvalho, espôsa de Antônio José, revela, também, sua pertinácia, até depois da morte do marido, quando se refugiou, com o filho, em Amsterdam, que era abrigo natural dos judeus perseguidos pela Inquisição (10).

Antônio José respondeu pelas culpas da família. A Inquisição não ignorava a obstinação com que os judeus guardavam suas tradições e sua fé. De tempos em tempos ela respondia por meio de providências radicais, usando o castigo como argumento de proselitismo. Nem sempre seria fácil, ou possível, a prova, quando a dissimulação se havia tornado recurso legítimo, para contornar a violência implacável da perseguição. Mas há que ver nos seus processos menos o escrúpulo judicial, de quem reúne provas e a elas subordina a decisão final, do que um ato político, numa luta sem tréguas. A condenação de Antônio José obedeceu, como nos parece, a essa orientação geral e pode ser considerada como uma demonstração de força da Inquisição; se não diante de um judeu convicto, ao menos diante de uma família numerosa, que ainda se mantinha fiel a boa parte dos usos e dos preceitos talmúdicos.

---

(10) João Ribeiro no prefácio das Obras de Antônio José, I, pág. 21. (*Jornal do Comércio*, 13-11-1955).

## TRÊS ESTUDOS DO CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO

JOAQUIM THOMAZ

A obra do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro é dessas que resistem ao tempo, tal a solidez da sua construção e o valor do seu merecimento educativo e cívico. Ela é o reflexo da própria vida do grande professor de Teologia do Seminário Episcopal e de Retórica, Poética e História Universal do mesmo Seminário, cadeira para a qual foi nomeado em 1852, ano em que recebeu a murça de cônego da Capela Imperial. Doutor em Teologia pela Universidade de Roma, capelão e vice-diretor do Instituto dos Meninos Cegos, dedicou-se quase que exclusivamente ao magistério quando, depois de brilhante concurso no Pedro II, em 1857, foi nomeado catedrático da cadeira de Retórica e Poética e da de Literatura Nacional. Foi um dos melhores mestres do seu tempo. O ensino que ministrava era um rastro de luz nas imaginações sequiosas do saber. Cem anos são decorridos desde que recebeu, em 1854, a comenda da Ordem de Cristo. Foi pena não ter podido realizar a parte mais importante da sua obra depois de nomeado Cronista do Império. Deveria elaborar os *Anais do Império*, o que não concretizou por ter falecido no ano seguinte, aos 15 de janeiro de 1876.

A obra de reflexão de Fernandes Pinheiro tem impressa em seu conteúdo aquêlê desapêgo querido, raciocinado, sistemático de que fala Bergson, pois que se baseia na realidade da consciência e se reflete no idealismo que predomina na alma. Iniciou-a em 1854 com um *Ensaio Sobre os Jesuítas*, apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico, trabalho com que ingressou naquele Instituto e mereceu de Joaquim Manuel de Macedo um relatório encomiástico. Além de uma série copiosa de biografias opulentas e críticas de vultos políticos e literários, publicou dois livros de poesias, nos quais se encontra um espírito lírico e contemplativo da natureza: *Carmes Religiosos*, publicado em 1850, e *Melodias Campestres*, dado a lume em 1851. Duas obras notáveis deixou ainda para a glória do seu nome : o *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862) e o *Resumo de História Literária* (1873).



No *Curso Elementar* se tornou êle, para usarmos as expressões de Mário Portugal Fernandes Pinheiro, autor de um esboço biobibliográfico (*Revista do Instituto Histórico*, vol. 217, pág. 209) sôbre o illustre antepassado, «um precursor e um dos pioneiros da crítica literária no Brasil». É óbvio dizer no entanto que Fernandes Pinheiro tenha encontrado, nos arquivos e bibliotecas, dificuldades para a consecução do programa que antes traçara. Produziu porém alentado trabalho, em dois volumes, abrangendo no primeiro as literaturas hebraica, grega, latina, italiana, francesa, inglêsa, alemã, espanhola e a hispano-americana, e no segundo, as literaturas portugêsa e luso-brasileira. Fernandes Pinheiro foi o primeiro a dividir a nossa literatura em três períodos : o da formação (séculos XVI e XVII), o do desenvolvimento (século XVIII) e o da reforma (século XIX). Trabalhador incansável, de rara erudição, tempo houve em que foi moda abatê-lo, segundo comentou Carlos de Laet, seu dileto discípulo: punham-se em relêvo os seus defeitos de estilo, que por vêzes o tinha artificioso e tímido, e apoucavam-lhe o mérito da não vulgar erudição. «Hoje que está morto, escrevia Laet, em artigo no *Jornal do Comércio*, de 12 de agosto de 1883, não faz mal dizer tôda a verdade; foi um laborioso escritor e professor consciencioso; na cadeira que occupou talvez tenha sido igualado, mas ainda não foi excedido».

Entre os livros deixados pelo Cônego Fernandes Pinheiro, nenhum nos parece mais digno de recordação que os *Estudos Históricos*, dois volumes editados pela Garnier em 1876. Alguns poderão falar mais alto da sua cultura, como o *Curso Elementar de Literatura Nacional* e o *Resumo de História Literária*. Outros dirão da polimorfia do seu talento poético e crítico. Ainda outros denunciarão os seus dotes de biógrafo. Nenhum tem, porém, o sentido nacional dos *Estudos Históricos*, cheio de perspicácia e lucidez, bem traçado num plano alto e sem ondulações.

Três ensaios nos merecem, nessa obra notável, um mais demorado exame : *Luís do Rêgo e a Posteridade*, *Os Últimos Vice-Reis do Brasil* e *Motins Políticos e Militares no Rio de Janeiro*.

## LUÍS DO RÊGO E A POSTERIDADE

Um dos mais substanciosos ensaios do Cônego Fernandes Pinheiro, dos mais substanciosos porque de mais densidade de observação, é o consagrado a *Luís do Rêgo e a Posteridade*. Sabe-se em que situação delicada o Marechal de Campo Luís do Rêgo Barreto se tornou capitão-general de Pernambuco. A revolução de 1817 triunfara sem grande resistência e o Conde dos

Arcos, obediente à diretriz de D. João VI, tomara medidas severas que culminaram no envio de tropas aguerridas e a instalação do Tribunal de Alçada, para julgar os insurgentes. A história tem interpretado de maneiras diversas não somente a atuação de Luís do Rêgo como a severidade exagerada do Tribunal de Alçada. Tudo isso refletia os sentimentos que deixara na alma pernambucana a reação dominada pelo espírito de vingança e o desconhecimento da indulgência que parece ter sido intencional no rei e pouco receptível nos seus emissários. A figura do Conde dos Arcos surge, entretanto, como mais propensa aos exageros da severidade que a daquele que por estar no teatro das lutas poderia melhor compreender a delicadeza do drama desenrolado na terra sonhadora dos pernambucanos.

Para principiar, basta salientar-se que o movimento de 17 eclodiu precipitadamente, antes do tempo. O alento revolucionário levado ao Recife desde 1814 por Domingos José Martins e que se alastrara nas reuniões das futuras lojas maçônicas, tornara-se impaciente a ponto de cometer a imprudência de explodir antes de devidamente aparelhado. Eis o que dizia uma carta escrita pelo Desembargador João Osório de Castro Sousa Falcão ao Ministro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal (MS da Secretaria do Império): «Segundo aqui tenho concebido, o projeto da revolução era antigo em Pernambuco, a explosão porém no dia 6 de março foi intempestiva e obra do acaso. As idéias revolucionárias transmitidas em 1810, por Francisco de Paula Cavalcanti e Luís Francisco de Paula, e de que houve denúncia, êstes dois foram prêsos, e depois soltos por falta de prova, porque no exame dos papéis (como dessa devassa se sabe) uma das cartas foi abafada pelo escrivão Fonseca que em prêmio recebeu quatrocentos mil réis. As idéias começadas pelos dois Arrudas, médicos em Goiana, pelos vigários de Santo Antônio e Recife, cresceram e propagaram-se pelo estabelecimento das lojas maçônicas nas quais excluídos das suas sessões particulares os maçons europeus, a maior parte dos que eram filhos do país, seduzidos desde 1814 pela chegada de Domingos José Martins, se fizeram conspiradores. O ódio geral antigo e entranhável dos filhos do Brasil contra os europeus que chamavam *Marinheiros*, que cuidaram em aumentar invertendo os fatos da história da restauração, passada sobre os holandeses, deduzindo daí decretos de propriedade, doação a S.M. com exclusão de quaisquer impostos, foram as persuasões que serviram de mola para dar movimento ao detestável e de que se serviram com especialidade no dito dia 6; idéias de igualdade embutidas aos pardos e prêtos lhes afiançava o bom êxito pelo aumento considerável do seu partido, e contavam sem dúvida com os mais

mações brasileiros nas outras capitanias; nesta parte porém ainda não estava maduro o projeto».

Mesmo sem estar maduro o projeto, tornou-se realidade em Pernambuco. Acompanha-o passo a passo, circunstanciadamente, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, investigando as causas da revolução e mostrando o seu desenrolar, os seus altos e baixos, os seus brilhos e as suas sombras na estrada da história. A causa principal foi o desmedido amor da liberdade e o orgulho nacional dos pernambucanos que, segundo Antônio Joaquim de Melo, na sua *Biografia d'alguns poetas e homens ilustres da provincia de Pernambuco*, já estava desde muito entranhada no *intimo senso* e vontade de todos. A *Guerra dos Mascates* cavara ainda mais a distância entre os nascidos aquém e além oceano, pois aos brasileiros tudo era negado, empregos e patentes de capitão. É verdade que a franquia dos portos ao comércio estrangeiro veio melhorar sensivelmente a tensa situação existente. O descontentamento geral voltou a imperar diante da administração militar imposta despoticamente. A altivez dos pernambucanos não podia sujeitar-se a tal estado de coisas. No *Correio Brasiliense* de Hipólito José da Costa, editado em Londres, liam-se denúncias contra *mortes, roubos e tôda sorte de maldades*, e tendo disto a culpa o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Pelos valiosos e autênticos documentos manuseados por Fernandes Pinheiro se vê o Governador Pinto Montenegro receber em 1 de março de 1817 a denúncia levada pelo Desembargador José da Cruz Ferreira de que o movimento sedicioso rebentaria pela Páscoa, por ocasião das solenidades em honra da aclamação de D. João VI. Tomou muitas medidas precipitadas, revelando grande nervosismo, visando especialmente os que se reuniam à noite em casa de Domingos José Martins e «publicou no dia 4 uma imprudente ordem do dia em que admitia oficialmente a existência duma suspeita que não havia ainda se convertido em fato». As prisões determinadas para o dia seguinte alertaram os rebeldes, já prontos para a luta quando se realizou no dia 6 o Conselho presidido pelo capitão-general. Assentou-se nesse Conselho, segundo Fernandes Pinheiro, que o Marechal José Roberto se encarregaria de prender o Padre João Ribeiro, Domingos José Martins e a Antônio Gonçalves da Cruz (por alcunha *Caougá*) e o cirurgião Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto; o brigadeiro Salazar, ao ajudante de milícias Manuel de Sousa Teixeira; o comandante de artilharia, os capitães dêsse regimento Domingos Teotônio Jorge, José de Barros Lima e Pedro da Silva Pedroso; o Tenente Antônio Henrique Rebelo e o Secretário José Mariano de Albuquerque. «Pacificamente se teriam efetuado tôdas as prisões, comenta Fernandes Pinheiro, sem a imprudência do brigadeiro Barbosa, que chamando à sala do

estado-maior os oficiais indigitados para a prisão, repreendeu-os asperamente, dirigindo-lhes expressões grosseiras e insultuosas. Julgando-se ofendido, o Capitão José de Barros Lima, conhecido por *Leão Coroado*, desembainhou a espada e trespassou com ela o o dito brigadeiro. Quando o Tenente Luís Adeodato Pinto de Sousa ia defender o seu chefe escapou de ter a mesma sorte que lhe destinava o Capitão Pedro da Silva Pedroso, se pelos seus colegas não fôsse obstado». O que aconteceu, em seguida, está magistralmente exposto nos *Estudos Históricos*, constituindo, em essência, a mais completa contribuição que conhecemos sobre a revolução pernambucana de 1817.

Os patriotas entrados em lua de mel com a vitória alcançada, adotaram nova bandeira, mandaram celebrar *Te-Deum* e sonharam implantar às margens do Beberibe uma República à maneira de Platão. Pareciam nadar em felicidade enquanto nuvens de tormentas se iam acumulando nos horizontes da pátria. Os emissários enviados às províncias limítrofes fracassaram ou tiveram fim heróico, como o *Padre Roma* (José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima), prêso logo ao desembarcar na Bahia e fuzilado. Da Bahia o Conde dos Arcos remete as primeiras fôrças para jugular o movimento e do Rio também seguiram tropas. Começa a ação de Luís do Rêgo, enviado para o Recife, enquanto se tornam excessivas e impertinentes as proclamações do Conde dos Arcos, que ao julgar já na região da comarca das Alagoas as bandeiras portuguesas e os soldados baianos, proclama que *todo o habitante de Pernambuco que as não seguir rapidamente e marchar junto delas será fuzilado*. Na mesma proclamação declara que a fôrça naval de bloqueio tem ordem para *arrazar a cidade e passar tudo a fio de espada*. . . Já é muita sêde de sangue e um quixotismo que não consegue senão acirrar os ânimos dos insurgentes em marcha acelerada para os acontecimentos.

O Marechal de Campo Luís do Rêgo Barreto chegou a Pernambuco à frente de três mil homens em dez navios de transporte, comboio protegido pela nau *Vasco da Gama*, na qual viajava. Apresentando-o, assim, logo Fernandes Pinheiro toma a sua defesa, para destruir as alusões deprimentes feitas por Moniz Tavares, que o julga um ambicioso vulgar, casado com a filha de um valido do Senhor D. João VI e pronto a matar pernambucanos para realçar as suas virtudes de bravo, mostrando-o aquêlê como soldado valoroso, coberto de lauréis durante sete anos de guerra peninsular «... era dos homens mais polidos e agradáveis; seu porte e maneiras tinham a franqueza do militar e a urbanidade do fino cortesão. Dizia-se que nenhum cavaleiro de província o excedia em boa criação e delicadeza de trato...» Homem que tal não pode-



ria portar-se da maneira incorreta e atroz apontada por alguns dos seus biógrafos, à frente dos quais se vê Muniz Tavares.

«O fato é que o seu govêrno se caracterizou por muitos atos de energia e pelo ambiente desagradável criado em consequência das comissões militares organizadas para o processo dos revoltosos e a execução das sentenças. O ódio dos vencidos procurava fixar-se na figura que encarnava a alma do vencedor. Luís do Rêgo tinha então 50 anos de idade, e segundo um manuscrito do cirurgião-mor Manuel Joaquim de Meneses «era accessível ao trato, generoso e franco...»

A revolução se frustrara, sofrendo reveses após reveses, desde o encontro do Pôrto das Pedras, ainda na comarca das Alagoas. A derrota do engenho de Utinga foi o primeiro desastre em território pernambucano, da série que terminou com a derrota dos republicanos no encontro mais sério da campanha, no engenho Trapiche de Ipojuca. Domingos José Martins já havia sido capturado numa emboscada junto ao rio Merene, quando se dirigia para a vila de Serinhaem. A cidade do Recife, evacuada pelos rebeldes, foi ocupada pela esquadra de Rodrigo Lôbo. Êste come-teu tôda sorte de desmandos. Os revoltosos, concentrados no engenho Paulista, debandaram. O Padre João Ribeiro suicidou-se. Rodrigo Lôbo iniciou um período de terror, com peças de artilharia nas esquinas das ruas, seqüestros, açoite dos homens de côr, consentindo que os seus oficiais se apossassem de móveis e louças pertencentes a pessoas abastadas. Chegou à crueldade de condenar ao açoite o pintor retratista Antônio Alves, respeitado na Côrte, embora pardo, e que voltava da Europa, onde fôra aperfeiçoar a sua arte, quando colhido pela revolução, e obrigado a pintar as bandeiras e as armas da República, tarefa a que não poderia furtar-se coagido pelas circunstâncias. Não fôra um cons-pirador. Tinha consigo um retrato de D. João VI, que pintara. Luís do Rêgo, logo que chegou a Pernambuco, mandou soltá-lo, e convidou-o para almoçar em sua companhia. Isso revela claramente o lado inteligente da alma do novo governante.

A organização e os trabalhos da alçada, composta de velhos magistrados da Côrte, desembarcados no Recife para julgarem de forma diferente do que vinha sendo feito pelas comissões militares, que agiam sumàriamente, como soía acontecer para crimes de lesa-majestade, são minuciosamente acompanhados no trabalho arguto de pesquisas de Fernandes Pinheiro. Dêles sobressai, sem mácula, a figura varonil de Luís do Rêgo Barreto. «Ao entrar naquele país, descrevia mais tarde o general, achei um teatro de vinganças que prometiam ser insaciáveis; tinha-se aberto a porta da delação, tinha-se dado princípio incontestável que a destruição

total de todos os cúmplices e aderentes do partido republicano era uma obra meritória perante Deus e o rei. O sistema do terrorismo estava no seu auge. Os europeus que talvez não tanto como publicavam tinham sido maltratados pelos republicanos, em virtude duma natural reação, eram verdugos dos desgraçados a quem a fortuna abandonava. Prognosticava-se uma espantosa revolução, uma luta geral ameaçava a província; o que me cumpria fazer em tais circunstâncias, levando comigo ordens positivas para carregar sôbre os rebeldes com braço de ferro? Digo a verdade, não só demonstrável por muitos fatos, mas conhecida por todo o povo da província, não fiz o meu dever como magistrado encarregado de castigar; fui homem e me consola ainda hoje ter, nesta parte, faltado aos meus cruéis deveres».

Em que pese aos mais inverídicos e tendenciosos conceitos do apaixonado Moniz Tavares, mais uma vez contraditado pelo ensaísta dos *Estudos Históricos*, Luís do Rêgo foi um hábil governador, não tendo sido inútil a sutileza com que se houve para esquivar-se dos elementos de conduta extremista que o cercavam, como aquêle atrabiliário magistrado Bernardo Teixeira cuja paixão o levava a querer *reduzir a cinzas a vila do Recife*. Deve-se a Luís do Rêgo a retirada da Alçada, depois de organizado um imenso processo de 18 volumes. Deve-se-lhe a paz que desceu sôbre Pernambuco depois de um período atormentado por desvarios. Deve-se-lhe a construção de 18 pontes e quase seiscentas léguas de estradas com quarenta palmos de largura. Procedeu a estudos sôbre o pôrto do Recife, cujo futuro grandioso adivinhava. Acabou com a vadiagem dos meninos, enviando-os ao arsenal de guerra. Tratou do embelezamento urbano, mandando substituir os postigos mouriscos por grades de ferro e rótulas. Foi, enfim, um administrador perspicaz e um homem de govêrno eficiente.

A sua figura de varão ilustre cresce admiravelmente no estudo histórico do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que nela encontrou, sem dúvida, um farto manancial de observações e uma figura bem recortada no ambiente político a que não faltaram grandes cortesãos e grandes soldados.

## OS ÚLTIMOS VICE-REIS DO BRASIL

A mesma pujança de biógrafo vamos encontrar em outro estudo de Fernandes Pinheiro, *Os Últimos Vice-Reis do Brasil*, aparecido inicialmente no tomo XXVIII, ano de 1865, da *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Esse trabalho êle o produziu como contribuição ao monumento que então erguia J. M. Pereira da Silva com a sua *História da*

*Fundação do Império Brasileiro.* Não se lhe nota qualquer pretensão a trabalho erudito, apenas a aspiração de dizer a verdade, *sine ira, ac studio*, conforme afirma no pórtico do ensaio.

Começa-o naturalmente, pelo Conde da Cunha, que succedeu a Gomes Freire de Andrade e aqui aportou a 15 de outubro de 1763. D. Antônio Álvares da Cunha não recebeu muito boa impressão das visitas que logo iniciou. Encontrou as fortalezas mal providas, as tropas mal pagas e pouco disciplinadas. O Conde de Bobadela tinha as vistas voltadas para a guerra cisplatina e descurava dos demais encargos da administração. O Conde da Cunha inaugurou um período de remodelações e iniciativas, entre as quais é digno de relêvo o início de uma nova ribeira, da ladeira de São Bento ao *Cais do Brás de Pina*, ganhando assim espaço para a construção da nau que se denominaria *São Sebastião* e seria a primeira construída no arsenal de marinha nascente. Era um homem enérgico, viril, de iniciativas vigorosas, como se vê por esse exemplo. Mandou reformar e construir novas fortalezas, edificou no morro da Conceição um armazém para petrechos bélicos, pois que o antigo, vizinho à Casa dos Contos, havia sido incendiado em 1710, durante a invasão francesa. Reedificou ainda o palácio dos antigos governadores, o hospital dos lázaros, o hospital militar, a cadeia, a relação, a casa dos contos e outras obras menores. Extinguiu o ofício de ourives, em obediência à carta-régia de 30 de julho de 1766, embora não lhe parecesse conveniência para o Brasil a ordem dos Ministros de D. José no tocante à supressão dos artifices de pedras e metais preciosos. Deslustra, porém, o seu govêrno, a sua caçada aos fluminenses, numa ânsia de recrutamento que tinha como objetivo obter de Lisboa medidas preventivas de alcance duvidoso. Na sua correspondência, encontraram-se cartas elucidativas de muita coisa aparentemente obscura e nelas Fernandes Pinheiro descobriu cabedal suficiente para averiguar que o Conde da Cunha, no fim do seu govêrno, se encontrava indisposto com o clero, a milícia, a fazenda, a magistratura, o comércio, a lavoura. Estava de mal com todos, o que mostra a pouca habilidade com que afrontou os temporais acumulados sobre sua cabeça. A propósito da perseguição aos fluminenses cita o historiador os dois seguintes trechos de um ofício datado de 16 de junho de 1764 :

«... nesta terra e nas vizinhas rara é a casa que não tem privilégio; umas o têm da Santíssima Trindade, outras o da Bula da Cruzada, outras o de familiares do Santo Ofício, outras o de Santo Antônio de Lisboa, e as maiores famílias, a de moedeiros; êstes não só livram seus filhos do serviço militar, mas também seus criados, roceiros, e os que estão adidos aos seus engenhos de

açúcar; pelo que se esta multidão de privilégios se não derrogar, ao menos enquanto se não completarem as tropas, não será possível haver soldados nelas se não vierem de Portugal, e isto seria o mais acertado.

«Acresce mais à sobredita impossibilidade outra que Sua Majestade deve prover de remédio, que é o grande número de frades que querem ter estas três religiões, que aqui há, de bentos, carmelitas e franciscanos; êstes têm passante de quinhentos, os outros também têm excessivo número, e todos êles são de gente que é abastada e a mais branca do país; lançam-lhe os hábitos em tão tenra idade que não me posso adiantar a prendê-los para soldados por não terem ainda a idade que Sua Majestade manda pelos seus reais regimentos e ordens; o bispo ordena a quantos querem ser clérigos, e um e outro tão ignorantes como é notório».

Compreende-se que um tal estado de coisas não poderia deixar indiferente a um estadista cioso das suas responsabilidades. A falta de homens para o recrutamento era deveras notável de vez que todos se esquivavam aos deveres militares. Por outro lado já existia predominante o regime do patriarcado: o chefe de um grupo arrogando-se tôdas as prerrogativas de proteção ao clã, pouco se importando com os interesses políticos do Estado. O mal era crônico.

Concorreu, tudo leva a crer, para a queda brusca do homem que, desagradando aos fluminense, enquanto fracassava no *acomtimento da praça do Rio Grande do Sul*, se viu inopinadamente substituído pelo Conde d'Azambuja, D. Antônio Rolim de Moura Tavares, que anteriormente já administrara com proveito as capitanias de Mato Grosso e Bahia e passou a vice-rei por carta régia de 31 de agosto de 1767. Como os seus antecessores, a preocupação precípua do Conde d'Azambuja foi a defesa da terra, a inspeção das fortalezas, a anulação de atos e decisões do Conde da Cunha. A política brasileira tem sido assim, como vemos, sempre a mesma, através dos séculos. Preocupações secundárias, como as de mudar o destino do antigo colégio dos jesuítas, transformado pelo Conde da Cunha em residência dos vice-reis e transformá-lo em hospital militar foi uma das primeiras decisões de d'Azambuja. Passou a morar no edifício construído por ordem do Conde de Bobadela, que depois serviu de paço aos monarcas. Tornou-se muito cioso dos seus proventos, a julgarmos pelo que diz, com certa malícia, Fernandes Pinheiro: «O quanto tinha o antigo regime a peito manter a dignidade dos seus delegados procurando-lhes folgada subsistência, e ainda a necessária representação, patenteia-nos o ofício de 20 de maio de 1768, no qual confessa o Conde d'Azambuja que orçavam os seus vencimentos em



5:748\$ além de pequenas propinas, como o azeite de peixe que lhe fornecia o contrato da baleia, e o capim para as bestas da sege, ministrado pelos índios do trem. Ora, se refletirmos na grande alteração que tem sofrido o valor da moeda, poderemos chegar à conclusão que o vice-rei do Brasil fruía maiores vencimentos do que os nossos ministros de Estado». Com boas propinas e melhores vencimentos, não quis, todavia, ficar por aqui D. Antônio Rolim de Moura Tavares. Estava gasto e queria voltar para Lisboa. Dela estava ausente há mais de quinze anos e as saudades eram muitas dos bons vinhos e alhadas da meiga terra natal.

Foi-lhe concedido o retôrno sem maiores entraves.

A d'Azambuja, primeiro conde dêsse nome, sucedeu D. Luís de Almeida Portugal Soares d'Eça Alarcão Melo Silva Mascarenhas, 2º Marquês do Lavradio e 4º Conde de Avintes, investido não só da patente de vice-rei como da de capitão general de mar e terra. Prova Fernandes Pinheiro que nenhuma administração do Brasil colonial foi mais agitada *nem passou por mais apertados transe*s, apesar de ter sido administrativamente das mais benéficas. Cuidados militares teve-os o novo titular como nenhum outro. Ergueu sôbre a de Santa Cruz a fortaleza do Pico, terminou a demolição do morro de Villegagnon, que entravava a defesa da ilha, muitas obras realizou na ilha das Cobras, nos fortes de São João e da Laje, São Tiago e Calabouço, nos redutos de Gragoatá e Boa Viagem, do Leme e de São Clemente e Praia de Fora. Esclarece Fernandes Pinheiro que «o temeroso cometimento de Duguay-Trouin era uma constante ameaça que obrigava-os (governadores e vice-reis) a colocar vedetas de bronze nas montanhas e outeiros circunvizinhos à nossa fraquíssima barra». Releva notar o autor que não foi apenas a preocupação militar que notabilizou o vice-reinado do Marquês de Lavradio. Conhecedor dos homens, soube cercar-se de auxiliares de valor e incentivar as indústrias e a lavoura. Instalou uma fábrica de cordas de *guaxima*, sob a direção do holandês João Hopman, num sítio do Mataporcos, onde hoje existe a Rua Estácio de Sá. Promoveu a cultura do fumo, mandando vir da Bahia sementes e peritos dessa lavoura. Mandou amostras de nossas madeiras de tinturaria para Lisboa, iniciando um novo ramo de negócios com a metrópole. Lutava, porém, com a falta de capitais, muito escassos, e com o antigo preconceito de que não se deviam abrir fábricas no Brasil. Alegava, contudo, em ofício famoso, que era necessário dar trabalho às gentes aqui nascidas, entregues à preguiça e à imprevidência. A ociosidade era um mal para a colônia. Dizia êle : «As mulheres, por se não empregarem e por falta de meios para se sustentarem, se prostituem; desta prostituição procedem os infinitos

achques com que vêm ao mundo os que nascem; na facilidade que os homens têm com o trato das mulheres se seguem também os poucos que buscam o estado de casado, e tudo isto concorre para que, sem embargo de serem muitos os que nascem, ou porque uns morrem nos seus primeiros anos, ou porque outros se impossibilitam logo que principiam a estar em estado em que podiam ser úteis a estas conquistas, vêm a ser inúteis todos aquêles individuos, e tem deixado êste Estado de ter tirado as grandes utilidades que lhe oferece um país tão precioso». . . São palavras de um estadista que vê na criação de fábricas a solução para o problema da ociosidade, mas que envenenava o ambiente colonial. Coadjuvado por alguns cidadãos, fundou um horto botânico e a êsse propósito cita Fernandes Pinheiro estas palavras de Monsenhor Pizarro, nas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*: «Em dias dêste vice-rei se instituiu uma sociedade filosófica que êle protegeu, e seus frutos prodigiosos constituíram a capital mais industriosa, mais populosa e mais florente. É certo que só depois da sua instituição foi que a academia de Estocolmo teve conhecimento das plantas do Brasil por um seletto herbário brasiliense que lhe enviaram os irmãos José Henriques de Paiva e Manuel Joaquim de Paiva; e é não menos manifesto que a esta sociedade se deve a cultura do anil, cochonilha, cacau, etc. Sendo até êsse tempo o comércio do Rio de Janeiro assaz limitado, pois que do seu pôrto saíam os navios quase em lastro para a Bahia e Pernambuco, onde carregavam, pela abundância dos gêneros novos que posteriormente foram aparecendo, como o arroz, anil, café (cujo grão se reputa na bondade e nutrição igual ao de Moca) não necessitou a praça de mendigar em capitánias diferentes efeitos comerciais que fizessem a carga dos navios».

Ressalta ainda, luminosamente, o Cônego Fernandes Pinheiro os enfados que causaram ao Marquês de Lavradio os graves acontecimentos que se desenrolaram no sul, com a invasão de Santa Catarina, Rio Grande e por fim da Colônia do Sacramento. Teve ao menos a ventura de ainda estar no govêrno quando foram restituídos, pelos tratados de 1 de outubro de 1777 e 11 de março de 1778, os territórios subjugados, menos a Colônia do Sacramento «essa Dio brasiliense» . . .

Luís de Vasconcelos e Sousa sucedeu ao Marquês do Lavradio em 5 de abril de 1779. Luís de Vasconcelos era homem prudente, de *não vulgares letras*, e que com muita habilidade teve de lutar contra a *mã fé dos espanhóis e a inércia dalguns dos comissários portugueses*. Durante o seu vice-reinado se descobriram jazigos auríferos nos sertões atravessados pelo rio Macacu. Corrigindo um êrro que perdurava desde a governança do Conde de

Cunha, regularizou a exploração das minas, ordenando que a coleta do ouro fôsse conduzida à casa do registro, compensando-se os interessados. Da afluência de aventureiros às minas resultaram, então, sérios benefícios para a colônia, como a abertura de estradas, novos registros fiscalizadores e fundação de vilas que se transformaram em grandes cidades de hoje.

Excelentes benfeitorias fêz à cidade, como a restauração do aqueduto da Carioca, arruinado em virtude de temporal, reedificou a Alfândega, construiu o chafariz do largo do Paço, o cais, à moda de Lisboa, o passeio público, a Rua das Belas Noites, depois chamada das Marrecas, e a fonte das Marrecas, além de favorecer às ciências, artes e letras, com a fundação do gabinete de história natural denominado *casa dos pássaros* e a proteção dispensada a artistas, entre os quais Basílio da Gama e Mestre Valentim. Era um justo, embora encontrasse magistrados, como o desembargador Ambrósio Picaluga, ouvidor geral do crime, que o hostilizou desabridamente depois que um carneiro de sua propriedade, invadindo o parque que se construía perto do convento de Ajuda foi morto por um dos serviçais encarregados de abater os animais daninhos que penetrassem nas obras do atêrro a que então se procedia.

A êsse homem íntegro sucedeu, aos 9 de julho de 1790, D. José Luís de Castro, 2º Conde de Resende, cuja administração foi poluída pelos desmandos dos oficiais inferiores dos regimentos aquartelados na cidade. Viveu no meio de intensa hostilidade, realizando apesar de tudo, melhoramentos dignos de nota. No parágrafo de uma carta transcrita por Fernandes Pinheiro, da autoria de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, se extrai esta acusação elucidativa, mas talvez exagerada: «O govêrno de V. Excia. foi como a buceta de Pandora, de que saíram (segundo fabularam os poetas) todos os males, ficando só no fundo a esperança; e esta foi para nós a de vermos algum dia findar um flagelo que ameaçava barbarizar tôda essa capitania se durasse mais alguns anos. Ordens arbitrárias; prisões injustas e atrozes; criaturas vis protegidas e elevadas; caprichos, fantasias pueris, ou femininas; uma inconstância inquieta e turbulenta; ofícios vendidos em leilão, ou concedidos por uma contribuição anual a pessoas indignas de os merecerem; baixas impetradas e postos conferidos por dinheiro; monopolistas tolerados e protegidos; uma avareza sórdida e asquerosa; uma inveja e um ciúme indizível da prosperidade e riqueza dos súditos; violências e procedimentos ilegais...» A virulência dessa linguagem faz-nos acreditar num pulo para os dias de agora, quando nada se respeita, nem honra, nem direitos, nem dignidade, nem pôsto, nem nada. Devia de ser efetivamente um pobre diabo, êsse Conde de Resende, tão vilipendiado por seus contemporâneos.

Sucedeu-lhe no vice-reinado, a 14 de outubro de 1801, D. Fernando José de Portugal, da nobilíssima casa dos marqueses de Valença e que governou com suavidade, recato e modéstia. «Sempre lhano, afável e conciliador, diz Fernandes Pinheiro, mais ocupado com os deveres de magistrado do que com os da milícia, que tanto aprazia a seu antecessor, forma com êle um contraste bem significativo. Desde o tempo de Luís de Vasconcelos que não viam os povos na cadeira do vice-rei tanta benignidade, tanta doçura de maneiras, tanta finesa no trato característico de quem se tinha afeito a mimosear os primores da literatura antiga e moderna».

Seguiu-se-lhe D. Marcos de Noronha e Brito, oitavo Conde dos Arcos, que governara as capitanias do Pará e Rio Negro e assumiu o poder a 9 de agosto de 1806. Foi um vice-rei que pouco realizou, pois viveu permanentemente assustado com os acontecimentos europeus que repercutiam aqui, formando um ambiente belicoso que por fim teve a sua justificativa na invasão napoleônica de Portugal e na fuga de D. João VI. O brigue *Voador* aportou ao Rio a 14 de janeiro de 1808 trazendo a notícia da fuga da família real bragantina. Não tendo o que contar sobre o último vice-rei do Brasil que foi o oitavo Conde dos Arcos, o Cônego Fernandes Pinheiro torna-se lírico para enaltecer o advento de uma nova era para a nossa terra. «Assim como marcavam os romanos em seus fastos *albo lapillo* os dias em que algum feliz sucesso havia ocorrido, conclui êle, no seu magnífico estudo, assim devemos nós, fluminenses, assinalar *aureo lapillo* o venturoso dia 7 de março de 1808, em que o Príncipe Regente de Portugal e sua augusta família desembarcaram em nossas plagas. O trono sombreara a cadeira do vice-rei, cuja autoridade havia desaparecido, como a estrêla da manhã diante dos primeiros raios do sol». Vale o lirismo pela intenção com que foi ditado o prognóstico ao futuro do Brasil, encaminhado, efetivamente, desde aquela data, para destinos maiores.

## MOTINS POLÍTICOS E MILITARES NO RIO DE JANEIRO

No estudo sobre os últimos vice-reis expandem-se as qualidades de observação e de argúcia que sempre distinguiram as obras do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Sabendo interpretar as idéias de uma época, e os acontecimentos que se transformaram, no decurso de tempo, em fenômenos de ordem social e política, talvez imperceptíveis aos que os viveram realmente, o historiador da revolução pernambucana de 1817 demonstra sempre sensibilidade, acuidade de visão, senso estético digno de relêvo. Do seu estilo, dizia Rebelo da Silva que era *sóbrio, fluyente*



e ornado sem *superfluidades*. Sabia dizer tudo o que desejava. Ponderava Rebelo da Silva: «Se não imita a Quintiliano e a alguns antigos no artificio de tratar nos movimentos e afetos, e na urdidura da locução, a fisionomia dos autores, sistema mais próprio de retóricos do que de críticos, nobremente responde aos deveres de juiz e de sisudo apreciador, pesando nas duas conchas da balança as qualidades e os defeitos, as belezas e as nódoas, e mantendo o fiel com tanta inteireza, que, exceto em questão de gôsto e de predileção, não será fácil achá-lo em êrro, ou lançar-lhe em rosto negligência ou omissão». Vimos a realidade dêsses conceitos no extenso estudo sôbre os *Últimos Vice-Rei* e vê-lo-emos ainda no saboroso ensaio dedicado aos *Motins Políticos e Militares no Rio de Janeiro*.

Que motins políticos e militares eram êsses que mereceram tão acurado exame do insigne prelado? Eram os que se foram acumulando no ambiente de renovação e inquietude da Côrte portuguesa acossada pelos soldados de Junot. A chegada do Conde de Palmela, a 23 de dezembro de 1820, para ser investido das pastas dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, foi o primeiro sinal de borrasca, pois trazia o experimentado diplomata conselhos a D. João VI, ditados pelos acontecimentos de Portugal, da ilha da Madeira e da Bahia. A exemplo de Luís XVIII, devia D. João VI outorgar aos seus súditos uma carta constitucional — eis o que aconselhava o Conde de Palmela.

Não estavam, porém, pelos autos — digamo-lo assim — os que compunham o conselho da Coroa, com exceção do Conde de Palmela e de D. Marcos de Noronha, Conde dos Arcos. Adotaram-se paliativos entre os quais o propósito de mandar o príncipe real para Lisboa e a criação de uma junta de procuradores das cidades e vilas do reino para tratar das leis constitucionais a se discutirem nas côrtes. Tão chocado ficou o Conde de Palmela com tais deliberações que pretendeu afastar-se, demitindo-se. A partida de D. Pedro estava decidida, enquanto ficariam no Brasil a princesa real e seus filhos. O Conde dos Arcos, à frente de um dos grupos políticos que se agitavam em conspirações, apelou para D. Pedro a fim de que não nos deixasse, apoiado que seria pela divisão portuguesa para aqui transportada depois da guerra peninsular. Deram-se então os acontecimentos de 26 de fevereiro de 1821, assim resumidos pelo Cônego Fernandes Pinheiro:

«Na madrugada do dia 26 de fevereiro de 1821 a divisão lusitana, comandada pelo Brigadeiro Carreti, tomou posições no largo do Rocio e ruas adjacentes. A tropa do país, em número considerável, cedeu ao impulso estranho e foi como que arrastada. Imenso povo, levado como sempre por espírito de curiosidade, aglo-

merou-se no centro da praça dando vivas à Constituição de Portugal, e aguardando inofensivo a solução da crise. Não tardou em aparecer o príncipe real, apenas seguido dum criado, e inqui- rindo do motivo que originara semelhante reunião soube que tra- tava-se de exigir del-rei o juramento da Constituição que as côrtes portugêsas *ainda estavam fazendo*. Respondeu-lhes o príncipe que o monarca havia antecipado seus desejos confirmando a consti- tuição de Portugal com as modificações quanto ao Brasil que fôsem indicadas por uma junta de procuradores dos povos convocados para esta cidade do Rio de Janeiro. Alguns cidadãos, e nomeada- mente o Padre Macamboa, que aspirava as honras de tribuno, protestaram contra tal resolução, sendo fortemente apoiados pelo Brigadeiro Carreti que declarou — que o Brasil não queria modi- ficações na Constituição — que ela seria a mesma para tôdas as partes da monarquia — que não queriam o Ministério e o Conselho d'Estado que el-rei havia nomeado — terminando pela indicação dos nomes dos novos ministros e altos funcionários».

O acontecimento indica o estado de rebeldia em que viviam os espíritos e muito particularmente a tropa lusitana. D. João VI, premido pelas circunstâncias acedeu ao *ultimatum* e a constituição ainda desconhecida foi jurada pelo Senado e a Câmara, perante quatro mil cidadãos de tôdas as classes. Trazido de São Cris- tóvão o velho monarca em triunfo, o povo desatrelou as bestas do seu carro, substituindo-as por *parelhas de homens* — para usarmos as próprias expressões de Fernandes Pinheiro.

O novo ministério, com exceção de Silvestre Pinheiro Ferreira, pôsto à frente das pastas da Guerra e Estrangeiros, não tinha tiro- cínio nem capacidade política. Silvestre Pinheiro ficou em minoria, como antes ficara o Conde de Palmela. Os seus conselhos pru- dentes não eram ouvidos. A maioria aconselhou a volta do rei a Portugal e D. João, sempre vacilante, acabou por concordar com o alvitre. A plebe e o partido liberal, entretanto, movimentaram-se, reunindo-se os eleitores, sob convocação, no edifício da Praça do Comércio, aos 20 de abril de 1821, sob a presidência do Ouvidor da comarca, secretariado por José Clemente Pereira e Joaquim Gonçalves Ledo.

Ia-se desencadear a maior crise até então suportada pelo reinado.

Com clareza e precisão, Fernandes Pinheiro nos resume os acontecimentos que então se desenrolaram inflexivelmente : a inti- mação ao rei para fazer desembarcar da esquadra que o levaria a Lisboa os cofres públicos pertencentes ao Brasil; a ordem às fortalezas para impedir a saída dessa esquadra; a intimação aos eleitores, pela tropa do General Caula, a que dissolvessem a assem-

bléia reunida no edificio da Praça do Comércio; a trágica ocorrência do espingardeamento de um grupo de eleitores, naquela assembleia, por uma companhia de 40 soldados do batalhão nº 3; a demissão de Silvestre Pinheiro; a revogação de tôdas as ordens anteriormente expedidas pelo rei; a partida da esquadra no dia 26 de abril de 1821, levando D. João VI. Foi um momento melancólico aquêle em que os destinos do Brasil passavam para o regente, com um novo ministério e graves problemas a surgir num horizonte assaz turvo. Logo surgiram divergências entre os ministros Conde de Lousã e dos Arcos em tôrno das bases da Constituição da monarquia portugueza e o seu juramento. Lousã, ameaçado de ser vencido pelo Conde dos Arcos, apelou para o motim. Mais uma vez o Rocio foi teatro de acontecimentos importantes para a vida nacional: a intimação do juramento às bases constitucionais, a demissão do Conde dos Arcos, a nomeação de um govêrno provisório. Assim queria a tropa e D. Pedro curvou-se ante o inevitável, mandando prender o Conde dos Arcos e embarcá-lo com sua filha, no brigue *Treze de Maio*, como conspirador. Era impossível resistir-se a onda de insubordinação que lavrava nos quartéis e tinha o seu reflexo na rua e nas praças. «Duas poderosissimas parcialidades se disputavam a posse do poder; (comenta Fernandes Pinheiro) a portugueza, apoiada na tropa dessa nacionalidade, afetava obediência às ordens das côrtes e adesão aos princípios constitucionais, que a mor parte dela desconhecia, senão detestava. A outra parcialidade composta dos filhos do país, julgava ter soado a hora da independência, e, temerosa dos estragos que a demagogia ou a caudilhagem estava fazendo na América Espanhola, esforçava-se por atrair o príncipe às suas idéias e evocava à sua brilhante imaginação de mancebo a perspectiva da fundação de um grande império americano, duma glória superior a de Pedro, o Grande, da Rússia». O partido portuguez sofreu o seu primeiro revês quando exigiu de D. Pedro a prisão e remessa para Portugal de um certo número de pessoas julgadas suspeitas pela divisão auxiliadora. Descontente, o partido portuguez combinou com a tropa os meios de obrigar o príncipe a partir para Lisboa. Por seu lado, os patriotas brasileiros, apoiados pelo senado da câmara e pelo juiz de fora José Clemente Pereira, fizeram o histórico apêlo de 9 de janeiro de 1822. Daí os pronunciamentos dos descontentes e mais um motim, no dia 12 daquele mês, desencadeado pelos lusitanos, que tomaram posição no Castelo, enquanto o povo afluía ao campo de Santana para organizar-se em batalhões.

No seu magnifico estudo, o Cônego Fernandes Pinheiro põe os pontos nos *ii* dessa jornada tão confusamente narrada por alguns historiadores. Tudo se resumiu mais ou menos no seguinte: «Às 8 horas da manhã (do dia 12 de janeiro) aparecendo na praça o

Marechal Oliveira Álvares (apesar de enfêrmo) tomou o comando da fôrça coletícia; e, graças à sua perícia, e ao respeito de que geralmente gozava, logrou organizar alguns batalhões de voluntários, expedindo ao mesmo tempo ordens aos corpos de milícias das freguesias para que viessem em auxílio da cidade. Nesta delicadíssima conjuntura é digno de elogio o procedimento do General Avilez, aliás tão maltratado pelos nossos historiadores. Colocando-se à frente da divisão impediu os excessos que necessariamente cometeria uma soldadesca desenfreada, e cuja superioridade de armamento e organização militar lhe dava decidida vantagem sôbre as tropas bisonhas do país, que jamais haviam afrontado o fogo». Foi sem dúvida louvável a atitude do General Avilez, que procedeu com cautela, evitando atritos e choques sangrentos. Transpondo a Guanabara com a sua divisão, aquartelou em Niterói, cometendo talvez um êrro estratégico, conforme comenta Fernandes Pinheiro, *mas praticando ao mesmo tempo um grande acêrto político separando a soldadesca da população e evitando dessarte excessos que lhe seriam difíceis de reprimir.*

Ninguém viu com tanta argúcia como o Cônego Fernandes Pinheiro o que foram os motins de 1821 e 1822, oriundos da indisciplina militar entre os soldados de além mar, que procuravam impor a sua vontade, manobrados por políticos de má fé, pouco amigos do Brasil e desejosos de retardar a sua emancipação. A Constituição cujo juramento exigiam era um mito, um pretexto para distúrbios: ninguém a conhecia, poucos tinham notícias a seu respeito. Imagine-se em que transes e sobressaltos viviam os conspiradores brasileiros nos seus conciliábulos da Rua da Ajuda, na casa do Capitão-Mor José Joaquim da Rocha e no convento de Santo Antônio, na cela de Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio.

Erguiam bem alto os seus corações, sabendo a quanto se arriscavam na tentativa de cortar o nó górdio da união luso-brasileira.

O Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, um erudito e um homem de bem, seca a sua própria alma no afã a que se entrega para elucidar os pontos cruciais da nossa história e mostra, nos *Estudos*, a grandeza do seu esforço sugestivo, cheio de realidade substancial, realidade que é a própria História, não escrita para uma época ou um momento dela, apenas; mas escrita para todo o sempre, com o sêlo fulgente da perenidade imortal!



## CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO (1825-1876)

CELSO VIEIRA

A summa biográfica do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro descreve o curso ininterrupto, por três decênios, do mestre de retórica, poética e literatura nacional, que o transpunha das suas lições para os seus livros — *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862) e *Resumo de História Literária* (1873).

Nasceu no Rio de Janeiro em 17 de junho de 1825. Era filho do Major Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e de D. Maria Filadélfia Fernandes Pinheiro.

Ordenado presbítero, aos vinte e três anos de idade, já exercia aos vinte e quatro as funções de secretário particular do Conde de Irajá, bispo do Rio de Janeiro, e ainda lhe coube reger, tão moço, como substituto, a cadeira de Teologia no Seminário Episcopal.

Como professor do Seminário de São José, lecionou Retórica, Poética e História Universal, em 1852. Recebeu na mesma data a murça de Cônego da Capela Imperial; nesse mesmo ano viajou para a Europa, e, ali, obteve o grau de doutor em Teologia, conferido pela Universidade Pontifícia, em Roma.

As efemérides do novo quinquênio (1854-1859) assinalam os rumos educativos e sacerdotais dêsse tirocínio, em que êle foi vice-diretor do Instituto dos Meninos Cegos; catedrático de Retórica, Poética e Literatura Nacional do Colégio de Pedro II, mediante concurso; mestre da cadeira de Teologia Moral do Seminário de São José.

Pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao Instituto Histórico de França, às Sociedades Geográficas de Paris e New York, às Academias de Ciências de Lisboa e Madrid. Nomeado Cronista do Império, distinguido pelo soberano, que lhe prezava a retidão e o valor, com as insígnias da Ordem de Cristo, faleceu aos cinqüenta anos de idade.

Fernandes Pinheiro, concebendo o seu *Curso Elementar de Literatura Nacional*, publicado em 1862, não se propunha a erigir

os aspectos monumentais de uma história literária, mas apenas queria oferecer aos alunos, prestimosamente, um compêndio orientador.

Assim o fez e declarou : «Quando em 1857 fomos nomeado professor de Retórica, Poética e Literatura Nacional do Imperial Colégio de Pedro II, reconhecemos praticamente a falta de um compêndio adaptado à última parte do nosso curso.

«... Não temos a vaidade de crer que completo seja o nosso trabalho.

«... Consola-nos porém a persuasão de sermos o primeiro a realizar um pensamento que, quando aperfeiçoado, será de grande vantagem para a juventude».

Com a veracidade própria dos antecedentes e das atitudes magistrais, reconhecia o trabalhador que era imperfeito e incompleto o seu trabalho, mesmo elementar. Mas relevante foi a dádiva do mestre, o serviço por ele prestado aos jovens no domínio dos estudos secundários, em todo o Brasil.

Depressa esgotou-se o compêndio, e os livreiros Garnier, atendendo aos pedidos, que afluíam principalmente do Norte, reimprimiram a obra, melhorada, com afeto e veneração, pelo sobrinho do autor, Luís Leopoldo Fernandes Pinheiro.

Tôdas as corrigendas feitas nessa edição, aliás, vinham textualmente do *Resumo de História Literária* que, em seguida ao *Curso Elementar*, e ainda «obrigado pelos deveres do magistério», o Cônego Fernandes Pinheiro, já então Cronista do Império, dedicou em 1873 a Pedro II.

Modestamente, revelava no prefácio a alegria, não de um arquiteto envaidecido, contemplando o zimbório à sua basílica, mas de um alvenel desambicioso, revendo a pedra fundamental de uma escola : «... resta-nos a grata consolação de havermos sido o primeiro em trilhar semelhante vereda, assim como coube-nos a honra de ter escrito, há dez anos, o primeiro *Curso Elementar de Literatura* que possuiu a língua portuguesa».

As omissões da sexta época, segundo nos adverte o próprio editor Garnier, ao reeditar o aludido curso, podem ser supridas pelo exame do 2º tomo do *Resumo de História Literária*. Melhor teria sido, evidentemente, preencher-lhe as omissões no texto da nova edição.

Destarte, para a história das letras do Brasil, colônia, reino, império, tivemos nêle o precursor de estudos laboriosos, dificilmente realizáveis nos meados do século XIX, considerando-se a difusão do material, a incerteza das fontes remotíssimas, a escassez de seguros dados cronológicos ou informativos. Redobramos tanta-

nhas dificuldades por haver o autor, compendiando seis épocas (1140-1826...), abreviado os ciclos da literatura portugêsa em todos os gêneros. Desde as origens seiscentistas, reconstitui-lhe o desenvolvimento, em síntese, filiando na vetustez dessas letras a nossa infância literária, cujas formas ou tendências, ainda mal definidas, remontavam às fontes lusitanas, mas delas se desprendiam agora, nacionalizadas.

É o autor do compêndio luso-brasileiro que nos traz de origens distantes a primeira notícia indígena da sátira de Gregório de Matos, da oratória do Padre Antônio de Sá, da crônica e da ênfase de Rocha Pita, da pastoral de Gonzaga e dos madrigais de Silva Alvarenga, da lírica de Cláudio Manuel da Costa, do *Uruguai* de Basílio da Gama, do *Caramuru* de Frei José de Santa Rita Durão, do teatro de Antônio José da Silva, executado pelo Santo Ofício em Lisboa, como *judaisante*, da oratória sacra dos nossos três insignes frades e pregadores, São Carlos, Sampaio e Mont'Alverne, do epistolário de Alexandre de Gusmão. Vindo até os primórdios da escola romântica, é ainda êle quem relanceia num plano expositivo, pela primeira vez, o epos de Gonçalves de Magalhães e Araújo Pôrto Alegre, o byronismo de Álvares de Azevedo, o misticismo de Junqueira Freire, a historiografia de Joaquim Norberto de Sousa Silva ou de Pereira da Silva, a história monumental de Varnhagen.

Tanto no Brasil como em Portugal, depois dêle, o espírito moderno renovou a história da literatura, sistematizou-a, engrandeceu-a, mas romperíamos os cios à nossa tradição intelectual, desconhecendo ou menosprezando o valor das primeiras lições do Cônego Fernandes Pinheiro.

Entre os serviços do historiôgrafo, rebuscador de velhos textos, esmerilhador paciente e arguto, lembremos as anotações aos seis volumes da *História do Brasil*, de Southey, traduzida pelo Dr. Luis Joaquim de Oliveira e Castro e publicada em 1862 pelo editor Garnier. Algumas dessas notas, retificando os equívocos de Southey na sua *História*, são interessantíssimas. Por exemplo, a da pág. 25 do primeiro volume: «A primeira missa dita no Brasil não foi no domingo de Páscoa, e sim no da Pascoela, 26 de abril». Ou a da página 292 do volume sexto, em que o autor declara ter ocorrido a conjuração mineira sob o govêrno do Conde de Resende: «Há equívoco do autor, escreve o cônego, a tentativa revolucionária de Minas conhecida na história pela denominação de *Conspiração de Tiradentes* teve lugar no fim do vice-reinado de Luis Vasconcelos».

À sua benemerência devemos a 2ª edição da *Crônica da Companhia de Jesus* do Padre Simão de Vasconcelos, inestimável, a

despeito do gongorismo e das fábulas. Com a mesma solicitude benemérita foi êle, pessoalmente, o editor de uma tradução, ou antes, de uma paráfrase do *Livro de Job*, metrificado por José Elói Otôni, poeta mineiro e amigo de Bocage, mais tarde levado pelos desenganos, pela meditativa experiência, à fé cristã do *Stabat Mater* e do *Miserere*, que êle traduziu, como também à sabedoria dos *Provérbios* de Salomão, que êle parafraseou, igualmente em versos.

O discurso do Cônego Fernandes Pinheiro sôbre a *Poesia Religiosa em geral e, em particular, no Brasil*, anteposto com erudição, por vêzes com eloquência, à paráfrase de Otôni, é um longo e sério estudo, filiado na história das letras européias e das nossas letras, remontando às origens, tradições e modalidades da poesia heróica e sacra, desde os hinos dos patriarcas às vozes dos profetas biblicos. Ainda mais longe, no caminho dessas fontes asiáticas, deveria ter prosseguido o estudo até a poesia religiosa dos *Vedas* se as determinantes eclesiásticas — sacerdócio e ortodoxia — não lhe houvessem acaso imposto ou circunscrito o roteiro às pesquisas históricas. Pregador de tantos sermões, poeta de tantos carmes e odes, artifice de tantas obras eruditas, o Cônego Fernandes Pinheiro, sacerdote da capela e mestre do colégio imperial, serviu a causa do ensino primário com o maior desvêlo e carinho. Espontâneamente, deixando as altitudes da sua erudição, fêz-se o trabalhador modesto das primeiras letras didáticas em outros compêndios breves e simples: *História Sagrada*, *Catecismo da Doutrina Cristã*, *Lições Elementares de Geografia*, *Episódios da História Pátria*, *História do Brasil*, *Meandro Poético*, *Gramática da Infância*, *Gramática Teórica e Prática da Língua Portuguesa*, *Postilas de Retórica e Poética*.

Na coleção da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, onde foi primeiro secretário por mais de quinze anos, figuram dezenas de trabalhos do Cônego Fernandes Pinheiro, relevantes pela sua orientação e pelo seu alcance.

Não foram gratos nem justos alguns escritores que se utilizaram copiosamente do antigo e honesto subsídio: o *Curso Elementar de Literatura Nacional*. Valeram-se do texto e detraíram o Mestre, confirmando a experiência humana segundo a qual todo benefício resulta em decepções e agruras para o benfeitor.

O parecer da Academia de Ciências de Lisboa, subscrito por dois nomes ilustres, Rebelo da Silva e Antônio da Silva Túlio, reconheceram na obra a imparcialidade e a perspicácia dos juízos críticos, a clareza expositiva, o seguro método, a sobriedade e fluência da linguagem, a mestria com que o autor dividiu e caracterizou



as épocas literárias, tornando mais acessível aos alunos o tema de suas preleções.

Com tantos outros, o Visconde de Taunay exalçou-lhe a memória no Campo Santo e na tribuna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sacramento Blake louvou nesse brasileiro um dos que prestaram «melhores serviços às letras pátrias e ao magistério superior», e a sentença final, concisamente, lavrou-a um discípulo notável, Carlos de Laet, no *Microcosmo do Jornal do Comércio* de 12 de agosto de 1883, ao evocar o prestígio do mestre desaparecido : «Tempo houve em que foi moda abatê-lo : punham-se em relêvo os seus defeitos de estilo, que por vêzes o tinha artificioso e tímido, e apoucavam-lhe o mérito da não vulgar erudição.

«Hoje que está morto, não faz mal dizer tôda a verdade : foi um laborioso escritor e professor consciencioso; na cadeira que ocupou talvez tenha sido igualado, mas ainda não foi excedido».

Pela renúncia à efetividade do canonicato, em 1857, Fernandes Pinheiro acrisolou as razões ideais de viver na prática do novo sacerdócio — o devotado ensino de nossas letras no Colégio de Pedro II. Ao serviço da Monarquia, foi o arauto de uma literatura principiante, que vinha das raízes e dos germes peninsulares, aflo-  
rando para o mesmo idioma em outro continente. Ao serviço da mocidade no Brasil-Império, foi um dos seus mais proficientes, mais ilustres educadores.

## IMPORTANCIA E INFLUÊNCIA DA OBRA DO CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO

JOSÉ GONÇALVES VILLANOVA

Cada um de nós tem o seu meio preferido de expressão e o ambiente propício à sua completa expansão intelectual. O nosso é a sala de aula. É em contato com nossos alunos que nos sentimos perfeitamente à vontade e sofremos aquêlê indispensável atrito de que nos fala Montaigne. Fora da sala de aula, só em nossa biblioteca, em contato com o pensamento que já foi, mas ainda reencontramos e fazemos reviver e movimentar-se nas páginas dos «mestres mudos», que tanto falam, também conseguimos realizar-nos.

Não lemos para fazer crítica, que não somos críticos; lemos para atritar idéias. Na realidade, somos simples mestre-escola, dando com boa vontade o melhor que possuímos à única tarefa que nos importa: à formação das gerações *in fieri*. O nosso constante amor aos livros e ao magistério nos proporciona amizades e denuncia afinidades com contemporâneos e antepassados. Um amigo, que muito estimo e que conheço de minhas aulas, pediu-me êste ensaio sôbre as obras do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, eminente professor do século passado, com o qual sempre senti, através de suas obras, a mais estreita afinidade. Ponderei longamente se devia aceder ou recusar. Sou mestre-escola e não crítico. Permitiu Deus que pudesse gozar da ventura de transmitir aos meus alunos as criações alheias e que, às vêzes, no calor da aula, na sua motivação, transmitisse eu aos outros o entusiasmo que me empolga pela mensagem que os antepassados nos enviaram. Avêssô à publicidade, estimando preferentemente a comunicação com os alunos, conhecendo as minhas limitações e sabendo a anedota do sapateiro de Apeles, deveria escrever sôbre uma das obras mais relevantes de nossas letras didáticas? Deveria sim, concluí. Deveria, porque esta obra estava sendo menoscabada e a mocidade estava recebendo sôbre o nosso ilustre antepassado noções errôneas, espalhadas até em publicações oficiais. Ora, o primeiro dever do professor é a verdade. É, em nome da verdade,

porque a conhecemos e devemos apregoá-la, que nos abalançamos a escrever o presente ensaio, sôbre a *importância e a influência da obra do Cônego Fernandes Pinheiro*, na nossa formação cultural.

Um dos livros, a que recorremos com êxito, para o estudo da literatura de nossa língua, foi o *Curso Elementar de Literatura Nacional*.

Se certos conceitos inverídicos são espalhados, por levandade ou malícia, sôbre uma obra que concorreu para a nossa formação, e que hoje deletreamos com carinho, nosso dever é repor, retificar os conceitos adulterados. Assim, definitivamente, cumprimos o nosso dever da verdade e, conhecendo a anedota de Apeles, teremos todo o cuidado de não passar além da calígula, isto é, de examinar a obra como professor, preocupado com a exatidão e com a veracidade, e não como crítico. Fica claro, portanto, que não nos anima a intenção de ferir terceiros, mas o desejo sincero de restabelecer a verdade sôbre um trabalhador honesto e afincado, a quem tanto devemos, como afinal ficará demonstrado.

Para facilidade da demonstração, que intentamos, fixemos a espécie de obras que escreveu o Cônego Fernandes Pinheiro e quais os seus desígnios ao fazê-lo.

Inicialmente, consideraremos três obras religiosas :

1. *Catecismo da Doutrina Cristã*, adotado pelo Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária do município da Côrte e pela presidência da província do Rio de Janeiro.

2. *História Sagrada Ilustrada*, para uso da Infância, seguida de um apêndice, contendo: 1º uma relação analítica dos livros do Antigo e do Novo Testamento; 2º uma tabela cronológica dos principais acontecimentos; 3º um vocabulário geográfico explicativo dos nomes dos povos e países mencionados na mesma história.

3. *Manual do Pároco*. Conseguimos verificar três edições.

A conclusão a respeito dêstes três livros, sôbre matéria religiosa, parece-nos axiomática no que respeita à tese que defendemos: a *importância e a influência da obra do Cônego Fernandes Pinheiro*. O autor, desde 1852, era professor de Retórica, Poética e História Universal no Seminário Episcopal da Côrte. Era doutor em Teologia pela Universidade de Roma; o Império do Brasil tinha como religião oficial a Católica. Quanto ao valor dos seus livros, a aprovação dos Conselhos de Instrução atestam-no. Qual, todavia, a intenção dos mesmos livros? A que finalidade visavam? Ao ensino da religião em seus diversos graus. Alcançaram o seu desiderato? Não padece dúvidas que sim. Provam-no as edições sucessivas e numerosas que atestam o aplauso e a estima que receberam por parte das autoridades eclesiásticas.

Em segundo lugar, consideraremos as obras de história :

4. *Resumo de História Contemporânea*, desde 1815 a 1865. Um volume *in* oitavo.

5. *Episódios da História Pátria*, contados à infância; obra adotada pelo Conselho Superior da Instrução Pública. Um volume *in* oitavo.

6. *Estudos Históricos*. Dois volumes *in* oitavo contendo a reunião em livro de memórias apresentadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicadas na *Revista*.

Excluída esta última, vemos que a sua preocupação era ainda aqui o seu magistério, porque versam assuntos controvertidos ou ainda não suficientemente esclarecidos, pertinentes às matérias que lecionava o Cônego Fernandes Pinheiro.

Neste escôrço bibliográfico, certamente incompleto, consideraremos :

7. *Obras Completas* do Dr. Antônio Ferreira, 4ª edição, anotada e precedida de um estudo sôbre a vida e obras do poeta. Dois volumes.

8. *Poesias*, de Gonçalves Dias, 5ª edição, aumentada com muitas poesias, cuidadosamente revista pelo Dr. J. M. e precedida de uma biografia do autor pelo Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro.

9. *Discurso sôbre a Poesia Religiosa em geral e, em particular, no Brasil*, na tradução de Job, por Elói Ottôni (1852).

Naturalmente outros trabalhos desta espécie, que não conseguimos haver às mãos, existem. Para a demonstração que fazemos, os citados bastam. A edição crítica de Antônio Ferreira, a biografia de Gonçalves Dias, o *Discurso sôbre a Poesia Religiosa em geral, e, em particular, no Brasil*, atestam a importância da obra do Cônego Fernandes Pinheiro, deixam perceber a projeção de que gozava entre os contemporâneos e, portanto, a sua influência. Outrossim, comprovam a sua dedicação aos estudos indispensáveis à realização das obras que encerrarão nossa lista :

10. *Meandro Poético*, ou Coleção de poesias escolhidas dos melhores autores nacionais. Um volume *in* oitavo.

11. *Gramática Teórica e Prática da Língua Portuguesa*.

12. *Postilas de Retórica e Poética*, ditadas aos alunos do Imperial Colégio de Pedro II.

13. *Gramática da Infância*, seguida de numerosos exercícios práticos. Um volume *in* oitavo.



14. *Curso Elementar de Literatura Nacional*. Um volume in quarto. Impresso e encadernado em Paris, em 1862. 2ª edição revista por Luís Leopoldo Fernandes Pinheiro, em 1883.

15. *Resumo de História Literária*. Dois volumes. Rio, 1873.

Destas rápidas referências bibliográficas ressalta claramente a preocupação didática do autor, pois em quinze obras, onze destinam-se ao ensino.

Apreciando particularmente o último grupo de obras, constituídas pelas que dizem pròpriamente à nossa seara, vemos que se compõe de livros destinados à difusão do ensino de retórica, poética e literatura.

O *Meandro Poético* é uma seleta, compilada com discernimento e bom gosto pelo compilador que, em 1852, escrevera o *Discurso sôbre a Poesia Religiosa em geral, e, em particular, no Brasil*.

A *Gramática Teórica e Prática da Língua Portuguesa* é o resultado da coleção dos apontamentos tomados pelo autor, quando regeu, no Imperial Colégio de Pedro II, a cadeira de Gramática Filosófica. Embora não se trate de obra original e sim de uma compilação, o cuidado na seleção, o método adotado, os exemplos sôbre as regras, exercícios e questionários, a simplicidade da exposição, constituem o princípio de uma renovação em nossa literatura didática.

A *Gramática da Infância*, cuja primeira edição data de 1864, é notável esforço de renovação e de simplificação, tornando a gramática acessível aos estudantes do Curso Primário.

Quanto à Retórica e à Poética, são postilas ditadas para suprir a deficiência resultante da inexistência de livro adequado. O ditado e o sermão eram dois processos de ensino que os jesuítas nos haviam legado. O Cônego Fernandes Pinheiro, homem de formação européia, breve abandonou o processo enfadonho e ineficaz, fazendo imprimir as postilas, logo reeditadas.

Esta preocupação do ilustre professor, em preencher lacunas existentes em nossas paupérrimas letras didáticas de então, assim como a correspondência de suas obras com as necessidades reais do ensino, levaram-nas a alcançar sucessivas e numerosas edições, fato que atesta a estima geral e o aplauso com que eram distinguidas e, portanto, a sua *importância e influência* na formação de gerações que deram ao Brasil alguns de seus mais eminentes filhos. Como prova da veracidade desta afirmação, basta que chamemos à colação o testemunho de seu antigo aluno Carlos de Laet, que assim se expressou no *Jornal do Comércio*, de 12 de agosto de 1883: «Hoje que está morto não faz mal dizer tôda a verdade;

foi um laborioso escritor e professor consciencioso; na cadeira que ocupou talvez tenha sido igualado, mas ainda não foi excedido».

O Brasil experimentou, neste século que medeia entre a publicação das obras do Cônego Fernandes Pinheiro e o momento atual, um progresso econômico e cultural, oriundo sobretudo da rapidez crescente dos meios de transporte e da instantaneidade praticamente atingida pelos meios de comunicação. Outros mestres surgiram, novas escolas literárias floresceram, novos livros entraram em uso, exigidos pela nova orientação metodológica de nosso ensino e pelo sobrevento de novas concepções da psicologia educacional. Isto, que é resultado da evolução fatal dos empreendimentos humanos, não nos deve, porém, de maneira alguma, fazer esquecer os pró-gonos, cujo esforço fecundo proporcionou a nossa ascensão.

O Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro está neste caso. Sua obra foi um verdadeiro farol, guiando a marcha do ensino rumo à posteridade, merecendo conseqüentemente o nosso respeito e a nossa admiração. De suas cátedras e de seus livros nos chega a mensagem benéfica daquele que empregou os seus lazeres a colhêr documentos verídicos, entre montes de papéis escritos, para ilustração de contemporâneos e pósteros.

De tôda essa obra respeitável sobrelevam o *Curso Elementar de Literatura Nacional* e o *Resumo de História Literária*. São dois livros sôbre os quais para dizer tudo o que pensamos nos seria necessário escrever outro livro. Em nossa juventude foram nossos livros de estudo. Outros livros os sucederam. Êles foram, porém, os primeiros em nossa pátria. Foram fonte. E a gratidão que devemos ao autor sente-se ferida com certos conceitos, levianos uns, falsos outros, que correm impressos em obras respeitáveis ou de simples vulgarização e até em publicações oficiais. Daí a necessidade de retificação.

Inicialmente, por se tratar de obra respeitável, pela seriedade com que foi escrita, e pelo valor excepcional de seu autor, assim como por ser representativa de uma nova tendência, que se segue, em ordem cronológica, ao espírito que a obra do Cônego Fernandes Pinheiro encarna, examinaremos alguns enganos, provavelmente involuntários, que maculam a *História da Literatura Brasileira* de Silvio Romero. Ao fazer tal retificação, anima-nos, exclusivamente, o intuito de colhêr elementos para o robustecimento da demonstração que aqui fazemos e a esperança de que o ilustre filho do autor, o culto Professor Nelson Romero, não deixe continuar a correr com tais senões uma obra de tamanha repercussão.

A edição de Sílvio Romero que possuímos é a terceira, editada por José Olímpio. Nela, na página 37, do tomo primeiro, pontifica o autor:

«O livro de Ferdinand Wolf, *Le Brésil Littéraire* (1863), tem sido e continua a ser, com razão, o oráculo de todos na matéria, porque é o único em seu gênero. O escritor austriaco foi o primeiro a fazer um quadro mais ou menos inteiro de nossa literatura, quadro pálido e incorreto, mas que se impõe por estar no singular. E já lá vão bastantes anos que o livro foi publicado, e até bem pouco era o compêndio oficial de nossos cursos!

«Antes de Ferdinand Wolf ainda a estrangeiros coube a tarefa de traçar as primeiras notícias de nossas letras».

Na pág. 38, obra cit., lemos :

«A autores nacionais só devemos alguns pequenos ensaios, parcas monografias, noções destacadas de uma ou outra época de nossa literatura, ou análise por acaso de algum escritor predileto.

«Os principais entre eles vêm a ser : Fernandes Pinheiro — *Discurso Sobre a Poesia em geral e, em particular, no Brasil*, na tradução de Job, por Elói Otôni (1852) e também no *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1872)».

Vejamos a questão de precedência. O austriaco Ferdinand Wolf, orientado por Gonçalves Magalhães, publicou a sua obra em Berlim, em 1863. O *Curso Elementar de Literatura Nacional*, do Cônego Fernandes Pinheiro, fruto de maturação cultural, antecipou-se ao austriaco — é publicação feita em Paris, em 1862.

Assim, o livro *pálido e incorreto* de Ferdinand Worf, palidez e incorreção que se explicam, pois o seu conhecimento de nossa literatura era indireto e obtido por meio de terceiro interessado, não foi o primeiro a traçar um quadro mais ou menos inteiro de nossa literatura. Nem estava no singular. O *Curso Elementar de Literatura Nacional*, do Cônego Fernandes Pinheiro, é um *quadro completo e vivo* de nossa literatura. Não é um *quadro pálido*, as suas côres tropicais, a sua linguagem entusiástica levarão os apressados leitores do futuro a acoimarem o autor de se haver transviado num *exagêro encomiástico*. E, nem mesmo o *Curso Elementar de Literatura Nacional* ficara no singular, porque o próprio Cônego Fernandes Pinheiro, no seu afã de trabalho e aperfeiçoamento constante, em 1873, publicara o *Resumo de História Literária*.

Outro engano é incluir o *Curso Elementar de Literatura Nacional* entre trabalhos menores, *monografias*, etc. Trata-se de um grosso volume in quarto com 568 páginas, que estuda *sucessivamente os autores que mais se abalizaram*, que começa com o estudo da origem da língua portuguesa e estende-se desde 1140 até os contemporâneos do autor. É verdade que o autor, escrevendo em

1860, apenas esboça o estudo da escola romântica no Brasil e em Portugal, mas em história literária esta é a praxe — Silvio Romero, escrevendo em 1888, só vai até os últimos românticos.

Que o livro de Ferdinand Wolf fôsse único em seu gênero, isto é, pálido e incorreto, passa; todavia não deve ter sido o compêndio oficial de nossos cursos. Esse papel relevante de compêndio oficial foi reservado, por mais de meio século, ao *Curso Elementar* e ao *Resumo*, do Cônego Fernandes Pinheiro. As seguintes razões comprovam a veracidade dessa asserção; o austriaco Wolf escreveu, por ouvir dizer, um livro em francês, publicado em Berlim, sem intenção didática, que se tornara raridade bibliográfica; o Cônego Fernandes Pinheiro, professor do Seminário Episcopal da Corte, a partir de 1852, catedrático do Imperial Colégio de Pedro II, a partir de 1857, publicara dois livros em português, de acôrdo com as exigências do ensino, em estilo didático, com notícias e citações sempre exatas e graduadas para a capacidade de compreensão dos alunos brasileiros.

Finalmente, o Cônego Fernandes Pinheiro era autor estimado, como prova o número de edições de suas obras, porque nenhum editor reeditaria obra, cujos exemplares anteriores permanecessem encalhados. No caso particular do *Curso Elementar de Literatura Nacional*, a reedição da obra, em 1883, dois anos depois da publicação do *Curso de Literatura Nacional*, de Melo Moraes Filho, é a prova real do mérito e da popularidade dela. O depoimento do editor é concludente: reimprime porque a obra está esgotada e continua a receber pedidos *principalmente das províncias do norte*. Contudo, não era só nas províncias norte que o *Curso Elementar de Literatura Nacional* continuava a ser livro de classe. Fizemos nosso curso secundário no Rio de Janeiro e estudamos por êle, e temos em mãos um exemplar da 2ª edição, cujo carimbo nos informa que foi adquirido, em 1920, pela estudante Maria M. da Luz, na Papellaria e Livraria do Povo, na Avenida 15 de Novembro, 734, em Petrópolis.

Por que essa influência tão persistente? Como se explica que os livros do Cônego Fernandes Pinheiro continuassem a ser os livros de tôdas as classes no Brasil até o principio dêste século e da maioria das classes até a reforma Francisco Campos, em 1932? Qual a razão desta preferência, se em 1881 surgiu o livro de Melo Moraes Filho, se em 1888 apareceu a erudita *História da Literatura Brasileira* de Silvio Romero, logo seguida do *Compêndio de História da Literatura Brasileira*, obra feita em colaboração pelo erudito Silvio Romero e o eminente polígrafo João Ribeiro? Como se explica influência tão prolongada?

É que os livros do Cônego Fernandes Pinheiro (note-se os livros e não o livro no singular, como afirma Silvio num arroubo



polêmico) correspondiam melhor às exigências de nossos cursos. Os novos livros surgidos obedeciam a outra orientação, os compêndios cingiam-se ao estudo da literatura brasileira e a *História da Literatura Brasileira* é obra de erudição, mas não é obra didática, nunca foi usada em classe. Ora, o *Curso Elementar de Literatura Nacional* e o 2.<sup>o</sup> volume do *Resumo de História Literária* ofereciam um quadro completo da literatura de língua portuguesa em Portugal e no Brasil. Isto explica porque os novos livros aparecidos nem suplantaram, nem fizeram cair em desuso os livros do Cônego Fernandes Pinheiro.

Assim, as afirmações das págs. 37 e 38 da *História da Literatura Brasileira* devem ser consideradas apenas como expressões de um polemista tão ardoroso que, até juízos críticos, emitia arrasado por seu espírito polemístico. Aliás, só o calor polêmico levaria um erudito, como Silvio Romero, a incluir o *Curso Elementar de Literatura Nacional* entre as monografias e a falar em livro no singular, êle que tudo lia e que conhecia o *Resumo de História Literária*, como se depreende desta passagem do prefácio da 2.<sup>a</sup> edição da *História da Literatura Brasileira*, datada de 20 de julho de 1901:

«As divisões de Ferdinand Wolf e Fernandes Pinheiro que se me antolham ainda inferiores às lembradas por mim».

E confirmando, que o *Resumo de História Literária* foi fonte a que recorreu, na pág. 304, do tomo primeiro da 3.<sup>a</sup> edição:

«Fernandes Pinheiro, em 1872, em seu *Resumo de História Literária*, deixou designados êstes momentos, como os mais característicos de nossa vida nas letras: 1.<sup>o</sup> período da formação, abrangendo os séculos XVI e XVII; 2.<sup>o</sup> do desenvolvimento, enchendo o século XVIII; 3.<sup>o</sup> o da reforma, constituído pelo século XIX. Divisão de fases esta mais bem feita do que a de Ferdinand Wolf, porém, ainda assaz defeituosa».

Desta referência colhemos que, para Silvio Romero, o Cônego Fernandes Pinheiro, como dissemos atrás, havia feito um livro melhor que o de Ferdinand Wolf. Apenas é preciso retificar; na citação que fizemos da pág. 38, o livro que ali figura, entre as *monografias, ensaios e estudos isolados*, como editado em 1872 é o *Curso Elementar de Literatura Nacional*; na pág. 304, do mesmo tomo primeiro, figura o *Resumo de História Literária*. Todavia, nem um, nem outro, foi editado em tal data. O *Curso Elementar de Literatura Nacional*, como já vimos, foi editado em Paris, em 1862. A divisão em épocas, citada por Silvio Romero, encontra-se no livro décimo, pág. 293, do *Resumo*, que, conforme consta da última página da 1.<sup>a</sup> edição, foi impresso na Typ. Franco-Americana, rua d'Ajuda — 1873.

Outro passo, que nos parece refletir-se a influência da obra do Cônego Fernandes Pinheiro na *História da Literatura Brasileira*,

embora os dois autores hajam partido de premissas diferentes, é na passagem que se encontra na pág. 99, tomo terceiro, da 3ª edição, em que Silvio Romero opina sobre a data de início do nosso movimento romântico em 1826. Realmente, esta é a divisão preferida pelo Cônego Fernandes Pinheiro, no *Curso Elementar de Literatura Nacional*, pág. 301, lição XXIX, quinta época — 1750-1826. Um estudo comparativo mais aprofundado, certamente, nos levaria a outras aproximações. O que fica, basta, porém, para demonstração da nossa tese da *importância e influência da obra do Cônego Fernandes Pinheiro*; o erudito Silvio Romero, concordando ou discordando, ao escrever o seu livro, tinha presentes os dois volumes do Cônego Fernandes Pinheiro e os levava em consideração.

Sobre a *importância e influência* do *Curso Elementar* e do *Resumo* em nosso ensino, basta que atentemos no seguinte: antes dos livros do Cônego Fernandes Pinheiro, não existia no Brasil ou em Portugal qualquer livro, nacional ou estrangeiro, que permitisse nas escolas o estudo de nossa literatura.

Três antecessores estrangeiros teve ele: Friedrich Bouterwek — *Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit*, 1805; J.C.L. Simonde de Sismondi — *De la Littérature du Midi de l'Europe*, 1812, obra que era uma verdadeira paráfrase da versão inglesa do livro de Bouterwek; Ferdinand Denis, *Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal et du Brésil* (1826).

Esses livros trataram especialmente da literatura de Portugal e só secundariamente, e mesmo assim com muitas lacunas, trataram de alguns poetas brasileiros. Por esses motivos — língua estranha e insuficiência com que tratavam de nossa literatura, até então colonial — de maneira alguma, poderiam ser usados em nossas escolas. Dêste fato ressalta toda a importância e repercussão do cometimento do Cônego Fernandes Pinheiro.

De uma obra dessas não se deve afirmar levianamente, como o fez o sr. Otto Maria Carpeaux na sua *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*, editada em 1951, pelo Serviço de Documentação, do Ministério da Educação e Saúde: «Sem espírito científico; muita eloquência; comparações encomiásticas». Esta despropositada afirmação é mantida na 2ª edição, 1955.

Este desasado e aventureiro *juízo crítico* nos faz lembrar uma velha anedota acadêmica. Numa reunião, para redação de verbetes do dicionário da Academia, o relator propôs a seguinte definição para beija-flor: — mamífero, de pelos brilhantes, que devora pétalas de flôres. Ao que o secretário, menos visionário, mais objetivo, menos capaz de eterificação que o colega, corrigiu: «beija-flor não é mamífero, mas pássaro; não tem pelos, mas penas; e não devora pétalas de flôres. No mais, concluiu, academicamente, a sua definição é verdadeira».

Tal e qual o excêntrico *juízo crítico* do Sr. Carpeaux. *Sem espírito científico*, afiança êle. Talvez esta afirmação corresponda a que faz da obra de Ferdinand Wolf — *sem espírito crítico*. Ora, espírito crítico tem Fernandes Pinheiro. Da crítica de sua época, é claro. E aqui nós pediremos o auxílio de Silvio Romero, *História da Literatura Brasileira*, tomo primeiro, págs. 309 e seguintes: «A crítica na Europa tôda, nomeadamente na França, até Villemain, não passou essencialmente de uma prolação dos ensinos da velha poética e da velha retórica, modificados e ampliados por considerações histórico-sociais, neste ou naquele ponto, conforme o temperamento dos autores.

«Estética e história, duas disciplinas completamente diversas da crítica, passaram a constitui-la. De então em diante, a crítica não tem passado de fragmentos de estética, entremeados de considerações históricas e, por vêzes, de motivos psicológicos.

«É esta a sua fisionomia em Sainte-Beuve, que a costuma também diluir em divagações anedóticas.

«É o seu caráter de alto abaixo em Taine, que lhe imprime, porém, feições de um sistematismo ferrenho.

«Ruskin cultivava deliberada e conscientemente a estética e a ela reduzia tôda a sua crítica».

Depois de criticar aquêles que usam o termo *crítica* como adjetivo, fixa o mestre sergipano o que entende por crítica.

Ora bem. *A Pequena Bibliografia*, talvez transviada pelo título, não considera o *Resumo de História Literária*. Mas como o autor nos adverte, no prefácio, de que a sua obra é intencionalmente incompleta, nada diremos sôbre esta falha. Uma coisa, porém, é certa: o Cônego Fernandes Pinheiro tinha elevado e equilibrado *espírito crítico*, como mostraremos a seguir.

Quais são os críticos franceses contemporâneos do Cônego Fernandes Pinheiro? Villemain, Taine e Sainte-Beuve. Guardadas as diferenças de meios, as tendências filosóficas, e a deficiência do material de que dispunha o Cônego Fernandes Pinheiro, professor de história, de retórica e de poética, ocupa êle na cultura brasileira, posição homóloga à daqueles críticos em sua pátria.

Isto provaremos neste trabalho. Onde, porém, o Sr. Carpeaux hauriu o seu *juízo crítico*? Examinaremos a questão, fazendo uma pequena estatística em suas referências bibliográficas. No estudo de 23 autores o Sr. Carpeaux cita o *Curso Elementar de Literatura Nacional* apenas quatro vêzes, cita Silvio Romero vinte e três vêzes, cita a *Pequena História de Literatura Brasileira*, de Ronald de Carvalho, doze vêzes. Seria antipatia do autor da *Pequena Bibliografia* pelo Cônego Fernandes Pinheiro? Não cremos. A nossa opinião é que êle leu a 3ª edição da *História da Literatura Brasileira*

e a 5ª edição da *Pequena História da Literatura Brasileira*, mas não leu o *Curso Elementar de Literatura Nacional*. Esta opinião se robustece, quando consideramos as nótulas que apõe e as que deixa de apor. Assim, ao considerar Botelho de Oliveira, omite a referência a Fernandes Pinheiro que, não obstante, realça o valor do nativista que Silvio Romero desdenha. No estudo de Rocha Pita aparece, entretanto, a citação do *Curso Elementar de Literatura Nacional* num solecismo — está encantado com Rocha Pita. Ora, tal não se dá. O Cônego Fernandes Pinheiro conta fielmente os insucessos de Rocha Pita na poesia e o fiasco que foi o seu romance escrito em castelhano e imitado do *Palmerin de Inglaterra*, louva-lhe a seguir o esforço da pesquisa e, valendo-se do seu método que é o comparativo-histórico, aponta as influências que a *História da América Portuguesa* sofreu e acaba por mostrar que a obra de Rocha Pita é despida de espírito crítico, veicula credices e está maculada pelo contágio gongorístico. A nota nativista, que encantou o Cônego, toca o coração de todos os brasileiros, no primeiro século depois da independência e da grande maioria ainda hoje. Todos se comoviam com a leitura da famosa descrição do Brasil. O Sr. Carpeaux quer a prova da veracidade do que dizemos? Complete a leitura que fez de Silvio Romero, que é de uma geração muito posterior a do Cônego Fernandes Pinheiro, e veja, no prefácio da 1ª edição da *História da Literatura Brasileira*: «Com relação à sua querida pátria, o autor tem passado por três fases diversas — a primeira foi a do otimismo da meninice e da primeira juventude, idade em que toda gente lê nos livros das classes a famosa descrição do Brasil de Rocha Pita e acredita em tudo aquilo como numa dogmática infalível». O Sr. Carpeaux só estranhou, porque não foi criança no Brasil.

Quanto a Antônio José da Silva é verdade que o coração generoso de Silvio Romero viu justo, mas o Cônego Fernandes Pinheiro o precedera na reivindicação da brasilidade do Judeu, tanto no seu trabalho publicado na *Revista do Instituto*, em 1862 e reimpresso nos *Estudos Históricos*, 2.º volume, 1876, páginas 137 e seguintes, como no *Curso Elementar*, págs. 464/481, como no *Resumo*, págs. 228/234. E para completar: Não é engraçado acusar o Cônego Fernandes Pinheiro de fazer panegírico de Frei Mont'Alverne? Será panegírico dizer-se de um pregador: «Tinha Mont'Alverne consciência da sua facúndia, consciência que degenerava em excessivo amor próprio»? Será panegírico, examinar sermões sob o ponto de vista da retórica e transcrever opiniões de Porto Alegre? Será panegírico dizer do pregador mais afamado do seu tempo: «Parecerá mesquinho depois de admirar tão ricos painéis ouvir falar em defeitos e incorreções da obra; nossa missão de crítico porém a isso nô-lo obriga. Cremos que terá notado o leitor que nem sempre é bastante castiça a linguagem do P.M. Mont'



Alverne, que pomposas frases obrigam muitas vezes triviais pensamentos, e que não raro revelam seus sermões um luxo de erudição mais profana do que sagrada?» (*Curso Elementar*, 2ª ed., página 532). Estranho panegírico!

Por tudo, cremos que, se o Sr. Carpeaux folheou o *Curso Elementar*, não o leu. Onde então o seu juízo apressado? Da leitura que fez da 5ª edição da *Pequena História* de Ronald de Carvalho, a qual é por êle citada tão imponderadamente. Na realidade, nós, considerando, como consideramos, a *Pequena História* um livro de divulgação, embora de excepcional valor, não a citaríamos numa bibliografia, quando já houvéssemos citado Silvio Romero e José Verissimo, cujo resumo é. Examinemos o juízo *jupiteriano* de Ronald de Carvalho e provemos a falsidade dêle. Esperemos, no entanto, que para o futuro o Sr. Carpeaux reexamine a questão e o Serviço de Documentação do M.E.C. não deixe correr livro tão deficiente.

Vejamos, entrentes, a fonte provável do Sr. Carpeaux, que deve ter sido as págs. 281/282, da *Pequena História*:

«No *Curso Elementar de Literatura Nacional* do Cônego Fernandes Pinheiro, sob a solenidade didática, aparece, igualmente, o impertinente sestro de elogiar despropositadamente os nossos escritores, colocando-os mal na companhia de alguns grandes nomes da cultura européia. Quando êle se refere aos nossos românticos, é sobretudo de uma ingenuidade realmente estranha num professor catedrático da matéria... Descobriu, por exemplo, na obra de Magalhães, indistintamente, «o sentimentalismo de Lamartine, a suave melancolia de Chateaubriand, a vigorosa imaginação de Lord Byron, ou de Victor Hugo, as graves e profundas cogitações de Schiller e de Goethe; achou os versos de Pôrto Alegre, nas *Brasilianas*, dignos de Dante; conferiu a Gonçalves Dias «uma reputação européia», confundindo naturalmente Lisboa com Paris e Londres; rotulou as sensaborias rimadas de Teixeira e Sousa com os nomes ilustres de Lucano e Voltaire; encontrou «as luxuosas galas de uma imaginação viridente» nas *Modulações Poéticas* de Norberto Silva; Na *Nebulosa*, do «Dr.» Joaquim Manuel de Macedo, sentiu «a vulcânica pena de Lord Byron», e ainda, «o pincel Sanzio». Consoante o Cônego, Junqueira Freire «era o homem do presente envolto no passado»; Dutra e Melo e Álvares de Azevedo, «botões que a segure da morte ceifou antes que desabrochassem».

«Ora, com semelhante crítica de colegial aplicado, não é possível dizer-se alguma coisa de aproveitável, as linhas gerais da história literária confundem-se, baralliam-se num farelório sem nexos, numa mestiçagem inaceitável de meias-idéias e meios-conceitos destituídos de fundo e de forma. Ficamos, apenas, com alguns

nomes e datas na memória, mas sem poder ligá-los, tolhidos na apreciação dos valores, em tal ou qual época, em certo e determinado momento. O Cônego não escapou ao meio, pois assim era que se entendia a crítica, eram êsses os seus processos no Brasil, de 1830 a 1870».

A êste *juízo crítico* falso e apressado, como mostraremos, cola perfeitamente a síntese *magistral* do Sr. Carpeaux: — «Sem espírito científico — muita eloquência — comparações encomiásticas».

Creemos ser capazes de reconstituir a armadilha da qual Ronald de Carvalho foi vítima. Tendo escrito uma obra notável no que toca à divulgação dos trabalhos de Silvio Romero e José Veríssimo, que associou e resumiu, naturalmente consultou também o *Curso Elementar*, mas vítima de enganos a que estão sujeitos certos pesquisadores, leitores apenas de títulos e índices, leu o livro apenas a partir da pág. 567, da 2ª edição, visto como tôdas as citações feitas são posteriores a esta página. Ora, o Cônego Fernandes Pinheiro esposava a opinião de que só a partir de 1826 deveríamos estudar separadamente a literatura brasileira e Ronald só leu a partir dali (a parte menos importante da obra), porque o que êle queria escrever era um *resumo* da literatura brasileira. Outrossim, o limite do período, de 1830 a 1870, e a ausência de citação, mostram que não conheceu o *Resumo*, que é de 1873.

Contudo, examinemos o libelo e provemos a falsidade de seu articulado.

No *Curso Elementar*, sob a solenidade didática, aparece, *igualmente*, o *impertinente sestro de elogiar despropositadamente*... Ora, uma citação deve harmonizar-se com o sentido do capítulo e só assim podemos avaliar o seu alcance. Que a obra era *didática*, mesmo compulsando apenas a última parte, um leitor inteligente, como Ronald, não o poderia deixar de sentir. Agora, o *igualmente* — que se explica por tratar-se de um capítulo sobre a história e a crítica entre nós. Segundo êle afirma, somos um *povo instável*, como aliás o *povo peninsular do qual descendemos*, e *Carlyle, Montaigne e Schlegel não poderia ter nascido na península Ibérica*. Isto, digamos de passagem, não poderia mesmo ter acontecido, visto como se trata de representantes típicos de culturas diversas da nossa e diferentes entre si. A afirmação, no entanto, é para provar a nossa incapacidade como historiadores e críticos. Para o autor da *Pequena História* até o movimento evolucionista do Recife, só escapam Varnhagem e João Lisboa. Acontece, apenas, que o *Florilégio da Poesia Brasileira*, de Varnhagen foi uma das fontes do Cônego Fernandes Pinheiro, o qual, no prefácio do *Curso Elementar*, adverte: «Receando a fraqueza dos nossos juízos, buscamos escudar-nos com o dos mais afamados críticos, sempre que isto nos foi possível»... Mas... Ronald só leu a parte referente ao período nacional, e Varnhagen só tratou do período colonial...

Quanto ao mal apontado, da comparação de nossos autores com os europeus, é hábito brasileiro. Ronald de Carvalho, na página 277 de seu livro, coloca Varnhagen em companhia de Draper e de Macauley: na pág. 340, compara Silvio Romero a Léon Daudet; José Veríssimo, o sisudo e sêco José Veríssimo, afirma que Araripe Júnior é o continuador de Taine (na pág. 412, da *História da Literatura Brasileira*); e Silvio Romero, sempre impetuoso, depois de citar meia centena de europeus, no mesmo capítulo, considera Alvares de Azevedo superior a Baudelaire (1º tomo, 3ª edição, pág. 238).

Quem fôr isento, atire a primeira pedral! . . .

Mas o fato é que a crítica de Ronald de Carvalho restringe-se aos românticos e é quase tôda improcedente e dela ninguém escapa. Pereira da Silva é «um divulgador esforçado de nossos homens políticos e de letras», mas dêle zomba o crítico. Joaquim Norberto de Sousa Silva que, «com ser um dos mais fecundos escritores nacionais, não deixou senão meia dúzia de páginas aproveitáveis e algumas biografias notáveis pelo valor da *documentação séria e proveitosa, colhida nas fontes originais*. A êste desbravador, a êste pioneiro, que foi uma das fontes do Cônego Fernandes Pinheiro, o espírito internacionalista e cético de Ronald de Carvalho vitupera: «Não se livrou, todavia, do mal da época, pois sua crítica se inspirou em um *patriotismo tolo, canhestro e desarrazoado*». Aí estão os epítetos que merecem o sentimento fecundo daqueles que construíram a nossa pátria. O seguinte na fila da férula *ronaldiana* é Sotero dos Reis, que não «tem uma só idéia geral profunda», ostenta a «pobreza de nossos processos críticos da era romântica», nêle «o chauvinismo fala mais alto do que o raciocínio».

Êste espírito demolidor e cético, que preside o capítulo, dispensaria maior exame, se não fôsse a falsidade fácil de evidenciar-se das acusações seguintes.

Que a crítica do Cônego Fernandes Pinheiro sôbre os românticos seja mais emocional que racional não contestamos. Os fatos contemporâneos não admitem visão adequada. Ao considerá-los a hipérbole é compreensível e perdoável. Todos nós revemos conceitos com o decurso do tempo.

Qual era, porém, o conceito de crítica do Cônego Fernandes Pinheiro?

A resposta está nas págs. 288 e 289 do *Resumo de História Literária*: «A crítica literária, escreve Fernandes Pinheiro, essa verdadeira magistratura intelectual, que induz e deduz, analisa e sintetiza, numa palavra, *julga*, e profere o seu *veredictum* com a consciência calma e segura de quem cumpriu um nobre e penoso dever, foi por muito tempo desconhecida em Portugal. Confun-

diram-na com a maledicência, com o mesquinho espírito de inveja, que faz achar péssimo tudo o que não é nosso nem dos nossos íntimos; ou com essa mútua condescendência, êsse elogio recíproco, que foi espiritualmente denominado — *crítica de campanário*.

Qual o sistema que adota em seus livros o Cônego Fernandes Pinheiro? Escuda-se em boas fontes (prefácio do *Curso Elementar*); quando formula conceitos críticos pessoais é «sempre de boa fé, e com o desejo veemente de seguir a verdade».

Que esta orientação é fielmente seguida verifica-se pela simples indicação de algumas fontes na parte das obras referente a autores portugueses: Herculano, Castilho, Andrade Ferreira, Inocêncio Francisco da Silva, Júlio César Machado, Teixeira de Vasconcelos, Vidal e Pinheiro Chagas. Vale dizer: o Cônego Fernandes Pinheiro estava em dia com o pensamento da crítica em seu tempo.

E quanto ao Brasil? O mesmo se verifica. Examinemos o estudo que faz de Gregório de Matos. Nada de entusiasmos estêreis e *patrioteiros* em que outros se transviaram. Um estudo objetivo. Como fonte principal, a biografia do poeta, do Cônego Januário da Cunha Barbosa, inserta do tomo III, da *Revista do Instituto*, na qual colheu os fatos biográficos e as anedotas que depois correram impressas em tôdas as nossas histórias de literatura subseqüentes. Como fontes secundárias: as *Memórias* de Frei João de S. José Queirós, bispo do Grão-Pará, publicadas por Camilo Castelo Branco, para rebater, com argumentação irresponsável, por julgá-lo mordaz e maledicente, a acusação de impiedade feita por êsse prelado ao poeta; o *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio F. da Silva, tomo III, pondo em realce a indicação da bibliografia de autoria do licenciado Manuel Pereira Rebelo, que seria usada por todos os autores subseqüentes; os «parnasos» brasileiros do Cônego Januário da Cunha Barbosa e do Conselheiro Pereira da Silva e, ainda, o *Florilégio*, de Varnhagen.

O Cônego Januário opina sôbre a publicação da obra de Gregório de Matos, julgando-a inconveniente, dado o seu caráter. Dêste julgamento discorda o Cônego Fernandes Pinheiro. Para êle, que o julga objetivamente, Gregório não é «o fundador de nossa literatura», nem o «primeiro espírito viril da literatura brasileira»; a sua obra, no entanto, não é destituída de valor e é um patrimônio, que pertence às nossas letras. Faz, portanto, votos para que seja dada à publicidade. Sem «patriotada», o Cônego Fernandes Pinheiro tocava no ponto certo, o único que importava e que outros não souberam ver. Na década de 1923 a 1933, sob a orientação de Afrânio Peixoto, a Academia Brasileira de Letras cumpriu o voto de Fernandes Pinheiro, publicando a obra de Gregório de Matos, segundo o critério por êle lembrado. Grandes nomes de nossas letras associar-se-iam ao cometimento; Afrânio



Peixoto, prefaciando a *Sacra*, cuja introdução é escrita por Homero Pires; Xavier Marques prefaciaria a *Graciosa*; Constâncio Alves, a *Satírica*; Pedro Calmon, a *Última*. Das poesias impublicáveis seria feita uma coletânea da qual foram tiradas duas cópias dactilografadas que se encontram na Biblioteca Nacional e na Biblioteca da Academia Brasileira de Letras.

Vejamos o *juízo crítico encomiástico* do Cônego Fernandes Pinheiro no *Resumo* (págs. 305-306) e os nossos leitores depois o comparem com os expendidos por Silvio Romero e, como reflexo, por Ronald de Carvalho.

«Era o nosso compatriota, diz o Cônego Fernandes Pinheiro, temido pela sua proverbial maledicência; e geralmente conhecido pela pouca lisongeira antonomásia de *bôca do inferno*. A ninguém poupava: nem ainda à sua virtuosa espôsa, a quem, como já vimos, expunha às chacotas da multidão. *Foi um Rabelais forrado de Aretino, discípulo degenerado da escola de Lucílio e Marcial* (o grifo é nosso). Popular e corrente a sua linguagem, fácil e fluente a metrificação; pitorescas as imagens; felizes os símiles, chistosas as sátiras, quando não descambavam em grosseiras alusões e intolleráveis obscenidades».

E conclui, severo e justo, dentro do sentido construtor e didático de seu livro: «É outras vêzes aristofanesco e atira-se aos defeitos físicos, como quando encarnece do *braço de prata* do Governador Antônio de Sousa Meneses, ou da excessiva pequenez de certo letrado pernambucano. Por certo terão observado os leitores quanto somos oposto à sátira pessoal, principalmente a que se dirige a imperfeições corpóreas, que em nossas mãos não está remediar. Podem semelhantes sátiras *provocar hilaridade*; nunca, porém, corrigem, nem melhoram os costumes».

E, já que falamos de estudos sérios, não podemos esquecer que, tendo em vista a probidade das pesquisas e o valor da documentação reunida, é o Cônego Fernandes Pinheiro o autor do melhor estudo feito até o presente sôbre a *Academia Brasileira dos Esquecidos* e a *Academia Brasileira dos Renascidos*, estudo de que tanto se serviram os seus sucessores sem o citarem.

É justamente no estudo das *Academias* que comprovamos que o Cônego Fernandes Pinheiro não poderia *sentir-se encantado com os arroubos gongóricos* de nenhum escritor. Com efeito, depois de enumerar o título de um poema de José Pires de Carvalho e Albuquerque, que empregou cento e vinte palavras para intitular a sua produção, conclui: «O poema anunciado tão *bombásticamente* não passa de uma insulsa narrativa da vida da Santíssima Virgem, desde a sua conceição até a sua assunção, *lardeada de alegorias, antiteses e trocadilhos de genuíno gongorismo*» (*Resumo de História Literária*, pág. 317).

Outro passo em que se patenteia o discernimento do Cônego Fernandes Pinheiro e a sua clareza de visão é no que diz respeito à peregrina «criação» de escolas no nosso período colonial, êrro de perspectiva de Ferdinand Wolf, em que embarcaram tantos espíritos positivos. O Cônego Fernandes Pinheiro percebeu nitidamente que, em nosso período colonial, os nossos literatos nada mais foram que reflexos da metrópole e, portanto, pertenceram às escolas literárias metropolitanas, excetuada a tendência nativista que ia aflorando em alguns e que acabou por florir no grupo mineiro e frutificar nas obras dos românticos. Grupo constituíram os mineiros, escola não. Ou nas palavras do Cônego Fernandes Pinheiro: «É certo, porém, que havia nessa época, na remota capitania de Minas um grupo de poetas distintos, aos quais o Sr. F. Wolf qualifica d'escola de Minas, quiçá com menos propriedade de expressão». (*Resumo de História Literária*, 2.º vol., pág. 322).

Sirva-nos, finalmente, de exemplo desta crítica equilibrada e desta visão sem refração, a crítica que o Cônego Fernandes Pinheiro faz da obra de José Basílio da Gama. Na sua qualidade de professor de retórica e dentro do espírito da crítica de seu tempo, analisa o poema, no *Curso Elementar de Literatura Nacional*, apontando mutuamente as figuras e os tropos e estudando a ausência de estrofação e os processos de metrificação. No *Resumo de História Literária*, onze anos depois, em nota (pág. 368) faz severa contestação a Varnhagen, por haver êste afirmado ser o nosso compatriota bastante notável, para, pelo seu simples valor, ser recebido como membro da Arcádia Romana. O Cônego Fernandes Pinheiro contesta: «...por mais brilhante que fôsse o talento de José Basílio, não passava êle de uma gôta d'água perdida no grande oceano da Côte de Clemente XIII». Não é só. Na pág. 373, obra cit., faz ressaltar a qualidade de precursor de José Basílio como *americanista*, antecipando-se mesmo aos norte-americanos Cooper, Irving e Longfellow (o que é verdade), reproduz os louvores de Garrett, no *Bosquejo*, afirma que entre o episódio da morte de Inês de Castro (*Lusiadas*) e o da morte de Lindóia (*Uruguai*), prefere o segundo, mas conclui com perfeita imparcialidade: «Pago o tributo de admiração a êsse primor da nossa literatura, não dissimularemos que não é tão original como aprouve a alguns de nossos críticos figurá-lo. Quem detidamente estudá-lo, conhecerá que o nosso ilustrado compatriota pediu à literatura italiana, em que era versadíssimo, o paradigma dessa ficção. E, em nota, reproduz o poema de Petrarca sôbre a morte de *Madonna Laura*.

Apresentado êste quadro, em que o Cônego Fernandes Pinheiro aparece com as suas verdadeiras côres e não com as côres inverídicas que nêle viu o ôlho apressado e *blasé* do internacionalista

Ronald de Carvalho, examinaremos a segunda parte do libelo *ronaldiano*.

Vejamos a origem e, dada a origem, o sentido verdadeiro e, portanto, a adequação ou inadequação das expressões do Cônego Fernandes Pinheiro que mereceram tão rudes incriminações.

Afirma o malogrado diplomata: «Quando se refere aos nossos românticos é sobretudo de uma *ingenuidade* realmente estranha num professor catedrático da matéria». *Estranha coincidência!* É justamente esta palavra *ingenuidade* — que Alexandre Herculano encontrou para caracterizar as excelsas qualidades de Fernão Lopes, sobretudo a sua *sinceridade*. E, realmente, o Cônego Fernandes Pinheiro é de uma terrível *ingenuidade*. A *sátira* de Ronald circunscreve-se, porém, ao estudo dos românticos, única parte do livro que o apressado leitor leu o «vol d'oiseau» e bem pouco entendeu, a não ser que tenha *intencionalmente* adulterado as citações. Examinemos.

Inicialmente, na «advertência do Editor», na 2ª edição do *Curso Elementar de Literatura Nacional*, explica-se que «as omissões existentes na sexta época, em que o autor apenas esboçou o aparecimento da escola romântica em Portugal e no Brasil, podem ser supridas pelo estudo do 2.º volume do *Resumo de História Literária*, consagrado às literaturas portuguesa e luso-brasileira e que passamos a vender em separado». Ora, Ronald, pelo que vemos em seu livro, não conheceu o *Resumo de História Literária*, o que desde logo invalidaria o seu juízo. Para argumentar e provar que mesmo nas páginas que cita não existem as suas citações, continuemos o exame do libelo.

A lição citada pelo «crítico» é a XLIII, última do *Curso Elementar de Literatura Nacional*. Começa por explicar porque, até aquêlê ponto, estuda em conjunto as duas literaturas — portuguesa e brasileira. Discorda de Joaquim Norberto e opina que, só a partir de 1826, podemos considerar como *existente* uma literatura brasileira. Estuda os pródromos do nosso romantismo e, fiel ao seu método, faz tal estudo baseando-se em citações de Gonçalves Magalhães e de Ferdinand Dénis. É neste ponto que encontramos a expressão incriminada por Ronald. O Cônego Fernandes Pinheiro afirma que, para passar da teoria à prática e edificar com o exemplo, Magalhães publicara os *Suspiros Poéticos e Saudades*, e que o fizera sob a influência dos autores citados. A intenção do Cônego é clara para todos que leiam com atenção e tenham olhos de ver. Não é o *juízo crítico* que faz de Magalhães. Como *juízo crítico*, fiel ao seu método, o Cônego Fernandes Pinheiro transcreve o artigo bibliográfico de Francisco Sales Tórres Homem (*Revista Niterói* n.º 2). E, ainda, fiel ao método adotado, exprime o seu próprio juízo crítico sobre o drama de Magalhães, Antônio José e a

*Inquisição*: «Extreme de defeitos não é Antônio José: pertencem-lhe os da sua escola, da *inexperiência do autor* e quicá de *excessivo patriotismo*. Inúmeras belezas vêm, porém, remir essas leves máculas, e colocá-lo no número das melhores produções do *engenho dramático brasileiro*».

Que a preocupação do Cônego Fernandes Pinheiro, como, aliás, de todos os seus contemporâneos fôsse o *patriotismo*, não padece dúvidas. Mas êsse *patriotismo* não era uma estulta manifestação *patrioteira*. Era a consciência de uma geração que sabia e sentia que estava plasmando uma nova nacionalidade. Para comprovar a veracidade desta afirmação basta considerar o seu juízo sobre a *Confederação dos Tamoios*: «Reflete nestes versos, opina o Cônego, a natureza brasileira, e ninguém ao lê-los poderá duvidar da *nacionalidade* do poeta. *Tudo aqui é nosso*; os *assuntos*, os *nomes*, as *comparações*, as *imagens* tudo é *americano*». E conclui: «Apesar de algumas *censuras* (José de Alencar) com que foi acolhido o poema da *Confederação dos Tamoios*, consideramo-lo um dos primeiros que contam as *brasílicas letras*».

Ê, todavia, falso que o Cônego Fernandes Pinheiro afirme que os versos de Pôrto Alegre, nas *Brasilianas*, são *dignos* de Dante. A citação exata é esta: «Digna de Dante é a profética *imprecação* com que termina o seu magnífico canto». (*Curso Elementar*, 2ª ed., pág. 578). A *imprecação* e não os versos, a grandeza dos sentimentos e não a forma.

Quanto a Gonçalves Dias é claro que quando o Cônego Fernandes Pinheiro fala de *consagração européia* é em Portugal mesmo que êle está pensando. É em Portugal, país de nossa língua e não em outro, que os *Cantos* não haviam sido ainda traduzidos. Depois o foram, como podemos ver no 3.º volume do *Panteon Maranhense*, de A. H. Leal. Mas não há exagêro, nem confusão do Cônego Fernandes Pinheiro. É só fazer a citação completa da passagem incriminada, sem a mutilação maliciosa que Ronald lhe impõe: «O Sr. Antônio Gonçalves Dias tem já uma reputação européia; *sagrou-o o patriarca das lusas letras*, como um dos primeiros engenhos americanos». *Curso Elementar*, 2ª ed., página 582). E, fiel ao método adotado, o Cônego Fernandes Pinheiro faz a citação do texto da *Revista Universal Lisbonense*, tomo VIII, em que Alexandre Herculano sagrara o nosso patricio. Realmente, naquele ano de 1847, palavras, como as de Alexandre Herculano, consagrariam qualquer estreante e realmente consagraram Gonçalves Dias.

A respeito de Teixeira e Sousa, reponhamos a citação da pág. 588, porque Ronald mutila sempre: «Como já dissemos, preferimos os *Três Dias de um Noivado* a tôdas as outras composições poéticas do Sr. Teixeira e Sousa, ainda mesma à sua



epopéia da *Independência do Brasil*, onde a sua fulgurante imaginação se viu sopeada pela verdade histórica, *como aconteceu com Lucano e Voltaire*». Ora, aqui não há evidentemente nenhuma comparação de versos de Teixeira e Sousa com os de Lucano e Voltaire. Não há mesmo elogio ao poema citado. Há até uma restrição. O livro data exatamente de quarenta anos depois da Independência. Teixeira e Sousa havia escrito um poema que os patriotas exaltavam. O Cônego Fernandes Pinheiro prefere ao poema aplaudido um outro de natureza mais concorde com o romantismo. Ele não compara os poetas e nem mesmo os seus sentimentos. O que o Cônego, Fernandes Pinheiro, autor de uma literatura universal e erudito cultor da história literária compara é a situação semelhante em que se encontraram os autores: Lucano, compondo a *Farsalia*; Voltaire, a *Henriade*; Teixeira e Sousa, a *Independência do Brasil*, quando os acontecimentos históricos, que pintam, ainda estavam vivos na memória dos contemporâneos. A comparação é, portanto, pertinente.

Não nos alonguemos. A respeito de Macedo o que o Cônego Fernandes Pinheiro afirma é que os seus versos lhe haviam feito lembrar certos versos de Byron que conhecia. Vale dizer: que o poema de Macedo tinha sentimento romântico. Vejamos o julgamento que faz do prosador: «*A Moreninha* é talvez a mais popular de suas elegantes ficções; porque com mórbido pincel desenhou os mais imperceptíveis matizes da vida íntima, sem que jamais naufragasse nos parcs do realismo». É julgamento ainda hoje válido.

Da nótula do Sr. Carpeaux só escapa, portanto, a afirmação de eloquência, não porque o estilo do Cônego seja pejado e bombástico, mas porque é convincente. Tão convincente que recentemente o Sr. Mário Portugal Fernandes Pinheiro, no *Jornal do Comércio* de 20 de março de 1955, provou de maneira irrefutável que o professor José Ventura Boscoli, em 1912, cinqüenta anos depois, ao escrever as *Lições de Literatura Brasileira*, que, por muitos anos, foram o *livro oficial* da Escola Normal de Niterói, nada melhor encontrou que copiar fielmente trechos inteiros dos livros do Cônego Fernandes Pinheiro.

A nosso ver, essa é a consagração definitiva e a prova irrefutável da *importância e influência* da obra do Cônego Fernandes Pinheiro: cinqüenta anos depois, foi *servilmente* plagiado por um professor famoso.

## REIVINDICAÇÕES CRÍTICAS EM TÔRNO DA OBRA DO CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO

VIRGINIA CÔRTEZ DE LACERDA

### 1. *Um jovem crítico e uma revisão necessária*

Mário Portugal Fernandes Pinheiro empreendeu em boa hora uma revisão de valores, visando a colocar em seus devidos termos o problema da fundação de nossa historiografia e crítica literárias, reivindicando para o Cônego Fernandes Pinheiro o papel de fundador.

O amor à tradição cultural de sua família, o entusiasmo natural a tôda mocidade generosa, a inclinação peculiar de seu espírito para as letras, a sêde de justiça e equidade — tudo isto o levou a dedicar-se inteligentemente à empresa que vai culminar com o aparecimento da obra:

*Cônego Fernandes Pinheiro (Vida e Obra) (\*)*.

Em 1953, publicava êle, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Vol. 217, outubro-novembro, 1952) o *Esbôço Bio-Bibliográfico sobre o Cônego Fernandes Pinheiro*, de que nos ofereceu uma separata, em 1953.

Pelas páginas da revista bibliográfica *Leitores e Livros*, órgão da Liga Universitária Católica, (N. 14 setembro-dezembro, 1953), publicada no Rio de Janeiro pela editora Agir, tivemos ocasião de nos manifestar a respeito. E então dissemos:

«Eis um trabalho que, por suas qualidades de clareza e organicidade, cuidadosa pesquisa e sensatas conclusões, revela no seu jovem autor decidida vocação crítica.

«O que mais admira é êsse justo sentido do valor, que orienta o julgamento, assinalando os títulos a que de fato faz jus o Cônego

---

(\*) Referência ao estudo já publicado nesta *Revista*, vol. 238, 1958, págs. 179-296.

Fernandes Pinheiro, como precursor e pioneiro, no Brasil, da crítica literária e do livro com intuítos nitidamente didáticos».

Foi, pois, com prazer que lemos no original, por nímia gentileza do autor, o novo trabalho do jovem crítico, ampliação e fundamentação do primeiro, em que aduz a favor de sua tese outros e valiosos testemunhos, documentos e juízos críticos, com objetividade e segurança, sem perder o entusiasmo polêmico tão próprio da juventude ainda não atingida por aquêlê tédio à controvérsia que o velho Aires machadiano proclamava em seu *Memorial*.

O contato com a mocidade — nesse intercâmbio espiritual entre o docente e o discente, em que nem sempre é o primeiro quem mais dá — conserva latente na alma do verdadeiro professor o dom da compreensão do papel dos jovens, a quem sabe estarem confiados os rendimentos futuros do cabedal de cultura de que, como mestre, é o depositário ativo.

Por isso mesmo é que recebemos como um toque de alerta, como um estímulo ou como uma censura merecida todo movimento de entusiasmo dos jovens, pró ou contra idéias já assentes no passado ou levantadas no momento.

Sente-se no trabalho de M. P. Fernandes Pinheiro êsse toque vivo de juventude, que não tolera injustiças ou subterfúgios, que quer ver claro e agir com decisão: às vêzes a veemência da palavra de combate fustiga duro demais, às vêzes pode até errar o alvo, sem que por isso perca o sentido profundo de amor à verdade e de repulsa à injustiça, que a anima ou vivifica.

Por isso não é de admirar que, em seu trabalho, consiga êle realizar as reivindicações que pretende.

Muita gente que conhece apenas de outiva, indiretamente, ou através da crítica posterior, a obra do Cônego Fernandes Pinheiro, será levada agora, por dever de consciência ou por dever de ofício, a verificar *in loco* o sentido e a realização, em seu tempo e em seu meio, de uma obra apresentada como grandemente significativa da historiografia e da crítica literárias no Brasil.

Ê que, desde logo, o trabalho de M. P. Fernandes Pinheiro levanta os problemas de cronologia — obra precursora? — e de sentido — obra de conceituação nítida? —, ou que obriga, de fato, a uma revisão. Revisão a que somos levados pela força de seus argumentos e provas. Revisão que impõe um exame detido da obra do Cônego Fernandes Pinheiro, uma leitura atenta de seus livros ou uma releitura daqueles que mais expressivamente representam o pensamento do autor nos pontos controvertidos.

## 2. Campanha desabonadora de méritos literários?

Foi o Cônego Fernandes Pinheiro um verdadeiro polígrafo, como o eram então os espíritos ávidos de saber? Escrevendo sobre assuntos diversos, foi um erudito na completa acepção do termo, versando matéria sacra e profana? No meio cultural brasileiro do seu tempo, no ambiente professoral da Côrte em que viveu (Rio, 1825 a 1876) desempenhou, realmente, papel relevante, como cronista, historiador, geógrafo, crítico, poeta, jornalista, filólogo? Teria sido êle, de fato, vítima de uma campanha desabonadora, que lhe desfigurou a produção literária e torceu o sentido de sua influência na formação de nossa cultura?

M. P. Fernandes Pinheiro examina em seu trabalho dentro de cada feição cultural da obra do Cônego — os diversos juízos críticos desabonadores do seu valor e da sua influência, contrapostos a julgamentos antigos ou recentes que os profligam e a documentos que os invalidam.

Vários são, pois, os aspectos discutidos: o da vocação religiosa a que foi «absolutamente fiel», posta em dúvida por José Tito Nabuco de Araújo, no Instituto Histórico; o de professor *eficiente* e não apenas *benévolo*, como inculcara Vieira Fazenda; o de distinto representante de nossa historiografia; o de propugnador da didática, com a publicação dos primeiros livros didáticos de língua e literatura pátrias; o de fundador da crítica e da história literárias, não reconhecido pelos críticos e historiadores subseqüentes (Silvio Romero, José Veríssimo, Ronald de Carvalho...).

Para isso, serve-se M. P. Fernandes Pinheiro das opiniões e juízos críticos de eclesiásticos (os do próprio Conde de Irajá, bispo do Rio de Janeiro, de quem o Cônego era secretário), de professôres e críticos aptos a julgar da excelência das obras didáticas e do papel exercido pelas obras críticas (Sacramento Blake, Inocência, Carlos de Laet, Rebelo da Silva, Laudelino Freire, Celso Vieira, Múcio Leão, Nélson Costa, José Gonçalves Vilanova, Joaquim Ribeiro...)

Desejamos, por dever de ofício, deter-nos apenas nos últimos aspectos assinalados — o de didata e o de historiador e crítico de nossa literatura, examinando mais atentamente alguns pontos do debate travado.

## 3. Naturalistas versus Românticos

A questão se resume, a nosso ver, no seguinte: tendo sido o professor e o mestre da história e da crítica literárias de seu tempo, de que foi indiscutivelmente o sistematizador entre nós, tinha o Cônego Fernandes Pinheiro que sofrer os embates que sofreu —



o embate da crítica naturalista, que nascia, contra a crítica romântica então vigente.

Ora, o próprio conceito da crítica Tainiana, de que a crítica naturalista brasileira foi discípula, pela sua auto-suficiência científica, tinha por força de tentar ignorar, como inexistente, a crítica romântica anterior, considerada como simples digressões panegíricas ou ditirâmicas.

Não é nesse entrechoque de opiniões opostas que reside o êxito ou o fracasso das escolas literárias, o conflito das gerações novas com as adultas — condição de vida da própria literatura nos seus movimentos de fluxo e refluxo, de preamar e baixa-mar, cada qual em seu tempo próprio?

Claro é, pois, que a Silvio Romero, sistematizador da crítica científicista, historicista e sociologista à Taine, só caberia proclamar: «A crítica-ciência, pois, não nasceu no Rio com a retórica do Cônego Pinheiro». Cabia-lhe, é claro, como naturalista que foi, combater a crítica romântica que o precedera, menosprezando-a. Cabia-lhe também, é natural, reivindicar para a província, que provinciano era, a reforma positivista da crítica, sobretudo quando vibrada contra um crítico que era não só católico, mas sacerdote católico.

Que o Cônego ocupou, no seu tempo, lugar de relêvo como didata, historiador e crítico, prova-o exuberantemente M.P. Fernandes Pinheiro. E para comprovar, com um argumento mais, quanto foi de fato respeitado em seu tempo como professor erudito e crítico eminente, bastaria até o simples manuseio de um Catálogo da Livraria Garnier — o centro literário mais famoso do momento. Nêle encontramos anunciadas, por exemplo, em 1865, data da edição das *Obras Completas de Antônio Ferreira, edição anotada e precedida de um estudo sobre a vida e obras do poeta pelo Cônego Doutor J.C. Fernandes Pinheiro*, as seguintes obras de sua autoria:

- 1) *Manual do Pároco*, para orientação dos sacerdotes em suas paróquias, quanto a suas obrigações e direitos;
- 2) *Catecismo da Doutrina Cristã*, «obra adotada pelo Conselho de Instrução Pública para as escolas primárias da Côrte, pelo Imperial Colégio de Pedro II e muitos outros do interior, aprovado pelo Exmo. e Revmo. Bispo do Rio de Janeiro»;
- 3) *Meandro Poético*, coordenado e enriquecido com esboços biográficos e numerosas notas históricas, mitológicas e geográficas, «o melhor livro que nesta especialidade existe na língua portuguesa»;
- 4) *Curso Elementar de Literatura Nacional*, que vinha «encher um vazio», pois que «incompletos e pela mor parte compostos

em linguas estranhas eram os trabalhos até agora entregues ao domínio público»;

5) *Episódios de História Pátria* contados à infância, obra adotada pelo Conselho de Instrução Pública;

6) *Edição das Obras Completas de Antônio Ferreira*, anotada e precedida de um estudo sobre a vida e obras do poeta;

7) *Biografia e juízo crítico apostos ao poema A Assunção*, de Fr. Francisco de S. Carlos;

8) *Biografia do Beneficiado Domingos Caldas Barbosa em Recopilação dos Sucessos principais da História Sagrada desse autor* (então no prelo);

9) *Anotações à História do Brasil de Southey*, traduzida por Luís Joaquim de Oliveira e Castro.

Que outras obras didáticas, para estudo da literatura, eram anunciadas no Catálogo? Apenas a *Nova retórica brasileira* de Antônio da Silva Pontes e as *Poesias seletas dos autores mais ilustrados antigos e modernos*, sem indicação do colecionador.

Eis um atestado evidente da aceitação das obras do Cônego Fernandes Pinheiro no seu tempo. Da excelência delas, pode-se ter uma prova consultando-se, na Casa de Rui Barbosa, a edição das *Obras Completas* de Antônio Ferreira, tôda anotada pela mão de Rui, evidentemente com intuitos de estudioso, e, como se pode conferir, para servir às citações clássicas da *Réplica* — o que muito abona a edição do Cônego, dado o extremo cuidado de Rui em só se basear em edições seguras.

Estava-se ainda em 1865, apenas três anos depois do aparecimento do *Curso Elementar de Literatura Nacional*, antes que Fernandes Pinheiro publicasse a sua obra de maior pêsso nessa matéria.

Nesse *Curso*, livro de intenções puramente didáticas, estudara o Cônego «os autores que mais se abalizaram», conservando-lhes a fisionomia, respeitando-lhes a dicção e a ortografia e escudando-se nos mais afamados críticos, sem, porém, sacrificar-lhes «as profundas convicções».

#### 4. O ponto nevrálgico da questão

É justamente essa fidelidade às próprias convicções críticas que dão à obra do Cônego Fernandes Pinheiro uma *unidade* que ainda não foi devidamente acentuada e que constitui, a nosso ver, o principal mérito de sua produção de historiógrafo e crítico literários. É essa unidade que a torna digna de registro e justifica a revisão do seu valor na evolução da nossa historiografia e crítica literárias.

É que essa unidade se traduz numa teoria que, sendo a da crítica do seu tempo, a da crítica romântica, contudo se extremou singular por uma coerência absoluta entre doutrina e obra, entre obra e ação didática, entre ação didática e vocação sacerdotal.

Conceituando a crítica como «juízo imparcial e esclarecido» que exige «polidez e cavalheirismo», o Cônego julgava os críticos «magistrados da literatura que aplicam as leis com amplo conhecimento de causa».

Considerando que três métodos havia para o julgamento crítico — o impressionista, que julga pela impressão da leitura; o analítico, que o faz pela análise das partes; e o comparativo que procede à comparação com obras semelhantes — condenava o primeiro pelo seu subjetivismo, o segundo por sua falta de unidade, preferindo o terceiro, acrescido das análises do segundo.

A crítica literária tinha para ele um *fundamento estético* e se baseava no conhecimento da obra, e, no exame da obra, era absolutamente fiel, respeitando até «a dicção e a ortografia dos autores» e no emprêgo do método comparativo mantinha perfeita «honestidade de citações e consultas», embora tudo isto fôsse vasado no estilo romântico do tempo: *com franqueza e lealdade citamos os mananciais onde fomos saciar a nossa sede de saber, e, como a abelha, sugamos de tôdas as flôres o suco que mais nos aprouve.*

Quer-nos parecer que foi por essas galas do estilo oratório, rebuscado e altissonante, tão próprias do tempo e da escola literária a que pertenciam, que os românticos, não raro, atraíram sobre a sua crítica a má vontade dos críticos posteriores, nem sempre muito fiéis ao pensamento dos autores, deixando-se impressionar pelas roupagens opulentas que o revestiam.

### 5. *Justiça que se impõe*

Era, pois, já tempo de fazer-se à obra do sistematizador da nossa historiografia e crítica literárias a devida justiça. Fá-la M.P. Fernandes Pinheiro não só neste como em outros domínios.

A nosso ver, o melhor modo de fazê-la, neste particular, é proclamar a unidade de sua obra, reconhecendo-lhe:

1) uma conceituação de crítica que em nada fica a dever aos mais adiantados doutrinadores críticos do seu tempo, sobretudo no Brasil;

2) um fundamento estético, retirado dos Diálogos de Platão, da Retórica e Poética de Aristóteles, «genuínos códigos do bom gosto»;

3) uma coerência absoluta entre conceituação e aplicação didática;

- 4) um respeito objetivo ao texto, nas reedições que empreendeu e nas citações que fez;
- 5) uma base objetiva da crítica na leitura das obras;
- 6) uma grande fidelidade ao método adotado, que exigia visão ampla e que lhe permitiu aplicar à crítica os preceitos estéticos do tempo.

Quem relê hoje, dentro dos amplos horizontes da crítica atual, as obras do Cônego Fernandes Pinheiro, tem por força que reconhecer nelas uma cultura cuja unidade se deveu sem dúvida à base filosófica que as sustinha e que lhes deu uma coerência nem sempre fácil de encontrar na obra dos polígrafos, pela natureza mesma da erudição que representam.

Sua crítica pode parecer — ao leitor de hoje menos avisado em matéria de metodologia crítica — encomiástica, declamatória, ufanista. No entanto, bem examinados os fatos, estes eram os defeitos do estilo romântico, pois a coerência, nos livros que escreveu, entre a conceituação crítica e o método adotado é manifesta.

Tendo escrito, em 1862, com intuítos didáticos, o *Curso Elementar de Literatura Nacional*, antes de editar, em 1873, sua obra de maior fôlego — o *Resumo de História Literária* (2 vols.), como que sentiu a necessidade de dar a ambos o fundamento conceitual nas *Postilas de Retórica e Poética*, de 1871.

Nelas conceitua a retórica e a poética e estuda os ornatos oratórios (pinturas, conceitos, sentenças, adornos, figuras) e os gêneros poéticos (lírico, épico, dramático) e suas formas (odes, cantatas, hinos, poemas...).

Quem examinar cuidadosamente, neste livro, os conceitos emitidos pelo Cônego, achará a explicação de sua preferência pelo método comparativo: julgava êle que a beleza literária — manifesta nos ornatos que procediam quase sempre dos *similes* (energuéias, semelhanças, parábolas, imagens, bosquejos, ênfases), dos tropos, das figuras, ou dos gêneros e formas poéticos — só podia ser avaliada através dêles, que caracterizavam o estilo do prosador ou do poeta. Conseqüentemente, em campo mais amplo, a crítica tinha que proceder por *comparações* entre as obras. E são justamente essas comparações — ora simples, ora demoradas, ora próprias, ora extremadas — que, vistas à luz da crítica naturalista, não podiam ser entendidas no sentido verdadeiro em que eram usadas. Daí o parecerem bombásticas, desproporcionadas, inadequadas, ridículas até, principalmente quando expressas em citações muitas vezes truncadas ou adrede escolhidas para tal efeito.

No entanto, esta foi a maneira com que, no início do romantismo, se applicou às produções clássicas ou românticas os critérios estilísticos herdados dos antigos.



A doutrina clássica fornecera matéria a um verdadeiro absolutismo crítico, que *prejulgava*, a pretexto de objetividade, de acordo com regras ou normas estabelecidas *a priori*. Era a anotação principalmente dos *defeitos*, excesso que a crítica romântica veio combater pelo exagêro oposto: o das *excelências*.

A doutrina romântica, com Staël e Chateaubriand, começara a estabelecer relações (comparações) entre as obras literárias e os costumes, instituições e gênio dos povos que as produzem — idéia-germe da crítica, em seu verdadeiro sentido e que lhe vai abrir depois caminhos novos e métodos mais fecundos. Isto leva a julgar os livros de acordo com as condições que cercam seu aparecimento. É, segundo o próprio Chateaubriand, a crítica «das belezas» — que lançou os fundamentos da verdadeira crítica, como gênero à parte e até como profissão. Começam, então, a formar, em separado, conforme a feliz expressão de Thibaudet, dois grandes corpos que terão influência decisiva no desenvolvimento da crítica: professores e jornalistas.

No conceito de crítica do Cônego Fernandes Pinheiro encontramos já os traços da *nova crítica* do seu tempo, que Villemain representou em França: objetividade, julgamento imparcial, comparações com literaturas estrangeiras, historicismo. E até também os defeitos: muita eloquência, muito brilho, muitas hipóteses. . .

Isto o reconheceu em parte Xavier Marques em seu ensaio sobre a *Evolução da Crítica Literária no Brasil* (Rio, A.B.L., 1944 — pág. 27); considera o Cônego Fernandes Pinheiro como verdadeiro precursor (embora incorra em dois enganos fundamentais — o de dar como pioneiro, porque editado em 1842, o *Resumo de História Literária*, quando o livro que inaugurou entre nós a historiografia literária sistematizada foi o *Curso Elementar de Literatura Nacional*, publicado em 1862, pois o *Resumo* só apareceu em 1873), e assim se manifesta sobre a significação de sua obra: «O historiador das letras fazia cumulativamente, como algumas até hoje, o ofício de crítico. Fernandes Pinheiro exerceu-o discretamente, como lhe foi possível. Tinha sua importância distinguir no livro de um poeta as estrofes pindáricas e num prosador o arrojo dos tropos. O julgamento das obras fundava-se nos princípios consagrados, que fora já vinham sendo convertidos pelos românticos».

Como se vê, uma justiça pela metade, pois êsse progresso também já se fazia notar no Brasil e na própria obra do Cônego Fernandes Pinheiro.

A coerência absoluta, que já assinalamos, entre conceituação e aplicação críticas está longe de significar, na obra do Cônego, uma estagnação no tempo. Pelo contrário: examinando-se-lhe as obras neste domínio, verifica-se que houve entre o *Curso Elementar de*

*Literatura Nacional* (1862) e o *Resumo de História Literária* (1873) grande progresso, revelado, sobretudo, numa posição mais autônoma, relativamente à literatura produzida no Brasil, posição que sabemos ser um resultado da própria índole nacionalista do romantismo.

Basta atentar, por exemplo, para a questão da *divisão da literatura*. No *Curso*, baseia-se o Cônego na divisão de Borges de Figueiredo, acrescentando-lhe embora mais uma fase com o nome de reforma «inaugurada em Portugal pelo exímio poeta Visconde d'Almeida Garrett, e no Brasil pelo Dr. D. J. Gonçalves de Magalhães». É a «escola brasílico-romântica» de nossa literatura. No *Resumo*, propõe para a literatura luso-brasileira («pois a nossa literatura é um garfo do tronco português, um ângulo que se afasta de seu vértice à proporção que se distancia a época do descobrimento e colonização e pela força das causas que modificam a índole e os costumes dos dois povos co-irmãos») uma divisão sua, em três períodos: *formação* (séc. XVI-XVII), *desenvolvimento* (séc. XVIII) e *reforma* (séc. XIX), dividido este em três épocas: 1800-1822; 1822-1840; 1840-1873, critério que positivamente influíu nas subseqüentes divisões apresentadas pelos críticos de nossa literatura, muito embora essa influência não tivesse sido por eles reconhecida dentro da crítica naturalista, baseada em outros cânones, que deslocaram o eixo da crítica literária do fator estético para o fator sociológico, que a teoria Tainiana das três forças primordiais consagrara então entre nós.

As obras do Cônego Fernandes Pinheiro representam, pois, neste domínio — como exuberantemente provou M.P. Fernandes Pinheiro — um momento importante da evolução de nossa historiografia e crítica literárias, e só nelas, pela unidade e coerência que apresentam, pelo corpo de teoria e de aplicação que reúnem, se pode realmente avaliar o sentido e a significação da historiografia e da crítica literárias românticas no Brasil; o grau e o método do seu ensino entre nós.

## OS VERSOS DO CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO

PHOCION SERPA

*Un poète indien, dit la légende, vit tomber à ses pieds une colombe blessée, et, son cœur soulevé en sanglots, ayant imité les palpitations de la créature mourante, cette plainte mesurée et modulée fut l'origine des vers.*

H. TAINE.

Meu amigo e jovem confrade Mário Portugal Fernandes Pinheiro acaba de ingressar no reino encantado das letras, desfraldando o *Esbôço Bibliográfico sobre o Cônego Fernandes Pinheiro*.

Esse trabalho, inicialmente incluído nas páginas austeras da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e, em seguida, estampado em separado, dispensa qualquer recomendação.

Torna-se interessante esclarecer, além disso, que Mário é estudante de Direito, e, mais ainda, que, aventurando o primeiro passo nas letras, fez, também, sua estréia na advocacia, decidindo-se, com inteligência, coragem e nobre sentimento de justiça, a proceder à revisão de um processo de julgamento crítico-literário, tomando a si o encargo de patrocinar a causa de seu ilustre e eminente antepassado, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

Mas não parou aí o seu sonho. Foi, como veremos, muito mais além e muito mais longe.

Interessado no *veredictum*, e, aspirando à plena, completa e definitiva reabilitação da memória de uma figura, sob todos os títulos, credora do reconhecimento da posteridade, — Mário convocou, exortou e conseguiu reunir em torno do seu entusiasmo, algumas expressões das mais valiosas nas letras contemporâneas, a fim de que, perante o Tribunal da História da Literatura Brasileira, reaparecesse iluminado e engrandecido pelos próprios méritos, o mestre, o publicista e o pioneiro que, servindo a nossa pátria, projetou nome e renome nos capítulos fundamentais da Cultura do país.

Diante de tão lusida congregação, e em face de tão respeitável tribunal, o autor destas linhas de escasso valor, assume, conven-

cidamente, o modesto encargo de auxiliar da defesa, honrando-se da proximidade dos mestres e, também, da causa em julgamento.

De modo incontestável, pelas provas concretas e evidentes, a vida laboriosa do Cônego Fernandes Pinheiro pleiteia, por si mesma, o reconhecimento de quantos, por dever de ofício ou simples indagação, pesquisam, observam e bateiam os alicerces históricos da cultura brasileira.

Ele está entre os precursores. É, sem favor, um dos bandeirantes da hora indecisa e matinal, fabricando, pelas próprias mãos, a ferramenta do seu ofício. Por isso, será de justiça reconhecer-lhe, desde logo, a tempera e a teimosia do pioneiro que desbrava o caminho, abrindo o arrastão, arroteando o terreno que facilitará a especulação e as entradas a todos os seus sucessores e continuadores.

Ninguém dirá que foi o único, mas esteve sempre na vanguarda e na linha de frente.

Descontando-se-lhe o período circunscrito ao ano de 1848, em que regeu, interinamente, a cadeira de Teologia do Seminário Episcopal, pode-se invocar como balisa e marco de ação sem descon-tinuidades, da vida literária do Cônego Fernandes Pinheiro, o ano de 1852, em que foi designado professor de Retórica, Poética, e História Universal, do Seminário Episcopal.

Distinguido com a murça de Cônego da Capela Imperial, pergaminhado deutor em Teologia pela Universidade de Roma, assume a regência da cátedra de Retórica e Poética do Colégio de Pedro II, após o concurso prestado em 1857. A partir de então, com obstinada assiduidade que lhe não impede executar outros misteres, dedica todos os seus esforços ao labor das letras, interrompendo-os prematuramente aos cinqüenta anos de sua idade, quando, em 1876, a morte viria surpreendê-lo no fastígio e maturidade dos seus empreendimentos.

*Magister provento*, honrando-se e dignificando a nobre tarefa a que se impusera, firmou reputação de mestre excelente, não sòmente na sua época e entre os seus iguais, pois que a sua fama, vencendo o tempo, permanece intata, chegando até os nossos dias.

Fernandes Pinheiro, todavia, não limitou os seus anseios de cultura, encerrando-se nos lindes e cláusulas do ministério educacional, e abriu as velas da insatisfeita curiosidade, buscando outros horizontes que lhe atraíam e desafiavam os pendores da inteligência. Daí, a fartura de sua extensa bagagem, atestada pela bibliografia numerosa, vinculando o seu nome a ensaios históricos, biografias, achegas, discursos, livros didáticos, relatórios, que lhe comprovam não sòmente a assiduidade de estudos e pesquisas, mas igualmente lhe conferem a láurea de polígrafo.

Compreende-se, à vista de tantos merecimentos, o elogio fúnebre que lhe fêz o Instituto Histórico, pela voz do Visconde de



Taunay que, em síntese lapidar e judiciosa, interpretando o luto que descia sobre as letras pátrias, diria dêle: «Um dos mais infatigáveis trabalhadores de nossa sociedade, uma das mais valentes colunas de nosso edificio literário e científico...»

Pela proficiência, pela erudição, pelo extremado devotamento à causa do ensino, pela altura a que elevou a cátedra, pelo amor e seriedade com que serviu às letras, pensando sempre na grandeza do Brasil, Fernandes Pinheiro permanecerá indelével na memória da pátria, integrado na falange dos homens mais ilustres de sua geração e de seu tempo. Na estante clássica da didática de nosso país, os volumes pacientemente elaborados pelo grande mestre, ocupam a prateleira inicial, por servirem de marco e roteiro à pirâmide simbólica que o tempo faria crescer, dando novos rumos ao ensino e à cultura do Brasil.

Por todos êsses feitos, a personalidade polifacetada de Fernandes Pinheiro deve merecer não só o nosso respeito, mas, com êle e através dêle, o reconhecimento a quem dedicou as horas integrais de sua fecundidade espiritual ao labor das letras e, de pena na mão, *nulla die sine linea*, arroteou o terreno, ainda virgem, de nossa cultura nascente, para ombrear com os representantes mais notórios daquela florescente geração dos meados do século XIX.

Ensaista, crítico, historiador, biógrafo, em suma, professor e polígrafo, Fernandes Pinheiro não poderia resistir à fascinação das Musas, aventurando-se às regiões do sonho e da poesia.

Nesse gênero, escreveu e publicou, em 1850: *Carmes Religiosos*, e *Melodias Campestres*, em 1851. Dos citados volumes, apenas compulsamos o primeiro, o único existente na Biblioteca Nacional.

É um pequeno livro de versos simples, às vêzes, simplíssimos, produções que não aumentam a fama do autor de tantos livros dignos de menção e encarecimento.

Na musa singela, dando largas à inspiração, Fernandes Pinheiro alinhava os versos espontâneos que lhe brotavam «do coração... não da cabeça... filhos do sentimento, e não do cálculo...» como disse alhures, e, com essa maneira de poeta, justifica o seu próprio conceito de Poesia, quando, ao defini-la, escreveu: «No dia em que o homem sublimou o seu pensamento até o seu Criador, nesse dia nasceu a Poesia Religiosa»...

Teixeira e Sousa, em carta dirigida ao seu amigo, e autor, escreveu: «Direi que aí não deparamos sempre com um estilo florido, nem com comparações brilhantes; mas com um estilo grave tal como os assuntos o exigiam, o que é, quanto a mim, um mérito; demais, o modo ligeiro com que o nosso amigo tratou dos seus assuntos, não lhe poderia dar muito mais...»

Deduz-se, pela amostra da crítica, a severidade de julgamento, — que subscrevo, — e o pouco valor das produções poéticas, sob o ponto de vista artístico.

É preciso, no entanto, tenhamos na lembrança o velho preceito que nos diz: «Cada flor tem o seu perfume», invocado por Tillier, no *Tio Benjamin*, e que, depois de citá-lo, pergunta: «E por que cada alma não terá o seu perfume?»

Fernandes Pinheiro, não só no ensaio em que tomou para tema *A Poesia Religiosa*, e, ainda, pelas epígrafes com que condecorou os próprios versos, evidenciou, à saciedade, o conhecimento que possuía dos maiores poetas do seu tempo, no Brasil e para além de nossas fronteiras. Em nenhuma de suas produções, porém, tentou versejar à maneira dêles. Preferiu o metro das redondilhas, que era a medida exata dos seus pensamentos cristãos, a forma breve e leve, a mais adequada à sua Musa singela, inteiramente voltada para o Céu, com que, talvez, procurasse justificar a Poesia, como êle a entendia e amava: «flor do céu transplantada para os jardins do mundo...»

Nos seus alegretes espirituais, as flôres não valiam pela pompa das pétalas, pelo exotismo da forma ou variedade do colorido, mas, pela suavidade e pureza dos perfumes que exalavam.

Assim, com ternura, vai entoando o seu ramilhete de Canções, Baladas, Salmos... motivos que se afeiçoam à sua humilde condição de servo do Senhor.

Aqui e ali, recorre ao verso decassilabo, a exemplo dêstes em que escreveu o:

### *Epifácio*

Quem quer que sejas tu, ó passageiro,  
Que a tal sítio de dor teus passos guias,  
Onde o triste cipreste mortuário  
Entre as fôlhas abriga a cruz modesta...

Ah! levanta das flôres a cortina  
De uma relva nascente tapizada,  
E na cruz que encontrares, lê um nome,  
Que meu pranto, quiçá, tenha apagado...

Também os empregou neste *Salmo*, igualmente em versos brancos, e onde o patriotismo reluz ao fim da prece:

Meu Deus e meu Senhor, tu que regulas,  
Lá da Santa Sião, do mundo a sorte,  
Os teus olhos a nós volve, clemente,  
Nossa Pátria protege!

Citaremos, finalmente, êstes, em que canta o amor filial:

*À Minha Mãe*

Óh! muita Mãe! Oh! minha Mãe querida,  
Da morada da luz, onde fazias  
Meu mais grato prazer, o meu consôlo,  
Da morte o triste arcanjo segregou-te.  
Os teus braços que, meigos, me embalavam,  
Jamais apertarão em doce amplexo  
Junto a teu peito, a mim, teu filho amado...

Composições, como estamos vendo, de puro sentimento, sem quaisquer preocupações de forma nem rebuscamentos de estilo, nas quais, o verzejador, sem maiores ambições da glória e fama, desdenha de Apolo, para render graças ao verdadeiro Deus.

Descrevendo a *Morte do Cristão*, adverte e procura consolar os que rodeiam o leito do moribundo, escrevendo:

Que em harpas douradas,  
um hino entoando,  
celestes arcanjos  
lhe estão esperando.

Com igual simplicidade, e no mesmo metro, põe nesta redondilha uma sentença verídica e incontestável:

Não há ninguém neste mundo,  
que, feliz, sempre haja sido,  
e que no calix da dor  
não tenha um trago sorvido.

Essa é a sua toada, a sua música natural, a melodia de sua alma. Filia-se, dêsse jeito, àquela família de poetas em que sobressaem, para exemplos, um Casimiro de Abreu, um Teixeira de Melo...

Ao contrário dêles, porém, em suas estrofes, o desespero se faz crença, a desesperança renasce e reverdece na Fé, o sofrimento, cristãmente aceito, leva à suprema consolação, pela certeza na Misericórdia divina.

Empunhando o discreto alaúde, a sua inspiração invoca a proteção da Virgem Santíssima, rogando:

Oh! tu, Virgem dos Anjos soberana,  
Lá do trono da graça, onde fulguras,  
Sôbre o mundo, volvendo olhar clemente,  
O meu canto recebe.

Vai longe, a moda dos ensaios críticos à Plutarco, e todos chegamos à conclusão, creio que, desde Aristóteles, que cada homem é um Universo, ou, na definição de Olavo Bilac: «cada alma é um mundo à parte, em cada peito...»

Nem passe ao esquecimento que essa poesia é de 1850.

Tenhamos ainda em conta o que Fernandes Pinheiro deixou escrito como regra endereçada aos críticos de todos os tempos: «Releva, porém, não olvidarmos do preceito de crítica literária, que manda colocar-nos, pela imaginação, no tempo e na sociedade em que viveram e escreveram os autores que quisermos julgar...» (*Curso Elementar de Literatura Nacional*, 2ª ed., pág. 470).

Exato conceito de Taine, que, por coincidência, nasceu também, no mesmo ano de 1825.

No ensaio que escreveu, estudando as origens da *Poesia Religiosa*, Fernandes Pinheiro nos dá a medida do seu entranhado amor à terra do seu berço, sublinhando «a falta de patriotismo, de côr local, que se notam nos escritos dos nossos literatos: daí êsse completo esquecimento das nossas belezas, da majestade do nosso céu recamado de estrêlas, da nossa virgem natureza americana, dos nossos gigantescos rios, do Amazonas, do Tocantins, do Madeira e do Paraná, para cantar o Tejo, o Douro, o Mondego, o Guadiana, esquecendo as nossas florestas de ipês, de cangeranas e jequitibás,

Onde não cala o sol, não entra a lua,  
para celebrar bosques de carvalhos, faias e pinheiros...».

Tudo isso, tôdas essas belezas e encantos dos nossos céus, dos nossos rios e fontes, das nossas várzeas floridas... tudo, todos êsses esplendores, Fernandes Pinheiro iria encontrar e louvar na Musa privilegiada de Gonçalves Dias, de quem diria, no remate da *Notícia* sôbre a vida e a obra do cantor dos *Timbiras*, datada de janeiro de 1870: «Pelo que dissemos, vê-se que Gonçalves Dias nascera poeta, como nasceu Camões e Bocage...»

Na modéstia e pobreza dos seus versos, Fernandes Pinheiro, sem invejas mesquinhas, soube proclamar a grandeza daqueles que se alçaram às alturas do Parnaso, celebrando-os nos seus escritos.



Certamente, o Cônego Fernandes Pinheiro não conquistaria fama e renome com os versos que reuniu em volumes, mas ninguém dirá que as suas pequeninas produções não se ajustem, à perfeição, o título de *Carmes Religiosos*, que lhes deu.

Êsses lhe foram os pecados de polígrafo, e, quem nos dirá, não seriam, também, a forma tangível de suas penitências?

Ocorre-me concluir estas linhas, recorrendo à epígrafe de Bos-suet, que Fernandes Pinheiro colocou no limiar da *Notícia* que dedicou à gloria de Gonçalves Dias:

«On doit lá verité aux morts...»

## CÔNEGO DR. J. C. FERNANDES PINHEIRO

(ENSAIO BIBLIOGRÁFICO)

OSVALDO MELO BRAGA

### *Uma explicação*

A bibliografia do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro é extensa e variada. Pesquisas acuradas foram feitas e o que apurei aí está. Trabalhos urgentes impediram-me que avançasse em profundidade e me espraiasse, como é de meu feitio. Infelizmente, tal não pude realizar; não obstante, as páginas que se seguem dão ampla idéia da magnitude da obra notável realizada por êsse estupendo pioneiro da nossa literatura e da nossa historiografia.

### BIBLIOGRAFIA

#### I — OBRAS IMPRESSAS

- 1 — CARMES RELIGIOSOS, dedicados ao ex.<sup>mo</sup> e rev.<sup>mo</sup> sr. D. Manuel do Monte Rodrigues de Araujo, bispo do Rio de Janeiro, . . . Rio de Janeiro, Typ. de Silva Lima. 1850. In-8º, de XII-88 págs. A propósito diz Inocência (op. cit., IV, 71): «Ainda não pude ver esta coleção, publicada pelo autor aos 25 anos de idade, e que se diz fôra laureada com os elogios do sábio Arcebispo metropolitano do Brasil».
- 2 — MELODIAS CAMPESTRES, dedicadas à Ill.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Gabriela Celestina de Torres Quintella. Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense de Francisco Manuel Ferreira. 1851. In-8.<sup>o</sup> de 61 págs.
- 3 — APONTAMENTOS RELIGIOSOS, dedicados ao Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Conselheiro Eusebio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara. Rio de Janeiro, Typ. do Diario de A. & C. Navarro, 1854. In-4.<sup>o</sup> de vi-51 págs.

- 4 — CATHECISMO DA DOCTRINA CHRISTÃ para uso dos Institutos dos Meninos Cegos, e Surdos-Mudos. Rio de Janeiro, 1855.

In-8.º

Inocência não dá a data, escrevendo 185..., porém, Blake é mais preciso: 1855. Nem Inocência nem Blake se referem à segunda edição, apenas à terceira, descrita com características bibliográficas por Inocência (op. cit. XII, 27):

- CATHECISMO / DA DOCTRINA CHRISTAN / COMPOSTO PELO CONEGO / D<sup>r</sup>. J.C. FERNANDES PINHEIRO / Adoptado pelo Conselho Director / Da Instrucção Primaria E Secundaria De Municipio / Da Córte, (sic) E Pela Presidencia Da Provincia / Do Rio de Janeiro. / — / 3.<sup>a</sup> EDIÇÃO, CONSIDERAVELMENTE MELHORADA / — / RIO DE JANEIRO / LIVRARIA DE B.L. GARNIER / Rua Do Ouvidor, 69 / — / 1862 / Todos os direitos de propriedade reservados.

No f.t.: «CATHECISMO / DA / DOCTRINA CHRISTAN»

No centro do v. dessa fôlha: «Paris. — Typ. De S. Raçon E Comp., Rua D'Erfurth, 1»

In-18.º de 136 págs. de texto e 3 págs. do catálogo da Livraria de B.L. Garnier. Essa obra contém (depois da f.r.): «Dedicatória» (ao Ilm. Exm. Sr. Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, e datada do Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1856); «Parecer do Exm) e Revm) Sr. Bispo do Rio de Janeiro, Conde de Irajá»; «segue-se o texto, de págs. 5 a 134; «Indice»; Na subscr Paris. — Imp. Simon Raçon et Comp., Rue D'Erfurth, 1» (sic). A respeito desta edição, informa Blake: «Apesar de ser tirado desta obra um crescido número de exemplares, até 1898 tem tido mais de doze edições, sendo logo adotada pelo Conselho director da Instrução Pública para uso das escolas primárias. A terceira edição é de Paris, 1862, 136 págs. in-12: a sétima é de 1870 e no catálogo da Biblioteca do Museu Escolar vejo uma edição de 1882, in-8.º, feita pela casa Garnier. As últimas edições são corretas e aumentadas por Luís Leopoldo Fernandes Pinheiro Júnior».

Graças à gentileza do sobrinho-bisneto do Cônego Fernandes Pinheiro, o jovem e talentoso escritor M.P. Fernandes Pinheiro, tive em mãos o caderno de notas, precioso documento manuscrito, caderno-índice, de 400 páginas pau-

tadas, onde o Cônego registrava todos os seus negócios relativos às edições, tiragem, etc., de suas obras com o livreiro Garnier. Nesse caderno, o Cônego escreveu, no lado reto da 2.<sup>a</sup> fôlha, o seguinte:

1870

Livros d'Assentos e notas  
pertencentes a J.C. Fernandes Pinheiro

Desde o anno de 1870 ao de  
..... (1)

Segue-se logo o índice: A (cuja página, única numerada, traz o n.º 1), e a primeira nota diz respeito ao «Apêndice à História Universal de V. Duruy».

Daqui por diante, citaremos as observações do Cônego Fernandes Pinheiro a respeito de algumas de suas obras, anotadas nesse livro d'Assentos». Assim, a sua primeira nota refere-se ao

«Cathecismo da Doutrina Christã»

Vendi a 6.<sup>a</sup> edição d'esta obrinha ao Livreiro B.L. Garnier pela quantia d'um conto e oitenta mil reis! A tiragem foi de quatro mil tresentos e sessenta exemplares — Recebi esta quantia á 14 de Fevereiro de 1876. — Cada exemplar é vendido a mil reis cabendo-me pelos direitos d'auctor duzentos e setenta mil reis por cada mil exemplares. (Entreguei o exemplar correcto a 29 de Março de 1869)

---

Vendi a 7.<sup>a</sup> edição d'esta obra ao Garnier com a mesma tiragem da precedente e nas mesmas condições (Janeiro 15 — de 1872) Recebi o importe d'esta edição no dia 26 de 10bro de 1872».

Por onde se verifica o engano de Blake, quando informa que a 7.<sup>a</sup> edição é de 1870.

E mais adiante, no seu *Livro d'Assentos*, acrescenta:

«No dia 16 d'Agosto de 1872 recebi do Garnier a quantia de quinhentos mil reis por conta do que me deve pela 7.<sup>a</sup> edição do meu Cathecismo de Doutrina Christã».

5 — EPISODIOS DA HISTORIA PATRIA CONTADOS  
À INFANCIA. Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro & Cia ,  
1859.

---

(1) A data mais recente corresponde ao anno de 1876, referente aos livros que comprou ao Garnier, provavelmente em principios de janeiro, pois que, dias depois, falecia.



In-8.º de VI-179 págs. Adotada nas escolas pelo Conselho Diretor de Instrução. Inocêncio (op. cit., IV, 71), anunciava em 1860 o aparecimento desta obra: «Esta composição destinada para uso das escolas, acha-se já no prelo, e não tardará a sair à luz». E mais tarde, no XII vol. de sua obra, ampliada por Brito Aranha, informava: «Fizeram-se depois várias edições». A 2.ª, em 1866. Não há notícia (Inocêncio ou Blake, op. cit.) das 3.ª e 4.ª edições. A 5.ª, segundo Inocêncio, traz as características:

- EPISODIOS DA HISTORIA PATRIA CONTADOS À INFANCIA. Quinta edição melhorada. Rio de Janeiro. B.L. Garnier, Editor, 1869.

In-8.º de 188 págs. Na subscr.: «Typ. de J.J. da Silva, 1869. Blake acresce outras edições: «terceira em 1864, quarta em 1866, quinta em 1869, sexta sem data, oitava em 1873, nona em 1875, duodécima, em 1892» Possui uma nota que se refere a uma 13.ª edição, sem data, provavelmente do Garnier, pois traz a indicação da subscrição: «Havre — Typ. du Commerce», in-18.º de 198 págs.

A propósito desta obra veja-se o «Correio Mercantil», n.º 241, de 30 de agosto de 1860, folhetim de M.M. (Dr. Joaquim Mendes Malheiros).

- EPISODIOS DA HISTORIA PATRIA contados à Infancia pelo Conego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro... Rio de Janeiro. B.L. Garnier. 1860.

In-8.º de 179 págs. e 1 fl. inumerada.

- EPISODIOS DA HISTORIA PATRIA contados à Infancia pelo Conego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro. 2.ª edição. Rio de Janeiro. B.L. Garnier. 1861.

In-8.º de 178 págs. e 1 fl. in.

- EPISODIOS DA HISTORIA PATRIA contados à Infancia pelo Conego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro. 3.ª edição... Rio de Janeiro. B.L. Garnier. 1864.

In-8.º de VIII — 204 págs.

- EPISODIOS DA HISTORIA PATRIA contados à Infancia pelo Conego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro. 4.ª edição melhorada... Rio de Janeiro. B.L. Garnier. 1866.

In-8.º de 212 págs.

- EPISODIOS DA HISTORIA PATRIA contados à Infancia pelo Cônego J.C. Fernandes Pinheiro. 5ª edição. Rio de Janeiro. B.L. Garnier. 1869. In-8º de 188 págs.

- EPISODIOS DA HISTORIA PATRIA contados á Infancia pelo Conego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro. 6ª edição,

- Rio de Janeiro. B.L. Garnier. (1870). S.d. In-8.º de X-197 págs. Na subscr.: «Paris, Ad. Lainé».
- EPISODIOS DA HISTORIA PATRIA contados á Infancia pelo Conego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro. 7.ª edição (1871). S.d. In-8.º.
- EPISODIOS DA HISTORIA PATRIA contados à Infancia pelo Conego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro. 8.ª edição. Rio de Janeiro. B.L. Garnier. 1873. In-8.º de X-197 págs.
- EPISODIOS DA HISTORIA PATRIA contados á Infancia pelo Conego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro. 9ª Edição. Rio de Janeiro. B.L. Garnier. 1875. In-8.º de X-197 págs.
- EPISODIOS / DA / HISTORIA PATRIA / CONTADOS Á INFANCIA / PELO CONEGO / DR. J.C. FERNANDES PINHEIRO / CHRONISTA DO IMPERIO / Professor do Imperial Collegio de Pedro II / Socio dos Institutos Históricos do Brasil e da França, das Academias das Sciencias / de Lisboa e Madrid, da Sociedade Geographica de New York, etc. / OBRA ADOPTADA / PELO CONSELHO DIRECTOR DA INSTRUCCÃO PUBLICA / — / — 11.ª EDIÇÃO MELHORADA / — / RIO DE JANEIRO / B.L. GARNIER, LIVREIRO-EDITOR / 71, Rua do Ouvidor, 71 / PARIS — ÉMILE MELLIER, RUE SEGUIER, 17 / 1887
- No f.t.: «EPISODIOS / DA / HISTORIA PATRIA». No v. dessa f.: «Livraria B.L. Garnier. Rio de Janeiro, Rua do Ouvidor, N.º 71. Obras do mesmo Autor». No pé: «HAVRE. — TYPOGRAPHIA DO COMMERCIO, 3. Rua de la Bourse.» In-18.º de X-197 págs. e VI págs. ins. do catálogo do Editor. Contém: F. titulo; relação das obras do Autor; Titulo; «Índice»; «Prologo» sem assinatura; «Episodios da Historia Patria contados à Infancia. I. Descobrimento do Brasil (1500)»; «II. O Caramuru. (1510)»; «III. Martim Affonso de Souza. Fundação de S. Vicente (1532)»; «IV. Estabelecimento de Villegaignon (1555)»; «V. O Bispo Martyr (1556)»; «VI. Armistício de Iperoyg (1563).»; «VII. Fundação do Rio de Janeiro (1567)»; «VIII. Roberio Dias ou as Minas de Prata (1591)»; «IX. Incendio de S. Vicente. Saque do Recife (1591-1595).»; «X. Os franceses no Maranhão (1594-1615).»; «XI. Tomada e Restauração da Bahia (1624-1625)»; «XII. Invasão dos holandezes em Pernambuco (1630)»; «XIII. Traição de Calabar (1632)»;

«XIV. Emigração Pernambucana — Surpresa de Porto-Calvo (1635)»; «XV. Viagem de Pedro Teixeira pelo Amazonas (1637-1639)»; «XVI. O Conde Mauricio de Nassau. Gloria dos Hollandezes (1637-1644)»; «XVII. Amador Bueno ou a Fidelidade Paulistana (1641)»; «XVIII. Insurreição Pernambucana (1645)»; «XIX. Batalhas dos Guararapes. Capitulação do Taborda (1648-1654)»; «XX. O Bequimão (1648-1685)». «XXI. A Bicha, ou a Epidemia de 1686»; «XXII. Os Palmares (1695)»; «XXIII. Os Paulistas e os Emboabas (1708-1709)»; «XXIV. Expedições de Duclerc e de Duguay-Trouin (1710-1711)»; «XXV. O Anaguera, ou o Descobrimento de Goyaz (1726)»; «XXVI. Sublevação das Missões do Uruguay (1756)»; «XXVII. Invasões Hespanholas (1762-1777)»; «XXVIII. Conspiração do Tiradentes (1789)»; «XXIX. Chegada da Família Real (1808)»; «XXX. Guerra de Artigas. — Incorporação de Montevidéo (1811-1821)»; «XXXI. Revolução de Pernambuco (1817)»; «XXXII. Regresso d'El-Rei (1821)»; «XXXIII. Proclamação da Independencia e do Imperio (1822)»; Catalogo do Editor.

Está no *Livro d'Assento do Cônego*:

«Episódios da Historia Patria  
contados á Infancia.

Vendi a 6.<sup>a</sup> edição d'esta obrinha ao Garnier pela quantia d'um conto e quinhentos mil reis. A tiragem foi de tres mil exemplares. Recebi a quantia supra no dia 14 de Fevereiro de 1870. Cada exemplar é vendido a dois mil reis, cabendo-me de direitos d'auctor quinhentos mil reis por cada mil exemplares.

NB. Tirão-se mais d'esta 6.<sup>a</sup> edição 270 exemplares, além dos tres mil acima mencionados.

Recebi no dia 26 de Novembro de 1870 a importancia da differença de tiragem, isto é, o accrescimento dos 270 exemplares, havendo porém um equivoco contra mim; porquanto em vez de cento e trinta e cinco mil reis apenas recebi cento e oito, faltando por consequencia vinte e sete mil reis.

---

Vendi a 7.<sup>a</sup> edição d'esta obra pela quantia de um conto de reis, sendo a tiragem de dois mil exemplares. A edição foi feita no Rio de Janeiro em setembro de 1871.

---

Vendi a 8.<sup>a</sup> edição d'esta obra ao Garnier nas condições porq. lhe vendera a 6.<sup>a</sup> edição (de Paris) isto é, a tiragem deverá ser de mil exemplares — Entreguei o exemplar corrigido no dia 31 de 8bro. de 1872.

NB. Chegarão os exemplares d'esta edição em julho de 1873. Foi a tiragem d'esta 8.<sup>a</sup> edição de 4.320 exemplares cabendo-me de direitos d'auctor, 2,160\$000 (a rasão de 25%)

Tirou-se a 9.<sup>a</sup> edição em 1875 e chegou ao Rio de Janeiro em julho d'esse anno sendo exposta à venda

NB. A tiragem foi do m.<sup>mo</sup> n.<sup>o</sup> de exemplares».

Mais adiante, dentre várias notas relativas a transações com o Garnier, inclusive o pagamento, por seu intermédio, da anuidade como membro de Instituto Histórico de França, ressaltamos as seguintes:

«Pelo acrescentamento de mais duzentos e setenta exemplares (270) na 6.<sup>a</sup> edição dos *Episódios*, deve-me o referido Garnier cento e oito mil reis (108\$000) — que serão encontrados no meu débito de livros d'este anno de 1870.

NB. Houve equivoco em vez de cento e oito mil reis devera ser cento e trinta e cinco mil reis, havendo uma diferença contra mim de vinte e sete mil reis que deixei de receber».

6 — LUIZ DO REGO E A POSTERIDADE. Estudo Historico Sobre a Revolução Pernambucana em 1817. Rio de Janeiro. Typ. de Domingos Luiz dos Santos. 1861. In-8.<sup>o</sup> de 140 págs. Reproduzido na «Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.», t. XXIV, págs. 353-490. Diz Inocêncio: «Como esclarecimento a esta memória, vejam-se os «Documentos sôbre a revolução pernambucana de 1817», na «Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasil.», t. XXIX, P. I, págs. 201-334 e t. XXX, P. I, págs. 75 a 189». Reproduzido nos *Estudos Históricos* do A., vol. II, 1875, páginas 5-134. Veja-se, também, o recente estudo de Joaquim Tomás: «Três estudos do Cônego Fernandes Pinheiro», no «Jornal Commercio», Rio, 11 de julho de 1954.

7 — CURSO ELEMENTAR DE LITERATURA NACIONAL. Rio de Janeiro. Livraria H. Garnier, 1862. In-8.<sup>o</sup> de VIII. 565 págs. e II de indice final. Informa Inocêncio (op. cit. t. XII, 27): «Dêste *Curso* houve uma tiragem especial, em papel velino, e maior formato, só para brindes».

No seu «Livro d'assentos e notas» escreveu Fernandes Pinheiro: «Curso Elementar de Litteratura Nacional». Comecei a escrever



a 2ª edição, sob novo plano e inteiramente refundido no dia 13 de Agosto de 1870).

Esta obra deverá ter o titulo de Curso de Historia Litteraria em dois volumes — compreendendo as litteraturas orientaes (sic) ebraica, grega, latina, italiana, franceza, ingleza, allemã, hespanhola, portuguesa e brasileira

NB.

O titulo definitivo d'esta obra é a de «Resumo de Historia Litteraria» — «Aqui termina a nota manuscrita do Cônego, notando-se que, com exclusão do período NB., os dois primeiros estão cancelados pelo autor, com traços que se cruzam, formando dois grandes xis.

A propósito desta obra, saíram vários estudos em jornais e revistas da época; dentre elles ressaltam-se o de Luiz de Castro, o de Rebelo da Silva e o de Emilio Zaluar, que se acham citados nos lugares proprios. A segunda edição desta obra apresenta as seguintes características:

— CURSO ELEMENTAR / DE / LITTERATURA / NACIONAL / Pelo Conego Doutor / Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro / Professor de Rhetorica, Poetica e Litteratura Nacional / no Imperial Collegio de Pedro II, / Socio effectivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, / Membro das Academias das Sciencias de Lisboa / e Madrid, etc., etc. / ... *Fungar vice cotis, acutum / Reddere quoque ferrum valet, exors ipsa secandi.* / Horat., *ad Pisones*, vers. 304.305. / Por contente me dou, fazendo as vezes / De pedra d'amolar, que em si não tendo / Virtude de cortar, dá corte ao ferro. / Traducção de Candido Lusitano. / — 2.ª EDIÇÃO MELHORADA / — / RIO DE JANEIRO / LIVRARIÁ DE B.L. GARNIER / 71 — Rua do Ouvidor — 71 / — / 1883 No falso titulo: CURSO ELEMENTAR DE LITTERATURA NACIONAL.

Gr. in-8.º / 173 x 93 /, de X-601-V págs. Contém: Falso titulo: Título: «Advertencia do Editor»; «Ao Leitor» pelo autor datado de 1862; «Parecer da Academia Real das Sciencias de Lisboa sobre esta obra»; «Curso Elementar de Litteratura Nacional. Lição I. Origem da Lingua Portuguesa»; «Lição II. Noção e Divisão da litteratura»; «Lição III. Primeira Epoca. — 1140-1279»; «Lição IV. Segunda Epoca. — 1279-1495»; «Lição V. Terceira Epoca. — 1495-1580»; «Lição VI. Genero Lirico — Especie Bucolica»; «Lição VII. Especie Lyrica»; «Lição VIII. Especie elegiaca»; «Lição IX. Genero didatico. Especies didatica e epigrammatica. Especie didatica»; «Lição X. Genero Epico»; «Lição XI. Genero dramatico»; «Lição XII. Romance»; «Lição XIII. Dialogos»; «Lição XIV. Epistolographia»; «Lição XV.

Biographia»; «Lição XVI. Historiographia.»; Lição XVII. Viagens»; «Lição XVIII. Quarta epoca. — 1580-1750»; «Lição XIX. Genero Lyrico. Especie bucolica»; «Lição XX. Especie lyrica»; «Lição XXI. Genero didactico (sic). Especies satyricas»; «Lição XXII. Genero epico»; «Lição XXIII. Romance»; «Lição XXIV. Dialogos»; «Lição XXV. Oratoria»; «Lição XXVI. Epistolographia»; «Lição XXVII. Biographia»; «Lição XXVIII. Mistoriographia (sic)»; «Lição XXIX. Quinta Epoca. 1750-1826»; «Lição XXX. Genero lyrico. Especie bucolica»; «Lição XXXI. Especie lyrica»; «Lição XXXII. Especie elegiaca»; «Lição XXXIII. Especie didactica»; «Lição XXXIV. Especie satyrica e epigrammatica. Especie satyriaca»; «Lição XXXV. Genero epico»; «Lição XXXVI. Genero dramatico»; «Lição XXXVII. Genero dramatico»; «Lição XXXVIII. Oratoria»; «Lição XXXIX. Epistolographia»; «Lição XL. Biographia»; «Lição XLI. Historiographia»; «Lição XLII. Sexta epoca — 1826 — ... Escola Romantica Portuguesa»; «Lição XLIII. Escola Romantica Brasileira.»; «Indice».

Esta edição segundo se declara no prefácio do editor, foi expurgada de seus erros por Luis Leopoldo Fernandes Pinheiro, sobrinho do autor.

8 — HISTORIA SAGRADA ILLUSTRADA para o uso da Infancia, seguida de um appendice, contendo: 1.º, a relação analytica dos livros do antigo e novo testamento; 2.º, uma tabela chronologica dos principaes acontecimentos; 3.º um vocabulario geographico explicativo. Rio de Janeiro. B.L. Garnier. 1863.

Gr. in-8.º, de IV-247 fôlhas, com ils. no texto de Émile Watier. Na subscr.: «Paris. Typ. de Simon Raçon & C.ª 1863».

«Teve segunda edição, Rio de Janeiro, 1868; terceira em 1870; sexta correcta e augmentada, feita em 1879, e está na 11.ª melhorada pelo dito sobrinho do autor». (Blake)

— HISTORIA / SAGRADA / ILLUSTRADA / PARA O USO DA INFANCIA / SEGUIDA DE UM APPENDICE / CONTENDO / 1.º UMA RELAÇÃO ANALYTICA DOS LIVROS DO ANTIGO E NOVO TESTAMENTO / 2.º UMA TABELLA CHRONOLOGICA DOS PRINCIPAES ACONTECIMENTOS / 3.º UM VOCABULARIO GEOGRAPHICO EXPLICATIVO DOS NOMES DOS POVOS E PAIZES / MENCIONADOS NA MESMA HISTORIA / 4.º UM VOCABULARIO DOS NOMES PROPRIOS BIBLICOS / COMPOSTA PELO CONEGO / D. J.C. FERNANDES PINHEIRO / — / NOVA EDIÇÃO / CORRECTA E AUGMENTADA / — / H. GARNIER, LIVREIRO

EDITOR / 71, RUA DO OUVIDOR, 71 / RIO DE JANEIRO / 6, RUE DES SAINTS-PERES, 6 / PARIS / — / Ficam reservados os direitos de propriedade.

No f.t.: «HISTORIA SAGRADA / ILUSTRADA». No v. dessa fôlha: «B.L. Garnier, livreiro-editor, rua do Ouvidor, 71. Obras do mesmo Autor», e no pé da pág. a subscr. Paris. — Typ. Garnier, rua dos Saints-Peres». In-18.º de 315 págs. e numerosas ilustrações no texto, de Emile Watier. Contém: F. tit.; Relação das obras do Autor; F. de rosto; dedicatória: «Ao Excellentissimo e Reverendissimo Senhor / D. Manuel Joaquim da Silveira / Conde de S. Salvador, / Arcebispo da Bahia, Metropolitano e Primaz do Brazil, / do Conselho de S.M. O Imperador, / Etc., Etc., Etc. / O.D.C. / O seu mais humilde e grato discipulo, / Conego Doutor Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.»; «Aos Leitores»; seguem-se 56 lições; «Appendice»; Relação dos Livros, Novo Testamento, Chronologia dos principaes successos da Historia Sagrada, Pequeno vocabulario geographico da Historia Sagrada, Vocabulario etymologico dos principaes nomes proprios citados na Historia Sagrada; «Indice»; subscrição no pé dessa página: «Paris — Tip. Garnier Irmãos, 6 rua des Saints-Peres. 358-7-1904.

No *Livro d'Assentos* está consignado:

«*Historia Sagrada Illustrada*

Vendi a 4.<sup>a</sup> edição d'esta obra ao Garnier pela quantia de um conto e oitocentos mil reis — A edição deve ser de tres mil exemplares vendidos a 3\$rs cada exemplar. Entreguei o exemplar corrigido a 1 de Março de 1870 (1.600\$'s cada mil exemplares).

D'esta obra tirarão-se mais 169 exemplares chamados de — *main passe* — elevando a tiragem a 3.026 exemplares que me derão 1.959.000 reis sendo pela tiragem de 3.000 ex. 1.800.000 reis e 159.000 (1) pelo augmento chamado — *main passe*.

Vendi a 5.<sup>a</sup> dessa obra ao Garnier nas mesmas condições d'anterior (Entreguei o exemplar corrigido a 31 de outubro de 1872).

A edição deverá ser de três mil exemplares, e a razão de seiscentos mil reis cada mil, cabe-me de direitos d'auctor um conto e oitocentos mil reis.

---

(1) No manuscrito estão as quantias exatamente como aqui se acham transcritos.

NB. Chegou esta obra em Outubro de 1873, e não foi exposta a venda por ainda restarem muitos exemplares d'anterior edição (sic).

Foi a tiragem d'esta 5.<sup>a</sup> edição de 3.230 exemplares cabendo-me de direitos d'auctor 1.938\$000 reis (a razão de 20%).»

9 — MEANDRO / POETICO / COORDENADO / E / ENRIQUECIDO COM ESBOÇOS BIOGRAPHICOS / E NUMEROSAS NOTAS HISTORICAS, MYTHOLOGICAS / E GEOGRAPHICAS / PELO / CONEGO DOUTOR J.C. FERNANDES PINHEIRO / — RIO DE JANEIRO / B.L. GARNIER, EDITOR, 69, RUA DO OUVIDOR / PARIS. Garnier Irmãos, livreiros, rua des Saints-Pères, 6. / — / 1864

No f.t.: «MEANDRO POETICO». No v. dessa f: «PARIS / TYPOGRAPHIA DE EDUARDO BLOT / rua de São-Luiz, 46».

In-18.º de 207 págs. de texto e IV do «Catalogo da Livraria de B.L. Garnier». Contém: «Falso título»; Subscrição; Título; «Prefação», J.C. Fernandes Pinheiro 30 de novembro de 1863»; «Meandro Poetico». Claudio Manuel da Costa. Noticia biographica. Eglogas. I.A. Lyra. II. A vida do campo. Fragmento; Ignacio José d'Alvarenga Peixoto. Noticia biographica. Ode ao marquez de Pombal; Manuel Ignacio da Silva Alvarenga. Noticia biographica. Rondós I: A Lua, II: A roseira; O *Padre Antônio Pereira de Souza Caldas*. Noticia biographica. Odes. I A Religião Christã (sic), II A Existencia de Deus, III A Paixão de N.S. Jesus-Christo, Cantata da Immortalidade da alma, Deprecação á Virgem Maria Nossa Senhora; Fr. José de Santa Rita Durão. Noticia biographica. Excerptos do Poema Caramuru. Morte de Moema, Uma aldeia de Selvagens; Fr. Francisco de S. Carlos. Noticia biographica. Excerpto do Poema A Assumpção da Virgem. Descrição do Rio de Janeiro; José Basilio da Gama. Noticia biographica. Excerpto do Poema Uruguay. Morte de Lindoya; José Bonifacio d'Andrada e Silva. Noticia biographica. Odes: I aos bahianos, II À Virtude, III A amizade; Francisco Villela Barbosa (Marquez de Paranaguá). Noticia biographica. Allegoria. O Rio e o Regato; José da Natividade Saldanha. Noticia biographica. Odes: I a André Vidal Negreiros, II a D. Antonio Philippe Camarão, III a Henrique Dias; J. Gualberto Ferreira dos Santos Reis. Noticia biographica. Ode; Francisco Bernardino Ribeiro. Noticia biographica. Ode: O Algoz; Manuel Alves Branco. (Marquez de Caravellas). Noticia biographica. Ode á Li-



berdade; *Luiz Paulino Pinto da França*. Noticia biographica. Sonetos: I «A teus pés...» II «Eis já dos mausoleos...»; *Indice*; subscr.: «Paris — Typog. de Edwards Blot, Rua de São Luiz, 46»; «Catalogo da Livraria de B.L. Garnier».

O Cônego Fernandes Pinheiro anota:

«Meandro Poetico

Vendi a 1.<sup>a</sup> edição d'esta obrinha elementar ao Garnier pela quantia de trezentos mil reis. A edição foi de mil exemplares. O que equivale a 20% de direitos d'auctor». (1)

10 — GRAMMATICA / DA INFANCIA / DEDICADA AOS SRS. / PROFESSORES D'INSTRUÇÃO PRIMARIA / PELO CONEGO DOUTOR / J.C. FERNANDES PINHEIRO. / — / RIO DE JANEIRO / B.L. GARNIER, LIVREIRO-EDITOR. / rua do Ouvidor, 69. / — / 1864 No f. Tit.: GRAMMATICA DA INFANCIA. No verso dessa f.: «Obras do mesmo Autor».

Peq. In-8.<sup>o</sup> de 149 págs., I in. de errata e II ins. do catálogo da Livraria.

— GRAMMATICA / DA INFANCIA / DEDICADA AOS SRS. / PROFESSORES DE INSTRUÇÃO PRIMARIA / PELO CONEGO DOUTOR / J.C. FERNANDES PINHEIRO / Professor de Rhetorica e Poetica / DO IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO II, ETC., ETC. / — / 8.<sup>a</sup> EDIÇÃO, REVISTA E AUGMENTADA / — / RIO DE JANEIRO / B.L. GARNIER, LIVREIRO-EDITOR DO INSTITUTO DO BRAZIL / 71, rua do Ouvidor, 71 / PARIS. — E. BELHATTE, LIVREIRO, 14, RUA DE L'ABBAYE / — / 1880 / Ficção reservados os direitos de propriedade.

No f. Titulo: «GRAMMATICA / DA INFANCIA». No verso dessa f.: «Obras do mesmo autor», e a subscr. (repetida no pé da pág. do índice): «Havre. Typographia A. Lemale afné, 3, Rue de la Bourse. — 34311».

Esta edição está dividida em quatro partes, compreendendo: Da Etimologia; da Sintaxe; da Prosódia; da Ortografia, distribuidas por 36 lições.

Blake (*op. cit.*) em a 1.<sup>a</sup> edição, informa «Há dêste livro nova edição, correta e aumentada, de 1882».

— GRAMMATICA / DA INFANCIA / DEDICADA AOS SRS / PROFESSORES DE INSTRUÇÃO PRIMARIA

---

(1) Essa última frase está riscada.

/ PELO CONEGO DOUTOR / J.C. FERNANDES  
PINHEIRO / Professor de Rhetorica, Poetica e Litteratura / Do Imperial Collegio D. Pedro II / Revista e consideravelmente augmentada desde a 8.<sup>a</sup> edição / POR / LUIZ LEOPOLDO FERNANDES PINHEIRO JUNIOR / — / 18.<sup>a</sup> EDIÇÃO / — / H. GARNIER, LIVREIRO-EDITOR / 71, Rua Do Ouvidor, 71 / RIO DE JANEIRO / 6, Rue Des Saints-Pères, 6 / PARIS / — /.

No f.t.: «Gramatica / DA INFANCIA». No v.: «H. Garnier, Livreiro-Editor, rua do Ouvidor, 71» (É o catálogo da livraria, consignando alguns livros), e no pé desta página, a subscr.: «Paris. — Tip. Garnier Irmãos, 6, rua des Saints-Pères. (sic).

In-18.<sup>o</sup> — de 124 págs. s.d. Contém: «Aos Leitores»; «Grammatica / da / Infancia / — / Lição I. / Proemio»; «PARTE PRIMEIRA — DA ETYMOLOGIA / Lição II. Do substantivo»; «Lição III. Do Artigo»; «Lição IV. Dos generos dos nomes»; «Lição V. Do adjectivo»; «Lição VI. Do plural dos substantivos e adjectivos»; «Lição VII. Da terminação feminina dos adjectivos»; «Lição VIII. Do pronome»; «Lição IX. Do verbo»; «Lição X. Da conjugação dos verbos»; «Lição XI. Conjugação do verbo Ter»; «Lição XII. Conjugação do verbo Haver»; «Lição XIII. Conjugação do verbo Ser»; «Lição XIV. Conjugação do verbo Estar.»; «Lição XV. Primeira conjugação em AR — Estud-AR»; «Lição XVI. Segunda conjugação em Er. — Aprend-ER»; «Lição XVII. Terceira conjugação em IR. — Aplaud-IR»; «Lição XVIII. Quarta conjugação em OR. — Verbo P-OR»; «Lição XIX. Dos verbos irregulares.»; «Lição XX. Do particípio». «Lição XXI. Do adverbio»; «Lição XXII. Da conjucção.»; «Lição XXIII. Da preposição.»; «Lição XXIV. Da interjeição.»; PARTE SEGUNDA — DA SYNTAXE. Lição XXV. Da oração e do periodo»; «Lição XXVI. Divisão da syntaxe»; «Lição XXVII. Da syntaxe de concordancia»; «Lição XXVIII. Da syntaxe de regencia»; «Lição XXIX. Da construção»; «Lição XXX. Da syntaxe figurada»; «PARTE TERCEIRA — DA PROSODIA. Lição XXXI. Das letras e dos diphthongos»; «Lição XXXII. Do acento prosodico»; «Lição XXXIII. Das figuras de dicção.»; «PARTE QUARTA — DA ORTHOGRAPHIA. Lição XXXIV. Regras geraes da orthographia.»; «Lição XXXV — Das letras maiusculas.»; «Lição XXXVI. Dos signaes orthographicos e da pontuação.»; «Indice».

No *Livro d'Assentos* está:

«Grammatica da Infancia

Vendi a 3.<sup>a</sup> edição d'essa obrinha ao Garnier pela quantia de seiscentos mil reis, sendo a tiragem de tres mil exemplares e o preço de cada exemplar um mil reis, ou dez tostões. Recebi o exemplar corrigido a 21 de Janeiro de 1869. Recebi esta quantia a 10 de Fevereiro de 1869.

Vendi a 4.<sup>a</sup> edição d'esta obrinha ao Garnier pela quantia de oitocentos mil reis: sendo a tiragem de quatro mil exemplares, vendidos cada um a um mil reis. Entreguei o exemplar corrigido no dia 30 de Maio de 1870. (1.200\$000 cada mil exemplar).

Grammatica da Infancia

Da 4.<sup>a</sup> edição d'esta obrinha tirarão-se mais 360 exemplares (chamados de *main passe*) e por este augmento elevou-se a tiragem a 4.360 exemplares pelos quais recebi 872.000 reis; sendo 800\$<sup>rs</sup> por 4.000 ex. e 72\$<sup>rs</sup> pela chamada — *main passe*.

Grammatica da Infancia (5.<sup>a</sup> edição)

Entreguei ao Garnier hoje 1.<sup>o</sup> de Março de 1872 o exemplar corrigido d'esta edição tirada a seis mil exemplares.

Chegou esta edição ao Rio de Janeiro em Março de 1873 foi posta á venda. Tirarão-se d'esta edição (sic) 6.420 exemplares e coube-me a quantia de 1.284\$000 (a razão de 20%).

- 11 — MANUAL DO PAROCHO. Pariz, Segunda edição, 1867. In-8.<sup>o</sup> de 185, 138 págs.

O Cônego Fernandes Pinheiro informa:

«Manual do Parocho

Vendi a 1.<sup>a</sup> edição d'esta obra ao Garnier pela quantia de quatrocentos mil reis. A edição foi de mil exemplares, vendidos por dois mil reis cada um.»

- 12 — RESUMO DA HISTORIA CONTEMPORANEA desde 1815 até 1865 por um Professor. Pariz. 1866. In-8.<sup>o</sup>, de 320 págs.

- 13 — POSTILLAS / DE RETHORICA E POETICA / DICTADAS AOS ALUMNOS / DO IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO II / PELO RESPECTIVO PROFESSOR / CONEGO D.<sup>r</sup> J.C. FERNANDES PINHEIRO / — / RIO DE JANEIRO / B.L. GARNIER, LIVREIRO -EDITOR / 69, Rua do Ouvidor, 69

No f.t.: «POSTILLAS / DE / RETHORICA E POETICA»

In-18.º de VI-180 págs., incluindo-se entre elas as seis primeiras em algarismos romanos. É a primeira edição. Contém: «Advertencia», datada do «Rio de Janeiro 1.º de Dezembro de 1871. J.C. Fernandes Pinheiro»; «Postillas de Rethorica. Ponto I. Definição e utilidade da Rhetorica (sic) e da Eloquencia»; «Ponto II. Generos d'Eloquencia»; «Ponto III. Partes do Discurso»; «Ponto IV. Do exordio.»; «Ponto V. Da narração»; «Ponto VI. Da confirmação»; «Ponto VII. Da peroração»; «Ponto VIII. Da disposição»; «Ponto IX. Da elocução»; «Ponto X. Do ornato oratorio (em seis longos parágrafos)»; «Ponto XI. Da eloquencia politica»; «Ponto XII. Da eloquencia do foro»; «Ponto XIII. Da eloquencia do pulpito»; «Ponto XIV. Do modo d'escrever a historia, obras philosophicas, dialogos, epistolas, novellas e romances historicos»; «Ponto XV. Da ação oratoria.» (Seguem-se as:) «POSTILLAS / DE POETICA (com título em página especial. De págs. 109 em diante); «POSTILLAS DE POETICA. Ponto XVI. Origem e definição da poesia e da poetica.»; «Ponto XVII. Da versificação.»; «Ponto XVIII. Do genero lyrico»; «Ponto XIX. Do genero epico.»; «Ponto XX. Do genero dramatico.»; «Ponto XXI. Do genero didactico»; «Ponto XXII. Do genero elegiaco.»; «Ponto XXIII. Do genero pastoril. «L» Ponto XXIV. Das escolas classicas, romantica e realista.»; «Ponto XXV. Da critica litteraria.»; «Ponto XXVI. Do gosto, do bello e do sublime.»; «INDICE (Também com o título em página especial, e no texto normal). No pé da pág. 180, a subscr.; «Rio de Janeiro. — Typ. Franco-Americana, rua da Ajuda n.º 18».

Blake (op. cit.) informa que «há uma edição postuma, em 1877.»

--- POSTILLAS / DE / RETHORICA E POETICA / DICTADAS AOS ALUMNOS / DO / IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO II / PELO RESPECTIVO PROFESSOR /, CONEGO D. J.C. FERNANDES PINHEIRO / (16) / 3.ª EDIÇÃO REVISTA E MELHORADA / POR LUIZ LEOPOLDO FERNANDES PINHEIRO, junior / -- / RIO DE JANEIRO / B.L. GARNIER / LIVREIRO-EDITOR DO INSTITUTO HISTORICO / 65, Rua do Ouvidor, 65/ Paris: E. Mellier, livreiro, 17, rue Seguiet

(1) Desenho de uma cartela com as iniciais B.L.G.



/ Porto: Ernesto Chardron Braga: Eugenio Chardron / Lisboa: Carvalho & Cia / 1885.

No f. Tit.: «POSTILLAS / DE / RHETORICA E POETICA»

In-18.º de 191 págs. e 1 ins. de Errata. Na subs. (pé da v. da f.r.):

Havre. — Typographia do Commercio, 3, rua de la Bourse.» Traz uma «Advertencia» do autor, datada do Rio de Janeiro, 1.º de dezembro de 1871. A obra está dividida em 26 pontos e um «Apendice» sôbre metrificação, assinado por F. Pinheiro Junior.

No v. da f. de rosto: «*Ficção reservados todos os direitos de propriedade*». e no pé, a subscr., que vem repetida, também, no pé da fôlha de errata: «Havre — Typographia do Commercio, 3, rua de la Bourse».

- POSTILLAS / DE / RHETORICA E POETICA /  
DICTADAS AOS ALUMNOS / DO / IMPERIAL  
COLLEGIO DE PEDRO II / PELO RESPECTIVO  
PROFESSOR / CONEGO D<sup>r</sup> J.C. FERNANDES PI-  
NHEIRO / — / 4.<sup>a</sup> EDIÇÃO REVISTA E MELHO-  
RADA / POR / LUIZ LEOPOLDO FERNANDES  
PINHEIRO, junior / — / H. GARNIER, LIVREIRO-  
EDITOR / 71-73, RUA DO OUVIDOR, 71-73 / RIO  
DE JANEIRO 6, RUE DES SAINTS-PÈRES, 6 / —  
/ 1901

In-18.º de 191 págs. e 1 in. de errata. É indubitavelmente uma edição estereotipada da anterior: os mesmos tipos, o mesmo número de página, a mesmíssima errata; a mesma declaração de propriedade; apenas difere nos termos da subscrição (com a mesma localização): «Paris. — Typ. Garnier Irmãos, 6, Rue des Saints-Pères». e na qualidade do papel cada um de sua época.

O Cônego Fernandes Pinheiro informa a respeito da 1.<sup>a</sup> edição desta obra, no *Livro d'Assentos*:

«Rhethorica e Poetica (Postillas de) — Celebrei com o livreiro edictor B.L. Garnier um contracto pelo qual cedolhe a propriedade das edições d'esta obra mediante a indemnisação de 20% sobre o preço da venda de cada edição (Em Janeiro-10 de 1872).»

A 1.<sup>a</sup> edição d'esta obra devendo ser de mil exemplares vendidos ao preço de dois mil reis cada um cabe-me a quantia de quatrocentos mil reis de direitos d'auctor».

- 14 — LIÇÕES ELEMENTARES DE GEOGRAPHIA, segundo o methodo de Gaultier, por Estacio de Sá e Menezes. Paris, 1869.

In-8.º de 287 págs. «Teve mais quatro edições, sendo duas póstumas, revistas e acrescentadas até à publicação pelo sobrinho do autor» (Blake)

- LIÇÕES ELEMENTARES / DE / GEOGRAPHIA / SEGUNDO O METHODO GAULTIER / POR / ESTACIO DE SÁ E MENEZES / — / QUINTA EDIÇÃO / CONSIDERAVELMENTE AUGMENTADA E MELHORADA / POR / LUIZ LEOPOLDO FERNANDES PINHEIRO / — / RIO DE JANEIRO / H. GARNIER, Livreiro — Editor / 71-73, Rua do Ouvidor, 71-73 / — / 1902.

No f. título: LIÇÕES ELEMENTARES / DE GEOGRAPHIA»

In-18.º de VIII — (Prologo da 3ª edição, do Autor)

-- 314 págs. Não há ils. A cada lição seguem-se perguntas de recapitulação.

Fernandes Pinheiro anotou:

«Geographia (Lições Elementares de...) por Estacio de Sá e Menezes. Esta obrinha, escripta por mim e publicada com pseudonimo d'Estacio de Sá e Menezes foi vendida (a 1.ª Edição de dois mil exemplares) pela quantia d'oitocentos mil reis. Recebi a referida quantia no dia 10 de Fevereiro de 1869. O preço de cada exemplar é de 2000 reis — e cabe-me pelos direitos d'auctor 400\$ rs. por cada mil exemplares.

---

Entreguei hoje (7 de Novembro de 1874) o exemplar corrigido para a 2.ª edição d'esta obra tirada no mesmo n.º d'exemplares e sob as mesmas condições.

Chegou esta edição e poz-se á venda em Junho de 1875».

---

- 15 -- HISTORIA DO BRAZIL contada aos meninos por Estacio de Sá e Menezes. Paris, 1870.

In-8.º, de 322 págs. Blake (*op. cit.*) informa: «Teve também mais três edições tôdas de Paris, a segunda é de 1875, 388 págs. in-8º; a terceira de 1880 e a quarta, revista e aumentada, de 1873 a 1888 por Leopoldo Fernandes Pinheiro. Paris, VIII — 324 págs. in-8.º». Essa última é a que se segue, concludentemente, de 1889.

- HISTORIA / DO BRASIL / CONTADA AOS MENINOS / POR / ESTACIO DE SÁ E MENEZES / — / QUARTA EDIÇÃO REVISTA E AUGMENTADA ATÉ 1888 / POR / LUIZ LEOPOLDO FERNANDES PINHEIRO / — / RIO DE JANEIRO / B.L. GARNIER, LIVREIRO-EDITOR / 71, RUA DO OUVIDOR, 71 / PARIS. — E. MELO LIER, RUE SEGUIER, 17 (1889).

No f.t.: «HISTORIA DO BRASIL». No verso dessa fôlha: «B.L. Garnier, Livreiro-Editor, rua do Ouvidor, 71. Do mesmo autor... Obras do Conego Pinheiro. «No pé da pág.: «Havre. — Imprimerie du Commerce 3, Rue de la Bourse. — 20351», subscrição essa que vem repetida no pé da pág. 324.

In-18.º de VIII-324 págs. Não traz o Apendice que aparece na 10.ª edição, seguinte, que, afora as ligeiras características bibliográficas que as diferenciam da presente edição, é uma reprodução estereotipada, com papel da época correspondente.

- HISTORIA / DO BRASIL / CONTADA AOS MENINOS / POR / ESTACIO DE SÁ E MENEZES / — / 10.ª EDIÇÃO REVISTA E AUGMENTADA ATÉ 1888 / POR / LUIZ LEOPOLDO FERNANDES PINHEIRO / — / H. GARNIER, LIVREIRO-EDITOR / 71-73, RUA DO OUVIDOR, 71-73 / RIO DE JANEIRO / 6, RUE DES SAINTS-PÈRES, 6 / PARIS / — / No f. tit.: «HISTORIA DO BRASIL». No v. dessa fôlha: «PARIS — TYPOGRAPHIA GARNIER IRMÃOS»;

S.d. In-18.º de VIII-338 págs. Traz um «Appendice», de págs. 325 a 338. No pé dessa pág. a subscr. com a data: «Paris — Typographia Garnier Irmãos. 321.5.01». No *Livro d'Assentos*, Fernandes Pinheiro informa:

«História do Brasil contada aos Meninos por Estacio de Sá e Menezes (Pseudonymo)

Debaixo d'este pseudonymo escrevi esta Historia do Brazil que vendi ao Garnier pela quantia d'um conto de reis. A tiragem foi de dois mil exemplares. Recebi a quantia supra a 13 de Março de 1870 — O preço da venda é de 2.500 reis o exemplar. Tocão-me de direitos d'auctor quinhentos mil reis por cada mil exemplares.

Entreguei hoje (29 de Julho de 1874) o exemplar da 2.ª edição publicada sob as mesmas condições.

Expoz-se a venda a dita obra no mez de Setembro de 1875».

- 16 — GRAMATICA THEORICA E PRATICA DA LINGUA PORTUGUEZA. Rio de Janeiro. Typ. de F. Alves de Sousa. 1870.

Gr. in-8.º de 176 págs. Informa Inocência (*op. cit.* XII, 28): «Divide-se em quatro partes, e estas em capitulos, tendo cada um dêles no fim exercícios e questionários, ou recapitulação das doutrinas».

Há uma 2.ª edição «sensivelmente melhorada» (Blake).

- GRAMATICA / THEORICA E PRATICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA / PELO CONEGO DOUTOR / J.C. FERNANDES PINHEIRO / Professor de rhetorica, poetica e litteratura nacional do Imperial / Collegio de Pedro II, chronista do Imperio, socio dos institutos / historicos do Brazil e da França, das academias das sciencias de Lisboa, Madrid, da sociedade geographica / de Nova-York, etc., etc. / — / 2ª EDIÇÃO MELHORADA / — / *Sans la langue, en un mot, l'auteur le plus divin / Est toujours, quoiqu'il fasse, un méchant écrivain.* / Boileau — (*Art. Poétique*) / *Se a lingua lhe faltar, o autor mais peregrino / Será, por mais que faça, escrevedor mofo.* / (Tradução de A.F. de Castilho.) / (vinheta floreada) / RIO DE JANEIRO / B.L. GARNIER (Livreiro-Editor do Instituto Historico do Brazil / 71 RUA DO OUVIDOR 71. No f.t.: «GRAMMATICA / THEORICA E PRATICA». No v. — «Obras que se encontram na mesma casa», e no pé desta página: «Typographia da — REFORMA — rua dos Ourives n.º 9».

In-8.º de 158 — II págs. Contém: «Advertencia a 1ª Edição»; «Grammatica Theorica e Pratica / da / Lingua Portuguesa» (É a parte introdutória, onde o A. define: Idéia, Linguagem, Linguagem mímica, Linguagem falada, Linguagem escrita, Língua, Línguas mortas, Línguas vivas, Língua mãe, Língua derivada, Palavra, Palavra-radical, ou primitiva, Palavra derivada, Raiz, Terminação ou desinencia, Prefixo, Palavra simples, Palavra composta, Palavras sinônimas, Palavras homônimas, Gramática, Gramática geral, Gramática particular, Gramática portugueza. Seguem-se quesitos a todas as lições); «Parte Primeira — Da Etymologia. Capitulo I. / Do nome ou substantivo». Capitulo II — Das formas dos substantivos» «Capitulo III. / Dos generos dos substantivos.» § I Generos conhecidos pela significação. § II; Dos generos conhecidos pela terminação; Capitulo IV. / Da formação do plural dos substantivos; Capitulo V. / Do artigo; Capitulo VI / Do adjectivo. § 1.º dos adjectivos qualificativos, § II Dos adjectivos



determinativos, § III. Da formação do feminino dos adjectivos, § IV. Da formação do plural dos adjectivos; «Capitulo VIII / Do Pronome»; «Capitulo VIII / Do verbo», § I — Dos modos, § II — Dos tempos, pessoas, numeros e vozes, § III. — Das conjugações, § IV. — Quadro synoptico das conjugações dos verbos auxiliares (Ter e Haver), Ser e Estar, § IV. — Quadro synoptico das inflexões normaes das conjugações dos verbos regulares (Ar, Er, Ir), § VI. — Da formação dos tempos simples, § VII. — Da formação dos tempos compostos; «Dos verbos auxiliares e regulares» — Exercício, § VIII. — Das irregularidades dos verbos, § IX. — Quadro synoptico dos verbos irregulares (Dar, Caber, Ir, Crer, Estar, Dizer, Ouvir, Estar, Mediar, Pedir, Fazer, Rir, Servir, Jazer, Ler, Poer, Subir, Vestir, Vir, Prazer, Querer, Requerer, Saber, Trazer, Valer, Ver). Dos verbos irregulares, unipessoaes e defectivos»; «Capitulo X» Do Participio, «Quadro de alguns participios irregulares»; «Capitulo X / Do adverbio»; «Capitulo XI/Da conjuncção»; «Capitulo XII/Da preposição»; «Capitulo XIII / Da interjeição». «PARTE SEGUNDA. — SYNTAXE / Generalidades» (Trata de análise sintáctica, brevemente); Capitulo I. / Da syntaxe de concordância», § I. — Concordancia do substantivo, § II. — Da concordancia do artigo, § III. — Da concordancia do adjectivo, § IV. — Da concordancia do pronome, § V. — Da concordancia do verbo, § VI. — Da concordancia do participio, Da syntaxe de concordancia — Exercício»; «Capitulo II. / Da syntaxe de regencia.»; «Capitulo III / Da syntaxe figurada»; «Capitulo IV «Da construcção». § I. — Da colocação das palavras, § II. — Da colocação das orações»; «Capitulo V / Dos vicios da oração.»; «Capitulo VI / Da analyse do discurso, Da analyse grammatical, Da analyse logica»; «PARTE TERCEIRA. PROSODIA»; Capitulo I / Dos Sons»; «Capitulo II / Da quantidade das syllabas; «Capitulo III» Das figuras de dicção»; «PARTE QUARTA. — ORTHOGRAPHIA»; Generalidades»; «Capitulo I /Do uso dos diphthongos; Capitulo II / Do uso das consoantes; Capitulo III / Das consoantes dobradas; Capitulo IV / Do uso das letras maiusculas; Capitulo V / Do Hyphen, ou traço de união; Capitulo VI / Da pontuação»; «Indice» e a subscr.: «Typ. da — REFORMA — rua dos Ourives n. 9.»

O Cônego Fernandes Pinheiro anotou no seu *Livro d'Assentos*:

«Gramatica Theorica e Pratica da Lingua Portugueza.

Comecei a escreve-la (sic) a 2 de Maio e terminei-a a 11 de Agosto de 1870, não havendo trabalhado nella todo o mez de Julho. Entreguei ao Garnier o manuscripto no dia 16 de Agosto de 1870 — Celebrei um contracto com o Garnier cedendo-lhe a propriedade da 1.<sup>a</sup> edição d'esta Grammatica mediante a retribuição de 20% sobre o preço da venda da mesma Grammatica cuja 1.<sup>a</sup> edição deverá ser de dois mil ex. (16 de 7<sup>bo</sup>) — cabendo-me pela edição 400\$<sup>rs</sup> por cada mil exemplares vendidos a dois mil reis cada um.

Recebi hoje 26 de Novembro de 1870 a importancia da venda da primeira edição d'esta Grammatica no valor de oitocentos mil reis».

- 17 — O CONSELHEIRO DR. CLAUDIO LUIZ DA COSTA. Esboço Biographico lido no Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 5 de Maio de 1871, pelo Conego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro. Imp. da Pinheiro & C.<sup>a</sup> 1871.

In-4.<sup>o</sup> de 24 págs. É separata da *Rev. do Inst. Hist.*, XXXIV, 1.<sup>a</sup> p. (1871), pág. 117.

- 18 — CATHECISMO CONSTITUCIONAL por Demophilo. Rio de Janeiro, 1873.

In-8.<sup>o</sup> de 117 págs. (Blake).

Estão no *Livro d'Assentos* as seguintes informações bibliográficas: «Cathecismo Constitucional 1873 — Dezembro. Sob o pseudonymo de *Demophilo* escrevi este livrinho cuja primeira edição vendi ao Garnier pela quantia de duzentos mil reis — A edição é de mil exemplares vendidos a 1.000 (um mil reis) cada um cabendo-me 20% de direitos d'auctor.

Assignei hoje 14 de Janeiro de 1874 um contracto com o Garnier (sic) pelo qual lhe cedo a posse (como edictor) do referido Cathecismo mediante as condições supra indicadas devendo a 1.<sup>a</sup> edição ser de mil e cem exemplares, recebendo os direitos correspondentes a mil e sendo os outros cem para se distribuirem pelos jornaes e directores de collegios —

Recebi o importe da 1.<sup>a</sup> edição isto é, duzentos mil reis (a rasão de 20%).

- 19 — RESUMO / DE / HISTORIA LITTERARIA / PELO CONEGO / DOUTOR JOAQUIM CAETANO FERNANDES PINHEIRO) Commendador da Ordem de Christo, / Chronista do Imperio, Professor de Rhetorica, Poetica e Litteratura / Nacional no Imperial Collegio de

Pedro II, Membros dos / Institutos Historicos do Brasil e de França, das Academias das / Sciencias de Lisboa e Madrid, da Sociedade / Geographica de New-York, e d'outras Associações Nacionaes / e Estrangeiras /. «Não é pequeno serviço ajuntar o disperso, abreviar o longo, e afastar o selecto. MACEDO. Eva e Ave. / TOMO I / RIO DE JANEIRO / B.L. GARNIER / Livreiro-Editor do Instituto Historico / 69-rua do Ouvidor, 69/

Na f.f.r.: «RESUMO / DE / HISTORIA LITTERARIA».

Gr. In-8.º 2 vols. (1873) de 497-VI págs.: 480 págs., o 2.º vol. Com um retrato do autor, no front., «Darodes sc.» Contém: «A Sua Magestade Imperial / O / Senhor D. Pedro Segundo / Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil / O.D.C. / Seu muito revente e grato subdito, / Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.»; «Prefação», datada: «Rio de Janeiro, 16 de Janeiro, 16 de Dezembro de 1872»; «Resumo de Historia Litteraria. Prolegomenos»; «Introducção. Literaturas Orientaes»; «Livro Primeiro. Litteratura Hebraica»; «Livro Segundo. Litteratura grega». Primeiro Periodo (Fabuloso), Segundo Periodo (Epico-Lyrico), Poesia epica, Poesia lyrica; Segundo Periodo (Aureo), Poesia lyrica, Poesia dramatica, Historia, Eloquencia; Quarto Periodo (Alexandrino), Poesia lyrica, Poesia bucolica, Poesia epica, Poesia dramatica, Historia, Eloquencia; Quinto Periodo (Greco-Romano), Poesia didactica, Historia; Sexto Periodo (Byzantino), Poesia epica, Romance, Eloquencia; Livro Terceiro. Litteratura Latina. Origens. Primeiro Periodo, Poesia dramatica, Poesia épica. Poesia satyrica, Historia, Eloquencia; Segundo Periodo, Primeira *Epocha*, Poesia lyrica, Poesia didactica (*sic*), Eloquencia, Epistolographia, Historia; Segunda Epoca, Poesia lyrica, Poesia epica, Poesia didactica; Terceiro Periodo, Poesia epica (*sic*), Poesia dramatica, Poesia didactica, Eloquencia, Epistolographia, Historia; Quarto Periodo, Poesia didactica, Romance, Eloquencia; livro Quarto. Litteratura Italiana, Origens. Primeiro Periodo, Poesia didactica, Poesia lyrica, Romance; Segundo Periodo. Primeira Epoca (Seculo XV), Poesia dramatica, Poesia epica, Historia, Eloquencia; Segunda Epoca (Seculo XVI), Poesia epica, Poesia lyrica, Poesia didactica, Poesia dramatica, Historia, Dialogos; Terceiro periodo. Primeira Epoca (*sic*) (Seculo XVII), Poesia lyrica, poesia didactica, Historia, Eloquencia; «Segunda Epoca (Seculo XVIII), Poesia lyrica, Poesia dramatica; «Quarto Periodo (Seculo XIX), Poesia lyrica, Poesia dra-

mática, Romance, Historia; «Livro Quinto. Litteratura Fran-  
ceza, Origens, Primeiro Periodo (Seculos XII-XV). Pri-  
meira Epocha (Seculos XII-XIII)? Segunda Epocha (Se-  
culos XIV-XV), Segundo Periodo (Seculo XVI), Poesia  
didactica, Poesia lyrica, Poesia dramatica, Historia, Ro-  
mance; Terceiro Periodo (Seculo XVII) Poesia lyrica,  
Poesia didactica, Poesia dramatica; Eloquencia, Historia,  
Epistolografia, Romance; «Quarto Periodo (Seculo XVIII),  
Poesia lyrica, Poesia dramatica, Poesia epica, Historia,  
Eloquencia, Critica litteraria, Viagens, Romance; Quinto  
Periodo (Seculo XIX), Poesia lyrica, Poesia dramatica,  
Romance, Eloquencia, Eloquencia politica, Eloquencia do  
foro, Eloquencia do pulpito, Historia, Critica litteraria;  
«Livro Sexto, Litteratura Ingleza, Origens, Primeiro Periodo  
(Seculo XI-XV); Segundo Periodo, Primeira Epocha (Se-  
culo XVI), Poesia lyrica, Poesia descritiva, Poesia drama-  
tica; Segunda Epocha (Seculo XVII), Genero epico, Poesia  
heroi-comica, Poesia lyrica, Poesia dramatica, Prosa, His-  
toria; «Terceiro Periodo (Seculo XVIII), Poesia didactica,  
Poesia lyrica, Poesia dramatica, Moral e Critica litteraria,  
Romance, Historia, Eloquencia; Quarto Periodo (Seculo  
XIX), Poesia lyrica, Poesia dramatica, Romance, Historia;  
Appendice. Litteratura Anglo-Americana; Livro Setimo,  
Litteratura Allemã, Origens, Primeiro Periodo (Seculo  
XII-XIV), Poesia lyrica, Poesia epica, Poesia didactica,  
Romances e Livros populares; Segundo Periodo (Seculo  
XV-XVI), Poesia lyrica: O canto popular. Os Mestres  
cantores (Meistersaenger), Farças populares, Poesia Di-  
dactica, Poesia dramatica, Prosa; Terceiro Periodo (Seculos  
XVII-XVIII), Primeira Epocha (Seculo XVII), Primeira  
Escola Silesiana, Segunda Escola Silesiana, Romance, Via-  
gens; «Segunda Epocha (Seculo XVIII), Poesia dramatica,  
Poesia epica, Poesia lyrica, Historia, Romance; Quarto pe-  
riodo (Seculo XIX), Poesia lyrica, Poesia dramatica, Poe-  
sia satyrica, Romance, Historia; «Livro Oitavo. Litteratura  
Hespanhola, Origens. Primeiro Periodo (Seculo XIII-XV),  
Romances lyricos, Poesia dramatica, Novellas Cavalheires-  
cas, Chronicas; Segundo Periodo (Seculo XVI-XVII).  
Primeira Epocha (Seculo XVI), Poesia lyrica, Poesia di-  
dactica, Poesia dramatica, Historia, Romance philosophico;  
Segunda Epocha (Seculo XVII), Poesia lyrica e didactica,  
Poesia epica, Poesia dramatica, Romance, Historia; Ter-  
ceiro Periodo (Seculos XVII-XVIII) Poesia lyrica e Di-  
dactica, Poesia dramatica, Romance satyrico, Historia, Cri-  
tica litteraria; Quarto Periodo (Seculo XVIII-XIX): Poesia  
lyrica e dramatica; Romance, Historia, Critica Litteraria,



Eloquencia; APPENDICE — Litteratura Hispano-Americana; INDICE ANALYTICO das Materias contidas n'este volume»; subscrição: «Typ. Franco-Americana, r. d'Ajuda, n. 18».

- RESUMO / DE / HISTORIA LITTERARIA / PELO CONEGO / DOUTOR JOAQUIM CAETANO FERNANDES PINHEIRO / Commendador da Ordem de Christo, / Chronista do Imperio, Professor de Rhetorica, Poetica e Litteratura / Nacional no Imperial Collegio de D. Pedro II, Membro dos / Institutos Historicos do Brasil e de França, das Academias das / Sciencias de Lisboa e Madrid, da Sociedade / Geographica de New-York, e d'outras Associações Nacionaes / e Estrangeiras». «Não é pequeno serviço ajuntar o disperso, / abreviar o longo, e afastar o selecto. / MACEDO. Eva e Ave. / TOMO II / RIO DE JANEIRO / B.L. GARNIER / Livreiro-Editor do Instituto Histórico / 69, Rua do Ouvidor, 69 / Na f.f. rosto: «RESUMO / DE / HISTORIA LITTERARIA

Gr. in-8.º, de 480 págs. Contém: «Resumo de Historia Litteraria.

- LIVRO NONO. Litteratura Portugueza. Origens; Primeiro Periodo (Seculo XII-XV). Romances ou Novellas de Cavallaria. Cancioneiros. Principais Escriptores. Cronistas. Instituições Scientificas e Litterarias; Segundo Periodo (Seculo XVI). Poesia lyrica e didactica. Poesia epica. Poesia dramatica. Escola de Gil Vicente. Escola Classica. Romance. Historia. Biographia. Viagens; Terceiro Periodo (Seculo XVII). Poesia lyrica. Poesia epica. Poesia dramatica. Historia. Biographia. Eloquencia e Epistolographia; Quarto Periodo (Seculo XVIII). Poesia lyrica. Poesia elegiaca. Poesia didactica. Poesia satyrica. Poesia epica. Poesia dramatica. A baixa comedia. Restauração arcadica. A Opera. Romance. Eloquencia. Historia. Biographia. Epistolographia; Quinto Periodo (Seculo XIX). Poesia lyrica. Poesia satyrica. Poesia dramatica. Romance. Historia. Eloquencia sagrada e parlamentar. Critica litteraria; LIVRO DECIMO. Litteratura Luso-Brasileira. Primeiro Periodo (Seculo XVI-XVII); Segundo Periodo (Seculo XVIII). Poesia lyrica. Poesia epica. Eloquencia. Historia; Terceiro Periodo (Seculo XIX): Primeira Epoca (1800-1822). Poesia. Prosa. Philologia. Memorias historicas. Estabelecimentos litterarios. Jornalismo; Segunda Epoca (1822-1840). Poesia. Jornalismo politico. Eloquencia parlamentar. Memorias historicas; Terceira Epoca

(sic) (1840 — ...). Poesia lyrica e Epica. Poesia dram-  
matica (sic). Romance. Historia e Biographia. Jornalismo  
litterario. Epilogo; Indice Analytico das materias contidas  
neste volume», Errata Principal; subscr.: «Typ. Franco-  
Americana, rua d'Ajuda, 18. — 1873».

No seu *Livro d'Assentos* esclarece o Cônego Fernandes Pi-  
nheiro:

«Resumo de Historia Litteraria dois grossos vol. de 8.<sup>o</sup>  
francez com o retrato do auctor.

Vendi a 1.<sup>o</sup> edição ao Garnier mediante o preço de 10%  
por cada exemplar da obra em broch. annuciado por  
14\$000 rs.

Foi a tiragem d'esta 1.<sup>a</sup> edição de 1000 ex. dos quaes  
deve-se deduzir 100 ex. que dei ou forão dados em meu  
nome, recebendo portanto de direitos d'auctor 1-250\$000  
reis (a razão de 10%).»

- 20 — ESTUDOS HISTORICOS / Pelo Conego / Doutor Joa-  
quim Caetano Fernandes PINHEIRO /. Commendador  
da Ordem de Christo, / Chronista do Imperio, Professor  
de Rhetorica Poetica e Litteratura no Imperial Collegio  
/ de Pedro II, 1.<sup>o</sup> Secretario do Instituto Historico Geo-  
graphico Brasileiro, / Socio correspondente das Academias  
das Sciencias de Lisboa e de Madrid, das Sociedades /  
Geographicas de Paris e New-York, etc., etc, (sic) / ...  
Je voudrais que chacun écrivit ce qu'il / sait, et autant qu'il  
sait. / (Montaigne — *Essais*, liv. I chap. III). / — /  
TOMO I / — / RIO DE JANEIRO / B.L. GARNIER  
/ Livreiro-Editor do Instituto Historico / 65, *Rua do Ouvi-*  
*dor*, 65 / PARIS: E. Belhatte / PORTO: Ernesto Char-  
dron / 1876

Na f.f. rosto: ESTUDOS HISTORICOS

2 vols. in — 8.<sup>o</sup> de VIII-442 págs. e I in — índice; 332  
págs. e I ind. O 1.<sup>o</sup> vol. contém: «Falso título»; dedicat.  
«Ao Instituto Historico Geographico e Etnographico do  
Brazil O.D.C. Seu Primeiro Secretario Conego Doutor  
Joaquim Caetano Fernandes PINHEIRO»; fôlha de rosto;  
no verso dessa fôlha: «*Ficam reservados todos os direitos de  
propriedade*»; I. Ensaio sobre os Jesuitas; II. França An-  
tárctica; III. Brazil Hollandez; IV. As Batalhas de Guara-  
rapes; V. A Carioca; Indice; subscr.: «Havre. — Impren-  
ta A. Lemale Ainé, rua de Bapaume, 3. — 2.387».

O 2.<sup>o</sup> vol. contém: falso tit.: «ESTUDOS HISTORI-  
COS»; fôlha de rosto idêntica à do 1.<sup>o</sup> volume, mudando,  
apenas, no lugar próprio, o número do volume (TOMO II);

no v. da f. de r. a mesma declaração de propriedade; I. Luiz do Rego e a Posteridade. Estudo historico sobre a revolução Pernambucana de 1817.; II. Antonio José e a Inquisição; II.; III. Os Ultimos Vice-Reis do Brazil; IV. A Academia Brazilica dos Esquecidos. Estudo Historico e Litterario; V. A Academia Brazilica dos Renascidos. Estudo Historico e Litterario.; Anexo ao Estudo Historico e Litterario intitulado A Academia Brazilica dos Renascidos. Catalogo alphabetico dos Academicos de numero da Academia Brazilica dos renascidos, que ha de escrever a Historia da America portugueza, 31 de Julho de 1759.; VI. Motins Politicos e Militares no Rio de Janeiro. Preludios da Independencia do Brazil; Indice; subscr.: «Havre. — Imprensa A. Lemale Ainé, rua de Papaume, 3 — 2.3873». Todos os capitulos são precedidos de página especial com títulos dos respectivos trabalhos, que foram recolhidos da *Rev. Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*.

Assim estão consignados no *Livro d'Assentos* as seguintes informações referentes a esta obra:

#### «Estudos Historicos

Sob este titulo mandei publicar em Paris uma collecção de meus trabalhos publicados na *Rev. Trim. do Instituto Historico e Geogra. Bras.* devendo formarem dois volumes in-8.º. — É edictor o Garnier, a quem cedi os direitos d'auctor quanto a 1.ª edição, que constará de mil exemplares, reservando-me cincoenta exemplares para dar de presente. Entreguei ao Garnier os originaes da dita obra no dia 10 de dezembro de 1874».

## II -- TRABALHOS ESPARSOS

— *O Visconde de S. Leopoldo. Guanabara III* (1855) págs. 265-275. Posteriormente, na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, XIX, (1856), pág. 132.

— *O Cactarinho*. Narrativa dos tempos coloniais. *Revista Popular*, I, (1859), págs. 1-5.

— *Fr. Francisco de Mont'Alverne*. *Revista Popular*, I, (1859), pág. 168, e na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, XXXIII, 1a. R. (1870), pág. 143.

— *Fr. Francisco de S. Carlos*. *Revista Popular*, II (1859), pág. 295 e na *Revista Brasileira*, III, (1860), págs. 507-513.

— *Uma Semana Santa em Roma*. *Revista Popular*, II (1859), págs. 91-115.

— *Um dia nefasto* (22 de abril de 1821). *Revista Popular*, III, (1859), pág. 93.

— *O Barão de Ayuruoca* (Coronel Custódio Ferreira Leite). *Revista Popular*, VII, (1860), pág. 9. Republicado na *Rev. do Inst. Hist. e Geog.* XXXIV, 1a. p., (1871), pág. 299.

— *Naturalistas Brasileiros*. Frei José da Costa Azevedo. *Revista Popular*, VII, (1860), pág. 136. V. também a *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, XXXIV, 1a. p., (1871), pág. 293.

— *A Conjuração de João de Deus*. *Revista Popular* VIII, (1860), pág. 219.

— *Um Bispo Pacificador*. Episódios da guerra dos Cabanos (1832-1835). *Revista Popular*, XI, (1861), pág. 302.

— *Brasileiros Célebres*. D. Antônio Filipe Camarão. *Revista Popular*, XII, (1861), pág. 196.

O Cônego acrescentou uma nota a êsse seu trabalho: «Traz essa biografia parte de uma galeria de homens ilustres nas ciências, letras, armas e virtudes, que deixaram de pertencer ao número dos vivos; a qual, de combinação com o sr. Joaquim Norberto de Sousa Silva, temos entre mãos, havendo para ela escolhido o título coletivo de *Panteon Brasileiro*. A primeira parte, devida à hábil e elegante pena do sr. Norberto, é conhecida dos leitores pela denominação de *Brasileiras Ilustres*, e se acha no prelo».

— Antônio José e o *Teatro do seu tempo*. (*Revista do Brasil*, t. IV, (1861), págs. 243-254).

— Claudio Manuel da Costa. (*Revista Popular*, XII, (1861), pág. 367. Republicado na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, XXXII, 2a. p., (1869), pág. 113.

— Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira. (*Revista Popular*, XV (1862), pág. 12).

— André Vidal Negreiros. (*Revista Popular*, XIII, (1862), pág. 146 e na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, XXXII, 1a. P., (1869), pág. 329).

— Antônio José e a *Inquisição*. (*Revista Popular*, XIV, n.ºs 81 e 33). Seguem-se-lhe *Excerptos dos Processos* copiados dos originais que existem no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa.

— Amador Bueno da Ribeira. (*Revista Popular*, XVI, (1862), pág. 161).

— Henrique Dias. (*Revista Popular*, XIII, (1862), pág. 356. V. também *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, 1a. P., (1868), pág. 365).

— *Do Rio de Janeiro ao Pará* (Impressões de viagem).



1a. carta: *Diário Oficial do Império do Brasil*, n.º 35, de 10 de fevereiro de 1871;

2a. carta: idem, n.º 36, de 11 de fevereiro de 1871;

3a. carta: idem, n.º 38, de 14 de fevereiro de 1871.

Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*:

— *Ensaio sobre os Jesuítas*, (XVIII, (1855), pág. 67-157).

Foi apresentado em sessão de 27 de outubro de 1854 para servir de título de admissão ao grêmio do referido Instituto. Republicados nos *Estudos Históricos* do A. t. I, (1876), págs. 3-153.

— *Apontamentos biográficos sobre o Visconde de São Leopoldo*, (XIX, (1856), pág. 132. Anteriormente na *Guanabara*, III, (1855) págs. 265-275).

— *Breves reflexões sobre o sistema de catequese seguido pelos jesuítas no Brasil*, (XIX, (1856), 2a. edição, pág. 379).

— *Discurso proferido em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por ocasião de dar-se à sepultura o cadáver do sócio honorário Fr. Francisco de Mont'Alverne*. (XXI, (1858), págs. 497-498).

— *França Antártica*. Bosquejo histórico do estabelecimento dos franceses no Rio de Janeiro, sua expulsão, novas invasões do século XVIII, (XXII, (1859), pág. 3. Reproduzido nos *Estudos Históricos* do A., t. I, (1876) págs. 155-304).

— *Relatório* que, como 1.º Secretário interino, leu na sessão magna aniversária, a 15 de dezembro de 1859, (XXII, (1859), pág. 683.).

— *Brasil Holandês. Estudo histórico* (XXIII, (1860), pág. 67. Republicado nos *Estudos Históricos* do A, t. I (1876), págs. 305-363).

— *Luís do Rêgo e a Posteridade*. Estudo histórico sobre a revolução pernambucana de 1817 (XXIV, (1861), pág. 353. Veja-se no lugar próprio as informações bibliográficas a respeito desse trabalho, republicado em 1863).

— *Relatório* que, como 1.º Secretário, leu na sessão magna aniversária, a 15 de dezembro de 1861, XXIV, pág. 771.

— *O Cônego Luís Gonçalves dos Santos, sua vida e suas obras*, XXV, (1862), pág. 163.

— *Antônio José e a Inquisição*. Com *Excerptos dos Processos* copiados dos originais que se encontram no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa. (*Revista Popular*, XIV, n.ºs 81 e 83, págs. 173 e 278, (1862) e na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, XXV,

(1862), pág. 363, e republicado nos *Estudos Históricos* do A., t. II, (1876), págs. 135-164).

— *A Carioca*. Memória histórica e documentada, (XXV, pág. 565 (IV trimestre de 1862). Republicada nos *Estudos Históricos* do A., t. I, págs. 403-442 e em *A Luz*, II, (1873), página 121).

— *Carta lida no expediente da sessão de 30 de maio de 1862 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, dando conta do exame a que procedeu na obra do Cônego J.P. Gay, vigário de S. Borja, nas missões do Uruguai, intitulada *História da República Jesuítica do Paraguai*, (XXV (IV trimestre de 1862), páginas 660-663).

— *Relatório do primeiro secretário*, pronunciado na sessão magna aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 15 de dezembro de 1862, (XXV (IV trimestre de 1862), págs. 707-717).

— *Parecer sobre a História Jesuítica do Paraguai*, do Cônego João Pedro Gay. (XXVI (1863), pág. 9).

— *Relatório do primeiro secretário*, pronunciado na sessão magna aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 15 de dezembro de 1863, XXVI, pág. 915.

— *Biografia do Conde de Irajá*. (XXVII, 2a. P., 194-217. V. no lugar próprio a impressão de 1863).

— *Relatório do primeiro secretário*, pronunciado na sessão magna aniversária do Instituto, no dia 16 de dezembro de 1864. (XXVII, 2a. P., pág. 391).

— *Relatório do primeiro secretário*, pronunciado na sessão magna aniversária do Instituto, no dia 15 de dezembro de 1865. (XXVIII (1865), pág. 334).

— *Os Últimos Vice-Reis do Brasil*. (XXVIII, P. II, (1865), págs. 225-273 e reproduzido nos *Estudos Históricos* do A., t. II, (1876), págs. 165-232). Os vice-reis são: D. Antônio Álvares da Cunha, conde Cunha, D. Antônio Rolim de Moura, conde de Azambuja D. Luís de Almeida Portugal, marquês do Lavradio, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, D. José Luís de Castro, conde de Rezende, D. Fernando José de Portugal, conde e marquês de Aguiar, D. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos.

— *Parecer sobre a memória do conde de La Hure*, relativa às inscrições achadas nas ruínas de uma cidade incógnita, que se diz existente nos sertões da Bahia, (XXIX, P. 2a., págs. 273-399).

— *Relatório do primeiro secretário*, pronunciado na sessão magna aniversária do Instituto no dia 15 de dezembro de 1866, (XXIX (1866), pág. 463).

— *As batalhas dos Guararapes*. (XXIX, P. II, (1866), págs. 309-331. Ensaio republicado nos *Estudos Históricos* do A., t. I, (1876), págs. 365-402).

*Parecer* acêrca de 26 volumes manuscritos, propostos à compra do Instituto, (XXX, P. 2a., pág. 478).

— *Relatório* do primeiro secretário, pronunciado na sessão magna aniversária do Instituto, no dia 23 de dezembro de 1867, (XXX, P. 2a., pág. 495).

— *Biografia de Henrique Dias*. (XXXI, 1a. p., (1868), págs. 365-383. Transcrito da *Revista Popular*, XIII, (1862), pág. 356).

— *Academia Brasileira dos Esquecidos*. Estudo Histórico e literário, (XXXI, P. 2a., (1868), págs. 5-32 e reproduzido nos *Estudos Históricos* do A. t. II, (1876), págs. 233-270).

— *Relatório* do primeiro secretário, pronunciado na sessão magna aniversária do Instituto, no dia 15 de dezembro de 1868. (XXXI, P. 2a., (1868), pág. 405).

— *A Academia Brasileira dos Renascidos*. Estudo Histórico e literário. (XXXII, P. II, (1869), págs. 53-70 e reproduzido nos *Estudos Históricos* do A., t. II, (1876), págs. 271-296).

— *Biografia de Cláudio Manuel da Costa*. (XXXII, P. 2a., (1869), pág. 113. Extraída da *Revista Popular*, XXI, (1861), pág. 367).

— *Biografia de D. Antônio Filipe Camarão*. (XXXII, P. 1a., (1869), pág. 201. Anteriormente publicada na *Revista Popular*, XII, (1861), pág. 196).

— *Biografia de André Vidal de Negreiros*, XXXII, P. 1a., (1869), pág. 329).

— *Os Padres do Patrocínio ou o Pôrto Real do Itu*. Estudo Histórico. (XXXIII, P. 2a., (1870), pág. 237).

— *O Conselheiro Dr. Cláudio Luís da Costa*. Esbôço biográfico lido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 5 de maio de 1871, XXXIV, P. 1a., (1871), pág. 117. Há uma separata dêsse mesmo ano).

— *O que se deve pensar do sistema de colonização seguido pelos portugueses no Brasil*, (XXXIV, P. 2a., (1871), páginas 113-122).

— *Biografia de Frei José da Costa Azevedo*, naturalista brasileiro, (XXXIV, P. 1a., (1871), pág. 293. Transcrita da *Revista Popular*, VII, (1860), pág. 136).

— *Biografia do Barão de Ayuruoca* (Coronel Custódio Ferreira Leite), (XXXIV, P. 1a., (1871), pág. 279. Extraída da *Revista Popular*, VII. (1860), pág. 9).

— *Relatório do primeiro secretário*, pronunciado na sessão magna aniversária do Instituto, no dia 15 de dezembro de 1871. (XXXIV, (1871), P. 2a., pág. 389).

— *Relatório do primeiro secretário*, pronunciado na sessão magna aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 15 de dezembro de 1872. (XXXV, (1872), P. 2a., pág. 607).

— *Relatório do primeiro secretário* pronunciado na sessão magna aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 15 de dezembro de 1873. (XXXVI, P. 2a., pág. 611).

— *Os predecessores de Colombo*. (XXXVII, P. 2a., pág. 71).

— *Parecer* acêrca dos documentos legados ao Instituto pelo conselheiro Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond. (XXXVII, P. 2a., pág. 424).

— *Relatório do primeiro secretário*, pronunciado na sessão magna aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 15 de dezembro de 1874. (XXXVII, P. 2a., pág. 457).

— *Motins Políticos e Militares no Rio de Janeiro*. Prelúdios da Independência do Brasil. (XXXVII, P. 2a., (1874), pág. 34 e reproduzido nos *Estudos Históricos* do A., t. II, (1876), páginas 297-332).

— *Relatório do primeiro secretário*, pronunciado na sessão magna aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 15 de dezembro de 1875. (XXXVIII, P. 2a., pág. 393).

— *Paulo Fernandes e a polícia de seu tempo* (1808-1821), (XXXIX, P. 2a., (1876), pág. 65).

## OUTROS PERIÓDICOS

### — A RELIGIÃO. Periódico

A ANUNCIAÇÃO DA VÍRGEM. Tradução do Livro Ave-Maria, com o texto ao lado; O LAVRADOR CRISTÃO; O BÊRÇO E O TÚMULO (meditação); O PE-REGRINO. Informa Blake: «São cinco composições poéticas no mesmo periódico». A RELIGIÃO, tomo 1.º 1848-1849, n.ºs 15 e 27; tomo 2.º, n.ºs 7, 10 e 24.

### — A RELIGIÃO. Periódico



- ESTUDOS HISTÓRICOS. A CARIDADE CRISTÃ E A PESTE DE 1686 NA BAHIA; O CRISTIANISMO; OS CEMITÉRIOS. (*A Religião*, t. I, n.º 17; t. II, 1848-1849, n.ºs 18 e 19 e t. III, n.º 2). (Blake).
- REVISTA UNIVERSAL
- O LAVRADOR CRISTÃO. Romancete dedicado ao II.º Sr. Manuel de Araújo Pôrto-Alegre. (*Revista Universal Brasileira*, 1847-1848, pág. 208).
- GUANABARA. Revista mensal, artística, científica e literária, por uma Associação de Literatos. Rio de Janeiro. Tip. de Francisco de Paula Brito. 1849. gr. in-4.º.  
Nota de Inocêncio, (*op. cit.*, III, pág. 168): «Desta publicação, começada em dezembro de 1849, foram redatores no primeiro ano os srs. Manuel de Araújo Pôrto-Alegre, Antônio Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo. — Como no fim do dito ano estivesse em termos de ficar suspensa a continuação, porque a extração não chegara a cobrir as despesas indispensáveis, S.M. o Imperador ordenou que prosseguisse, mandando suprir o *deficit* que houvesse nos anos seguintes. — Passou então a redação a cargo do sr. Cônego J. C. Fernandes Pinheiro, e saiu regularmente durante alguns anos, sendo o último, segundo creio, o de 1856».
- FOLHINHA HISTÓRICA LAEMMERT
- VISÃO DE CABRAL OU DESCOBRIMENTO DO BRASIL. Rio de Janeiro. 1850. Publicado na *Folhinha Histórica*, de Laemmert. 1850. (Blake).
- TRIBUNA CATÓLICA, publicada sob os auspícios de s. ex.<sup>a</sup> revma. o sr. Bispo Capelão-Mor, ... Rio de Janeiro, Tip. Brasiliense de Francisco Manuel Ferreira, 1851 e 1852 (pôsto que nos frontespícios se leia 1852 e 1853) 4.º gr. 2 tomos. Êste jornal religioso, do qual possui um exemplar, saía de quinze em quinze dias, e terminou pelo motivo da partida do seu redator para a Europa no fim de 1852. Renasceu porém passados anos com o título de
- TRIBUNA CATÓLICA, Jornal do Instituto Episcopal Religioso, e dêle era nos anos de 1857 e seguintes colaborador, se não principal redator, o sr. Rafael Coelho Machado, um dos fundadores do mesmo Instituto, de quem haverá ocasião de falar mais de espaço em seu lugar.

*apud* Inocêncio, *op. cit.*, IV, pág. 71). Nesse periódico, o Cônego publicou:

- *Ode* dedicada ao Ilm.º e Exm.º Sr. Bispo eleito do Maranhão, D. Manuel Joaquim da Silveira; A ASSUNÇÃO; O MENDIGO. (Poesias na TRIBUNA CATÓLICA, n.ºs 9, 14 e 16).
- *Sermão* pregado na Catedral e Capela Imperial do Rio de Janeiro por ocasião da sagração do bispo da diocese do Maranhão (TRIBUNA CATÓLICA, n.º 25).
- A LUZ, (1873), pág. 121 — A CARIOCA.
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO — Secção religiosa.
- JORNAL DO COMÉRCIO — Secção religiosa.
- CORREIO MERCANTIL — Secção religiosa.

### III — REEDIÇÕES ANOTADAS

- 1 — JOB, traduzido em verso por José Eloy Ottoni. Precedido (1.º de um discurso sôbre a poesia em geral, e em particular no Brasil, pelo Cônego J.C. Fernandes Pinheiro; 2º) de uma notícia sôbre a vida e poesias do tradutor, pelo sr. Theóphilo Benedicto Ottonni; 3.º de um prefácio, extraído da versão da Bíblia por De Genoude. Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense de F. Manuel Ferreira 1852. gr. 8.º de XXXIX-42-104 págs.

Foi editor dêsse trabalho o Cônego J.C. Fernandes Pinheiro e por êle dedicado ao bispo do Maranhão, D. Manuel Joaquim da Silveira.

- 2 — DISCURSO SÔBRE A POESIA RELIGIOSA EM GERAL, E EM PARTICULAR NO BRASIL. Abre a tradução do livro de *Job*, traduzido em verso por José Eloy Ottoni. Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense de F. Manuel Ferreira. 1852. Edição do próprio Cônego Fernandes Pinheiro.
- 3 — NOVO ORBE SERÁFICO BRASILICO, ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil, por Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatam. Impressa em Lisboa em 1671, e reimpressa por ordem do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro — Volume I. Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro. Rua do Sabão N. 114, 1858, 1º vol. in-8º de V-414 págs.; Parte segunda inedita), volume I, 1859, de 322 págs. e VI págs. de *Index* na pág. V dêsse *Index*, está grafado: «*Livro Segundo*;

Volume II, 1858, de 436 págs.»; Volume II, 2.º parte (inédita), 835 págs., notando-se que a numeração desse último volume começa em 324. Anotações escritas e destinadas a rectificar alguns erros e equívocos do «Novo Orbe Brazilico» de Jaboaão — No 3.º vol. da 2a. parte desse livro, ed. do Inst. Hist., págs. 829-835.

- 4 — GALERIA DOS BRASILEIROS ILLUSTRES — (Os Contemporâneos). Retratos dos homens mais illustres do Brasil, na política, sciencias e letras desde a guerra da independência até os nossos dias, copiados do natural e litografados por S.A. Sisson, acompanhados das suas respectivas biografias etc. Rio de Janeiro, Lith. de S.A. Sisson, editor (Typ. de Guerreiro & Irmão) 1859-1861. 2 vols. in-fol. Max.

A propósito, informa Tancredo de Barros Paiva (ACHÊGAS A UM DICIONARIO DE PSEUDÔNIMOS, 1929, pág. 173: «O litógrafo-editor chamava-se Sebastião Augusto Sisson e as biografias consegui serem escritas... VISCONDE DE S. LEOPOLDO pelo Cônego J.C. Fernandes Pinheiro... D. MANUEL JOAQUIM DA SILVEIRA por Fernandes Pinheiro...»

- 5 — HISTÓRIA DO BRASIL de Robert Southey. Traduzida do inglês pelo dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo cônego dr. J.C. Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro. B.L. Garnier ed. 1862. Gr. in-8.º 6 vols. Na subscr.: «Paris Typ. de Simão Raçon».

Existe uma segunda edição:

- Robert Southey. História do Brasil. Traduzida do inglês por Luís Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. Volume primeiro. 2a. edição — 1948. Livraria Progresso Editora. Aguiar & Souza Ltda. Praça da Sé, 26 e Rua 3 de Maio, 2. Bahia. 6 Vols. Gr. in-4.º 193-117. No verso do f. título (subscrição): «Composto e impresso nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado da Bahia»' assim o 2.º e 3.º vols. que saíram, porém, em 1949, e os vols. 4.º, 5.º e 6.º possuem as seguintes características: Roberto Southey / História do Brasil / Traduzida do inglês / pelo / Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro / e anotada / pelo / Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro / — Tomo Quarto / emblema da Editora / Livraria Progresso Editora / Aguiar & Souza Ltda. / Cidade do Salvador — Praça da Sé, 26 / Bahia — 1954. Gr. in-8.º 193 X 117. Na subscr., no vol. do f. título:

Composto e Impresso na Imprensa Vitória. Rua J. J. Seabra, 360. Salvador. Bahia».

- 6 — A/ ASSUMPCÃO / *Poema* Composto em Honra / Da Santa Virgem / Por / Frei Francisco de S. Carlos / Franciscano reformado da Provincia da Conceição do Brazil / Nova Edição / correcta e precedida da Biographia do Auctor / e d'um Juizo critico ácerca do poema / pelo Cônego / Dr. J. C. Fernandes Pinheiro / Rio-de-Janeiro / Livraria de B. L. Garnier / 69, Rua do Ouvidor / 1862. Na f.f. rosto: A/ Assumpção / *Poema*. M-18 130 X 63 de XI, IV — 275 págs. Contém: F. f. rosto, e no verso a subscr. «Paris, — Imp. de P. A. Bourdier et Cia., 30, rue Mazarine.»; Folha de rosto; «Prefação»: «Biographia de Fr. Francisco de S. Carlos» pelo cônego Fernandes Pinheiro; «Juizo Critico Ácerca do Poema» pelo cônego Fernandes Pinheiro. «Assumpção». *Poema*. Canto I. Argumento. «Índice». No fim do índice a indicação: «Fim do Tablao». E no fim dessa página, a subscrição: «Paris. — Imp. de P. A. Bourdier et Cie., rue Mezarine, 30.»
- 7 — CHRONICA DA COMPANHIA DE JESUS DO ESTADO DO BRASIL: do que obrarão seus filhos nesta parte do novo mundo. Tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nelles lançarão, & continuaraos seus religiosos em quanto alli trabalhou o padre Manoel da Nóbrega fundador, & primeiro Provincial desta provincia, com sua vida, & morte digna de memória: e algumas noticias antecedentes curiosas, & necessárias das cousas daquelle Estado. Pello padre Simão de Vasconcellos. Segunda edição acrescentada com uma introdução e notas históricas e geographicas pelo Cônego Dr. Joaq. Caetano Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro. Typ. de João Ignacio da Silva. 1864. In-4.º Edição em papel de Holanda, com grandes margens.
- 8 — REPAPITULAÇÃO dos Sucessos Principaes da Historia Sagrada pelo beneficiado Domingos Caldas Barboza, nova edição correcta e augmentada com a biographia do auctor e ornada de gravuras. Rio de Janeiro. 1865. In-8.º — «É a quarta edição da obra de Caldas Barbosa». (Blake).
- 9 — OBRAS COMPLETAS / Do Doutor / Antônio Ferreira / Quarta Edição / Anotada e Precedida de um Estudo / Sobre a Vida e Obras do Poeta / Pelo / Cônego Doutor J. C. Fernandes Pinheiro / Professor do Imperial Collegio de Pedro II / Membro do Instituto Historico e Geographico do Brasil, da Academia Real das Sciencias / de Lisboa e



Madrid e da Sociedade Geographica e Estatistica de Nova-York, etc. / Tomo Primeiro / (vinheta) / Rio de Janeiro / B. L. Garnier, Editor / 69, Rua do Ouvidor // Paris / Augusto Durand, Editor, Rua des Crès, 7. / 1865. No f. título: *Classicos Portuguezes*. /-/-/ *Obras Completas* / Do Doutor / Antônio Ferreira. No verso dessa fôlha, a subscrição: Paris — Typographia de Ad. Lainé e J. Havard, rua dos Santos Padres, 19.

OBRAS COMPLETAS / Do Doutor Antônio Ferreira / Quarta Edição / Annotada e Precedida de Um Estudo / Sobre a Vida e Obras do Poeta / Pelo / Cônego Doutor J. C. Fernandes Pinheiro / Professor do Imperial Collegio de Pedro II / Membro do Instituto Histórico e Geographico do Brasil, da Academia Real das Sciências / de Lisboa e da Sociedade Geographica e Estatistica de Nova-York, etc. / Tomo Segundo / (vinheta simples) / Rio de Janeiro / B. L. Garnier, Editor / 69, Rua do Ouvidor. // Paris, Augusto Durand, Editor. / Rua Des Crès 7 / 1865.

- 10 — HISTÓRIA UNIVERSAL De V. Duruy. Com appendice do Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. B. L. Garnier, 1867.

A propósito dessa edição, informa o Cônego: «Appendice á HISTÓRIA UNIVERSAL de V. Duruy. Ajustei com o Garnier escrever este appendice pela quantia de 225\$000 réis que recebi a 12 de Janeiro de 1867».

Por mais que procurasse, não consegui ver essa edição. (O.M.B.).

- 11 — POESIAS DE GONÇALVES DIAS. 5a. edição augmentada com muitas poesias, inclusive os Tymbiras, e cuidadosamente revista pelo Sr. Dr. J. M. precedida da Biographia do autor, pelo Sr. cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro, B. Garnier, livreiro editor do Instituto Histórico, Paris, Imp. de Simon Raçon. — In-8.º, s.d. (1870) 2 vols. de 360-348 págs.

A data foi apurada por M. Nogueira da Silva (*Bibliografia de Gonçalves Dias*. Rio, 1942, pág. 108, nota) que ainda informa: «Sendo a quinta das poesias do poeta caxiense, e a primeira da série de edições dessas poesias realizada pela casa Garnier... é chamada a primeira edição brasileira das *Poesias* de A. Gonçalves Dias».

A edição foi dirigida pelo Dr. Domingos Jaci Monteiro.

V. também, o Catálogo do *Gabinete Português de Leitura*, organizado por Ramiz Galvão.

POESIAS, de A. Gonçalves Dias. Sexta edição organizada e revista por J. Norberto de Sousa Silva e precedida de uma notícia sôbre o autor e suas obras pelo cônego Dr. Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro. B.L. Garnier, livreiro-editor do Instituto Histórico, 1877. — 2 vols. in-8.º de 348-338 págs. com o retr. do poeta. Assim, saíram a 7a ed., 1891, 2 vols.; a 8a., 1896, 2 vols.; a 9a., 1904, 2 vols., por engano saiu como sendo a 8a.; a 10a., 1910, 2 vols.

#### IV — FONTES PARA UM ESTUDO

— Joaquim Manuel de Macedo: «*Relatório* que, como 1.º secretário do Instituto, leu na sessão pública aniversária, a 15 de dezembro de 1854.» (*Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, XVII, 3, sup.).

— Joaquim Manuel de Macedo: «*Relatório* que, como 1.º secretário do Instituto, leu na sessão pública aniversária, a 15 de dezembro de 1855». (*Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, XVIII, 23, sup.).

— Cláudio Luís da Costa: «*Atestado* de 2 de janeiro de 1859, do conselheiro Dr. Cláudio Luís da Costa, diretor do Instituto dos Meninos Cegos, passado a favor do Cônego Fernandes Pinheiro, então vice-diretor, capelão e professor dêsse Instituto. «(Veja-se a transcrição feita por M.P. Fernandes Pinheiro no estudo *Cônego Fernandes Pinheiro (Vida e Obra)*, publicado na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, vol. 238, 1958, pág. 181».

— Antônio Joaquim de Macedo Soares: *Retratos a Lápis — Fernandes Pinheiro*, por Sandoval. (*O Kaleidoscopio*. Publicação semanal do Instituto Acadêmico Paulistano, n.º 22, 1-9-1860).

— Joaquim Mendes Malheiros: *Recensão aos Episódios da História Pátria...* (*No Correio Mercantil*, n.º 241, de 30 de agosto de 1860. Folhetim assinado M. M. (*apud* Inocêncio, *Dic. Bibl.*, t. 12.º).

— Inocêncio Francisco da Silva: *Dicionário Bibliográfico Português...* Lisboa. Na Imprensa Nacional, t. IV, 1860, páginas 70-72; t. XII, 1884, págs. 27-29 e 371-372.

— Joaquim Norberto de Sousa Silva: *Episódios da História Pátria*. (*Na Revista Popular*, t. 5, 1860, pág. 58).

— Joaquim Norberto de Sousa Silva: *Parecer a respeito do Curso Elementar de Literatura Nacional*. (*Na Revista Popular*, t. XVI, 1862, págs. 301-303).

— Manuel do Monte Rodrigues de Araújo (Conde de Irajá). *Carta* na 3a. edição do *Catecismo da Doutrina Cristã*, do Cônego Fernandes Pinheiro. (1862).

— *Política Liberal*, n.º 589, de 27 de abril de 1862. Recensão ao *Curso Elementar de Literatura Nacional*.

— Luís de Castro, dr.: *Jornal do Comércio*, Rio, ano 37, n.º 77, de 1862. Recensão ao *Curso Elementar de Literatura Nacional*. Esse artigo saiu anônimo, mas Inocêncio, *op. cit.*, atribuiu-o ao dr. Luís de Castro.

— A. Emílio Zaluar: *Estudos Literários*. Recensão ao *Curso Elementar de Literatura Nacional*. Na *Revista Popular*, de junho de 1862 e transcrito no *Correio Mercantil*, n.º 165, de 16 de junho de 1862.

— *Correio Mercantil*, de 16 de junho de 1862. N.ºs 114, 119, 121, 145, 148 etc. Recensão ao *Curso Elementar de Literatura Nacional*.

— Luís Augusto Rebelo da Silva: Recensão ao *Curso Elementar de Literatura Nacional*. No *Jornal do Comércio*, Lisboa, n.º 2.965, de 2 de setembro de 1863.

— Luís Augusto Rebelo da Silva e Antônio da Silva Túlio: Parecer apresentado à Academia Real das Ciências de Lisboa, a respeito do *Curso Elementar de Literatura Nacional*, do Cônego Fernandes Pinheiro. 1864). Esse parecer foi anexado à 2a. edição do *Curso Elementar*. 1883).

— Cândido José de Araújo Viana (Visconde e Marquês de Sapucaí): *Discurso* na sessão magna aniversária, a 15 de dezembro de 1870. (Na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, XXXIII, 2a., 415).

— *Correio do Brasil* de 30-1-1872. A respeito das *Postilas de Retórica e Poética*.

— Bernardo Guimarães: Carta ao Cônego Fernandes Pinheiro agradecendo o seu artigo a respeito de *O Garimpeiro*. Datada de Ouro Preto, 5 de julho de 1872. (Biblioteca Nacional, Secção de Manuscritos).

— José Feliciano de Castilho: Carta dirigida ao Cônego Fernandes Pinheiro, elogiando o seu *Resumo de História Literária*. (1873). Essa carta foi publicada no estudo de M. P. Fernandes Pinheiro — *Cônego Fernandes Pinheiro (Vida e Obra)*. ( *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, vol. 238, 1958, págs. 204-205).

— *Jornal das Alagoas*, de 8-11-1873. A respeito do *Resumo de História Literária*, do Cônego Fernandes Pinheiro.

— Inocêncio Francisco da Silva: *Cônego Fernandes Pinheiro*. No *Diário Ilustrado*, n.º 633, de 13 de junho de 1874. Com retr. e sem assinatura do bibliógrafo. A propósito do Cônego há esse conceito que se pode aplicar à sua probidade literária: «Neste

como em todos os seus trabalhos de índole semelhante, ou análoga, o sr. Dr. Fernandes Pinheiro mostra-se crítico atilado e imparcial nos seus juízos, ainda que mais propenso ao louvor que à censura; mas sempre superior às preocupações e preconceitos de que mal podem despir-se a maior parte dos seus patrícios, descambiando em agras declamações quando têm de referir-se ao regime dos tempos coloniais. O Sr. Pinheiro sabe fazer justiça a todos».

— Discurso pronunciado pelo Visconde de Taunay, representante oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por ocasião de baixar à sepultura o Cônego Fernandes Pinheiro. (1876). Foi transcrito no estudo intitulado *Cônego Fernandes Pinheiro (Vida e Obra)*, de autoria de M. P. Fernandes Pinheiro, publicado na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, vol. 238. 1958, págs. 278-280).

— José Tito Nabuco de Araújo: *Discurso* na sessão magna aniversária, em 15 de dezembro de 1876. Na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, XXXIX, 2a., págs. 509-510.

— Carlos Honório de Figueiredo: *Relatório* que, como 1.º secretário interino do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, leu na sessão magna aniversária de 15 de dezembro de 1876. Na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, XXXIX, 2a., 473.

— José Alexandre Teixeira de Melo: *Efemérides Nacionais...* Tomo primeiro (janeiro-junho). Rio de Janeiro. Tipografia da Gazeta de Notícias... 1881 pág. 32.

— *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. (Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 1881-1882. Vol. IX. Rio de Janeiro. Tipografia de G. Leuzinger & Filhos. MDCCCLXXXI. N.ºs 5.326, 5.356, 5.414, 5.422, 5.445, 5.446, 5.455, 5.720, 6.053, 6.095, 6.309, 6.698, 6.784, 6.822, 6.988, 7.542, 7.918, 9.027, 9.073, 9.137, 9.293, 9.311, 10.617, 10.730, 12.594, 12.599, 12.800, 12.805, 15.409, 15.410, 15.462, 15.474, 15.476, 15.517, 15.519, 15.520, 15.523, 15.524, 15.549, 15.550, 15.551, 15.569, 15.654, 15.702, 15.706, 15.725, 15.726, 15.859, 15.864, 15.865, 15.869, 15.870, 19.889 e 19.929.

— Carlos de Laet: *Microcosmo*. No *Jornal do Comércio*, 12-8-1883.

— Silvío Romero: *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, 1888. vol. I, pág. 777 e vol. II, pág. 789; 2a. edição vol. I, pág. 3.

— Alfredo d'Escagnolle Taunay (Visconde de Taunay): *Discurso* na sessão magna aniversária, a 15 de dezembro de 1888. (Na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, LI, 2a., 351 e 45-46).



— Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake: *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. . . Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898. V. vol. 4.º, págs. 107-113.

— Silvio Romero: *A Literatura. 1500-1900. Memória. Livro do Centenário*, Rio de Janeiro, 1900, vol. I, III (Memória), páginas 3-4.

— Silvio Romero: *Evolução da Literatura Brasileira*. (Vista Sintética). Com uma biografia do autor por Dunshee de Abranches. Campanha. 1905 V., págs. 42 e 85.

— Carlos de Laet: *Gazeta de Notícias*. Rio. 28-12-1906. A propósito do *Curso Elementar de Literatura Nacional*.

— Silvio Romero: *Quadro Sintético da Evolução dos Gêneros na Literatura Brasileira*. Pôrto. Livraria Chardron, de Lelo & Irmão, editores. . . 1911. V. págs. 20-21 e 62.

— José Ventura Boscoli: *Lições de Literatura Brasileira*. 1912. V. págs. 9 e 257. Informa Mário Portugal Fernandes Pinheiro: «... em regra, se limitou o professor José Ventura Boscoli a repetir e, não raro, a transcrever textualmente conceitos anteriores, praticando plágios configurados. O Cônego Fernandes Pinheiro serviu-lhe, a cada passo, de seguro fanal. Entretanto, o professor Boscoli não o menciona quando transcreve, nas *Lições de Literatura Brasileira*, trechos integrais do *Curso Elementar de Literatura Nacional* e do *Resumo de História Literária*. «V. Outras Reivindicações a Favor do Cônego Fernandes Pinheiro, 1956. Pág. 17.

— Maurício de Medeiros: *Da Crítica Literária e seus Cultores*. Anais do Primeiro Congresso de História Nacional. Tomo especial, parte V, 1914, págs. 729-730.

— José Veríssimo: *História da Literatura Brasileira*, 1.º milhão, 1916, págs. 405, 409-410.

— Chichorro da Gama: *Breve Dicionário de Autores Clássicos da Literatura Brasileira*. Edição da Revista de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro. S.A. Litho. Tipografia Fluminense. 1921. Págs. 29, 34, 43, 73.

— Laudelino Freire: *Os Clássicos da Língua. Mont'Alverne*. Na *Revista de Língua Portuguesa*. Rio. 1922, n.º 20, pág. 160.

— Carlos de Laet: *Ensino Oficial da Literatura*. No *O Jornal* de 17 de novembro de 1927.

— *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Especial. Índice da *Revista*, tomos 1 a 90 (1839-1921). Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1927. Págs. 251-253.

— Artur Mota: *História da Literatura Brasileira*. São Paulo, 1930, 1.º vol., págs. 252, 271, 273.

— Capistrano de Abreu: *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*. 1a. série. Rio de Janeiro... 1931.

— Afrânio Peixoto: *Noções de História da Literatura Brasileira*. Livraria Francisco Alves... Rio de Janeiro... 1931. V. pág. 227, biografia sucinta.

— Ronald de Carvalho: *Pequena História da Literatura Brasileira*. 6a. edição. Rio, 1937. págs. 49, 50, 270, 271.

— Escragnolle Dória, Luís Gastão de: *Memória Histórica comemorativa do 1.º Centenário do Colégio de Pedro II. 2-12-1837 — 2-12-1937*. Rio de Janeiro. Ministério da Educação, 1937, páginas 99 e 112.

— Feijó Bittencourt: *Os Fundadores*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1938. A respeito do Cônego Fernandes Pinheiro v. págs. 27, 45, 122.

— Serafim Leite, S.J.: *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 1938-1940. V. vols. I, págs. 175, 383; II, 24, 243, 244; VIII, 335; IX, 176.

— Nelson Werneck Sodré: *História da Literatura Brasileira. Seus fundamentos econômicos*. 2a. edição, revista e anotada. 1940. Livraria José Olympio Editôra... Rio de Janeiro. Vejam-se as páginas 113 e 120.

— Gondim da Fonseca: *Biografia do Jornalismo Carioca. (1808-1908)*. Contendo uma relação de todos os jornais e revistas cariocas que surgiram de 1808 a 1908, e um dicionário dos caricaturistas. Quaresma — Editôra. Rio. 1941. Pág. 320.

— Max Fleiuss: *Recordando...* 1941, 1º vol., págs. 229-230.

— Hélio Viana: *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)* Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1945. (Instituto Nacional do Livro). A respeito do Cônego Fernandes Pinheiro, págs. 11, 17 e 148.

Hélio Viana foi o único que acentuou que a «primeira referência bibliográfica certa relativa a *As Variedades*, fê-la J.C. Fernandes Pinheiro, no IV tomo da *Revista Popular*.

— Nilo Bruzzi: *Casimiro de Abreu*. 1949. pág. 112.

— Mário Portugal Fernandes Pinheiro: *Esbôço Bibliográfico sobre o Cônego Fernandes Pinheiro*. Na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.* vol. 217, 1952.

— Wilson Martins: *A Crítica Literária no Brasil*. 1952.

— José Cretella Júnior: *Português para o Colégio (3.º ano dos cursos clássico e científico)*. 1952.

— Mário Portugal Fernandes Pinheiro: *Julgamento Injusto*. No *Diário de Notícias*. Rio. 13-4-1952. Refutação às afirmações

do professor José Cretella Júnior no seu livro *Português para o Colégio* (Terceiro ano dos Cursos Clássicos e Científicos). 1952.

— Mário Portugal Fernandes Pinheiro: *Esbôço Bibliográfico sobre o Cônego Fernandes Pinheiro*. (Separata da *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.* Vol. 217. Outubro-Dezembro, 1952). Rio de Janeiro, Brasil. 1953, In-8.º de 24 págs.

— Joaquim Thomaz: Referências ao Cônego Fernandes Pinheiro. No *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21-10-1953.

— Fernando Kelly: *Mocidade e Literatura*. Em *A Noite*. Rio de Janeiro, 22-10-1953.

— Lemos Brito: *Cônego Fernandes Pinheiro*. Na *Vanguarda* de 16-11-1953. Por manifesto equívoco o autor dêsse artigo atribui o *Esbôço Bibliográfico sobre o Cônego Fernandes Pinheiro* (Rio 1953) de autoria de Mário Portugal Fernandes Pinheiro a Mário Guimarães Fernandes Pinheiro, desembargador e pai do autor do opúsculo.

— Raul Lima: *Cônego Fernandes Pinheiro*. No *Diário de Notícias*, de 6-12-1953.

— Manuel Bandeira: *Noções de Literatura Brasileira*. 1954. 2a. ed., pág. 105.

— Múcio Leão: *O Cônego Fernandes Pinheiro*. No *Jornal do Brasil*, de 27-2-1954.

— Mário Guimarães Fernandes Pinheiro: *Discurso* pronunciado por ocasião da inauguração do retrato do Cônego Fernandes Pinheiro no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 4 de agosto de 1954. Na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, vol. 225, 1954, pág. 405.

— Ronaldo Lima: *Idéias, Livros e Notícias. Esbôço Bibliográfico sobre o Cônego Fernandes Pinheiro*. Em *O Imparcial*. Curitiba. 1954.

— Virgínia Côrtes de Lacerda: *Leitores e Livros*, n.º 14, 1954.

— Joaquim Thomaz: *Três Estudos do Cônego Fernandes Pinheiro*. No *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. 11-7-1954. Longo estudo a respeito dos seguintes trabalhos do Cônego Fernandes Pinheiro: *Luis do Rêgo e a Posteridade*; *Os Últimos Vice-Reis do Brasil* e *Motins Políticos e Militares no Rio de Janeiro*.

Mozart Monteiro: *Cronista-Mor do Império*. No *O Jornal*. Rio, 24-10-1954.

— Carlos de Laet: *O Frade Estrangeiro e Outros Escritos*. Publicação da Academia Brasileira de Letras. Organização de Múcio Leão. 1954, pág. 224.

— Otto Maria Carpeaux: *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*, 2a. ed. revista e aumentada, 1955, págs. 21, 44 e 66.

— Celso Vieira: *Cônego Fernandes Pinheiro*. No *Jornal do Comércio*, Rio, 9-1-1955.

— Nelson Costa: *Cônego Fernandes Pinheiro*. No *Correio da Manhã*. Rio, 15-1-1955.

— Phocion Serpa: *Os Versos do Cônego Fernandes Pinheiro*. No *Jornal do Comércio*. Rio, 13-2-1955.

— Joaquim Ribeiro: *Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e a Historiografia do Brasil*. No *Jornal do Comércio*. Rio, 6-3-1955.

— Mário Portugal Fernandes Pinheiro: *As «Lições» de Ventura Boscoli*. No *Jornal do Comércio*. Rio, 20-3-1955. É um caso palmar de plágio cometido por José Ventura Boscoli, autor das *Lições de Literatura Brasileira*.

— Barbosa Lima Sobrinho: *O Cônego Fernandes Pinheiro e o Judeu*. No *Jornal do Comércio*. Rio, 13-11-1955.

— Mário Portugal Fernandes Pinheiro: *Retificação Indispensável*. No *Jornal do Comércio*. Rio, 4-12-1955.

— José Gonçalves Villanova: *Importância e Influência da Obra do Cônego Fernandes Pinheiro*. No *Jornal do Comércio*. Rio, 8-1-1956.

— Levi Carneiro: *Crítica do Romantismo*. No *Jornal do Comércio*, Rio, 5-2-1956. V. *Curso de Crítica*. Conferências realizadas na Academia Brasileira de Letras. Rio, 1956, pág. 80.

— Américo Jacobina Lacombe: *O Cônego Fernandes Pinheiro*. No *Jornal do Comércio*. Rio, 17-6-1956.

— Mário Portugal Fernandes Pinheiro: *O Cônego Fernandes Pinheiro e a Historiografia Nacional*. No *Jornal do Comércio*. Rio, 29-7-1956.

— Mário Portugal Fernandes Pinheiro: *Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e o Homicídio de Santos*. No *Jornal do Comércio*. Rio, 7-10-1956.

— Mário Portugal Fernandes Pinheiro: *Outras Reivindicações a Favor do Cônego Fernandes Pinheiro*. Rio, 1956. Nesse opúsculo, reúne o autor dois artigos que publicara no *Jornal do Comércio*: *As «Lições» de Ventura Boscoli* e *O Cônego Fernandes Pinheiro e a Historiografia Nacional*.

— Alceu Amoroso Lima: *Introdução à Literatura Brasileira*. Rio, 1956.

— Alceu Amoroso Lima: *Quadro Sintético da Literatura Brasileira*. Rio, 1956.



— Virgínia Côrtes de Lacerda: *Reivindicações Críticas em Torno da Obra do Cônego Fernandes Pinheiro*. No *Jornal do Comércio*. Rio, 7-10-1956.

Celso Kelly: *Letras e Artes*. Em *A Noite*. Rio, 24-11-1956.

Phocion Serpa: *Cônego Fernandes Pinheiro*. No *Jornal do Comércio*. Rio, 26-27-11-1956.

— M. Paulo Filho: *Livros da Semana*. Outras *Reivindicações a Favor do Cônego Fernandes Pinheiro*. No *Correio da Manhã*. Rio, 16-12-1956.

— Cassiano Ricardo: *Livros apresentados pelo Sr...* No *Jornal do Comércio*. Rio, 23-12-1956.

— M.P. Fernandes Pinheiro: *A Exatidão e a Pesquisa Histórica*. I. Rio de Janeiro. 1957. 31 págs.

— M.P. Fernandes Pinheiro: *A Exatidão e a Pesquisa Literária*. II. Rio de Janeiro. 1957. 31 págs.

— Mário Melo: *Ontem, hoje e amanhã*. Na *Fôlha da Manhã*. Recife, 15-1-1957.

— Barbosa Lima Sobrinho: *Reedições Necessárias*. No *Jornal do Brasil*. Rio, 20-1-1957.

— Carlos Maul: *Resposta de Fogo à Revisão de Valores*. Em *O Dia*. Rio, 20-1-1957.

— Silvio Júlio: *O Cônego Fernandes Pinheiro e a Historiografia do Brasil*. No *Diário Carioca*. Rio, 20-1-1957.

— Joaquim Ribeiro: *A Contribuição Cultural do Cônego Fernandes Pinheiro*. No *Jornal do Comércio*. Rio, 20-1-1957.

— Alfredo Balthazar da Silveira: *Cônego Fernandes Pinheiro*. Em *A Cruz*. Rio, 3-2-1957.

— Carlos Maul: *O Pai da Nossa Historiografia Literária*. (*Carta aberta a Mário Portugal Fernandes Pinheiro*). Na *Ilustração Brasileira*, maio-junho, 1957.

— Vicente Tapajós: *Dois Casos de Plágio*. *Nação Brasileira*, n.º 406, junho de 1957.

— Walter Spalding: *Impressões de Leitura*. No *Estado do Rio Grande*. Pôrto Alegre, 7-6-1957.

— Wladimir Bernardes (DU-plo V): *Verdade Histórica*. Em *O Dia*. Rio, 18-7-1957.

— Carlos Maul: *Dois Livros e Duas Juventudes*. Em *O Dia*. Rio, 22/23-12-1957.

— Walter Spalding: *Impressões de Leitura*. Em *Estado do Rio Grande*. Pôrto Alegre, 15-2-1958.

— Jorge Chaloupe Sobrinho: *Cônego Fernandes Pinheiro. No Diário Trabalhista*. Rio, 16-4-1958.

— M. P. Fernandes Pinheiro: *Cônego Fernandes Pinheiro (Vida e Obra)*. Na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, vol. 238, 1958, págs. 179/296. Esse estudo foi tirado em separado.

— Pseudônimos usados pelo Cônego Fernandes Pinheiro:

*Demophilo*: 1) *Cathecismo Constitucional*. Rio de Janeiro, B.L. Garnier, s.d. (1873). In-8º de 110 págs. e 1 fôlha de índice.

2) *Regeneração*. Rio de Janeiro, Typ. Lisbonnense 1861. In-8º de 32 págs.

Estácio de Sá e Menezes: 1) *História do Brasil contada aos meninos*. B.L. Garnier Imp. Simon Raçon etc. Paris. S.d. In-8º de VIII — 314 págs. 2) *Lições Elementares de Geographia* segundo o methodo de Gaultier. Paris. 1869. In-8º de 287 págs.

#### NOTA FINAL:

Como já tive ocasião de dizer no texto dêste trabalho, vali-me de preciosas notas deixadas pelo Cônego Fernandes Pinheiro no seu caderno *d'Assentos*, notas que vão distribuídas nos lugares próprios, como se viu.

Há outras numerosas anotações feitas pelo Cônego, relativas à compra e venda de livros do Garnier ou de transações idênticas servindo sempre o Garnier como intermediário, como, por exemplo, no caso de pagamento de contas do Cônego à Livraria A. Maria Pereira.

E a propósito de trabalhos que não conseguiram vir à luz da publicidade, informa Fernandes Pinheiro:

«Grande Dicionário Francez-Portuguez e vice-versa.

Contractei com o Garnier compor essa obra pela quantia de oito contos de reis — O contracto foi assinado a... (1) de setembro de 1865.

Pequeno Dicionário Francez-Portuguez e vice-versa.

Contractei com o mesmo Garnier escrever estes outros Dicionários pela quantia de quatro contos de reis. O contracto foi assinado na mesma data.

---

(1) Assim está no Mm.

NB.

Por mutuo consenso desfez-se este contracto».

Não consegui apurar em que edição dos *Lusiadas* foram publicadas as notas históricas, e outras, do Cônego Fernandes Pinheiro, segundo consignou elle no seu livro *d'Assentos*:

«Notas á edição clássica dos *Lusiadas*

Por pedido do Garnier escrevi notas históricas, geográficas, mythologicas e philologicas para essa edição dos *Lusiadas* assim como d'uma noticia biographica de Camões pela quantia de cem mil reis».

E logo abaixo, dá outra informação preciosa:

«Novo-Mundo (Revista Brasileira publicada nos Estados-Unidos).

Acceitei o encargo de ser seu correspondente escrevendo uma Resenha Bibliographica Bimensal. Usarei do pseudonymo — Eucalypto (derivado do grego — eu-bem e *Kalyptos* — coberto). NB. Preferi o pseudonymo *Araucarius*.

A correspondência deverá ser remetida a redação do Novo-Mundo — New York P.O. Box — 5.500. A agência no Rio de Janeiro é na rua Direita n.º 15».

# TRANSCRIÇÕES

## RECIFE DE VÔO

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Penhorante convite do Presidente da Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana, Professor Gilberto Osório de Andrade, que superintende superiormente os assuntos de ensino, como proficiente Secretário de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, proporcionou ensejo à viagem iniciada no dia 19 de janeiro de 1954.

Pela manhã, não seria ainda oito e meia, quando o avião deixou a pista, em rumo das elevações de Niterói, que transpôs, sem tardança.

Adiante, apenas algumas das lagoas, que se estendem de Maricá a Araruama, lobrigavam-se, em parte, quando as nuvens permitiam clareira propícia.

Decorrida meia hora, mostrava-se Macaé, e, logo após, Campos, à esquerda, flanqueada pelo Paraíba de tons amarelo-avermelhados.

Os canaviais denunciavam-se pelo verde característico, um tanto atenuado pela distância.

Ultrapassado o Itapemirim, encrespa-se o terreno, até Vitória, quase totalmente encoberta pelos cúmulos algodoados.

O aparelho afasta-se para leste, sobre o mar, sem que melhor a visão.

Mal se percebem as barras de alguns rios até que aparece a ponta meridional da cidade de Salvador, ao longe.

Depois, as dunas esbranquiçadas, em que a vegetação protetora não será ainda suficiente para amantar a superfície tôda das areias soltas, indicam a vizinhança do aeroporto.

Cresceu depois da transformação, que se achava em andamento, quando a capital baiana comemorou festivamente o quarto centenário da sua fundação para sede do Governo Geral.

Era, então, acanhada a estação, apesar do intenso movimento que suportara em fase recente, por imperativos militares, durante a guerra.



A rodovia, extensa de mais de trinta quilômetros, que a ligava ao centro urbano, esmerara-se na pista asfaltada, que atenuava, em parte, as desvantagens das condições técnicas do traçado, em que sobejavam curvas de raios apertados e declividades excessivas.

Mais tarde, rasgou-se a via litorânea, que, entre palmeirais, evita as morrarias e permite maiores tangentes e rampas reduzidas, além de proporcionar ao viajante mais aprazíveis panoramas.

Nas proximidades, avultou, com análogo esforço, a edificação de outros prédios, destinados a objetivos complementares.

A parada de uma hora ensejou a observação do movimento no aeroporto, cujo amplo salão, durante êsse prazo, assinalou a presença de inúmeras pessoas, entre as quais se incluíram algumas de alta hierarquia.

Retomado o vôo, afigurava-se mais suave o relêvo da faixa litorânea, que, aliás, já se vinha atenuando desde aproximadamente o rio Doce.

A tamanha distância, o tom verde da vegetação contínua separa-se do azulado do mar pela fita ligeiramente rosada, que tanto será de praia, por longo trecho, como de barreiras, que mereceram registro do cronista da descoberta, quando as observou sagazmente.

«Entre Pôrto Seguro e Prado, ensina a «Geologia do Brasil», de Avelino Inácio de Oliveira e Othon Henry Leonardos, o terciário forma uma longa seqüência de barrancas vermelhas, verticais, pitorescas, alternando com encostas íngremes cobertas de verduras e ocasionalmente manchas de areias ou terras pantanosas. Do mar são vistas distintamente as faixas horizontais brancas e vermelho-claras. As barreiras atingem até 60 metros de altura».

É a característica geológica de referência mais antiga, mercê da observação de Vaz Caminha, que escreveu em 1500 : «Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, delas vermelhas, e delas brancas; e a terra por cima tôda chã e muito cheia de grandes arvoredos».

Não se restringe, todavia, essa formação ao segmento citado.

Prolonga-se para ambos os lados, além das divisas baianas, não raro com diminutas alterações.

Assim, «entre o rio de Contas, e Ilhéus, as terras costeiras terciárias têm cêrca de 60 m de altitude, apresentam-se em forma de taboleiros com escarpa abrupta para o mar; porém, tanto a foz do rio de Contas como Ilhéus estão em rochas gnáissicas idênticas às de Salvador, muito laminadas e perturbadas».

Se, entretanto, «de Ilhéus a Una, as barreiras terciárias, de superfície plana, descem a costa com declives altos, íngremes,

raramente vertical», de maneira diversa, «entre Una e Comandatuba, a praia é baixa e à pequena distância para o interior vêem-se os declives terciários».

Do alto, entretanto, não se distinguem facilmente as diversidades locais, imperceptíveis ao longe.

Apenas se alonga a faixa praiana, como debrum da cobertura vegetal, diminuída dos «grandes arvoredos» que feriram a vista do cronista, maravilhado diante da virgem terra tropical, não devassada ainda pelos europeus.

Em quatro séculos de manejo do machado, após a chegada alvissareira da primeira turma de conquistadores, a floresta primitiva abateu-se progressivamente, substituída por plantas de menor porte, brotadas sem cuidados de lavoura, ou pelas cultivadas, como úteis ao homem. Entre estas, sobressai, à orla do mar, como elemento decorativo da paisagem, por dilatada faixa, que evidencia a adaptação perfeita da espécie importada ao meio em que medrou, pujante, o coqueiro, de fácil cultivo, vantajosamente recompensador.

Aformoseia os arredores de Itapoã, na Bahia, onde viça, aparentemente sem esforço algum do proprietário, como as palmeiras nativas, a cujo estudo se consagraram insignes naturalistas, desde Martius.

E mais densamente se apresentaria ao norte, à medida que lhe propiciavam melhores condições climáticas e do solo.

A espaços, interrompem-se as praias, quando recortadas pelos rios, de águas mais ou menos escuras, entre os quais se distingue o São Francisco, de tom barrento e maior largura na barra.

Quem o vê, ainda que de voo, lembra-se logo do seu papel histórico, desempenhado no passado, como via propícia à intercomunicação das paragens mineiras, onde se lhe alteiam as nascentes, com o Nordeste, penetrado pelos criadores sãofranciscanos.

E, ainda na atualidade, avulta-lhe o concurso de civilizador prestimoso, quer como estrada fluvial freqüentadíssima, quer, em maior amplitude, quando se inaugurar a usina hidrelétrica de Paulo Afonso, para fornecer energia a vasta região.

Estira-se a fita levemente rosada das praias, que irá ostentar maiores primores em Boa Viagem.

Para dentro, empola-se o relêvo, alicerçado no arqueano, que se aproxima do litoral no cabo de Santo Agostinho, onde se acha exposto o granito, desde «o nível do mar até a altura de 20 a 30 metros na encosta da colina. Dai para cima até o cume, a 70 ms. de altitude, a colina é constituída pela série das barreiras».

Ainda ensinam A. I. de Oliveira e O. H. Leonardos : «Ao norte de Recife, a superfície proveniente da erosão desta série é colinosa e não ultrapassa a altitude de 150 metros nos pontos culminantes. Suas camadas argilo-arenosas assentam-se sobre as formações paleoceno cretáceas de Maria Farinha, da ilha de Itamaracá e de Ponta de Pedras, cujos afloramentos aparecem nos vales e rios aparados da costa.

A cidade de Recife está colocada num trato de planície baixa aluvial, depositada numa escavação profunda da formação Maria Farinha e endentada no manto terciário costeiro da série das barreiras, que a delimita».

Do alto, apenas se lobrigam os outeiros que não teriam maior importância, se cotejados com os padrões do Sul, nas paragens eriçadas da Serra do Mar, mas ali sobressaem, em contraste com a chanura praiana que os precede.

E como interrompem a regularidade aplainada, seriam vastamente aproveitados pelos estrategistas, na era das lutas porfiadas contra o invasor poderoso.

Principalmente os que ingressaram na história com o nome de Guararapes, em um dos quais a piedade religiosa de Francisco Barreto ergueu, à sua custa, a capela de N. S. dos Prazeres, em ação de graças pelo triunfo, que lhe coroou os esforços, nas duas vezes em que ali mediu forças com o inimigo.

A vista da igrejainha ao longe, com que se coroa a famosa colina, trás à lembrança a luta em que o fervor patriótico soube investigar os seus lutadores destemidos.

Eram «brasileiros, tapuias, negros, mulatos, mamelucos, nações tôdas do país e também portugueses e italianos, que têm muita analogia com os naturais do país, quanto à sua constituição, de modo que a atravessam e cruzam os matos e brejos, sobem os morros tão numerosos aqui e descem tudo isso com uma rapidez e agilidade notáveis. Nós, pelo contrário, combatemos em batalhões formados como se usa na mãe pátria e nossos homens indolentes e fracos não são afeitos à constituição do país».

O paralelo explicativo das derrotas dos seus patrícios, quando enterreirados pelos componentes étnicos do povo brasileiro, rompem da decepção de Van Goch, a quem se afigurou irresistível a investida dos defensores de Pernambuco, conforme declarou aos governantes dos Estados Gerais.

Eram ágeis e velozes em suas marchas, ao contrário dos ronceiros soldados afeitos à rija disciplina, mas «indolentes e fracos».

O julgamento severo do Conselheiro, responsável, com os seus colegas de governança, pela ordem da ofensiva malograda,

deveria ser amplamente divulgado, para de algum modo abrandar o entusiasmo seródio dos inconformados com a substituição definitiva dos invasores pelos nativos, que afinal os expulsaram do litoral nordestino.

Se, em combate, favorecidos pela superioridade numérica e de armamento, não resistiram ao choque estonteante dos atrevidos guerrilheiros, que se valiam mais das suas energias pessoais do que de armas improvisadas, inferiores às do inimigo, não se faz mister argumentação mais convincente, para acentuar o direito à sobrevivência dos povoadores que se tinham arraigado na região, desde a era do donatário Duarte Coelho.

Entre as duas raças, uma já constituída e que provara as aptidões excelentes para progredir em sua terra natal, estimulada pelo clima da Holanda, e a outra, ainda no cadinho das fusões diversas, ao sol tropical, se alguma superioridade se evidenciava, em benefício de uma, não seria certamente para maior lustre da que se vangloriava de sua origem nórdica.

Os brancos e mestiços de várias dosagens, que se agremiaram em torno de Francisco Barreto, souberam, pelos seus feitos heróicos, demonstrar qualidades viris, proclamadas pelo próprio inimigo.

Fortaleceram o seu direito de continuar na posse da Terra que os pioneiros devassaram. Nem haveria vantagem alguma de substituí-los pelos intrusos, que não fariam tanto, nem melhor, como testemunhou o período de ocupação opressiva, durante o qual o governo de Nassau abriu promissor oásis, rapidamente desfeito.

Os invasores ausentaram-se, vencidos, e a Capitania retornou à sua marcha evolutiva, como iniciara. E engrandeceu-se de continuo até a atualidade, em que o seu povo justamente se ufana dos bravos ancestrais, a quem prestou expressivas homenagens.

Em meio de recordações do passado edificante, desceu o avião no aeroporto, que não acompanhou ainda o progresso local.

Compara-se ao que era o de Salvador, ao festejar o IV Centenário de sua fundação.

Mas, sem dúvida, não tardará em seguir-lhe o exemplo nos melhoramentos atuais.

Já se estende a pista asfaltada, através de terreno artificialmente consolidado, em que se erguem grupos de casas populares, ou se dilatam chácaras mais antigas, muitas das quais propiciaram cenários a episódios memoráveis.

Transposta a ponte de Afogados, alonga-se a Rua Imperial, cuja extremidade penetra no bairro de São José, onde as ruas



se assinalam por nomes históricos, de Vidal de Negreiros, Dias Cardoso, Restauração, Floriano Peixoto, sem esquecer os vultos que nobilitam a Cidade por outros processos, como Tobias Barreto, que lhe causou intensa efervescência intelectual, ao tempo de suas campanhas impetuosas, consagradoras da «Escola de Recife», e Saturnino de Brito, renovador mais sereno, a quem deve a cidade melhores condições de vida, mercê da engenharia sanitária, cujos ensinamentos lhe applicou magistralmente, como sagaz especialista.

## II

Plantado no centro da cidade, o Grande Hotel, de linhas modernas, na Avenida Martins de Barros, com os seus cinco andares acima do pavimento térreo, de mais alto pé direito, que lhe aumenta a imponência, onde a Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana gentilmente acolheu os seus convidados, proporcionava excelente pôsto de observação para quem desejasse valer-se da oportunidade e tentar conhecer a capital pernambucana.

Em frente, o Capibaribe alarga-se por duzentos e tantos metros, engrossado pelo Beberibe, que o auxilia a imprimir à paisagem aspectos singulares que a distinguem.

Próximo, confunde as suas águas com as do esteiro, que serve de ancoradouro, protegido pelo cordão de recifes areníticos, que deram nome à localidade.

E como se esgalha em dois braços, na baixada quaternária, facilmente a recortou em ilhas, unidas entre si por meio de pontes, apropriadas à circulação de veículos e pedestres.

Sòmente no bairro de Santo Antônio, nobilitado pela Praça da República, onde se erguem o Palácio do Govêrno, o da Justiça, o Teatro Santa Isabel, opulentos de tradições, contam-se as de M. de Nassau, B. Macedo, S. Isabel, Duarte Coelho, Boa Vista, Ponte Velha, de padrões diferentes.

Outras se dispersam aqui e ali, como elementos de ligação entre as margens, ou muros laterais, que limitam a calha, nem sempre molhada pela mesma qualidade de liquido.

«Os rios Capibaribe e Beberibe, atestou, a propósito, Alfredo Lisboa, com a sua autoridade de engenheiro portuário, são de águas próprias, muito escassas; na maior parte do ano a água doce, que por êles desce não influi quase no volume da água de maré, que diàriamente se move duas vêzes, subindo e descendo pelo estuário».

«As cheias fluviais, por maiores que sejam, não influem quase no nível das águas do estuário, variável com as marés;

reagem, porém contra a corrente de fluxo, amortecendo-a, e aceleram a do refluxo».

Como seja estimada em 3,10 m, a máxima amplitude da maré, com o nível médio da cota de 1,372 m, e em 680 hectares a área do respectivo recipiente, «o volume da água do mar armazenado a montante da barra, durante cada enchente da maré, foi calculado variar de 5.200.000 a 14.000.000 de metros cúbicos segundo as fases da lua».

Dai se causava, «ao passar tôda esta massa d'água duas vêzes por dia, quer no fluxo, quer no refluxo das marés, pelo lugar mais estreito do pôrto, velocidade até de 1.044 por ocasião de sizígias.

Não se caracteriza, pois, como tranqüilo canal, apesar da aparência em horas intermediárias.

Em vez das gôndolas, que afamaram Veneza, com o romantismo dos seus freqüentadores, transitam embarcações carregueiras, tiradas por meio de rebocadores.

Não lhes faltaria, entretanto, o vento E.S.E., que domina, mantendo a viração freqüente, atenuadora do calor ao sol.

Quem se lhe exponha à ação, imediatamente sentirá a queimadura na pele, mais intensa do que nas praias cariocas.

Bastará, todavia, a primeira sombra de árvore, que não falta em muitas ruas, para que a brisa marinha, soprando de contínuo, desimpedida, por amplos espaços, exerça benéfica influência refrigerante.

O contraste afigura-se próprio à vida humana, que não se molestará demasiadamente nos paroxismos estivais, abrandados pela aragem acariciadora.

Aliás, os dados oficiais acusam, para temperatura máxima, 33°, perfeitamente suportável, mercê da continua renovação do ar.

A mínima de 19° também se afasta dos rigores do frio, que maltratam as paragens mais afastadas do equador.

Em condições climáticas benígnas, ali crescia a povoação iniciada, à latitude 8°3'25'', por operoso grupo de pescadores.

Enquanto a sede da Capitania, plantada por Duarte Coelho, viçava em Olinda, os humildes homens avesados às labutas marinhas preferiram agremiar-se no local, onde o cordão de recifes se interrompia, para permitir passagem desimpedida às embarcações.

Desde meados do século XVI o seu exemplo começa a atrair a atenção dos navegantes, que não tardam em praticá-lo. E os navios, cujo carregamento se destinava a Olinda, a seis quilômetros, aferravam no abrigo mais acolhedor, que se formara em frente às rudes palhoças.

Na atualidade, a Praça Rio Branco, onde principiam a Avenida de igual nome e a do Marquês de Olinda, flanqueadas de edifícios grandiosos, entre os quais se distinguem os Bancos, dissimulará aos olhos dos viajantes a rusticidade primitiva do núcleo ali estabelecido, consoante acentuou Tadeu Rocha.

Ainda titubeava nos primeiros passos, quando o assaltaram os franceses fugitivos de Guanabara, donde os expulsara Mem de Sá.

Rechaçou-os o donatário, com maior êxito do que sucederia, volvidos sete lustros, quando o pirata Lancaster desembarcou a sua gente aventureira, em 1595.

Decidido a pagar-se das canseiras de andanças predatórias, estacionou por um mês, para melhormente arrecadar quando lhe estivesse ao alcance das mãos rapinadoras.

Estava desta maneira experiente da presença de forasteiros acostumados ao saqueio devastador, quando, por fevereiro de 1630, investe contra a povoação nascente a poderosa esquadra de Henry Cornell Lonck, de 56 navios.

Como se lhe afigurasse menos conveniente o desembarque no pôrto freqüentado, despejou 3.000 combatentes, às ordens do Coronel Teodoro Weerdenburgh, em Pau Amarelo, para a marcha desimpedida a Olinda, que mal resistiu à ofensiva.

Desprovido de recursos correspondentes ao poderio inimigo, viu-se Matias de Albuquerque impelido a retirar-se, para organizar a resistência no «Arraial do Bom Jesus».

Animou-o com a sua presença e decisão de fustigar o invasor por meio de emboscadas, que antecederam os processos adotados pelos guerrilheiros e maquis na Segunda Grande Guerra, até que, exausto, a carência de elementos materiais tornou inevitável a capitulação.

Decorridos mais um biênio, Recife assinala a chegada, a 23 de janeiro de 1637, do Conde João Maurício de Nassau, a quem tocara a direção da capitania conquistada, como «governador, capitão e almirante geral», nomeado pelos Estados Gerais das Províncias Unidas.

Por fecundo setênio, a localidade escolhida para sede do govêrno usurpador beneficia-se com as providências adotadas pelo esclarecido governante, que trouxera em sua comitiva aprimorada turma de colaboradores.

Sábios da classe de Marcgrav, que alternava as suas observações astronômicas e meteorológicas, salvas em pequena parte, com as pesquisas de naturalista. «Prematuramente arrebatado à Ciência, aos trinta e quatro anos de idade», consoante recordou

A. de Taunay, ao editar-lhe, traduzida e anotada, a obra monumental, «deixou o mais valioso espólio documentador da cerebração extraordinária do seu autor».

De Piso, forma alatinada de Pies, que substituiu o médico Willem van Milaenen, falecido ao chegar a Pernambuco.

De Cralitz, geógrafo, que pereceu «em viagem, aos 30 anos de idade», registrou Rodolfo Garcia.

Artistas, que teriam colhido ensinamentos de Rembrandt, como Eckout, Franz Post, cujas telas, em parte perdidas, são procuradas com empenho pelos apreciadores, e seu irmão Pieter Post, arquiteto, De Plante, que poetava em latim.

E tantos outros, que opulentaram a bibliografia sobre Pernambuco, durante o período estimulador das boas letras e artes.

De todos soube utilizar-se Nassau a primor.

A pouco e pouco ia florindo o povoado, cujo desenvolvimento fôra refreado por obstáculos oficiais, referidos no «Livro que dá a «Rezão do Estado do Brasil», ao assinalar as condições anteriores à chegada dos invasores, cujo depoimento lhe confirmou as observações fidedignas.

Registrou, a propósito, Diogo de Campos Moreno, ao descrever o litoral brasileiro: «Meia légua ao sul desta vila como se vê na carta já dita f. no ponto C. está o pôrto do Recife donde as embarcações entram e estão recolhidas ao abrigo de todos de ventos, tem êste sítio em uma lingua darea que quasi é salgado uma povoação de muitos vizinhos com outro mosteiro dos mesmos capuchos de Santo Antonio, afora uma paróquia muito bem ordenada e rica na qual se recolhem os açúcares e fazendas que se carregam e descarregam de toda a capitania... O exemplar existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto divulgado pelo Professor Engl Sluiter acrescenta além do que revela o manuscrito do Instituto Histórico.

«Esta povoação pode ser muito grande e muito forte... e nela de justiça devem de residir as alfandegas de sua Magestade e todos os officiaes da sua fazenda.

«Com as ditas alfandegas aqui postas, e licença para edicarem bastará pela natureza do sitio a se fazer um lugar mui honrado mui rendoso e sustentado com mui pouca custa em consideração que a vila de Olinda, em nenhum tempo pode ter fortificação que assegure suas coisas, por ser como se vê em assento alto e barrancoso, as casas esparzidas, e as ruas de modo desenca-minhadas que cada uma per si faz um bairro e as igrejas distantes.

«Os officiaes da camara da vila de Olinda com todo seu poder estorvam o crescimento deste Recife com ciumes da dita



vila donde tem suas casas e temem que ficando lhes menos trato tenham perda, e assim tem proibido com penas graves que ninguem edifique na dita povoação nem nela consentem mais justiça que o juiz de vintena».

Contida a expansão do povoado, mercê das razões denunciadas pelo sargento-mor, nova era se lhe descerrou com a presença do príncipe, decidido a fundar a cidade Mauricia, cujo nome não perdurou.

Na ilha de Antonio Vaz, a que deu primazia para sua residência, não tardou em surgir a Mauritzstadt, onde sobressaia o palacio de Vryburgo.

Não concretizava, apenas, a fidalguia do seu fundador, mas ainda as cogitações científicas a que se consagrava, tanto no «primeiro Observatório Astronômico do Novo Mundo, primeiro também do hemisfério austral», ali montado, consoante acentuou R. Garcia, como igualmente nas coleções botânicas e zoológicas, que o cercavam.

«O paço de Friburgo, sintetizou à justa Argeu Guimarães, foi a um tempo mansão principesca, jardim botânico e zoológico, laboratório, museu, biblioteca, pinacoteca, academia literária e nas altas torres, observatório e farol».

Favorecendo de tal maneira, desenvolveu-se o núcleo primitivo, que por essa época festejou a construção da primeira ponte sôbre o rio Capibaribe, para facilitar a ligação da ilha com a margem fronteira.

Abrandou-se a malquerença para com o invasor, que se revelava apurado e compreensivo no trato com os primeiros ocupantes.

Mas, terminado o seu período governativo, o regime opressivo não mais respeitou conveniências.

As relações apenas seriam de vencedor para vencido. A ocupação era um indústria, adstrita a proporcionar vultosos rendimentos aos conquistadores, e não assunto de onerosas indagações intellectuais.

Convinha-lhes o concurso de exatores implacáveis, e não de douts idealistas.

Não tardariam, entretanto, em verificar que maiores vantagens lograram as luvas de pelica do príncipe, do que a manopla do mercenário convocado para manter obediente a população subjugada.

Todavia, de momento afigurou-se-lhes promissora a colheita, cujos excessos iriam animar a resistência.

Recife crescera, com os dois palácios de Friburgo, (Retiro) onde hoje se ergue o do Govêrno e de Schon-Zigt (B. Vista), transfigurado no Convento do Carmo.

Com as novas construções, muitas das quais projetadas pelo arquiteto Pieter Post, que traçou o plano urbanístico do Mauritzstad.

Com a intensificação do movimento portuário, que os navios holandeses freqüentavam.

Mas deflagrada a campanha emancipadora, o govêrno dos invasores, aos primeiros reveses, «mandou arrasar», por «motivos estratégicos, em 29 de agosto, a cidade Mauricia (Mauritzstad)».

E conservaram-se praticamente situados, com apertos crescentes, até a rendição irremediável de Taborda, iniciada a 23 de janeiro de 1654.

Aliviada do jugo opressor, a cidade regosija-se, pôsto volte o primado a Olinda.

Desenvolvem-se paralelamente, embora em competência mal dissimulada, para a conquista da supremacia.

A «Guerra dos Mascates» provou quanto havia aumentado a incompreensão entre as duas localidades, que, não obstante, seguiram o seu destino, uma aferrada às glórias passadas, a outra ansiosa por devassar o futuro.

Olinda, bem que debruada por aprazível praia, apreciada pelos próprios recifenses, que a freqüentam, para o seu aprazimento, em fim de semana, encarapitou-se nas colinas próximas, ligadas entre si por ladeirentas ruas e ruelas, impregnadas de reminiscências dos esplendores douradora, quando a povoava a orgulhosa fidalguia rural.

Todavia, o bairro novo aproxima-se do mar, de que se distanciam as igrejas e conventos, que rivalizam, por vêzes, no tocante à ancianidade, beleza arquitetônica e até riqueza decorativa, com as afamadas da Bahia.

Por bem aquilatá-las, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico, superiormente dirigido pelo bom gosto de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, empreendeu a restauração do Convento de São Francisco, de teto inteiramente pintado e azulejos laterais, da igreja de São Bento, cujo altar-mor resplende de ouro, que lhe reveste as decorações.

A igreja do Monte, mencionada no foral de Olinda de 1537, conforme assinala J. A. Gonçalves de Melo, apesar do seu opulento patrimônio territorial, que se dilata em tórno, conserva antigas feições de simplicidade, patentes nas «promessas» concretizadas em cabeças e braços de cêra, pendentes da parede, por doação de devotos.

Fechadas na ocasião, permaneceram desconhecidas a Sé, no alto de morro, a de N. S. do Carmo, em aparente abandono, a do Amparo.

Diferentemente, embora de relance, foram visitadas a Matriz de São Pedro, preferida para as cerimônias nupciais, com o seu altar-mor representativo da escalada para as nuvens, a Igreja de Santa Teresa, em remodelação, a da Misericórdia, onde se registrou o episódio impressionante da exibição informativa de meia dúzia de garotos alourados.

Deveriam andar pelas escolas primárias, onde por ventura teriam apreendido as respostas, que recitam, fluentemente, ao primeiro indicio de curiosidade do forasteiro, com entusiasmo e pressa de revelar os seus conhecimentos.

Tumultuam, não raro, pois que todos desejam colaborar na comunicação.

Contidas, porém, as impaciências, delegam a um do grupo o encargo de interpretar o pensamento dos parceiros.

E, então, começa a enumeração rápida pela igreja de Igarçu, «a mais antiga do Brasil», com a data de sua construção, como também não se esquece de mencionar as referentes aos templos olidenses, confirmadas pelos companheiros. E, até, para encerrar o assunto, ajunta citação de todo inesperada, ao noticiar que a «passagem de Venus pelo disco solar, em 6 de dezembro de 1882», foi realizada por uma comissão brasileira.

Realmente, embora chefiada por L. Cruls, belga enraizado, desde a mocidade, no Brasil, onde dirigiu o Conservatório Astromômico, fôra a expedição organizada pelo Governo Imperial, com tecnicos patricios, que a corveta *Paraiíba*, comandada pelo Capitão de Fragata L. F. Saldanha da Gama, se incumbiu de transportar de Guanabara a Punta-Arenas, onde ancorou a 11 de novembro, com tempo suficiente de preparar-se para as cuidadosas observações ultimadas com êxito.

Possivelmente, o informador não percebia a significação do trabalho dos astrônomos, acima da sua compreensão.

Todavia, ufanava-se do feito, por ter sido empreendido por brasileiros.

Nada tinha que ver com Olinda, nem com o motivo da excursão, mas lhe aprazia recordar o episódio que se lhe gravara na memória.

Com mais ênfase, naturalmente, referia-se ao que sabia de conhecimento direto, que lhe proporcionavam as igrejas venerandas, lembradas, com freqüência, nas preleções das suas professoras, ou nas conversas do lar.

Se tôda a meninada de Olinda seguir o exemplo da turma, que se tornou apreciada pelo desembaraço no expor as peculiaridades da cidade, poder-se-á bem agourar do seu futuro, quando

se converter o entusiasmo patriótico da infância em decisão realizadora dos moços.

Então, a tradicional fundação de Duarte Coelho, ufana da sua história, elevar-se-á ao pôsto que merece entre progressistas cidades pernambucanas, sem mais receio de esmorecer à sombra da rival vizinha, com a qual deverá harmonizar-se fraternalmente.

### III

Não seria admissível exaltar Recife, sem referência alguma a Olinda, onde brotou a civilização regional.

Desde a era do primeiro donatário, Duarte Coelho, que, ao tomar posse da sua Capitania, a 9 de março de 1535, conforme assinalou Oliveira Lima, encontrou a feitoria do Iguazu, como pôsto avançado, em precárias condições.

À procura de melhor sítio, percorreu o litoral, para o sul, até se lhe deparar a colina, em que os belicosos caetés fixaram a aldeia Marim.

Assenhorearam-se de largo trecho litorâneo, estendido do São Francisco a Itamaracá, onde não permitiam condomínio. Pugnases, não consentiram na ocupação do seu território pelos forasteiros brancos. Mas Duarte Coelho trazia a experiência guerreira do Oriente, onde combateu destemerosamente, sob a chefia dos Almeidas e Albuquerque, por duas décadas.

E, agradando-se do mesmo local, que a indiada escolhera para seu aldeamento, não titubeou em desafiá-los.

À sombra do arvoredor, que revestia então os morrotes, feriram-se tremendos combates, de que se lembraria o fidalgo, ao escrever a El-Rei que fôra impellido a «conquistar a palmas a terra que lhe fôra doada às léguas».

O diploma firmado pelo monarca, na Metrópole, de nada valeria, se não o confirmasse, na prática, a decisão do beneficiário, de recorrer às armas para se apossar do quinhão que lhe coubera, mediante carta de doação, na partilha imaginária do imenso território, cujos donos primitivos não foram consultados por nenhum emissário de D. João III, e não se julgaram obrigados a acolher amistosamente os delegados da política modificadora do regime possessório, vigente na região. Lutaram quanto lhes foi possível os terríveis caetés, mas afinal, dominados pelo destemor do donatário, que sabia manobrar habilmente os lutadores de seu comando, viam, sem demora, erguer-se as casas de taipa, em substituição às palhoças indígenas.

Em tórno, abrir-se-iam as roças, especialmente para plantação de cana, a que deveu a Capitania a sua opulência.



Decorrido meio século, já os engenhos de açúcar subiam a 66, e, com a prosperidade resultante, a vila engrandecia-se.

Em 1551, assegura Oliveira Lima, «apareceram os principais importadores não só dos coqueiros e das mangueiras, como de outras espécies vegetais da Ásia e da África que muito enriqueceram a flora brasileira. Antes eram só cajueiros ralos e de folhas claras que se esgalhavam pelo litoral, confundindo-se com a vegetação rasteira dos mangues».

Já em 1572, os jesuítas fundam o seu colégio, em breve seguidos pelos franciscanos, que aparecem em 1585, pelos carmelitas em 1588, pelos beneditinos em 1596.

Além do ensino, que difundem, apressam-se em construir mosteiros, em que se espelha o gosto arquitetônico da época.

Não admira que, afrouxados os arrochos do absolutismo, pudesse lá montar o Bisbo Azeredo Coutinho o Seminário, inaugurado a 22 de fevereiro de 1800.

Centro de propaganda de ideais infensos ao regime, entre os professores incluíram-se os padres João Ribeiro e Miguel Joaquim o Miguelinho, que chefiaram a Revolução de 1817, cujos partidários, em maioria, se impregnaram, nas aulas do Seminário, de ensinamentos republicanos.

Não obstante a derrota, que lhes atalhou a vida, a influência do viveiro de inconformados ainda iria manifestar-se revolucionariamente em 1824, e mais serenamente em 1827, para atrair o Curso Jurídico, criado por lei de 11 de agosto, à semelhança do que sucedera em São Paulo.

O Mosteiro de São Bento proporcionou-lhe acolhimento propício, ao tempo em que Olinda perdia as regalias de Capital, que foram beneficiar Recife, mercê de resolução do Conselho Geral da Província. Não tardaria a ser privada, também, da primazia cultural, quando, em 1854, o Curso Jurídico, ao tomar a denominação de Direito, deixou o tradicional Convento, onde se inaugurara, para se estabelecer na cidade vizinha. Era mais uma diminuição que destituía a vila de Duarte Coelho de seus antigos privilégios.

Progressivamente, conseguiu Recife arrebatá-lo o primado, à medida que lhe avultava a população.

Confere-lhe o derradeiro recenseamento, de 1950, o número de 524.682 habitantes, em contraste impressionante com o de 62.435 atribuídos a Olinda.

Em tais cifras, espelha-se o pujante surto do Recife, que lhe vai transformando as velhas feições coloniais, mais rapidamente do que se verifica na lendária cidade, que podia ufanar-se do seu florescimento quando o núcleo de pescadores recifenses

mal se abrigava nas palhoças erguidas à orla dos mangues apaulados.

Prova cabal de suas aspirações progressistas, a Avenida dos Guararapes alarga-se da Praça da Independência, outrora denominada do Polé, à ponte de Duarte Coelho.

Flanqueada por grandiosos edifícios, que ampliam a faixa de circulação de pedestres no pavimento térreo, graças às galerias resultantes da aplicação de pilotis, dir-se-ão trechos da Esplanada do Castelo transplantada ao vale do Capibaribe.

E, assim como se avizinha, no Rio, o Ministério da Fazenda dos casebres, prestes a desaparecer, da Rua da Misericórdia e arredores, que mantém a fisionomia urbana dos tempos idos, também a poucos metros da suntuosa Avenida recifense ainda se conservam humildes edificações, remanescentes de épocas anteriores, em travessas condenadas à extinção. O contraste que se patenteia entre os dois sistemas construtivos, de taipa ou simples alvenaria de tijolos, e de concreto armado, também se depara na própria nomenclatura urbana.

Justamente se vangloria a capital pernambucana de sua vocação para a luta contra a opressão liberticida.

E arrola os heróis de 1817, de 1824, de 1848, condenados à morte por causa da rebeldia, além da tentativa frustra de Bernardo Vieira, que já em 1710 propôs se proclamasse uma república à moda de Veneza, como assinalou Capistrano de Abreu.

Se os historiadores pernambucanos quisessem alongar até o primeiro século as raízes da sua tendência à emancipação de tutelas políticas, apontariam satisfatória justificativa na carta de Duarte Coelho, de 14 de abril de 1549.

Não completara ainda a Capitania decênio e meio de existência, quando lhe constou a organização do Governo Geral, cerceadora, em parte, das regalias prometidas por alvarás régios.

Em linguagem respeitosa, mas resoluta, escreveu ao rei.

«Sabido isto, Senhor, que foi grande alvoroço o ajuntamento em todo o povo e todos oficiais e pessoas nobres e honradas, tôdas juntamente se ajuntaram em Conselho e fizeram câmara e me fizeram sôbre isso uma petição por êles assinada que com esta vai, pedindo-me com grandes clamores que os provesse com justiça, ao qual eu respondi o que V.A. verá nas duas cartas da petição e os consolei de seu agastamento e os apacifiquei dando-lhes algumas desculpas de V.A. disse não ser sabedor e prometendo-lhes de logo o fazer saber a V.A. e dando-lhes esperança que V.A. proveria nisso».

Não será êsse o primeiro protesto de ancestrais dos pernambucanos contra decisão metropolitana que não lhes agrade?

O povo, exaltado, reúne-se em comício e resolve impugnar o ato régio que suspeitava lhe atentasse contra privilégios existentes.

O donatário solidarizou-se com os reclamantes, perante os quais se fêz fiador do rei, esperançoso de conseguir-lhe a revogação, afinal obtida. Em consequência, o Regimento de Tomé de Sousa, ao aplicar-se a Pernambuco, suavizou-se grandemente.

Com essa estréia vitoriosa, cresceu a altivez pernambucana, convicta de poder neutralizar os excessos do absolutismo, como documentam o gesto de Bernardo Vieira, que não teve maior ressonância e as insurreições de 1817 a 1848.

Nenhuma província mostrou-se tão ciosa na defesa dos seus direitos políticos, a ponto de recorrer às armas para que fôsem respeitados.

E, tanto entusiasmo lhe impelia a gente para a luta, que até ainda sobejou energia para ir combater pela emancipação de povos irmãos sob a bandeira de Bolívar.

Entretanto, em aparente contradição com o seu proceder, não permite que prurido renovador predomine sobremaneira na denominação de logradouros públicos.

Ao revés, quem os examinar com atenção, facilmente admirará que, na escolha, o espírito conservador conteve a impaciência dos reformadores fogosos.

Certo, não foram esquecidos os vultos representativos do ímpeto insurgente, como o General Abreu Lima, Padre Roma, Natividade Saldanha, Borges da Fonseca. Mas também figuram nas placas os nomes de Príncipe, Conde d'Eu, Princesa Isabel, Imperial, Imperatriz, Imperador D. Pedro II, como se houvesse o propósito de patentear veneração à Família bragantina.

O fato explica-se, todavia, pela conciliação dos impulsos reformistas com o acatamento às tradições.

Recife as possui e timbra em cultivá-las de maneira condigna.

Não lhe despraz a luta, quando a julgue necessária à proteção dos seus ideais.

Passada a refrega, porém, não nega os méritos do adversário, quando realmente os tenha.

Em nenhuma Província rompeu com igual intensidade a Questão Religiosa, causa da prisão do Bispo de Olinda, que a iniciou, destemido no exercício de seu ministério diocesano.

Contra o disciplinador do seu rebanho espiritual desfechou-se tremenda campanha de descrédito, que não lhe abalou a altivez.

Serenados os ânimos, desaparecido o lutador convicto, a igreja de Nóbrega, ao flanco do colégio dos jesuítas, ostenta, como título honroso, a declaração de ter dali partido para o cárcere o bispo inflexível.

Também a de N. S. do Rosário gloria-se de ter abrigado, até a última hora, Frei Caneca, o fervoroso propagandista da transformação política de sua terra, que a deixou para ser executado em Cinco Pontes.

A igreja da Penha, em remodelação, franqueia ingresso por altas portas de madeira, de espessas almofadas, em que hábeis toreutas fixaram cenas bíblicas.

Dentro, em meio dos andaimes, que limitam a vista, insinua-se a passagem até o Museu D. Vital, que lhe documenta a vida edificante.

Miniatura do túmulo, a que monta guarda soberbo leão, bem indica simbolicamente a intrepidez do resoluto antistite, que enfrentou, inerme, a conjura dos poderosos, aos quais não faltou o apoio do monarca.

Para acompanhar a fama adquirida por Olinda, com os templos antigos, também se vangloria Recife das suas sessenta e tantas igrejas, entre as quais sobressai a da Madre-Deus, do século XVIII, na zona portuária, onde avulta, com suas decorações opulentas.

«Os retábulos que ali se vêem com a riqueza da talha são bem típicos da devoção luso-brasileira e da arte colonial», comentou Gilberto Freire.

A de São Francisco, unida ao hospital, que impressiona pela ordem, silêncio e asseio, trás mais velha data, anterior à invasão holandesa.

Ladeia-se pela Capela Doirada, que maravilha pela magnificência artística. Fechada as mais das vezes, não se abre diárinamente à freqüência dos fiéis.

A de N. S. da Conceição dos Militares, de admirável altarmor, cuja ornamentação opulenta se estende às paredes laterais. Para singularizar-se, porém, ostenta no sobpiso do côro expressivo painel, que relembra a batalha dos Guararapes, assunto patriótico, mas inteiramente profano, à vista de quem a visita.

Embora a declaração do pintor atribua ao Capitão General J. Cesar de Menezes a iniciativa de mandar prepará-lo, em 1781, incontestável é que se harmoniza cabalmente com o culto às tradições em que se educam os recifenses.



Nenhum local sobrepujará, por ventura, a tal respeito, o Teatro de S. Isabel, na praça da República, em que se fronteiam o Palácio do Governo e o da Justiça, amplamente separados pelo jardim interjacente.

No crepúsculo da era romântica, ali se digladiaram, em ardorosos improvisos, Castro Alves e Tobias Barreto, inspirados por atrizes de suas preferências.

Dali comandou Joaquim Nabuco, então no apogeu da eloquência, a campanha abolicionista, como registra significativa placa de bronze, colocada por ocasião da sua última visita ao cenário de memoráveis triunfos oratórios.

O ambiente acha-se impregnado de heroísmo e talento, como evidenciaram as sessões ali realizadas, em que doutos conferencistas se incumbiram de explanar temas comemorativos da Restauração Pernambucana.

Após a breve, mas sugestiva alocução do Governador Etelvino Lins, afinada por alto diapasão, falaram doutamente os professores Luís Delgado e Lopes de Almeida, em nome da Universidade de Pernambuco e da de Coimbra, respectivamente.

De outra feita, oraram Jordão Emerenciano e Gilberto Osório de Andrade, com igual proficiência, antes de caber a palavra, no salão da Faculdade de Direito, a Câmara Cascudo, de eloquência mais teatral do que a dos oradores acadêmicos, que o precederam.

Todos, porém, irmanavam-se no perfeito conhecimento dos fatos da época, no entusiasmo em reconhecer a dívida de gratidão dos pernambucanos da atualidade pela geração do meado do século XVII, que tão heroicamente se empenhou na luta contra o invasor. E conseguiu, por fim, expulsá-lo do litoral nordestino, restaurando assim o ritmo da civilização brasileira, que seria gravemente perturbada, se permanecesse, cravada na ponta oriental do território, penetrante cunha flamenga, que separava, em duas porções, a imensa colônia lusitana.

#### IV

Em verdade, os feitos memoráveis, cujo tricentenário se comemorou festivamente na capital pernambucana, bem mereciam a glorificação promovida pelo Governo do Estado, que encontrou em seu Secretário de Educação e Cultura e dignos auxiliares intérpretes fiéis dos sentimentos da geração atual, que não se distinguiria pelas mesmas características étnicas, se tivesse malogrado a insurreição de que se fez paladino João Fernandes Vieira.

Pouco importa que não fôsse nativo, e tivesse tido o bêrço em Funchal. Mas o seu pensamento afinava-se com o da população subjugada, em cujos sentimentos encontrou ressonância o seu brado de guerra ao invasor, com o qual se acamaradara, todavia, na era nassoviana.

O ardor da luta sustentada por Matias de Albuquerque esmorecera, depois da rendição do Arraial de Bom Jesus, em que se chofrara por inquieto lustro o impaciente embate dos intrusos, antes do auxílio que lhes prestou a deserção de Calabar.

Nassau prolongara o armistício pacificador durante a sua administração progressista, embora fadada ao malôgro.

Apenas embarcou, a 22 de maio de 1644, deixando o governo entregue ao «Conselho Supremo das Índias Ocidentais», começou a urdir-se o levante, que se deflagrou a 13 de junho de 1645, acorde com o têrmo assinado pelos chefes a 23 de maio. Já na primeira semana de agosto, o Tenente Coronel Hendrick von Haus, incumbido de reprimir perigosos focos de rebeldia, sofreu, com os seus 1.200 comandados, em Tabocas, o primeiro grave revés, que lhe causou a coluna de 900 patriotas mal armados, sob a chefia de Vieira e Dias Cardoso, organizador da emboscada fatal.

Decorrida apenas uma quinzena, o engenho de Ana Paes, transfigurado em Casa Forte, onde foi aprisionado o Coronel Haus, completou a vitória, com que se abria novo ciclo na impugnação do jugo insuportável.

Para ligação com a resistência anterior, dominada pela desproporção de forças, constituiu-se o «Arraial Novo do Bom Jesus», onde, a 7 de outubro, se registrou a cerimônia da aclamação de João Fernandes Vieira para «Governador da Liberdade».

Coube-lhe, destarte, a chefia da revolta, em que permaneceu até a chegada do mestre de campo General Francisco Barreto de Meneses, a 23 de janeiro de 1648. Daí partem colunas céleres, que vão impedir a comunicação da guarnição do Recife com os engenhos da hinterlândia, possíveis abastecedores de gêneros alimentícios.

A praça holandesa, não obstante seus fortes, em que não faltam defensores aguerridos, sente apertar-lhe progressivamente, em tórno, o cêrco implacável que a sufoca. Resta-lhe, porém o desaforo para o mar, a que deveu a sua salvação, mais de uma vez.

Esquadra poderosa ainda lhe garante as linhas de abastecimento, através do Atlântico, pelas quais recebeu socorros, quando já a fome lhe angustiava a população.

Como sobremaneira avultassem, em março de 48, as angústias dos sitiados, empreendeu o comandante chefe, Tenente General Sigismundo Van Schkopp, tentar o rompimento do assédio construtivo.

Enquanto se preparava marcialmente para a arrancada, ensaiou também a investida psicológica, por meio de edital de 2 de abril, em que prometia amistoso tratamento aos moradores, que aceitassem o regime holandês.

As respostas atrevidas, de Vieira e Negreiros, que, em conjunto, afirmaram — «nenhuma inferioridade conhecemos em nós que hajamos de sujeitarmos a quem esperamos brevemente vencer, tratam de sair à campanha, onde há tanto os esperamos, estando certos que a nossa máxima é vencê-los ou morrer» —, de Henrique Dias, de Camarão, «não temos para que haver mister papéis, salvo para cartucho de nossas armas, que os meus soldados trataram mais delas que de escrituras», — evidenciaram a ineficácia do convite à submissão.

Então, inoperantes as suas ameaças de castigar os obstinados na desobediência, cumpria-lhe sair a campo, à frente de luzido exército de «6.600 infantes, 500 homens do mar e 300 índios tapuios», pela estimativa de Barreto de Menezes.

Pela madrugada de 18 de abril, rompe a marcha, em direção à fortaleza dos Afogados, donde prossegue, em rumo de Barreta, cuja guarda, comandada pelo Capitão Bartolomeu Soares da Cunha, sustenta breve escaramuça, em que são degolados quarenta da sua centena de lutadores. A prisão do vanguardeiro, porém, não impediu que os escapos ao extermínio fôsem prevenir os guerrilheiros sôfregos. Apenas se informam da ocorrência, apressam-se em guarnecer as posições mais convenientes, conforme resolveu o Conselho, rapidamente convocado, de que participaram Barreto, Vieira, Negreiros e vários capitães.

Suspeitando que o inimigo pretendesse assenhorear-se de Muribeca, forcejaram por atalhar-lhe o avanço nos Guararapes, onde estreita nesga de terreno firme, de uma centena de metros, separa os morros, que deram nome ao local, da depressão brejosa.

Eram apenas 2.200 lutadores, que se valeram da escuridão noturna para palmilharem a estrada e desvios, até o sítio escolhido, onde pudessem descansar pela madrugada, enquanto os holandeses despreocupadamente dormiam na leitaria de Antônio Cavalcanti, a duas léguas de distância.

Gangentos com a fácil vitória inicial, nem cogitaram de indagar se haveria maior efetivo pela frente. Surprêsos, na manhã de 19, domingo da pascuela, ao lobrigarem a vanguarda de An-

tônio Dias Cardoso, não perceberam que o tinham para guia solerte, incumbido de atraí-los para a passagem apertada, impeditiva de manobras dos artilheiros.

Confiantes em seu poderio, planejaram repetir a façanha do dia anterior. Por isso, o Tenente-General registrou em sua parte oficial «o inimigo avançou com 100 a 200 homens através do alagado, em nossa direção, e ordenei a quatro companhias de mosqueteiros lhe resistissem, até que o grosso do nosso exército chegasse, o que aconteceu o inimigo se retirou».

Afigurou-se-lhe cabal o triunfo.

Mas era apenas o começo das manobras de investidas e negaças, até que os holandeses, convictos de sua supremacia militar, desfecharam o ataque prontamente revidado.

«Tanto que o inimigo se descobriu pelo alto dos montes Guararapes, assinalou Barreto de Meneses, mandei tocar a investir, tendo pôsto na vanguarda o mestre de campo Fernandes Vieira e para dar nos lados do inimigo o Capitão-mor Camarão, de uma parte, e da outra, o Governador Henrique Dias.

Dada a primeira carga, de ambas as partes, investiram à espada, rompendo ao inimigo todos os seus batalhões».

A vitória rápida estonteou os combatentes do têrço negro, que já se davam os parabens, como se não houvesse mais nenhum perigo. Não suspeitaram que a reserva do Coronel Haus estava pronta a acometê-los, estabelecendo a confusão.

Embolaram-se várias unidades, já ameaçadas de aniquilamento, quando Barreto de Meneses, vendo «que estavam os nossos mais desordenados que os mesmos inimigos a quem romperam», improvisou inesperada solução.

«A poucos passos me pus em um regato que havia na campanha, onde animando uns e ferindo a outros da nossa infantaria, a obriguei a formar, mandando fazer o mesmo ao têrço do Mestre Campo Vieira».

Recompostas as unidades de combate, investiram ainda uma vez contra o grôssio do exército flamengo, que se esforçava por atravessar a perigosa passagem a que fôra impellido.

Von Schkoppe, ferido e afastado da luta, diria, informado pelos seus auxiliares : «o inimigo vendo que os nossos com grande desordem se retiravam em direção à direita, sem mosquete, lança, espada ou algo com que enfrentá-lo, caiu sôbre os nossos por detrás, com grande fúria e encerrou os que estavam no alagado e não puderam resistir e daí resultou terem ficado tantos oficiais e soldados». A retirada à noite salvou-os de total desbarato.



A peleja, iniciada pouco antes do meio-dia, prolongou-se por mais de três horas dramáticas, em que 3.000 patriotas enfrentaram 4.500 flamengos.

Exagerando por ventura o resultado, que realmente não lhe foi favorável, calculou Von Schkopp que «o total da nossa força tinha sofrido baixa de mais de 1.500 homens», ao passo que apenas 80 mortos e 400 feridos contou Barreto em seus comandados.

Dominando o campo de luta, donde se ausentara o inimigo, protegido pela escuridão e forte aguaceiro, verifica, na manhã seguinte «segunda-feira, dia de N. S. dos Prazeres», que da retirada, «com grande pressa e destroço», resultara deixar «na campanha novecentos homens mortos e entre eles alguns feridos, uma peça de artilharia de bronze, e muitas munições e armas e as trinta bandeiras que tinha referido».

Entre os mortos, lá se encontrava o Coronel Haus, comandante do regimento, e ferido o próprio Von Schkopp, comandante supremo.

Derrotados, atribuíram às vantagens do local escolhido pelos patriotas, que os precederam na manobra, o desfêcho trágico. De outra feita saberiam como proceder, mais cautelosamente.

Enquanto aguardavam nova oportunidade, utilizaram-se da armada para se despicarem dos agravos à sua fama de soldados afeitos ao triunfo.

E a Bahia ainda uma vez sofreu inesperado assalto, em maio de 48, desfechado pelo Almirante With Cornélio de With, e em princípios de 49, pela coluna do Coronel Cornelio Van den Brande, que saqueou e incendiou mais de duas dezenas de engenhos do Recôncavo. Os danos sofridos no Recife compensavam-se com os resultados obtidos em Salvador, que os animaram a renovar o desafio, no mesmo local.

De mais a mais, ardia o Coronel Van den Brinck, substituto de Van Schkoppe, que ainda rengueava, em consequência do ferimento da peleja anterior, por mostrar que derrotaria os broncos legionários, incapazes de compreender o alcance das formações regulares.

E, convicto de laurear-se heroicamente de glórias, decorridos somente dez meses após o primeiro entrevero em Guararapes, colocou-se à frente de 3.510 combatentes, para romper o sítio angustiante.

Como seus colaboradores, figuravam os Coronéis Carpenter Van Elst, Van den Brande, Hauthyn, além do Vice-Almirante Gielssen, à frente de 250 marinheiros. Para evitar surpresas

molestas, partiu à noite de 17 de fevereiro e, sem maior empecilho, alcançou o morro cobiçado, onde tranqüilamente estacionou em sítio de seu agrado, que lhe permitisse aniquilar as forças patriotas, em número menor, de 2.600 homens apenas. Comandava-as, como da vez anterior, Francisco Barreto de Menezes, auxiliado por Fernandes Vieira, Negreiros, Dias, já veteranos, e mais Figueirôa, chegado de Portugal, e Diogo Camarão, substituto de Filipe, que falecera no Arraial, a 24 de agosto.

Embora tardiamente informados do movimento da coluna holandesa, não titubearam em aceitar o desafio.

Se não mais lhes era dado passar à frente do inimigo, para o tocar em local propício, iriam surpreendê-lo de maneira diferente.

Esperados, como seria fácil de prever, pelo lado mais próximo ao Arraial, para gaudio dos artilheiros, que já estariam ansiosos de destruí-los rapidamente, mercê de pontaria por ventura já ajustada, surgiram opostamente, pelo sul, na manhã de 19, contrariando tôdas as previsões da oficialidade, que percebeu, então, baldar-lhe a vantagem da prioridade na ocupação das colinas fatais.

O conhecimento minucioso do terreno ainda uma vez serviu aos patriotas para neutralizar a superioridade alcançada pelo inimigo, na escolha da arena para o duelo, a que se preparara garbosamente.

A salvo da parábola das balas, acamparam, à sombra do arvoredado, atentos a qualquer alteração que lobrigassem nas hostes flamengas. Mais expostos, nos picos descampados, à soalheira escaldante e à sêde, afastados, como se achavam, dos córregos, tarde compreenderam que o lôgro premeditado não os beneficiou. Ao revés, hora por hora, engravescia-se-lhes a inquietação, pois que nenhuma ação empreendia algum dos exércitos que se observavam silenciosos, cada qual esperando que o outro iniciasse as hostilidades. A investida parecia malograr-se, contida pela presença dos guerrilheiros, que não dispunham, entretanto, de recursos para acometer inimigo mais poderoso e estrategicamente situado.

Contentavam-se em obstar-lhe o avanço, por não poderem exterminá-lo, onde se achava acantonado.

Afinal, resolveu o fogoso Coronel Brinck desistir do seu plano de operação e regressar a Barreta, a fim de «receber novas ordens do Tenente General e dos Conselheiros, que se encontravam no Recife».

Com o propósito de retirada, sem tiro algum, começou, três horas mais tarde, o imponente exército a descer, em boa ordem, dos montes. Espantados, os patriotas não acreditaram, de começo, na execução das manobras, que os favoreciam. Verificada a realidade, que lhes compensava a inferioridade indiscutível da posição, não tardou a ação ágil dos luso-brasileiros.

No momento em que os regimentos de Hauthyn e do Tenente General desciam do monte grande para seguir a vanguarda na terra baixa, assinalou a parte oficial, «o inimigo mostrou-se por detrás deles».

Os guerrilheiros mal se continham na expectativa defensiva. Ardiam por entrar em fogo. Sairam do Arraial para a luta decisiva. Estavam em frente ao exército de Brinck e lastimariam se perdessem a ocasião de combate. O brado de avançar soou-lhes bem aos ouvidos. Nada mais queriam senão repetir a façanha de dez meses antes.

Em pouco, engajou-se violentamente a peleja, sob os melhores auspícios. Os regimentos «tiveram de recuar igualmente para o monte, por causa da excessiva força do inimigo, que então veio com tanta impetuosidade sobre os nossos que as tropas começaram a fugir e acharam-se logo na maior confusão», como testemunhou Van Goch.

«Essa fuga e confusão, prosseguiu a narrativa oficial, foram consideravelmente aumentadas pelas tropas dos Coronéis Van den Brande e Van Elst, que, descendo do monte, vieram correndo o mais que podiam atirar-se em confusão nos mencionados regimentos do Tenente General e de Haythyn, produzindo neles uma desordem completa».

Como um vespeiro assanhado, os têços de Vieira e de seus bravos parceiros não mais deixaram de acometer os holandeses, que espontânea e imprudentemente abandonaram as posições no alto, em que seriam invencíveis, se o calor não os derreasse.

O corpo a corpo generalizou-se por toda a parte, como desejavam os patriotas, destros no tirar partido das suas armas primitivas, em contraste com as possuídas pelos holandeses que, todavia, se achavam impedidos de manobrá-las a contento.

«Depois de duas ou três horas de luta titânica, sem quartel, Vieira se foi unir e incorporar com André Vidal de Negreiros, Francisco de Figueirôa e Antônio Dias Cardoso, e todos unidos foram apertando com o inimigo de tal sorte que o fizeram precipitar e despenhar por aquelas barrocas e grutas dos montes Guararapes, donde lhe fizeram grande estrago e mortandade.

«Ante a ameaça do cerco e aniquilamento, assim concluiu o General Sousa Júnior, ao examinar, com saber profissional, os sucessos do «Recôncavo aos Guararapes», o que restava do exército holandês fugiu em desordem para a Barreta, onde chegou ao escurecer, sempre perseguido de perto por pequenos grupos de combatentes luso brasileiros.

Não mais o comandava o Coronel Brinck, que perdera a vida em combate, como também o Vice-Almirante Giesseling.

As baixas ainda contavam quatro tenentes-coronéis, quatro majores, trinta e seis tenentes, vinte e seis alferes e mais de mil soldados. «Mais de quinhentos feridos foram evacuados para a Barreta e Recife», ao passo que «os nossos não perderam mais de 300 homens entre mortos e feridos».

Entre os troféus da vitória «ficaram em poder dos patriotas cinco pequenos canhões, cinco bandeiras e quase toda sua impedimenta ou bagagem».

O triunfo dos guerrilheiros, «que enfrentaram destemerosamente as aguerridas hostes holandesas, selou a sorte dos conquistadores recolhidos ao Recife».

Não mais tentariam levantar o cerco aflitivo, que os molestava. Ainda se valiam, porém, da interrupção existente na praia, para prolongarem a agonia do regime condenado a perecer.

Todavia, nem todos estariam conformados em aguardar os prometidos auxílios. Os mais impacientes apressaram-se em deixar a capital sitiada, enquanto dispunham de via marítima.

Entre os mais graduados, deu o exemplo o Coronel Van der Branden, que já anteriormente tinha comunicado aos Estados Gerais, «aqui vivemos como animais e morremos como porcos».

Derrotado em Guararapes, julgou-se livre de maiores compromissos e deixou o cenário em que pelejara, sem êxito.

Também regressaram para a sua pátria o Conselheiro Beaumont, Nieuhof, o Almirante de With, consoante relembrou Jordão Emerenciano.

Quantos pudessem, imitar-lhes-iam os exemplos, pois que bem percebiam que não mais poderiam viver tranquilos, rodeados pelos patriotas, cada vez mais ousados.

Certo, ainda, lhes era franca a saída mar afora, permitida pela carência de embarcações lusitanas.

Para os combater sobre águas, resolveu o alto comando apoiar a proposta de Vieira, examinada em reunião especial, na «Igreja de São Gonçalo da Praia, 7 léguas do Arraial».



Criada por decreto de 8 de março de 1649, a «Companhia Geral do Comércio do Brasil» obriga-se a comboiar os navios mercantes com a sua esquadra, ao menos duas vezes anualmente. Contrapunha-se, destarte, à «Companhia das Índias Ocidentais», que avassalara o Nordeste. Desde a primeira frota, que zarpou do Tejo a 4 de novembro, mostrou que seria valioso agente de ligação entre as várias regiões do império colonial lusitano.

À vista do que operava, seguidamente, em defesa dos seus patricios, combinaram os patriotas solicitar-lhe a cooperação.

Assim, quando a 20 de dezembro de 53, Pedro Jaques de Magalhães e Francisco Brito Freire se aproximaram de Olinda, no comando da frota da Companhia, apresentaram-se Barreto e Vieira a convidá-los a decisiva conferência, em que os exortaram a completar o cerco por água.

Conforme pesquisas recentes do historiador J. A. Gonçalves de Melo, referidas por Tadeu Rocha, estavam os almirantes devidamente autorizados a aceitar a sugestão dos lutadores do Arraial, de sorte que sem tardança tomaram as solicitadas providências.

Impedida a entrada de navios holandeses no pôrto, investida fulminante foi-se apossando dos baluartes que defendiam a cidade.

Começou, ao norte, pelo Forte do Rego, ou das Salinas, que cercava a comunicação com Olinda.

Atacado a 15, rendeu-se na madrugada seguinte. Em seguida, baqueou Altimar, a 19.

Pelo sul, a evacuação do forte dos Afogados facilitou o assalto ao Reduto Amélia, que se rendeu a 21, abrindo caminho para a fortaleza das Cinco Pontas, distante cerca de meio quilômetro.

Preparavam-se os sitiantes para acometê-la, quando, a 23, o seu comandante, Capitão Wonter Van Loo, alçou bandeira branca.

Perdidas as esperanças de reforços, não mais tiveram vontade de lutar.

Esmorecidos, aceitaram a capitulação, para entregar não somente Recife, como todos os baluartes que ainda conservassem em Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A Van Schoppe, que assistira ao apogeu da conquista e comandara mais de uma acometida vitoriosa, coube assinar, associado às mais graduadas autoridades holandesas, o documento de 26 de janeiro, mediante o qual desistiram os invasores de permanecer em terras pernambucanas.

Não resistiram ao embate dos guerrilheiros improvisados «que atacam sem ordem e em completa dispersão», como observou Van Goch, para quem eram as forças patriotas constituídas de «brasileiros, tapuias, negros, mulatos, mamelucos, nações tôdas do país e também de portugueses e italianos, que têm muita analogia com os naturais do país, quanto à sua constituição, de modo que atravessam e cruzam os matos e brejos, sobem os morros tão numerosos aqui e descem, tudo isso com rapidez e agilidade verdadeiramente notáveis».

O conselheiro da Companhia apenas observou as aparências. Não percebeu os fatores imponderáveis da vitória.

Primeiramente, não era a efêmera aliança de lutadores de raças diversas, reunidas sob o mesmo comando, mas a fusão das componentes étnicas do povo brasileiro, que pela primeira vez estadeavam enêrgicamente a sua firmeza na cooperação marcial contra o intruso.

E, por formarem realmente um povo, consciente de seus destinos, homologaram a decisão dos chefes espontâneos, que patrocinaram a restauração do território conquistado pelo forasteiro.

A mística do patriotismo multiplicou-lhes as energias, com assombro dos mercenários, que apenas cumpriam as suas obrigações contratuais.

Não maravilha, que, diante do utilitarismo adstrito ao interesse imediato, triunfasse o idealismo dos patriotas, que arvoraram a bandeira da Restauração, para se libertarem do jugo estranho.

A inferioridade numérica dos combatentes e de seu material bélico, em mais de uma refrega, exigia-lhes maior decisão de vencer a todo transe.

Opostamente, acêrca dos vencidos em Guararapes, depôs o seu patricio Van Goch: «A consternação e o pânico entre os nossos foi tão grande que, se o inimigo em vez de entregar-se à pilhagem, como fez aí provavelmente, tivesse preferido continuar a perseguição, é muito provável, ou melhor indubitavelmente certo, que o resto dos nossos se teria deixado matar e massacrar sem fazer a menor resistência, porque fugiam sem voltar o rosto»...

Era bem o quadro impressionante da derrocada, que testemunha insuspeita apresentou aos governantes, a quem instava por auxílios já impossíveis.

Não obstante, ainda perdurou a agonia do regime insustentável até a rendição final, cujo terceiro centenário comemorou

Pernambuco, ufano da Restauração conquistada por sua brava gente.

Bem mereceram os ancestrais gloriosos que a geração atual lhes exaltasse festivamente os feitos imortais, garantidores da continuação da nacionalidade nascente.

## V

E bem podia Pernambuco ufanar-se da cooperação eficiente do seu povo, que surgia da fusão de várias componentes étnicas, antes desarticuladas, para a campanha épica da expulsão do invasor, procedente de uma das mais poderosas nações européias.

Áspera e demorada fôra a resistência, caracterizada por três fases diversas. De expansão militar da conquista, no comêço, apesar dos esforços sobrehumanos de Matias de Albuquerque, insuficientes para detê-la. De entendimento, em seguida, com Maurício de Nassau, durante o seu govêrno compreensivo, mas inadequado. De reação crescente, por fim, contra o despotismo, desde que os conjurados assinaram o compromisso de honra de 23 de maio de 1645, em que se propunham a lutar pela «restauração da nossa pátria», até a vitória completa, só obtida em janeiro de 1654. Ao calor dos combates e inspirados pelos mesmos sentimentos e propósitos, forjaram-se os elos, que enlaçariam os vários grupos raciais, para lhes formar a consciência de povo capaz de conquistar a liberdade, por seus próprios esforços. Daí lhe resultou, sem dúvida, a tendência a opôr-se aos governos, que se lhe afigurem sobremodo abusivos, como succedeu em 1817-1824-1848, de cujas revoluções se orgulha, apesar de terminadas pela derrota. Primaz nas lutas em prol da liberdade, também se vangloriam os pernambucanos da supremacia cultural e econômica em todo o Nordeste.

Iniciou-a a «Prosopopéia» de Bento Teixeira Pinto, em cujas oitavas se espelha a «primeira afirmação do nacionalismo», consoante afirmativa de Silvio Romero. Tentou atenuá-lo, com a superposição da cultura flamenga, o govêrno de Nassau, cujo brilho efêmero cessou após a sua retirada. Não deitou raízes na terra pernambucana, por não lhe atinar com o verdadeiro destino, conforme evidenciou lúcida interpretação de Mário Lacerda. Com o século XVIII, deslocam-se as atenções para as minas de ouro, que atraem povoadores para Sabará, Vila Rica, Vila Boa de Goiás, Cuiabá.

Pernambuco, porém, continua a cuidar dos seus canaviais e a defender as prerrogativas, que inspiraram o gesto audaz de Bernardo Vieira de Melo, durante a denominada «Guerra dos

Mascates». Levado por entusiasmo revolucionário, propôs, em reunião de 10 de novembro de 1710, que se proclamasse a república, sugestão que não vingou, na ocasião. Mas iria empolhar o idealismo inspirador da Revolução de 1817. Nessa época, o Seminário do Bispo Azeredo Coutinho já tinha cooperado para robustecer os sentimentos republicanos. Em vez de um adepto, por ventura mais impulsivo do que esclarecido, acêrca das conseqüências da reforma propugnada, já avultava o número crescente de apologistas das idéias renovadoras, propagadas por ardorosos professores. Certo, não triunfaram. Mas o sacrifício, em que perderam a vida, seria glorificado pelas gerações futuras, que também exaltam os feitos dos mártires de 1824 e 1848. Pernambuco transferia aos domínios da ação política o primado que exercia no cenário intelectual, mas tornaria aos estudos, favorecidos pelo «Curso Jurídico», inaugurado em Olinda, mas transplantado, mais tarde, para a cidade vizinha, onde se tornou afamada a «Escola do Recife». Animada pelo verbo fogoso de Tobias Barreto, a mocidade estudiosa embebeu-se de doutrinas reformadoras, que iria aplicar na literatura, na crítica, na filosofia, nos estudos jurídicos. Não seria apenas clarão efêmero, condenado a apagar-se com a palavra do mestre admirado. Propagara-se a legião dos discípulos, do naipe de Martins Júnior, Faelante Câmara, Artur Orlando, Graça Aranha, e tantos outros, que iriam conservá-lo e transmiti-lo às gerações futuras, para maior glória da Faculdade, onde se acendera.

Fora da influência do sergipano, que se impregnara de ensinamentos germânicos, outros agentes intelectuais contribuiriam para aumentar a fama recifense. Prova a campanha abolicionista, em que se extremou Joaquim Nabuco, auxiliado por devotados companheiros, a quem o Teatro Santa Isabel proporcionava cenário apropriado à sua eloquência avassaladora. Com tais antecedentes, lembrados pela rama, sem intuito algum de definir as fases marcantes da evolução intelectual de Pernambuco, não admira que, na atualidade, os índices do seu alto nível se espelhem nas gazetas, a começar do *Diário de Pernambuco*. Considera-se jornal mais antigo da América do Sul, além de assinalar o início da imprensa diária no país, com tamanha vitalidade que há muito comemorou o centenário de fundação, como atesta o seu 129º aniversário, festejado em janeiro último. Nas atividades editoriais, incrementadas pelas «Comemorações do Tri-Centenário da Restauração». Na Universidade, em que pontificam professores de conceituado saber. Nas organizações para pesquisas, em cuja companhia se alistou o Instituto Joaquim



Nabuco, de recente criação, mas predestinado a exercer influência profunda nos estudos regionais. Na colmeia de poetas e prosadores, que perseveraram em sua terra natal, ao contrário dos outros que se afastaram, ansiosos de maior fama, ou compelidos pelas injunções da vida. Se, na Capital Federal, os pernambucanos se envaidecem dos seus publicistas, voluntariamente exilados, dos poetas, cientistas, oradores e críticos, entre os quais a Academia de Letras escolheu admiráveis cooperadores, maior número enxameia no Recife, tanto para lhe manter as tradições, de que é guardião o Instituto Arqueológico, animado pela devoção incansável de Mário Melo, como para ensaiar as audácias da renovação intelectual. Entre ambas as correntes, equilibra-se a inteligência peregrina de Gilberto Freire, que adquiriu merecida nomeada no país e além das fronteiras, com suas obras interpretativas do Brasil por processos devassadores de novos horizontes. Últimamente inclina-se, todavia, à defesa das tradições nacionais, sem prejuízo do acolhimento compreensivo às idéias reformadoras. Aliás, o ambiente recifense, impregnado de estímulos culturais, propicia a expansão das características individuais, tanto dos que se voltam carinhosamente para o passado, como dos que de preferência divisam o futuro. O exemplo de Oliveira Lima, que levou o seu saber a universidades estrangeiras, de Rodolfo Garcia, exilado no Rio, onde se tornou mestre de historiadores, de Alfredo de Carvalho, de Pereira da Costa, devotados às pesquisas históricas, não seria esquecido. Além do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, fundado em 1862, que possui sede própria, em reforma, na ocasião, para lhe remoçar as feições, outras instituições cuidam zelosamente de fortalecer as bases da renovação dos estudos desse ramo.

Assim o Museu do Estado, superiormente dirigido por José Maria de Albuquerque Melo, a quem presta eficiente colaboração a sua abnegada secretária, avulta em meio de jardim, para melhormente constituir oásis tranqüilo, ao flanco de avenida de apreciável tráfego. Mobiliário, que recorda os mestres da indústria respectiva, a cuja arte recorria a clientela de bom gosto doutrota, reparte-se por amplas salas, em cujas paredes se distribuem as peças iconográficas, referentes aos aspectos recifenses em várias fases da evolução, ou a personagens, que se distinguiram nos fastos regionais. As imagens de santos e oratórios recordam a piedade religiosa dos ancestrais, que recorriam à sua proteção nos momentos de perigo, como sucedeu em Guararapes. Aliás, a lembrança dos holândeses aviva-se na seção que lhes foi destinada. Além de objetos indicativos das lutas terríveis da época, restauram-se telas, que lhes representam os episódios dramáticos.

Em salão especial, arrumam-se cuidadosamente os artefatos indígenas da coleção, que o etnógrafo Carlos Estevão reuniu, em longas peregrinações.

Não se limita, porém, o Museu a guardar os objetos indicativos de costumes regionais por ventura esquecidos. Também contribui para as investigações, acêrca da vida pernambucana doutrota, por meio de publicações e mapas, como o de Recife e arredores, ao tempo do domínio flamengo. Também o Arquivo Público, embora abrigado em dependência do Palácio do Governo, não sòmente cuida de guardar a papelada oficial, mas ainda se ocupa de trabalhos históricos, sob a culta direção de Jordão Emerenciano.

A *Revista* e os volumes avulsos que elabora assinalam-lhe a contribuição valiosa, como igualmente ocorre com a Universidade do Recife. Além das suas atribuições normais, acordes com os programas adotados, decidiu cooperar para maior realce das comemorações do «Tricentenário da Restauração Pernambucana», por meio de biografias dos lutadores que se distinguiram na campanha épica. Auxiliada por sagaz conhecedor de vasto acêrvo documental, José Antônio Gonçalves de Melo, traçou o perfil de Antônio Dias Cardoso, natural do Porto, cuja nomeada se desvanecera na memória dos pósteros.

Documentos inéditos, porém, de que se utilizou o arguto biógrafo, trouxeram à atualidade «o organizador militar da insurreição como o verdadeiro chefe, de que resultaram os triunfos iniciais das Batalhas das Tabocas e da Casa Forte». Como o sargento-mor do têrço de infantaria de Pernambuco, também foram evocados os vultos de Francisco de Figueiroa, Henrique Dias, Dom Antônio Felipe Camarão, Felipe Bandeira de Melo, Frei Manuel Calado de Salvador, Martim Soares Moreno, André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Francisco Barreto, conforme decidiu a Universidade, em homenagem aos mais afamados paladinos da Restauração.

Destarte, venera o passado, sem desistir da relevante missão, que lhe cabe, na iniciação da mocidade nos mistérios da ciência, de que lhe dependerá o futuro. À medida que se difunde o saber, manifesta-se maior tendência para as experiências renovadoras, que se espelham principalmente nas letras e nas artes. Os ensaios de sociologia de Gilberto Freire, que de futuro será considerado como o criador da respectiva «Escola do Recife», sem os estardalhaços da anterior, propagada pela palavra desabusada de Tobias Barreto, já se acompanham de outros, que explicam,

apoiados na história e nas observações atuais, a vida pernambucana. Os romances do ciclo canavieiro constituíram, mais do que a tentativa frustra de Franklin Távora, a Literatura Nordeste, a que não faltaram os aplausos dos intelectuais patricios e de leitores estrangeiros, a cujo idioma foram trasladados vários dos mais expressivos. É, porém, a poesia que atrai os mais impressionantes intérpretes da alma pernambucana. Mais de um ainda se conservará adstrito aos padrões tradicionais, enquanto a maioria prefere acompanhar os criadores de novos moldes, do feito de Manuel Bandeira, que personifica, só por si, uma legião.

Começou como habitualmente sucede, ou sucedia, na ocasião da sua estréia literária, por obedecer aos cânones consagrados. Gradativamente se foi libertando, porém, até afeiçoar o seu próprio instrumento poético de expressão, que o extrema entre os contemporâneos. À semelhança do seu exemplo, multiplicaram-se os iniciados, capazes de evidenciar também os anseios poéticos. «O que é singular na atualidade literária de Pernambuco, sintetizou a propósito Gilberto Freire, é que a concentração mais notável de talentos novos que abrilhantam o Recife é a de poetas, a de líricos, a de trovadores, e não a de lógicos ou didatas».

Não raro, todavia, ambas as tendências manifestam-se na mesma pessoa, como é o caso de Aderbal Jurema. Não somente se revelou poeta e prosador, mas ainda se arrojou a empreendimentos culturais, ao organizar a Editôra Nordeste. Já tem trazido a lume contribuições expressivas e, certo, desempenhará missão análoga à da Editôra Monteiro Lobato, na época do seu ápogeu, quando imprimia animador impulso às atividades literárias de São Paulo e vizinhanças. Aos livros de sua autoria juntaram-se os de escritores desconhecidos, cujos méritos então se propagaram em letra de fôrma. E, incontestavelmente, a influência exercida por Monteiro Lobato, como editor ansioso de descobrir talentos inéditos, não será inferior à que resulta de suas obras literárias. Caso progrida, como é de esperar, a organização editôra, ideada por um poeta, constituirá mais uma das provas de vitalidade nordestina, para melhormente evidenciar típicos aspectos, sentimentos e cenas regionais, interpretadas por seus próprios escritores. Por lhe desejarem êxito cabal, assistiram à exposição dos livros já publicados altos expoentes da intelectualidade pernambucana. Inclusive o Secretário da Educação, Professor Gilberto Osório, cuja palavra doura se fez ouvir na ocasião, para traduzir o pensamento oficial, estimulador da cultura, como provava a sua presença naquela simples e expressiva

cerimônia entre livros. E, assim, as «Comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana» exaltaram a contribuição dos intelectuais, de quem depende o melhor conhecimento das peculiaridades nordestinas, que permitiram a amalgamação de lutadores de várias raças.

Irmanados na defesa da Pátria restaurada, imortalizam-se por seus feitos sobrehumanos, creditando-se à benemerência da Posteridade, que lhes prestou consagradoras homenagens, em memorável semana de janeiro de 1954.



## CURSO DE HISTORIOGRAFIA NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

4ª AULA PRONUNCIADA PELO ACADÊMICO JOSÉ CARLOS  
DE MACEDO SOARES (1958)

Há uma interligação entre a história, a crônica e a ficção. Elas estão intimamente ligadas entre si por laços inquebrantáveis. A crônica encontra-se entre a história e a ficção. Já se foi o tempo em que a ficção era tida simplesmente como ficção e, portanto, desligada da realidade social. Hoje sabemos que as obras poéticas são tão importantes para o estudo de uma época como as mais fiéis narrações dos historiadores. A história regista os fatos mais significativos dos quais depende o destino dos povos. A obra poética, porém, dá uma visão mais larga e mais viva dos hábitos e dos costumes, o que nos leva a compreender melhor a vida cotidiana. Ai está, precisamente, quando o poeta encontra-se com o cronista, ou melhor, quando o cronista se integra no poeta. Shakespeare é o exemplo clássico do que acabamos de dizer. Há nêle a fusão do cronista e do homem de ficção. Na realidade, a obra de Shakespeare constitui a crônica mais importante que se escreveu até hoje sobre a sociedade de seu tempo.

O que se passa com Shakespeare na renascença passa-se, no século XIX, com Balzac, Zola, Dickens, Tolstoi, Dostoiewsky, Eça de Queirós e, aqui no Brasil, especialmente com Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis e Aluísio de Azevedo. Não hesitamos em dizer que não se pode ter uma noção panorâmica do desenvolvimento material e espiritual de um povo sem o exame e a superposição das narrativas e dos conceitos dos historiadores, dos poetas e dos cronistas.

Mas vejamos, agora, as relações entre a história e a crônica, já que vimos as relações entre esta e a ficção. Pela própria etimologia da palavra — *chronicus* — que pertence ao tempo, sabemos como se deve conceituá-la. A crônica, para Domingos Vieira, «são os anais do tempo, em oposição à his-

tória em que os fatos são estudados nas suas causas e nas suas conseqüências». De acôrdo com esta definição, ganha a crônica em extensão o que a história ganha em espessura e profundidade. Opõe-se à verticalidade da história a horizontalidade da crônica. Mas é êste seu aspecto horizontal o que nos dá a perspectiva de uma visão de conjunto ampla e precisa, em permanente expansão. Na crônica, temos uma história mais viva, mais humana, mais palpitante, baseada não só nos fatos devidamente comprovados e necessários à vida política dos povos, como também no que existe de fantástico e de legendário.

O Brasil, ao ser descoberto, como tôda a América, e nada mais justo, constituiu um objeto da curiosidade européia. Havia nêle qualquer coisa de misterioso para o seu tempo que exercia uma extraordinária fascinação. Que significavam as novas terras que Cabral encontrara em seu caminho para a Índia, quando, de propósito ou simplesmente por acaso, se afastara, com suas trêze naus, das costas africanas? Qual o novo papel que deveria desempenhar o novo mundo que se estendia do Equador pelo sul afora? Que contribuição iria trazer no domínio do comércio e da cultura? Estaria escondida nas florestas, mais além das largas praias, uma civilização até então desconhecida? Teriam os portugueses e os espanhóis encontrado o caminho da Atlântida de Platão? De qualquer forma era preciso ver e examinar o que representava o descobrimento de Cabral, depois do descobrimento de Colombo, nesta vasta extensão dos mares tenebrosos nunca por outros navegados.

Se Portugal se julgava com o direito ao Brasil, a verdade é que os ingleses, os franceses, os holandeses, não estavam dispostos a reconhecer sèriamente o Tratado de Tordezilhas, achando que o Papa Alexandre IV não poderia dividir o mundo, como se divide uma maçã, entre a Espanha e Portugal.

Durante algum tempo, as costas brasileiras serviram de palco para os vários choques entre as naus portuguesas e as dos chamados corsários que vinham em busca de pau Brasil.

A primeira crônica escrita sôbre o Brasil foi, como vós sabeis, a carta de Pero Vaz Caminha comunicando a D. Mânuel o descobrimento de Pedro Álvares Cabral. Suas informações auspiciosas sôbre as excelências da nova terra chegam a pecar pelo lirismo. Nesta carta, encontramos no cronista um pouco do poeta. Daí se explica o seu deslumbramento diante da luz e do colorido de uma nova paisagem que prima, na realidade, pela exuberância tropical.

Caminha partiu para a África de onde não mais regressaria à sua pátria, tendo perecido no desastre da feitoria de Callicút.

Mas nas primeiras expedições que visitaram o Brasil para o reconhecimento e defesa de seu litoral, encontrava-se um navegador florentino que figura entre as personalidades mais curiosas de seu tempo. Êste homem que roubaria, sem querer, de Colombo, o nome das terras por êste descobertas, pois foi o primeiro a mostrar que se tratava de um novo continente, escreveria, por seu lado, a Lourenço de Medicis uma série de cartas nas quais dava conta do que vira e observara nas expedições que dirigiu.

As cartas de Américo Vespúcio são muito mais objetivas do que as cartas de Pero Vaz Caminha. Pero Vaz Caminha, surpreendido e fascinado pela visão de um mundo novo, perdeu-se no impulso literário de um entusiasmo momentâneo. Já Américo Vespúcio, navegador experimentado, homem de negócios, que amava a aventura e o desconhecido, mas com bom senso e equilíbrio, viu o mundo, que Cabral descobriu, pelo prisma da realidade, da observação direta, sem idealização, sem quimera, sem fantasia.

Embora Américo Vespúcio previsse as riquezas que se ocultavam no seio de uma terra virgem, encarava o problema do resultado material que poderia advir com sua exploração, pelo aspecto puramente imediatista. Chegara a conclusão de que, inicialmente, só se poderia pensar no carregamento do pau brasil. O resto ficaria para o futuro pois muito custaria o proveito que deveria dar. Todavia, as cartas de Américo Vespúcio constituem um dos depoimentos mais importantes sôbre a fisionomia da América recém-encontrada, da vida e dos costumes dos indígenas, e graças ao seu talento de cronista é que a Europa teve conhecimento da existência de um novo continente que tomaria o nome daquele grande navegador.

Se a América chama-se América, em honra a Américo Vespúcio, deve-se isto, exclusivamente, ao seu talento de cronista.

As Índias ficavam acima do Equador. Foi o fato de tê-lo atravessado, como vós sabeis, e costeadado o Brasil, até Cabo Frio, é que Américo Vespúcio repudiou a tese de Colombo de que apenas encontrara o novo caminho do Extremo Oriente, e proclamou a existência de um Mundo de permeio entre a Europa e a Ásia, separado pelo Pacífico e pelo Atlântico.

Inicialmente, o Brasil foi usado como simples matéria prima e fonte de observação para os cronistas do Velho Mundo, que vinham em procura de coisas novas e originais. A vida primitiva dos indígenas provocou um grande interêsse nos centros mais cultos da Europa. E não é de admirar que, no século XVIII, Voltaire e Rousseau procurassem nas comunidades dos índios

da América alguns dos elementos filosóficos para a defesa de suas idéias igualitaristas que tanta influência exerceram nas gerações turbulentas que fizeram e levaram avante a Grande Revolução.

Mas à medida que se desenvolvia a obra de colonização do Brasil, foi surgindo também uma literatura nativista, independente da Metrópole, que se ocupava das coisas nossas com muita vivacidade, fluência e inspiração.

Nas letras brasileiras do período colonial, há dois ramos distintos: o dos que repetiam o temário clássico, tentando transformar o Brasil num complemento da Europa, e o dos que lançavam a base para uma literatura nativista, tendo como paisagem e motivo o próprio Brasil em formação.

No século XVI e XVII, a literatura brasileira é representada por elementos isolados, aqui e ali, sem unidade, sem seqüência, sem existência definida. Pode-se registrar o nome dêste ou daquele indivíduo que tenha escrito uma obra de relativo merecimento. A chamada escola baiana é já do final do século XVII e começo do século XVIII.

É no século XVIII que o pensamento brasileiro toma corpo e suas raízes penetram profundamente num solo novo, mas fecundo. Êste desenvolvimento espiritual coincide precisamente com o desenvolvimento material da colônia.

O ciclo da mineração, ou melhor, o aparecimento do ouro iria desempenhar um papel transformador na vida brasileira e alterar, essencialmente, a marcha de sua história.

A busca do ouro abre uma luminosa perspectiva para a conquista do sertão. A possibilidade de uma fortuna fácil e rápida incendeia a imaginação de toda gente. O ouro existe. Existe e será extraído da terra pelos mais afortunados e os mais audaciosos. Por isso a lavoura é, em grande parte, abandonada. As bandeiras vão penetrando no interior por São Paulo ou pelo vale do São Francisco... Não se trata mais de uma simples miragem, da procura pela procura. Trata-se de uma realidade evidente, da concretização de um grande sonho que vinha sendo alimentado pelos que viviam ou chegavam ao Brasil.

De fato, a extração do ouro deu à metrópole e à colônia um grande salto no seu desenvolvimento geral. Tanto uma como a outra encontraram no ouro a fonte renovadora de suas próprias energias. Deve-se ao precioso metal o Convento de Mafra, o Palácio das Necessidades, a reconstrução de Lisboa, o esplendor da corte portuguesa com todos os gastos e esbanjamentos que eram exigidos pelo excesso de luxo. O ciclo da mineração salvou



Portugal da crise financeira e marcou a época de maior fartura de seu erário.

Enquanto isto, verificavam-se, no Brasil, os episódios dos emboabas e dos mascates e se aprofundava extraordinariamente o árduo conflito entre os naturais e os que vinham de fora. Iniciava-se uma era de conspiração, de rebelião e de insurreição contra o domínio português.

O sentimento de independência nacional manifestava-se em tôdas as camadas e em todos os pontos da colônia, e criava as condições inevitáveis para a realização dêste ideal que não devia demorar.

«Literariamente, o século XVIII — diz José Veríssimo — se caracteriza pela escassez de poetas na primeira metade, pela fundação das academias literárias no fim do seu primeiro quartel aos começos do último, pela abundância de sua literatura histórica e, o que principalmente o ilustra, pelo advento, no seu terço final, de um grupo de poetas, que foram os melhores no período colonial».

O papel das academias literárias merece, sem dúvida, um destaque especial. Tratavam-se de associações regularmente organizadas e com programas definidos, tendo em vista a união dos poetas e dos prosadores da colônia. A Academia Brasileira dos Esquecidos é de 1724, em Salvador, e a Academia dos Renascidos de 1759 nesta mesma cidade. No Rio de Janeiro, temos a Academia dos Felizes, em 1736, dos Seletos em 1752; cuja sessão inaugural foi presidida pelo General Gomes Freire de Andrade, e a Ultramarina, que foi a derradeira tentativa neste sentido.

Da Academia dos Esquecidos escreve Rocha Pita, que consideramos o principal cronista brasileiro do século XVIII:

«A nossa portuguesa América (e principalmente a província da Bahia), que na produção de engenhosos filhos pode competir com Itália e Grécia, não se achava com as academias introduzidas em tôdas as repúblicas bem organizadas, para apartarem a idade juvenil do ócio contrário das virtudes e origem de todos os vícios e apurarem a sutileza dos engenhos. Não permitiu o vice-rei que faltasse no Brasil esta pedra de toque no estimável ouro dos seus talentos, de mais quilates que o das suas minas. Erigiu uma doutíssima academia, que fêz em palácio na sua presença. Deram-lhe fama as pessoas de maior gradação e entendimento que se acham na Bahia, tomando-o por seu protetor. Tem presidido nela eruditíssimos sujeitos. Houve graves e discretos assuntos aos que se fizeram elegantes e arguissimos versos; e vai continuando nos seus progressos, espe-

rando que em tão grande proteção se dêem ao prelo os seus escritos, em prêmio das suas fadigas».

A Academia Brasileira dos Esquecidos, como daí se pode deduzir, gozava não só da proteção das autoridades reinóis como também de prestígio intelectual. Contava com quarenta membros efetivos e oitenta supranumerários ou correspondentes. Era um número respeitado para uma cidade com menos de cem mil habitantes.

Pouco nos resta da produção literária dos membros desta Academia e o que sobrou, com exceções, não é de grande valia. Daí a severidade com que foram julgados até hoje pelos historiadores de nossas letras.

Silvio Romero, porém, se dispõe a fazer justiça:

«A criação de academias literárias no século XVIII na Bahia e no Rio de Janeiro, fenômeno tão mal apreciado por alguns críticos, é, entretanto, um fato altamente significativo. Indica só por si a grande coesão de que já gozava o país, o lazer que tinham as altas classes para o cultivo das letras, o gosto reinante pela poesia e as coisas de espírito. Os arguciosos de hoje desdenham de fato, por julgarem através de algumas amostras de versos deploráveis que chegaram até nós da sociedade dos Esquecidos... Realmente tais fragmentos são altamente comprometedores do talento e do gosto dos escritores do tempo. O fato, porém, deve ser tomado no seu sentido geral, no seu espírito íntimo. As academias (desta época) são denunciadoras de muita vivacidade intelectual, muito desejo de aprender e trabalhar por parte dos colonos brasileiros... E se é certo que os seus escritos não podem ser citados como prova de alto aproveitamento, o que então se praticava na metrópole não era de muito melhor quilate, e isto é o principal».

Da Academia Brasileira dos Esquecidos faziam parte além do já citado Rocha Pita, que fez a sua apologia na *História de América Portuguesa*, José de Mirales, autor da *História Militar do Brasil* um dos cronistas mais importantes do século XVIII.

Dêste século, podemos enumerar os seguintes cronistas brasileiros: Rocha Pita, José de Mirales, Nuno Marques Pereira, Pedro Taques de Almeida Pais Leme, Fr. Gaspar de Madre de Deus, Antônio José Vitorino Borges da Fonseca, Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão.

Pedro Taques de Almeida Pais Leme, cuja data de nascimento se desconhece, morreu em 1777. Deixou a *História da Capitania de São Vicente desde a sua fundação por Martim Afonso de Sousa em 1531*, bem como *Notícia histórica da*

*Expulsão dos jesuítas do colégio de São Paulo, e a Nobiliarquia paulistana*. Todos êstes trabalhos estão publicados na Revista do Instituto Histórico e são de alta importância histórica para os que desejam conhecer o Brasil no alvorecer de sua civilização.

Fr. Gaspar de Madre Deus, como Pedro Taques de Almeida, era natural de São Paulo, e também escreveu *As memórias para a Capitania de São Vicente*, publicadas em Lisboa em 1797. Além desta obra deixou também *A notícia dos anos em que se descobriu o Brasil*. Nasceu em 1730 e a sua morte se verificou em 1800, precisamente quando se encerrava o século XVIII.

Antônio José Vitorino Borges da Fonseca, que viveu em 1718 a 1786, dedicou-se ao estudo da *Nobiliarquia pernambucana*, escrevendo também uma *Estatística* e uma *Corografia do Ceará*, de cuja capitania havia sido governador. Da *Nobiliarquia pernambucana* existem os manuscritos no Mosteiro de São Bento, em Olinda. Das outras duas obras, ao que parece, estão definitivamente perdidos.

Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão, poeta e orador, dedicou-se à história que o inspirou a *Novo Orbe Seráfico Brasílico* ou *Crônica dos frades menores da Província*. Jaboatão era natural de Recife onde nasceu em 1695. E segundo o Cônego Fernandes Pinheiro, «professou a 12 de dezembro de 1717, no Convento de Santo Antônio de Paraguaçu, em idade de vinte e dois anos. Concluídos os estudos no Convento da Bahia, ficou continuando o ministério da prédica pelo decurso de trinta anos, sendo de intermédio destes, mestre de noviços no Convento de Iguaraçu, guardião duas vêzes em diferentes tempos no da cidade de Paraíba, secretário no Capitulo do Provincial Fr. Manuel de Jesus Maria até a sua Congregação, e nela prelado local para o Convento de Santo Antônio da vila de Recife, definidor no Capitulo de 1755, e neste nomeado para cronista da província».

Poderíamos assinalar outros cronistas, em continuação aos acima citados, que viveram no fim do século XVIII e começo do século XIX, tais como José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo (1753-1830) autor das *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*; Luís Gonçalves dos Santos (1764-1844), que escreveu as *Memórias para servir a história do reino do Brasil*; Baltasar da Silva Lisboa, que publicou os *Anais do Rio de Janeiro* e seu irmão José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1756-1835), que também se ocupou com os fatos e os homens de seu tempo n' *A história dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, e que figura, pela complexidade de sua inteli-

gência e de sua erudição, entre as personalidades mais notáveis do pensamento brasileiro.

Mas, sem dúvida, são Sebastião da Rocha Pita e Nuno Marques Pereira os dois cronistas mais importantes do Brasil no século XVIII.

Ambos nasceram na Bahia e seguiram caminhos diferentes em sua atividade literária. A *história da América Portuguesa* e o *Compêndio narrativo do peregrino da América* são as duas obras que, segundo José Verissimo, mais merecem o interesse em comparação a tudo que, no Brasil, se escreveu nesta época.

Rocha Pita, de 1660, formou-se em direito canônico na Universidade de Coimbra. Foi sócio da Academia dos Esquecidos, e iniciou, como poeta, a vida literária. Graças aos bens que possuía, pôde transportar-se para Lisboa, onde iria encontrar, nos arquivos, uma preciosa documentação para a sua *História da América Portuguesa, desde o descobrimento até o ano de 1724*.

A publicação desta obra deu-se em 1730. Rocha Pita voltou ao Brasil, recolheu-se em companhia de sua esposa, uma rica patriciã, ao seu engenho nas margens do Paraguaçu, perto de Cachoeiras, onde morreu em 1738.

Voltamos novamente a falar na Academia dos Esquecidos. Aí é que vamos achar o fio da meada, ou seja, a origem da obra de Rocha Pita. A Academia dos Esquecidos foi organizada nos moldes das Academias dos Generosos e Singulares de Portugal. Teve, em Salvador, a boa acolhida e a proteção de Vasco Fernandes César de Menezes, depois Conde de Sabugosa, então vice-rei do Brasil, que presidiu a sessão inaugural. Dos quarenta membros com que fôra formada, mais os supranumerários e os correspondentes, destacavam-se sete que eram considerados os principais. Tomaram os sete os pseudônimos de obsequioso, nublado, ocupado, laborioso, infeliz, venturoso e vago. Este último era o de Rocha Pita. Em suas reuniões, ficou assentada a distribuição de tarefas. A José de Miralles coube escrever a história militar do Brasil, o que realmente realizou com sucesso. Rocha Pita tomou a si uma incumbência mais vasta. Dispôs-se a escrever a história da colônia desde a sua descoberta até 1724.

Levando a sério a realização de sua obra, deu-se ao trabalho de percorrer e examinar atentamente as bibliotecas e os arquivos dos conventos e câmaras da Bahia, Rio e São Vicente. Estudou as línguas francesa, italiana, holandesa e castelhana, e, como disse um de seus biógrafos, «empregou enfim quase metade de sua vida na missão de historiador da pátria», pois terminou a sua obra aos setenta anos de idade.



Silvio Romero, José Veríssimo e Capistrano de Abreu foram bastante duros no exame do livro de Rocha Pita.

O primeiro diria: «O livro de Rocha Pita deve ser antes tomado por uma novela histórica, recheada de descrição, de fábulas e divagações, do que como uma história em rigoroso sentido». Confessa, em seguida, que considera Jaboatão e Pedro Taques superiores a Rocha Pita como historiadores.

José Veríssimo, não só condena a obra em substância como também em sua forma literária. E diz que ela está «em tudo e por tudo obsoleta, e além da feição por assim dizer oficial de sua composição, é perluxa, enfática e inchada de pensamento e de linguagem».

Silvio Romero e José Veríssimo seguiram as pegadas de Capistrano de Abreu que negava «o espírito crítico» de Rocha Pita e daí estabelecia as primícias para contestar, em parte, o valor de sua obra.

A verdade, porém, é que Rocha Pita vem suscitando uma série de controvérsias quer no campo histórico, quer no campo literário. É, de fato, injusta a severidade com que tem sido julgado.

Laudelino Freire, nos *Clássicos Brasileiros*, toma, com muita razão, a defesa de Rocha Pita.

Vejamos o que êle escreve sobre a sua obra:

«Em razão de errôneo juízo, chama-lhe José Veríssimo, repetindo de outros não fundados julgamentos, obsoleta, perluxa, enfática e inchada, quando o que nela se nos patenteia é uma linguagem correta, corretíssima, elegante e pura, com os requisitos de lidima prosa clássica, posto seja, às vêzes, repleta de imagens, que se amoldam ao academicismo, apanagio da linguagem que contrasta com a linguagem áspera e retorcida, sêca e insípida de alguns dos nossos escritores modernos, os quais tem o vêzo de condenar os nossos primeiros clássicos, onde, em regra, se nos mostra a língua na sua maior casticidade e pureza no dizer. Pensamos com Pereira da Silva: — «Claro, fácil, elegante e belo, é de certo o estilo da *História da América Portuguesa*; tem descrições admiráveis e eloqüentes pinturas. O estilo de Sebastião da Rocha Pita o coloca sem dúvida na primeira linha dos escritores portugueses». A *História da América Portuguesa* é monumento de que o Brasil se deve ufanar, acrescenta Joaquim Manuel de Macedo. Do seu trato com as musas, escreve o Cônego Fernandes Pinheiro, guardou Rocha Pita um estilo grandiloquo, uma pompa de dicção que o fazem rival de João de Barros».

Em vida, Rocha Pita foi sempre estimado, considerado e apreciado. Não só no Brasil, quando ajudou a fundar a Academia dos Esquecidos, como também em Lisboa quando trabalhava no seu livro. Mereceu do rei D. João V ser nomeado fidalgo de sua casa e cavaleiro da Ordem de Cristo, o que era, na época, uma alta distinção. Também a Academia Real da História conferiu-lhe o título de sócio supranumerário.

Quando Rocha Pita pediu as necessárias licenças para a publicação de seu livro, foi grandemente elogiado pelos clérigos e grandes personagens incumbidos de emitirem o parecer. D. José Barbosa aprecia a obra de Rocha Pita da seguinte maneira:

«Esta história está escrita com tanta elegância, que só tem o defeito de não ser mais dilatada, para que os leitores «: pudessem divertir com maior torrente de eloquência. Todos os sucessos estão escritos com tão artificiosa brevidade, que se percebem sem defeito das notícias necessárias, porque de outra sorte ocupariam muitos volumes os negócios políticos e as ações militares de tão grande número de nações, como são as que habitam o dilatadíssimo sertão da nossa América».

Sabemos que a *História da América Portuguesa* de Rocha Pita contém erros, lacunas e incertezas. Qual o livro de história que pode ser tido como perfeito? É pueril negar o valor de sua obra porque a *História do Brasil* de Vicente Salvador é, em alguns aspectos, mais exata e mais precisa.

Todavia, não hesitamos em dizer que o livro de Rocha Pita é vivo e animado. Não cansa nem aborrece. Apesar de escrito há mais de dois séculos ainda pode ser lido com interesse e com agrado. Constitui, em nossa historiografia, as crônicas mais palpitantes sobre o Brasil em formação.

Nuno Marques Pereira é oito anos mais moço do que Rocha Pita. Nasceu na Bahia em 1652 e morreu em Lisboa em 1728. Tornou-se presbítero secular e com o intuito de emendar os maus costumes de sua época escreveu o *Compêndio narrativo do Peregrino da América*, que segundo êle mesmo, compunha-se de «vários discursos espirituais e morais com muitas advertências e documentos contra os abusos que se acham introduzidos pela milícia diabólica no Estado do Brasil».

Sem meios para editar o seu livro, Nuno Marques Pereira, a 28 de junho de 1725, enviava a Manuel Nunes Viana, mestre de campo, conhecido como o chefe dos emboabas, nas lutas em Minas, aproximadamente três lustros antes, uma carta encomiástica na qual pedia a sua ajuda. Dizia-se «tão falto de poder como de cabedais», e apelava para a sua generosidade, suplicando um auxílio para a publicação de seus manuscritos.

Manuel Nunes Vieira atendeu ao pedido e o livro foi publicado em Lisboa em 1728.

A narrativa é feita por um viajante que faz o percurso da Bahia a São Paulo. Este livro tornou-se popular e foi muito lido no século XVIII e começo do século XIX.

Não sendo propriamente uma novela é, todavia, uma obra de ficção. «Uma ficção — diz José Veríssimo — de fim e caráter religioso, obra de devoção e edificação. Consiste totalmente a ficção em o autor, ou quem finge escrever a narrativa, dizer-se um peregrino ou viajor que trata de sua salvação e que andando pelo mundo aproveita ensejos e oportunidades de doutrinar cristãmente os diversos interlocutores que se lhe deparam, e esse mundo que, segundo um destes, o Ancião do cap. 1 «é estrada de peregrinos e não lugar nem habitação de moradores, porque a verdadeira pátria é o Céu». Este pensamento do misticismo cristão é o de todo o livro. Nem ele tem outra fabulação que os repetidos fingidos encontros de Peregrino com indivíduos com quem troca reflexões morais e religiosos, no propósito manifesto de doutrinar. Seria ele de todo desinteressante para nós, que não nos compadecemos mais com estas exortações parenéticas, se o autor lhes não houvesse frequentemente misturado coisas da vida real, contado anedotas, citado ditos e reflexões profanas, aplicado a sua doutrina e moralidade a casos concretos, revendo a vida e os costumes do tempo e lugar, referido fatos da sua experiência e feito considerações através das quais divisamos sentimentos e idéias contemporâneas e aspectos da existência colonial».

Varnhagem dava muito valor histórico e literário a obra de Nuno Marques Pereira. Já o mesmo não se dava com Silvío Romero que a julgava «estéril e soporífera», não compreendendo o seu sucesso popular no Brasil e em Portugal.

Feliz Ferreira afirma que o «seu estilo é confuso e difuso». Mas o mesmo não se dá com Laudelino Freire que replica: «É de supor que Feliz Ferreira não tivesse feito exame da linguagem do autor, visto que esta para logo se nos mostra vernácula, desafetada e elegante, segura no frasear e pura no vocabulário».

Laudelino Freire teve a grande virtude de defender os clássicos brasileiros contra a crítica parcial do século XIX, apaixonada pelos embates e pelos preconceitos das escolas existentes cujos partidários procuravam colocar acima de tudo o seu gosto e o seu modo de ver.

Toda e qualquer obra tem o limite natural de sua época. E só pode ser vista e apreciada devidamente dentro do quadro histórico em que foi imaginada e escrita.

Heróica foi a atuação dos cronistas brasileiros do século XVIII. E daí o que eles deixaram de vivo e de duradouro. Sua obra é o produto de um esforço extraordinário, tendo em vista as dificuldades que enfrentaram para levá-la avante. O cronista de hoje conta com tôdas as facilidades da técnica moderna: serviços de estatística, arquivos, bibliotecas com admiráveis fichários, microfilmagens, meios rápidos de consulta, de comunicação, de transporte e tudo o mais que torna a vida atual mais produtiva e mais cômoda. A obra individual de nossos cronistas, num país ainda em formação, por edificar, era, sem dúvida, o produto de uma luta cotidiana que exigia um grande sacrifício, um grande esforço, uma grande boa vontade e uma extraordinária capacidade de trabalho.

Mas eles triunfaram porque realizaram os seus objetivos. A prova de sua vitória está nas crônicas que deixaram e que ficarão para a posteridade. Por elas, poderemos reconstruir tôda uma fase histórica da vida brasileira e ter uma noção verdadeira de nossa terra e de nossa gente no período colonial.



## O GENERAL MITRE NO RIO DE JANEIRO

SRA. COURTNEY L. DE ESPIL

*É muito grato ao Jornal do Comércio apresentar hoje, no seu suplemento, uma página da Sra. Courtney L. de Espil, espôsa do Embaixador Felipe A. Espil, chefe da missão diplomática da Argentina no Brasil. Numa data de tão grande expressão para as tradições democráticas do vizinho país, nenhum nome poderia ser tão oportunamente rememorado que o do ex-presidente e comandante dos Exércitos numa aliança militar e política, que consolidou a amizade brasileiro-argentina. Por outro lado, o estudo realizado pela Sra. de Espil não só a consagra como uma investigadora dedicada dos fastos que celebrizaram a união dos dois povos, como a figura de uma legítima embaixadora, interessada sobretudo na compreensão cada vez mais íntima entre brasileiros e argentinos.*

— «Três viagens fez o General Mitre a esta belíssima e luminosa Capital do Brasil. A primeira, em 1846, emigrado da tirania de Rosas; a segunda, em outubro de 1871, permanecendo até janeiro de 1872; e a terceira, em julho desse último ano, encarregado da delicada missão que o reteve no Rio cinco meses e meio.

Não há dúvida de que foi o enorme prestígio pessoal de que havia gozado no Brasil o ex-generalíssimo dos exércitos da Tríplice Aliança, o que decidiu o Presidente Sarmiento a confiar a Mitre aquela missão, de cujos resultados dependia a paz, ou a guerra entre os dois países.

Ninguém, como êle, havia cultivado, desde antes de Caseros, a amizade das figuras mais preeminentes do Império, e seu nome e personalidade eram familiares no Brasil. Temos, porém, de ocupar-nos hoje daquela segunda viagem ao Rio de Janeiro,

---

(\*) Publicado no *Jornal do Comércio* de 27 de abril de 1958.

realizada, segundo suas palavras, «em caráter privado» e a que lembradas vinculações conferem um interesse e uma significação especiais.

Na absorvente tarefa de reconstituir aquele capítulo da vida de Mitre, foi-nos dado perceber como aumentaram em dois meses e meio de estadia, seus contatos e seu prestígio nesta Capital. Não há museu que visitássemos onde não apareça alguma lembrança sua; um busto, uma espada, a gravura de uma batalha de que houvesse participado, um desenho de sua cabeça, ou de sua silhueta lincolneana. Cartas que escreve, ou que lhe são destinadas, encontramos muitas vêzes nos arquivos do Museu Imperial de Petrópolis, nos do Instituto Histórico e Geográfico, e no Itamarati. Quem se der ao trabalho de consultar, na excelente Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a coleção de jornais e revistas correspondentes àquela época, verá o nome de Bartolomeu Mitre aparecer, freqüentemente, entremeado com os do Visconde do Rio Branco, o Barão de Cotegipe, ou o Conde d'Eu. Basta mencionar alguns desses documentos para seguir a trajetória e as alternativas dessa sua segunda viagem.

Começemos pelo anúncio do *Jornal do Comércio*, que domingo, 29 de outubro de 1871, informa haver atracado no dia anterior o paquete *La France*, com notícias do Rio da Prata, anotando lacônicamente, nada «notável» ocorrera nas repúblicas platinas, porém, adiantando brevemente: «Faz tempo que o estado de negócios no Paraguai se tornou grave».

*La France* segundo destaca, em outro número, o mesmo *Jornal do Comércio*, era «o maior vapor vindo à América do Sul». A bordo desse barco, continua, chegaram dois importantes passageiros «O general argentino Dom Bartolomeu Mitre, ex-presidente da República, e nosso compatriota José Cândido Gomes. Este último, a quem o Conde d'Eu encontrara em Buenos Aires, em abril de 1869, é assim mencionado em seu Diário: «Por muitos títulos brasileiro célebre, porém, sobretudo, como o mais notável dos correspondentes do *Jornal do Comércio*».

Essa mesma manhã, *A Reforma*, órgão da imprensa republicana, dedica a Mitre um longo editorial, em primeira página: «Benvindo seja o ilustre hóspede que, neste momento, nos visita. Não é somente uma grande personalidade, é o genuíno representante de um grande povo. Duas vêzes enfrentou conosco o sofrimento e a morte, nos campos de batalha, pela causa da liberdade, duas vêzes reconheceu o nosso desinteresse e lealdade, na política americana. Entretanto, está jovem, não obstante haver transcorrido já um quarto de século, desde a sua viagem anterior ao Rio, quando tinha, apenas, vinte e cinco anos. E acrescenta: «Ficará um mês entre nós» no Hotel dos Estrangeiros.

Um parágrafo cheio de inspiração, digno de ser recordado nos dias que vivemos, encerra a crônica: «Além do político e do general que comandou exércitos brasileiros, tem para nós o General Mitre uma face mais esplendorosa: Presidente de uma república que conheceu a mão de ferro da usurpação e da tirania, encabeçando as melhores inteligências e por estas considerado o homem indispensável, Mitre não se deixou dominar pelo demônio fascinante da ambição. Respeitando e fazendo respeitar a Constituição Argentina, transmitiu o mundo supremo, com tãda deferência e serenidade, a um cidadão que não cingia espada... e que tem consigo sômente a majestade da Lei. A democracia não vive de promessas. Vive de exemplos!

A visita era, segundo fica registrado, motivada, primordialmente, por motivos íntimos e muito dolorosos. A seu respeito devemos citar que se aguardava o ilustre hóspede, no Hotel dos Estrangeiros. Nessa famosa e acreditada casa, se havia alojado, vinte anos atrás, o então Presidente Sarmiento. Também nela, havia justamente um ano, a 17 de outubro de 1870, Jorge Mariano Mitre, filho do general e adido à legação argentina, pusera fim a seus dias. Tocou a nosso ministro, o General Wenceslao Paunero, velho amigo e companheiro de armas do general, a tarefa ingrata de lhe transmitir a infausta nova.

Com data de 6 de novembro, o aflito pai escreve a seu amigo José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, na época ministro em missão especial em Buenos Aires. Encontramos êsse documento nos arquivos do Itamarati. É um bilhete frágil e amarelado, em papel severamente tarjado de luto. Os traços da pena são apreciavelmente diferentes daqueles a que estávamos acostumados. Ao tomá-lo em nossas mãos, pudemos sentir a intensidade da emoção de quem o escreveu. Seus caracteres são obra de dedos trêmulos, movidos por um coração despedaçado: «A êstes golpes se resigna o homem porque não tem remédio, embora nunca se console dêles. Entretanto, a participação generosa que tomam, em nossa dor, os amigos, me impõe uma dívida de gratidão eterna para com êles, entre os quais contarei sempre com Vossa Excelência».

Um ano depois daquela tragédia, é verossímil que a viagem fôsse determinada, principalmente pelo desejo de ver apressada a repatriação dos restos de seu filho, se bem que os regulamentos exigissem o transcurso de cinco anos da data do falecimento.

Na mesma tarde em que chegou ao Rio, Mitre se dirigiu ao cemitério de São João Batista. Aí voltou a pé, no dia se-

guinte, às seis da manhã, em dolorosa meditação, a «chorar sôbre a tumba de seu pobre filho».

Quando regressou ao Hotel, já não se podia sentir só. A imprensa carioca vinha acompanhá-lo, com sua pública expressão de simpatia. «Sentimos que, ao pisar esta terra amiga, que o recebe alegre e ufana — escreveu *A Reforma* — venham tristes recordações de seu filho e de Paunero a amargurar-lhe o coração. Paunero havia falecido há pouco e seus restos também aguardavam repatriação.

Nesse mesmo dia, Mitre recebe a visita de Silva Paranhos, agora Visconde do Rio Branco e presidente do Conselho de Estado. Estadista maduro e sagaz, de uma cativante personalidade, Paranhos, durante os últimos vinte anos, havia dirigido ou participado de mais de quatro missões ao Rio da Prata, então considerado como a melhor escola da diplomacia brasileira. No desempenho dessas comissões, Paranhos e Mitre haviam se conhecido e vinculado, forjando-se entre eles, uma sólida amizade, cheia de mútuo respeito e admiração. O Visconde o convidou para uma excursão ao campo, em nome e por indicação do Conde d'Eu, cônjuge da Princesa Isabel. Regente do Império na ausência de D. Pedro II, que viajava pela Europa, filho do Duque de Nemours e neto de Luís Felipe, o Conde d'Eu havia sido designado Marechal honorário do Exército brasileiro. Esse «marechal de Alcôva», figura popular e querida em seu país adotivo, teve ocasião, todavia, de demonstrar sua perícia e valor pessoal quando sucedeu, no comando, ao Duque de Caxias.

Tinham-se conhecido, em 1865, em Uruguiana, quando S.A. acompanhava D. Pedro II; voltaram a encontrar-se em Buenos Aires, em 1869 estando o Conde em trânsito para o Paraguai, e também na sua viagem de regresso. De sua visita à casa histórica da rua San Martin, deixou-nos o Conde d'Eu íntimos comentários. Entre seus papéis conservados nos arquivos do Museu Imperial de Petrópolis, ao tempo residência de verão do imperador, deparamos descrições como esta: «Mitre, a quem encontramos juntamente com o General Gelly, seu antigo chefe de estado maior, em uma casa cheia de objetos de bronze e outros ornamentos artísticos, mostrou-se muito mais comunicativo do que me havia parecido em Uruguiana, desfez-se em obséquios, oferecendo-me cigarros e licores, e me obrigando a aceitar um precioso poncho de vicunha». Nesse momento, teria aparecido o ministro do Brasil, «Carvalho Borges que nos veio apanhar, para levar-nos em passeio a Palermo».

Voltemos porém, ao Rio e àquele vinte e nove de outubro, quando Rio Branco preparava a excursão ao campo. Esta se



realizou no dia 31. Na segunda-feira, 30, aprontou-se a excursão, consigna uma carta de Rio Branco ao Conde d'Eu: «Na visita que fiz ontem ao General Mitre, pedi-lhe que deixasse ao meu cargo o passeio de trem, pois desejava torná-lo mais agradável, indo com êle e seus companheiros até Juiz de Fora. O passeio que V.A. marcou para a manhã, não exclui aquêlê outro. Eu pediria licença para convidar o general com seus amigos». Mitre respondeu, no mesmo dia a Rio Branco, aceitando o convite, que êste transmitiu, em seguida, ao Conde d'Eu. Iam participar do passeio, entre outros, o Sr. Lanús, sua filha e um sobrinho.

É possível que o desejo de Mitre de estar no Rio, no Dia dos Mortos, houvesse decidido limitar-se o passeio a algum lugar que permitisse o regresso no mesmo dia. Como veremos, a viagem a Juiz de Fora não se realizou até princípios de dezembro. É de crer que Lanús fornecedora dos exércitos aliados. «Ê um excelente amigo meu... e prestou serviços importantes aos exércitos aliados», escreveu Mitre, ao apresentar Lanús ao Conde d'Eu, em 1869, quando êste comandava as tropas brasileiras no Paraguai. Quanto à filha de Lanús, que estava noiva de Lezica, o sócio de seu pai, devia ser uma rapariga bem dotada, a julgar pela descrição do Visconde de Taunay, nas suas memórias. «Tinha um chic peculiar às argentinas de bom tom e mostrava, sobretudo, umas lindas orelhinhas, espécie de pequenas conchas nacaradas, que muito raramente se vêem».

Imaginemos, agora, o grupo de excursionistas, todos com trajes apropriados, chegando à estação antes que chegasse a aurora. Ali se encontraram com S.A. e Rio Branco. Não sabemos até onde os conduziu o anfitrião, porém, é certo que, fôsse qual fôsse o itinerário, o cenário, como todo o que rodeia o Rio, haveria de ser maravilhoso, e há registro das delícias da excursão.

Mitre agradeceu ao Conde d'Eu tôdas as suas atenções: «Tive a satisfação e a honra de receber, juntamente com seu atencioso bilhete do dia 3, as lembranças que V.A. serviu-se oferecer-me como recordação dêste país. O album de vistas, que é dos mais completos que já vi, trar-me-á sempre à memória o agradável passeio que tive a honra de fazer em companhia de V.A., no qual tive ocasião de admirar, pela primeira vez, cheio de gratas emoções, a natureza virgem do Brasil e os colossais monumentos do seu recente desenvolvimnto». Na mesma missiva, Mitre agradece muito especialmente o *Diário* com que o obsequiou seu hóspede, e que continha na forma

sucinta dos documentos de acampamento, a história da campanha do Conde d'Eu no Paraguai que o fêz merecedor da gratidão pública. Acompanha-o o discurso sôbre a educação pública e algumas outras publicações cujas edições se achavam esgotadas. Talvez tenha sido, também, durante essa excursão, que Mitre prometeu ao conde presentear-lhe uns cavalos argentinos, porque um ano depois, ao terminar sua missão oficial no Rio, em dezembro de 1872, lhe dizia: «Vários contra-tempos impediram de concretizar a oferta que lhe fiz em minha viagem anterior e me é agradável poder fazê-lo hoje, oferecendo a S.A. duas parejas de cavalos do Rio da Prata, que espero se servirá aceitar como uma lembrança pelas atenções e bondades que houve por bem dispensar-me».

Sua candidatura a sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico foi adotada por unanimidade. Era o quinto argentino honrado com essa distinção. Precederam-no Manuel de Sarratêa, Tomaz Guido, Valentin Alsina, e Sarmiento. A cerimônia de sua posse teve lugar no dia 1 de dezembro e a ela compareceu o Visconde do Rio Branco. A *Revista Trimestral* do Instituto, reproduz o discurso pronunciado nessa ocasião pelo Senador Cândido Mendes: «...o distinto literato e notável escritor muito se havia recomendado a esta respeitável corporação pela sincera amizade que dedica ao Brasil e mais ainda pelo desvelado interêsse pela história e a geografia da América...». Mitre, por seu turno, paga tributo a essa prestigiosa instituição, «a que mais alto se levantou na América do Sul, dando ao mundo um novo contingente que ilumina o horizonte da história, da geografia e da etnografia americana».

Três dias antes estive na Biblioteca Nacional. Examinou detidamente suas coleções e deixou no registro de ilustres visitantes êste belo pensamento: «O Brasil... não escreve só em monumentos de bronze e de pedra o que é digno de recordação, porque sabe que o monumento mais belo e imperecível é o livro, que, reunido em coleções forma as bibliotecas onde se condensa o espírito humano».

Não encontramos um só comentário de imprensa que não falasse de Mitre com admiração e respeito, e também naquelas revistas que usam o sarcasmo como arma, o tratamento é de grande consideração. Na seção *Obras Raras* da Biblioteca Nacional, encontramos um exemplar do *Mosquito* com a caricatura de sua cabeça que ocupa quase uma página: cabeleira muito grande, barba rala, olhos profundamente pensativos e abaixo a legenda: Bartolomeu Mitre «caramba! você por aqui, grande republicano». Na página seis dêsse número — onze de novembro

— aparece um amplo editorial: «um dos mais fecundos talentos da América do Sul... antes de tudo é um homem sincero, sem ódios nem preconceitos».

O interesse de Mitre pelo desenvolvimento industrial do Brasil, explica-se pelo seu desejo de conhecer Juiz de Fora, novo centro fabril situado a doze horas de diligência além de Petrópolis. A viagem, projetada um mês antes, empreende-se, finalmente, a 5 de dezembro. Pelo que se verifica numa carta posterior de Rio Branco a S.A. Imperial, a excursão foi extremamente fatigante e deixou abalada a saúde do visconde, mas, não, aparentemente, a de Mitre.

Segundo êsse documento, o hóspede «gostou muito de Petrópolis e de Juiz de Fora».

Pouco sabemos da atividade do viajante no que resta do mês de dezembro e da primeira quinzena de janeiro até a sua partida para Buenos Aires. É de supor que a frustração de suas gestões no sentido da repatriação imediata dos restos do seu filho, fizeram-no demorar. É também, provável, que o seu papel de jornalista e de observador político e o seu interesse pela sorte das negociações que na época estavam se conduzindo em Assunção contribuíram para essa demora. Entretanto, havia aproveitado sua estada para renovar e criar novos contatos com os homens dirigentes do Brasil.

Que a questão que se ventilava em Assunção devia ter sido motivo de muitas de suas conversações no Rio revelam seus freqüentes encontros com Rio Branco. Sua preocupação ante o perigo de uma paz em separado por parte do Brasil, com o Paraguai, não carecia de fundamento. Três dias antes de sua partida, no dia 13 de janeiro, *A Reforma* disse em editorial: «Não há conveniência alguma para o Brasil em separar-se dos seus aliados nas negociações definitivas com o Paraguai nem siquer com relação aos nossos limites».

Na noite de 15 de janeiro de 1872, véspera de sua partida, Mitre recebe a visita de Rio Branco «... ocupando-nos durante mais de duas horas da questão do Paraguai». Assim o declara Mitre em uma carta ao Barão de Cotegipe, escrita em Buenos Aires no dia 24 de janeiro e cujo original se encontra no Itamarati.

No dia 16 embarca de regresso à pátria. *A Reforma* despede-se dêle em coluna de primeira página: «Retira-se hoje, para Buenos Aires, o General Bartolomeu Mitre. O ilustre hóspede foi sempre objeto de consideração e respeito. Deixa

no Rio de Janeiro, admiradores e amigos como se tivesse residido largo tempo entre nós».

Deixamos a Mitre as últimas palavras dêste artigo. No dia 16 de fevereiro, escreve a Rio Branco uma extensa carta relativa à assinatura da paz pelo Brasil, separadamente de seus aliados e à delicada crise que êsse fato vinha patentear. «Entretanto — terminava — sou um fiel sustentáculo dos compromissos da Aliança; eu o sou, todavia, pelo amor de meu país e por verdadeira amizade para com o Brasil».



## OS «ATLAS» DA «RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL» (\*)

HÉLIO VIANNA

Apresentado, várias vêzes, mais como *Atlas* que como livro de texto apenas subsidiariamente acompanhado de mapas e plantas, a *Razão do Estado do Brasil*, de Diogo de Campos Moreno, de 1612, que agora publicou a Comissão do Tricentenário da Restauração Pernambucana, merece, realmente, uma análise cartográfica, tão grande é a importância das cartas que a enriquecem. São elas 22 no código do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Rio de Janeiro, 18 no apógrafo da Biblioteca Pública Municipal, da cidade do Pôrto, e 19 no Atlas, sem texto, da Biblioteca Nacional, de Paris, intitulado, êste, *Livro em que se mostra a descrição de tôda a Costa do Brasil e seus portos, barras e sondas delas*, de 1627.

### AUTORIA DOS «ATLAS»

São êstes mapas geralmente atribuídos à autoria de João Teixeira Albernaz, notável cosmógrafo oficial português do século XVII, embora o seu nome sòmente apareça no primeiro dêles, o mapa geral do Brasil e parte da América do Sul do apógrafo do citado Instituto, e no *Livro* da Biblioteca parisiense. Também é de sua autoria, embora desacompanhado dessa afirmação, o mapa geral do Brasil, muito diferente e posterior aos anteriormente citados, que abre o código 126 da Biblioteca do Pôrto, da *Razão do Estado do Brasil*.

Acreditamos, entretanto, que para a elaboração de quase todos êles tenha oferecido rascunho e esboços, ou mesmo simplesmente prestado informações, o citado sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo de Campos, por ocasião de duas de suas estadas em Portugal, em 1612-1614 e 1615, primeiramente porque não está provada até agora, por qualquer documento conhecido, a vinda do referido cartógrafo ao Brasil, e as minúcias,

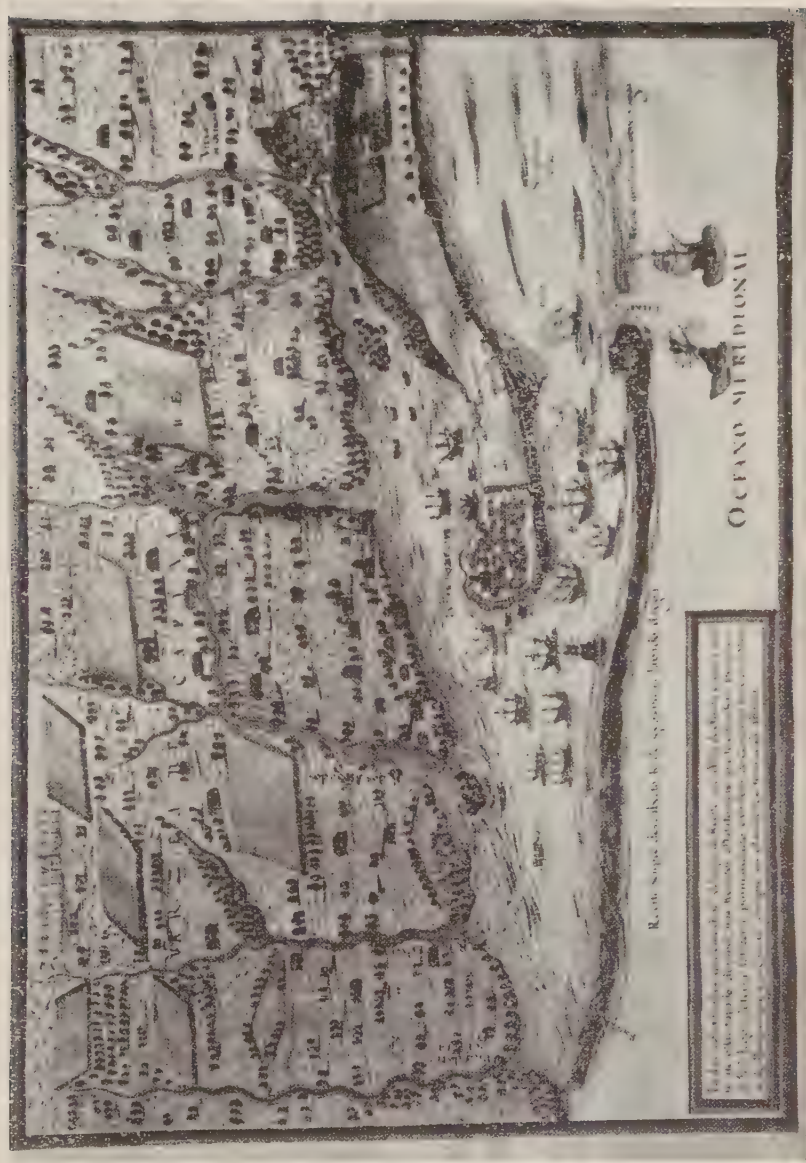
---

(\*) Publicado no *Jornal do Comércio* de 18-5-1958.

naqueles mapas e planos contidas, inclusive sondagens nas costas e barras, exigiriam conhecimento direto, pessoal, para que pudessem ser reproduzidas, como o foram. Assim, um caso como o da «Demonstração da sonda dos Abrolhos», só seria possível mediante dados fornecidos pelos que em 1610 a realizaram, por ordem do governador D. Diogo de Meneses, de acôrdo com a legenda do exemplar portuense: «o capitão e sargento-mor daquele Estado, sendo pilotos Antônio Vicente [Cochado] e Valério Fernandes». E, no caso do primeiro mapa do Maranhão, sua origem nitidamente francesa é comprovada pela colaboração entre La Ravardière e Diogo de Campos, conforme documenta certo trecho da *Jornada do Maranhão*. Assim como o mapa do Rio Grande (do Norte) ao Maranhão, em que se contém a «Descrição do verdadeiro descobrimento e nova conquista do Rio de Jaguaribe, serras de Ariama, Muibuapaba (Ibiapaba), Punaré e confins do Maranhão, que fêz o Capitão Pero Coelho de Sousa» — só poderia ser traçado ou indicado por quem, como Diogo de Campos, estêve ligado a essa primeira tentativa do Ceará como às seguintes, dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira, e de seu sobrinho Martim Soares Moreno, todos possíveis e necessários informantes das minúcias nêle contidas. (Com exceção, é claro, do padre Pinto, morto pelos tacarijus).

Afirmações, estas, que não excluem a hipótese, e mesmo a probabilidade, de João Teixeira e outros cartógrafos terem aproveitado, como era de praxe, também os dados contidos em cartas anteriores, inclusive o *Roteiro de todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na Costa do Brasil, desde o Cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*, existente na Biblioteca da Ajuda, de Lisboa, de autoria pelo Sr. Armando Cortesão atribuída ao parente de João, Luís Teixeira, e de elaboração entre 1573 e 1578, «ou pouco mais».

Ainda a propósito da autoria dos mapas do códice carioca da *Razão do Estado*, convém lembrar que o geógrafo Cândido Mendes de Almeida não duvidava atribuí-la, pelo menos em parte, a Diogo de Campos Moreno, conforme deixou consignado em várias passagens da introdução de suas *Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão*, 2º vol. (Rio, 1874). Assim, às págs. XIV-XV, mencionou o «mapa de Pero Coelho de Sousa copiado por Diogo de Campos Moreno». Capistrano de Abreu, porém, em carta ao Barão de Studart, de 1902, assegurou que o referido primeiro mapa do Ceará «não é de Pero Coelho, como Cândido Mendes afirmou e acreditei tolamente», visto que o conquistador «exceto na Ibiapaba, não se afastou do litoral». Asserção que entretanto não exclui o recolhimento



Mapa da região de Olinda e Recife, do cosmógrafo João Teixeira Albernaz, de circa 1627, incluído no epígrafe do "Livro que dá Razão do Estado do Brasil" de 1612, do sargento-mor Diogo de Campos Moreno, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, doação do Imperador D. Pedro II. Vem-se, à direita, numa elevação, o casarão da "Vila de Olinda", cabeça da capitania de Pernambuco; ao centro, o porto fortificado do "Lugar do Recife"; ao alto, canaviais e engenhos de açúcar da "Várzea do Capivarê". A legenda à esquerda, refere-se às fortificações mandadas fazer pelo governador-geral Matias de Albuquerque.





posterior de dados, por parte de Diogo os quais já alcançariam um pouco mais do interior hoje cearense, piauiense e maranhense.

Admitimos, ainda, que os mapas não referentes ao texto da *Razão do Estado* tenham sido acrescentados pelo cartógrafo ou por outrem, nada tendo a ver com o co-autor que apresentamos, Diogo de Campos Moreno. E o caso das cartas de todo o Brasil de São Vicente ao Rio da Prata (esta só existente no «Atlas» de Paris), do Rio de Janeiro a São Vicente, do porto do Rio de Janeiro, de Maricá ao cabo de São Tomé — em número de cinco. Aceitamos, igualmente, que de um modo geral sejam tôdas um pouco posteriores aos milésimos de preparação do texto (1612-1614), sendo possíveis acréscimos até 1627 (ano mencionado no *Livro-atlas* de Paris). Daí resulta que não possam ser aceitos sem discussão os milésimos que apenas para os mapas e plantas dos códices carioca e portuense apresentou o Sr. Jaime Cortesão, de cêrca de 1616 os segundos, de cêrca de 1626 os primeiros. Basta lembrar que vários são iguais, nos dois apógrafos.

Parece-nos da mesma forma evidente o aproveitamento dos referidos mapas nos posteriormente feitos pelo mesmo João Teixeira Albernaz: os de 1630, 1631, 1640, 1642, 1666 e 1670, existentes em várias mapotecas do Brasil, Portugal e Estados Unidos, em originais ou cópias.

Feitas estas observações sôbre a autoria e a provável colaboração havida na preparação dêsses mapas e plantas, convém repelir a apressada opinião de Capistrano de Abreu, de que êles seriam «em geral de escasso valor». Preferimos, a respeito, os elogios que implicitamente lhes fizeram Varnhagen, Cândido Mendes de Almeida e o próprio Capistrano, que na segunda edição da *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, mercedamente incluiu uma planta e um dêsses mapas, a do Salvador e o do Maranhão. E recomendou, aquela, ao amigo J. Lúcio de Azevedo, pois «suprirá muitas lacunas», conforme escreveu.

## O «ATLAS» DA BIBLIOTECA DE PARIS

Quanto ao *Livro que mostra a Descrição de tôda a Costa do Estado do Brasil e seus portos, barras e sondas delas*, «feito por João Teixeira Albernaz, moço da Câmara de Sua Majestade e seu Cosmógrafo em Lisboa — ano de 1627», atlas sem texto existente na Biblioteca Real, depois Nacional, de Paris, torna-se necessário o registro de alguns dados a seu respeito.

Data de 1844 a proposta, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro feita por José Silvestre Rebello, para que fôsse

copiada aquela *Descrição* por João Teixeira oferecida ao rei de Espanha, então Filipe IV.

Residia então em Paris o médico brasileiro Caetano Lopes de Moura, que para D. Pedro II copiava, em arquivos e bibliotecas, documentos interessantes ao Brasil, fazia traduções, etc. Sua correspondência com o imperador, hoje guardada no Arquivo da Superintendência de Petrópolis, foi posta à nossa disposição pelo príncipe D. Pedro Gastão de Orléans-Bragança e, por sua gentileza e do Sr. Guilherme Auler, ali a consultamos. Nela se encontram minuciosos dados relativos ao referido «Atlas».

Adquirido em 1717, trazia as armas do rei de Espanha — o que não acontece nos códices do Pôrto e do Rio de Janeiro, aquêles com as armas de Portugal, êste com as do 2º Conde Marquês de Eliche, conforme apuramos. Duas vêzes menciona 1627 como a data de sua elaboração. São 19 suas cartas e plantas em pergaminho e uma delas, conforme já assinalamos, a da costa de São Vicente ao Rio da Prata, falta aos outros códices. Tem-na, em cópia doada por D. Pedro II, o nosso Instituto Histórico. Em suas legendas também encontramos várias diferenças, na colação que com as do Pôrto e Rio de Janeiro fizemos, para a edição, em linguagem atual e com anotações do *Livro* que dá *Razão do Estado do Brasil*, códice do Instituto Histórico.

A existência, em Paris, dêsse «Atlas», forneceu ao govêrno francês um argumento contra os direitos do Brasil à região do Amapá, quando, ao findar o século XIX, com êle discutia o nosso país, por intermédio do Barão do Rio Branco e sob o arbitramento do Conselho Federal Suíço, essa questão fronteiriça. É que o mapa geral do Brasil, nêle contido, declarava, na respectiva legenda, «que o Brasil começa no rio Pará», como não se esqueceu de assinalar o advogado francês. Respondendo-lhe, declarou Rio Branco que João Teixeira não podia dizer outra coisa em 1627. Sua afirmativa era prova, apenas, de sua ignorância. E, para maior força, chegou a alegar que o referido mapa «não era um documento oficial português».

### CONTEÚDO DOS «ATLAS»

Para maior facilidade da comparação entre os mapas e plantas contidos em cada um dos três códices, o *Livro que dá Razão do Estado* (do nosso Instituto Histórico), a *Razão do Estado do Brasil* (da Biblioteca do Pôrto), ambos de Diogo de Campos Moreno e o *Livro* em que se mostra a *Descrição de tôda a Costa do Brasil*, de João Teixeira Albernaz (da Biblioteca Nacional, de Paris) — fizemos para a citada edição pernambucana do primeiro, um quadro em que aparece a respectiva

lista, com as dimensões de cada um e a indicação dos que faltam em cada apógrafo, existindo num ou noutro dos demais. Não sendo possível, agora, a sua reprodução, limitamo-nos a um resumo. assegurando, primeiramente, que 22 são os mapas e plantas do códice carioca, 18 os do português, 19 os do «Atlas» parisiense. Neste como já vimos, há um mapa que falta aos demais, o da costa de São Vicente ao Rio da Prata, aliás bastante esquemático. E diferem, nos três, os mapas gerais do Brasil, que todos contêm, como abertura do conjunto.

Quanto à época em que foram traçados, parece ser mais antigo o do Pôrto, como aliás também acontece ao texto de Diogo de Campos: e mais recente o de Paris, aliás datado de 1627. Daríamos, àquele, datas de 1612 a 1615, pois já contém o mapa do Maranhão, sòmente possível depois da conquista aos franceses, ocorrida nesse último ano.

São os seguintes, com a numeração que lhes atribuímos, os mapas e plantas do códice do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que agora reproduzimos quatro, na citada edição crítica:

- 1 — Estado do Brasil;
- 2 — Do Rio de Janeiro a São Vicente;
- 3 — Rio de Janeiro (apresentado o seu pôrto como «o melhor de todo o Estado do Brasil»);
- 4 — De Maricá a São Tomé;
- 5 — Espírito Santo (com o roteiro para a serra das Esmeraldas, descoberta por Marcos de Azevedo);
- 6 — Pôrto Seguro;
- 7 — Abrolhos (a primeira exploração e sondagem do arquipélago);
- 8 — Pôrto Seguro e Ilhéus;
- 9 — Ilhéus;
- 10 — Rio das Contas, Camamu, Morro de São Paulo;
- 11 — Bahia de Todos os Santos (com a próspera região do Recôncavo);
- 12 — Cidade do Salvador (minuciosa planta, de grande importância);
- 13 — Sergipe d'El-Rei;
- 14 — Rio São Francisco (o primeiro levantamento do baixo curso do grande rio, até um pouco além do Sumidouro ou cachoeira de Paulo Afonso);
- 15 — Forte de Passagem (na foz do São Francisco);

- 16 — Pernambuco;
- 17 — Recife e Olinda (com interessantes minúcias que desmentem a origem holandesa daquele pôrto);
- 18 — Itamaracá;
- 19 — Paraíba ou Rio de São Domingos;
- 20 — Rio Grande (com a planta do forte dos Reis Magos);
- 21 — Ceará (a primeira fixação cartográfica das tentativas de Pero Coelho, dos jesuítas e de Martim Soares Moreno);
- 22 — Maranhão (mapa de origem rigorosamente francesa, como demonstramos).

Muito lamentamos não ter conseguido, por enquanto, uma reprodução integral, em grande formato e em côres, dêsse magnífico «Atlas», de extraordinário valor para a geografia e a história do Brasil do segundo ou terceiro decênios do século XVII. Reproduções parciais, em preto e em pequeno formato, já têm aparecido, mas não de todos os seus mapas e plantas, em diversas obras de autores brasileiros e portugueses, que pormenorizadamente citamos na referida publicação. Impõe-se, entretanto, uma edição completa, sem a qual continuará faltando à divulgação que merece ter, uma peça essencial de nossa história cartográfica.



## AUTORIA DO «LIVRO QUE DÁ RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL»

HÉLIO VIANNA

O primeiro problema que se nos apresentou, na preparação da recente edição crítica de um dos apógrafos do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, foi o da autoria dessa obra anônima. Três nomes para ela já foram apontados e, embora tenham sido afastados os dois primeiros, o terceiro, apesar de geralmente aceito, precisa receber comprovações suficientes para sua indiscutível aceitação. Referimo-nos ao governador D. Diogo de Meneses e Siqueira (depois 1º Conde de Ericeira), ao jesuíta e apóstata padre Manuel de Moraes e ao Capitão e Sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo de Campos Moreno, cuja biografia incluímos naquela edição.

### NO «DICIONÁRIO» DE MORAIS

A primeira referência à autoria da *Razão do Estado do Brasil* é a que apareceu no verbete da palavra «mocambos», na edição inicial, de Lisboa, 1789, do *Dicionário da Língua Portuguesa*, «composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva». Autorizando a sua significação como «quilombos, habitação feita nos matos pelos escravos pretos fugidos no Brasil», acrescenta — «Ms. da *Razão do Estado do Brasil* por D. Diogo de Meneses em 1612».

Maior referência bibliográfica apareceu na 4ª edição, de 1831, do *Dicionário*, na lista das «Abreviaturas das citações dos livros portugueses com que se autoriza o uso das palavras». Aí novamente se declarou ser aquele códice da biblioteca do Visconde de Balsemão, em 1781 adquirido na Holanda, escrito «por D. Diogo de Meneses».

Deve-se essa atribuição ao fato de trazer o apógrafo também este título: *Razão do Estado do Brasil no govêrno do Norte sòmente assim como o teve Dom Diogo de Meneses até o ano*

de 1612. Limitando a extensão e a época do *Livro* ao governo parcial do Brasil, que entre 1609 e 1612 teve o referido governador, a êle foi arbitrariamente atribuída a respectiva autoria.

## VARNHAGEN E A «RAZÃO DO ESTADO»

Nas «Reflexões Críticas sôbre o escrito dos fins do século dezesseis, impresso com o título de *Notícia do Brasil*», atribuiu-a Varnhagen ao ex-jesuíta Manuel de Moraes, por dedução tirada de duas referências de Johannes de Laet e Diogo Barbosa Machado.

Para invalidar a hipótese, basta lembrar que em 1613, ano em que provávelmente ter-se-ia terminado a elaboração da *Razão do Estado*, Manuel de Moraes, aos 16 anos de idade, ingressava no colégio jesuítico do Rio de Janeiro.

Entretanto, nas mesmas «Reflexões Críticas», mais adiante assinalou o futuro Visconde de Pôrto Seguro que o apóstata Manuel de Moraes não poderia ser o autor daquela obra, de acôrdo com carta que do Pôrto recebera de Diogo Köpke, sôbre um seu apógrafo ali existente na Biblioteca Pública, certamente o mesmo de que se utilizara o dicionarista Moraes Silva. Dizíã que o autor seria pessoa de confiança do governador D. Diogo de Meneses e que do texto e mapas se poderia conjecturar quem fôsse. E, à vista da legenda do mapa dos Abrolhos, acrescentou: «Começo a suspeitar que êle (o autor) fôsse o capitão ou sargento-mor», cujo nome desconhecia.

Com essas pistas, fácil seria a Varnhagen descobrir o nome desejado: Diogo de Campos Moreno. Entretanto, ainda em 1851, ao anotar o *Tratado Descritivo do Brasil* em 1587, de Gabriel Soares de Sousa, escreveria, quanto à *Razão do Estado*: «hoje temos certeza de haver sido escrita pelo próprio governador D. Diogo de Meneses». E confirmou-o em carta do ano seguinte, dirigida a D. Pedro II.

Redigindo, porém, a sua monumental *História Geral do Brasil*, encontrou elementos para mudar de idéia. Todavia, na primeira edição de seu volume inicial, de 1854, ainda se manifestava em dúvida, ao dizer, referindo-se àquele governador: «Fôsse ou não a obra por êle escrita ou dirigida, é uma preciosa pedra miliária posta em seu tempo na terra de Santa Cruz». E mais adiante anotou entre os grandes serviços de D. Diogo de Meneses aquêlê «magnifico livro», esclarecendo, afinal: «Êste último, se bem que redigido pelo Sargento-mor Diogo de Campos, foi evidentemente empreendido por iniciativa do governador, e com muitas informações por êle pessoalmente fornecidas». Sabemos, hoje, por documento inédito há alguns anos adquirido pelo Ita-

marati, que a referida iniciativa não coube ao governador, tratando-se de ordem do rei Filipe III de Espanha (II de Portugal), depois reiterada ao novo governador, Gaspar de Sousa, no regimento com que veio para o Brasil.

## D. PEDRO II E OUTROS

Em 1855 fêz o Imperador D. Pedro II doação de outro apógrafo do *Livro que dá Razão ao Estado do Brasil* ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É o que agora publicamos, por iniciativa do Professor Jordão Emerenciano, diretor do Arquivo Público Estadual, de Pernambuco.

Entregando-o àquela associação, fêz o doador algumas «observações sugeridas pelo exame que da obra estava fazendo». Infelizmente, não foram elas publicadas, nem se encontram em manuscrito, na mesma instituição ou noutra de nosso conhecimento, inclusive o Arquivo da Família Imperial do Brasil, hoje incorporado ao Museu Imperial, de Petrópolis.

Tratando-se de obra tida como anônima, assim apareceu sua segunda transcrição parcial, feita por Melo Moraes, no tomo I de sua *Corografia Histórica*, de 1858. Aceitou, porém, a atribuição feita por Varnhagen, Cândido Mendes de Almeida, em 1874, em notas às *Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão*. Inútilmente propôs sua publicação ao Instituto Histórico, em 1877.

Varnhagen, porém, esquecendo a ajuda que no caso lhe havia dado Diogo Köpke, escrevia, em 1874: «Muitos outros fatos tenho conseguido apurar, no largo curso de perto de quarenta anos, a respeito dos quais, se hoje me pedissem as provas, eu não saberia dá-las, nem indicar o processo mental seguido no meu achado. E sem ir mais longe: citarei dois, admitidos por meu douto censor no seu próprio Prefácio (refere-se a Cândido Mendes): o de ser Diogo de Campos Moreno o autor do livro *Razão do Estado do Brasil*, no que só atinei (se é que atinei) depois de o ter atribuído a dois outros indivíduos; e o de ser o padre Jerônimo Machado o autor da *Jornada e Conquista de Paraíba*». «Escandia leite, como se vê, o grande historiador, que era homem para esquecimentos do gênero... E, quanto ao segundo caso que apontou, como os mestres também se enganam, vale a pena lembrar que o autor do *Sumário das Armadas que se fizeram e Guerras que se deram na conquista do Rio Paraíba*, foi, segundo o jesuíta Serafim Leite, o padre Simão Travassos e não aquêle apontado por Varnhagen.

Em Portugal, na Biblioteca do Pôrto, ainda em 1879 supunha o bibliotecário João Nogueira Gandra que o autor do

código da *Razão*, que possui a instituição, fôsse Diogo de Castro Meneses (sic). Entre nós, graças a Varnhagen, já não acontecia o mesmo. Capistrano de Abreu, em carta a J. Lúcio de Azevedo, de 1917, admitiu ser «possível» a atribuição a Diogo de Campos feita pelo Visconde de Pôrto Seguro. Preferiu, entretanto, manter a dúvida quanto aos dois Diogos, na questão da autoria, Brás do Amaral, em nota às *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, de Inácio Acioli de Cerqueira e Silva.

Publicando, em 1949, na *The Hispanic American Historical Review*, o texto do código portuense, a respeito registrou, com razão o professor Engel Sluiter: «Conquanto essa identificação de autoria se estabeleça mais sôbre provas circunstanciais que pela evidência, é geralmente aceita pelos estudiosos brasileiros, e nós, infelizmente, não possuímos novas informações para confirmá-la ou negá-la». Respondemos a essa justa observação, quer na biografia, que levantamos, de Diogo de Campos, quer na comparação, que fizemos, da *Razão do Estado*, com outra obra de sua incontestável autoria, a *Jornada do Maranhão por ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614*.



## O CENTENÁRIO DE ERNESTO SENNA

Transcorre amanhã o primeiro centenário do nascimento de Ernesto Senna, o pioneiro dos grandes repórteres desta cidade, a que prestou muitos e valiosos serviços.

Era uma vocação legítima para o jornalismo informativo, percorrendo constantemente a cidade à cata de notícias, buscando infatigavelmente saber de tudo, procurando a todo mundo, indagando sempre.

Cheio de bom humor, bondoso e entusiasmado por tudo, atendia a todos, querendo servir a toda gente na sua caridade proverbial.

Ernesto Augusto de Senna Pereira nasceu nesta cidade a 22 de setembro de 1858, aqui se iniciando no comércio aos onze anos, num armazém. Havia perto, um serviço telegráfico da Companhia Ficher e Ernesto Senna, que se interessava pela atividade, conseguiu ali um emprego. Entrou mais tarde para a Repartição dos Telégrafos, foi escriturário do Hospital do Carmo e empregado de uma companhia de proprietários.

Aos vinte anos conseguiu satisfazer a sua verdadeira vocação, ingressando no *Diário do Rio de Janeiro*, primeiro no escritório e depois na redação. Fundou depois o *Diário de Notícias* com Manuel Carneiro e trabalhou a seguir em vários outros jornais como o *Jornal do Povo*, *Gazeta da Tarde*, *Gazeta da Noite*, *Gazetinha*, *Cidade do Rio*, e, afinal, no *Jornal do Comércio*, onde permaneceu vinte e sete anos, até falecer, no Rio, a 19 de outubro de 1913.

Como bem disse então o *Jornal do Comércio*, esse reporter por excelência, «renovador ousado e brilhante», «chegou a constituir uma figura quase simbólica da classe».

Seu enterramento confirmou o prestígio e popularidade de que desfrutava na cidade que tão bem conhecia e a que tanto servira e amara.

Era major honorário do Exército e coronel da Guarda Nacional, possuindo vários títulos e condecorações do país e de outras nações.

Pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Sociedade Brasileira de Geografia e outras entidades e foi cônsul no Rio, da Venezuela e da Guatemala.

Vários foram os livros e trabalhos publicados por Ernesto Senna e entre eles *Notas de um reporter*, *O Paraná em estrada de ferro*, *Rascunhos e perfis*, *Através do cárcere*, *Ferreira Viana*, *O velho comércio do Rio de Janeiro*, *Deodoro e ainda alguns folhetos e avulsos como Maria Pia*, *O telégrafo no Brasil*, *Os inválidos da Pátria*, *O Jornal do Comércio*, *A batalha do Riachuelo*, *José Clemente Pereira*. Muitos dos seus trabalhos foram traduzidos em diversas linguas.

Ernesto Senna escreveu também alguns versos e dêle vamos transcrever o seguinte soneto, incluído por Laudelino Freire em *Sonetos Brasileiros*:

«O passado esqueci. Tristes lembranças  
Da memória apaguei... Sigo outro norte,  
Irei contigo onde quiser a sorte,  
De crenças cheio e cheio de esperanças.

Quem a roubar-te ao meu amplexo forte  
Se atreveria? As longas negras tranças  
Esparze como um lago de bonanças  
E deixa-me sonhar até a morte.

Sonhar... Sonhar... Que importa o mais? Amar-te  
Ver-te, sentir-te em tudo em tôda a parte  
Venha amanhã a morte impenitente...

Doce há-de a morte horrenda e fera  
No teu regaço; cavarei contente  
O meu sepulcro, em plena primavera!»

N.C.

## CARTAS DE D. LUÍS A JOÃO ALFREDO

PEDRO MONIZ DE ARAGÃO

A primeira carta de D. Luís existente no Arquivo João Alfredo, não é endereçada àquele estadista pernambucano. Tem como destinatária, ao que supomos, D. Joaquina de Araújo Gomes, segunda espôsa de José Francisco Bernardes, Barão de São Joaquim, e seu teor é o seguinte:

«Viena, 2 de abril de 1904.

Querida Baronesa.

Não quero deixar a Senhora partir para o Brasil sem acrescentar algumas palavras à conversa que tivemos há quinze dias no trem entre Nice e Monte Carlo.

A Senhora sabe quais são minhas idéias e quais meus desejos.

Desde muitos anos tenho refletido sôbre as questões que tratamos nessa ocasião. Hoje cheguei finalmente à conclusão que tôda minha vida, como aliás a de meus irmãos devia ser orientada dum lado único: a restauração da monarquia no Brasil. Durante muito tempo acreditei que esta restauração fôsse coisa impossível. Nós, pensava, só tínhamos uma coisa a fazer: esperar sossegadamente no serviço da Áustria que nos viessem chamar.

Os acontecimentos dêstes últimos tempos, a evolução política que se tem efetuado no Brasil, várias conversas que tenho tido com pessoas vindas de lá, mudaram completamente minha maneira de ver.

Ainda não creio que a Restauração seja coisa fácil ou próxima, mas em todos os casos é possível e desejada de muitos.

A questão a resolver agora é: o que nós devemos fazer. Eu sempre pensei que a viagem dum de nós ao Brasil ou ao

menos à América do Sul seria no ponto de vista monarquista utilíssima.

Se só tivesse seguido o meu palpite, há já muito tempo que teria partido. Uma consideração me tem retido: o receio de comprometer por uma ação irrefletida os interesses das pessoas que desde quatorze anos sustentam nossa causa com tanta dedicação. Por conseguinte o que agora quero saber é a opinião das principais destas pessoas — Ouro Preto, João Alfredo, Andrade Figueira, Lafayette — sobre o projeto em questão.

T'alvez a Senhora pudesse obter que cada um dêses Senhores me desse sua opinião por seu intermédio ou por escrito — a Senhora encarregando-se das cartas para evitar o perigo do Correio. Em todos os casos conformarei meus atos aos conselhos que me serão dados por pessoas tão competentes.

Adeus, querida Baronesa. Desejo-lhe a melhor viagem possível. Muitas lembranças ao Sr. Barão.

Seu amigo afeiçoado

*Luís.»*

Três anos depois, dirigindo-se ao próprio João Alfredo, fazia-o D. Luís para enviar-lhe um prefácio destinado a um estudo técnico de seu fraternal amigo Cândido Tôrres Guimarães, brilhante oficial brasileiro diplomado na Escola de Saint-Cyr e nela laureado durante todo o curso, futuro coronel do exército francês e herói da guerra mundial de 1914-1918:

«Boulogne-sur-Seine.

16 de fevereiro de 1907.

Prezado Senhor Conselheiro.

Meu amigo Cândido Guimarães, tenente em disponibilidade, tendo composto um projeto de reorganização do exército brasileiro e tencionando publicá-lo no *Jornal do Comércio*, pediu-me que lhe escrevesse uma carta a fim de servir de prefácio a seu trabalho.

Li com muita atenção as provas que êle me mandou, anotei-as e achando-me de acôrdo com quase tôdas as suas idéias, escrevo-lhe a carta que agora submeto à sua aprovação.

Achamos com efeito que um documento dêse gênero, sem ter a importância de um manifesto político — que não me in-



cumbe fazer — poderá entretanto ser considerado como a expressão de nossa opinião sobre a questão da reorganização do Exército.

Pareceu-me, pois, conveniente que os Senhores dessem sua opinião sobre a oportunidade de tal publicação.

Eu, pessoalmente, sou militarista e o Senhor bem conhece minhas idéias a êsse respeito.

O neto do Visconde de Ouro Preto, Dr. Parreiras Horta, teve a amabilidade de encarregar-se de todos os papéis concernentes a tal assunto e como conversou com Cândido poderá dar-lhe as explicações que forem necessárias.

Aproveito essa ocasião para agradecer-lhe a carta tão obsequiosa que o Senhor me escreveu sobre meu livro e afirmar-lhe novamente meus sentimentos de sincera amizade. — *Luís*».

A referência a êsse prefácio, condicionado à aprovação dos mais categorizados próceres monarquistas da época e de grande valor autobiográfico, impõe, sem dúvida, a sua divulgação:

«Nezsider. 16 de novembro de 1906.

Amigo Cândido.

Acabo de ler seu patriótico trabalho sobre o assunto tão momentoso da reorganização do exército brasileiro, e, como de-seja, venho comunicar-lhe em breves palavras as principais impressões que êle me sugere.

De quanto me interessou essa leitura, V. não duvidará, conhecendo dum lado meu amor por tudo quanto toca ao Brasil, do outro minha curiosidade por tôdas as questões militares.

Nos dez anos que acabo de passar no exército austríaco tem sido minha principal preocupação adquirir todos os conhecimentos técnicos e administrativos necessários a um bom oficial — de modo a estar pronto no dia em que me fôr dado utilizá-los no Brasil.

Como V. sabe tanto meus irmãos como eu somos militaristas de coração.

Consideramos e nisto andamos de acôrdo com os maiores políticos modernos que um bom exército é o complemento indispensável da prosperidade dum país. É o sinal exterior da riqueza e do poder duma nação. É a quantia *sine qua non* duma política externa independente, isenta de fraquezas e de compromissos.

É além disto a melhor das escolas para um povo; pois é nela que o campônio singelo e inculto vai adquirir os conhecimentos que dêle fazem um verdadeiro cidadão, consciente de seus direitos e sobretudo de seus deveres para com a pátria; que o cético habitante das cidades vai aprender um pouco de ideal, o ideal do culto da bandeira que é a própria síntese do culto do país.

Excusado é pois dizer quanto, com uma compreensão tão elevada de sua missão, pode hoje o oficial, êsse indispensável educador da alma popular, transformar o exército num poderoso centro de moralização no seio da sociedade moderna, sendo perante o povo o representante das idéias de patriotismo, de disciplina e de honra sem as quais é inevitável a decadência dum país.

Para o princípio monárquico, creio da maior é a importância das classes armadas. Elas são o sustentáculo natural do trono, que, por sua parte, dá-lhes o prestígio e o brilho indispensáveis para o bom desempenho de sua missão.

Fora disso, e considerando sômente o ponto de vista da nova organização federal que hoje existe no Brasil, um exército e uma marinha fortes se impõem, como elementos necessários da união entre os estados e o poder central.

Segundo a palavra de Moltke cada nação tem o exército que merece. Com o brilhante futuro que lhe é reservado, não pode ficar o Brasil atrás de outras potências menos favorecidas que já tomaram êste rumo.

É erro pretender-se, como fazem certos políticos sem horizontes, que os exércitos são elementos de empobrecimento para um país.

Baste-nos um exemplo: a Alemanha cuja prosperidade comercial foi consequência de sua transformação em grande potência militar.

Nossa situação privilegiada no novo continente não nos impõe, é verdade, a «paz armada» que pesa sobre as nações da Europa. Mas a extensão de nossas fronteiras tanto terrestres como marítimas e nossa população de cerca de 20 milhões de almas, não nos permitem mais reduzirmo-nos ao papel de estado fraco, despojado de toda iniciativa internacional, vivendo à sombra de outrem.

Parece-me portanto bastante judicioso o compromisso que V. propõe para o Brasil, no seu projeto, entre a organização das grandes potências militares e a dos estados neutros como a Suíça.

Concordo aliás completamente com suas idéias em geral e só indiquei a lapis em margem de seu trabalho, que com esta lhe devolvo, algumas modificações concernentes à organização de certos detalhes e particularmente à da artilharia, arma que tive ocasião de estudar com especial interêsse por ter nela servido alguns anos e que fica sendo ainda hoje minha arma de predileção.

Fazemos votos sinceros meus irmãos e eu para que a reorganização do exército, tão desejada por nossos camaradas de lá, transforme-se brevemente em realidade.

O Brasil deve êste esforço não sòmente a seu passado militar tão glorioso, ilustrado pelas campanhas do Prata e do Paraguai, como também à sua brilhante missão futura, tão bem discriminada no último livro de Reclus: *Le partage du monde*.

O que lastimamos é só poder acompanhar por enquanto de longe êsse trabalho tão importante.

Esperamos porém que Deus nos dará algum dia o ensejo de contribuir pessoalmente para a realização completa de tão grande *desideratum* com os conhecimentos aqui adquiridos durante os longos anos de exílio. Seu camarada e amigo. — *Luís*».

Em 1908, escrevendo a João Alfredo, já na qualidade de herdeiro da coroa, em face renúncia de seu irmão D. Pedro, Príncipe do Grão-Pará, assim se expressava D. Luís:

«Cannes, 11 de novembro de 1908.

Prezado Senhor Conselheiro,

Remeto ao portador desta uma fotografia tirada por ocasião do meu casamento e peço-lhe que a aceite em lembrança dêste feliz acontecimento.

O Senhor estará ao fato dos pormenores da cerimônia que teve lugar aqui no dia 4 dêste mês. Procuramos dar à festa um caráter acentuadamente brasileiro e creio que, em parte ao menos, o conseguimos. Só tivemos que lastimar que a distância nos impedisse de ver juntos de nós os fiéis amigos que da outra banda do Oceano sustentam nossa causa; o Senhor pode estar convencido que em dia para mim tão fausto senti particularmente sua ausência.

Pelas cartas de Minha Mãe o Senhor terá tido conhecimento de quem é minha mulher (1): é uma digna sobrinha de

---

(1) D. Maria Pia de Bourbon, Princesa das Duas Sicílias.

minha saudosa avó e, sob todos os pontos de vista, estou certo de ter feito uma boa escolha. A falta de fortuna e o fato de não pertencer a uma casa atualmente reinante serão mais que compensados por suas qualidades morais e intelectuais que o Brasil, espero, saberá apreciar.

Meu irmão, como o Senhor sabe, renunciou em meu favor, por motivo de seu casamento, a seus direitos eventuais ao trono, sem que por isso fôsse abalada a perfeita concórdia que entre nós existe e sempre existirá.

Creio por conseguinte a ocasião propícia para entrar em contato mais íntimo e mais seguido com os fiéis representantes de nossa causa, que é a causa do Brasil.

O Senhor me conhece e eu espero que nossas conversas passadas o terão convencido de minha boa vontade e do desejo que tenho de prestar à nossa Pátria todos os serviços que puder. A dificuldade de entreter correspondência por meio do Correio, a grande distância que nos separa, tem-me infelizmente impedido de cultivar relações seguidas com o Senhor e os outros Chefes do Partido.

Também foi muito prejudicial a mentira que reinava sobre minha posição relativamente à do meu irmão. Agora que tudo está esclarecido venho pedir aos Senhores que me ajudem com seus conselhos e me indiquem o rumo que convém seguir nas circunstâncias atuais.

Sei que por ora nossa política não pode ser ativa, que a perturbação geral do país e a confusão que reina entre os partidos nos condenam à expectativa; não obstante parece-me que seria conveniente tornar lembrada e simpática a nossa causa.

Sejamos francos, nós mesmos muito pouco temos feito nesse sentido; fizemo-nos esquecer no Brasil.

Para que a idéia de uma restauração possa vingar é preciso antes de tudo que sejam conhecidos os que atualmente representam a dinastia.

Peço aos Senhores que me dêem seu parecer sobre êsse assunto. Talvez pudéssemos aproveitar as circunstâncias atuais para publicar um manifesto do partido e assim iniciar a formação do eleitorado, a representação no Congresso, o trabalho pertinaz e insistente pela imprensa.

No isolamento em que vivemos só podemos ter idéia muito imperfeita da situação atual. Os Senhores podem me aconselhar, ajudar-me a criar-me uma personalidade, dando-me um valor político...



Não preciso acrescentar que tudo quanto eu fizer será submetido à apreciação de minha Mãe para quem não tenho segredos e cujo órgão serei. Nunca falarei senão como herdeiros da Representante atual da Monarquia legítima.

Pelas informações que tenho recebido o momento psicológico aproxima-se. O estado das finanças e da lavoura, a bancarrota sempre possível, a oligarquia que campeia nos estados, os impostos que esmagam o povo, o descontentamento das fôlhas as mais republicanas como o *País*, a *Gazeta de Notícias*, a *Imprensa*, são indícios de uma crise iminente. Convém estarmos prontos e os Senhores sós podem orientar-nos.

Concluo esta carta pedindo-lhe, prezado Senhor Conselheiro, que aceite um apertado abraço de seu grato — *Luís de Orleans e Bragança*».

Polida, embora, a linguagem de D. Luís, dessa feita, muito pouco se assemelha à das vâzes anteriores. O que dela extravaza, e a voz de comando de um chefe, impetuoso e autoritário, em cujas veias, nesse particular, parecia correr unicamente o sangue de D. Pedro I.

# BIO-BIBLIOGRAFIA DE SÓCIOS

## BIO-BIBLIOGRAFIA DOS SÓCIOS DO INSTITUTO

MARIA CAROLINA MAX FLEIUS

*Vicente de Paulo Vicente de Azevedo.* — Nascido em São Paulo, Estado de S. Paulo, a 10 de outubro de 1895. Filho de José Vicente de Azevedo e D. Cândida Bueno Lopes de Azevedo.

— Bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo — 1920.

— Promotor público — 1921 — Sta. Cruz das Palmeiras, Bebedouro, S. Carlos do Pinhal.

— Promotor público — 1923 — da capital.

— Chefe de Polícia — 1934.

— Procurador geral do Estado — 1934-1938.

— 1º sub-procurador geral do Estado — 1939 a 1944.

— Desembargador do Tribunal de Justiça, pelo quinto reservado aos advogados e ao Ministério Público — 1944-1952. Juiz do Tribunal Eleitoral — 1946-1952, ano em que se aposentou.

*Magistério Superior* — Doutor em direito, defesa de tese: 1936.

Livre docente de Direito Judiciário Penal, por concurso, da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo, 1939.

Professor catedrático de Direito Judiciário Penal da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1946.

Obras publicadas:

LITERATURA:

*Álvares de Azevedo*, dados para sua biografia, S. Paulo, 1930, Emp. Gráfica «Revista dos Tribunais». Ed. esgotada.

DIREITO:

*Crime — Dano — Reparação, a reparação civil do dano oriundo do crime*, S. Paulo, 1934. Ed. da Empresa Gráfica «Revista dos Tribunais». Edição esgotada.

*Ação de indenização* — danos praticados durante a revolução de 1930. Defesa da fazenda pública estadual. S. Paulo, 1935. Empresa Gráfica «Revista dos Tribunais». Ed. fora do mercado.

*As questões prejudiciais no processo penal brasileiro*, São Paulo, 1938. Empresa Gráfica «Revista dos Tribunais». Edição esgotada.

*As questões prejudiciais no processo penal brasileiro*, São Paulo, 1940. 2ª edição. Livraria Martins Editôra.

*Apostilas de Direito Judiciário Penal* (Programa e anotações do curso dado na Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo), 1952. Ed. Saraiva. 1º vol. Edição esgotada.

*Curso de Direito Judiciário Penal*, dado na Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo, em dois volumes. Obra no prelo. Ed. Saraiva — 1958.

ARTIGOS EM REVISTAS:

O *Código Criminal* — Apreciação histórica e jurídica, por ocasião do centenário, 16 de dezembro de 1930: in «Revista dos Tribunais», vol. 77, págs. 441 e segs., março de 1931.

José Arouche de Toledo Rendon, 1º Diretor da Faculdade de Direito de S. Paulo, in «Revista da Faculdade de Direito de S. Paulo», vol. 31, pág. 470.

*Das nulidades no processo penal brasileiro*, in «Revista dos Tribunais», vol. CXLI, pág. 437.

*Idem*, in «Justitia», revista do Ministério Público Paulista, vol. IV, fasc. III, pág. 313.

*Prova*, in «Revista da Faculdade de Direito de S. Paulo», 1954, vol. XLIX, pág. 285.

*Carrara, o mestre supremo do Direito Penal* — apresentação da tradução brasileira do Programa do Curso de Direito Criminal. Ed. Saraiva, 1956.

## NOTICIÁRIO

### INSTRUÇÕES REGULADORAS DAS ATIVIDADES DA REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, APROVADAS A TÍTULO PROVISÓRIO NA ASSEMBLÉIA DE 9 DE SETEMBRO DE 1958

Art. 1º A *Revista* terá sua publicação trimestral organizada, em 1 volume, constituído das seguintes partes: *trabalhos originais, documentário, conferências proferidas no Instituto, transcrições, crítica de livros, trabalhos das Comissões; e expediente da secretaria, noticiário, publicações recebidas*. Os números serão organizados pela *Comissão Diretora da Revista* e publicados sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. No último trimestre de cada ano será publicada a relação dos sócios, com anotações correspondentes às respectivas caracterizações.

Art. 2º A *Comissão Diretora* da *Revista* constitui-se de três sócios efetivos beneméritos ou grandes beneméritos, residentes no Rio de Janeiro, nomeados pelo presidente.

Incumbe-lhe:

- a) organizar a matéria a ser publicada;
- b) promover a colaboração dos sócios e das comissões de História, Geografia, Arqueologia e Etnografia do Brasil, bem como a publicação de documentos concernentes a êsses assuntos;
- c) julgar os trabalhos de sócios ou de escritores não pertencentes ao Instituto, oferecidos para divulgação na *Revista*, sob responsabilidade individual de seu autor; exceção feita do que fôr incumbência estatutária das diversas comissões permanentes;

§ 1º A organização dos números da *Revista* será feita pela *Comissão*, até a segunda quinzena do penúltimo mês do trimestre anterior ao do número a ser publicado.

§ 2º Organizada a matéria a ser publicada, conforme o índice correspondente, a *Comissão* fará entrega da mesma ao funcionário Diretor da Secretaria, para os fins de impressão.



§ 3º Nenhuma publicação será feita na *Revista* sem prévia audiência da Comissão.

Art. 3º A matéria a publicar na *Revista* será recolhida pela secretária, que a registrará em protocolo de entrada, encaminhando-a, depois à Comissão Diretora da *Revista*. Após a decisão desta, ficará arquivada ou terá o destino que lhe fôr dado.

§ 1º Os originais destinados à publicação serão encaminhados à impressão, depois de convenientemente *dactilografados*, e revistos, tanto quanto possível, pelo seu autor.

§ 2º O funcionário Diretor da Secretaria organizará um arquivo destinado aos trabalhos de publicação na *Revista* e às relações da Secretaria com a Comissão.

§ 3º Tôdas as relações com o órgão da imprensa, inclusive a *revisão*, ficam a seu cargo.

§ 4º Dos livros enviados à Biblioteca, os que tiverem de ser objeto de *notícia* serão remetidos ao sócio encarregado dessa tarefa, mediante protocolo. As aludidas notícias serão entregues com devolução do livro respectivo.

§ 5º Para o exercício de suas funções concernentes aos trabalhos da *Revista*, o funcionário da Secretaria dêles incumbido terá uma gratificação mensal, a ser fixada anualmente, pelo presidente do Instituto.

Art. 4º As relações entre a Secretaria do Instituto e a Comissão Diretora da *Revista* serão mantidas por um dos componentes da Comissão, por ela designado, o qual funcionará como *agente de ligação*.

§ 1º Cabe ao *agente de ligação* acima mencionado, orientar o funcionário da Secretaria, incumbido da publicação e distribuição da *Revista*, resolvendo, em nome da Comissão, as dúvidas e casos omissos que surjam, na conformidade das decisões por ela adotadas.

§ 2º Os casos que êle se julgue não estar autorizado a decidir, submeterá à consideração da mesma, em uma de suas reuniões ordinárias ou, se assim julgar necessário, por sua urgência, em convocação extraordinária.

Art. 5º A *Comissão Diretora da Revista* reunir-se-á mensalmente para o exercício de suas atividades. Nessa oportunidade, o componente, por ela designado para manter relações permanentes com a secretaria, dará conta do andamento dos trabalhos de publicação da *Revista* e das decisões que, em seu nome, houver adotado.

§ 1º Em caso de necessidade, a Comissão, convocada por qualquer de seus componentes, reunir-se-á extraordinariamente.

§ 2º As decisões da Comissão serão adotadas por maioria, e registradas, quando fôr julgado necessário, em livro concernente às mesmas.

Art. 6º Todos os sócios têm direito a receber os números da *Revista*, a partir da data de sua inclusão no Instituto.

§ 1º Os que houverem trabalhos publicados, terão direito a (5) exemplares do respectivo número.

§ 2º Reservados os números necessários às coleções da biblioteca do Instituto, e ao serviço de intercâmbio com as associações culturais, o excedente será posto à disposição do público, mediante assinatura anual, ou venda avulsa, por preços fixados pela Diretoria.

Art. 7º Poderão ser feitas separatas dos trabalhos publicados na *Revista*, por conta dos respectivos interessados, ou por deliberação do Presidente, quando se tratar de assunto peculiarmente interessante à vida do Instituto, mediante parecer da Comissão de Redação da *Revista* e do 1º secretário.

Art. 8º Afora os números trimestrais, de sua publicação ordinária, poderão ser organizados números especiais, em um ou mais volumes, para a divulgação de documentos ou comemorações de fatos ou personalidades de acentuado valor histórico.

§ 1º Tais números serão elaborados por propostas da Comissão Diretora da *Revista* e aprovação da Diretoria do Instituto, ou por decisão da Assembléia-Geral.

Art. 9º O *índice geral* da *Revista* será revisto e completado por quinquênios, pela Comissão Diretora da *Revista*, que para tal disporá de um funcionário especialmente designado pela Secretaria.

## REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DIRETORA DA REVISTA

1 — A Comissão Diretora da Revista (C.D.R.) funciona de conformidade com as «Instruções» aprovadas em Assembléia de 9 de setembro de 1958, sob a presidência de um de seus membros, escolhidos pelos outros dois.

2 — A C.D.R. reúne-se mensalmente, em dia predeterminado, para suas deliberações, ou extraordinariamente, quando convocada pelo presidente.

3 — Compete ao presidente:

- a) presidir as reuniões;
- b) pronunciar-se, em definitivo, sobre a matéria a publicar na Revista;
- c) promover, de iniciativa própria, ou sugestão de um dos outros membros, as medidas necessárias à plena execução das Instruções Reguladoras das Atividades da Revista;
- d) manter-se em ligação com o 1º secretário e o presidente do Instituto.

4 — Compete a um dos membros, por escolha do presidente:

- a) manter as relações ordinárias da Comissão com a Secretaria do Instituto;
- b) receber a matéria destinada à publicação, para exame nas reuniões ordinárias;
- c) decidir, em nome da C.D.R., as questões eventuais e urgentes, relativas aos trabalhos de publicação da Revista, as quais submeterá, na primeira reunião, à consideração da mesma. Em caso de necessidade, promoverá, para isso, a reunião extraordinária da C.D.R.;

d) classificar a matéria a publicar, segundo as seções respectivas da Revista, mencionadas no art. 1º das Instruções Reguladoras das Atividades da C.D.R.: *trabalhos originais, documentário, conferências proferidas no Instituto, transcrições, crítica de livros, trabalhos das Comissões e expediente da secretaria, noticiário, publicações recebidas, atas das sessões* para o número da Revista em organização.

5 — A composição definitiva de cada número da Revista deve ser decidida, pela C.D.R., na segunda quinzena do último mês do trimestre a que êle corresponde, quando serão remetidos os originais à Secretaria, a fim de que ela tome as providências necessárias à respectiva impressão.

«A matéria selecionada pela C.D.R. para a confecção do número da Revista, que não dependa de ocorrências específicas do *trimestre*, será entregue à *Secretaria*, com destino à *impressão*, na última quinzena do trimestre anterior ao correspondente ao número em organização. A matéria complementar será encaminhada à Secretaria a medida que fôr sendo organizada, até a última semana do trimestre correspondente ao número em impressão.

6 — Ao outro membro da C.D.R. compete:

a) redigir o noticiário;

b) coligir a matéria para as seções: *documentação, trabalhos das comissões e crítica de livros*.

Estão compreendidas no *noticiário* as referências a sócios falecidos e a personagens ou acontecimentos que se relacionem às atividades do Instituto.

c) A coleta da matéria a que se refere a letra *b* do nº 6, pode ser feita espontâneamente por qualquer dos membros da C.D.R. que a encaminhará à apreciação da mesma, por intermédio de seu componente disso encarregado.

7 — Os *trabalhos originais* e os que já tenham sido divulgados, apresentados para publicação na Revista, serão previamente apreciados por um dos membros da C.D.R., designado pelo presidente, sendo o resultado do exame submetido, em



sessão ordinária, ao conhecimento dos outros dois, quando, então, serão aceitos ou rejeitados.

8 — As reuniões ordinárias da C.D.R. realizar-se-ão na última semana de cada mês, em dia fixado na sessão anterior.

9 — As reuniões extraordinárias, efetuadas em caso de necessidade, serão convocadas pelo presidente, por solicitação de qualquer dos membros, ou por deliberação própria, quando se tratar de assunto urgente.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1958.

---

C.D.R.

De conformidade com o disposto no R.I. da C.D.R. — foi eleito seu presidente o General Estêvão Leitão de Carvalho.

Foram designados para as funções relativas às relações com a Secretaria, a que se refere o nº 4 do Regimento Interno, o Cel. Ref. Ex. J. B. Magalhães; e para as incumbências a que se refere o nº 6 do citado R.I. o Dr. Cláudio Ganns.

## CRÉDITO ESPECIAL PARA O INSTITUTO

O poder legislativo acabou de votar um novo auxílio, para que o Instituto Histórico possa construir a sua nova sede.

O projeto havia sido apresentado à Câmara Federal, pelo deputado Rondon Pacheco, em 10-7-1957. Foi ali defendido pelos Senhores Deputados Nita Costa, José Bonifácio, Geraldo Mascarenhas, Georges Galvão, Mário Martins, Raimundo Padilha, Vasco Filho, Ranieri Mazzili, Menezes Pimentel e outros.

No Senado — êste ano foi votado, depois da valiosa cooperação dos Srs. Daniel Krieger (relator), Juracy Magalhães, Gilberto Marinho, Neves da Rocha, Ary Vianna, Alencastro Guimarães, Filinto Müller e Domingos Velasco.

Facilitou o andamento da justa medida, a cooperação da imprensa carioca especialmente: *Jornal do Brasil*, através de nosso consócio Miguel Costa Filho (MCF), *Diário Carioca* (J.E. de Macedo Soares) e *Jornal do Comércio* (Luís Santa Cruz); *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Diário da Noite*, *O Jornal* e *Gazeta de Notícias*.

A iniciativa parlamentar mereceu a sanção do Sr. Presidente da República.

Daremos no próximo número o texto da lei referida, e outros informes a respeito dessa iniciativa.

TELEGRAMAS TROCADOS ENTRE S. EXCIA. O  
SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA E O  
PRESIDENTE DO INSTITUTO

Rio, 5 Setembro 1958

Excelentíssimo Presidente Juscelino Kubitschek  
Presidente Honorário Instituto Histórico  
*Palácio Catete*

Em nome Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro vg  
sobremaneira reconhecido vg agradeço eficiente cooperação Vossa  
Excelência sancionando Lei 3.442 que autoriza concessão auxílio  
para construção nova sede pt Apresento Vossa Excelência aten-  
ciosas homenagens alta estima e distinta consideração pt

*José Carlos de Macedo Soares*  
Presidente

---

Rio, 8 Setembro 1958

Embaixador José Carlos de Macedo Soares  
Presidente Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Apraz-me acusar recebimento seu telegrama e agradecer ao  
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro vg intermédio seu  
ilustre Presidente vg sua amável manifestação pt Saudações cor-  
diais pt *Juscelino Kubitschek* vg Presidente República.

## PORTARIA

Em atos de 10 de setembro último, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo do Instituto, usando das atribuições que lhe confere o art. 46 dos Estatutos, nomeou as seguintes comissões:

— *Comissão encarregada das obras do Edifício:*

Eng<sup>o</sup> Virgílio Corrêa Filho — Almirante Carlos da Silveira Carneiro — Ministro Ernesto de Sousa Campos — Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Brigadeiro Henrique Fleiuss — Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva, Dr. Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Prof. Adolfo Morales de Los Rios Filho e Arthur César Ferreira Reis.

— *Centenário do Dr. Clóvis Bevilacqua:*

Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros — Ministro Ruben Rosa — Dr. Haroldo Valladão — Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho — Dr. Luís Vianna Filho e Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva.

— *Exposição Cultural no 4<sup>o</sup> Centenário da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro:*

Dr. Marcos Carneiro de Mendonça — Prof. Pedro Calmon — Dr. Artur César Ferreira Reis — Dr. Américo Jacobina Lacombe — Prof. Edmundo Moniz.

— *Comissão para as providências a respeito da proposta do sócio Levi Carneiro, relativa à organização federativa dos Institutos Históricos a realização da 2<sup>a</sup> Exposição de História do Brasil:*

Dr. Levi Carneiro — Dr. Virgílio Corrêa Filho — Dr. Rodrigo Octávio Filho — Dr. José Wanderley de Araújo Pinho e Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.



## CORRESPONDÊNCIA

Ofício ao Presidente do Instituto:

Senhor Diretor:

Incumbiu-me o Exmo. Sr. Ministro de, em seu nome e no da «Comissão do Sesquicentenário de Osório», agradecer a cooperação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, prestada ao ensejo das comemorações daquela efeméride.

A sessão especial promovida pelo Instituto deu maior realce às solenidades.

Outrossim, é de justiça registrar-se a atuação do Coronel João Batista Magalhães, integrante da Comissão, pela maneira brilhante e eficiente com que se houve durante os trabalhos de planejamento e de execução do programa.

Prevaleço-me da oportunidade para apresentar-lhe os protestos de estima e consideração. — Gen. Bda. *Waldemar Levy Cardoso*, Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra.

---

Pindamonhangaba, 27 de agosto de 1958.

Exmo. Sr.

Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares

DD. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Avenida Augusto Severo — nº 4

Rio de Janeiro.

Ao recebermos nesta data os 9 (nove) primeiros volumes relativos ao documentário do Arquivo Histórico Ultramarino sobre a história de São Paulo e publicados em boa hora pelo

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tivemos o prazer de constatar que V. Excia. acolheu generosamente o nosso pedido constante do nosso Of. 186-58, de 29-7-58, pondo à prova, mais uma vez, o acendrado espírito público e divulgador da mais alta cultura, que ilumina o ilustre Presidente daquela Casa de estudos históricos e brasileiros, legítimo orgulho da nação.

Agradecemos rendidamente a atenção de V. Excia. e a gentileza da preciosa oferta, que lugar de honra ocupará na Biblioteca «Senador Dino Bueno» desta Câmara Municipal, servindo aos estudiosos de Pindamonhangaba, que são inúmeros.

Com os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração, cumprimentamos respeitosamente a destacada pessoa do Senhor Embaixador.

(a) Vereador Prof. *Waldomiro Benedito de Abreu*,  
Presidente da Câmara Municipal de Pindamonhangaba

## QUADRO SOCIAL

Na última assembléia geral, realizada a 9 de setembro último, foram feitas as seguintes modificações no quadro social do Instituto Histórico: nas 3 vagas existentes, na classe de sócios efetivos: entraram Dr. Clado Ribeiro de Lessa, Mário Ferreira França e Fábio de Macedo Soares Guimarães. Na classe de sócios correspondentes entraram os Drs. Antônio Ramos (Paraguai) e Manoel Balesteros Graboi (Espanha). Na classe de sócios honorários ingressaram: o Almirante Washington Perry de Almeida e o Prof. Severino Jordão Emerenciano (de Recife).

Tôdas essas propostas foram devidamente justificadas, receberam pareceres favoráveis das comissões de história e de admissão de sócios e receberam a aprovação unânime da assembléia-geral .

Assim, em substituição das perdas sofridas, neste ano, o Instituto vai se renovando, alcançando atrair ao seu grêmio, outros colaboradores ilustres, que certamente abrillantarão o seu quadro social.

## CONFERÊNCIAS

As atividades culturais do Instituto prosseguiram no último semestre com a realização de 11 conferências, proferidas em seu Salão Nobre, por diversos e ilustres consócios.

A 1ª, realizada em 29 de julho, sobre o «sesquicentenário de nascimento do Almirante Joaquim José Ignacio, Visconde de Inhaúma», proferiu-a o Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, sócio benemérito.

A 2ª, realizada a 20 de agosto, sobre «A abertura dos portos — Cayrú», esteve a cargo do sócio benemérito Dr. Wanderley de Araújo Pinho.

A 3ª, realizada em 9 de setembro, sobre «a 1ª mudança da Capital do Brasil», teve como conferencista o Dr. Marcos Carneiro de Mendonça, sócio efetivo.

E, finalmente, a 4ª, sobre «A figura de Adolfo Morales de los Rios (Pai), na Espanha e no Brasil», teve como orador o Dr. Adolfo Morales de los Rios Filho, sócio efetivo.



## SÓCIO FALECIDO

### FREI BASÍLIO RÖWER (O.F.M.)

Nascido a 2 de novembro de 1877 na Alemanha, na pequena cidade de Naviges, Província da Renânia, recebeu na pia batismal o nome Hugo que mais tarde trocou para Basílio por imposição da sua profissão de fé religiosa. A sua entrada para o Seminário dos Frades Franciscanos, ainda na terra natal se fêz logo que terminou os estudos primários.

Informado que no Brasil havia grande carência de sacerdote católico, resolveu seguir para o país a fim de dedicar-se à cura das almas. Chegou ao Brasil a 4 de dezembro de 1894. Fêz então os seus estudos de Ginásio em Olinda e Blumenau, e tomou o hábito franciscano no Convento da Bahia em 2 de fevereiro de 1896. Em junho de 1898 foi transferido para Petrópolis onde fêz o curso de Filosofia e Teologia. Ordenou-se sacerdote no dia 12 de maio de 1901 e dedicou-se logo depois à missão evangelizadora como foi sempre o seu ideal. Ocupou dentro da Ordem diversos cargos de importância como Definidor Provincial e Superior de Conventos.

Em 1926 naturalizou-se cidadão brasileiro.

A música sacra sempre lhe mereceu dedicação. Desde os tempos ginasianos cultivou êsse gênero de música tendo em 1902 publicado o primeiro dos seus trabalhos, que atualmente montam a 57 produções. São coleções de hinos, motetes, ladainhas, cânticos estilizados. Com a sua produtividade artística recebeu do Papa Pio X especial consideração.

O contato com os diversos conventos da Ordem Franciscana espalhados pelo Brasil por onde Frei Basílio peregrinou, despertou-lhe o gosto pela pesquisa histórica. Em 1922 publica em colaboração com outros, o seu primeiro trabalho de natureza histórica, sob o título: *A Província Franciscana da Imaculada Conceição* — nas festas do Centenário da Independência do Brasil.

Com a designação da sua pessoa para Guardião do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, em 1932, pôde apurar a

sua vocação de historiador, pesquisando no Arquivo do Convento, e familiarizando-se com os autores que de algum modo escreveram sobre os Franciscanos do Brasil. Viajou pelos Estados do Espírito Santo, Estado do Rio e de São Paulo, com o objetivo de colher dados sobre o passado dos Franciscanos da Província do Sul do Brasil. O resultado dessas viagens e buscas está nas obras publicadas desde 1934 sob os seguintes títulos:

- Monografia sobre o Convento antigo de Macacu, 1934,
- Monografia sobre os Franciscanos nos Campos dos Goitacazes, 1935,
- O Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, sua história, memória e tradições, 1937 — Com três edições, 1945,
- Páginas de História Franciscana no Brasil, 1941,
- A Ordem Franciscana no Brasil, 1942,
- Os Franciscanos no Sul do Brasil durante o Séc. XVIII,
- A contribuição Franciscana na formação religiosa da Capitania das Minas Gerais, 1944,
- A Ordem Franciscana no Brasil, 1500-1763. Memória apresentada ao IV Congresso Nacional de História, 1949.

Além de obras de natureza histórica, publicou Frei Basílio Röwer opúsculos sobre Arcética e seu Dicionário Litúrgico, trabalho único na literatura portuguesa, com duas edições, 1937.

Foi eleito sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na Assembléia Geral do dia 13-5-1947.

Faleceu após longos padecimentos a 19 de agosto de 1958, no Convento de Santo Antônio, e acha-se sepultado no Carneiro da Ordem dos Franciscanos no Cemitério de São Francisco de Assis, na Ponta do Caju.

*Xavier Pedroza*

---

*Dr. José Luiz Baptista* — O Instituto perdeu no correr do mês de julho, o sócio efetivo, Dr. José Luiz Baptista — ilustre engenheiro que entrara para o quadro social a 31-5-1939. A proposta, datada de 28 de agosto de 1915, está assinada por Max Fleiuss, Taumaturgo de Azevedo e Roquette Pinto. Nela se alude ao seu notável trabalho : *História das entradas e determinação das áreas que exploram*, erudita memória apresentada ao I Congresso de História Nacional (1914), que se acha publicada nos respectivos *anais* (tomo II, págs. 175-230). Mereceu parecer favorável da Comissão de Geografia, sendo relator Gastão Ruch. Em 1917 acolheu a proposta novo parecer da comissão de história (relator

Basílio de Magalhães) parecer êsse que ainda foi assinado por Clóvis Bevilacqua e Pedro Lessa.

Em 1939 (25 de maio) a comissão de admissão de sócios proferiu parecer igualmente favorável ao candidato, já aí apoiando-se também em outro trabalho erudito de José Lima Baptista : *O surto ferroviário e o seu desenvolvimento* — apresentado ao Congresso do Centenário (1938) e também publicado nos respectivos *Anais*. (vol. 6, págs. 431-586).

A assembléia geral aprovou essas indicações por unanimidade, sendo então o Dr. José Luiz Baptista aclamado sócio efetivo do Instituto Histórico.

O Dr. J. L. Baptista era natural do Piauí, onde nasceu em 1879. Foi aluno brilhante da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde se formou. Seguiu uma carreira vitoriosa de engenheiro, exercendo por algum tempo a Inspetoria Federal de Estradas — onde os seus méritos de profissional competente apareceram, sempre acatados pelos técnicos. Nesse sentido destaca-se o seu trabalho : *Sobre a administração definitiva da Rêde de Viação Nacional* (ed. Rio, 1926).

C.G.

---

### *General de Exército Valentim Benício da Silva*

Com o falecimento, a 23 de agosto último, do General de Exército Valentim Benício da Silva, perdeu o Instituto um dos seus sócios mais ilustres. Militar dedicado a sua carreira, êle se distinguiu em todos os ramos de atividade da profissão das armas. Como oficial de tropa, desde jovem foi um cavalieriano entusiasta, que deixou nome, por sua dedicação e valor, nos corpos onde serviu. Oficial de estado-maior, teve atuação relevante junto aos altos chefes, salientando-se por sua operosidade e ofícios na execução das tarefas que lhe eram confiadas. Desempenhou funções diplomáticas de grande responsabilidade, como adido militar às representações de nosso país em Buenos Aires e Washington, dando sempre provas de são critério, distinção pessoal e dignidade, no desempenho de suas funções, o que lhe valeu a admiração e o respeito daqueles com quem tinha contacto.

Exerceu, com brilho e eficiência, altos cargos de administração e de comando, salientando-se pelas iniciativas que tomou para a criação ou remodelação de instituições culturais, como a Biblioteca do Exército e o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, de que foi o organizador.

Já depois de retirado da atividade militar, prestou relevantes serviços como presidente da Fundação Osório, instituição que tem a seu cargo a educação de órfãos dos militares, cabendo-lhe administrá-la na fase crítica em que ela expandia suas atividades, sendo inesquecíveis os frutos de seu labor durante os anos de sua administração, que cessou somente quando seu estado de saúde não mais lhe permitiu dedicar seus esforços àquela obra benemérita.

Espírito culto e dedicado ao estudo, produziu vários trabalhos de reconstituição histórica de episódios militares ou esboços biográficos, que lhe abriram as portas do Instituto, onde foi sócio operante e altamente apreciado.

A fé de ofício do Gal. Valentim Benício da Silva é a seguinte: nasceu no Rio Grande do Sul em 1882. Assentou praça em 20 de agosto de 1900. Aspirante em 14-2-1908. 2º tenente a 23-2-1909. 1º tenente a 10-1-1916. Capitão-graduado em 28-7 e efetivo a 8-9-1920. Major a 19-7-1928. Tenente-coronel 30-4-1931. Coronel a 29-12-1932. General-de-Brigada a 15-11-1937. General-de-Divisão a 19-6-1943. Tinha os cursos gerais pelo regulamento de 1898.

Tinha as seguintes condecorações: Ordem do Mérito Militar, medalha de prata do 50º aniversário da proclamação da República, oficial da Legião de Honra (França); Grande oficial de «Al Merito» (Chile), Grande oficial da Ordem de Ayacucho (Peru), Grande Oficial de «El Sol del Peru», Grande Oficial da Ordem Militar de Aviz (Portugal), Medalha de ouro de San Martin (Argentina), grande oficial da ordem «El Merito» (Paraguai), grande oficial da «Ordem del Condor de los Andes» (Bolívia).

O Gal. Valentim Benício entrou para o Instituto Histórico, em 17-12-1945, como sócio efetivo. Antecedera a essa decisão a proposta de 4 de novembro de 1944 — assinada por nove sócios. Essa indicação assinalava-lhe os seguintes trabalhos: *Antônio João* (ensaio biográfico) e *Caxias* (conferência), *Osório* (conferência); *O oficial de cavalaria — como é e como deve ser* (Rio, 1936); *Influência de família na defesa nacional* (conferência) 1940; *A República do Peru — suas vias de comunicação*; *A Batalha de Tuiuti* (conferência); *Livro do Soldado Brasileiro*; *Jourdah* (estudo biográfico); *A emancipação de Portugal e seus reflexos no Brasil* (conferência); *A República brasileira* (conferência).

O parecer da comissão de história, de 4-10-45 foi-lhe favorável, assim como o de admissão de sócio de 25-10 do mesmo ano.



No Instituto, o Gal. Valentim Benício fazia parte da Comissão de História. Aqui pronunciou duas conferências: uma sobre *A mulher na evolução do Brasil* (na Revista, vol. 212-195, págs. 106 e segtes.) e outra sobre o *General Tasso Fragoso* (Revista, vol. 216, pág. 160).

Na Biblioteca do Instituto constam ainda os seguintes trabalhos da sua lavra: *Rondon, cavalgador do sertão*, s/d; *O ensino dos analfabetos* (Rio, 1936); *Os grandes problemas nacionais*, vol. I — *A defesa nacional* (Rio, 1942).

E.L.C.

---

### *Almirante Alvaro Rodrigues de Vasconcelos*

No dia 21 de setembro último, faleceu nesta capital êsse brilhante oficial da nossa marinha de guerra que, desde 28 de setembro de 1945, fazia parte do quadro social do Instituto, na classe dos honorários.

Alvaro de Vasconcelos, natural de Minas Gerais nasceu a 23 de março de 1880. Seguiu a carreira naval. Entrou para a Escola Naval em 1897. A 20-12-1899 era 2º tenente. A 20 de dezembro de 1900 era 1º tenente. Em setembro de 1907, capitão-tenente. Capitão de Armada, a 20-12-1917. Capitão-de-Fragata a 4-10-1928. Capitão-de-mar-e-guerra a 17-12-1932. Contra-almirante a 18-12-1937. Vice-almirante a 22-12-1941. Fez parte do Supremo Tribunal Militar. Representou o Ceará na Câmara Federal.

Foi proposto para sócio honorário em 27 de dezembro de 1944 — em petição assinada por 18 sócios. Nela se alude ao seu trabalho: *A administração da marinha na República* cujo capítulo referente ao Almirante Custódio de Melo já havia sido publicado no *Jornal do Comércio* (17 de dezembro).

O parecer da comissão de admissão de sócios, datada de 9-7-45 foi-lhe inteiramente favorável. A assembléia seguinte de 28 de setembro aprovou-o, homologando assim a sua admissão.

Publicou: *A verdade na história* (a revolta da Armada em 1893-94) — in *Jornal do Comércio* de 31-5-1953; apresentou tese à conferência parlamentar internacional de comércio, sobre carvão (Rio, 1927).

Na *Revista* inseriu um estudo sobre: *O Almirante Custódio de Melo e a revolução de 1893* (vol. 204, de 1949 — pág. 343) que depois editou em folheto (separata).

O Almirante Álvaro Rodrigues de Vasconcelos foi diretor do *O Imparcial*, fundado nesta cidade por J. E. Macedo Soares e foi ainda presidente do Clube Naval.

## ERRATA

### O GAÚCHO E O CAVALO

A pedido do Prof. Dante de Laytano, nosso consócio, autor do trabalho acima intitulado, inserido no número 238 desta *Revista*, incluímos neste número o esclarecimento que se faz necessário, em virtude de omissão do autor, referente ao trabalho divulgado.

Acrescentar à pág. 58 no nº 238 (no rodapé):

*Obs.* — Estas vinte quadras estão repetidas propositadamente: Aparecem às págs. 16, 17 e 18 assinadas por Rafael Brandão. Elas perdem a autoria, são populares, quando recolhidas, muitos anos depois, no livro de Pedro Luis Osório. É o testemunho do processo histórico da formação do folclore. Simões Lopes Neto, no *Cancioneiro Guasca*, inclui, também, diversas poesias que aludem ao cavalo.

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

### OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE JULHO DE 1958

- Relatório Anual da Fundação Rockefeller*, 1956, Súmula do Presidente extraída da Rockefeller Foundation (The) New York.
- MARAMCIO (Edmundo M.) — *Decimo aniversario de la fundacion del Instituto* — 1947 — 6 de outubro de 1957.
- El Principismo del Setembro* — Una experiencia Liberal en el Uruguay por Jean Antonio Oddone. Universidad de la Republica Oriental del Uruguay, Montevideo.
- MAGALHÃES (Adelino) — *No Paralelo 20* — Editôra Alba — Lim. Rio de Janeiro, 1957.
- FARIA (Paula) — *Mosaicos e Azulejos* (Pensamentos, comentários e outros Escritos) — Pongetti, 1958. Rio de Janeiro.
- Buenos Aires* (Guia de Museus) — Província de La Plata, 1958.
- O Brasil e o Serviço Social nas Américas* — IIIº Congresso Pan Americano de Serviço Social nas Américas — Outubro, 1957. Porto Rico.
- MOYA (Juan R.) — *Contribucion a la Historia de Bragado* — Direccion de Impresiones Oficiales, 1957. La Plata.
- MATTOS (Oyama Sonnefeld de) — *O Brasil, a Adversidade dos Factores Naturais e as Regiões situadas na mesma Faixa de Latitude* (Separata da *Revista Marítima Brasileira* — outubro e dezembro de 1957 — Imprensa Naval. Rio de Janeiro.
- VELOSO (Y. de Queirós) — *Elogio do Professor Doutor* — Academia Portuguesa da História, 1958. Lisboa.
- Anais* — II série — vol. 7 — Academia Portuguesa da História, 1956. Lisboa.
- KEIZO (Skibuzawa) — *Japanese Life and Culture in the Meiji Era*. Obunsha. Tokio — Japan.
- FLEIUSS (Maria Carolina Max) — *Bibliografia do Dr. Heraclides Cesar de Sousa Araújo* — Gráfica Milone Ltda., 1958. Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA (Luís Clóvis de) — *O Triedro de Posição. Solução Geométrica do Triângulo de Posição.* (Suplemento da *Revista Marítima Brasileira* de outubro, novembro e dezembro de 1957) — Imprensa Naval. Rio de Janeiro, 1958.
- CAMPOS (Ernesto de Sousa) — *Para minha esposa e meus filhos* — Natal, 1957. São Paulo.

- CAMPOS (Ernesto de Sousa) — *Influência de Portugal no Sistema Hospitalar Brasileiro* — Universidade Luso Brasileira. Uma idéia em Marcha. Saraiva. São Paulo, 1958.
- BARBOSA (Rui) — *Obras de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte* — Vol. XXXI — 1904 — Tomo V. Rio de Janeiro.
- BARBOSA (Rui) — *Discursos Parlamentares* — Vol. XXIX, 1902 — tomo V. Rio de Janeiro.
- BARBOSA (Rui) — *Rui Barbosa em Haia* — Cinquentenário da Segunda Conferência da Paz, 1907-1957. Rio de Janeiro.
- BARBOSA (Rui) — *Catálogo da Biblioteca de Rui Barbosa* — Vol. III — F. H. Imprensa Nacional. Rio.
- Anais do Museu Histórico Nacional* — Vol. VIII, 1947 — Ministério da Educação e Cultura. Rio.
- 150 Anos de Tipografia Oficial* — Exposição comemorativa do sesquicentenário da criação do Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1958. Oferta do Dr. Alberto de Brito Pereira.
- AZEREDO (José Luís Bragança de) — *Alfândega da Cidade do Rio Grande do Sul* — Livraria do Globo S.A. Porto Alegre.
- Catálogo de Incunábulo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* — Editorial Império Ltda. Lisboa. Oferta do Professor Celso Ferreira da Cunha. Rio de Janeiro.
- Livros adquiridos por compra — 10 volumes.
- FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil* — Gráfica Barbero — nº 11, 1944. Rio de Janeiro.
- CORRÊA FILHO (Virgílio) — *Pantaneais Matogrossenses* (Devassamento e Ocupação) — Serviço Gráfico I.B.G.E., 1946. Rio de Janeiro.
- CERQUEIRA (General Dicionário) — *Reminiscências da Fronteira* — Com prefácio e 11 retratos — F. Brigueit & Cia. Editora. Rio de Janeiro.
- CARNEIRO (David) — *O Cêrco da Lapa e seus Heróis* (Antecedentes e Consequências da Revolução Federalista no Paraná) — Editora Ravaro, 1933. Rio de Janeiro.
- VIANA (Oliveira) — *O Ocaso do Império* — Editora Proprietária Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
- PINHEIRO (José Feliciano Fernandes — Visconde de São Leopoldo) — *Anais da Província de São Paulo* — Prefácio de Aurélio Porto — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.
- TAUNAY (Visconde de) — *Reminiscências* — 2ª edição — Comp. Melhoramentos de São Paulo. Rio de Janeiro, 1923.
- COELHO (Y. M. Latino) — *Fernão de Magalhães* — Precedido dum prefácio de Júlio Dantas, com um retrato do autor, por Antônio Carneiro — 3ª edição — Emp. Literária Fluminense. Lisboa, 1940.
- SMITH (Hernest H.) — *Do Rio de Janeiro a Cuyabá* — Com um capítulo de Carlos von den Steinen sobre a Capital de Mato Grosso — Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1922. Rio de Janeiro.
- Curso de Bandeirologia* — Conferências de Afonso D'E. Taunay, Virgílio Corrêa Filho, Sérgio Buarque de Holanda, Alfredo Ellis Júnior, A. Arinos de Melo Franco, Joaquim Ribeiro — Gráfica Siqueira. São Paulo.



FLYING ROLL — Bickley, Kent. U.S.A.

SERAFIM LEITE S. Y. — *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil* — III Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954. São Paulo.

VIVANCO (Julian) — *Crónica Histórica de San Antonio Abad de Los Baños* — Tomos X-XI — Editorial «El Sol». La Habana, 1958.

LIMA (E. N. Juvenal Greenhalg Ferreira — Diretor Geral) — Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Silvio de Noronha, ministro da Marinha pelo Contra Almirante Diretor de Engenharia Naval, 1949-1950 — Serviço Gráfico da Diretoria de Hidrografia e Navegação. Rio de Janeiro.

GREENHALGH (Juvenal — Contra Almirante Engenheiro Naval) — *Cinco Anos no Conselho Federal de Comércio Exterior* — Editôra "A Noite". Rio de Janeiro.

GODINHO (V. Magalhães) — *História dos Descobrimentos* — Coletânea de Esparsos, Organização, notas e estudos finais — Edições Cosmos, 1958. Lisboa — Fascículo nº 1.

*Décima Conferência Interamericana* — Instrumentos Diplomáticos. Ata Final — 1º a 28 de março de 1954. Publicação Oficial do Ministério das Relações Exteriores da República da Venezuela. Caracas, 1957.

*Câmara dos Deputados* (Anais da) — Organizados pelo Diretor de Documentação e Publicidade. Volumes de I a IV, 1956-57 de I a X — 1957. I.B.G.E. Rio de Janeiro.

*Petróleo* (Projetos II) IV Documentos Parlamentares — I.B.G.E. (Oferta da Câmara dos Deputados). Rio de Janeiro.

MARIN (Luiz Muñoz) — Discurso proferido por El Gobernador Honorable en el Congreso de Unidad Obrera celebrado en la Escuela Superior Central de Santurce el sábado 23 de Noviembre de 1957. Puerto Rico.

MUNDT (Mr.) — *Final Report of the Alexander Hamilton Bicentennial Commission*. Washington, 1958.

*Museu do Mundo* — *Estudos da História* (Ultramarina e Continental) — «O Livro de Reção» de Antônio Coelho Guerreiro. Prefácio de Virgínia Rau — Academia Portuguesa de História. Lisboa, 1956.

CASTANHEIRA (Pedro Renault) — *A Crise de Telefone no Brasil*, palestra pronunciada na Associação Comercial de Nova Iguaçu em 13 de fevereiro de 1958. Rio de Janeiro.

ADONIAS (Isa) — *As peças raras da mapoteca do Ministério das Relações Exteriores* — Publicação nº 3 — Oferta do Embaixador José Carlos de Macedo Soares. Rio de Janeiro, 1956.

#### PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE JULHO DE 1958

*Homenaje a Menéndez y Pelayo* — vol. CIX — nº 4 — série IX — Publicaciones de la Universidad de Santo Domingo, 1957. Ciudad Trujillo. D.N.

*Para Todos* — 1ª e 2ª quinzena de junho de 1958 — ns. 49-50 — ano III. Rio e São Paulo.

*Boletim Cultural Mexicano* — nº 70 — febrero de 1958. Mexico, D.F.

- Serviço de Imprensa Inter* — ano I — ns. 21, 22 e 24 de junho de 1958. Rio de Janeiro.
- Katalog* — nº 147 (Antiquariats). Munster-Westfalen.
- Regulamento e Regimento Interno das Divisões Técnicas Especializadas* — Separata da Revista do Clube de Engenharia nº 249 — maio de 1957. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — ano XXVI — vol. LI — abril, 1958 — nº 4 — Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro.
- Revista do Serviço Público* — ns. 1, 2 e 3 — abril, maio e junho de 1957 — vol. 75. Rio de Janeiro.
- Revista mensal do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio* — junho, 1958 — ano IV — nº 39. Rio de Janeiro.
- Geologia e Metalurgia* — nº 16 — ano 12, 1957 — Publicação do Centro Moraes Rego. São Paulo.
- Colégio de Ingenieros de Venezuela* — Revista nº 264 — marzo, 1958. Caracas — Venezuela.
- Guia Turistico*, 1956 — Departamento de Antioquia — Archivo Historico. Colombia.
- Cuadernos del Instituto Interamericano de Historia Municipal e Institucional* — nº 23 — diciembre de 1957. La Habana.
- Buletim Cultural da Guiné Portuguesa* — nº 43 — vol. XI, 1956 — julho — Imprensa Nacional de Guiné. Bolame.
- O Puritano* — 10 de junho de 1958 — nº 2.151 — ano LIX. Rio de Janeiro.
- Serviço de Imprensa Inter* — ns. 18 a 27 — junho e julho de 1958 — ano I. Rio de Janeiro.
- Catalogo de la Biblioteca Navarro de Historia Cultural Mexicana* — Libreria Navarro. Mexico, D.F.
- Calendario para el año academico 1957-1958* — vol. CXI — Talleres Gráficos Diana C. por A Ciudad Trujillo, R.D.
- Agronomia* — julho a dezembro de 1958 — ns. 3 e 4 — vol. 14. Rio-São Paulo.
- Catalogo Medizin Pharmazie Bucher Broschuren Zeitschriften* — Herbstmesse, 1957.
- Catalogo Allen & Unvoin* — spring books, 1958. London.
- Iliffe Books* — 1958 — Complete Catalogue. London.
- Revista Brasileira de Política Internacional* — junho de 1958 — nº 2 — ano I — Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto Geográfico e Genealógico de Sorocaba* — nº 3 — 1958. Sorocaba.
- Catalog Praeger* — spring-summer, 1958. New York.
- Cafetal* — abril, 1958 — nº 144 — año XIII. La Habana — Marti.
- Boletim* — *Italia informazioni* — 15 e 30 de junho de 1958. Rio.

- Revista Interamericana de Bibliografía* — nº 4 — vol. VII — octubre-diciembre de 1957. Washington.
- Boletim Bibliográfico* — vol. I — nº 7 — novembro, 1957. — I.B.G.E. Rio.
- Revue pour l'Etude des Calamités Bulletin del'Union Internationale de Secours* — tome XVI — ns. 34-35 — janvier, 1956 — decembre, 19-57. Geneve.
- Rodovia* — janeiro, 1958 — nº 215 — ano XX. Rio de Janeiro.
- Sorocaba* — 15 de junho de 1956 — nº 14 — ano IV'. Sorocaba.
- Carta semanal do Serviço de Informação Agrícola* — abril a junho de 1958 — 140ª a 149ª cartas. Rio de Janeiro.
- Boletim Mensal do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico* — Sorocaba.
- Catálogo da I Exposição de Imagens de Nossa Senhora do Lar* — De 11 a 25 de maio de 1958 — Congregação Mariana de S. Bento. Sorocaba.
- Serviço de Imprensa Inter* — ns. 29 a 32 — julho de 1958 — ano I. Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — julho de 1958 — nº 181 — ano XV. Rio de Janeiro.
- Noticiário das Nações Unidas* — março, abril e maio de 1958 — ns. 3, 4 e 5 — ano VIII. Rio de Janeiro.
- Efemerides do mês nas artes plásticas* — maio, junho e julho de 1958. Rio de Janeiro.
- Bulletin (Columbia University)* — séries 58 — number 11 — march, 15, 1958. New York.
- Informação Agrícola* — fevereiro, 1958 — nº 148 — ano XII. Rio de Janeiro.
- Saúde* — nº 117 — ano X — setembro de 1957. Rio de Janeiro.
- Items* — vol. 12 — number 1 — march, 1958. New York.
- Catalogo* — New Service of Books in Russian Language — nº 3. Holland.
- Boletim Cultural Mexicano* — ns. 67 e 72 — novembro de 1957 e abril de 1958. Mexico, D.F.
- Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi* — ns. 1, 4 e 9 de setembro de 1957. Belém — Pará.
- Katalog 66* — Journal franz. Wurzburg 2.
- Anuário de Observações* — Observações Astronômicas — Observações Meteorológicas — ano de 1956 — vol. XLVIII. Lourenço Marques.
- Engenharia* — vol. XVI — ano XVI — março de 1958 — nº 184. S. Paulo.
- Revista Interamericana de Bibliografía* — nº 1 — enero-marzo de 1958 — vol. VIII — 2ª época. Washington, D.C.
- Boletim da Superintendência de Moeda e do Crédito* — maio de 1958 — nº 5 — vol. IV. Rio de Janeiro.
- Endeavour* — vol. XVII — nº 66 — abril, 1958. Londres.
- Informação Agrícola* — abril de 1958 — nº 150 — ano XII. Rio de Janeiro.
- Correio do Senac* — maio e junho de 1958 — ns. 183-184 — ano IX. Rio de Janeiro.

- Correio do Mundo Farmacêutico* — 15 de junho de 1958 — n° 261 — ano XI. Rio de Janeiro.
- Revista Agulhas Negras* — Órgão oficial do Corpo de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, 1956. Estado do Rio — Rezende.
- Revista Geográfica* — n° 46 — tomo XX — 1° semestre de 1957 — Instituto Panamericano de Geografia e História. Rio de Janeiro.
- Boletim* — Academia Portuguesa de História — vol. 21 — XXI ano, 1957. Lisboa.
- Revista Marítima Brasileira* — março de 1958 — n° 3 — ano LXXXVIII. Rio de Janeiro.
- Illinois State Geological Survey* — circulares 245 a 248, 1948. Urbana.
- Norwegian Science and Letters* — A Quarterly Bibliography of Recent Works — may, 1958 — number 1. Oslo — University Press.
- Katalog* 29 — Geschichte 1. Berlin.
- Serviço de Imprensa Inter* — 15, 16 e 17 de julho de 1958 — ns. 33, 34 e 35 — ano I. Rio de Janeiro.
- Bulletin des Etudes Portugaises et de L'Institut Français au Portugal* — nouvelle serie — tome vingtieme 1957 — Livr. Bertrand, 1958. Lisboa.
- Bulletin of the Institute of Historical Research* — vol. XXXI — n° 83 — may, 1958. University of London.
- Douro Litoral* — Boletim da Comissão de Etnografia e História — oitava série IX — Imprensa Portuguesa. Porto.
- Revista do Clube de Engenharia* — março de 1958 — n° 259. Rio de Janeiro.
- Revista do Professor* — n° 39 — fevereiro e março de 1958 — ano XVI. São Paulo.
- Bollettino delle Società Geografica Italiana* — série VIII — vol. XI — fascicolo ns. 1-3 — gennaio-marzo de 1958. Roma.
- Carta semanal do Serviço de Informação Agrícola* — 23 e 30 de junho de 1958 — 150\* e 151\* cartas. Rio de Janeiro.
- Revista de la Facultad de Filosofía y Letras* — vol. II — enero-abril de 1958 — n° 1. Medellin.
- Bibliografia Brasileira de Educação* — vol. V — n° 4 — outubro e dezembro de 1957. Rio de Janeiro.
- Serviço de Imprensa e Inter* — 18 e 22 de julho de 1958 — ns. 36 a 37 — ano I. Rio de Janeiro.
- Journal Français du Brésil* — 14 juillet, 1958 — n° 147 — 7eme annee. Paris. Rio de Janeiro.
- Crónica de la Unesco* — mayo de 1958 — vol. IV — n° 5 (Boletim mensal). Paris.
- Boletín de Estudios Geográficos* — abril-junio de 1957 — n° 15 — vol. IV. Mendoza. Rep. Argentina.
- O Conselho de Santo Tirso*. (Boletim Cultural) — Vol. VI — n° 1 — Câmara Municipal de Santo Tirso, 1958.
- Catalogue* — n° 785 — Francis Edwards Limited, 1958. London. England.
- Bulletin of The New York Public Library* — june, 1958 — vol. 62 — n° 6 — New York.



*Serviço de Imprensa Inter* — 23 a 25 de julho de 1958 — ns. 38 a 40 — ano I. Rio de Janeiro.

*O Puritano* — 25 de junho a 10 de julho de 1958 — ns. 2.152 e 2.153 — ano LIX. Rio de Janeiro.

*Catalogue* — H. Pordes. London. Wl. England.

*Biblioteks Informationem* — 5 Jahrgang — januar-februar, 1958. West. Berlin.

*Efemerides no mês nas artes plásticas* — agosto. Rio de Janeiro.

*Alagôas* — Realidade e Potencial (Revista). Maceió.

*Técnica* — nº 9 — vol. II — nº 3 — enero de 1958 — Revista de la Facultad de Ciencias Exatas y Tecnologia. Tucuman.

#### OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE AGOSTO DE 1958

FONSECA (Anibal Freire da) — *Conferências e Alocuções* — S.A. Editora Jornal do Brasil, 1958. Rio de Janeiro.

KLINGER (Bertholdo, General) — *Parada e Desfile duma vida de voluntário do Brasil na primeira metade do século* — Empresa Gráfica «O Cuzeiro» S.A. Rio.

ANDRADE (Mário de) — *Macunaima*, com ilustrações de Caribé — Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil. Rio de Janeiro. Oferta do Embaixador J. C. Macedo Soares.

NOGUEIRA (Júlio) — *Poesia Nossa* — Coletânea organizada por Gráfica Laemmert Ltda. Rio.

RODRIGUES (José Honório) — *Brasil período colonial* — Comision de Historia. México.

MENNUCCI (Sud) — *Machado de Assiz* (Conferências). São Paulo, 1943.

MAUROIS (André) — *Byron et les femmes* — Imprimerie de Lagny, 1934.

MENDONÇA (Renato) — *Pequena História do Brasil* — Oficina Gráfica Limitada. Lisboa, 1946.

CARNEIRO (Edison) — *A Conquista da Amazônia* — Lito-Typo Guanabara S.A. Rio.

FRANCE (Anatole) — *Le Crime de Sylvestre Bonnard* — Calmann — Lévy Editeurs. Paris. S.A.

OLIVEIRA (José Feliciano de) — *Monaction Positiviste a Paris* — A propos de la Maison d'Auguste Comte — Imprimerie Roger Belleville. Paris, 1951.

*Exteriores* (Ministerio de Relaciones) — Venezuela, 1955. Caracas — Tip. La Nacion.

*Letras* (Academia Brasileira de) — Curso de Teatro. Conferências realizadas na Academia de Letras. Companhia Brasileira de Artes Gráficas. Rio de Janeiro, 1954.

FONTAINE (Anne) — *Prismes* — Editeur a Fibourg, 1947.

CAETANO (João) — *Lições Dramáticas* — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1956.

- CARNEIRO (Pedro Henrique) — *Enzo Oscar, o falso titular* — S/L. S/D.
- MELO (José Antônio Gonçalves de) — *Antônio Dias Cardoso, sargento-mor do Terço de Infantaria de Pernambuco* — Universidade de Recife, 1954. Pernambuco.
- TAUNAY (Afonso de E.) — *Pequena História do Café no Brasil (1727-1937)* — Editora Americana, 1945.
- FARIA (Paula) — *Correspondência Amorosa de Maria Lina Pongetti* — 1954. Rio de Janeiro.
- HUMPHEYS (Robin H.) — *Francisco Cuevas Cancino, William Robertson y su Vision de America* — Comision de História. México, D. F.
- ARRAOZ (Manuel de Ugarriza) — *En el Escenario de un Mito* — Tallers Graficos. La Plata — Republica Argentina.
- Pinacoteca do Museu Imperial* — 1956 — Museu Imperial — Petrópolis. E. do Rio — Gráfica Editora «A Noite».
- Cidade de Petrópolis* — Reedição de quatro obras raras, 1957 — Museu Imperial — Petrópolis. E. do Rio — Artes Gráficas Uruguay S.A.
- MELO (Olhiano de) — *A Ação de Teófilo Benedito Otoni no Cenário Político e Econômico do Império* — Edição do Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas, 1958. São Paulo. Oferta do autor.
- NOBRE (Fernando) — *Solution du Probleme de Gouvernement* — Supplement de la Revue de L'Institut de Demophilocratie de Rio de Janeiro — São Paulo — Linográfica Editora Ltda.
- MARIN (Luiz Muñoz) — *Significacion del Estado Libre Asociado de Puerto Rico en la Union Americana* (Discurso). Puerto Rico, 1958.
- MELO (Ten. Cel. Newton C. de Andrade) — *Cousas e Conseqüências da Participação do Brasil na I Grande Guerra* — Imprensa Nacional, 1958. Rio de Janeiro. Oferta do Autor.
- GARCIA (General Anastacio Somoza) *Ilustre Presidente de Nicarágua — Corona Funebre, devoto recuerdo de los amigos del Managua* — D.N., 1957. Oferta do Embaixador José Carlos de Macedo Soares.
- BORAH (Woodrow) and (Cook Sherburne F.) — *Price Friends of Some Basic Commodities in Central Mexico, 1531-1570* — University of California. Press. Berkeley and Los Angeles, 1958.
- Documents Diplomatiques Français (1871-1914)* — Ministère des Affaires Étrangères — Commission de Publication des Documents Relatifs aux Origines de la Guerre de 1914 — 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> séries — 1871-1900, 1901-1911 — tome XIV — 4 janvier - 30 décembre, 1898, juillet, novembre 1911 — Imprimerie Nationale. Paris, 1945-1947.
- Oferta da Embaixada Americana:
- CHING (Cyrus) — *Meio Século de Vitórias Trabalhistas* — Tradução de Daniel Martins — Atena Editora. São Paulo, 1958.
- BERLE JR. (Adolfo A.) — *O Mundo entre ocidente e oriente* — Editora Fundo Cultural S.A. Rio de Janeiro.
- HIGHET (Gilbert) — *Migração de Idéias* — Editora Clássico-Científica. São Paulo. Tradução de Helena R. Gandellman.

- MOULTON (Haroldo G.) — *Economia Dinâmica* — Editora Clássico-Científica. Tradução de Luís de Andrade. São Paulo, 1958.
- HELLER (Andor) — *A Revolta de Budapest* Tradução de Lícia de Sousa — Edições Caravelas Ltda. Rio de Janeiro.
- SANTOS (Arlindo Veiga dos) — *Sob o Signo da Fidelidade* (Considerações Históricas) — Pátria Nova. São Paulo.
- SANTOS (Arlindo Veiga dos) — *Apêlo à Mocidade em prol do Futuro do Brasil* — Pátria Nova. São Paulo, 1958.
- SANTOS (Arlindo dos) — *História de um Amor Fingido*, 1956.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE AGOSTO DE 1958

- Para Todos* — quinzenário da cultura brasileira — 1ª e 2ª quinzena de julho de 1958 — ns. 51-52 — ano III. Rio-São Paulo.
- Pequena Obra da Divina Providência* — número especial de maio de 1958. — n° 23 — ano V. Rio de Janeiro.
- Catalogo* — Libros de Espanha — n° 16 — abril de 1958. Madrid.
- Arquivos Brasileiros de Medicina Naval* — abril a junho de 1958 — n° 68 — ano XIX. Rio de Janeiro
- Revista Ecuatoriana de Educacion* — ns. 46-47 — abril, mayo e junio, julio e octubre de 1957 — ano X. Quito.
- Boletín de Informaciones Científicas Nacionales* — n° 83 — vol. IX — octubre-diciembre de 1957 e enero-marzo de 1958. Quito.
- Annual Report of the American Historical Association for the year* — vol. I — 1956 — United States Government Printing Office. Washington, D.C.
- Americas* — maio e junho de 1958 — ns. 5 e 6 — vol. 10. Rio de Janeiro.
- Boletín Bibliográfico de la Secretaria de Hacienda y Crédito Público* — ns. 131-132 — 15 de abril e 1.º de maio de 1958 (suplemento pedagógico del). Mexico, D.F.
- Revista de la Historia de America* — diciembre de 1957 — n° 44. Mexico, D.F.
- Revista de Tecnologia das Bebidas* — ano X — julho de 1958 — n° 7 — São Paulo.
- Serviço de Imprensa Inter* — 29, 30 e 31 de julho de 1958 — ns. 41, 42, e 43 — ano I. Rio de Janeiro.
- Estatutos de la Asociacion Hispanoamericana de Historia*. Madrid.
- Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* — n° 1 — janeiro e março e n° 2 — abril e junho de 1957 — Serviço de Documentação. Rio de Janeiro.
- Saúde* — n° 19 — novembro de 1957 — ano X. Rio de Janeiro.
- Catálogo Informativo* — Veb Verlang Technik. Berlin.
- Boletim da Agir* — Nossos Livros — n° 6 — março-abril de 1958. Rio de Janeiro.

- Serviço de Imprensa Inter* — agosto de 1958 — nº 44 — ano I. Rio de Janeiro.
- Noticiário das Nações Unidas* — nº 6 — ano VIII, 1958. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — Francis Edwards Ltd. — march e april — ns. 42-43. London.
- Espero Katolika* — majo, 1958 — jarkolekto 55 — nº 480. Nederlando.
- Bernard College* — fifty-eight series — nº 15 — april 12, 1958. Columbia University Bulletin of Information. New York.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe* — 17 de julho de 1958 — nº 12.674 — ano XXXIX. Aracaju.
- The Geographical Journal* — june, 1958 — vol. CXXIV — part. 2ª — The Geographical Society. London.
- Boletim da Biblioteca do Exército* — julho de 1958 — nº 30 — ano XX. Rio de Janeiro.
- Boletim Italia Informazioni* — 15 e 30 de julho de 1958. Rio.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — nº 161 — enero-marzo de 1958 — tomo XLI. Caracas — Venezuela.
- Brasil Açucareiro* — ano XXVI — vol. LI — nº 5 — Maio, 1958. Rio de Janeiro.
- Rodovia* — fevereiro, 1958 — nº 216 — ano XX. Rio de Janeiro.
- Serviço de Imprensa Inter* — ns. 45, 46, 47 e 49 — agosto de 1958. Rio de Janeiro.
- Boletim Instituto Brasil-Estados Unidos* — agosto de 1958 — nº 182 — ano XV. Rio de Janeiro.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe* — 7 de julho de 1958 — nº 12.670 — ano XXXIX. Aracaju.
- World Veteran* — july-august de 1958 — nº 76 — 7th year. Paris.
- Boletín Informativo* — sept. oct. nov. dic. 1957 — ns. 5 e 6 — año II. San Juan. Porto Rico.
- Revista do Clube de Engenharia* — maio de 1958 — nº 261. Rio de Janeiro.
- Cafetal* — maio, 1958 — nº 145 — año XIII. La Habana — Capital Marti.
- Revista Brasileira de Geografia* — outubro e dezembro de 1956 e janeiro e março de 1957 — ns. 1 e 4 — anos XVIII-XIX. Rio.
- Boletim Geográfico* — novembro e dezembro de 1956 — nº 135 — ano XIV. Rio de Janeiro.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — junho de 1958 — nº 6 — vol. IV. Rio de Janeiro.
- Journal Français du Bresil* — nº 148 — 1er aout 1958 — 7eme annee. Paris-Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico de la Secretaria de Hacienda y Credito Publico* — 15 de mayo e 1º de junio de 1958 — ns. 133-134. Mexico, D.F.
- Boletín de Historia y Antigüedades* — abril, mayo e junio e julio, agosto e septiembre de 1957 — ns. 510, 511 e 512 e 513, 514 e 515 —



- volumen XLIV — Organo de la Academia Colombiana de Historia —  
Imprenta Nacional. Bogotá, 1958.
- Catalogo Martinus Nijhoff* — The Hague/Netherlands, 1958.
- Geographical Review* — july, 1958 — number 3 — vol. XLVIII. The  
American Geographical Society of New York.
- Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro* — vol. XIV — Ministério  
da Agricultura, 1946. Rio de Janeiro.
- Arquivos do Serviço Florestal* — vol. 10, 1956 — Ministério da Agricultura.  
Rio de Janeiro.
- Katalog 30* — Geschichte II. Berlin.
- Agronomia* — ns. 1 e 2 — janeiro a junho e nº 3 — julho a setembro  
de 1956-1957 — vol. 15. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — nº 168 — Livraria Kosmos, 1958. Rio de Janeiro.
- Revista Brasileira de Estatística* — julho-dezembro de 1957 — ns. 71-72  
— ano XVIII. Rio de Janeiro.
- Revista de Direito da Procuradoria Geral* — nº 6, 1957 — Prefeitura do  
Distrito Federal. Rio de Janeiro.
- Revista Esso* — nº 3, 1958. Rio de Janeiro.
- Revista Nacional de Cultura* — septiembre-octubre de 1957 — nº 124 —  
noviembre e diciembre de 1957 — nº 125 — enero e febrero de 1958 —  
nº 126. Caracas — Venezuela.
- Revista Nacional* — enero-marzo de 1958 — nº 195 — tomo III — se-  
gundo ciclo — ano III. Montevideo.
- Catalogue* — nº 853 — Vol. L — part. IX — Voyages and Travels. London.
- Boletín Indigenista* — junio de 1958 — nº 2 — vol. XVIII. Mexico, D.F.
- Universidad Pontificia Bolivariana* — nº 79 — agosto-noviembre de 1957  
— vol. XXII. Medellin — Colombia.
- Revista de História* — abril-junho de 1958 — nº 34 — ano IX. São Paulo.
- Bulletin de L'Institut Français D'Afrique Noire* — nº 3 — juillet, 1958 —  
tome XX. Dakar — Ifan.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — julho de 1958 —  
nº 7 — vol. IV. Rio de Janeiro.
- Serviço de Imprensa Inter* — ns. 49 a 56 — agosto de 1958 — ano I.  
Rio de Janeiro.
- Notícias da Indonésia* — 17 de agosto de 1958 — ns. 7-8 — vol. V.  
Rio de Janeiro.
- O Momento* — julho de 1958 — nº 360 — ano 34. Rio de Janeiro.
- Carta semanal do Serviço de Informação Agrícola* — 9 de junho de 1958  
— 148ª carta. Rio de Janeiro.
- Boletín Informativo* — junio de 1958 — nº 1 — ano IV. Rio de Janeiro.
- OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE SETEMBRO DE 1958
- SOUSA (Otávio Tarquínio de) — *História dos Fundadores do Império do  
Brasil* — vols. 1 a 10 — Livraria José Olímpio, 1957. Rio de Janeiro.  
Oferta do autor.

- SOUSA (T. O. Marcondes de) — *A Política do Sigilo dos Monarcas Portugueses da Época dos Descobrimentos Marítimos* (Separata do n° 34 da Revista de História). São Paulo, 1958.
- SOUSA (T. O. Marcondes de) — *Algumas considerações em torno de estudo do Visconde de Lagôa sobre a História de Geografia da expansão portuguesa* (Separata do n° 29 da Revista de História). São Paulo, 1957.
- LIMA (Azevedo) — *Reminiscências de um Carcomido* — Leo Editores. Rio de Janeiro, 1958.
- SANTOS JÚNIOR (J. R. dos) — *Grupos sanguíneos em pretos de Moçambique* (Separata da Revista de Garcia de Orta) — vol. 5, n° 3, 1957 — Tip. Silvas Limitada, 1958. Porto.
- SANTOS JÚNIOR (J. R. dos) — *O Castro de Carvalhelhos* — Imprensa Portuguesa. Porto, 1957.
- EMERENCIANO (Jordão) — *Seção M. Diversos. 1* — Universidade do Recife. Pernambuco, 1955.
- EMERENCIANO (Jordão) — *Notas à Margem da Interpretação Marxista da História* — Imprensa Oficial. Recife, 1947.
- EMERENCIANO (Jordão) — *Apointamentos para a narrativa da feliz empresa da 2ª batalha dos Guararapes* (6ª feira, 19-2-1649) — Separata da Revista do Arquivo Público — ano IV — n° VI — Imprensa Oficial. Recife, 1949.
- EMERENCIANO (Jordão) — *Missões na Europa — Madrid-Lisboa* — junho a julho de 1955 — Imprensa Oficial. Recife, 1956.
- EMERENCIANO (Jordão) — *A Retirada para o Brasil* — Tradição Editôra. Recife, 1945.
- SOUSA (Maria Mercedes Lopes de) (Marieta) — *José Marcelino de Sousa e sua Obra Administrativa no São Francisco* — 3ª edição — Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 1958.
- CARNEIRO (Edison) — *O Quilombo dos Palmares* — 2ª edição — Brasileira Comp. Editôra Nacional. São Paulo, 1958. Adquirido por compra.
- CARPEAUX (Otto Maria) — *Presenças* — Revista dos Tribunais Ltda. São Paulo, 1958.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE SETEMBRO DE 1958

- Divulgaciones Etnologicas* — vol. V — ano 1956 — Universidad del Atlantico. Colombia, S.A.
- Vida Universitária* — enero-febrero-marzo-abril de 1958 — ns. 90-91-92-93, ano IX. La Habana.
- Journal Français du Bresil* — 15 aout 1958 — n° 149 — 7eme année. Paris-Rio de Janeiro.
- Revista do Clube de Engenharia* — junho de 1958 — n° 262. Rio de Janeiro.
- São Carlos de Ontem e de Hoje* — 4 de novembro de 1957 (Album de fotografias da cidade), 1857-1957. São Carlos.
- Catalogo* — publications periodiques, 1958 — Presses Universitaires de France. Paris.

- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — nº XXVIII — ano XXXIV, 1957. Buenos Aires.
- Crónica de la Unesco* (Boletín mensual) — junio de 1958 — nº 6 — vol. IV. Paris.
- Boletín Informativo* — Órgano oficial del Instituto Nacional de Cultura — abril, 1958 — nº 23. La Habana.
- Teatro* (programa) — Instituto Nacional de Cultura, 1956-57. La Habana.
- Dia das Nações Unidas* (Bandeiras) — 24 de outubro, 13º aniversário — agosto, 1958. Rio de Janeiro.
- Catalogo* — Bucher aus Berlin, 1957. Berlin.
- América Indígena* — abril-julio de 1958 — ns. 2 e 3 — vol. XVIII. Mexico, D.F.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — nº 1 — 31 de março de 1958 — vol. 30. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — ns. 246-426 — Bucherliste. Germany.
- Economics in the United States A Bibliography* — nº 3, 1958. Rio de Janeiro.
- Boletín Acción Indigenista* — febrero-marzo de 1958 — ns. 56-57. Mexico, D.F.
- Correio do Senac* — julho-agosto de 1958 — ns. 185-186 — ano X. Rio de Janeiro.
- Saúde* — dezembro de 1957 — nº 120 — ano X. Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico* — nº 8 — vol. 1 — dezembro de 1957. Rio de Janeiro.
- Boletim mensal* (Campanha de Educação de Adultos) — junho, 1958 — ns. 6 e 14. Rio de Janeiro.
- Boletim Italia Informazioni* — Biografia de Giovanni Gronchi, 1958. Rio de Janeiro.
- Para Todos* — 1ª e 2ª quinzenas de agosto de 1958 — ns. 53-54 — ano III. Rio de Janeiro.
- Catalogo Eine Auswahl Deutscher Bucher Kunst und Kunstgewerle*. Deutschland.
- Serviço de Imprensa Inter* — ns. 57 a 62 — agosto-setembro de 1958 — ano I. Rio de Janeiro.
- Boletim da Índia Distante* — 1º e 15 de agosto de 1958 — ns. 157-158. Rio de Janeiro.
- Revista do Professor* — julho, 1957 — nº 40 — ano XVI. São Paulo.
- Catálogo* — nº 170 — Livraria Kosmos Editôra, publicado no *Jornal do Comércio* de 31-8-958. Rio de Janeiro.
- Rodovia* — março de 1958 — nº 217 — ano XX. Rio de Janeiro.
- Colégio de Ingenieros de Venezuela* — Revista nº 266 — mayo, 1958. Caracas.
- Revista Geográfica* — nº 47 — tomo XXI — 2º semestre de 1957. Rio.

- Boletín de Historia y Antigüedades* — ns. 516-517-518 — vol. XLIV — oct., nov. y dic., 1957. Colombia.
- Revista Shell* — nº 82. Rio de Janeiro.
- Bulltin of the New York Public Library* — july, 1958 — vol. 662 — number 7. New York.
- Informação Agrícola* — junho, 1953 — nº 152 — ano XII. Rio de Janeiro.
- Journal Français du Bresil* — 1er septembre, 1958 — nº 150 — 7eme annee. Paris. Rio de Janeiro.
- Boletim Instituto Brasil-Estados Unidos* — setembro, 1958 — nº 183 — ano XV. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — Livraria Agir Editôra, 1958. Rio de Janeiro.
- Boletín Cultural Mexicano* — junio de 1958 — nº 74. Mexico, D.F.
- Cuadernos del Instituto Interamericano de Historia Municipal e Institucional* — nº 24 — abril, 1954. La Habana.
- Catalogo Deutsche Bibliographie das Deutsche Buch* — heft 2, 1958. Frankfurt/M.
- Revista de la Universidad del Zulia* — segunda epoca — enero, febrero, marzo de 1958 — ano I — nº 1. Maracaibo — Venezuela.
- The Americas* — abril, 1958 — number 4 — vol. XIV. Washington.
- Ciencia e Cultura* — octubre, noviembre e diciembre de 1957 — nº 8 — año 2. Maracaibo — Venezuela.
- Revista do Clube Militar* — nº 147 — ano XXX c/suplemento. Rio.
- Indice International Organization* — vol. XI, 1957.
- Carta Mensal* — Problemas Nacionais — agosto, 1958 — nº 41 — ano IV, Rio de Janeiro.
- Art and Auctions International art Dealers and Collectores Guide* — vol. 2 — nº 8 — 28 may, 1958. Holland.
- Brasil Açucareiro* — junho, 1958 — nº 6 — vol. LI — ano XXVI — Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro.
- Américas* — abril e agosto de 1958 — ns. 4 e 8 — vol. 10. Rio de Janeiro.



ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO  
(1958)

| Trimestre                              | Julho | Agosto | Set.º | Total  |
|--|-------|--------|-------|--------|
| Obras oferecidas .....                 | 49    | 38     | 14    | 101    |
| Revistas nacionais e estrangeiras ...  | 58    | 48     | 43    | 149    |
| Catálogos recebidos .....              | 13    | 7      | 8     | 28     |
| Jornais recebidos .....                | 25    | 19     | 12    | 56     |
| <i>Arquivo</i>                         |       |        |       |        |
| Documentos consultados .....           | 6.290 | 7.308  | 8.236 | 21.834 |
| <i>Museu</i>                           |       |        |       |        |
| Visitantes .....                       | 65    | 87     | 120   | 272    |
| <i>Sala Pública de Leitura</i>         |       |        |       |        |
| Consultas:                             |       |        |       |        |
| Obras .....                            | 5.968 | 7.603  | 6.908 | 20.479 |
| Jornais .....                          | 813   | 628    | 984   | 2.425  |
| Revistas .....                         | 3.765 | 2.988  | 3.048 | 9.801  |
| Mapas .....                            | 604   | 935    | 810   | 2.349  |
| <i>Secretaria</i>                      |       |        |       |        |
| Ofícios, cartas e telegramas recebidos | 48    | 128    | 182   | 358    |
| Ofícios, cartas e telegramas expedidos | 386   | 430    | 520   | 1.336  |

# ÍNDICE

VOLUME 240

## II — TRABALHOS ORIGINAIS

|  | Págs. |
|--|-------|
| 1. <i>Acreânia</i> — por José Moreira Brandão Castelo Branco   | 3     |
| 2. <i>Joaquim Caetano da Silva. Contatos com D. Pedro II</i><br>— por D. Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança | 84    |
| 3. <i>Heitores sem Homero</i> — pelo Desembargador Vieira Ferreira   | 92    |

## III — CENTENÁRIO DE FERNANDES PINHEIRO

|   |     |
|---|-----|
| 4. <i>Introdução. C. D. Revista</i>   | 98  |
| 5. <i>As antecipações do Cônego Fernandes Pinheiro</i> — por Joaquim Ribeiro  | 100 |
| 6. <i>Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e a historiografia do Brasil</i> — por Joaquim Ribeiro                         | 116 |
| 7. <i>A biografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i> — por Feijó Bittencourt                            | 127 |
| 8. <i>O Cônego Fernandes Pinheiro</i> — por Américo Jacobina Lacombe  | 152 |
| 9. <i>Cronista-mor do Império</i> — por Mozart Monteiro   | 154 |
| 10. <i>O Cônego Fernandes Pinheiro e o «Judeu»</i> — pelo Dr. Barbosa Lima Sobrinho                                     | 158 |
| 11. <i>Três estudos do Cônego Fernandes Pinheiro</i> — pelo Prof. Joaquim Tomaz   | 174 |
| 12. <i>Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876)</i> — pelo Dr. Celso Vieira  | 191 |
| 13. <i>Importância e influência da obra do Cônego Fernandes Pinheiro</i> — pelo Dr. José Gonçalves Villanova            | 196 |
| 14. <i>Reivindicações críticas em torno da obra do Cônego Fernandes Pinheiro</i> — pela Sra. Virgínia Côrtes de Lacerda | 216 |
| 15. <i>Os versos do Cônego Fernandes Pinheiro</i> — pelo Dr. Phocion Serpa  | 225 |
| 16. <i>Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro (Ensaio Bibliográfica)</i> — pelo Dr. Oswaldo Melo Braga                     | 232 |

### III — TRANSCRIÇÕES

|  | Págs. |
|--|-------|
| 17. <i>Recife de voo</i> — pelo Engenheiro Virgílio Corrêa Filho   | 278   |
| 18. <i>Curso de Historiografia na Academia Brasileira de Letras</i><br>!(4ª aula) pronunciada pelo acadêmico Ministro José<br>Carlos de Macedo Soares (1958) ..... | 311   |
| 19. <i>O General Mitre no Rio de Janeiro</i> — pela Sra. Courtney L. de Espil .....  | 323   |
| 20. <i>Os «Atlas» da Razão do Estado do Brasil</i> — pelo Prof. Hélio Vianna .....   | 331   |
| 21. <i>Autoria do «Livro que dá Razão do Estado do Brasil»</i><br>— pelo Prof. Hélio Vianna .....  | 337   |
| 22. <i>O Centenário de Ernesto Senna</i> .....   | 341   |

### IV — DOCUMENTOS

|  |     |
|--|-----|
| 23. <i>Cartas de D. Luís a João Alfredo</i> — pelo Dr. Pedro Moniz de Aragão ..... | 343 |
|--|-----|

### V — BIO-BIBLIOGRAFIA DOS SÓCIOS DO INSTITUTO

|   |     |
|---|-----|
| <i>Vicente de Paulo Vicente de Azevedo</i> — por Maria Carolina Fleiuss ..... | 350 |
|---|-----|

### VI — NOTICIÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| — <i>Instruções reguladoras das atividades da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aprovadas a título provisório na assembléa de 9 de setembro de 1958</i> | 352 |
| — <i>Regimento interno da Comissão de Redação da Revista</i>  | 355 |
| — <i>Crédito especial para o Instituto</i> .....  | 358 |
| — <i>Telegramas trocados entre S. Excia. o Sr. Presidente da República e o presidente do Instituto</i> .....  | 359 |
| — <i>Portaria</i> .....   | 360 |
| — <i>Correspondência</i> .....  | 361 |
| — <i>Quadro social</i> .....  | 363 |
| — <i>Conferência</i> .....  | 364 |
| — <i>Sócios falecidos:</i>  |     |
| — <i>Frei Basílio Röwer (O.F.M.)</i> .....  | 365 |
| — <i>General de Exército Valentim Benício da Silva</i> ....   | 367 |
| — <i>Almirante Álvaro Rodrigues de Vasconcellos</i> .....   | 369 |
| — <i>Errata</i> .....   | 370 |

|                                   |     |
|-----------------------------------|-----|
| VII — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS ..... | 371 |
|-----------------------------------|-----|

|                          |     |
|--------------------------|-----|
| VIII — ESTATÍSTICA ..... | 385 |
|--------------------------|-----|





# INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

## COMISSÕES PERMANENTES EM 1958-1959

HISTÓRIA: ..... { *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*  
*Helio Vianna*  
*José Wanderley de Araújo Pinho*  
*Herbert Canabarro Reichardt*  
.....

FUNDOS E ORÇAMENTOS: ... { *Affonso Penna Junior*  
*Arthur Cesar Ferreira Reis*  
*José Antonio Soares de Souza*  
*Thiers Fleming.*  
*Ildejonso Mascarenhas da Silva*

GEOGRAFIA: ..... { *Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos*  
*Adolfo Morales de Los Rios Filho*  
*Carlos da Silveira Carneiro*  
*Virgílio Corrêa Filho*  
*Lucas Boiteux.*

ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA: { *Rodrigo Melo Franco de Andrade*  
*Francisco Marques dos Santos*  
*José Honório Rodrigues*  
.....  
*Gustavo Barroso.*

BIBLIOGRAFIA: ..... { *Américo Jacobina Lacombe*  
*Claudio Ganns*  
*Vieira Ferreira*  
*Eugênio Vilhena de Moraes.*  
*Mucio Leão*

ESTATUTOS: ..... { *Levi Carneiro*  
*Estevão Leitão de Carvalho*  
*Rodrigo Otávio Filho*  
*Pedro Calmon*  
*Edmundo da Luz Pinto.*

ADMISSÃO DE SÓCIOS: ..... { *Augusto Tavares de Lyra*  
*Alfredo Valladão*  
*João Baptista Magalhães*  
*Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa*  
*Christovam Leite de Castro.*



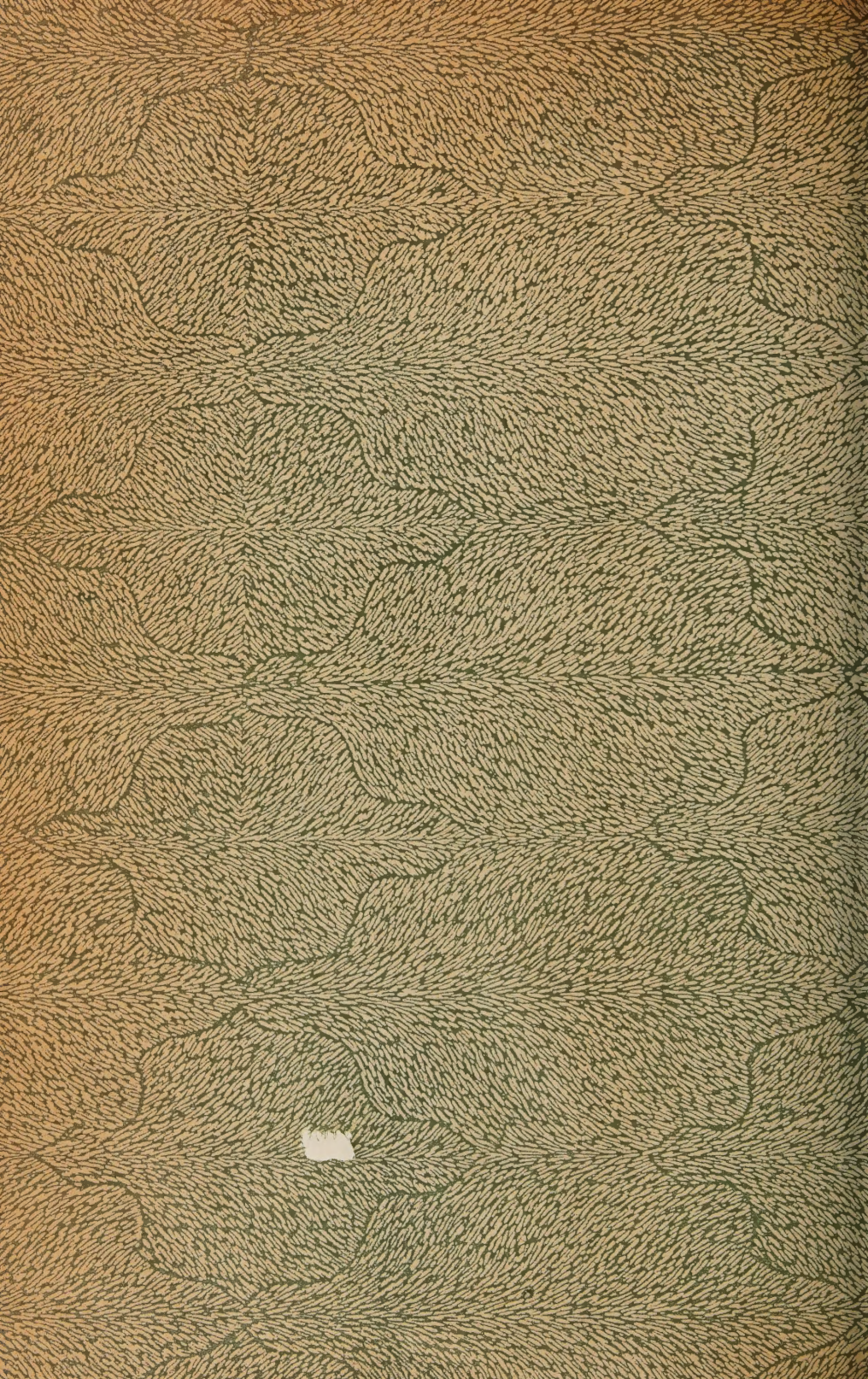














THE UNIVERSITY OF ILLINOIS AT CHICAGO



3 8198 314 339 209



